UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

VANESSA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Desigualdade social e redemocratização no Brasil: o debate sobre a distribuição de renda e a crise do regime militar (1964-1980)

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Desigualdade social e redemocratização no Brasil: o debate sobre a distribuição de renda e a crise do regime militar (1964-1980)

Vanessa Rodrigues de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Grandi

São Paulo
2018

Nome: Vanessa Rodrigues de Oliveira

Título: Desigualdade social e redemocratização no Brasil: o debate sobre a distribuição de renda e a crise do regime militar (1964-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Grandi

Aprovado em: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Guilherme Grandi, que me ensinou a sempre olhar à frente do que eu podia enxergar.

Ao professor Claudemir Galvani, da PUC-SP, que me incentivou a compartilhar todo o conhecimento que adquiri até hoje, através do genuíno interesse em ensinar.

À Marielle Franco (*in memorian*), que lutava pelo direito das mulheres negras ocuparem todos os espaços, inclusive o acadêmico, como faço agora.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram, incondicionalmente, a ser quem eu quisesse ser.

RESUMO

Este trabalho analisa a discussão sobre a distribuição de renda no período da ditadura militar e os impactos dessa questão na crise do regime. Considerando que os primeiros estudos foram realizados a partir de 1972, com a divulgação dos dados do Censo e da publicação do livro de Carlos Langoni (1973) sobre o tema, a pesquisa discorre sobre o debate acadêmico e sua repercussão na imprensa, analisando os impactos da concentração de renda sobre a economia. Foram selecionadas matérias publicadas nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, no período entre 1974 e 1979, anos que representam o auge e o declínio do governo militar, marcados pelo fim do "milagre econômico" e início da luta pela redemocratização, respectivamente. Por fim, o trabalho analisa o papel dos movimentos sociais e sindicais no enfraquecimento do regime, considerando a retomada das greves a partir de 1978, que resultaram na perda de apoio de várias classes representativas ao governo (trabalhadores, mídia, empresariado, entre outros) e, posteriormente, na retomada da democracia no país, em 1985.

Palavras-chave: distribuição de renda, ditadura militar, II PND, redemocratização, movimentos sindicais, Partido dos Trabalhadores (PT).

ABSTRACT

This paper analyzes the discussion on the distribution of income in the period of the military dictatorship and the impacts of this issue on the crisis of the regime. Considering that the first studies were carried out after 1972, with the dissemination of the Census data and the publication of Carlos Langoni's book (1973) on the subject, the research discusses the academic debate and its repercussions in press, analysing the impacts of the concentration of income on the economy. There were selected articles published by *O Estado de S. Paulo* and *O Globo* newspapers during the period between 1974 and 1979, which represent the peak and decline of the military government, marked by the end of the "economic miracle" and beginning of struggle for redemocratization, respectively. Finally, the paper analyzes the role of social and union movements for the weakening of the regime, considering the resumption of strikes from 1978, which resulted the loss of the support of several representative classes to government (workers, media, businessmen and the like) and, after, the resumptiom of democracy in the country, in 1985.

Key-words: distribution of income, military dictatorship, II PND, redemocratization, union movements, Partido dos Trabalhadores (PT).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Índices de inflação e de crescimento do PIB no Brasil (1957-1963) 23

Tabela 2 Índices de inflação e de crescimento do PIB no Brasil (1964-1966) 28

Tabela 3 Índices de inflação e de crescimento do PIB no Brasil durante o "milagre econômico" 33

Tabela 4 Distribuição da renda por estrato social 1960/1970 37

Tabela 5 Indicadores de qualidade de vida 1960/1970 (% de domicílios) 38

Tabela 6 Comparação da distribuição de renda e renda média 1960/1970 41

Tabela 7 Indicadores de qualidade de vida 1976/1980 (% de domicílios) 66

Tabela 8 Índices de inflação e de crescimento do PIB do Brasil pós "milagre" 97

Tabela 9 Distribuição de renda da população economicamente ativa com rendimento não nulo 104

Tabela 10 Evolução dos índices econômicos do Brasil (1964-1980) 121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Marcha da Família reuniu cerca de 500 mil pessoas na praça da Sé, em São Paulo 15

Figura 2 Evolução do salário mínimo real e PIB per capita no município de São Paulo 26

Figura 3 Página com matéria censurada 54

Figura 4 Página publicada com versos de “Os Lusíadas”, de Camões 55

Figura 5 Evolução da dívida externa bruta do no Brasil nos anos 70 (em US$ milhões) 64

Figura 6 Comissão do MCV, encarregada da entrega do abaixo-assinado, em Brasília 109

Figura 7 Lula discursa na assembleia de metalúrgicos do ABC durante a greve de março de 1979 112

Figura 8 Passeata pelas Diretas Já, em São Paulo 117

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional número 5
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDE	Conselho de Desenvolvimento Econômico
CEBRAPE	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISS	Imposto sobre Serviços
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MCC	Movimento de Luta contra a Carestia
MCV	Movimento do Custo de Vida
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo

PASEP	Programa de Apoio ao Servidor Público
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SFB	Sistema Financeiro Brasileiro
SM	Salário Mínimo
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. POLÍTICA ECONÔMICA DO "MILAGRE" E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1964-1973)	18
1.1. O milagre econômico: dos ajustes "racionais" à retomada do crescimento	23
1.2. O problema da concentração de renda no Brasil entre os anos 60 e 70: as visões de Carlos Langoni e Paul Singer	33
1.3. As razões da concentração: discussões e controvérsias sobre a distribuição de renda no Brasil	44
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS JORNAIS *O ESTADO DE S. PAULO* E *O GLOBO* (1974-1979) ..	51
2.1. O II PND e as medidas econômicas adotadas no governo Geisel	57
2.2. A distribuição de renda como pauta nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*	69
CAPÍTULO 3 – O PAPEL DOS MOVIMENTOS SINDICAIS NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (1978-1980)	95
3.1. Nova política salarial e abertura política: o último ano do governo Geisel	97
3.2. Das greves à transição política: o papel dos movimentos sindicais na distribuição de renda	106
CONCLUSÃO	119
BIBLIOGRAFIA	124
ANEXOS	130

INTRODUÇÃO

Decorridos 54 anos do golpe militar e às vésperas de uma eleição presidencial, com o tema "intervenção militar" sendo novamente colocado na pauta das discussões políticas e econômicas do país, verifica-se que há ainda muito campo para pesquisa sobre o que o período do regime militar, compreendido entre 1964 e 1985, representou para a história do Brasil e, em parte, foi responsável pelo que somos hoje.

O impacto da política econômica de crescimento com endividamento, adotada durante o regime, sobre a economia dos anos 80 e 90 diz muito sobre o perfil atual da economia[1]: o Brasil gastou R$ 328 bilhões com juros da dívida pública[2] (9% do total da dívida federal); o índice de investimento é um dos mais baixos do mundo, de 15,6% do PIB[3]; há no país mais de 11,5 milhões de analfabetos (7% da população com 15 anos ou mais)[4]; 52 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza (25% da população brasileira)[5]; o índice de Gini (0,542)[6] é um dos maiores do mundo; e a desigualdade de renda ainda é um dos principais problemas do país, apesar das políticas de redistribuição de renda, através da valorização do

[1] Dados referentes a 2017.

[2] O Globo, *Dívida pública sobre 14,3% em 2017, para R$ 3,55 trilhões, e bate recorde*. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/divida-publica-sobe-143-em-2017-para-r-355-trilhoes-e-bate-recorde.ghtml. Acesso em: 19/06/2018.

[3] Folha de S. Paulo, *Taxa de investimento cai para 15,6%, a menor desde 1996*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/taxa-de-investimento-e-a-menor-desde-2000.shtml. Acesso em: 19/06/2018.

[4] Agência de Notícias IBGE, *Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015*. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015.html. Acesso em: 19/06/2018.

[5] O Estado de S. Paulo, *52 milhões de brasileiros vivem abaixo da minha da pobreza*, Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,um-em-cada-quatro-brasileiros-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza,70002121064. Acesso em: 19/06/2018.

[6] Agência de Notícias IBGE, *Pnad Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017*. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/releases/29843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html. Acesso em: 24/06/2018.

salário mínimo e dos programas de renda mínima, implementados pelos governos Lula e Dilma entre janeiro de 2003 e maio de 2016.

Sabe-se que a implantação do regime militar no Brasil, em 1964, não foi um caso isolado. O final dos anos 50 vinha sendo marcado por uma efervescência política, durante a Guerra Fria, em que vários conflitos baseavam-se na dicotomia capitalismo x socialismo, representados pelos EUA e URSS, respectivamente. A Guerra da Coreia, a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana foram alguns desses conflitos, que tinham como pano de fundo a luta dos países representantes dessas ideologias em confronto pela hegemonia de seus interesses.

A Revolução Cubana, especificamente, causou uma maior preocupação aos Estados Unidos, pois, a partir da vitória dos revolucionários, em 1959, o país aderiu ao regime comunista como forma de governo e alinhou-se às políticas da União Soviética, país adversário dos EUA no contexto da Guerra Fria. Com a possibilidade de revoluções similares serem deflagradas em outros territórios latino-americanos, houve uma alteração da estratégia de segurança continental do Pentágono para evitar o avanço do comunismo, que passou a apoiar política e financeiramente os regimes ditatoriais na região. Mais que uma questão de política nacional, os golpes que abalaram a América Latina constituíam um fenômeno de política internacional[7]. Assim, o início da década de 60 foi marcado pela implantação de ditaduras militares em vários países latino-americanos, como Argentina (1962), Peru (1962), Guatemala (1963), Equador (1963) e Brasil (1964).

Especialmente sobre o Brasil, a perspectiva do governo estadunidense era a de que Jango não executasse o plano de estabilização monetária proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e possibilitasse a "polarização das forças políticas domésticas". A forte influência marxista no movimento operário também preocupava o Pentágono. Assim,

[7] Bandeira, Luiz Alberto M. (2014), O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: Toledo, Caio de Navarro (org.), *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*, 2ª ed. Campinas, Editora Unicamp, p. 112.

apoiar um golpe de Estado, com a instauração de um forte regime militar de direita, parecia mais alinhado aos interesses dos EUA. Para promover a queda de Jango, o governo estadunidense forçou um colapso econômico, cortando qualquer ajuda ao Brasil a partir de 1963. Para embasar essa ação, o presidente John Kennedy argumentou que as políticas radicais de nacionalização do capital e a expropriação de empresas estrangeiras afugentavam os investimentos no país[8].

Em 1964, o país vivia um impasse entre a insatisfação com o governo de João Goulart[9] e a ebulição dos movimentos sociais e sindicais em relação às possibilidades aguçadas pela vitória dos revolucionários cubanos. Entre setembro de 1961, quando Jango tomou posse após a renúncia do presidente Jânio Quadros, até o golpe, em março de 1964, um novo contexto político-social emergiu no Brasil: estagflação, com estagnação econômica e inflação alta; crise política, com uma breve experiência parlamentarista nesse ínterim; fortalecimento do movimento operário; crise do sistema partidário; e acirramento da luta ideológica de classes[10]. Nesse contexto, associado ao fato de o presidente manter relações com países comunistas, como Cuba e China, e de propor um plano denominado "Reformas de Base", pautado na reforma agrária e distribuição de renda, logo houve uma grande pressão política para que ele renunciasse ao cargo.

---

[8] *Ibidem*, p. 115-117.

[9] Em 2003, foi revelada uma pesquisa Ibope feita às vésperas do golpe (não publicada à época), que indicava que 70% da população consideravam o governo Goulart ótimo ou bom, 49,8% admitiam votar em Jango caso ele pudesse de candidatar à reeleição e 59% eram a favor das medidas anunciadas pelo governo em 13 de março de 1964, em comício realizado na Central do Brasil. A pesquisa foi feita em oito capitais, entre os dias 9 e 26 de março de 1964. Entretanto, o que se divulgava na época era uma grande insatisfação popular ao governo, demonstrando a força do discurso da mídia e das elites formadoras de opinião. Fonte: Folha de S. Paulo, *Jango tinha apoio popular ao ser deposto em 64, diz Ibope*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46767.shtml. Acesso em: 23/06/2018.

[10] Toledo, Caio Navarro de (2014), A democracia populista golpeada. In: Toledo, Caio de Navarro (org.), *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*, 2ª ed. Campinas, Editora Unicamp, p. 39-40.

A participação da mídia contribuiu de forma expressiva para a implantação da ditadura, ao dar, dia após dia, mais espaço ao movimento golpista. Segundo Singer, "quem lesse a imprensa, ouvisse o rádio ou assistisse à televisão teria a impressão de que a esquerda já estava no poder e que o fim da democracia era iminente"[11]. Alguns jornais acusavam o presidente Goulart de inapto ou de "agente da infiltração comunista no Brasil". O tom de campanha adotado pela maioria dos veículos contribuiu também para o engajamento da classe média no movimento que levou à queda de Jango.[12]

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, por exemplo, ocorrida em São Paulo no dia 19 de março de 1964, em resposta ao discurso do presidente, realizado dias antes (considerado uma "ameaça comunista"), contou com a participação de cerca de 500 mil pessoas. Segundo Dantas, dias após o golpe, essas passeatas, que aconteceram em outras cidades do país e eram denominadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, passaram a ser noticiadas pelos jornais como Marchas da Vitória.[13]

Nesse clima de insatisfação popular insuflado pela mídia e com o apoio de grupos importantes da sociedade brasileira, como o empresariado, em 1º de abril de 1964 foi deflagrado o golpe militar, com a destituição do governo de João Goulart, assumindo, em seu lugar, uma junta militar até a posse de Humberto Castello Branco, em 15 de abril de 1964.

---

[11] Singer, Paul (2014), O significado do conflito distributivo no golpe de 1964. In: Toledo, Caio de Navarro (org.), *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*, 2ª ed. Campinas, Editora Unicamp, p. 26.

[12] Dantas, Audálio (2014), A mídia e o golpe militar. *Estudos Avançados* 28 (80), p. 67.

[13] *Idem*.

Figura 1 – Marcha da Família reuniu cerca de 500 mil pessoas na praça da Sé, em São Paulo. Fonte: Arquivo Estadão

O período militar foi marcado por momentos de grande crescimento econômico, de aumento das desigualdades sociais e de forte repressão àqueles que se opunham ao governo, notadamente após 1968, ano de decretação do AI-5 e da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que deu origem ao "milagre econômico", como ficou conhecido o período de 1968-1973, quando o país alcançou uma taxa média anual de crescimento do PIB na ordem de 11%[14]. Ao final dos anos 70, voltava-se a observar um clima de insatisfação popular, com a participação dos mesmos grupos que, no passado, apoiaram o golpe (como a mídia e o empresariado), que, juntos aos movimentos sociais e sindicais, lutaram pela redemocratização do país.

Apesar de o "milagre econômico" e a redemocratização terem sido positivamente importantes para a sociedade, os dois períodos retratam momentos antagônicos na história brasileira, sendo o primeiro o auge do governo militar e, o último, o seu declínio. Assim, o

[14] O segundo melhor momento da economia brasileira foi durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o PIB teve um crescimento médio real de 8% a.a.

presente estudo analisa essa trajetória rumo à retomada da democracia, tendo como ponto central a desigual distribuição de renda no período, notadamente durante o governo Geisel e o início do governo Figueiredo (1974-1980).

Para esse estudo, considerou-se que a renda é uma das variáveis que mais afetam a vida das pessoas, pela qual pode-se observar a taxa de desemprego, do custo de vida, de inflação, entre outros. Assim, entende-se que, através do estudo da renda e suas disparidades, pode-se avaliar outras variáveis que estão a ela interligadas e analisar de forma mais ampla, no período analisado neste trabalho, os impactos econômicos no cotidiano da população que levaram à crescente insatisfação da sociedade com o governo militar.

A partir da Revolução Industrial, notadamente após os trabalhos de Karl Marx, a desigualdade é descrita como uma oposição entre aqueles que detêm o capital e os meios de produção, que recebem rendimentos desse capital – os capitalistas – e aqueles que vendem sua força de trabalho e recebem salários – os empregados. Nesse contexto, a desigualdade estaria baseada na distribuição desigual da propriedade do capital. Para Piketty, a questão da redistribuição capital-trabalho não se trata somente de justiça social pura, mas também de eficiência do mercado de trabalho, uma vez que ela restringe a capacidade dos mais pobres de investir e de se equipararem aos mais ricos[15].

Entretanto, já no século XX, a partir das teorias marginalistas, passou-se a justificar a desigualdade dos salários de acordo com a desigualdade do capital humano, ou seja, da qualificação de cada indivíduo, pois esta estaria relacionada diretamente à produtividade marginal do trabalhador e sua capacidade de contribuir para a produção de bens e serviços demandados. Segundo essa teoria, baseada no trabalho de Kuznets[16], a desigualdade apresenta uma curva do tipo U invertido ao longo do processo de desenvolvimento, com uma primeira fase de concentração crescente, causada pela industrialização e urbanização, que demanda mão de obra altamente qualifica, seguida por uma segunda fase de

[15] Piketty, Thomas (2015). *A economia da desigualdade.* Rio de Janeiro, Intrínseca, p. 35-36.

[16] *Economic growth and income inequality*, de 1955.

estabilização e depois de redução substancial da desigualdade[17]. Essas duas linhas argumentativas estiveram presentes na discussão acerca do crescimento da desigualdade de renda nos anos 60 e 70, que serão apresentadas no capítulo 1 deste trabalho.

Embora se saiba que a luta pela democracia vinha ganhando força em todos os países que passavam por ditaduras militares entre o fim da década de 70 e início dos anos 80, para este estudo, foi escolhido o recorte do papel da economia nesse processo, através da análise da distribuição de renda, por entender que esse fator afetou a todos de forma indiscriminada, possibilitando, assim, uma análise mais direcionada e concisa do assunto. Além disso, tratava-se de um tema de interesse público, discutido tanto no espaço acadêmico quanto na imprensa, como demonstrado no segundo capítulo.

Assim, esse trabalho não pretende demonstrar que somente a economia foi determinante para o final do governo militar, tampouco que a desigualdade de renda tenha sido a única variável econômica preponderante para tal declínio. O que se pretende mostrar é como a economia influencia a opinião pública, fazendo com que as pessoas deixem de apoiar um governo, por entender que ele não é mais capaz de prover as necessidades básicas ou esperadas por aquela população.

Para isso, o trabalho se divide em três capítulos. O primeiro analisa o contexto histórico-econômico que resultou no "milagre" e a distribuição não-linear desse crescimento, com a concentração da renda nas classes mais ricas e o empobrecimento das classes mais baixas. O segundo capítulo avalia, através de matérias publicadas nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, como o agravamento da concentração de renda e as respectivas medidas do governo em relação à economia eram informados à população. Por fim, o terceiro capítulo mostra como a retomada dos movimentos sindicais e sociais, silenciados durante os "anos de chumbo" da ditadura, foi primordial para o processo de redemocratização. Esse último capítulo também destaca a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e seu papel no processo de transição para a democracia.

[17] Piketty (2015), *op.cit.*, p. 26.

1. POLÍTICA ECONÔMICA DO "MILAGRE" E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1964-1973)

Em 1964, quando teve início o regime militar, o Brasil vivia um período de instabilidade econômica, com inflação alta, desequilíbrio externo e desaceleração do crescimento econômico. Como o governo anterior havia sido deposto sob a alegação de ser inapto para restabelecer o crescimento, como argumentavam seus opositores, a principal meta do governo militar era resolver essas questões econômicas como forma de retomar o crescimento e, assim, legitimar-se no poder como uma alternativa melhor ao país do que o governo anterior.

Anterior ao regime militar, já havia discussões sobre a condução da política econômica brasileira nos meios acadêmicos, com diversas contribuições de economistas e sociólogos, dentre outros pesquisadores das áreas das ciências sociais, que discutiam a necessidade da formação da indústria de base, do fortalecimento do capital nacional, do crescimento econômico e da distribuição de renda. Segundo Cardoso e Faletto, "as condições estruturais e de conjuntura favoráveis deram margem desde então à crença, comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria principalmente da capacidade de cada país para tomar as decisões de política econômica que a situação requeresse"[18]. Era o momento de os países da América Latina abandonarem o papel de pobres e subdesenvolvidos e, para muitos, essa mudança se daria através de uma revolução econômica.

Dentre esses intelectuais, destacavam-se os cepalinos, que faziam parte da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fundada em 1948, e os isebianos, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Os cepalinos, como Celso Furtado, defendiam a adoção de "estratégias nacionais de desenvolvimento", que implicavam na proteção tarifária à indústria nacional

[18] Cardoso, F. H. e Faletto, E. *apud* Toledo, Caio N. (1986) Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB, in. Moares, R., Antunes R., e Ferrante, V. (org.), *Inteligência Brasileira*, Ed. Brasiliense, p. 224-225.

nascente e na promoção da poupança forçada por meio do Estado, atribuindo-lhe o papel central na coordenação da economia. Essa se tornou uma das características marcantes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com a ação ativa do Estado no impulso à industrialização.

Sobre a relação entre desenvolvimento econômico e distribuição de renda, Furtado entendia que havia abundância de mão de obra no Brasil e que, portanto, os trabalhadores teriam pequeno poder de barganha durante o processo de crescimento econômico. Assim, esse modelo favorecia a incorporação dos ganhos de produtividade à parcela dos lucros na renda e não à dos salários, gerando a concentração da renda. Segundo destacou Malta, "a desigualdade social brasileira era analisada como fruto de um processo histórico que se renovava em termos de forças produtivas (com a industrialização), mas cujas relações sociais de produção agiam no sentido de manter a estrutura desigual"[19].

Já os isebianos, como Nelson Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe, defendiam um nacional desenvolvimentismo através de um processo de mudanças radicais de natureza capitalista, com uma industrialização que levasse a um crescimento autossustentado da renda *per capita*. No processo de formação nacional e de institucionalização de um mercado nacional, a burguesia se associaria à burocracia estatal e aos trabalhadores, tendo por objetivo comum o interesse nacional[20]. Assim, as teorias nacionais desenvolvimentistas traziam os temas voltados ao crescimento econômico e à renda como pontos centrais para aprimorar o desempenho do país e combater o empobrecimento das classes mais baixas.

Essas teorias foram essenciais ao processo de industrialização dos países da América Latina, incluindo o Brasil, até a década de 60, considerando a necessidade de o Estado atuar

---

[19] Malta, Maria Mello de (2010), *A controvérsia da distribuição de renda no pensamento econômico brasileiro: a ampliação do debate teórico sob a conjuntura política dos anos 1970*. p. 4. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/269-3524cc90ab8c89c5202268552a9cf7bd.doc. Acesso em: 03/12/2017.

[20] Bresser-Pereira, Luiz C. (2004), *O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido*. Uberlândia, IX Encontro Nacional de Economia Política, p. 2.

na criação das condições essenciais para que as empresas investissem e pudessem competir no mercado, no chamado processo de substituição das importações. Segundo Tavares, no Brasil, esse processo se deu em virtude das mudanças nas variáveis dinâmicas da economia, com a perda de importância relativa do setor externo no processo de formação da renda nacional e o aumento da participação e dinamismo da atividade interna[21].

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas, a industrialização brasileira passou por transformações estruturais mais profundas, com uma intensa diferenciação industrial, ocorrida num curto espaço de tempo e articulada pelo Estado. Esse salto da indústria brasileira nos ramos de bens de produção e de consumo duráveis deveu-se, principalmente, à penetração das empresas transnacionais no país. Nesse período, instalaram-se indústrias automobilísticas, de construção naval, material elétrico pesado, entre outras, permitindo uma significativa ampliação do setor de bens de capital[22].

Apesar de possuir um diversificado parque industrial, a economia brasileira, no início da década de 60, estava em desaceleração. Para Tavares e Serra, essa crise econômica estava estreitamente relacionada ao esgotamento do dinamismo da industrialização baseada na substituição de importações, que havia proporcionado, no passado, a expansão da renda e a diversificação do consumo. Porém, como naquele momento não havia sido implementado um pacote de investimentos complementares para garantir a manutenção de uma alta taxa de expansão econômica, depois de amadurecidos os investimentos do "Plano de Metas" do governo Juscelino Kubitscheck (1956-1960), o que se apresentava era uma crise relacionada à demanda e ao financiamento, associada às altas taxas de inflação. [23]

---

[21] Tavares, Maria C. (2000), Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Record, p. 223.

[22] Serra, José (1984), Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In Belluzzo, L., Coutinho, R. (org) *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, p. 89.

[23] Tavares, Maria C. e Serra, José (2000), Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Record, p. 600-602.

Em relação à demanda, o problema estava no fato de que a distribuição de renda apresentava-se extremamente concentrada nas mãos de um pequeno grupo, o que limitava a diversificação e a expansão do consumo dos estratos de renda médio da população. Para os autores, era exatamente o consumo desses grupos que poderia permitir um melhor aproveitamento da capacidade instalada, com efeitos relevantes sobre a economia. Assim, a solução encontrada à época para o crescimento consistia em "alterar a composição da demanda, redistribuindo a renda pessoal e seus futuros incrementos 'para cima', a favor das camadas médias e altas, e aumentando a relação excedente-salários através da compressão das remunerações da massa de trabalhadores menos qualificados"[24].

Para Martone, além da crise de demanda, havia também um crescente processo inflacionário em curso ao final dos anos 1950. Embora esse processo tenha acompanhado a industrialização no país, como fonte de poupança forçada e investimento, a inflação acabou sendo absorvida pelas expectativas do mercado, tornando-se um processo autossustentado de aumento de preços. O autor aponta também para o baixo nível de produtividade do setor industrial, com baixos índices de aproveitamento da mão de obra; o aumento da participação do setor público na economia, para absorver esse excedente de mão de obra, frente a uma população que crescia a taxa média de 3% a.a.; e a relativa estagnação do setor agrícola em relação à produtividade, devido à transferência de investimentos para a indústria, impedindo sua modernização[25]. Todas essas distorções, segundo o autor, fizeram com que o mercado não fosse capaz de superar, por si só, a estagnação observada no período.

Nesse contexto, com a instauração do regime militar, economistas conservadores vislumbravam uma oportunidade para colocar em prática conceitos "racionais", defendidos pelos monetaristas, dentre eles Roberto Campos, que ocupou o Ministério do Planejamento entre 1964 e 1967, no governo Castelo Branco. Para Campos, o projeto de desenvolvimento

[24] *Idem.*

[25] Martone, Celso L. (1970), Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In Lafer, Betty M. (org.) *Planejamento no Brasil*, São Paulo, Perspectiva, p. 70-71.

nacional deveria ser orientado pelo instrumento da ciência econômica, ligada à realidade dos países centrais, auxiliado por capitais externos e levado pelo Estado na figura do "tecnocrata", que teria consciência do grau de intervenção estatal na economia. Em contrapartida, Campos entendia como atitudes "irracionais" o populismo, o desenvolvimentismo (nos moldes cepalino), o estatismo e o nacionalismo[26].

Assim, além do controle político, garantido pelo regime de exceção instaurado, os primeiros anos do governo militar (entre 1964 e 1973) foram marcados pela sucessão de medidas econômicas que visavam o controle inflacionário e a retomada do crescimento econômico, culminando no período conhecido como "milagre econômico", marcado por uma taxa média de crescimento de 11% a.a., entre 1968 e 1973. Segundo Hermann, "diante da forte repressão às manifestações da sociedade civil e mesmo à atuação de partidos políticos, a visão de política econômica não encontrava resistência formal, impondo-se à sociedade e aos demais poderes".[27]

As próximas seções do presente capítulo discutirão, através de uma revisão bibliográfica, as medidas econômicas que resultaram no "milagre" e os principais efeitos em termos de distribuição de renda no decorrer desse período. A primeira seção analisa os primeiros anos do regime, com os ajustes ora contracionistas, ora expansionistas, para reverter o processo inflacionário e restabelecer o crescimento econômico. A segunda seção mostra que, apesar do crescimento, seus resultados nesse período não foram distribuídos de forma linear, contribuindo, assim, para o agravamento da concentração da renda nas mãos de uma pequena parcela da população, em detrimento do empobrecimento das classes mais baixas. Essa análise tem por embasamento os trabalhos de Carlos Langoni e Paul Singer sobre o tema. Na terceira seção, serão analisados outros autores que corroboram ou contrapõem as visões expostas na seção anterior, especialmente sobre as causas do aumento da

[26] Dacanal, Pedro Hoeper (2015), *A conversão de Roberto Campos*. Vitória, XI Congresso Brasileiro de História Econômica, p. 20-21.

[27] Hermann, Jennifer (2011), Reformas, endividamento externo e o 'milagre econômico' (1964-1973). In Giambiagi, Fábio et al. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 50.

desigualdade verificada no período entre 1960 e 1970. Essa terceira seção encerra com os resultados do milagre e a herança deixada para o governo seguinte, de Ernesto Geisel, notadamente no que se refere ao aspecto social, que será o gatilho para a retomada dos movimentos sociais e sindicais pró-redemocratização.

1.1. O milagre econômico: dos ajustes "racionais" à retomada do crescimento

No início do governo de Castelo Branco (1964-1967), a inflação era vista como o principal entrave ao crescimento econômico. O cenário econômico encontrado pelo novo governo era de estagflação, ou seja, estagnação da atividade econômica com inflação alta. Enquanto no período de 1957 a 1962 o PIB brasileiro havia crescido em média 8,8% a.a., com uma taxa média de inflação de 33,5% a.a., em 1963, o PIB teve um aumento de apenas 0,6% a.a., enquanto a inflação chegou a 79,9% a.a.[28] (ver Tabela 1). Assim, a estabilidade monetária tornou-se a principal meta do governo militar, com as estratégias de combate à inflação e retomada do crescimento econômico.

Tabela 1

Índices de inflação e de crescimento do PIB no Brasil (1957-1963)

Ano	Inflação em % (IGP-DI)	Crescimento do PIB em %
1957	7,0	7,7
1958	24,4	10,8
1959	39,4	9,8
1960	30,5	9,4
1961	47,8	8,6
1962	51,6	6,6
1963	79,9	0,6

Fonte: FGV/IBGE (Napolitano, p. 173)

Foram nomeados ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Octávio Bulhões, ambos economistas com perfis monetaristas, que juntos elaboraram o Plano de

[28] Hermann (2011), *op.cit.*, p. 51.

Ação Econômica do Governo (PAEG), implementando, assim, uma nova política econômica com orientação mais restritiva[29]. O Plano tinha como prioridade o combate à inflação, pois somente com a reversão do processo inflacionário seria possível retomar a trajetória do crescimento, recriando as condições adequadas à maturação plena do potencial de crescimento de uma economia de livre iniciativa[30].

Ao assumir o ministério do Planejamento, em abril de 1964, Campos identificou que seria necessário lançar um plano de emergência para combater a inflação, causada essencialmente pelo crescimento excessivo da demanda agregada (inflação de demanda), pelos déficits governamentais, pela expansão creditícia e pelos contínuos reajustes salariais. Assim, Campos defendia o lançamento de reformas de estrutura, notadamente nas áreas tributária e financeira, além de uma revisão da política salarial, para corrigir distorções. Com base nessas medidas, o plano estabeleceu metas decrescentes de inflação, sendo 70% em 1964, 25% em 1965 e 10% em 1966. Além disso, previa-se taxas reais de crescimento do PIB de 6% a.a. no mesmo período[31].

Em relação à política salarial, Campos buscou desqualificar as ações tomadas pelos governos anteriores a 1964, denominando-as de populistas. Segundo ele, o enfoque populista à questão salarial era mais distributivo do que produtivo, pois os frequentes reajustes salariais, que excediam o crescimento possível da produção e da produtividade, alimentavam o que ele chamava de "espiral de preços". Para Campos, com a concessão desses aumentos, "acredita ingenuamente (ou demagogicamente) ser possível legislar

---

[29] Embora alguns autores, como André Lara Resende, considerem a estratégia de combate à inflação adotada pelo PAEG como heterodoxa, devido a alguns dos objetivos citados em sua apresentação, como crescimento dos salários reais e política de crédito às empresas, verificou-se ao longo de sua execução a ênfase à contenção dos déficits governamentais e racionalização do sistema tributário, o que denota um caráter mais alinhado à ortodoxia.

[30] Macarini, José Pedro (2006), A política econômica do governo Costa e Silva, 1967-1969. *Revista Economia Contemporânea* 10 (3), p. 455.

[31] Hermann (2011), *op.cit.*, p. 52.

melhorias do padrão de vida, mediante a concessão de benefícios sociais superiores à capacidade da economia de sustentá-los"[32] .

Sob esse viés, o plano previa a necessidade de manter a participação dos assalariados no produto nacional, impedindo, contudo, que reajustes realimentassem o processo inflacionário. A propósito, Lara Resende destaca que:

> Até 1930, não havia no Brasil uma política salarial oficial, vigorando a doutrina da "liberdade de trabalho". Em 1931, foi criado o Departamento Nacional do Trabalho e feita a regulamentação da sindicalização dos trabalhadores e empregadores. Nove anos mais tarde, em 1940, institui-se o salário mínimo, cuja regulamentação só foi feita em 1943. Durante o governo Dutra, de 1946 a 1950, o salário mínimo foi congelado, sofrendo uma deterioração de 31,7% do seu valor real. Entre 1951 e 1954, no segundo governo Vargas, o salário mínimo foi reajustado duas vezes, e em 1954 era 65% superior ao salário em 1946 em termos reais. De 1955 a 1960, durante o governo Kubitschek, houve uma pequena perda de 5,7% no salário mínimo real, enquanto que no período de 1961 a 1964, durante os governos Quadros e Goulart, apesar dos reajustes mais freqüentes, o salário mínimo real caiu aproximadamente 16,9%[33].

Para se atingir esse objetivo, em junho de 1964 foi publicada no Diário Oficial da União a Circular 10, determinando que o salário mínimo de servidores (em 1965 foi estendido aos empregados do setor privado) seria reajustado pela seguinte regra:

a) O salário reajustado será determinado de modo a igualar o salário real médio vigente nos últimos 24 meses, multiplicando a seguir por um coeficiente que traduza o aumento da produtividade estimada para o ano anterior, acrescido da provisão para compensações de resíduo inflacionário porventura admitido na programação financeira do governo;

---

[32] Santos, Marcelo H. P. dos (2000), *Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo Branco*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9794.pdf, p. 115-116. Acesso em: 15 out.2017.

[33] Lara Resende, André (1989), Estabilização e reforma, 1964-1967. In Abreu, Marcelo Paiva et al. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus, p. 200.

b) O salário real médio para efeito do acima disposto será calculado como sendo igual à média aritmética dos salários vigentes em cada um dos 24 meses precedentes aos do reajustamento, expresso em moeda de poder aquisitivo do mês anterior àquele em que se proceder o reajuste[34].

Considerando o grande impacto do golpe de 1964 sobre o movimento sindical, concedendo pouco ou quase nenhum espaço de ação, exceto o trabalho silencioso dentro das fábricas e as tentativas pontuais de contestação, o poder de barganha dos trabalhadores diminuíra consideravelmente[35]. Além disso, a previsão inflacionária que determinava o "resíduo inflacionário" era a meta estipulada pelo plano e não o índice real observado, logo, a aplicação dessa política salarial resultou em redução sistemática do salário mínimo. Assim, o índice de salário real no município de São Paulo, por exemplo, passou de 100, em 1964, para 96,4 em 1965, 82,2 em 1966 e 77,7 em 1967 (ver Figura 2).[36]

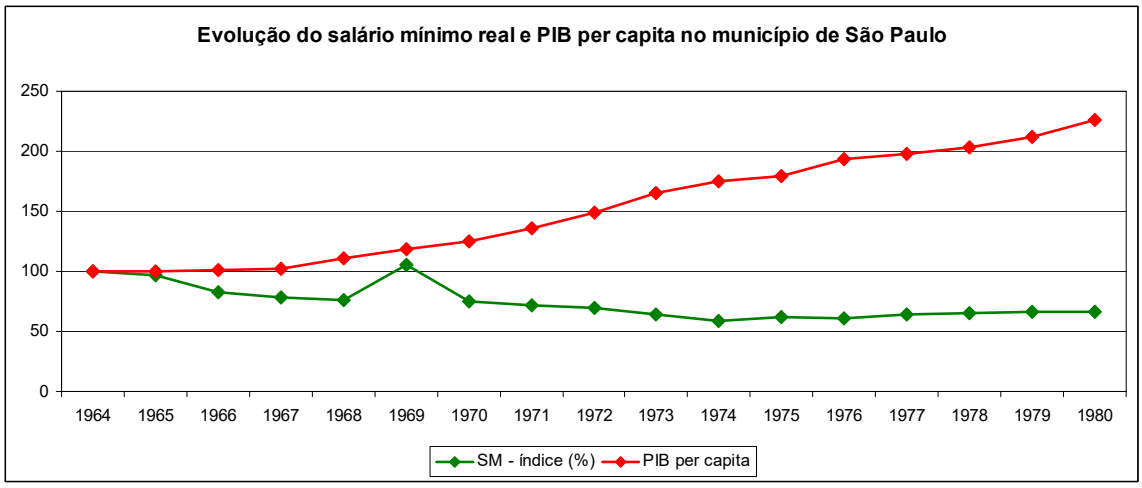


Figura 2 – Evolução do salário mínimo real e PIB per capita no município de São Paulo. Fonte: Dieese

[34] Diário Oficial da União, Seção I, parte I, junho de 1964 *apud* Costa, Edmilson Silva (1996), *A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. Campinas, Unicamp, p. 148-149.

[35] Santana, Marco Aurélio (1999), Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 4 (41), p. 104.

[36] Lara Resende (1989), *op.cit.*, p. 200-201.

Em relação à reforma tributária, foram estabelecidos o aumento da arrecadação do governo e a racionalização do sistema tributário, de forma a reduzir os custos operacionais da arrecadação e definir uma estrutura capaz de incentivar o crescimento econômico. O conjunto de medidas implantadas, como a criação do Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser arrecadado pelos municípios e a ampliação da base de incidência do imposto sobre a renda de pessoas físicas, elevou a arrecadação tributária do país, que passou de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967. Entretanto, a maior parte do aumento foi obtida através de impostos indiretos que incidem sobre o consumo de toda a população e, em termos relativos, penalizam os mais pobres. Para Hermann, o êxito da reforma, em termos dos objetivos alcançados, deve ser creditado tanto à racionalidade das medidas quanto ao regime autoritário vigente, pois "dificilmente uma reforma regressiva e centralizadora como a 1964-67 teria sido aprovada pelo Congresso e aceita sem resistências pela sociedade num regime democrático" [37].

Já a reforma financeira teve como objetivo central reorganizar o funcionamento do mercado monetário e, assim, dotar o Sistema Financeiro Brasileiro (SFB) de mecanismos de financiamento capazes de sustentar o processo de industrialização em curso, sem gerar pressão inflacionária. Assim, foram criados em dezembro de 1964, com início das atividades em março de 1965, o Banco Central do Brasil (Bacen), como executor da política monetária, e o Conselho Monetário Nacional (CMN), como regulador do SFB. O Banco do Brasil manteve-se como o agente financeiro das autoridades monetárias, além de oferecer, como banco comercial, empréstimos ao setor privado. Considerando que, naquele período, a política monetária era feita controlando a emissão de moeda e a concessão de crédito bancário, o Banco do Brasil tinha importante papel na promoção da estabilidade financeira.[38]

---

[37] *Ibidem*, p. 55.

[38] Pastore, Affonso Celso (2014), A primeira tentativa bem-sucedida: o PAEG. In *Inflação e Crise: papel da moeda*. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 24.

Para resolver o problema da moradia, que afetava tanto a classe média quanto a operária, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação, integrando o Banco Nacional de Habitação (BNH), a Caixa Econômica Federal e as caixas estaduais. Para gerar recursos ao sistema habitacional, foi criado em 1966 o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma espécie de poupança compulsória que incidia sobre o salário dos trabalhadores da ativa. Indiretamente, o Fundo flexibilizava a relação entre empregadores e empregados, facilitando a demissão em caso de ajustes e sazonalidades da economia, ao mesmo tempo em que garantia um "seguro desemprego" ao trabalhador, no caso de demissão sem justa causa[39].

Com a política de estabilização e as reformas realizadas entre 1964 e 1966, a atividade econômica se recuperou ao apresentar um crescimento médio de 4,2% a.a. Pastore enfatiza a tentativa bem sucedida do PAEG, especialmente nos campos das reformas tributária e financeira (com a criação do Banco Central)[40]. Entretanto, seu principal objetivo de combate à inflação não foi cumprido, alcançando os índices de 92% em 1964, 34% em 1965 e 39% em 1966 (ver Tabela 2). Além disso, o arrocho salarial, aliado ao aumento dos custos básicos, como impostos, tarifas públicas, câmbio e juros, agravou a questão da distribuição de renda no país.

Tabela 2

Índices de inflação e de crescimento do PIB no Brasil (1964-1966)

Ano	Inflação em % (IGP-DI)	Crescimento do PIB em %
1964	92,1	3,4
1965	34,3	2,4
1966	39,1	6,7

Fonte: FGV/IBGE (Napolitano, p. 173)

No início do governo Costa e Silva (1967-1969), o grupo monetarista idealizador do PAEG saía de cena, sendo nomeado naquele ano como ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto,

[39] Napolitano, Marcos. (2014), *1964: História do regime militar brasileiro.* São Paulo, Contexto, p. 154-155.

[40] Pastore (2014), *op.cit.*, p. 30-31.

que manteve a política de combate gradual da inflação, com ênfase no custo em vez da demanda, além de propor novas políticas de incentivo à retomada do crescimento.

Para Delfim Netto, apesar de o governo ter colocado em prática uma política econômica caracterizada por um rígido controle da demanda, o processo inflacionário ainda era intenso e o ritmo da atividade econômica estava aquém do esperado. Isso se devia ao equívoco no diagnóstico de inflação de demanda, formulado pelo grupo anterior. Segundo ele, a inflação brasileira era percebida como um fenômeno complexo, de múltiplas causas e de natureza cambiante. Assim, ao diagnosticar a inflação puramente de demanda, o PAEG ignorou sua mudança de natureza para custos, que emergiu quando foi feito o controle da demanda. Nessa conjuntura de custos crescentes, o controle rígido da demanda com restrição creditícia levou à queda dos níveis de produção e emprego e, consequentemente, do ritmo de investimento na economia, impedindo a retomada do crescimento. Dessa forma, a rígida ortodoxia praticada no período de vigência do PAEG perdeu sua eficácia, tornando-se causa da continuidade da crise e do processo inflacionário[41].

Delfim Netto já havia diagnosticado como causas da inflação quatro variáveis: os déficits do setor público e a sua forma de financiamento, parcialmente coberto pela emissão de moeda; as pressões de custo derivadas dos reajustes salariais, indexados às taxas de inflação passadas, aumentando os custos de produção; as desvalorizações cambiais, com aumento do custo das importações; e o setor privado da economia, em busca de novos meios de pagamento, alterando a velocidade-renda da moeda.[42] Cabia então à nova equipe econômica utilizar as ferramentas corretas para combater gradualmente o processo inflacionário.

A política fiscal praticada nesse período, especificamente em 1967, passou por uma grande mudança, notadamente no crescimento do déficit orçamentário, que de 1,1% do PIB em

[41] Delfim Netto, Antônio *apud* Macarini (2006), *op.cit*., p. 457-458.

[42] Delfim Netto, Antônio et al.(1965). Alguns aspectos da inflação brasileira. *Estudos ANPES* 1, São Paulo, Associação Nacional de Programação Econômica e Social, p. 3-22.

1966 foi para 1,7% em 1967, e na elevação do teto de isenção sobre o imposto de renda das pessoas físicas, representando um ganho aproximado de 5% nas faixas salariais mais elevadas. Também foram alongados os prazos para recolhimento de impostos, dando ao setor industrial recursos para capital de giro, podendo atender com mais agilidade ao crescimento da demanda. Essas medidas visavam a reativação da economia e, particularmente, do consumo. Em relação à política monetária, priorizou-se a expansão da oferta de moeda e de crédito, liderada pelo Banco do Brasil, com crescimento de 30% a.a. da oferta ao setor privado[43].

O ano de 1968 foi marcado pela implantação do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que, ao reconhecer o esgotamento do processo de substituição de importações e a diversificação das fontes de sustentação do crescimento econômico, propunha a estabilização da moeda, a consolidação da infraestrutura, o fortalecimento da empresa privada e a ampliação do mercado interno. Foram introduzidas medidas de estímulo ao modelo exportador, com isenção de impostos indiretos e a introdução do regime de minidesvalorizações cambias, para evitar que a inflação causasse uma defasagem cambial e, com isso, prejudicasse a balança comercial e, consequentemente, a atividade econômica. Dessa forma, projetava-se um crescimento do produto de, no mínimo, 6% a.a. no período de 1968-1970, estimando-se um desempenho até um pouco acima disso, ao considerar a capacidade ociosa elevada do período.

Todas essas medidas, aliadas aos efeitos da reforma financeira realizada anos antes que facilitou a expansão do crédito ao consumidor, mostraram resultados positivos a partir do primeiro ano de vigência do PED. Em 1968, o PIB cresceu a taxa de 9,8%, mais que o dobro da média dos anos anteriores, que havia sido de 4,2% a.a. (ver Tabela 1). O setor industrial teve um crescimento de 14%, puxado principalmente pelo desempenho da indústria automobilística, com mais de 270 mil unidades produzidas em 1968, contra 225 mil em 1967, e pela indústria da construção civil, ativada pelo incremento da demanda habitacional. O setor de bens intermediários também teve expansão expressiva,

[43] Macarini (2006), *op.cit*., p. 460.

especialmente na siderurgia, que cresceu 16% naquele ano. Por fim, os investimentos industriais também cresceram e as exportações atingiram a marca de US$ 1,8 bilhão, após mais de 15 anos de estagnação[44].

Os resultados alcançados estavam relacionados à nova orientação da política econômica adotada em 1967, priorizando a retomada do crescimento em detrimento do intenso combate à inflação do governo anterior (que não havia sido alcançado, apesar das medidas restritivas adotadas). Entretanto, a ideia de que a inflação teria se tornado um problema secundário colocava em dúvida a qualidade da política em curso e o caráter sustentado da retomada do crescimento. Assim, ao final da gestão Costa e Silva, o combate à inflação voltaria a ser uma prioridade do governo e a política econômica assumiria novamente um caráter ortodoxo em 1969, de forma a garantir um crescimento maior e mais estável. Segundo Delfim Netto, "se pudemos crescer 6% com inflação, vamos correr o risco de crescer 12% sem a companhia da inflação"[45]. Para ele, esse era o melhor momento para enfrentar a inflação, com muito menos sacrifícios do que em qualquer outra ocasião.

Assim, em 1969, foram implementadas medidas para reduzir o déficit orçamentário, como a redução de 10% dos gastos globais dos ministérios e redução à metade do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Na área monetária, adotou-se uma política contrária à expansão da oferta de moeda e de crédito ao setor privado, estimulando a capacidade de geração interna de recursos que levaria, no longo prazo, ao fortalecimento do mercado de capitais e à diminuição da dependência do crédito bancário. Essas medidas foram apoiadas pelo empresariado, especialmente da indústria e do mercado de capitais[46].

O início do governo Médici (1969-1973) foi marcado por uma nova mudança de rota na economia. Já em seu discurso de posse, em outubro de 1969, exaltava a necessidade de retomada do crescimento. Segundo ele, "o Brasil é grande demais para tão poucas

[44] Hermann (2011), *op.cit.*, p. 66.

[45] Delfim Netto, *apud* Macarini (2006), *op.cit*., p. 465.

[46] Macarini (2006), *op.cit*., p. 467-468

ambições", deixando claros seus anseios em relação ao desempenho econômico durante o seu governo. Delfim Netto, que se manteve na Fazenda, adequou-se rapidamente à nova perspectiva, propondo como meta central do novo governo uma taxa de crescimento de 9% a.a. e duplicação da renda *per capita* no período de 1970 a 1980, colocando novamente o combate à inflação em segundo plano.

No geral, a política econômica colheu bons resultados nos anos 1970 e 1971, com distribuição de incentivos à agricultura, aos exportadores, à industria e aos bancos, além de supersafra agrícola, inflação estabilizada, aumento progressivo das reservas internacionais e crescimento acima dos 10% a.a. Entretanto, no plano interno, o crescimento a altas taxas resultou numa conjuntura de superaquecimento nos dois anos seguintes, com níveis de produção próximos à plena utilização da capacidade instalada e escassez de matérias-primas, de insumos e de mão de obra, contribuindo para intensificar a pressão sobre os preços.

Diante desse contexto, o governo então passou a adotar uma nova postura em relação à inflação, sob o pretexto de que "desejava continuar crescendo por muitos anos", porém sem alterar o caráter estruturalista da política vigente, ou seja, sem contração fiscal, monetária ou creditícia que, certamente, afetariam o ritmo de crescimento. Assim, o governo iniciou um movimento de redução das taxas de juros administradas pelo Banco Central, para atuar sobre os problemas relacionados ao custo da produção.

Para a maioria da população, pouco envolvida com questões ideológicas, o país vivia um momento glorioso, com pleno emprego, bolsa de valores em alta, consumo e oferta de crédito abundantes, além de ter conquistado o tricampeonato mundial de futebol. Obras grandiosas como a Ponte Rio-Niterói, a Usina de Itaipu e a rodovia Transamazônica (nunca terminada) eram veiculadas pela mídia como exemplos do sucesso da política implementada. A censura e a propaganda oficial, por sua vez, garantiam o clima de

calmaria e de ufanismo no país. Nesse cenário, em 1971, o governo militar tinha 82% de aprovação, segundo o Ibope[47].

Apesar do sucesso das medidas adotadas nos primeiros anos do regime militar (1964-1973), tanto no que diz respeito à queda da inflação (média de 15,6% a.a. em 1972-73, ante a média de 19,4% a.a em 1969-71) como ao aumento da taxa de crescimento (ver Tabela 3) e dos investimentos (que era de 15% do PIB no período de 1964-67, passando a pouco mais de 20% em 1973), sabe-se que esse desempenho econômico foi alcançado às custas do cerceamento das liberdades individuais, do arrocho salarial e do aumento da concentração de renda.

Tabela 3

Índices de inflação e de crescimento do PIB no Brasil durante o "milagre econômico"

Ano	Inflação em % (IGP-DI)	Crescimento do PIB em %
1968	25,4	9,8
1969	19,3	9,5
1970	19,3	10,4
1971	19,5	11,3
1972	15,7	11,9
1973	15,6	14,0

Fonte: FGV/IBGE (Napolitano, p. 173)

Na próxima seção, serão analisadas as diferentes visões acerca da distribuição de renda no Brasil e do alto custo social do "milagre".

1.2. O problema da concentração de renda no Brasil entre os anos 60 e 70: as visões de Carlos Langoni e Paul Singer

Até o final dos anos 60, a ausência de dados confiáveis impossibilitava uma análise mais aprofundada sobre a relação entre concentração de renda, crescimento econômico e política econômica. A divulgação de dados censitários dessa década e, posteriormente, das

[47] Napolitano (2014), *op.cit.*, p. 160-161.

pesquisas domiciliares anuais conduzidas pelo IBGE (Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), permitiu o surgimento de uma série de estudos[48] sobre essa relação.

A comparação dos resultados dos censos de 1960 e 1970 ampliou o debate e, mesmo diante de técnicas distintas de mensuração, havia o consenso de que a concentração de renda no Brasil nesse período havia aumentado de forma sem precedentes em relação aos países onde havia uma base de dados mais sólida sobre o tema. O índice de Gini, por exemplo, que era de 0,500 em 1960, subiu para 0,568 em 1970 em relação à população economicamente ativa (PEA) com rendimento não-nulo. Incluindo-se as pessoas sem rendimento, o índice elevou de 0,557 para 0,612[49]. Segundo esse índice, que varia de zero a um, quanto mais próximo de um, mais concentrada é a renda de um determinado grupo amostral.

Para analisar a evolução da concentração da renda nesse período, é necessário considerar a composição dos diferentes estratos da sociedade, de forma a reconhecer quem são os ricos, quem compõe a classe média e quem são os pobres. Assim, é possível verificar o impacto do crescimento econômico em determinadas ocupações e avaliar, num segundo momento, a relação com os dados referentes à concentração da renda.

Em 1960, os empregadores constituíam 2,2% de toda população economicamente ativa (excluídos os sem renda), representando 36,7% do grupo com renda alta (dez ou mais salários mínimos). Os autônomos, que representavam 41,4% da população ativa, eram apenas 24,3% do grupo de renda mais alta. Segundo Singer, todos esses empregadores eram proprietários dos meios sociais de produção, enquanto apenas 21,2% dos autônomos possuíam realmente meios próprios de produção, representando cerca de 8,8% da

[48] Destacam-se os estudos de Fishlow (1972), Hoffman e Duarte (1972), Langoni (1973), Malan e Wells (1973), Singer (1986) e Bonelli e Ramos (1995), alguns deles utilizados nesta pesquisa.

[49] Bonelli e Ramos (1995), Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. *Revista Brasileira de Economia* 49 (2), p. 354.

população ativa. Assim, para esse autor, apenas 11% da PEA representava "a burguesia empresarial", a classe capitalista que detinham a posse dos meios de produção[50].

Os empregados, que representavam 56,4% da população economicamente ativa, eram somente 39% do grupo da alta renda, dos quais a maior parte era formada por administradores, técnicos e burocratas, que compõem o que Singer chamou de "burguesia gerencial". Uma pequena parte (3,2%) era composta por operários qualificados, que exerciam ocupações nas indústrias de transformação e de construção e no transporte urbano e rodoviário[51].

Entre 1960 e 1970, a proporção de empregadores no grupo com renda de dez ou mais salários mínimos caiu de 36,7% para 20,6%, enquanto a de empregados nessa mesma faixa de renda aumentou de 39% para 59,8%. A proporção de autônomos também caiu, de 24,3% para 19,6%. Para Singer, isso se deveu ao fato de o desenvolvimento do capitalismo se caracterizar pelo crescimento mais rápido das grandes empresas, comandadas pela "burguesia gerencial", do que das empresas médias e pequenas, dirigidas pela "burguesia empresarial". Assim, considerando o crescimento observado no Brasil na década de 60, isso se refletiu no aumento da proporção de empregados em detrimento da de empregadores: a proporção de proprietários caiu de 36,1% em 1960 para 23,9% em 1970, ao passo que a de administradores subiu de 6,9% para 14,2% e a dos que tinham ocupações científicas, técnicas e afins, foi de 26,1% para 31,2%[52].

O estrato que Singer chamou de classe média (cinco a dez salários mínimos) era formado, em 1960, por 19,7% de empregadores, 23,9% de autônomos e 56,4% de empregados. Cerca de metade desse estrato era composta por proprietários (23%), administradores (5%) e tecnocratas (17,3%). A outra parte era constituída por profissionais liberais, pequenos

---

[50] Singer, Paul (1986). *Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., p. 10.

[51] *Ibidem*, p. 11-12.

[52] *Idem*.

comerciantes e trabalhadores qualificados. Em 1970, essa composição mudou, caindo para 12,1% a proporção de empregadores, mantendo os 24% de autônomos e aumentando para 67,4% a de empregados. Assim, a classe média brasileira, à qual se atribui peso predominante na formação da opinião pública, começava a mudar de caráter social, sendo composta por uma maioria de trabalhadores e não mais por pessoas que ocupavam posição de chefia na hierarquia empresarial[53].

Já o estrato mais pobre da sociedade era formado por pessoas que ocupavam posições marginalizadas no processo de produção social, caracterizadas pela baixa qualificação e precariedade do trabalho. Ao se considerar a faixa de um a dois salários mínimos, 66,6% eram constituídos por empregados, 31,1% por autônomos e 2,3% por empregadores. Dentre os empregados, 20% tinham ocupações agrícolas, enquanto os demais eram empregados na indústria, comércio, construção civil etc. Em 1970, as proporções de empregadores (1,3%) e de autônomos (26,2%) caíram, ao passo que a dos empregados (72,5%) aumentou. Devido ao êxodo rural verificado nesse período (a população que morava em áreas rurais caiu de 55% em 1960 para 44,1% em 1970), a proporção dos que exerciam ocupações agrícolas também caiu para 12,7%. Para Singer, a análise dessa faixa de renda demonstra que a pobreza não decorre apenas do subemprego ou desemprego, mas do "aviltamento do salário mínimo legal, durante toda a existência do regime militar, que permitiu às empresas remunerar sua mão-de-obra em níveis muito baixos, pauperizando-a"[54].

[53] *Ibidem*, p. 16-18

[54] *Ibidem*, p. 19-20

Tabela 4

Distribuição da renda por estrato social 1960/1970

Estrato social	Funções	% PEA 1960	% Renda 1960	% Renda 1970
Classe alta	Empregadores	2,2	36,7	20,6
	Autônomos	41,4	24,3	19,6
	Empregados	56,4	39,0	59,8
Classe média	Empregadores	19,7	12,1	10,8
	Autônomos	23,9	20,4	24,2
	Empregados	56,4	67,5	65,0
Classe baixa	Empregadores	0,6	2,3	1,3
	Autônomos	46,4	31,1	26,2
	Empregados	53,0	66,6	72,5

Fonte: Singer (p. 10 a 23)

Por fim, a faixa da população ativa com renda inferior ao salário mínimo era composta por 53% de empregados, 46,4% de autônomos e 0,6% de empregadores. Mais de 75% dos autônomos e 40,2% dos empregados estavam na agricultura, onde o salário mínimo não vigorava à época. A partir dos anos 60, com a progressiva urbanização desse estrato, as atividades não agrícolas aumentaram de 43% para 47,3% em 1970[55].

Em resumo, 70,1% da população economicamente ativa ganhava, em 1960, menos de um salário mínimo, 26,2% de um a cinco salários e 3,7% cinco ou mais. Os que recebiam menos de um salário mínimo representavam 88,7% da população rural e 54,9% da urbana. Isso porque, como dito anteriormente, o salário mínimo não tinha vigência na agricultura, sendo obrigatório apenas para as empresas urbanas. Assim, a população rural era predominante pobre: apenas 8,4% dos domicílios rurais tinham instalação elétrica, 3,4% possuíam água corrente e 3% estavam ligados à rede de esgotos ou tinham fossa séptica; 12,1% dispunham de rádio, 1,3% possuíam geladeira e somente 0,3% televisão; 55,8% não sabiam ler nem escrever[56].

[55] *Ibidem*, p. 21.

[56] *Ibidem*, p. 26.

A extensão da pobreza nas cidades também era expressiva, entretanto, as condições eram melhores do que no campo: em 1960, 72,4% dos domicílios urbanos possuíam energia elétrica, 47,8% tinham água corrente e 47,2% dispunham de rede de esgoto ou fossa séptica; 61,6% possuíam rádio, 23,3% tinham geladeira e 9,5% televisão; 21,8% da população urbana era analfabeta[57].

Entre 1960 e 1970, enquanto a proporção dos assalariados com menos de dois salários mínimos diminuiu de 78,8% para 76,9%, a com mais de dez salários mais que dobrou, de 0,6% para 1,4%[58]. Em relação aos indicadores de qualidade de vida, entre 1960 e 1970, houve pouca alteração, com pequena queda nas taxas de analfabetismo nas cidades (de 21,8% para 19,3%) e no campo (55,8% para 52,9%), além do crescimento da proporção de famílias com geladeira e TV, que passaram a ser itens de primeira necessidade, utilizados em pouco mais de 2/5 dos domicílios[59].

Tabela 5

Indicadores de qualidade de vida 1960/1970 (% de domicílios)

Indicadores	**População rural**		**População urbana**	
	1960	**1970**	**1960**	**1970**
Instalação elétrica	8,4	8,4	72,4	75,6
Água corrente	3,4	6,2	47,8	52,6
Esgoto	3,0	2,0	47,2	44,2
Geladeira	1,3	3,2	23,3	42,5
Televisão	0,3	1,6	9,5	40,2
Analfabetos	55,8	52,9	21,8	19,3

Fonte: Singer (p. 26 a 37)

[57] *Ibidem*, p. 28.

[58] *Ibidem*, p. 33.

[59] *Ibidem*, p. 36-37.

A política salarial restritiva adotada no PAEG e a repressão às atividades sindicais no período levaram as negociações coletivas a depender exclusivamente da aprovação governamental. Somente em 1968 houve correção na regra de reajuste salarial em relação à distorção resultante da previsão inflacionária abaixo da verificada para aplicação do "resíduo inflacionário", sem, entretanto, cessar a contínua perda do poder aquisitivo do trabalhador[60].

Para Singer, o arrocho salarial foi o principal fator que levou ao aumento da desigualdade observada no período. Para ele, a restrição ao movimento operário e a repressão sobre as ligas camponesas tiraram a representatividade do trabalhador urbano e rural. "O direito de greve foi não só legalmente muito restringido, mas abolido na prática. As poucas greves por aumento de salário, tentadas sobretudo em 1968, foram brutalmente reprimidas pela polícia"[61]. Assim, as grandes empresas podiam aproveitar as facilidades da política salarial para reduzir seus gastos com os trabalhadores menos qualificados e transferir essa renda aos mais qualificados "por mérito", tornando a distribuição mais desigual.

Langoni, por sua vez, entende que o aumento da desigualdade é uma consequência direta do crescimento econômico, considerando que "as mudanças clássicas" que acompanham o processo de desenvolvimento econômico, como a transferência de mão de obra entre os setores, atividades e regiões de mais baixa produtividade para os de mais alta, ou o investimento em educação, por exemplo, "levam a um aumento nos índices agregados de concentração"[62].

---

[60] Lago, Luiz A.C. (1989), A retomada do crescimento e as distorções do "milagre": 1967-1973. In Abreu, Marcelo Paiva et al. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus, p. 235.

[61] Singer (1986), *op.cit.*, p. 30.

[62] Langoni, Carlos Geraldo (2005). *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 3ª ed., p. 97.

Em termos agregados, houve uma redução na participação relativa de todos os grupos na renda total, com exceção do 10+ (decil mais elevado), que teve aumento de 20% na participação global. Entretanto, ao comparar o comportamento da renda média, houve aumento em todos os grupos, considerando que a renda real *per capita* aumentou, em média, 37% no período. Os maiores acréscimos ocorreram nos decis superiores: 67% para o 10+ e 35% para o decil seguinte. No extremo inferior, houve aumento de 28% para o 10- e 21% para o decil seguinte. Os menores acréscimos ocorreram na parte central da distribuição, variando de 6% a 18% (ver Tabela 6)[63].

Para o autor, apesar de não ter sido um processo contínuo, a economia brasileira cresceu substancialmente na década de 60. Esse crescimento de 37% da renda média da população economicamente ativa aproxima-se da estimativa de crescimento do PIB *per capita* (35%), com base nas Contas Nacionais. Além disso, a taxa média de crescimento do PIB foi de 5,8% a.a., sendo mais elevada para a indústria (6,7%) do que para a agricultura (4,2%).

Assim, Langoni rejeita a ideia de que a política salarial tenha sido a responsável pelo aumento da concentração, considerando que a "contenção salarial" posta em prática principalmente em 1965 e 1966 tratava-se de uma parte da política anti-inflacionária, com efeitos negativos no curto prazo, mas que foram compensados pelos benefícios da retomada do crescimento a partir de 1966. "Todos os grupos tiveram ganhos substanciais de renda real, mesmo aqueles cuja renda encontrava-se próxima ao salário mínimo legal e isso pode ser atribuído ao deslocamento dos indivíduos ao longo do espectro da renda, propiciado justamente pela fase de aceleração de crescimento que caracterizou o período 1966/1970"[64].

[63] *Ibidem*, p. 57-58.

[64] *Ibidem*, p. 65-66.

Tabela 6

Comparação da distribuição de renda e renda média 1960/1970

Percentil	Porcentagem de renda		
	1960	1970	1960/1970 (em %)
10-	1,17	1,11	-5,13
10	2,32	2,01	-11,64
10	3,42	2,97	-13,16
10	4,65	3,88	-16,55
10	6,15	4,90	-20,32
10	7,66	5,91	-22,75
10	9,41	7,37	-21,68
10	10,85	9,57	-11,80
10	14,69	14,45	-1,64
10+	39,66	47,79	20,50

Percentil	Renda média (em Cr$ de 1970/mês)		
	1960	1970	1960/1970 (em %)
10-	25	32	28,00
10	48	58	20,83
10	71	84	18,31
10	96	110	14,58
10	127	139	9,45
10	158	168	6,33
10	195	210	7,69
10	225	272	20,89
10	305	411	34,75
10+	815	1.360	66,87

Fonte: Langoni, p. 56

Em relação aos setores primário, secundário e terciário, o panorama é ainda mais contraditório comparando-os com os dados agregados. Segundo Langoni, os setores secundário e terciário recebiam em média, em 1970, rendas duas vezes e meia maiores que as do setor primário, além de serem significativamente maiores do que o salário mínimo

médio vigente[65]. Enquanto 20% da população no setor primário aparecia com renda superior ao salário mínimo médio, esta mesma proporção eleva-se para 60% no setor terciário e 70% no setor secundário[66].

Em termos de distribuição de renda propriamente dita, os resultados indicam que a mudança de setor está acompanhada de um aumento no grau de concentração. Os 5% mais ricos apropriam 26% da renda total no setor primário, 31% no secundário e 32% no terciário. Em contraste, os 75% de renda mais baixas recebiam 44% da renda no setor primário, 38% no secundário e 35% no terciário. O índice de Gini também demonstra esse aumento de concentração, elevando-se de 0,44 no primário para 0,49 no secundário e 0,57 no terciário[67].

Assim, Langoni entende que as mudanças na distribuição setorial da PEA advêm da perda de importância relativa do setor primário e sua consequente menor participação no volume de emprego e renda (queda de 32%). Por outro lado, houve um aumento no dinamismo do setor urbano, onde a produtividade total cresceu à taxa mais elevada, com impacto na renda total do setor (aumento de 33%)[68].

Por fim, o autor ressalta também a importância das mudanças na composição qualitativa da PEA, notadamente na variável educação. Para ele, a expansão da demanda de mão de obra qualificada é uma das consequências do processo de desenvolvimento, principalmente quando há taxas aceleradas de crescimento do setor industrial, elevando os salários relativos desses empregados e a taxa de retorno esperada dos investimentos em educação[69].

---

[65] Em 1970, o salário mínimo variava de Cr$ 124,80 (Nordeste) até um máximo de Cr$ 187,20 (RJ e SP). O valor médio considerado nesta análise é de Cr$ 144,00.

[66] Langoni (2005), *op.cit.*, p. 29.

[67] *Ibidem*, p. 30-31.

[68] *Ibidem*, p. 68.

[69] *Ibidem*, p. 72.

No período analisado, houve redução de 39% para 30% na proporção dos analfabetos e aumento da participação de pessoas com ensino médio e superior, com acréscimo de 96% e 79%, respectivamente. Entretanto, em relação à renda relativa, somente a dos universitários teve aumento de 11%, com queda de 17% na renda daqueles que tinham ensino fundamental e 7% dos indivíduos com ensino médio. Os analfabetos tiveram queda de 26% em sua renda relativa[70]. Assim, o autor conclui que "os baixos níveis de renda, de grande parte da população, esta intimamente associado a baixos níveis de produtividade", que causa esse desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra. Entretanto, ele acredita que esse desequilíbrio era temporário e autocorrigível, devido à possibilidade de eliminar os ganhos extras através da expansão apropriada da oferta de mão de obra qualificada[71].

Seguindo essa lógica, a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda apresentaria um formato de U invertido[72], ou seja, a concentração aumentaria nas fases iniciais do desenvolvimento econômico, caracterizada pela elevada aceleração do crescimento e maior demanda por mão de obra qualificada, e reduziria a partir de um determinado ponto, quando a economia passasse a ter setores predominantemente de alta produtividade, com níveis de renda *per capita* mais elevados e uma taxa de crescimento mais branda[73].

Essa conclusão do autor de que "as maiores diferenças de renda estão associadas às diferenças de níveis de educação"[74] parte da teoria marginalista (ou neoclássica) sobre distribuição, que relaciona remuneração salarial à produtividade marginal do trabalho.

---

[70] *Ibidem*, p. 75-76.

[71] *Ibidem*, p. 187.

[72] Baseado no trabalho de Simon Kuznets, *Economic growth and income inequality*, de 1955.

[73] Gandra, Rodrigo M. (2004), O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico dos anos 90. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2004/o_debate_sobre_a_desigualdade_de_renda_no_brasil.pdf. Acesso em: 07/06/2018.

[74] Langoni (2005), *op.cit.,* p. 110.

Segundo Barone, Bastos e Mattos, para a teoria do capital humano, a produtividade dependeria do grau de instrução de cada indivíduo, sendo, portanto, "derivadas das características individuais de cada trabalhador e não do sistema de trabalho controlado pela organização capitalista empregadora nem das características e possibilidades técnicas dos equipamentos utilizados"[75]. Dessa forma, a política econômica do governo militar era isentada da responsabilidade pela concentração observada no período, sendo tratada como decorrência "natural" do processo de desenvolvimento econômico, geradas pelas mudanças qualitativas (nível de educação, idade e sexo) e alocativas (setorial e regional) da força de trabalho.

Na próxima seção, serão apresentados os principais argumentos do pensamento crítico à "tese oficial" lançada por Langoni, recuperando questões histórico-estruturais para justificar a concentração de renda, apesar da aceleração do crescimento econômico no mesmo período.

1.3. As razões da concentração: discussões e controvérsias sobre a distribuição de renda no Brasil

A partir 1973, com a divulgação do trabalho encomendado pelo Ministério da Fazenda a Langoni sobre a distribuição de renda no Brasil, outras análises foram feitas, muitas delas questionando o método utilizado pelo autor para chegar à conclusão de que a desigualdade é uma consequência inerente ao crescimento da economia brasileira.

Embora utilizassem matrizes de pensamentos variáveis, essas críticas partiam do mesmo pressuposto de que a análise sobre a distribuição de renda deveria adotar uma visão estruturalista, notadamente no que diz respeito à riqueza das famílias e à distribuição desigual da propriedade. Neste ponto, o modelo de crescimento adotado pelo governo

[75] Barone, Ricardo S., Pedro P. Z. Bastos e Fernando A. M. de Mattos (2015), A distribuição de renda durante o "milagre econômico" brasileiro: um balanço da controvérsia. *Texto para Discussão*. IE/Unicamp, Campinas, nº 215, p. 8.

passaria a ter maior responsabilidade sobre os resultados alcançados, colocando em xeque a tese apresentada por Langoni.

Para Piketty, a questão da desigualdade e a redistribuição da renda podem ser explicadas sob dois pontos de vista: de um lado, a posição liberal de direita, que afirma que "só as forças do mercado, a iniciativa individual e o aumento da produtividade possibilitam, no longo prazo, uma melhora efetiva da renda e das condições de vida, em particular dos mais desfavorecidos" [76]. Nesse sentido, o Estado deve interferir o mínimo possível, com instrumentos que permitam um sistema integrado de tributação e transferências fiscais, como proposto por Milton Friedman.

Do outro lado, está a posição da esquerda, com base nos teóricos socialistas do século XIX e da ação sindical, que defende que "somente as lutas sociais e políticas são capazes de atenuar a miséria dos menos favorecidos produzida pelo sistema capitalista" [77]. Dessa forma, o Estado deve intervir inclusive no processo de produção, contestando a forma como as forças do mercado determinam os lucros apropriados pelos detentores do capital e a desigualdade dos salários pagos aos trabalhadores. Assim, a ação pública busca mudar, estruturalmente, a maneira como o mercado produz a desigualdade, permitindo melhorar a eficiência da alocação dos recursos e alcançar a equidade de sua distribuição. A partir dessas duas visões, que analisam de forma antagônica os mecanismos econômicos e sociais que produzem a desigualdade, podemos observar como vários autores se debruçaram sobre o tema após a divulgação dos dados do Censo de 1970.

Singer, em seu artigo publicado em 1973, faz uma crítica direta ao livro de Langoni, notadamente sobre a questão do "capital humano" como fator determinante para a diferenciação de rendas, como defendido pelo autor. Para Singer, é inegável que houve nessa década um aumento da demanda por técnicos, administradores e profissionais liberais em detrimento da mão de obra pouco qualificada, elevando também seus ganhos.

[76] Piketty (2015), *op.cit.*, p. 9-11

[77] *Idem*.

Entretanto, a repartição da renda não se dá exclusivamente por mecanismos econômicos, mas também social e político.

Ele enfatiza que a correlação entre escolaridade e renda não indica uma simples relação de causa e efeito. No Brasil, as oportunidades educacionais eram escassas, o que representava uma vantagem para os jovens vindos de famílias ricas. Assim, a pirâmide educacional refletia a pirâmide da estratificação social, que já era percebida no início dos anos 60 e, portanto, não pode ser um fator explicativo para o aumento acentuado da concentração da renda entre 1960 e 1970.

Para Singer, o fator determinante da concentração de renda verificada nesse período foi o conjunto de medidas, implementadas a partir de 1964, que cerceava as lutas sindicais, ao mesmo tempo em que concedia reajustes salariais em níveis inferiores ao custo de vida, resultando numa real deterioração dos salários, especialmente dos operários que, em sua maioria, recebiam até um salário mínimo. Em dezembro de 1971, por exemplo, o salário mínimo de São Paulo valia 13% menos do que em 1953, apesar de, no mesmo período, o produto *per capita* brasileiro ter aumentado 100%[78]. Assim, a proposta para a solução da redistribuição seria uma política salarial que permitisse fazer com que a remuneração dos assalariados acompanhasse o aumento da produtividade, de forma a "repartir o bolo enquanto ele cresce"[79].

Fishlow também entende que os baixos níveis de educação são um fator importante para justificar a desigualdade de renda, embora ele ressalte que a pobreza no Brasil possui características pontuais que dificultam sua superação. O autor compara o quadro de pobreza brasileiro com o dos Estados Unidos e observa que, devido à localização dessas famílias (áreas rurais) e ao número de filhos acima da média, o acesso à educação dessas pessoas é

[78] Singer, Paul (1975), Desenvolvimento e repartição da renda do Brasil. In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, p. 96.

[79] *Ibidem*, p. 100.

relativamente menor, dificultando a ascensão social por meio da educação. O número de crianças pobres na rede escolar representava um terço do total de alunos, ao passo que elas permaneciam menos anos na escola e tinham avanços mais lentos ao longo da sua permanência. Esses fatores são justificados pela subnutrição, trabalho precoce para complemento da renda familiar e a falta de referência em casa, considerando que grande parte dos pais dessas crianças era analfabeta[80].

Nos Estados Unidos, a camada mais pobre da população era formada por pessoas sozinhas, idosos, em famílias mantidas por mulheres e em que o chefe da família não estava no mercado de trabalho. Assim, essas famílias eram consideradas menos favorecidas porque eram ultrapassadas pelo aumento da renda, e não porque possuíam baixos níveis de produtividade, como no Brasil.

Dessa forma, Fishlow conclui que a educação representa parte das razões, mas não a única. Para ele, o aumento da desigualdade nesse período reflete o fracasso de instrumentos monetários e fiscais convencionais aplicados durante o governo Castelo Branco, com "a destruição do proletariado urbano como uma ameaça política e o restabelecimento de uma ordem econômica voltada para a acumulação de capital privado"[81].

Bacha, por sua vez, introduziu nessa discussão argumentos relacionados à "sociologia das organizações", segundo a qual a remuneração da classe dirigente, formada por proprietários, executivos e gerentes, segue a dinâmica dos lucros. Para a classe dirigida, representada pelos demais funcionários, o nível de salário seguiria a qualificação técnica do indivíduo, as condições de oferta e demanda de mão de obra no mercado de trabalho, os custos de treinamento e os níveis de salário mínimo[82].

---

[80] Fishlow, Albert (1975), A distribuição de renda no Brasil. In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, p. 173.

[81] *Ibidem*, p. 185.

[82] Bacha, Edmar Lisboa (1973), Hierarquia e remuneração gerencial, In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, p. 153.

Assim, para os trabalhadores, a educação teria um efeito "marginal", onde o salário do operário mais qualificado supera o do menos qualificado, enquanto que, nas funções gerenciais, cada novo nível hierárquico corresponderia a um salto salarial, havendo ou não diferença em níveis educacionais. Dessa forma, o fator fundamental na determinação da estrutura de salários corresponderia à posição na escala hierárquica, e não na qualificação individual[83].

Segundo Bacha, a teoria de estratificação social de Dahrendorf, notadamente sobre a "burocracia industrial", que exerce a autoridade delegada na empresa capitalista e quer manter o *status quo* pela conservação das relações de autoridade existentes, oferece os fundamentos para entender a cooperação "classista" entre gerentes e proprietários[84]. Assim, a política de reajuste regressiva do salário mínimo e o controle sindical estabelecidos pelo governo, somados à alta rotatividade do emprego e à oferta de mão de obra não qualificada, contribuíram para a desigual distribuição de renda, sem intervenção da classe dirigente[85].

Hoffmann, por sua vez, apresenta argumentos distintos das análises acima, ao afirmar que o maior problema da distribuição de renda estava relacionado à posse da terra e, consequentemente, da desigualdade de riqueza, que advinha do período do Brasil Colônia. Dessa forma, a concentração ocorrida na década de 60 partiu de uma estrutura anterior, que inclusive favoreceu o crescimento e o desenvolvimento da indústria, determinando o padrão de desenvolvimento da renda e a estrutura produtiva, de modo a atender a uma demanda por bens de consumo duráveis e de luxo em detrimento da procura por bens característicos do consumo de boa parte da população de renda mais baixa[86].

---

[83] *Ibidem*, p. 154.

[84] *Ibidem*, p. 148-149.

[85] Barone, Bastos e Mattos (2015), *op.cit.*, p. 16.

[86] Hoffmann, Rodolfo (1975), Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, p. 116-117.

Malan e Wells foram ainda mais críticos ao texto de Langoni. Os autores destacam que, ao ignorar de forma deliberada a existência de interpretações alternativas à sua para as causas do aumento da desigualdade, especialmente sobre a política econômica implementada durante a década de 60 pelo governo militar, Langoni dá mais ênfase às tendências de longo prazo do que aos componentes cíclicos do período analisado. Através dessa perspectiva, Langoni defende que as alterações na composição educacional da força de trabalho e a desigualdade da renda são resultado de um processo de interação entre oferta e demanda de diferentes tipos de mão de obra, associada à aceleração na taxa de crescimento observada no período, que "tende a beneficiar justamente as categorias mais qualificadas, cuja oferta é relativamente mais inelástica a médio prazo"[87].

Malan e Wells também criticam a teoria do capital humano, a qual supõe que a renda individual é função de determinadas características pessoais, ou seja, são os atributos qualitativos de cada indivíduo que determinam sua produtividade, como educação, sexo e idade. Eles argumentam que, além de ser impossível medir a produtividade dos indivíduos, "parece incorreto associar a renda individual a atributos pessoais, omitindo completamente o processo social de produção de bens e serviços, a distribuição prévia de ativos reais e financeiros e a estrutura de poder da sociedade"[88].

Ao concluir que esse desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra qualificada é temporário e autocorrigível, o estudo de Langoni, para Malan e Wells, parece tratar-se mais "de um ato de fé na operação das forças do mercado do que a eventual conclusão de uma análise científica"[89]. Isso porque não houve na análise um cuidado em relação à

[87] Langoni (2005), *op.cit.*, p. 116.

[88] Malan, Pedro e Wells, John (1975), Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, p. 258-259.

[89] *Ibidem*, p. 261-262

desigual distribuição de propriedade ao delegar apenas à qualificação do trabalhador a determinação da sua renda[90].

Todas essas análises demonstram que, embora o período do "milagre" tenha alcançado resultados importantes para aquele momento da econômica brasileira, com controle da inflação, altos índices de crescimento do PIB e re-equilíbrio do balanço de pagamentos, houve poucos avanços relacionados às questões sociais. O salário mínimo, por exemplo, teve perda real entre 1967 e 1973 de 15%, contraditório, portanto, com os altos índices de crescimento econômico do período. Além disso, a crise do petróleo e o aumento da dependência externa do país, que mantinha o produto como principal fonte de sua matriz energética e importava mais de 90% do petróleo consumido[91], tornaram-se um entrave ao governo Geisel (1974-1979) na manutenção da política desenvolvimentista iniciada nos anos anteriores, agravando ainda mais a concentração da renda e a insatisfação com a política econômica adotada, como será analisado no capítulo a seguir.

[90] *Ibidem*, p. 251.

[91] Napolitano (2014), *op.cit.*, p. 170.

2. A QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS JORNAIS *O ESTADO DE S. PAULO* E *O GLOBO* (1974-1979)

Em sua mensagem de ano novo, divulgada através da rede nacional de rádio e TV no dia 31 de dezembro de 1973, o presidente Médici destacou que o governo seria passado ao novo presidente "sem crise de qualquer espécie". Para ele, 1973 havia sido um "ano marcadamente político, que se pôs à prova a solidez inremovível das nossas instituições e em que se demonstrou, mais uma vez, a completa harmonia entre o supremo comando político e os comandos partidários"[92]. Médici enfatizou também o apoio dado pelo povo à "revolução de 1964", considerando os resultados das eleições para o Senado, em 1970, com a obtenção de 40 cadeiras pela Arena (partido do governo) e seis pelo MDB (oposição), cujos mandatos se estenderiam até 1978.

"Nunca fomos tão felizes" era o *slogan* oficial difundido pela TV para destacar o auge do governo militar, com o "milagre econômico": em 1973, o PIB havia crescido 14% em relação a 1972; a balança comercial era superavitária, com crescimento das importações em 39% e das exportações em 53%; a inflação daquele ano havia sido de 15,6%, abaixo da média dos últimos cinco anos anteriores (19,84% a.a.)[93]. Neste cenário, a propaganda do governo assumia um tom de vitória, dez anos após o golpe, afirmando, através do desempenho econômico, a tese de que o projeto econômico dos militares era a melhor alternativa para restabelecer o crescimento.

Os resultados daquele ano ainda não haviam sido oficialmente[94] afetados pela crise do petróleo, de outubro de 1973, quando, em represália à ajuda dos EUA e de outros países do

---

[92] O Estado de S. Paulo, *Médici diz que passará o governo sem crise*, publicada em 01/01/1974, p. 9.

[93] Napolitano (2014), *op.cit.*, p.172.

[94] Os relatórios do governo Geisel e do Banco Mundial reconheceram que houve manipulação no índice de inflação auferido em 1973, causando uma defasagem de quase 100% no índice do custo de vida, para evitar uma possível insatisfação popular com a volta da inflação, após os resultados positivos obtidos no período de 1968 a 1973 (*ibidem*, p.163).

Ocidente a Israel contra a liga dos países árabes, a OPEP (organização que controlava a produção e o comércio de petróleo no mundo) aumentou o preço do barril de petróleo de US$ 4 para US$ 12. As economias europeias e americana entraram em crise, inclusive com racionamento de energia. O Brasil, que importava cerca de 90% do petróleo que consumia e o tinha como componente de preços em quase todos os produtos do mercado, sentiu fortemente os impactos dessa crise nos meses seguintes.[95]

Nos primeiros meses de 1974 já se via a inversão do cenário promissor deixado pelo governo Médici. A inflação voltava a crescer, pressionando a política econômica do governo recém empossado de Ernesto Geisel. Em maio, na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), o governo demonstrava uma mudança na gestão da política econômica, dando mais espaço aos tecnoburocratas e executivos das estatais do que aos empresários da iniciativa privada na condução da economia[96]. Para Musacchio e Lazzarini, considerando que grande parte dos gestores das empresas estatais eram militares ou formados em universidades de elite, como a Universidade de São Paulo (USP), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e a Escola Superior de Guerra (ESG), a característica mais importante do CEO para o desempenho das estatais não era necessariamente ser político ou especialista técnico, mas pertencer a uma rede de elite dentro do governo[97]. Assim, o novo governo demonstrava seu poder de articulação para manter a política de crescimento econômico, apesar da crise.

Além de buscar o mesmo desempenho econômico do período do "milagre", o governo que tomou posse em 15 de março de 1974 propunha a abertura política, de forma "gradual, lenta e segura". Porém, os primeiros anos do seu governo foram marcados por queda nos índices econômicos, manutenção do arrocho salarial, aumento da concentração da renda, além de censura à imprensa, repressão e tortura aos presos políticos. Durante seu governo,

---

[95] Napolitano (2014), *op.cit.*, p. 169-170.

[96] *Ibidem*, p. 240.

[97] Musacchio, Aldo e Sergio G. Lazzarini (2015), *Reinventando o capitalismo de Estado.* São Paulo, Portfolio-Penguin, *p*. 162-163.

39 opositores desapareceram e 42 foram mortos pela repressão[98], entre eles o jornalista Vladimir Herzog, que causou grande comoção nacional e manifestações populares, como o culto ecumênico na Praça da Sé, em 31 de outubro de 1975, que reuniu mais de oito mil pessoas. Assim, exceto pela desaceleração econômica, pouca coisa mudara com o novo governo.

Entre dezembro de 1968 e janeiro de 1975, por exemplo, havia censores nas redações dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, que proibiam a circulação de determinadas matérias. Essa decisão foi tomada após a publicação do editorial "Instituições em frangalhos", de Júlio de Mesquita Filho, em 13 de dezembro de 1968, quando o *Estado* foi impedido de circular, pouco antes do anúncio do AI-5. Durante esse período, para apontar aos leitores a arbitrariedade imposta pelo governo, esses jornais substituíam as matérias cortadas pelos censores por versos de *Os Lusíadas*, de Camões, além de receitas de bolos e doces. No período, foram mais de 200 páginas censuradas, entre títulos, frases ou matérias inteiras, conforme observado durante esta pesquisa.

[98] Napolitano (2014), *op.cit.*, p. 234.

CENSURADA

O ESTADO DE S. PAULO — 3

volução de 1964 poderia ter mória de quem já se es- estado em jogo. Ou na me- memória de quem já se es- o sr. Petrônio Portela a 31 de março de 1964. Nas mãos da Arena, um somatório anômalo de fidelidade à causa democrática com a fina flor de todos os oportunismos passados e com a ala "fisiológica" de todos os partidos extintos, nada teria sobrado da Revolução de 1964 — se jamais sua preservação lhe tivesse sido confiada.

Razões parecidas levam-nos a não atribuir o resultado que se desenha das eleições a uma derrota da Arena. Nem vale assacar à traição de diretórios municipais ou ao divisionismo de líderes estaduais a reversão das expectativas sobre que se apostava ainda ontem. Vale mais, para a Arena, confessar sinceramente que lhe faltou consistência partidária, ao legitimar, como *nascidos* do tronco partidário, nomes impostos.

Aí está o caminho que levou ao desastre eleitoral, não da Arena, que se conformou com seu apagamento no horizonte político nacional, mas do governo, que se comprometeu em tal processo. E, em São Paulo, de forma tridimensional: do governo federal, estadual e municipal.

Esse vácuo consentido de lideranças arenistas, depois de ter fornecido possibilidades efetivas de vitória ao MDB, deixa nas mãos deste uma herança pesada: a derrota do *governo* transformou líderes improvisados em vitoriosos nomes nacionais, com a responsabilidade de atender, no curto espaço de alguns meses, aos anseios que as urnas exprimiram.

A Arena errou pecando contra seu próprio nome e transformando as eleições numa correia sem fim de recondução dos mesmos homens, alguns coerentes apenas com a pobreza voluntária de idéias e o medo absoluto de oferecer alternativas para o processo que, pelo menos recentemente, as pedia. O MDB errará, pensando que a vontade do povo se limita à renovação de nomes e cadeiras nas assembléias.

A hora recomenda humildade a todos. Seria melhor dizer que ela é a hora da verdade do processo eleitoral, a hora da soberania do povo. Humildade do governo, que deverá sair à busca dos erros e equívocos do Sistema, até reencontrar o ponto onde os caminhos se abriram em divergência, os seus e os do povo. Uma busca lenta e penosa, sem dúvida, mas que, desencadeada pela consulta popular, é preciso agora *não* interromper mais.

Humildade dos líderes políticos, que subverteram a própria essência do mandato, trocando a lealdade para com as bases pela subserviência às cúpulas: eles não têm agora que chorar derrotas, senão as de que foram, eles próprios, os artífices. Humildade dos que lhes tomaram os lugares, que poderiam ser tentados, pela arrogância e vaidade, a roubar do povo o que só a este pertence: o sentido da vitória.

A *vitória* indica que é preciso mudar, que o futuro não deve ser como o presente ou o passado mais próximo. O dinamismo popular que as eleições revelaram poderá, entretanto perder-se bem cedo: pelo ma-

Eleições e política econômica

Temos certeza de que o resultado das eleições do dia 15 do corrente em nada afetará as diretrizes e a execução da politica economico-financeira. Deve-se este fato a haver um consenso quase completo no tocante aos problemas principais. As experiencias com a inflação galopante de 1963|64 levaram o País a compenetrar-se da necessidade de se equilibrarem os orçamentos publicos ou, pelo menos, de cobrirem-se os excedentes das despesas sobre as receitas com recursos não-inflacionistas. Compreende-se outrossim, que uma politica salarial demagogica intensifica o desajustamento monetario, tornando mais ricos os ricos e os pobres mais pobres. Já se verificou também que o tratamento irresponsavel da questão da distribuição da renda segundo um ponto de vista regional ou social acarreta efeitos contrarios aos interesses permanentes das camadas sociais menos favorecidas.

As experiencias do Brasil e de outros países revelam *igualmente* que não atende às conveniencias da coletividade a estatização das atividades produtoras e que esta compromete, em detrimento da coletividade, a ascensão do Produto Interno Bruto. Compenetrou-se ainda o povo brasileiro de que a orientação nacionalista dificulta a expansão e a racionalização das atividades agropecuarias, industriais, bancarias e comerciais.

Por outro lado, a evolução da conjuntura internacional, que se caracteriza pela estagflação, ou seja pela concomitancia do declinio das atividades produtoras com o agravamento da inflação, exige que mantenhamos a politica economico-financeira que viemos aprimorando nos ultimos seis anos. Ninguém ignora a gravidade dos problemas criados pelo encarecimento arbitrario do petroleo e seus derivados, nem tampouco o crescimento das dificuldades com que se depara a *nossa* "ofensiva" de exportação, sobretudo de artigos industrializados.

Felizmente dispomos, por outro lado, de grande e, até agora, pouco aproveitado potencial de produção e, pois, de capacidade de exportação de generos de primeira necessidade. Trata-se de produtos de que urgentemente necessitam numerosos países, plenamente desenvolvidos. Por isso, sua importação, por esses países, não poderá ser dificultada por medidas de um protecionismo alfandegario. Graças a isto, já a prazo medio poderá melhorar a situação de nossa balança comercial e de nosso balanço de pagamento. Ao mesmo tempo, deverá crescer o mercado interno para mercadorias industrializadas, permitindo atenuar os efeitos negativos do alto protecionismo aduaneiro que, dia a dia, pesa no plano mundial.

Que nossa politica economico-financeira continua inspirando confiança no Exterior, prova-o o fato de que, apesar da morte repentina do chanceler da Arabia Saudita, Omar Sakhaf, foi confirmado o convite de países arabes ao ministr

Reação do governo é a maior preocupação

Das Sucursais

BRASILIA — Como a Revolução reagirá à derrota fragorosa de seus candidatos nas eleições de sexta-feira? — esta a grande interrogação que preocupa não só os políticos, mas os empresários, os militares, os profissionais liberais e até expressivas figuras do Sistema. Vivêssemos um Estado de Direito e o resultado do pleito parlamentar seria considerado unicamente uma expressão do processo eleitoral, algo semelhante ao que já aconteceu no passado, como por exemplo a vitória esmagadora de Janio Quadros em seguida ao governo Juscelino Kubitschek. Naquela ocasião, como em outras, inverteu-se inteiramente o pêndulo do poder, sem que em nenhum momento estivessem em jogo os valores maiores de nossas instituições.

Agora, porém, é diferente. O poder revolucionário, situado acima e além das leis, dispõe de condições para interferir em tudo, até mesmo nas consequências de uma eleição. Em 1965, depois da vitória dos candidatos Israel Pinheiro e Negrão de Lima, em Minas Gerais e na Guanabara, viu-se o governo Castelo Branco obrigado a adotar drásticas medidas de exceção, reeditando o ato institucional que não tinha numero e retrocedendo em suas próprias intenções democratizadoras. Agora, o quadro é semelhante. O governo Geisel fez questão de garantir campanhas quase livres e eleições livres. Deixou que a Revolução, mais uma vez, fosse submetida ao julgamento popular. Não se duvida que o presidente e seus principais assessores desejem com firmeza continuar seguindo a mesma trilha no rumo do aprimoramento do regime, absorvendo a derrota e considerando-a como contingência natural de seu esforço em garantir campanhas e eleições. Neste sentido, inclusive, aguarda-se uma palavra oficial do Palácio do Planalto, mesmo por meio de porta-vozes. A posse dos eleitos e a possibilidade, no novo Congresso, darem configuração às teses vitoriosas que defenderam nos ultimos dois meses, seria uma projeção ditada pela implacável natureza das coisas.

Muito dependerá da oposição

Acontece, porém, que as coisas revolucionárias possuem natureza diversa. Se houve, no Sistema, os que pretenderam ficar contra as campanhas quase livres e as eleições livres — identificando nelas uma perspectiva de volta ao passado ou de contestação ao movimento de 64 — o mínimo a prever é que agora, diante da derrota, se sintam estimulados a prosseguir na mesma ladainha. Não faltarão raciocínios os mais esdruxulos, a começar pelo que situa "O Brasil num contexto tão grave de dificuldades economicas que qualquer liberalização política nos conduziria ao caos". Mesmo para esses, no entanto, não será fácil agir. Pregar o impedimento de determinados candidatos vitoriosos seria algo tão chocante quanto defender um imobilismo crônico para o novo Congresso, seja pela reforma da legislação vigente, seja pelas pressões de fato. Ainda mais quando o próprio chefe da Revolução, o presidente da Republica, situou nas eleições de sexta-feira o início do gradativo e penoso processo de aprimoramento do regime.

De qualquer forma, torna-se evidente que, não vivendo o País um Estado de Direito, não apenas ao presidente da Republica é dado estabelecer a realidade. Revolucionariamente, ela também se faz pela ação de outros setores — e a história recente tem sido pródiga de exemplos nesse sentido.

Se ao governo Geisel caberá garantir o desdobramento da equação eleitoral, também é óbvio que ele não poderá permitir excessos ou contestações, caso venham a ocorrer, agora ou depois da instalação do novo *Congresso. Ao MDB*, pois, voltam-se prioritariamente as atenções, pois muito dependerá de seus dirigentes a delimitação de uma precisa linha política. A defesa dos postulados defendidos nas campanhas e aceitos nas urnas não se poderá confundir com a vindita, pois aos vitoriosos, mais do que nunca, é importante não *tripudiar sobre os derrotados*. Sem abrir mão de seus princípios ou objetivos — o maior dos quais é o mesmo aprimoramento do regime — a revigorada oposição precisará estar atenta para não fornecer nem motivos e nem pretextos para os inconformados com o seu crescimento, pois ainda custará muito chegar o dia em que, mesmo sendo majoritária, ela poderá assumir o governo.

C.C.

Os rumos da reforma política

RIO — A pacifica revolução eleitoral, inesperadamente encaixada num processo que perdia o seu dinamismo e tendia para a acomodação da inercia, criou para o governo a inevitabilidade da reforma politica. E, mais, indicou claramente os seus rumos, na definição de anseios nacionais liberalizantes, manifestados com clareza transparente.

Só a mais equivocada das especulações poderá imaginar que uma reação popular, das dimensões e da profundidade da que jorra das urnas, em todo o País, a partir do instante em que elas começaram a ser apuradas, poderá desaguar numa contra-reação oficial de orientação restritiva. E não apenas porque seria preciso apelar para a mais obscurantista imaginação criadora para descobrir novas formulas de endurecimento, mas principalmente porque nem é esta a conclusão do bom-senso e nem se ajustaria às notorias intenções do governo.

A revelação surpreendente de um estado de espirito nacional, que apenas explodiu no inebriamento da primeira oportunidade depois de tantos anos de opressão sufocante, criou os elos de uma solidariedade, firmou um compromisso. E nenhum artificio de raciocinio apoia a capciosa suposição de que há faixas inconformadas, desligadas, por alienação, do sentimento majoritario. As apurações confirmam que a tendencia do eleitorado foi universal: nem secciona classes, nem diversifica por zonas de predominancia de ricos, pobres, nem ratifica a tradicional contradição entre o comportamento da população rural e urbana. E, mais, os votos das seções que funcionaram nas vizinhanças dos quartéis, nas areas de mais densa concentração militar, apresentam resultados em tudo e por tudo identicos às demais.

As urnas *falaram* a linguagem de uma união nacional, tecida nos misterios de uma identificação inarticulada, que se amalgamou em silencio.

Um inesperado apoio à abertura

Pelos caminhos amargos da derrota do Sistema o governo alcança, paradoxalmente, o expresso assentimento de uma contundente *maioria*, aos seus projetos e intenções, claramente expostos em pronunciamentos do presidente Ernesto Geisel. E recebe os estímulos para abreviar a sua execução, saltando por cima da timidez dos prazos da prudencia, queimando as etapas do gradualismo, adotado apenas para atender a circunstancias que foram profundamente alteradas, com a sacudidela eleitoral.

Pelas artes de uma instintiva sabedoria ou por puro acaso, o protesto das urnas poupou os instrumentos que o governo precisa para aviar a receita das reformas. Ao menos dois mais notorios: na Bahia, a eleição do senador Luiz Viana Filho, conquistada por uma arena que se apoiou em liderança solida e contra um MDB em frangalhos e que arvorara uma candidatura grotesca, mantém nas mãos do governo a solução anunciada para começar a reestruturação da estropiada legenda oficial; na Guanabara, a reeleição com sobras de votos que desmentem o pessimismo do Ibope, do deputado Celio Borja, preservou uma liderança competente para ajudar o governo a analisar a explosão popular e dela extrair as lições e consequencias racionais e adequadas.

É claro que é cedo, antes de conhecidos os resultados definitivos e da pausa para a necessariamente lenta analise de todas as *suas* causas, das nacionais, até os fatores de agravamento ou perturbação locais, para tentar antecipar o que deverá vir por aí. Mas, além da evidencia de uma total reestruturação da Arena, a ser facilitada pela decorosa renuncia dos derrotados, o governo terá que rever toda uma filosofia e começar a buscar as soluções permanentes para tantas situações que vinham sendo contemporizadas por meio do recurso do expediente. Uma delas, e das mais delicadas, é a eleição dos governadores. O governo tem agora a possibilidade de decidir pelo melhor e não pelo seu interesse imediato. Com a maioria emedebista nas assembléias legislativas de São Paulo, Rio Grande do Sul e do futuro Estado do Rio, além de outras provaveis mas por definir, não mais seduz a perdida comodidade da eleição indireta, seja no abastardamento da sua deturpação, seja mesmo restaurada na sua autenticidade.

O governo tem o prazo certo de dois anos para remodelar a Arena e conquistar o livre e consciente apoio popular para enfrentar as eleições municipais. E quatro para o exame final, nas eleições decisivas de definição irrecorrivel, de 1979. Ainda sob a presidencia do general Ernesto Geisel e no julgamento historico do seu governo.

V.B.C.

Figura 3 – Página com matéria censurada. Fonte: Acervo Estadão

Os Lusíadas

Canto Terceiro

Luiz de Camões

Continuação

Sarraceno,
Posto que em força
e gente tão pequeno;

43 Em **nenhua** outra
cousa confiado,
Senão no sumo Deus
que o Céu regia,
Que tão pouco era o
povo **bautizado,**
Que, **pera** um só,
cem Mouros haveria.
Julga qualquer juízo
sossegado
Por mais temeridade
que ousadia
Cometer um tamanho
ajuntamento,
Que **pera** um
cavaleiro houvesse
cento.

44 Cinco Reis Mouros
são os inimigos,
Dos quais o principal
Ismar se chama;
Todos **exprimentados**
nos perigos
Da guerra, onde se
alcana a ilustre fama.
Seguem guerreiras
damas seus amigos,
Imitando a **fermosa** e
forte Dama
De quem tanto os
os Troianos se
ajudaram,
E as que o
Termodonte já
gostaram.

45 A matutina luz,
serena e fria,
As Estrelas do Pólo
já apartava,
Quando na Cruz o
Filho de Maria,
Amostrando-se a
Afonso, o animava.
Ele, adorando Quem
lhe aparecia,
Na Fé todo
inflamado, **assi**
geitava:
"Aos Infiéis, Senhor,
aos Infiéis,
E não a **mi,** que creio
o que podeis!"

46 Com tal milagre os
animos da gente
Portuguesa
inflamados,
levantavam
Por seu Rei natural
este excelente
Príncipe, que do
peito tanto amavam;
E diante do exército
potente
Dos **immigos,**
gritando, o céu
tocavam,
Dizendo em alta voz:
"Real, real,

Continua

Os rumos da reforma política

Das Sucursais

RIO — A pacífica revolução eleitoral, inesperadamente encaixada num processo que perdia o seu dinamismo e tendia para a acomodação da inercia, criou para o governo a inevitabilidade da reforma politica. E, mais, indicou claramente os seus rumos, na definição de anseios nacionais liberalizantes, manifestados com clareza transparente.

Só a mais equivocada das especulações imaginará que uma reação popular, das dimensões e da profundidade da que jorra das urnas, em todo o País, a partir do instante em que elas começaram a ser apuradas, poderá desaguar numa contra-reação oficial de orientação restritiva. E não apenas porque seria preciso apelar para a mais obscurantista imaginação criadora para descobrir novas formulas de endurecimento, mas principalmente porque nem é esta a conclusão do bom senso e nem se ajustaria às notorias intenções do governo.

A revelação surpreendente de um estado de espirito nacional, que apenas explodiu no inebriamento da primeira oportunidade, criou os elos de uma solidariedade, firmou um compromisso. E nenhum artificio de raciocinio apoia a capciosa suposição de que há faixas inconformadas, desligadas, por alienação, do sentimento majoritario. As apurações confirmam que a tendencia do eleitorado foi universal: nem secciona classes nem diversificada por zonas de predominancia de ricos, pobres, nem ratifica a tradicional contradição entre o comportamento da população rural e urbana. E, mais, os votos das seções que funcionaram nas vizinhanças dos quartéis, nas areas de mais densa concentração militar, apresentam resultados em tudo e por tudo identicos às demais.

As urnas falaram a linguagem de uma união nacional, tecida nos misterios de uma identificação inarticulada, que se amalgamou em silencio.

Um inesperado apoio à abertura

Pelos caminhos amargos da derrota o governo alcança, paradoxalmente, o expresso assentimento de uma contundente maioria, aos seus projetos e intenções, claramente expostos em pronunciamentos do presidente Ernesto Geisel. E recebe os estimulos para abreviar a sua execução, saltando por cima da timidez dos prazos da prudencia, queimando as etapas do gradualismo, adotado apenas para atender a circunstancias que foram profundamente alteradas com a sacudidela eleitoral.

Pelas artes de uma instintiva sabedoria ou por puro acaso, o protesto das urnas poupou os instrumentos que o governo precisa para aviar a receita das reformas. Ao menos dois mais notorios: na Bahia, a eleição do senador Luiz Viana Filho, conquistado por uma Arena que se apoiou em liderança solida e contra um MDB em frangalhos e que arvorara uma candidatura grotesca, mantém nas mãos do governo a solução anunciada para começar a reestruturação da estropiada legenda oficial; na Guanabara, a reeleição com sobras de votos que desmentem o pessimismo do Ibope, do deputado Celio Borja, preservou uma liderança competente para ajudar o governo a analisar a explosão popular e dela extrair as lições e consequencias racionais e adequadas.

É claro que é cedo, antes de conhecidos os resultados definitivos e da pausa para a necessariamente lenta analise de todas as suas causas, das nacionais, até os fatores de agravamento ou perturbação locais, para tentar antecipar o que deverá vir por aí. Mas, além da evidencia de uma total reestruturação da Arena, a ser facilitada pela decorosa renuncia dos derrotados, o governo terá que rever toda uma filosofia e começar a buscar as soluções permanentes para tantas situações que vinham sendo contemporizadas por meio do recurso do expediente. Uma delas, e das mais delicadas, é a eleição dos governadores. O governo tem agora a possibilidade de decidir pelo melhor e não pelo seu interesse imediato. Com a maioria emedebista nas assembléias legislativas de São Paulo, Rio Grande do Sul e do futuro Estado do Rio, além de outras provaveis, mas por definir, não mais seduz a perdida comodidade da eleição indireta, seja no abastardamento da sua deturpação seja mesmo restaurada na sua autenticidade.

O governo tem o prazo certo de dois anos para remodelar a Arena e conquistar o livre e consciente apoio popular para enfrentar as eleições municipais. E quatro para o exame final, nas eleições decisivas de definição irrecorrivel, de 1979. Ainda sob a presidencia do general Ernesto Geisel e no julgamento historico do seu governo.

V.B.C.

Figura 4 – Página publicada com versos de "Os Lusíadas", de Camões. Fonte: Acervo Estadão

Assim como a maioria dos grandes jornais, como *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* apoiou o golpe que depôs o presidente João Goulart, defendendo em seus editoriais da época uma intervenção militar transitória. Porém, "ao perceber que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência e queriam a perpetuação dos militares no poder, o jornal retira seu apoio e passa a fazer oposição"[99]. Já *O Globo* manteve seu apoio até o final do governo militar, em 1985. Somente em 2013, à luz das manifestações de junho e às críticas ao apoio do grupo Globo à ditadura, o jornal publicou um editorial assumindo ter sido um erro o apoio ao golpe, justificando que "*O Globo* não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original"[100].

Dessa forma, considerando que os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* assumiram posições diferentes ao longo do governo militar, tendo um deles inclusive a censura direta às matérias publicadas, este capítulo analisa de que maneira os dois jornais abordaram em suas matérias a questão da distribuição de renda, entre os anos 1974 e 1979, durante o governo Geisel. Nesse período, houve grandes debates sobre o tema, tanto nos meios acadêmicos, como vimos no capítulo anterior, como nas esferas políticas, sendo inclusive citado como um dos objetivos do II PND. Assim, as próximas seções deste capítulo analisarão como essa discussão chegava à população leitora em geral.

A primeira seção analisa as medidas econômicas adotadas pelo governo, com o lançamento do II PND e o enfrentamento à crise do petróleo de 1973, bem como os números referentes ao aprofundamento da concentração da renda observada no período. A segunda seção traz as matérias publicadas sobre o tema nos dois jornais selecionados, analisando em que

---

[99] Acervo O Estado de S. Paulo. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 03/12/2017.

[100] O Globo, *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro*. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604. Acesso em: 03/12/2017.

medida as abordagens mantinham aderência às linhas interpretativas de Singer e Langoni, como discutidas no capítulo anterior, e de que forma a população se mantinha informada sobre essa discussão.

2.1. O II PND e as medidas econômicas adotadas no governo Geisel

Em setembro de 1974, o governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha como proposta central imprimir novo rumo ao desenvolvimento brasileiro, ao priorizar o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital. O plano pretendia acelerar o processo de substituição de importações, que havia sido, em parte, deixado de lado no período do "milagre"[101].

Destacam-se como principais objetivos e instrumentos do II PND:

a) Crescimento de 10% a.a. do PIB, de 12% a.a. do produto industrial e de 7% a.a. da agricultura, além do aumento de 2,5 vezes do *quantum* de exportações, entre 1974 e 1979;
b) Substituição de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos (química pesada, siderurgia, metais não ferrosos e minerais não metálicos);
c) Desenvolvimento de projetos de exportação de matérias primas (celulose, ferro, alumínio e aço);
d) Grande elevação da produção interna de petróleo, além da ampliação de geração de energia hidrelétrica;
e) Desenvolvimento do transporte ferroviário e dos sistemas de telecomunicações, além da realização de programas de eletrificação rural, irrigação, construção de armazéns e centrais de abastecimento[102].

[101] Fonseca, Pedro Cesar e Sergio Monteiro (2007), O Estado e suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política* 28, 1 (109), p. 28-29.

[102] Serra (1984), *op.cit.*, p. 118-119.

Para alcançar essas metas, o governo promoveu a transferência de parte da poupança privada para novos investimentos; obteve financiamento externo e atraiu investidores estrangeiros, sob a forma de *joint ventures*, para projetos de exportação; realizou o redirecionamento do PIS/PASEP para o sistema BNDE, para investimento na produção de bens de capital; e mobilizou empresas estatais para o cumprimento de programas de investimentos e produção.[103]

Entretanto, o que se viu nesse período foi uma série de medidas contraditórias e resultados bem distantes dos projetados. Segundo Coutinho, entre 1974 e 1978, a política econômica "tentou conjugar objetivos irreconciliáveis, ao tentar sustentar as elevadas taxas de crescimento com uma política expansionista de investimento público, e, ao mesmo tempo, reverter a aceleração da inflação e conter o déficit do balanço de pagamentos, com uma política de crédito contencionista"[104].

Segundo Hermann, Geisel era um militar do grupo dos "castelistas", em referência ao ex-presidente Castello Branco, identificado como moderado do ponto de vista político e progressista no plano econômico, que se empenhava na formação de um capitalismo nacional de perfil liberal. Assim, a abertura política planejada por ele e seu ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, não pretendia afastar os militares do poder, mas sim institucionalizar esse poder através da formação de uma base partidária sólida, em vez de pela força. Para tanto, o apoio das elites empresariais locais era estratégico para enfraquecer tanto a "ala dura" militar quanto os movimentos políticos de esquerda representados pelos sindicatos e organizações estudantis, que combatiam tanto o regime militar no Brasil quanto o modelo de economia capitalista que vinha sendo implementado por esse regime

[103] *Ibidem*, p. 119-120.

[104] Coutinho, Luciano G. (1981), Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980. *Revista de Economia Política* 1 (1), p. 77-78.

desde 1964. Assim, o II PND atendia às elites empresariais e ao projeto político do governo[105].

O crescimento observado durante o "milagre" foi acompanhado do aumento da dependência estrutural da economia brasileira em relação ao petróleo. A participação no consumo total da energia primária elevou-se de 34% em 1971 (primeiro dado disponível) para 40% em 1973. O consumo do petróleo cresceu continuamente durante o "milagre", aumentando de 21 milhões de m^3 em 1967 para 46 milhões de m^3 em 1973. No mesmo período, a importação do insumo elevou-se de 59% do consumo interno para 81%[106].

Com o primeiro choque o petróleo, essa elevada dependência externa da economia brasileira passou a limitar a capacidade de crescimento do país. O preço médio do barril saltou de US$ 2,48 em 1972 para US$ 3,29 em 1973 e US$ 11,58 em 1974, subindo gradualmente até US$ 13,60 em 1978[107]. Além disso, nos países industrializados, houve imediatamente um aumento na taxa juros, resultando na contração da atividade econômica entre 1974 e 1975, comprimindo ainda mais a capacidade de importar dos países em desenvolvimento. No Brasil, o resultado foi o aumento dos déficits comerciais, passando de uma balança comercial em equilíbrio, em 1973, para um déficit de US$ 4,7 bilhões, em 1974[108].

Para Hermann, o modelo de ajuste externo adotado por Geisel foi o de ajuste estrutural através do II PND, um plano de investimentos públicos e privados que se propunha a "cobrir a área da fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento". Os novos investimentos eram dirigidos aos setores identificados como "pontos de estrangulamento":

---

[105] Hermann, Jennifer. (2011b), Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In Giambiagi, Fábio et al. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 81-82.

[106] *Ibidem*, p. 75.

[107] *Ibidem*, p. 76.

[108] *Ibidem*, p. 77.

infraestrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação. "Diante da magnitude e do longo prazo de maturação dos investimentos planejados e da inexistência de mecanismos privados de financiamento de longo prazo no Brasil, a viabilização do II PND dependia, basicamente, de fontes de financiamentos público e externo"[109].

Para Castro e Souza, em 1974 e 1975, muitos países optaram pelo reajustamento de suas economias mediante políticas de desaquecimento, acompanhadas de elevação gradual dos preços dos derivados do petróleo. No Brasil, pelo contrário, o II PND previa a manutenção do crescimento, com maior endividamento por intermédio, principalmente, de países da OPEP, que ofereciam crédito (os petrodólares) aos países com razoável grau de desenvolvimento.[110]

Bresser Pereira, no entanto, afirma que a desaceleração do crescimento da economia não foi ocasionada pelo choque do petróleo, mas sim pelo fato de o crescimento observado durante o "milagre" se mostrar insustentável. Para ele, "é certo que o choque do petróleo ajudou a provocar a reversão do ciclo, mas também é óbvio que a extraordinária acumulação ocorrida entre 1967 e 1973 teria necessariamente de desembocar em crise"[111]. Entre 1967 e 1973, os investimentos na indústria de transformação cresceram a uma taxa anual de 26,5%, caindo verticalmente para um crescimento de apenas 0,1% ao ano entre 1973 e 1980.

Houve também, segundo o autor, uma crise de subconsumo, especialmente na indústria de bens de consumo durável (em particular de automóveis), que vinha liderando o ciclo expansivo. Embora a capacidade de consumo dos trabalhadores e, principalmente, da classe média empregada (que era o mercado fundamental da indústria automobilística) estivesse

---

[109] *Ibidem*, p. 80.

[110] Castro, Antonio Barros de e Francisco Eduardo Pires de Souza (1985*), A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 27-29.

[111] Bresser Pereira, Luiz Carlos (1983). Auge e declínio nos anos setenta. *Revista de Economia Política* 3 (2), p. 105.

crescendo, a produção de bens de consumo durável estava crescendo muito mais rapidamente. No período 1967-1973, a indústria de bens de consumo durável cresceu à taxa anual de 23,6%, enquanto os salários médios no mesmo período cresceram à taxa anual de 3,1%. A sobreacumulação e a superprodução ocorreram, portanto, em relação à capacidade de consumo[112].

Em relação à distribuição de renda na década de 70, Singer divide a análise em dois períodos: de 1970 a 1976 e de 1977 a 1980. Para ele, mesmo com o aumento da inflação a partir de 1974 e o crescimento irregular pós "milagre", a expansão econômica manteve-se com vigor até 1976. Nos anos restantes, a economia continuou a crescer num patamar mais baixo, embora acima do crescimento populacional.

Assim, a partir de 1970, a composição da classe média passou por duas transformações importantes: caiu a participação do empresariado e aumentou a do proletariado e, dentro da classe média, caiu a proporção de empregadores e subiu a de gerentes e tecnocratas; e a proporção de empregadores caiu de 12,1% em 1970 para 10,8% em 1976 e para 9,4% em 1980. A proporção de autônomos oscilou, aumentando de 20,4% em 1970 para 28,3% em 1976, caindo depois para 24,2% em 1980[113].

O autor destaca a "proletarização da classe média", devido ao considerável aumento da participação do proletariado na classe média brasileira de 1970 em diante. A proporção de empregadores oscilou entre 60,9% e 67,4%, mas dentro dela a proporção de administradores em geral não passou de 1/6 (11,8% em 1970 e 10,7% em 1980), aumentando, no período, a proporção dos que têm ocupações industriais (de 5,1% para 16%) e no transporte urbano e rodoviário (de 2,3% para 4,7%), caindo um pouco os que exerciam funções burocráticas ou de escritórios (de 12,4% para 10,5%). A ascensão da classe operária a níveis de renda maiores lhes deu acesso inclusive ao consumo de bens

[112] *Ibidem*, p. 105-106.

[113] Singer (1986), *op.cit.*, p. 17.

duráveis típicos da classe média, como automóveis, TV a cores etc. O número de operários industriais no referido extrato aumentou de 38 mil em 1970 para 413 mil em 1980[114].

Apesar dessa "proletarização da classe média", o estrato com um a dois salários mínimos de renda modificou-se consideravelmente. Em 1980, era formado por cerca de 10% de camponeses, 10% de autônomos urbanos e 80% de proletariado, contra 12,7%, 26% e 72,5% em 1970, respectivamente[115].

Entre 1960 e 1980, no estrato de quem recebe menos de um salário mínimo de renda, aumentou a proporção dos que prestam serviços domésticos e de alimentação (de 7% para 15,7%), dos que têm ocupações no comércio (de 3,2% para 6%) e dos que estão ocupados na construção civil (de 3,4% para 4,6%), enquanto que a proporção dos que têm ocupações na indústria de transformação se manteve no mesmo nível, pouco acima de 10%[116].

O autor destaca também que, dada a precariedade de vínculos no trabalho, os subproletários apresentam enorme mobilidade ocupacional. Essa mobilidade, no espaço geográfico e na divisão social do trabalho, atesta o caráter de exército industrial de reserva do subproletariado. "Trata-se de uma ampla massa de trabalhadores que se encontra potencialmente à disposição do capital o qual, mediante o mero desembolso de um salário mínimo, pode a qualquer momento mobilizá-la, engajando-a onde quer que necessite de mão-de-obra pouco qualificada"[117].

No período entre 1970 e 1976, a proporção de famílias com renda até um salário mínimo caiu de 45,2% em 1970 para 21,3% em 1976, e a de famílias com renda de um a dois salários mínimos aumentou de 22,8% em 1970 para 24,7% em 1976. Assim, a extensão da

---

[114] *Idem*.

[115] *Ibidem*, p. 20.

[116] *Ibidem*, p. 22.

[117] *Idem*.

pobreza no Brasil diminuiu consideravelmente nesse subperíodo, passando de 68% em 1970 para 46% em 1976[118]. Nesse mesmo período, o salário foi teve um ligeiro aumento em termos absolutos (poder de compra) – cerca de 5% no Rio de Janeiro e 7% em São Paulo. Mas em termos relativos, o salário mínimo continuou caindo, pois seus reajustamentos nominais não acompanharam a rápida expansão do PIB *per capita* do período, com perda de 45% de seu valor relativo[119].

Assim, para o autor, o crescimento da economia brasileira durante o período do milagre reduziu as dimensões da pobreza absoluta, mas não as da relativa. Em compensação, multiplicou-se a proporção de famílias de rendas média e alta. As famílias com renda de cinco a dez salários mínimos passaram de 3,7% do total em 1970 para 14,2% em 1976, e as com rendas de dez salários mínimos ou mais passaram de 1,5% para 9,9%[120].

Singer ressalta que a política econômica posta em prática durante o milagre favoreceu a concentração do capital, ou seja, a multiplicação e o crescimento das grandes empresas. A política trabalhista e, em particular, a política salarial nesse período provocaram a concentração da renda salarial, sobretudo nas grandes empresas. Assim, surgiu o crescimento explosivo da demanda por bens e serviços de alto padrão, cuja expansão marcou precisamente o milagre econômico brasileiro[121].

Em relação aos padrões de consumo nas cidades, entre 1970 e 1976, os domicílios com instalação elétrica aumentaram de 75,6% para 84,9%, os com geladeiras de 42,5% para 60% e os com aparelho de televisão de 40,2% para 66,4%. No campo, no mesmo período, os domicílios com instalação elétrica aumentaram de 8,4% para 19,2%, os com geladeiras de 3,2% para 9% e os com aparelho de televisão de 1,6% para 9,6%. A proporção de

---

[118] *Ibidem*, p. 37-38.

[119] *Ibidem*, p. 39.

[120] *Ibidem*, p. 40.

[121] *Idem*.

domicílios com carro aumentou de 13,7% para 24% na zona urbana e de 2,6% para 6% na zona rural[122].

Já no período de 1977 a 1980, o crescimento econômico desacelerou-se visivelmente (média de 6,4% a.a. ante 10,2% a.a. do período anterior), enquanto a inflação teve um incremento considerável (média anual de 66,7% ante 25,7%). A economia brasileira sofreu com o segundo choque do petróleo e a contínua elevação da taxa internacional de juros, que agravou a dívida externa (ver Figura 5), embora esses fatores tenham sido "neutralizados" diante da crescente entrada de empréstimos vindos do exterior[123].

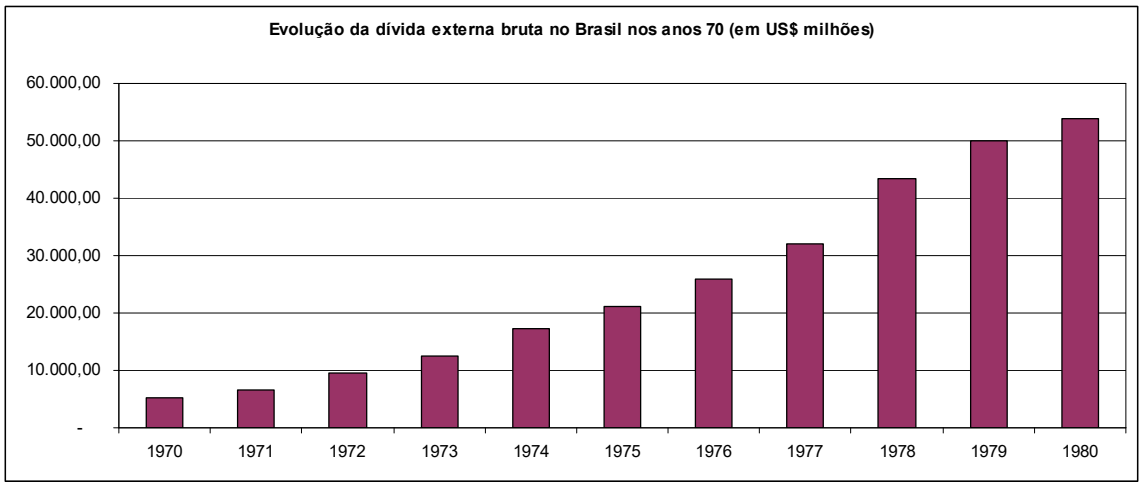


Figura 5 – Evolução da dívida externa bruta do no Brasil nos anos 70 (em US$ milhões). Fonte: IpeaData

Apesar dessas mudanças, a dimensão da pobreza e da riqueza no Brasil modificou-se pouco entre 1976 e 1980. A proporção de famílias com renda até um salário mínimo quase não se alterou, passando de 21,3% para 21,7%, ao passo que o das famílias com renda de um a dois salários mínimos caiu de 24,7% para 22,3%. Assim, a proporção de pobres reduziu ligeiramente de 46% em 1976 para 44% em 1980. Novamente, o valor real do salário

[122] *Ibidem*, p. 41-42.

[123] *Ibidem*, p. 42.

mínimo do Rio de Janeiro sofreu um pequeno aumento de 3,8% no período, mas em termos relativos, perdeu 25% do seu valor[124].

A proporção de famílias com renda de cinco a dez salários mínimos não se modificou muito, passando de 14,2% para 14,3%, tampouco foi o caso daquelas com renda de dez ou mais salários, que passou de 9,9% para 10,1%. Nas cidades, a proporção de famílias com renda até dois salários mínimos caiu de 33,9% em 1976 para 32,5% em 1980, denotando ligeiro declínio na extensão da pobreza. Entretanto, essa proporção cresceu no campo, de 70,6% para 71,8%. Considerando-se a renda abaixo de um salário mínimo, na zona rural, essa proporção aumentou de 37% para 41,8%[125].

Em termos de padrão de vida, a redução da pobreza absoluta continuou, mas a ritmo de queda se arrefeceu. Nas cidades, houve progresso significativo apenas no abastecimento de água corrente, que alcançava 89,9% dos domicílios em 1980, contra apenas 67,8% em 1976. Apenas 58,1% dos domicílios possuíam fossa séptica, contra 53,5% em 1976; a instalação de energia elétrica alcançou 91,3% dos domicílios, contra 84,9% do período anterior. No que se refere aos bens duráveis de consumo, em 1980, 65,7% dos domicílios possuíam geladeira (em 1976, eram 60%), 73% tinham televisão (66,4% em 1976) e 28,2% com automóvel (24%). No campo, o abastecimento de água corrente chegava a 18,1% dos domicílios em 1980, contra 13,7% em 1976; 7,5% possuíam fossa séptica, contra 4,6% em 1976; a instalação de energia elétrica alcançou 21,4% dos domicílios, contra 19,2% do período anterior. No que se refere aos bens duráveis de consumo, em 1980, 13,6% dos domicílios possuíam geladeira (em 1976, eram 9%), 15,7% tinham televisão (9,6% em 1976) e 9,8% com automóvel (6%)[126].

---

[124] *Ibidem*, p. 42-43.

[125] *Ibidem*, p. 43-44.

[126] *Ibidem*, p. 47

Tabela 7

Indicadores de qualidade de vida 1976/1980 (% de domicílios)

Indicadores	População rural		População urbana	
	1976	1980	1976	1980
Instalação elétrica	19,2	21,4	84,9	91,3
Água corrente	13,7	18,1	67,8	89,9
Esgoto	4,6	7,5	53,5	58,1
Geladeira	9	13,6	60	65,7
Televisão	9,6	15,7	66,4	73
Automóvel	6	9,8	24	28,2

Fonte: Singer (p.41 a 47)

O governo Geisel foi marcado também pela criação de um grande número de empresas estatais. Segundo Musacchio e Lazzarini, os anos 70 foram o auge do capitalismo de Estado, quando os governos estatizaram grande número de empresas (países europeus) ou criaram dezenas de novas empresas (países em desenvolvimento). No final daquela década, a produção das estatais como proporção do PIB alcançou 10% em economias mistas e quase 16% nos países em desenvolvimento[127]. Essa onda estatizante na Europa Ocidental estava relacionada aos governos vinculados aos partidos trabalhista, socialista e social-democrata, como forma de promover a "autêntica" democracia industrial. Na Noruega, por exemplo, os programas de estatização ocorreram de forma mais abrangente, com re-estatização da *Norsk Hydro*, conglomerado de energia, e a criação de novos bancos estatais e empresas de alumínio, refino de petróleo, entre outros. Em 1978, a participação das empresas estatais como porcentagem do PIB industrial norueguês era de cerca de 30%. Nos países socialistas, essa porcentagem era ainda maior, considerando que os governos possuíam a maioria das empresas e bancos, chegando a 70% na Polônia e 90% do PIB da União Soviética[128].

[127] Musacchio e Lazzarini (2015), *op.cit.*, p.16.

[128] *Ibidem*, p. 42-47.

No Brasil, o governo Vargas marca o primeiro momento de ascensão acelerada do capitalismo de Estado, com a criação de empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942) e a Companhia de Aços Especiais Itabira (1944). Porém, para Musacchio e Lazzarini, o auge desse modelo capitalista aconteceu na década de 70, em especial durante o governo Geisel, quando se verificou a maior expansão do número de estatais[129]. Segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas, em 1969, os governos federal e estadual controlavam 251 empresas. Em 1976, a revista *Visão* publicou um censo próprio, identificando que 200 empresas eram controladas pelo governo federal, 339 pelos governos estaduais e 32 pelos municipais[130].

Há diferentes visões em relação aos reais interesses do II PND, considerando a forma e o momento em que ele foi implementado. Para Aguirre e Saddi, a implementação do plano apoiou-se em motivos políticos e não puramente econômicos, recorrendo ao conceito de neopatrimonialismo, tendo o Estado o papel de agente central, propulsor do desenvolvimento econômico. Para as autoras, a política definida pelo II PND foi fortemente influenciada pelos interesses dos grupos que estavam no poder e por "solicitações contraditórias" de grupos que negociavam com o Estado. Como resultado, o rápido desenvolvimento socioeconômico do Brasil não permitiu que os grupos menos favorecidos desfrutassem dos benefícios auferidos pela modernização, evidenciando-se, assim, o caráter neopatrimonialista do governo.[131]

Velloso rebate essa ideia, justificando a adoção daquela política econômica por motivos estritamente econômicos. Para ele, a "estratégia de 74" consistia num ajuste à primeira crise do petróleo, com impactos na demanda, com a desvalorização cambial e elevação dos preços dos derivados do petróleo, e, do lado da oferta, com investimentos na indústria de substituição de importações e destinada à exportação. Com isso, evitava-se o aumento da

---

[129] *Ibidem*, p. 107-109.

[130] *Ibidem*, p. 113.

[131] Aguirre, Basília e Fabiana Saddi (1997), Uma alternativa de interpretação do II PND. *Revista de Economia Política* 17 (4), p. 96.

inflação e do déficit da balança comercial. Velloso ainda defende que as estatais se financiavam através de recursos próprios (tarifas) e impostos, não havendo, portanto, estatização de novos setores.[132]

Lessa também concorda que o país tinha carências nos setores de bens de capital e de insumos que embasaram o II PND, mas no seu entender o projeto era ousado demais diante dos obstáculos para sua implementação. O primeiro obstáculo se referia ao caráter cíclico da economia, considerando que o país vinha de uma fase de forte expansão e, portanto, seria natural e inevitável que a fase subsequente fosse de desaceleração. Havia também o quadro internacional devido à crise do petróleo, que tornara o ambiente pouco favorável à execução do plano. Outro obstáculo apontado pelo autor diz respeito ao conflito de interesses que o plano poderia gerar, considerando a prioridade dada aos investimentos nos setores de bens de capital e insumos, em detrimento do setor de bens de consumo. Para Lessa, diante dessas barreiras, em 1976 o plano já havia fracassado em suas principais metas[133].

Fonseca e Monteiro, por sua vez, levantam a hipótese de utilização do plano econômico como instrumento de legitimação do governo militar, através da manutenção do crescimento experimentado no período do "milagre", como forma de transformar o Brasil numa "potência para o futuro".[134] O golpe militar ocorreu numa conjuntura econômica de baixo crescimento econômico e inflação em alta e esse argumento era utilizado para legitimar sua implantação. Nesse sentido, fazia-se necessário recuperar a legitimação perdida com o fim do "milagre".

---

[132] Velloso, João Paulo R. (1998b), A fantasia política: a nova alternativa de interpretação do II PND. *Revista de Economia Política* 18, 2 (70), p. 136-140.

[133] Lessa, Carlos *apud* Cavarzan, Gustavo M. e Racy, José Caio (2010), II PND: as peculiaridades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 70. *Revista de Economia Mackenzie* 8 (3), p. 61.

[134] Fonseca e Monteiro (2007), *op.cit.*, p. 36-38.

O fato é que as discordâncias com relação ao plano rompiam com a velha polaridade entre opositores e defensores da ditadura: membros do governo, como Delfim Netto, sugeriram que era melhor ter seguido a opção "realista", de diminuir o ritmo da atividade econômica; a grande imprensa denunciou a "estatização" da economia, principalmente a revista *Visão* e o jornal *O Estado de S. Paulo*, após a suspensão da censura ao veículo em 1975; os empresários lançaram um manifesto, em 1979, onde criticavam a forte presença do Estado na economia e propunham a volta da democracia.[135]

Ademais, as discussões sobre distribuição de renda aumentaram ao longo dos anos 70, colocando em xeque as medidas econômicas implementadas pelo governo, considerando que, no escopo do II PND, havia o reconhecimento do aumento da concentração da renda nos anos 60 e a proposta de alteração desse quadro até o final do governo Geisel, em 1979, o que, de fato, não ocorreu.

Na próxima seção, o presente trabalho irá avaliar como as questões relacionadas à distribuição de renda eram discutidas na grande imprensa, no período de 1974 e 1979, diante desse cenário de desaceleração da economia, das críticas do partido de oposição à concentração de renda e das derrotas do governo nas eleições majoritárias no período indicado.

2.2. A distribuição de renda como pauta nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

Entre os anos 1974 e 1979, a distribuição de renda, assim como o controle inflacionário, foi um dos temas mais discutidos pelo governo Geisel e isso se refletia também nos jornais da época. A discussão entre especialistas era intensa, incentivada pela profusão de análises iniciadas em 1970, com a divulgação dos dados do Censo e, posteriormente, com a publicação do livro de Carlos Langoni, como abordado no primeiro capítulo deste trabalho. O próprio Langoni era frequentemente utilizado como fonte das matérias do jornal *O Globo* sobre do tema.

[135] *Ibidem*, p. 29.

Em *O Estado de S. Paulo*, foram publicados muitos dos discursos dos ministros da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, e do Planejamento, Reis Velloso, sobre a questão da distribuição de renda. Embora não houvesse, no período analisado, uma crítica explícita ao governo, a frequência da abordagem do tema em suas matérias foi maior do que em *O Globo* (422 matérias direta ou indiretamente tratando do tema em *O Estado* ante 93 em *O Globo*)[136].

Na matéria "Velloso afere expansão pela alta salarial", o ministro do Planejamento destaca que o crescimento do salário real (média ponderada dos salários do país, descontada a inflação) foi de 7% em São Paulo e de 10% na Guanabara, em 1973, enquanto o aumento do índice de emprego na área urbana foi de 5% a.a. Para o ministro, esses dados mostram que o Brasil cresceu econômica e socialmente. Nesse mesmo período, o crescimento industrial foi de 15%, a agricultura cresceu 3,5%, comércio 12,5% e transporte e comunicação 14%. A expansão do crédito foi de 40%. O ministro ainda destacou que, comparando com 1963, as matrículas no ensino de primeiro grau cresceram 33%, no de segundo grau 63% e no ensino superior 140%[137].

Sobre as expectativas para o ano corrente, o ainda ministro da Fazenda, Delfim Netto, disse acreditar que somente o setor agrícola deveria acrescentar cerca de 6% a 7% aos índices globais de crescimento do país em 1974. Relativamente à distribuição da renda, concordou que a riqueza coletiva era mal distribuída, mas afirmou que não poderia haver confusão entre índice de Gini e distribuição.

> Não se pode confundir distribuição de renda com índices de bem-estar. É certo que temos uma má distribuição de renda por nada menos que quatro séculos. É verdade que somo um país pobre, mas que não estamos satisfeitos com essa pobreza. Mas eu duvido que algum outro país, rico ou pobre, que esteja transferindo renda, esteja transferindo

[136] Segundo levantamento feito junto aos jornais para esta pesquisa.

[137] O Estado de S. Paulo, *Velloso afere expansão pela alta salarial*, publicada em 09/01/1974, p. 27.

> um montante de 1 bilhão e 500 milhões de dólares para as duas regiões subdesenvolvidas, como estamos fazendo com o Norte e Nordeste. Por outro lado, também não se deve julgar a distribuição em si. Devemos ver o que estamos fazendo no campo da educação, habitação etc.[138]

Simonsen também previa um crescimento contínuo, seguindo a média dos cinco anos anteriores, acima do 10% a.a.. Quanto ao tema da redistribuição de renda, o futuro ministro lembrou o exemplo do Chile que, em 1971, fez generosos aumentos de salário e congelou os preços. Segundo ele, naquele ano, o produto nacional chileno subiu, graças à maior capacidade de consumo da população. Porém, em 1972, as pressões inflacionárias, agravadas pela queda dos investimentos, conturbaram o quadro, que resultou numa recessão em 1973. "Portanto, é preciso muito cuidado para não distribuir pedaços maiores que o bolo inteiro"[139].

No dia 3 de março de 1974, numa análise sobre as expectativas para o novo governo, diante da crise do petróleo que se mostrava maior do que o governo informava, o jornal[140] questiona "em que medida o processo de crescimento acelerado da economia brasileira será capaz de resistir, até o fim desta década, aos maus presságios de uma recessão internacional, motivada pela crise do petróleo, se ela perdurar". Segundo a matéria, considerando a urbanização recente, previa-se uma "quase revolução no mercado de mão-de-obra". Dados de 1970 indicavam que a força de trabalho brasileira era de 29,5 milhões, representando 31,7% da população, dos quais 55,8% estavam nas áreas urbanas. Segundo as projeções, ainda por algum tempo a demanda de mão de obra cresceria mais rapidamente do que a população ativa. Dessa forma, segundo a matéria, havia "urgência de se formular uma política de emprego, a partir de um sistema de planejamento de recursos humanos, treinando e equipando mão de obra com as qualificações e habilidades que são demandadas

---

[138] O Estado de S. Paulo, *Delfim antevê êxitos contínuos*, publicada em 09/01/1974, p. 27 .

[139] O Estado de S. Paulo, *Simonsen prevê um crescimento contínuo*, publicada em 11/01/1974, p. 28.

[140] Muitas das matérias analisadas não têm créditos aos jornalistas que as escreverem, indicando apenas a sucursal que as produziram. Assim, optamos por identificá-los no plural, entendendo tratar-se de uma posição do conselho editorial do jornal.

no mercado de trabalho". No plano geral da política de distribuição de renda, entendia-se que a política salarial era essencial para incorporar aos salários reais o aumento da produtividade[141].

Em abril, já como ministro, Simonsen ressaltou que o controle governamental das políticas salarial e orçamentária foi o ponto de destaque na luta contra a inflação em 1973, demonstrando a tendência de manutenção dessas políticas em 1974. Ressaltou-se que o orçamento da União era equilibrado, sem pressões inflacionárias, e que a política salarial baseava-se em "fórmula que não deve ser modificada, pois atende bem à manutenção das classes assalariadas, ao mesmo tempo em que combate a inflação"[142].

Em relação aos problemas de adaptação à nova conjuntura internacional, pós-crise do petróleo, Simonsen destacou que "o desempenho da economia brasileira continua refletindo uma política racional e pragmática, que não promete o impossível, mas que procura utilizar os recursos técnicos disponíveis para obter o melhor possível". Para o ministro, essa linha mantinha como metas prioritárias o crescimento do produto real, a melhoria da distribuição de renda, a contenção da inflação e a neutralização de suas distorções, a expansão das exportações e a manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos[143].

Para conter as críticas à manutenção da política salarial naquele ano, a Agência Nacional divulgou editorial no programa "A Voz do Brasil", em 8 de julho de 1974, afirmando que "já nos próximos acordos e dissídios coletivos, dentro da sistemática vigente, a taxa de reajuste será da ordem de 25% contra a média de 17% a 18% que vigorou nos últimos três meses". Segundo o editorial, "a concessão de reajustes salariais em bases mais elevadas e a adoção de novos critérios na revisão dos preços das utilidades são medidas no sentido

[141] O Estado de S. Paulo, *O modelo, ante a situação externa*, publicada em 03/03/1974, p. 66.

[142] O Estado de S. Paulo, *Governo vai nivelar preços*, publicada em 16/04/1974, p. 40.

[143] O Estado de S. Paulo, *Déficit não conterá uma acentuada expansão*, publicada em 27/06/1974, p. 38.

complementar que vão exercer importante papel na melhoria da distribuição de renda nacional e no fortalecimento das estruturas econômicas"[144].

Entretanto, as matérias que mostravam essas críticas eram censuradas. No dia 9 de julho, *O Estado* escreveu a matéria "Pedida nova política salarial", sobre o memorial do sindicato dos trabalhadores de São José dos Campos enviado ao presidente Ernesto Geisel, solicitando a "revisão e atualização da política salarial à presente necessidade da família assalariada, bem como a concessão de abono de emergência, semelhante ao que foi instituído pela lei 5.451 de 12 de junho de 1968, estabelecendo ainda severas medidas para reprimir a alta do custo de vida, particularmente dos gêneros de primeira necessidade". O jornal levantou que, segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos), houve nos quatro primeiros meses de 1974 uma elevação geral dos preços de 6,4%. Porém, o item alimentação teve um aumento de 24% no mesmo período, que, segundo o sindicato, penalizava as famílias mais pobres[145]. Porém, a matéria foi censurada e em seu lugar publicou-se um trecho de *Os Lusíadas*.

Na ocasião do lançamento do II PND, em setembro de 1974, surgiram diversas críticas relacionadas à capacidade de o país imprimir o mesmo ritmo de crescimento observado nos anos anteriores, do "milagre", diante do cenário internacional. O ministro Velloso reiterou a "inequívoca viabilidade" do plano e destacou:

> É hora de cuidar detidamente do desenvolvimento social no Brasil. Há a necessidade de ter uma política social que não seja uma simples consequência da política econômica e da política de crescimento. É preciso cuidar do bem-estar de todas as formas, como educação, saúde, saneamento, em termos de integração social, de desenvolvimento social urbano e da qualidade de vida[146].

---

[144] O Estado de S. Paulo, *Inflação irá a 32%, prevê Planejamento*, publicada em 09/07/1974, capa.

[145] O Estado de S. Paulo, *Pedida nova política salarial*, publicada em 09/07/1974, p. 17.

[146] O Estado de S. Paulo, *Velloso reitera viabilidade do II PND*, publicada em 07/12/1974, p. 29.

Apesar das declarações em prol do desenvolvimento social, a realidade econômica do país não condizia com os propósitos sociais do governo. Assim, em setembro de 1975, o ministro Velloso foi chamado para debater o tema com os deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre salários na Comissão de Finanças da Câmara. As questões dos deputados concentraram-se nas fórmulas usadas pelo governo para calcular os reajustes salariais, principalmente quanto ao peso dado ao item "produtividade". O deputado Alberto Marcelo (MDB-SP), ex-presidente do DIEESE, questionou o fato de que, enquanto os preços dos produtos industriais são fixados com base nos picos de mercado, os salários tomam por base uma média que, no seu entender, os coloca abaixo do real aumento do custo de vida. Velloso justificou a necessidade do uso da média para impedir que o salário se desgaste com as oscilações dos picos e vales da inflação[147].

O ministro defendeu também uma distribuição de renda “sem paternalismo”, pois, segundo ele, o governo do presidente Geisel, na opção configurada no II PND, está realizando uma política social articulada e em consonância com o conceito de sociedade solidária. “Evita-se, de um lado, o distributivismo desordenado e a ação demagógica ou paternalista, que frequentemente solapam as bases do crescimento. E de outro lado, a atitude de esperar que o crescimento, deixado ao curso do mercado, venha eventualmente a resolver o problema do bem-estar de amplas camadas de população”. Dessa forma, a redistribuição de renda seria feita enquanto se realiza o crescimento, "enquanto o bolo cresce"[148].

Para Velloso, a solução do problema social exigia “uma economia sólida, dinâmica, eficiente e competitiva, num modelo de regime econômico moderno de mercado, com forte conteúdo social". Essa estrutura econômica fortalecida viabilizaria grandes investimentos sociais e urbanos e permitiria a ampliação da classe média e a expansão da renda real dos

[147] O Estado de S. Paulo, *Velloso defende e explica a política salarial*, publicada em 25/09/1975, p. 24.

[148] O Estado de S. Paulo, *Distribuição de renda sem paternalismo*, publicada em 25/09/1975, p. 24.

trabalhadores, “num clima de sociedade de oportunidades e econômica e socialmente abertas”[149].

Sobre as controvérsias em relação à distribuição de renda, o ministro avaliou que, nos estudos sobre comparações de 1960 e 1970, o problema foi frequentemente apresentado com enfoque inadequado. Para ele, existe um enfoque convencional, estático, para economias maduras com crescimento lento, feito principalmente através de indicadores tradicionais de concentração de renda (tipo Gini). Outros enfoques, de caráter dinâmico, foram desenvolvidos no Brasil e no exterior e eram muito mais capazes de mostrar, para além da simples aritmética dos termos de estrutura econômica e social, os níveis de bem-estar da população e de criação de oportunidades econômicas.

> A conclusão importante é que esse enfoque, apropriado para economias em expansão rápida, chega a resultados bem diferentes daqueles que tinham sido antes apresentados sobre a evolução da distribuição da renda, no Brasil, entre 1960 e 1970. Chegara-se, mesmo, a construir verdadeiro castelo de areia, com base em informações sobre renda em dois meses, dois pontos isolados no tempo, para um intervalo de tempo de 10 anos[150].

Sobre essa discussão, o jornal também publicou um estudo realizado pelos professores da Universidade de Michigan, Samuel Morley e Jeffrey Williamson, denominado "Crescimento, política salarial e desigualdade: Brasil durante os anos 60". Segundo a matéria, o estudo procura colocar um ponto final na controvérsia iniciada em 1972 entre duas teses a respeito da distribuição de renda no Brasil: a do brasilianista Albert Fishlow e a do brasileiro Carlos Geraldo Langoni. Os dois economistas criticam o uso de medidas convencionais de distribuição de renda como indicadores relevantes de performance social em economias em desenvolvimento. Segundo eles, esses indicadores "não têm o mesmo

---

[149] *Idem*.

[150] O Estado de S. Paulo, *Distribuição: Fishlow contestado nos EUA*. Publicada em 28/09/1975, p. 57.

significado, em termos de bem-estar, numa economia dinâmica como têm numa economia estagnada". Ao final da matéria, o jornal conclui:

> Uma vez decidida a controvérsia entre Fishlow e Langoni, talvez fosse desejável que o governo brasileiro mandasse traduzir o estudo de Morley e Williamson, iniciando ao mesmo tempo a adoção de uma política voltada para os investimentos em educação e em treinamento da mão de obra. Isso porque, em última análise, todas as três teses atestam um fato irrefutável: o aumento das desigualdades da distribuição de renda no país[151].

Em novo debate na CPI sobre a política salarial, em novembro de 1975, o ministro Velloso rebateu a tese de que a fórmula de reajustamento dos salários foi responsável pela piora do salário mínimo real da década de 1960, pela piora dos demais salários e pela piora da distribuição de renda na década. Para ele, supor que uma política salarial mais generosa teria evitado essa piora relativa é um erro, pois cerca de 60% da população economicamente ativa é representada por agricultores e trabalhadores autônomos, cujos rendimentos costumam ser livremente estabelecidos pelo mercado, dificilmente se beneficiando de qualquer lei ou decreto sobre política salarial.

> Se o governo tivesse adotado uma política salarial mais generosa (a qual teria prejudicado o combate à inflação e o fortalecimento da poupança), é provável que as classes intermediárias no total da renda tivesse aumentado (digamos o sétimo, o oitavo e o nono decil). Assim, não há razão para supor que uma política salarial mais generosa efetivamente tivesse melhorado o coeficiente de Gini. Na realidade, a principal razão para a piora da distribuição de renda parece ter residido na inadequação do perfil de qualificação da mão de obra em relação às exigências do mercado[152].

Em março de 1976, o jornal publicou a mensagem do presidente Geisel em relação aos resultados econômicos do ano anterior e, segundo ele, apesar das dificuldades na área, o

---

[151] *Idem.*

[152] O Estado de S. Paulo, *Ministro explica a política salarial*, publicada em 19/11/1975, p. 32.

país continuou gerando emprego, houve aumento dos salários acima dos índices de elevação do custo de vida e das correções no sistema de distribuição de renda, graças ao desempenho favorável das receitas do PIS e do PASEP, além do esforço do governo em adequar os projetos habitacionais ao poder aquisitivo dos postulantes à casa própria. A mensagem do presidente deu ênfase à nova política salarial, que possibilitou um aumento de 37% aos salários, em dezembro de 1975, enquanto a inflação naquele ano foi de 30%.

> Consoante ao II PND, o ano de 1975 caracterizou-se como de maior ênfase na política social do Governo, à qual foi conferido o destaque conveniente ao atual estágio de desenvolvimento do país. As ações nos campos da integração social, valorização de recursos humanos, defesa do consumidor, emprego e salários, executadas durante o ano, objetivaram, em última instância, a redistribuição direta e indireta de renda[153].

Diante da manutenção das críticas em relação à má distribuição de renda, o governo manteve o esforço em dissociar o tema da política salarial. Em anúncio sobre a manutenção da política do governo, na ocasião do Dia do Trabalho, Geisel enfatizou que a melhoria da distribuição de renda seria alcançada pelo aprimoramento do trabalhador através da educação e pela criação de novos empregos. Também citou como fator importante o aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social. Para ele, "o distributivismo fácil, que tenta atenuar as desigualdades individuais pelo reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso, pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitações nas oportunidades de emprego e de mutilação do potencial de poupança e desenvolvimento"[154].

Entretanto, para o diretor do Dieese, Walter Barelli, o governo deveria renegociar o modelo adotado e se voltar para o mercado interno, com a criação de um mercado de massa, como ocorreu em outros países capitalistas. Segundo Barelli:

---

[153] O Estado de S. Paulo, *Setor social destaca distribuição de renda*, publicada em 02/03/1976, p. 5.

[154] O Estado de S. Paulo, *Governo mantém política salarial*, publicada em 02/05/1976, p. 34.

> É preciso adotar no Brasil o lema de Henry Ford no diálogo com o operário: 'Eu lhe pago mais porque você vai ser consumidor do meu produto'. O problema no Brasil é de modelo econômico, que optou por voltar-se essencialmente para o mercado externo. Embora o II PND tratasse do crescimento econômico com mercado de massas, desde maio de 1976, o governo parece ter abandonado esse aspecto[155].

Apesar da ineficiência da política econômica em relação à distribuição de renda, para o presidente, o governo cumpria seu papel, ao assegurar que os reajustamentos salariais, particularmente os do salário mínimo, recompusessem os padrões do poder aquisitivo perdidos pela inflação. "O mais importante, porém, é que o mercado, de fato, valorizou o trabalhador bem acima dos coeficientes oficiais de reajustamentos salariais. A verdadeira justiça social não é a que submete o trabalhador ao paternalismo governamental, mas a que o torna capaz de se valorizar no mercado de trabalho, independentes dessa proteção"[156].

Porém, parecia haver um impasse dentro do próprio governo. O ministro Rangel Reis, do Interior, disse que "há necessidade premente de se acelerar o processo redistributivo de renda no país, porque o governo, diante da responsabilidade social que tem, não pode aguardar que o desdobramento, a longo prazo, do crescimento da renda *per capita* venha a dar solução a determinadas questões sociais sérias e urgentes que o povo brasileiro enfrenta". Reis assinalou ainda que "o crescimento econômico e distribuição de renda são dois assuntos que devem ser compatibilizados. Esta é, inclusive, a posição atual do governo, que entende ser necessário dividir o bolo enquanto ele cresce". Para o ministro, é imprescindível investir mais fortemente em determinados programas sociais, como é o caso da alimentação e nutrição, da saúde, da educação básica, da habitação popular e do saneamento, lembrando que essa foi a colocação básica do presidente Geisel desde o início

[155] O Estado de S. Paulo, *Dieese defende distribuição de renda*, publicada em 12/05/1977, p. 23 (Anexo O).

[156] O Estado de S. Paulo, *Geisel: economia avançou; política avançará*, publicada em 30/12/1977, p. 22 (Anexo P).

de seu governo, quando focalizou a questão das classes menos favorecidas e concedeu grande destaque aos programas de desenvolvimento social[157].

O jornal, em seu editorial publicado em 19 de janeiro de 1978, fez críticas à fala do ministro, destacando o mal-estar causado dentro do próprio governo. Na publicação, o jornal ponderou que, se o ministro Rangel estava se referindo ao aumento nominal de salários para acelerar a distribuição de renda, ele deveria lembrar que o resultado seria apenas a intensificação da inflação.

> Poderia se pensar numa medida que permitisse que os vencimentos mais elevados tivessem reajustes menores do que para os vencimentos mais baixos. Poderia se admitir um achatamento na hierarquia salarial, que poderia ser efetuado de vários modos, desde a subscrição compulsória de um empréstimo até a revisão do sistema de progressão do imposto de renda, oferecendo ao governo a possibilidade de redistribuir, com maior equidade, os recursos que arrecada. Duvidamos, porém, de que neste fim de mandato o governo possa abraçar uma política deste tipo. Com suas declarações, o ministro Rangel Reis condenou-se a si mesmo e ao governo a que pertence. Somente sugerindo medidas concretas poderia dissipar o mal-estar que causou[158].

Enquanto isso, o problema da distribuição se mantinha sem solução. Um estudo realizado pelo Ministério do Trabalho verificava que, dos 44 milhões de trabalhadores brasileiros, 17,6 milhões (40%) receberam até um salário mínimo, destacando que os níveis de salários mínimos não têm acompanhado, proporcionalmente, a renda *per capita*. Em 1974, o maior salário mínimo em vigor no país representava 5,2% da renda *per capita*, enquanto em 1977, o salário mínimo vigente representou 4,9%. Os dados oficiais questionaram a realização dos objetivos do II PND de proporcionar uma melhoria na distribuição da renda. "Se cerca de dois quintos da população economicamente ativa tem rendimento de até um salário mínimo e se esse valor não vem acompanhando a evolução da produtividade, a

---

[157] O Estado de S. Paulo, *Rangel: é urgente a redistribuição*, publicada em 18/01/1978, p. 21 (Anexo Q).

[158] O Estado de S. Paulo, *Redistribuição da renda, problema grave*, publicada em 19/01/1978, p. 3 (Anexo R).

desigualdade de renda está aumentando no Brasil", concluiu a análise do Ministério do Trabalho[159].

Uma nova proposta de redistribuição de renda passou a ser estudada dentro do Ministério do Trabalho, feita dentro de cada empresa e sem provocar reflexos inflacionários. O ministro Arnaldo Prieto disse que esses estudos vinham sendo testados dentro dos quadros e folha de pagamento de várias empresas e que simulações provavam que os trabalhadores de baixa renda eram sempre beneficiados com aumentos salariais superiores aos que teriam, conforme a política salarial vigente. Segundo Prieto, o Ministério do Trabalho "tem se preocupado de uma maneira rotineira com estudos sobre o problema de salário e emprego, procurando aprimorar a atual legislação. No governo Geisel, já houve modificação na fórmula de reajustamento salarial e atualmente estamos realizando estudos preliminares visando, através do fator reajustamento salarial, melhorar a distribuição de renda". A modificação fundamental consistiria numa divisão do fator de reajustamento em duas parcelas: uma beneficiaria a todos igualmente e a outra seria função de distribuição de renda nos limites de cada empresa. Assim, o governo não abdicaria de sua autoridade em relação à determinação do fator de reajustamento salarial e não provocaria inflação, uma vez que o aumento salarial, dentro de cada empresa, não ultrapassaria no seu total o fator de reajustamento salarial determinado pelo governo[160].

Ao participar de um ciclo de conferências do Banco Central, o ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, disse que os problemas da economia brasileira decorriam de um diagnóstico retardado e da adoção de uma política governamental errada para enfrentar a crise do petróleo, em 1974, preocupando-se com a substituição de importações e com o processo de distribuição de renda. "Fez-se exatamente o oposto do que deveria ter sido feito: o governo se impressionou com as críticas ao processo de distribuição de renda, embarcando numa política distributiva que violentou o consumo e, paralelamente, adotou uma política de

[159] O Estado de S. Paulo, *Novo estudo aponta maior desigualdade*, publicada em 12/03/1978, p. 57 (Anexo S).

[160] O Estado de S. Paulo, *Redistribuir por salários?*, publicada em 12/04/1978, p. 32 (Anexo T).

substituição de importações e de grandes investimentos governamentais". Delfim Netto criticou a política de distribuição de renda do governo Geisel, afirmando que "ela é má, desigual e sem nenhum efeito no sistema produtivo". Para ele, é valido afirmar que a distribuição de fato piorou no Brasil, mas "não se pode afirmar que piorou o nível de bem-estar do povo, porque o indicador de distribuição de renda não toma conhecimento do aumento do nível de renda, registrando apenas a distância entre os diversos níveis de renda"[161].

O presidente Geisel, porém, disse que "o desenvolvimento industrial não criou essa concentração de renda que tanto se fala" e que, de fato, "existem problemas de rendimento familiar, grande parte das famílias é pobre, parte é muito pobre, mas a distribuição de renda no país não é tão precária como se alardeia por aí". Geisel recordou que, de 1966 a 77, a população brasileira cresceu 35,8%, enquanto a renda *per capita* do país elevou-se 96,4% no mesmo período[162].

Já na reta final do governo Geisel, o jornal fez um editorial em 22 de dezembro de 1978 avaliando o governo. Eles consideraram que, no quinquênio 1973-78, é inegável que o Brasil obteve resultados bastante positivos no tocante ao aumento da produção e ao bem-estar social, porém se questionava se, no aspecto qualitativo, o governo poderia ter feito mais. “A nosso ver, o grande mal do II PND é ter gerado uma falsa expectativa quanto ao futuro da economia brasileira, fazendo crer que poderíamos, sem maiores sacrifícios, enfrentar a situação criada pela crise do petróleo, não tanto por causa do aumento do petróleo, mas, sobretudo, da profunda alteração que acarretou na estrutura da economia mundial”. Segundo o editorial, “o II PND não previu que a transferência de recursos dos países importadores de petróleo tornava obrigatória a redução da sua renda disponível. O II PND fez crer que, para enfrentar essa situação, teríamos de gastar mais, obtendo recursos

[161] O Estado de S. Paulo, *Delfim ataca distributivismo e a política de substituição*, publicada em 17/10/1978, p. 32 (Anexo U).

[162] O Estado de S. Paulo, *Geisel: a distribuição de renda não é tão má*, publicada em 29/11/1978, p. 28 (Anexo V).

no exterior ou na elevação da taxa de inflação". E conclui que houve progresso social, embora a distribuição de renda não tenha sido satisfatória, como reconhece o ministro Reis Velloso. "Nosso crescimento acelerado, apoiado em favores governamentais, só poderia concorrer para a concentração da renda"[163].

O presidente, em mensagem ao Congresso, fez um longo balanço econômico e ressaltou a criação de mais de um milhão de novos empregos por ano no período entre 1974 e 1978; grande redução da pobreza absoluta, tanto no meio rural quanto no urbano; crescimento da renda média dos mais pobres em índices superiores à dos mais ricos; duplicação real dos investimentos em educação e saúde; elevação da expectativa de vida do brasileiro, de 59 para 63 anos; e extensão da previdência social a praticamente todas as camadas da população. Para Geisel, o governo empenhou-se em manter o crescimento e minimizar os efeitos da desaceleração sobre o emprego e a renda, preservando, o quanto possível, os objetivos da política do desenvolvimento social proposta pelo II PND.

> Embora ainda persistam distorções na área da distribuição de renda, houve grande redução da pobreza absoluta, tanto com relação a pessoas como a famílias. O número de famílias com renda de até dois salários mínimos caiu de 11,9 milhões em 1970 para 10,4 milhões em 1976. Entre 1972 e 1976, enquanto o aumento médio real da renda da população urbana economicamente ativa foi de 15%, os dois decis mais pobres tiveram aumento real de 46% e 43% e os dois decis mais ricos de 19% e 14%, o que comprova ter havido distribuição mais justa[164].

Já em *O Globo*, embora o tema da distribuição de renda tenha sido abordado com uma freqüência menor, havia mais profundidade em sua abordagem, principalmente através do caderno *Panorama Econômico* (publicado anualmente), quando o jornal reunia economistas e especialistas para fazer uma análise sobre os principais pontos do modelo econômico brasileiro.

---

[163] O Estado de S. Paulo, *Aspectos qualitativos do II PND*, publicada em 22/12/1978, p. 3 (Anexo W).

[164] O Estado de S. Paulo, *Área social: menos pobres, mais renda*, publicada em 02/03/1979, p. 5 (Anexo X).

Em uma série de artigos sobre a distribuição de renda, o ex-ministro Luis Gonzaga do Nascimento e Silva enfatizou a estratégia político-econômica adotada pelo governo desde 1964 e classificou as críticas em relação à distribuição de renda como "ideológicas". Ele ressaltava que "não é fácil gerar o desenvolvimento econômico, nos estágios em que não há ainda acumulação de capital, e conseguir uma distribuição mais equitativa, isto é, dividir o bolo enquanto ainda o estamos cozinhando". Segundo o ex-ministro, embora tenha havido maior concentração quando se olha os rendimentos individuais, o poder aquisitivo absoluto aumentou, beneficiando ricos e pobres[165].

Silva baseou-se no estudo feito por Langoni para justificar a tese de que a concentração da renda é consequência do processo de desenvolvimento. Para ele, o aspecto dinâmico da variação da distribuição da renda, ligado ao processo de crescimento pela teoria do capital humano (com maior influência das variáveis educação e idade), produz vantagens para o produto nacional, com aumento da desigualdade. "O processo de crescimento é profundamente dinâmico e, por isso, nem sempre produz igualdade e equidade na distribuição" [166] . No último artigo dessa série, o autor conclui que "somente com desenvolvimento do capital humano, com investimentos em educação e na formação profissional, com melhorias nas condições de vida e associados à uma política fiscal que evite concentração de riqueza, é que haverá melhor distribuição da renda"[167].

O pronunciamento de posse do presidente foi recebido pelo empresariado como uma mensagem realista e de estímulo à produção nacional como forma de ajustar a economia nacional à crise do petróleo. Para Raul de Góes, presidente da Associação Comercial do

---

[165] O Globo, *Fazer o bolo ou comê-lo? A difícil distribuição de renda - I) Crítica distorcida de um problema sério*, publicada em 15/01/1974, p. 2 (Anexo Y).

[166] O Globo, *Fazer o bolo ou comê-lo? A difícil distribuição de renda - III) Diagnóstico de uma década excepcional* , publicada em 29/01/1974, p. 2.

[167] O Globo, *Fazer o bolo ou comê-lo? A difícil distribuição de renda - IV) O ponto de equilíbrio*, publicada em 05/02/1974, p. 2.

Rio de Janeiro, "a determinação do presidente de corrigir anomalias existentes no sistema de distribuição de renda e estender às populações do interior os benefícios da modernização social e do convívio humano representa a segurança de que o problema básico da conquista do mercado interno só é possível através do aumento da renda de milhões de brasileiros"[168].

No caderno especial *Panorama Econômico*, o jornal avaliou o resultado do crescimento econômico dos primeiros dez anos do governo militar e, utilizando um estivador do cais do porto do Rio de Janeiro, Antonio Mauro, como personagem da matéria, mostrava que, apesar do crescimento do PIB à média anual de 10% a.a., a vida da população não obteve avanços proporcionais. Segundo Mauro, a vida não melhorou nem piorou. "Antes eu podia comer carne de boi quase todo dia, mas não conseguia comprar uma televisão. Hoje tenho TV de 21 polegadas, comprada a crédito, mas risquei a carne da conta do mês, a não ser em dia de festa". O jornal enfatizava que o modelo brasileiro de desenvolvimento obteve conquistas importantes na área econômica, mas não foi capaz de superar a concentração de renda. "Quanto mais se desenvolveu o país, maior foi se tornando a distância que separa os ricos dos pobres". Os defensores do modelo afirmam que, embora os ricos tenham ficado mais ricos, não significa que os pobres tenham ficado mais pobres, como o Mauro, que conseguiu adquirir bens que não seriam acessíveis sob outro processo desenvolvimentista. Por outro lado, aqueles que não concordavam argumentavam que o modelo tornava-se injusto na medida em que aumentava desproporcionalmente a distância entre ricos e pobres. Se Mauro pôde comprar uma TV foi porque ele se endividou no crédito a prazo, cujos juros irão reverter em benefício dos mais ricos, que financiam esse crédito, e não porque seu salário foi reajustado a ponto de lhe garantir a aquisição de bens e manter a compra da carne[169].

O jornal mostra que pesquisas realizadas por órgãos como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrape) e o Dieese indicavam que houve uma queda da renda de estratos significativos da população. Como consequência, essas camadas teriam sofrido redução nos

[168] O Globo, *Empresariado apóia diretrizes do Governo Geisel*, publicada em 21/03/1974, p. 22 .

[169] O Globo, *Uma controvérsia no modelo brasileiro*, publicada em 10/04/1974, p. 189.

níveis de padrão de vida, como reflexos mais acentuados no consumo alimentar e em outros setores considerados básicos[170].

Para Singer, um dos responsáveis por essas pesquisas, o aumento da renda *per capita* dos últimos anos não chegou a representar melhoria de vida nos níveis mais baixos da população. Annez Andraus, supervisora do setor de pesquisas do Dieese, salientou que a estabilização do padrão de vida nesses anos havia se tornado ainda mais grave ao se considerar que, de 1958 a 1970, o número de pessoas empregadas nas famílias pesquisadas subiu de um para dois, o que representava uma duplicação da mão de obra assalariada e manutenção do padrão de vida[171].

Num outro caderno especial, sobre a implantação do II PND, o jornal destaca que o governo pretendia, com o plano, manter o crescimento acelerado e realizar políticas redistributivas "enquanto o bolo cresce". O crescimento acelerado exerceria papel vital, considerando que, com a expansão mais rápida da economia, seria possível dar mais renda e consumo a todos e investir mais. Assim, "dinamicamente, o crescimento é instrumento importante para compatibilizar os dois objetivos em jogo". Nesse sentido, o II PDN propunha aumentar, substancialmente, a renda real para todas as classes e reduzir a "pobreza absoluta", com investimentos em alimentação, saúde, educação e habitação[172].

Em entrevista à revista *Manchete*, Delfim Netto observou que, de 1967 a 1974, o Brasil "sofisticou bastante seu sistema industrial e terminou provando que é um país perfeitamente viável, uma comunidade onde o funcionamento da economia de mercado é bastante satisfatório". O ex-ministro admitiu que a renda no Brasil é mal distribuída, mas que era impossível o país gerar desenvolvimento rápido sem concentração de renda. "O que se pode é escolher certos métodos, pondo, por exemplo, o Estado como recipiente de todo o

---

[170] O Globo, *A vida está mais cara: é o que indicam as pesquisas*, publicada em 10/04/1974, p. 192

[171] *Idem*.

[172] O Globo, *Crescer e distribuir renda ao mesmo tempo*, publicada em 17/09/1974, p. 9.

excedente, mas aí seria uma forma altamente ineficiente, de capitalismo do Estado, cuja ineficácia é absolutamente brutal para a economia"[173].

Para diminuir a concentração de renda no país, o governo pretendia conjugar as políticas salarial, tributária e habitacional, além da valorização do trabalhador pelo próprio mercado à medida em que ele se tornava mais qualificado. Assim, a distribuição de renda seria gradual, para que a economia pudesse absorver seus efeitos sem comprometer a meta de crescimento acelerado da produção nacional nem pressionar a inflação. O jornal destaca que "o II PND demonstra que o governo está adotando medidas efetivas no sentido de ampliar a redistribuição de renda e de concentrar investimentos em áreas prioritárias para o processo de desenvolvimento"[174].

Ao prestar depoimento à CPI sobre a política salarial na Câmara dos Deputados, o ministro do Planejamento, Reis Velloso, garantiu que a distribuição de renda no Brasil não está piorando e que, entre 1969 e 70, "todas as classes de renda ganharam em poder aquisitivo". O ministro refutou as críticas de que o desenvolvimentismo brasileiro estivesse beneficiando somente as classes mais privilegiadas, destacando que, em 1972, 60% das famílias brasileiras moravam em casa própria, 86% da população residiam em casas ou apartamentos (e não em barracos ou habitações improvisadas), 68% da população urbana e rural possuíam fogão a gás ou elétrico, 61% dos domicílios estavam servidos por água da rede geral, 30% de rede de esgoto e 78% com iluminação elétrica[175].

No início de 1976, o governo passava a ser questionado sobre os impasses enfrentados pelo II PND diante do cenário internacional, com a crise do petróleo. O ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, disse em palestra realizada na Confederação do Comércio do Estado de São Paulo que as metas de reorientação da economia previstas no II PND não haviam sido alteradas. "Mudaram-se apenas algumas projeções, porque não há condições

[173] O Globo, *Delfim admite que renda ainda é mal distribuída*, publicada em 22/01/1975, p. 16.

[174] O Globo, *Governo ativa mecanismo para distribuir renda*, publicada em 20/04/1975, p. 19.

[175] O Globo, *Velloso afirma que a distribuição de renda melhorou*, publicada em 25/09/1975, p. 24.

efetivas de se crescer mais a 10% a.a. Nem mesmo 7%. Até mesmo alguns valores de investimentos terão de ser revistos, porque a inflação é muito superior à prevista. Essas mudanças, entretanto, não servem para desorientar o empresariado. É injusto se atacar o II PND como excessivamente otimista"[176].

Em entrevista sobre os rumos da economia, Langoni afirmou que o comportamento da economia brasileira naqueles próximos anos dependeria basicamente do êxito do governo no combate à inflação.

> A reversão das expectativas inflacionárias assume grande importância, pois é exatamente devido a incertezas quanto à evolução futura dos preços (assim como a situação do balanço de pagamentos) que os empresários receiam realizar novos investimentos e dirigem seus recursos para aplicações financeiras de curto prazo. Ao mesmo tempo, as empresas estatais e mistas, que dentro dessa conjuntura são as únicas capazes de absorver um maior grau de risco, acabam se constituindo em um fator objetivo (ainda que involuntário) da expansão da ação do Estado na economia[177].

Langoni ainda faz um alerta sobre os efeitos nocivos do distributivismo: "a experiência recente de vários países da América Latina demonstra claramente as dificuldades de executar uma política social num clima de aceleração de inflação"[178]. Para o autor, naquele contexto, a fixação dos novos níveis de salários mínimos assumia especial importância, pois:

> Se de um lado o reajustamento salarial deve permitir a recomposição do poder aquisitivo dos trabalhadores, atendendo a critérios de justiça social, por outro não devem se transformar em fonte autônoma de alimentação da inflação. Estes aumentos constituem fonte de inflação na medida em que elevam os custos reais das empresas (o

---

[176] O Globo, *Simonsen assegura: o país está longe da recessão*, publicada em 26/03/1976, p. 19.

[177] O Globo, *Langoni: é vital vencer a inflação*, publicada em 28/04/1976, p. 97.

[178] *Idem*.

> que pode, inclusive, gerar desemprego) e produzem efeitos de exacerbação das expectativas inflacionárias[179].

O jornal destacou também que várias medidas para o fortalecimento do mercado interno, adotadas no início do governo Geisel, já começavam a dar os primeiros resultados. Segundo a matéria, depois de ressaltar a importância das exportações como fator de crescimento do país, o II PND traria maior significação à expansão de novos segmentos do mercado interno, com a gradual formação do mercado de consumo de massa. Para alcançar esses objetivos, o governo decidiu conceder aumentos reais de salários, beneficiar mais pessoas através do PIS, introduzir modificações na política habitacional e aperfeiçoar os mecanismos da previdência social[180].

Para o ano seguinte, o ministro da Fazenda afirmou que não haveria qualquer alteração na fórmula da política salarial. Ele explicou que os reajustes tendiam realmente a diminuir, mas não em função de uma política de arrocho salarial, e sim do declínio das taxas de inflação. A fórmula de reajustes salariais, em vigor desde o princípio de 1975, tinha como componentes principais o resíduo inflacionário dos 12 meses anteriores, a previsão da inflação dos 12 seguintes e o índice de produtividade, estabelecido pela Secretaria do Planejamento. Assim, os reajustes dependiam principalmente do comportamento das taxas de inflação[181].

Em 1977, a questão da concentração da renda passou a ser tratada também como uma consequência do enfraquecimento da ação sindical por melhores salários. À ocasião do Simpósio sobre a Inflação Brasileira, promovido pela Comissão de Economia do Senado, enquanto Langoni identificava a excessiva expansão do crédito como principal causa da inflação e propunha a reorientação da poupança nacional para a capitalização das empresas, o deputado Ruy Brito (MDB-SP) apontava que houve uma opção política de usar a inflação

---

[179] *Idem*.

[180] O Globo, *A reabilitação do mercado interno*, publicada em 28/04/1976, p. 75.

[181] O Globo, *Simonsen nega contenção dos salários para 1977*, publicada em 17/12/1976, p. 24.

para promover o desenvolvimento do país, com todo o ônus recaindo sobre os trabalhadores, impossibilitados de reagirem devido à "desmobilização dos sindicatos feita pelo governo"[182].

O economista Andrade Baltar também destacou, em outra matéria do jornal, que seria necessário uma ampla organização sindical para obter a quebra dos profundos desequilíbrios salariais existentes. Para ele, o problema dos baixos salários no setor industrial havia se tornado uma questão essencial. "Quase todas as empresas sobreviveram e deram continuidade ao desenvolvimento industrial graças aos baixos salários que favoreceram uma elevada taxa de acumulação"[183].

Naquele ano, o modelo de desenvolvimento baseado no endividamento passava a ser questionado por vários especialistas e políticos de oposição. O economista André Franco Montoro Filho, por exemplo, considerava fundamental que houvesse reorientação dos investimentos, de forma a emancipar o país da dependência externa e da submissão dos consumidores aos padrões importados de países desenvolvidos, que pouco tinham a ver com a realidade brasileira. Para Montoro Filho, as injustiças sociais e a dependência ao comércio exterior, à tecnologia e ao capital estrangeiros exigiam medidas urgentes para corrigir distorções, levando em consideração o quadro da economia brasileira, o parque industrial existente, a psicologia de consumo da população, a distribuição de renda e de capital, além de problemas conjunturais de inflação, balanço de pagamentos e dívida externa. "Não se trata, entretanto, de abandonar o modelo aberto para comércio exterior, mas de saber a quem está interessando as exportações e as importações. A importação está ligada ao tipo de bens que a nação produz e que se destina a uma elite muito reduzida, enquanto os custos da importação traduzidos em endividamento recaem sobre toda a população"[184].

---

[182] O Globo, *Economistas debatem sobre o ônus do combate à inflação*, publicada em 30/06/1977, p. 31.

[183] O Globo, *Setores de alto rendimento pagam salários mais baixos*, publicada em 08/12/1977, p. 26.

[184] O Globo, *Economistas sugerem novo modelo de desenvolvimento*, publicada em 14/08/1977, p. 33.

Já para o senador Roberto Saturnino, do MDB, a principal causa da concentração estava no próprio modelo econômico e só sua mudança viabilizaria a solução do problema. Segundo o senador, a política salarial retirava o poder aquisitivo da classe trabalhadora, sem o apoio dos sindicatos, cujo poder de reivindicação havia sido pelo controle governamental. "Os índices de desemprego e subemprego crescem constantemente, devido à falta de uma política de investimento voltada para os setores empregadores de mão de obra. E o sistema tributário nacional continua altamente regressivo, com uma forte preponderância dos impostos indiretos"[185].

O senador ressaltou que o processo de concentração de renda existente no Brasil poderia levar a um agravamento das tensões sociais, tornando mais problemático o funcionamento de um regime democrático, já penalizado pelo agravamento da dependência externa, que se traduzia no endividamento crescente da economia nacional. Assim, "a concentração de poder aquisitivo em uma percentagem pequena de grupos de altas rendas produz uma exacerbação do fenômeno de consumo ostentatório e supérfluo, que é altamente prejudicial em termos de importações"[186]. Por fim, ele avaliou que, se a renda nacional fosse distribuída de forma mais equitativa, a demanda por bens de luxo seria reduzida, aumentando a de produtos primários produzidos internamente. Assim, seria possível produzir o mesmo produto global, com uma pressão muito menor sobre o balanço de pagamentos.

O economista Pedro Malan reacendeu a discussão sobre as razões da distribuição de renda, ao comentar a teoria de Langoni, "cuja interpretação peculiar infelizmente foi transformada em interpretação oficiosa para a questão da renda". Malan disse que não seria adequado associar qualificação da mão de obra a anos de escolaridade formal, assim como supor que se possa reduzir toda a discussão sobre a distribuição de renda no Brasil, que inclui todos os rendimentos de propriedade, a uma discussão sobre deslocamentos relativos de curvas de oferta e demanda no mercado de trabalho. Ele disse ainda que o fato de Langoni considerar

[185] O Globo, *Solução é mudar o modelo, diz Senador*, publicada em 18/12/1977, p. 39.

[186] *Idem*.

"natural" o aumento da concentração em um processo de crescimento econômico acelerado, utilizando exemplos de países capitalistas avançados é, "no mínimo, forçar a questão numa direção 'apologética', pois não se pode transferir uma experiência secular dos países desenvolvidos para a experiência de uma década do Brasil". Assim, Malan concluiu que a desigualdade na distribuição de renda deveria ser imputada ao modelo econômico que a gera[187].

Numa palestra proferida a funcionários da Embratel, o ex-ministro Delfim Netto afirmou que "não há forma de melhorar a distribuição de renda a não ser a de crescermos rapidamente, porque é a única fórmula de tornar aceitável as modificações que têm que ser feitas. Se a economia está crescendo depressa, você pode alterar o perfil de distribuição de renda sem que ninguém se sinta prejudicado"[188]. Sobre as greves dos metalúrgicos, o ex-ministro classificou os movimentos de saudáveis.

> Quando nos estamos num processo agudo, como o atual, os grupos que ganham menos têm que se movimentar. Quando acontece o que aconteceu em São Paulo, não devemos achar que a greve é uma manifestação de doença. Ela é uma manifestação de vitalidade, de saúde. A primeira participação do operariado depois de 14 anos. Essas manifestações têm que ser saudadas como restabelecimento da saúde do operariado nacional[189].

Para o presidente Geisel, as críticas sobre a concentração de renda estavam relacionadas a "interpretações nem sempre muito corretas de dados do recenseamento de 1970". Isso porque, segundo o presidente, entre 1966 e 1977, a população brasileira cresceu 35,8%, enquanto a renda per capita aumentou 96,4%. Para embasar seu argumento, Geisel apresentou dados sobre a venda de aparelhos eletrônicos, que cresceu 323,9%, e de

---

[187] O Globo, *Concentração de renda em debate*, publicada em 07/08/1978, p. 19.

[188] O Globo, *Delfim diz que greve é saudável e pede melhor distribuição de renda*, publicada em 10/08/1978, p. 27.

[189] *Idem*.

aparelhos eletrodomésticos, com aumento de 338,8% no mesmo período, o que significou, na sua visão, que a população dispôs de recursos e de rendas para a aquisição desses aparelhos e passou, desde então, a usufruir um melhor bem-estar. "Os problemas de renda familiar existem, sem dúvidas. Grande parte da nossa população é pobre, parte é muito pobre, mas eu não creio que seja tanto quanto se alardeia por aí"[190].

Entretanto, o jornal havia publicado no dia 12 de março de 1978 o resultado de um estudo elaborado por setores técnicos do governo sobre o desempenho da renda, do salário e do emprego, que chegava à conclusão de que "o objetivo do II PDN referente à distribuição da renda não foi alcançado, uma vez que os níveis de salário mínimo não têm proporcionalmente acompanhado os valores da renda per capita". Cerca de 2/5 da população economicamente ativa (aproximadamente 17 milhões de trabalhadores) continuavam recebendo rendimentos abaixo de um salário mínimo (que não tinha acompanhado a evolução da produtividade), caracterizando a ampliação do contingente de pessoas em condições próximas à pobreza, com rendimentos abaixo dos necessários à subsistência. O estudo também levou em conta que o perfil da estabilidade de emprego no Brasil era frágil, devido à alta rotatividade de mão de obra. Esse problema, aliado à desigualdade de renda, indicava que as condições sociais de grande parte da população brasileira estavam se deteriorando gradativamente, apesar da expansão da economia observada no período de vigência do II PND[191].

Ao final daquele ano, o ministro Reis Velloso, do Planejamento, parecia ter ignorado tal estudo, ao afirmar que o II PND havia obtido resultados satisfatórios "em tudo aquilo que pode ser considerado essencial": consolidação do modelo neocapitalista, estratégia de ajustamento à crise do petróleo, considerável progresso social, embora a distribuição de renda continuasse insatisfatória e a faixa de pobreza absoluta se mantivesse muito expressiva. Segundo o ministro, graças ao II PND, realizou-se grande progresso no setor energético, notadamente em petróleo e energia elétrica. As exportações mais do que

[190] O Globo, *Geisel debate críticas à concentração de renda*, publicada em 29/11/1978, p. 23.

[191] O Globo, *Estudo mostra que renda continua concentrada*, p. 35.

dobraram de 1973 a 1978 (de 6,2 para 12,5 bilhões de dólares), o que representava "um resultado excepcional num período de escalada protecionista nos países desenvolvidos e de baixa expansão do comércio internacional". Ponderou também que, ainda que a distribuição fosse insatisfatória, o país estava longe de um quadro de estagnação social. "A própria decisão de desacelerar lentamente a economia, tomada em 1974, teve um alto significado social, pois recessão e melhoria da distribuição de renda dificilmente são compatíveis"[192].

No dia 11 de março de 1979, o jornal fez um balando do governo Geisel, considerando que o saldo foi positivo, quase que repetindo o discurso do ministro Velloso ao final de 1978 sobre a consolidação do modelo neocapitalista e o sucesso da estratégia de ajustamento à crise do petróleo. Sobre a distribuição de renda, a matéria destaca que o país estava longe de um quadro de estagnação social, "caminhando no sentido de realizar a ampliação da classe média, a ascensão da classe trabalhadora e a redução, até sua total eliminação, da pobreza absoluta". E concluiu dizendo que aqueles cinco anos foram "os mais difíceis da história do Brasil e, se foi possível atravessar essa fase de turbulência sem maiores traumas, sem recessão ou desemprego em massa, o mérito é, sem qualquer dúvida, do gradualismo da política econômica posta em prática por este governo"[193].

Embora o presidente Geisel ainda sustentasse, ao final do seu mandato, a tese de que a distribuição de renda dependeria do aumento da produtividade do trabalhador, através do aumento da sua qualificação, adiando inclusive a fase de estabilização da economia prevista por Langoni, onde, segundo a hipótese da curva em U invertido, a desigualdade passaria a se autocorrigir de forma natural, a oposição ao governo aumentava, questionando o papel das políticas econômica e salarial implementadas nos últimos cinco anos na deterioração da renda do trabalhador. Nesse contexto, aliado ao ressurgimento dos movimentos sindicais, notadamente a partir das greves de 1978, o governo Figueiredo assumiu com o desafio de rever a política salarial, como forma de retomar a ingerência sobre as relações de trabalho e capital, que estava sendo, aos poucos, transferida para os sindicatos.

---

[192] O Globo, *Velloso: II PND foi cumprido no essencial*, publicado em 21/12/1978, p. 24.

[193] O Globo, *Sem recessão e sem desemprego, o Brasil venceu um difícil período*, p. 42.

Assim, no próximo capítulo, serão analisadas as medidas tomadas ao final do governo Geisel e início da gestão Figueiredo na tentativa de restabelecer essa relação, bem como o avanço dos movimentos sindicais a partir de 1978, no âmbito econômico e político, que modificou o panorama social e fortaleceu a luta pela redemocratização no Brasil.

3. O PAPEL DOS MOVIMENTOS SINDICAIS NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (1978-1980)

Os últimos anos da década de 70 foram desafiadores para o regime militar em relação à área econômica: o crescimento da economia vinha desacelerando desde 1976, crescendo em média 6,7% a.a. entre 1974 e 1979, ante 11,1% a.a. de 1968 a 1973; a inflação voltava a aumentar, após leve queda em 1977, numa média anual de 44,5% contra os 19% do período do milagre; a segunda crise do petróleo agravou a gestão da dívida externa, que saltou de 52 bilhões, em 1978, para mais de 64 bilhões em 1980, considerando a política de investimento do governo com base em empréstimos estrangeiros; a insatisfação popular aumentava, notadamente sobre a perda do poder de compra dos últimos anos; e os movimentos sindicais retomavam espaço, reivindicando melhorias salariais. Para Singer, o II PND adiou os efeitos da primeira crise do petróleo, em 1973, dando espaço para a retomada das ações sindicais: "esse adiamento da crise, por endividamento externo, correspondeu a um processo de mudança institucional que culminou na recuperação do poder de barganha coletiva de salários e do direito de greve e na reformulação da política salarial"[194].

A política de arrocho salarial que vinha sendo aplicada desde a implementação do PAEG, no início do governo militar (1964), passava a ser questionada pelos sindicatos, que voltaram a atuar nas negociações salariais a partir de 1978, conquistando reajustes salariais mais vantajosos que os impostos pelo governo até então. Com o retorno dos sindicatos à ativa, o governo se viu obrigado a retomar o controle das relações trabalhistas, editando, em 1979, uma nova lei, com aumentos mais significativos para os menores salários, proporcionando uma pequena melhoria na distribuição da renda e no poder de compra das menores faixas salariais.

[194] Singer (1986), *op.cit.*, p. 42.

Essa lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, regulamentava a correção semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), aplicando os seguintes fatores:

a) 1,1 da variação semestral, para até 3 salários mínimos;
b) 1,0 da variação semestral, para o que exceder os 3 salários mínimos;
c) 0,8 da variação semestral, para o que exceder dez salários mínimos;
d) 0,5 da variação semestral, para o que exceder quinze salários mínimos;
e) acima de vinte salários, aplica-se os limites anteriores, sem reajuste para o que exceder.

A lei ainda assegurava aos sindicatos "apresentar reclamação na qualidade de substituto processual de seus associados, com o objetivo de assegurar a percepção dos valores salariais corrigidos na forma do artigo anterior". Dessa forma, além de beneficiar aqueles que recebiam menores salários, ainda restabelecia a função reivindicatória dos movimentos sindicais.

Para Singer, a abertura política resultou do enfraquecimento da base social de apoio ao regime, que esteve ligado ao insucesso do governo na área econômica. Embora questões de ordem política e ideológica tivessem igualmente grande significado, para o autor, "a resistência da sociedade civil, inclusive de ponderáveis setores empresariais, às medidas de arrocho levou o governo a sucessivas derrotas". Em 1983, por exemplo, quando o governo Figueiredo retomou o arrocho salarial para combater a queda acelerada do PIB e o aumento da inflação, que chegava a 200% a.a., a resistência popular foi novamente preponderante para a dissolução da maioria parlamentar do governo e, no ano seguinte, para a queda final do regime militar[195].

É nesse contexto de insatisfação social sobre a questão salarial, que afetava diretamente o poder de compra das famílias e a distribuição da renda, que se concentra a abordagem desse terceiro capítulo, analisando a importância dos sindicatos para uma distribuição de renda

[195] *Ibidem*, p.92-93

menos desigual e o apoio desses movimentos ao processo de retorno do país ao regime democrático. A primeira seção mostra quais medidas adotadas pelo governo permitiram o retorno dos sindicatos e o contexto econômico e social em que se deu o fortalecimento dos movimentos sindicais no final dos anos 70. A segunda seção traz a forma de atuação do movimento sindical, desde as grandes greves realizadas neste período até a criação de um partido político com viés sindicalista (o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980), que favoreceram a transição política para a democracia na década de 80.

3.1. Nova política salarial e abertura política: o último ano do governo Geisel

Durante o governo Geisel, embora houvesse a preocupação com o aumento da inflação, evitando sua aceleração, o principal objetivo que conduziu a política econômica foi "vencer os desafios do desenvolvimento", ou seja, viabilizar o II PND. Apesar de abaixo da meta anunciada, o PIB cresceu a taxas elevadas entre 1974-78 (média anual de 6,7%)[196].

Tabela 8

Índices de inflação e de crescimento do PIB do Brasil pós "milagre"

Ano	Inflação em % (IGP-DI)	Crescimento do PIB em %
1974	34,5	8,2
1975	29,3	5,2
1976	46,3	10,3
1977	38,8	4,9
1978	40,8	5,0

Fonte: FGV/IBGE (Napolitano, p. 173)

Dessa forma, os objetivos de mudança estrutural que motivaram o II PND foram, em geral, alcançados. No entanto, os custos macroeconômicos desse êxito foram altos para a sociedade. Hermann destaca que "parte das dificuldades que marcaram a economia

[196] Hermann (2011b), *op.cit.*, p. 84.

brasileira na década de 1980 pode ser atribuída à ousadia do II PND — mais especificamente à ousadia da estratégia de endividamento externo que o viabilizou"[197].

Em 1977, o governo entendia que havia a necessidade de desacelerar a economia considerando que, no ano anterior, o PIB havia crescido 10,3%, porém com inflação mais alta (46,3%, ante 29,3% do ano anterior) e maior endividamento (28% a mais que 1975). Segundo Carneiro, na tentativa de reverter a expansão da economia e reduzir a inflação a uma taxa mensal de 2%, a partir de 1977, o governo adotou uma política monetária mais restritiva, com desaceleração dos meios de pagamentos e dos empréstimos ao setor privado, além da fixação de uma taxa de juros básica positiva em termos reais para o sistema financeiro (pela primeira vez desde 1971)[198].

A partir de 1978, a política econômica de curto prazo priorizou a acumulação de reservas em decorrência de um saldo do balanço de pagamentos de US$ 3,9 milhões. Entretanto, no meio do ano, uma seca atingiu o centro-sul provocando queda de 3% no produto agropecuário. Foi necessário importar alimentos no valor de mais de US$ 1 bilhão, prejudicando a continuidade do controle do custo de vida urbano e deteriorando a balança comercial no último ano do governo Geisel. Assim, apesar da política restritiva implementada nos dois últimos anos, a inflação subiu 2 p.p., adiando para o governo Figueiredo a tarefa de realizar um novo pacote de política restritiva[199].

No início do governo Figueiredo, em março de 1979, Mário Simonsen foi para a Secretaria de Planejamento comandar a política econômica e realizou um novo ajuste fiscal, baseado no corte de investimentos considerados não prioritários para melhoria do balanço de pagamentos e controle do processo de endividamento externo[200].

---

[197] *Ibidem*, p. 87.

[198] Carneiro, Dionísio Dias (1989), Crise e esperança: 1974-1980. In Abreu, Marcelo Paiva et al. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus, p. 307.

[199] *Ibidem*, p. 308.

[200] *Idem*.

Desde 1968, a economia brasileira crescia baseada no endividamento externo. O mercado internacional ainda se mostrava favorável a esse modelo de crescimento, mas começava a dar sinais de iminente mudança. Os Estados Unidos, por exemplo, aumentaram os juros básicos para 9,1% em 1978, após dois anos de estabilidade[201]. Entretanto, ao final de 1979, a crise externa se agravou com o novo choque do petróleo e com a elevação do custo de endividamento externo. O barril de petróleo saltou de US$ 13,60 em 1978 para US$ 30,03 em 1979. Para conter os efeitos inflacionários desse aumento, os bancos centrais dos países industrializados também elevaram suas taxas de juros. Nos Estados Unidos, a taxa subiu continuamente até 1981, quando atingiu 16,4% a.a., ante os 7,9% a.a. vigentes antes do choque[202].

A resposta restritiva dos países industrializados, que rapidamente elevaram suas taxas de juros, exigiu novas medidas do governo brasileiro. O ministro Simonsen propôs então um ajuste recessivo como única forma de controlar o grave desequilíbrio do balanço de pagamentos, gerando críticas e resistências do setor privado e até de integrantes do governo. Essas pressões resultaram na renúncia do ministro em agosto, sendo nomeado em seu lugar o "ministro do milagre" Delfim Netto.[203]

De acordo com o novo ministro, o estrangulamento externo que afetava a economia brasileira era resultado de um desajuste de preços relativos, que distorcia a distribuição da demanda entre os diversos setores. Assim, o novo ministro entendia que a taxa de câmbio deveria ser corrigida para redirecionar essa demanda aos bens de produção doméstica e estimular as exportações. Para isso, deveriam ser estabelecidas medidas de controle monetário, diminuindo a moeda circulante (M1) e a oferta de crédito, e de maxidesvalorização cambial. Essas correções do câmbio e das tarifas públicas, no entanto,

[201] Hermann (2011b), *op.cit*., p. 87.88.

[202] *Ibidem*, p. 77-78.

[203] *Ibidem*, p. 87-88.

aceleraram a inflação, que saltou da média anual de 38% durante o governo Geisel (1974-78) para 93% ao ano em 1979-80[204].

Essa aceleração refletiu também uma mudança no regime de reajuste salarial, implementada em outubro de 1979, com a mudança da periodicidade de reajuste dos salários nos setores público e privado, de anual para semestral. Em janeiro de 1980, foi adotada a prefixação da correção monetária em níveis inferiores aos da inflação, visando induzir expectativas de queda da inflação. Segundo Hermann, "as correções salariais mais frequentes, aliadas à prática generalizada da indexação de contratos, tornaram-se fatores realimentadores do processo inflacionário e da 'inflação inercial', ou seja, os preços aumentam em função de seus aumentos passados e da tentativa de se recuperar as perdas reais deles decorrentes"[205].

Assim, o modelo de ajuste externo adotado pelo governo Figueiredo em 1979-80, que se pretendia não recessivo, combinando controles fiscal e monetário com ajustes de preços relativos para favorecer a balança comercial e recuperar as contas públicas, não teve sucesso, pois tais ajustes de preços eram corroídos rapidamente pela aceleração da inflação. Nesse período, o PIB cresceu à taxa média de 8% a.a. e a recessão foi evitada graças à combinação de aumento das exportações e "crescimento inercial" dos investimentos públicos e privados do II PND, que estavam sendo finalizados[206].

Já em relação ao balanço de pagamentos, o desequilíbrio aumentou, considerando que, apesar do forte crescimento das exportações, o déficit comercial aumentou devido ao aumento dos preços (especialmente do petróleo) e do *quantum* das importações. As maxivalorizações de 1979 também não resultaram na desvalorização real do câmbio, pois eram corroídas pelo rápido aumento da inflação. Além disso, os superávits da conta de capital não foram suficientes para cobrir os déficits correntes, tornando o balanço de

[204] *Ibidem*, p. 88-89.

[205] *Ibidem*, p. 89.

[206] *Ibidem*, p. 89-90.

pagamentos deficitário. Com isso, o país registrou significativa perda de reservas internacionais, que passaram de US$ 12 bilhões em 1978 para US$ 7 bilhões em 1980[207].

Para Carneiro, a política heterodoxa adotada pelo governo parecia ignorar a crise externa, baseando-se no controle dos juros, na maior indexação dos salários, seguida de desvalorização cambial com pré-fixação da correção monetária e na tentativa de manipular as expectativas inflacionárias. "A incapacidade de fazer com que os banqueiros internacionais financiassem o experimento levou a uma perda rápida de reservas, enquanto o crescimento rápido do consumo alimentou uma explosão do balanço de pagamentos e levou à rápida reversão da política macroeconômica ao final do ano"[208].

O resultado dessa política foi o aumento do endividamento externo, que cresceu 47% entre 1977 e 1979 (ver Figura 5). No início do governo Geisel, o país pagava anualmente US$ 500 milhões de juros e, em 1978, a conta de juros líquidos subiu para US$ 2,7 bilhões. Em 1979, com a alta das taxas de juros internacionais, a conta saltou para US$ 4,2 bilhões[209].

Todas essas medidas econômicas tiveram grande impacto no poder de compra das famílias e no custo de vida, especialmente nas cidades. Entre 1967 e 1974, a urbanização no país cresceu, com aumento da classe operária e desenvolvimento do setor de serviços. Além disso, a economia apresentava claras evidências de concentração produtiva e financeira. A população nas cidades atingiu cerca de 100 milhões de habitantes em 1974, o dobro do observado no início da década de 50. Já a população economicamente ativa (PEA) registrou um aumento de 68%, passando de 22,6 milhões em 1967 para cerca de 38 milhões em 1973.[210]

---

[207] *Ibidem*, p. 90.

[208] Carneiro (1989), *op.cit.*, p. 309.

[209] *Ibidem*, p. 310.

[210] Costa (1996), *op.cit.,* p. 189.

A política de arrocho salarial que vinha desde a implementação do PAEG, em 1964, previa o enfraquecimento dos movimentos sindicais e reajustes aprovados exclusivamente pelo governo. Assim, as regras eram aplicadas conforme a necessidade do período, sem poder de barganha por parte dos trabalhadores. Embora tenha havido entre 1974 e 1978 uma certa melhora nos salários, em 1978, o piso salarial representava 65,4% do verificado em 1964.[211]

Somente a partir de 1979 houve mudanças na política salarial graças à ascensão dos movimentos sindicais. O cenário político, diante da gradual abertura política proposta por Geisel, não permitia mais repressões como as do início do regime e, a partir de 1978, o movimento operário voltava aos poucos à ativa. Os sindicatos passaram a praticar a livre negociação salarial, conquistando reajustes salariais mais vantajosos que os impostos pelo governo, retomando para si a regulação entre capital e trabalho. O governo editou, então, uma nova lei aparentemente distributiva, com aumentos mais significativos para os menores salários, como uma forma de colocar o movimento sindical na defensiva e retomar o controle das relações capital e trabalho[212].

Para Singer, a reformulação da política salarial no final dos anos 70 visava à recomposição do valor real dos salários mais baixos e, implicitamente, do salário mínimo. Em 1980, o governo intensificou o arrocho dos altos salários com a lei 6.886, aplicando novo fator de ajuste para quem recebia acima de 15 salários mínimos, mantendo a livre negociação entre patrões e empregados para determinar o eventual reajustamento da parcela[213].

Assim, a repartição da renda melhorou graças às mudanças na política salarial que privilegiaram os subconjuntos mais baixos da população. Entre 1976 e 1980, a proporção de famílias nas cidades com renda até dois salários mínimos caiu de 33,9%, em 1976, para 32,5%, em 1980, demonstrando uma pequena queda na extensão da pobreza. No campo,

[211] *Ibidem*, p. 198.

[212] *Ibidem*, p. 201.

[213] Singer (1986), *op.cit.*, p. 42

essa proporção cresceu de 70,6% para 71,8%, revelando um aumento na extensão da pobreza. Singer destaca, no entanto, que esse aumento é maior se considerado como "linha de pobreza rural" um salário mínimo de renda familiar. Neste caso, a proporção de família abaixo dessa linha cresceu de 37% em 1976 para 41,8% em 1980[214].

Entre 1979 e 1981, a distribuição da renda foi um pouco menos desigual. Embora a renda de toda população tenha caído 3,2% nesse período, tal queda se deveu inteiramente à redução da renda real dos 10% mais ricos (de 6,5%), enquanto a renda dos 60% mais pobres e dos 30% considerados médios permaneceu praticamente constante. Assim, houve aumento da participação na renda total dos 60% mais pobres (de 18,6% para 19,1%) e dos 30% pertencentes aos estratos médios de renda (de 33,2% para 34,2%), além da redução da participação dos 10% mais ricos (de 48,2% para 46,7%)[215].

Para Singer, a mudança da estrutura social no final da década de 70 decorreu do avanço do capitalismo monopolista – isto é, da proporção concentrada em grandes empresas – durante o período do regime militar.

> O crescimento proporcional da grande empresa – multinacional, estatal e nacional privada – imprime sua marca característica à estrutura de classes do país. Essa marca consiste na expansão do número de administradores profissionais e técnicos, que constituem cada vez mais a fração predominante da burguesia brasileira; e na expansão de um proletariado relativamente bem pago, constituído por empregados administrativos, pessoal de vendas, trabalhadores intelectuais, operários industriais especializados etc., que passam a constituir a maioria da camada média e até um segmento da camada rica[216].

---

[214] *Ibidem*, p. 43-44.

[215] *Ibidem*, p. 81-82

[216] *Ibidem*, p. 85

Entre 1960 e 1980, a proporção representada pelos empresários na PEA cresceu de 0,4% em 1960 para 0,7% em 1980. A classe gerencial também cresceu como proporção da PEA, passando de 1,6% para 2,1%. Singer destaca que "o crescimento das duas frações que compõem a classe capitalista é causado pela expansão das relações capitalistas de produção, que ocasiona também o crescimento do proletariado". A concentração da renda, que resultou das políticas salariais aplicadas durante o regime militar, ascendeu também entre uma pequena parcela da classe média e da operária, ocasionando nessas classes diferenciação do consumo[217].

Tabela 9

Distribuição de renda da população economicamente ativa com rendimento não nulo

Estratos	% Renda 1960	% Renda 1970	% Renda 1980
20% inferiores	3,5	3,2	3,0
20% seguintes	8,1	6,8	5,8
20% seguintes	13,8	10,8	9,0
20% seguintes	20,2	17,0	16,1
20% superiores	54,4	62,2	66,1
10% superiores	39,7	47,8	51,0
5% superiores	27,7	34,9	34,9
1% superior	12,1	14,6	18,2
Índice de Gini	**0,500**	**0,568**	**0,590**

Fonte: Censos demográficos (Bonelli e Ramos)

A anulação do movimento operário, tanto no plano econômico como político, entre 1964 e 1978, fez com que o fator estrutural determinasse a distribuição da renda. O crescimento da renda observado entre 1968 e 1976 foi apropriado quase integralmente pelos empresários, administradores e classe média. O acréscimo da renda também reduziu a proporção das famílias abaixo da linha de pobreza absoluta, mas serviu, sobretudo, para expandir as camadas de renda média e alta, agravando o grau de desigualdade da distribuição[218].

[217] *Ibidem*, p. 87.

[218] *Ibidem*, p. 90-91.

Ainda de acordo com Singer, a expansão da classe média constituiu o resultado mais evidente do desenvolvimento econômico ocorrido durante a vigência do regime militar. O número de operários industriais, por exemplo, aumentou de 38 mil em 1970 para 413 mil em 1980, caracterizando a já mencionada "proletarização da classe média" [219]. Considerando que esse desenvolvimento foi dominado pela expansão do capital monopolista, a classe média não só cresceu, mas mudou de caráter social. Composta, durante a primeira metade do período, por 50% de membros da classe dominante e 50% das classes dominadas, na segunda metade a participação da classe dominante se reduziu para 25%[220].

Portanto, a classe média brasileira, à qual se atribui peso predominante na formação da opinião pública, era formada por pessoas que ganhavam a vida mediante a venda de sua força de trabalho, sem ocupar posições de chefia na hierarquia empresarial[221]. Essa nova composição da classe média é importante para analisar seu apoio às ações do governo, notadamente no que se refere à política salarial e de distribuição de renda, considerando que suas necessidades e demandas são diferentes daquela classe que apoiou o golpe de 1964[222].

A próxima seção irá analisar de que forma a atuação do movimento sindical, entre 1978 e 1980, proporcionou uma pequena, porém importante, redistribuição de renda e contribuiu para a transição política rumo à redemocratização na década de 80.

---

[219] *Ibidem*, p. 17

[220] *Ibidem*, p. 18

[221] *Idem*.

[222] *Idem*.

3.2. Das greves à transição política: o papel dos movimentos sindicais na distribuição de renda

Os anos 50 foram um período importante para os trabalhadores brasileiros. O movimento sindical, liderado pela aliança das militâncias comunista e trabalhista, conseguiu grande avanço organizativo e mobilizatório, notadamente através do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuava como representante dessa esquerda na esfera política, com a construção de alianças e de frentes pela democracia, o que resultou em uma forte participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional[223].

Depois de quase 20 anos de intenso crescimento e atividade mobilizatória, o movimento sindical foi duramente atingido pelo golpe militar de 1964, o qual, segundo Santana, "tinha como uma das suas justificativas exatamente impedir a implantação de uma 'república sindicalista' no país". Após a tomada do poder pelos militares, o movimento passou por um processo de ressignificação no cenário político, com redução da sua atuação ao trabalho silencioso no interior das fábricas. Apesar de haver uma legislação que garantia o direito à greve, as mobilizações políticas ou de solidariedade foram proibidas, limitando-as à contestação pontual de salários atrasados[224].

Além disso, líderes sindicais e militantes foram presos e perseguidos, e os novos candidatos estavam sujeitos à avaliação do Ministério do Trabalho e da polícia política. Dessa forma, o governo mantinha o controle da ação sindical e podia aprovar medidas como a política de arrocho salarial, na tentativa de conter a inflação, e a criação do FGTS, que incentivava a alta rotatividade de mão de obra, ambas sem a oposição dos sindicatos[225].

---

[223] Santana, Marco Aurélio (2008), Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, Florianópolis, vol. 7, n. 13, p. 279.

[224] *Idem*.

[225] *Ibidem*, p. 281

Na nova composição imposta pelo governo militar, os sindicatos passavam a ter uma função meramente assistencialista, rompendo a relação política que eles possuíam nos anos anteriores junto aos trabalhadores[226]. Em contrapartida, a esquerda em geral passou a se questionar sobre os caminhos percorridos até então pelo movimento sindical. Com a implantação do regime, o PCB passou a ser responsabilizado pelo enfraquecimento da estrutura sindical construída até então, exatamente pelo seu posicionamento conciliador junto aos governos anteriores. Assim, o Partido foi colocado à margem do processo de luta das esquerdas[227].

Santana destaca que, no Brasil, a redefinição das formas de atuação sindical foi mais dura e mais sentida naqueles setores que, ao final dos anos 70, defendiam práticas mais "combativas" e "radicais" de ação e, portanto, criticavam a atuação do PCB. Esses setores, que formavam o "novo sindicalismo", pretendiam romper com as posições correntes no sindicalismo nacional e também com aquelas que julgavam caracterizar o passado de sua classe[228].

Segundo a opinião do ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, à época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o sindicalismo pré-1964 não teria sido autônomo e independente porque "muitos movimentos eram feitos por interesses políticos, muitas vezes em benefício de quem estava no poder e mesmo de quem não estava, mas queria chegar lá"[229]. Assim, o sindicalismo pré-64 era visto pelos novos sindicalistas como aliado do governo e distante da classe trabalhadora. O "novo sindicalismo", por sua vez, como definiu Olívio Dutra, era "aquele organizado na base, articulado com os setores populares e que é real em algumas regiões e em algumas categorias". Assim, destacam-se como os pilares do "novo sindicalismo" a dissociação do

---

[226] *Ibidem*, p. 282

[227] *Ibidem*, p. 280

[228] Santana(1999), *op.cit.*, p. 103.

[229] *Ibidem*, p. 107.

sindicato em relação ao Estado e a luta por independência, liberdade e autonomia sindical[230].

Além do movimento sindical, outros movimentos sociais vinham conquistando espaço no processo de reivindicações rumo à redemocratização, como o estudantil, o de mulheres, o de bairros e o contra a carestia que, articulados ou não ao movimento sindical, fortaleceram a luta democrática do período.

Em 1977, o movimento estudantil voltava aos poucos a realizar protestos públicos, como em maio em frente à Faculdade de Direito da USP, em nome das "liberdades democráticas" e pela libertação dos colegas presos em uma panfletagem perto das fábricas do ABC[231], e a realização do III Encontro Nacional de Estudantes, em setembro daquele ano, que inicialmente seria na Cidade Universitária da USP, mas que foi cercada pela Polícia Militar e, por conseguinte, o evento foi transferido clandestinamente para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que terminou com a detenção de mil estudantes, além de quatro feridos gravemente. Somente em 1979, os estudantes puderam se reorganizar em diretórios centrais, inclusive com o ressurgimento da UNE, também silenciada ao longo do período anterior pelo regime militar[232]

Os empresários também se mostravam insatisfeitos com o governo, em nome de liberalismo econômico, diante da política estatizante de Geisel, e lançaram, em 26 de junho de 1978, o "manifesto do grupo dos 8", assinado por grandes empresários, como Antonio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), José Mindlin (Metal Leve) e Luis Eulálio Bueno Vidigal (Grupo Vidigal)[233]. Ao se colocarem a favor das "liberdades democráticas" e da

---

[230] *Ibidem*, p. 109.

[231] Região formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, em São Paulo.

[232] Napolitano (2014), *op.cit.*, p. 258-261.

[233] *Ibidem*, p. 266-267.

"livre iniciativa", eles se colocavam como críticos ao governo, enfatizando a perda da legitimidade política do governo militar.

Porém, a associação popular que teve maior visibilidade durante o regime militar, antes mesmo do movimento sindical, foi o Movimento do Custo de Vida (MCV), que combatia o aumento dos preços de itens de consumo e alugueis, agravado pelo arrocho salarial e pelo aumento da inflação a partir de 1975. O grupo, fundado por cinco mães e duas freiras em 1972, para discutir questões do cotidiano e fazer trabalhos comunitários conseguiu reunir, em 1978, mais de 1,2 milhão de assinaturas num manifesto exigindo o "congelamento de preços dos itens básicos de subsistência e aumento de salários"[234].

Figura 6 – Comissão do MCV, encarregada da entrega do abaixo-assinado, em Brasília. Fonte: Movimento (suplemento Assuntos)

O fortalecimento do movimento operário em São Paulo e nas cidades do ABC estreitou a relação entre trabalhadores e o MCV. De um lado, os sindicatos auxiliavam na coleta de assinaturas nas fábricas, enquanto o MCV organizava atos de celebração do 1º de maio nos bairros periféricos e arrecadava doações para fundos de greve durante as mobilizações

[234] *Ibidem*, p. 274.

operárias entre 1978 e 1980. Para Monteiro, o MCV atuou como uma "opção temporária" na luta contra o arrocho salarial, que foi assumida pelos movimentos sindicais pós 1978[235]. A partir de 1979, os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) assumiram a liderança do movimento, que passou a se chamar Movimento de Luta contra a Carestia (MCC).

Para Santana, "quando os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve em 1978, abrindo caminho para a paralisação que se seguiu em outras categorias, eles rompiam com os limites estreitos estabelecidos pela lei antigreve, com o arrocho salarial e com o silêncio geral ao qual havia sido forçada a classe trabalhadora. Com isso, eles impactaram alguns dos pilares de sustentação política e econômica da ditadura militar"[236].

Segundo Boito Júnior, o crescimento industrial induzido pelos governos militares nos anos anteriores teve como "carro-chefe" a indústria automobilística concentrada no ABC Paulista. Desde o fim do "milagre econômico", o partido de oposição, o MDB, adotara uma linha mais crítica frente à ditadura militar. Parte da grande imprensa também passou a refletir as insatisfações da classe média nesse contexto de "fim do milagre". Para o autor, "tanto a ação do MDB como a atitude da imprensa favoreceram, de maneiras variadas, a retomada do movimento sindical"[237].

Assim, o movimento sindical viveu entre os anos 1978 e 1980 um momento de extrema importância para sua história. Após retomar seu espaço de ação, o sindicalismo voltava à cena cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. Santana destaca que, no cenário político mais amplo, "a reemergência do

---

[235] Monteiro, Thiago N. (2017), Como um pode um povo vivo viver nesta carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo, Humanitas, Fapesp, p. 105-106.

[236] Santana (2008), *op.cit.*, p. 296.

[237] Boito Júnior, Armando (2005), *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas, Unicamp, p. 281-282

movimento dos trabalhadores estremeceu os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo articulados sem levá-lo em consideração"[238].

A ano de 1978 foi marcado pela realização de várias e importantes greves, que acabaram definindo as características da atuação sindical que marcaram esse período. O sucesso dessas greves levou à disseminação da prática como método de reivindicação por melhores salários e condições de trabalho, introduzindo os trabalhadores e suas lideranças no cenário político nacional. Nesse ano, os movimentos paredistas concentraram-se na área metalúrgica do ABC, espalhando-se rapidamente para outros municípios, estados e categorias do setor privado[239].

Segundo Costa, a partir das greves do ABC paulista, "estava rompido o ciclo do medo que reduzia as manifestações operárias a lutas isoladas e sem repercussão social, tanto que o movimento grevista se espalhou pela região como um rastilho de pólvora, posteriormente para o Estado de São Paulo e em seguida para todo o País, rompendo na prática a legislação arbitrária e a política de arrocho salarial"[240]. No final de 1978, quase 540 mil trabalhadores de 19 categorias haviam participado de greves em todo o Brasil[241].

A partir da experiência dos movimentos de 1978, houve um intenso trabalho dos dirigentes sindicais, especialmente os de São Bernardo, organizando os trabalhadores para a campanha salarial de 1979. Os sindicatos buscavam um "alto grau de organização e coordenação" e, para isso, os dirigentes propuseram a constituição da "comissão de salários", que seria incorporado como instrumento fundamental na organização das lutas operárias do ABC[242]. Assim, naquele ano, a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC

---

[238] Santana (1999), *op.cit*. p. 104.

[239] Noronha, Eduardo G. (2009), Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova* (76), São Paulo, p. 128-129.

[240] Costa (1996), *op.cit.*, p. 275-276.

[241] *Ibidem*, p. 277.

[242] *Ibidem*, p. 279.

buscava, além do reajuste salarial, a garantia de emprego e a implantação de delegados sindicais no interior das empresas. A partir do dia 12 de março de 1979, mais de 50 mil trabalhadores metalúrgicos decidiram entrar em greve, em meio ao processo de transição do governo Geisel para o de Figueiredo[243].

Figura 7 – Lula discursa na assembleia de metalúrgicos do ABC durante a greve de março de 1979. Fonte: Memorial da democracia.

Os empresários, ao perceberem que os trabalhadores estavam mais bem preparados para a mobilização, começaram a exigir do governo medidas punitivas. O governo reagiu com uma repressão dura e violenta e a greve se manteve graças ao apoio dos mais variados movimentos populares e democráticos de todo país, possibilitando, então, uma virada na orientação do sindicalismo do ABC[244].

Outras greves se destacaram em 1979. Em São Paulo, a greve dos metalúrgicos, convocada pela oposição sindical, foi duramente repreendida com dispersão dos piquetes e perseguição

[243] Santana (2008), *op.cit.*,p. 298.

[244] Boito Júnior (2005), *op.cit.*, p. 281-282.

pela polícia, e um dos grevistas, o operário Santo Dias da Silva, foi morto no confronto. Os professores do Rio de Janeiro tiveram a sede de sua entidade fechada pelo governo, enquanto os bancários de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre sofreram forte repressão do governo, inclusive com a prisão de Olívio Dutra, presidente do sindicato gaúcho[245].

É nesse contexto de conquista de espaço político e social dos sindicatos frente aos trabalhadores que o governo edita a nova lei de reajuste dos salários (nº 6.798/79), buscando retomar o controle das negociações salariais. Costa destaca que, "depois das greves, os patrões, mesmo a contragosto, já não podiam mais desconhecer a força dos sindicatos e a organização dos trabalhadores, apesar das demissões e da repressão. Estava virada uma página em nossa história"[246].

A partir de 1980, o movimento operário passa por um revés, considerando a conjuntura econômica desfavorável, devido ao segundo choque do petróleo e às medidas liberais, encabeçadas por Ronald Reagan, nos EUA, e Margareth Tatcher, no Reino Unido, e, em certo ponto, pelo que Costa chamou de "um certo triunfalismo ingênuo de suas lideranças"[247]. Havia um certo clima de euforia entre as lideranças sindicais, graças às conquistas do ano anterior, sem considerar, no entanto, a articulação do governo com os empresários para derrotar o movimento naquele ano[248].

Assim, além das repressões, o governo recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) como forma de dar aparência de legalidade à ação repressiva. Com o aval da justiça, o governo intensificou a repressão contra os trabalhadores, com confrontos diários entre a polícia e os grevistas[249]. A greve dos metalúrgicos do ABC de 1980 durou 41 dias, sem

---

[245] Costa (1996), *op.cit.*, p. 283.

[246] *Ibidem*, p. 284.

[247] *Idem*.

[248] *Ibidem*, p. 285-286.

[249] *Ibidem*, p. 289.

conquistas e com a demissão de quase mil trabalhadores. Além disso, 15 dirigentes sindicais, entre eles Lula da Silva, foram presos e encaminhados para o Dops, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Essa derrota teve grande impacto nos demais movimentos paredistas pelo país e o número de greves caiu a 50, com cerca de 664 mil participantes[250].

Como destacou Singer, graças à pressão dos sindicatos e outras associações voluntárias ligadas à classe operária, o governo sancionou uma nova política salarial e promoveu reajustes maiores, apesar do aumento concomitante da inflação, permitindo uma pequena retomada do poder de compra das famílias. Embora a renda tenha caído no período de 1976 a 1980 em 5,2% na média pessoal e 7,6% na familiar, a distribuição foi menos desigual e a diminuição da renda foi amenizada. Enquanto os 10% de famílias mais ricas perderam 15% da sua renda real no período, os 60% mais pobres perderam 4,5% [251].

Boito Júnior ressalta que o sindicalismo do ABC inscreveu, gradativamente, a luta contra a ditadura, ao se aproximar dos movimentos populares e lançar a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, posteriormente, da CUT.

> Essa nova força social, representada pelo par PT/CUT, será um dado novo na conjuntura, elevando a crise da ditadura militar para um patamar superior. Nem mesmo a campanha das diretas pode ser entendida sem a criação dessa nova força social no cenário político nacional. A ação do movimento sindical foi um fator fundamental na crise e na superação da ditadura militar[252].

A ideia de criação de um partido que representasse os trabalhadores foi lançada em fins de 1978, no cenário de transição democrática sugerido "política de distensão" de Geisel e com o surgimento dos movimentos sindicais como um novo sujeito político de representação. A pauta de reivindicações desses movimentos procurava, segundo Meneguello, "suprimir a

---

[250] *Ibidem*, p. 293.

[251] Singer (1986), *op.cit.*, p. 91-92

[252] Boito Júnior (2005), *op.cit.*, p. 282-283.

marginalização política sob a qual se encontrava boa parte das classes trabalhadoras do país"[253].

Além do crescimento dos movimentos operários, o governo também observou, em 1978, a vitória da oposição nas eleições gerais, mostrando a força do MDB na opinião pública, sobretudo dos grandes centros urbanos. Apesar da vitória de 46% dos votos do MDB contra 35% da ARENA, o partido do governo manteve a maioria no Senado Federal, com 63% das cadeiras, graças à figura do "senador biônico" (eleito indiretamente)[254].

Em 1979, já no governo Figueiredo, foi sancionada a lei da Reforma Partidária (nº 6.767), que extinguia os partidos ARENA e MDB (que passaram a se chamar PDS e PMDB) e impunha rígidas alterações para a organização dos partidos, dirigidas sobretudo para dificultar a organização de pequenas agremiações, Além disso, foram impostas restrições jurídicas que impossibilitaram a legalização de partidos comunistas. A nova lei atendia aos anseios das alas progressistas da igreja, setores da classe média e do sindicalismo, que definiram como questão central para o regime a reformulação do modelo de representação política. Também nesse ano houve a concessão da anistia (lei nº 6.683) e o restabelecimento gradual da liberdade de imprensa[255].

Assim, o governo reformulou o sistema partidário de forma a fragmentar os partidos de oposição, garantir o apoio governamental a um partido de centro, o Partido Popular (PP), e incentivar a representação das classes trabalhadoras pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Entretanto, o governo ignorou a representatividade de Leonel Brizola, que fundou o PDT, e o surgimento do PT, fundado nas mobilizações do novo sindicalismo concentrado no pólo industrial do ABC paulista e conduzido por Lula[256].

---

[253] Meneguello, Rachel (1989). *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 21.

[254] *Ibidem*, p. 25.

[255] *Ibidem*, p. 25-26.

[256] *Idem*.

As eleições diretas para os governos estaduais de 1982 tiveram um significado decisivo para o processo de transição democrática, considerando que governadores da oposição foram eleitos, depois de quase 20 anos. Para Meneguello, "foi nesse processo eleitoral global que o PT colocou no palco político institucional uma gama de reivindicações expressas por setores sociais diversificados, articulados em torno da conquista do reconhecimento político pelo estado autoritário brasileiro"[257].

As transformações na estrutura econômica e social do país, sob o processo de modernização realizado nos anos 70, causaram um impacto significativo na forma de atuação dos atores políticos e sociais. Sejam aqueles que tiveram origem nos setores industriais ou aqueles advindos da classe média assalariada (professores, técnicos, funcionários públicos etc.), os trabalhadores passaram a se articular de forma mais intensa em torno de reivindicações por melhores condições de vida e pela democratização do Estado, dando origem a diversas formas associativas e de movimentos organizados[258].

Para suprir a necessidade de um apoio político-institucional, parte desses movimentos abrigou-se no PMDB que, desde 1974, atuava como base das manifestações de oposição. Outra parte dirigiu-se à formação do PT, que se apresentou naquele momento como nova forma de representação popular no âmbito institucional. Assim, o Partido dos Trabalhadores consolidou-se como uma alternativa de esquerda aos movimentos sociais e organizações de trabalhadores que lutavam pela redemocratização [259]. Napolitano, entretanto, ressalta que, embora o PT defendesse a "autonomia dos trabalhadores" e a luta "contra a exploração capitalista", a fundação de um novo partido operário, que não se definia claramente como reformista ou revolucionário, provocava um racha entre os

[257] *Ibidem*, p. 28.

[258] *Ibidem*, p. 29.

[259] *Ibidem*, p. 30.

esquerdistas. Dessa forma, "a passagem da luta sindical para a luta política mais ampla percorreria um caminho mais longo e acidentado do que os petistas imaginavam"[260].

Segundo Santana, a ascensão do sindicalismo no final da década de 70 foi facilitada por um período de transição política para a democracia, que lhe garantia campo de atuação, e por uma conjuntura econômica de elevada inflação, que incentivava a mobilização, conquistando, assim, vitórias importantes para reocupar o espaço político que havia sido retirado pelo governo militar. Entretanto, as greves e o enfrentamento à repressão e ao autoritarismo do governo, bem como sua participação no movimento por eleições livres e diretas para presidente (Diretas Já) e pelo estabelecimento de uma Assembléia Nacional Constituinte, corroboram sua importância na luta pela democratização do país, que pôs fim a 21 anos de governos militares[261].

Figura 8 – Passeata pelas Diretas Já, em São Paulo. Fonte: Folhapress

Ao mesmo tempo em que ganhavam força como representantes dos trabalhadores no cenário político, os movimentos sindicais atuavam na luta por melhores salários e,

[260] Napolitano (2014), *op.cit*., p. 301-302.

[261] Santana (2008), *op.cit.*, p. 306.

consequentemente, na melhor distribuição de renda, principalmente entre aqueles que ganhavam menos. A nova legislação salarial promulgada em 1979 é um exemplo do impacto desses movimentos nos âmbitos econômico, político e social.

Após a retomada desses movimentos, houve uma pequena redução da pobreza nas cidades entre os anos 1976 e 1980, com aumento da renda das famílias que recebiam de dois a cinco salários mínimos de 33% para 34,8%. Considerando a renda total, a desigualdade na distribuição também foi reduzida nesse período, com aumento da parcela de famílias com renda média (de 33,6% para 35,6%) e queda na de famílias com renda alta (de 48,3% para 45,2%). Por fim, houve evolução na renda real da classe mais pobre (aumento de 10,2%) e queda nos demais estratos (1,8% na classe média e 9,8% na classe mais rica)[262].

Essa mudança no perfil de distribuição de renda no final da década de 70 pode ser atribuída principalmente às conquistas salariais do movimento sindical, consolidadas na legislação salarial de 1979, que levaram a reajustamentos maiores dos salários mais baixos e menores dos mais altos. Assim, houve uma desconcentração de renda urbana, pela primeira vez desde 1969, contrariando a tendência dominante no sentido oposto. Singer conclui que "a concentração de renda tornou-se tão extrema, no Brasil, entre 1960 e 1976, devido principalmente à ausência de um movimento operário organizado, eliminado do cenário social pela repressão, entre 1964 e 1978"[263].

Dessa forma, o ressurgimento dos movimentos sindicais e sociais a partir de 1978 foi importante não apenas para a luta pela redemocratização, mas também para a retomada do poder de compra das famílias mais pobres e, mesmo que timidamente, de uma melhor distribuição de renda ao fim da década de 1970.

---

[262] Singer (1986), *op.cit.*, p. 78-79.

[263] *Ibidem*, p. 45.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar como o desempenho da economia brasileira, particularmente entre os anos de 1974 e 1980, influenciou a opinião pública e, consequentemente, o apoio da sociedade ao governo militar, considerando o fator concentração de renda como um dos fatores importantes dessa tomada de consciência econômica e política da população.

Ressalta-se que, da mesma forma que o golpe de 1964 não foi um ato isolado no Brasil, o declínio do regime militar, na década de 80, não foi uma conquista exclusiva da sociedade brasileira. Os movimentos a favor da redemocratização eram crescentes em toda a América Latina. Entretanto, é inegável a importância do fator econômico, conforme descrito nos capítulos anteriores, seja na propagação da insatisfação popular ou na adesão aos movimentos sociais por melhores condições de vida, e aos movimentos sindicais, por melhores salários. Todas essas questões, em conjunto, estavam direta ou indiretamente relacionadas à concentração da renda, que favorecia a classe média e o empresariado em detrimento da classe operária, sobre a qual recaía o maior peso do aumento do custo de vida ocasionado pelo aumento da inflação observada no período. Dessa forma, cinco pontos devem ser apontados como resultados desta pesquisa.

O primeiro se refere à forma como a questão da distribuição de renda era tratada pelo governo e divulgada pela mídia. Através das 49 matérias dos jornais *O Estado de S. Paulo* (25) e *O Globo* (24) selecionadas neste trabalho, pôde-se verificar que o presidente e sua equipe econômica admitia a existência do problema, porém sustentava o argumento embasado na pesquisa de Carlos Langoni de que a concentração era "natural" do processo de crescimento econômico observado nos anos 60. Mesmo ao final dos anos 70, quando já não era mais possível sustentar esse argumento, já que a economia havia se arrefecido, como previsto pelo modelo de curva em U invertido, e a concentração de renda se mantinha praticamente inalterada, não havia qualquer manifestação do governo sobre a parcela de responsabilidade da política econômica implementada, chegando inclusive a tratar as discussões acerca do assunto como meras "acusações" feitas por aqueles que não

interpretavam os dados de maneira "correta"[264]. Por outro lado, verificou-se que havia um intenso debate sobre a questão, não só no ambiente acadêmico, mas também nas redações dos principais jornais em circulação no Brasil. Vários economistas se dispuseram a debater o tema em cadernos especiais de periódicos, entrevistas, seminários e congressos. A questão da distribuição de renda era freqüentemente abordada pelos jornalistas em entrevistas e, algumas vezes, censuradas pelo regime, quando tal abordagem não lhes convinha.

O segundo ponto a ser destacado é o papel fundamental desempenhado pelos movimentos estudantis, sociais (especialmente o MCV) e sindicais no processo de transição política, considerando o enfrentamento ao aparelho repressor do governo, organizando-se de forma expressiva para reivindicar diretos e liberdades; a exposição dos problemas sociais e econômicos enfrentados pela população, principalmente os mais pobres; a conquista de espaço na mídia, que não podia mais esconder os maus resultados da política adotada pelo governo; e, principalmente, o engajamento político dos seus principais representantes, tanto na participação de partidos políticos como nas manifestações pró-democracia. A atuação desses movimentos foi crucial para mostra não apenas ao governo o poder de organização das massas quanto aos próprios envolvidos nos movimentos de contestação e oposição ao governo. O que começou com grupos de discussões, como o MCV, e mobilizou milhares de pessoas em atos como a Catedral da Sé, em 1978, ou uma paralisação de trabalhadores que desencadeou um movimento paredista em todo o país, naquele mesmo ano, serviu, certamente, como incentivo às manifestações pró-redemocratização observadas em meados dos anos 80.

[264] Conforme aspas da matéria *Geisel rebate críticas à concentração de renda* do jornal O Globo, publicada em 29/11/1978.

O terceiro ponto corresponde à herança deixada pela política econômica adotada pelos governos militares. Na tabela abaixo, é possível verificar a evolução dos principais índices econômicos ao longo do período analisado do regime militar[265].

Tabela 10

Evolução dos índices econômicos do Brasil (1964-1980)

Índices econômicos	**Pré-golpe**	**Auge**	**Declínio**
	1964	**1973**	**1980**
PIB (%)	3,4	14	9,2
Inflação (% a.a.)	92,1	15,6	110,2
Índice de Gini(1)	0,500	0,568	0,590
Dívida externa (em US$ milhões)	3.294	14.857	64.259
Salário Mínimo(2)	100	64,18	66,80
Renda per capita(2)	100	165,63	226,58
Índice de aprovação do governo (%)	70	82	

(1) utilizados os dados de 1960, 1970 e 1980, de acordo com o Ipea.
(2) tomando como base 100 o ano de 1964.

De 1964 a 1980, o PIB brasileiro evoluiu à taxa média anual de 7,8%, enquanto a inflação cresceu 40,1% a.a., em média. Apesar do crescimento observado no período, pautado no endividamento externo (cuja dívida cresceu 1.951%), todos os demais índices foram desfavoráveis ao país, com inflação alta, aumento da desigualdade de renda (índice de Gini saltou de 0,5 para 0,6) e queda de 33,2% do valor do salário mínimo, face ao aumento em 126,58% da renda per capita, confirmando o caráter concentrador e excludente da política econômica adotada pelo regime.

[265] Embora se saiba que o regime militar durou até 1985, para essa análise, foi considerado o período de 1964 a 1980, por ser o escopo de estudo deste trabalho.

Assim, buscou-se corroborar neste estudo que o modelo de crescimento adotado pelo governo militar, notadamente após 1968 e considerando que os primeiros anos foram tratados como de "ajustes econômicos", foi concentrador de renda e excludente do ponto de vista social. A conta dessa expansão da economia baseada em um alto grau de endividamento ficou para os governos civis seguintes. Ao fim do governo militar, em 1984, a dívida representava 54% do PIB, segundo o Banco Central, quase quatro vezes maior do que na época em que foi dado o golpe, em 1964, quando o valor da dívida era de 15,7% do PIB. A inflação, por sua vez, chegou a 223%, em 1985[266]. Já o custo social desse crescimento se mantém até hoje.

Por fim, o quarto ponto diz respeito à relevância histórica da criação do Partido dos Trabalhadores na virada dos anos 70 para os 80, não apenas como um representante da esquerda, mas como o resultado de um movimento que estava atento às reais necessidades das classes mais baixas, conquistando, com isso, a confiança de muitos eleitores. Além disso, as medidas adotadas durante o período no qual o partido esteve à frente do governo federal, notadamente na gestão Lula, ressaltam a ideia de que as lutas por valorização do trabalhador iniciadas na fundação do PT foram mantidas, apesar das ressalvas realizadas, principalmente no que se refere ao posicionamento de seus principais expoentes em relação às questões econômicas e ao relacionamento com o empresariado e com a mídia, na ocasião da publicação da "Carta aos brasileiros" em 2002. Nos três primeiros mandatos petistas, entre 2003 e 2014, houve um significativo avanço na questão da desigualdade de renda, com o índice de Gini brasileiro caindo de 0,583, em 2003, no início do governo Lula, para 0,518, ao final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2014, uma queda média de 0,9% a.a. Na gestão anterior, de Fernando Henrique Cardoso, a desigualdade caiu, em média, 0,2% a.a.[267]

---

[266] El País, *O lado obscuro do "milagre econômico" da ditadura: o boom da desigualdade*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 24/06/2018.

[267] Nexo Jornal, *10 índices econômicos e sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil*. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-%C3%ADndices-econ%C3%B4micos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil. Acesso em 24/06/2018.

Considerando esses quatro pontos, pode-se concluir que o agravamento da concentração da renda e, consequentemente, do alto custo social do modelo de crescimento por endividamento adotado pelo governo militar no período de 1968 a 1980, foram fatores propulsores da movimentação popular em favor da democracia que, apesar das inúmeras tentativas do governo para frear esse movimento histórico, foi restabelecida em 1985. Entretanto, o problema da desigualdade de renda não se restringiu ao período do regime militar e poucos governos civis que vieram na sequência tiveram condições e vontade política para tratar a questão com a devida premência e seriedade.

BIBLIOGRAFIA

a) Livros e artigos:

Aguirre, Basília e Fabiana Saddi (1997), Uma alternativa de interpretação do II PND. *Revista de Economia Política* 17 (4), p. 78-98.

Bacha, Edmar Lisboa (1973), Hierarquia e remuneração gerencial, In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, p. 153.

Bandeira, Luiz Alberto M. (2014), O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: Toledo, Caio de Navarro (org.), *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*, 2ª ed. Campinas, Editora Unicamp.

Barone, Ricardo S., Pedro P. Z. Bastos e Fernando A. M. de Mattos (2015), A distribuição de renda durante o "milagre econômico" brasileiro: um balanço da controvérsia. *Texto para Discussão*. IE/Unicamp, Campinas, nº 215, p. 8.

Boito Júnior, Armando (2005), *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas, Unicamp, p. 281-282

Bonelli, Regis e Lauro Ramos (1995), Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. *Revista Brasileira de Economia* 49 (2), p. 354.

Bresser Pereira, Luiz Carlos (1983), Auge e declínio nos anos setenta. *Revista de Economia Política* 3 (2), p.103-129.

_____ (2004), *O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido*. Uberlândia, IX Encontro Nacional de Economia Política.

Carneiro, Dionísio Dias (1989), "Crise e esperança: 1974-1980". In Abreu, Marcelo Paiva et al. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus.

Castro, Antonio Barros de e Francisco Eduardo Pires de Souza (1985), *A economia brasileira em marcha forçada.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Cavarzan, Gustavo M. e José Caio Racy (2010), II PDN: as peculiaridades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 1970. *Revista de Economia Mackenzie* 8 (3), p. 52-66.

Costa, Edmilson Silva (1996), *A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. Campinas, Unicamp.

Coutinho, Luciano G. (1981), Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980. *Revista de Economia Política* 1 (1), pp.77-100.

Dacanal, Pedro Hoeper. (2015), *A conversão de Roberto Campos*. Vitória, XI Congresso Brasileiro de História Econômica.

Dantas, Audálio (2014), A mídia e o golpe militar. *Estudos Avançados* 28 (80), p.59-74.

Delfim Netto, Antônio et al.(1965). Alguns aspectos da inflação brasileira. *Estudos ANPES* 1, São Paulo, Associação Nacional de Programação Econômica e Social, p. 3-22.

Fishlow, Albert (1975), A distribuição de renda no Brasil. In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.* Zahar Editores, Rio de Janeiro.

Fonseca, Pedro Cesar e Sergio Monteiro (2007), O Estado e suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política* 28, 1 (109), p. 28-46.

Gandra, Rodrigo M. (2004), *O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico dos anos 90*. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2004/o_debate_sobre_a_desigualdade_de_renda_no_brasil.pdf. Acesso em: 07/06/2018.

Hermann, Jennifer. (2011), "Reformas, endividamento externo e o 'milagre econômico' (1964-1973)". In Giambiagi, Fábio et al. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier.

_____. (2011b), “Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984)”. In Giambiagi, Fábio et al. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier.

Hoffmann, Rodolfo (1975), Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, p. 116-117.

Lago, Luiz A.C. (1989), “A retomada do crescimento e as distorções do ‘milagre’: 1967-1973”. In Abreu, Marcelo Paiva et al. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus.

Langoni, Carlos Geraldo (2005). *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 3ª ed.

Lara Resende, André (1989), “Estabilização e reforma, 1964-1967”. In Abreu, Marcelo Paiva et al. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus.

Macarini, José Pedro (2005), A política econômica do governo Médici, 1970-1973. *Nova Economia* 15 (3), p. 53-92.

_____. (2006), A política econômica do governo Costa e Silva, 1967-1969. *Revista Economia Contemporânea* 10 (3), p. 453-489.

Malan, Pedro e Wells, John (1975), Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.

Malta, Maria Mello de (2010), *A controvérsia da distribuição de renda no pensamento econômico brasileiro: a ampliação do debate teórico sob a conjuntura política dos anos 1970*. p. 4. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/269-3524cc90ab8c89c5202268552a9cf7bd.doc. Acesso em: 03/12/2017.

Martone, Celso L. (1970), Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In Lafer, Betty M. (org.) *Planejamento no Brasil*, São Paulo, Perspectiva.

Meneguello, Rachel (1989). *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 21.

Monteiro, Thiago N. (2017), *Como um pode um povo vivo viver nesta carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. São Paulo, Humanitas, Fapesp, p. 105-106.

Musacchio, Aldo e Sergio G. Lazzarini (2015), *Reinventando o capitalismo de Estado.* São Paulo, Portfolio-Penguin, *p*. 162-163.

Napolitano, Marcos. (2014), *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo, Contexto.

Noronha, Eduardo G. (2009), Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova* (76), São Paulo, p. 119-168.

Pastore, Affonso Celso. (2014), "A primeira tentativa bem-sucedida: o PAEG". In *Inflação e Crise: papel da moeda*. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 1-31.

Piketty, Thomas (2015). *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro, Intrínseca.

Santana, Marco Aurélio (1999), Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 4 (41), p. 103-120.

_____(2008), Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, Florianópolis, vol. 7, n. 13, pp. 279-309, outubro de 2008.

Santos, Marcelo H. P. dos (2000), *Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo Branco*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9794.pdf, p. 115-116. Acesso em: 15 out.2017.

Serra, José (1984), Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In Belluzzo, L., Coutinho, R. (org) *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol. 1. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense.

Singer, Paul (1975), Desenvolvimento e repartição da renda do Brasil. In: Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.

_____ (1986). *Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

_____ (2014), O significado do conflito distributivo no golpe de 1964. In: Toledo, Caio de Navarro (org.), *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*, 2ª ed. Campinas, Editora Unicamp, p. 26.

Tavares, Maria C. (2000), "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil". In Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Record.

Tavares, Maria C. e Serra, José (2000), "Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil". In Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Record.

Toledo, Caio N. (1986) Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB, In. Moares, R., Antunes R., e Ferrante, V. (org.), *Inteligência Brasileira*, Ed. Brasiliense, p. 224-256.

_____ (2014), A democracia populista golpeada. In: Toledo, Caio de Navarro (org.), *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*, 2ª ed. Campinas, Editora Unicamp, p. 39-40.

Velloso, João Paulo R. (1998), A fantasia política: a nova alternativa de interpretação do II PND. *Revista de Economia Política* 18, 2 (70), p. 133-144.

b) Sites e notícias:

Acervo *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/.

Acervo *O Globo*. Disponível em: http://acervo.oglobo.globo.com/.

Agência de Notícias IBGE, *Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015*. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-

de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015.html. Acesso em: 19/06/2018.

Agência de Notícias IBGE, *Pnad Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017*. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/releases/29843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html. Acesso em: 24/06/2018.

El País, *O lado obscuro do "milagre econômico" da ditadura: o boom da desigualdade*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 24/06/2018.

Folha de S. Paulo, *Jango tinha apoio popular ao ser deposto em 64, diz Ibope*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46767.shtml. Acesso em: 23/06/2018.

Folha de S. Paulo, *Taxa de investimento cai para 15,6%, a menor desde 1996*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/taxa-de-investimento-e-a-menor-desde-2000.shtml. Acesso em: 19/06/2018.

Nexo Jornal, *10 índices econômicos e sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil*. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-%C3%ADndices-econ%C3%B4micos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil. Acesso em 24/06/2018.

O Estado de S. Paulo, *52 milhões de brasileiros vivem abaixo da minha da pobreza*. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,um-em-cada-quatro-brasileiros-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza,70002121064. Acesso em: 19/06/2018.

O Globo, *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro*. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604. Acesso em: 03/12/2017.

_____ *Dívida pública sobre 14,3% em 2017, para R$ 3,55 trilhões, e bate recorde.* Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/divida-publica-sobe-143-em-2017-para-r-355-trilhoes-e-bate-recorde.ghtml. Acesso em: 19/06/2018.

ANEXOS

Anexo A	O Estado de S. Paulo – Médici diz que passará o governo sem crise
Anexo B	O Estado de S. Paulo – Velloso afere expansão pela alta salarial
Anexo C	O Estado de S. Paulo – Simonsen prevê um crescimento contínuo
Anexo D	O Estado de S. Paulo – O modelo, ante a situação externa
Anexo E	O Estado de S. Paulo – Governo vai nivelar preços
Anexo F	O Estado de S. Paulo – Déficit não conterá uma acentuada expansão,
Anexo G	O Estado de S. Paulo – Inflação irá a 32%, prevê Planejamento
Anexo H	O Estado de S. Paulo – Pedida nova política salarial
Anexo I	O Estado de S. Paulo – Velloso reitera viabilidade do II PND
Anexo J	O Estado de S. Paulo – Velloso defende e explica a política salarial,
Anexo K	O Estado de S. Paulo – Distribuição: Fishlow contestado nos EUA
Anexo L	O Estado de S. Paulo – Ministro explica a política salarial
Anexo M	O Estado de S. Paulo – Setor social destaca distribuição de renda
Anexo N	O Estado de S. Paulo – Governo mantém política salarial
Anexo O	O Estado de S. Paulo – Dieese defende distribuição de renda
Anexo P	O Estado de S. Paulo – Geisel: economia avançou; política avançará
Anexo Q	O Estado de S. Paulo – Rangel: é urgente a redistribuição
Anexo R	O Estado de S. Paulo – Redistribuição da renda, problema grave
Anexo S	O Estado de S. Paulo – Novo estudo aponta maior desigualdade
Anexo T	O Estado de S. Paulo – Redistribuir por salários?
Anexo U	O Estado de S. Paulo – Delfim ataca distributivismo e a política de substituição
Anexo V	O Estado de S. Paulo – Geisel: a distribuição de renda não é tão má
Anexo W	O Estado de S. Paulo – Aspectos qualitativos do II PND
Anexo X	O Estado de S. Paulo – Área social: menos pobres, mais renda
Anexo Y	O Globo – Fazer o bolo ou comê-lo? A difícil distribuição de renda - I) Crítica distorcida de um problema sério
Anexo Z	O Globo – Fazer o bolo ou comê-lo? A difícil distribuição de renda - III) Diagnóstico de uma década excepcional

Anexo AA O Globo – Fazer o bolo ou comê-lo? A difícil distribuição de renda - IV) O ponto de equilíbrio
Anexo BB O Globo – Empresariado apóia diretrizes do Governo Geisel
Anexo CC O Globo – Uma controvérsia no modelo brasileiro
Anexo DD O Globo – A vida está mais cara: é o que indicam as pesquisas
Anexo EE O Globo – Crescer e distribuir renda ao mesmo tempo
Anexo FF O Globo – Delfim admite que renda ainda é mal distribuída
Anexo GG O Globo – Governo ativa mecanismo para distribuir renda
Anexo HH O Globo – Velloso afirma que a distribuição de renda melhorou
Anexo II O Globo – Simonsen assegura: o país está longe da recessão
Anexo JJ O Globo – Langoni: é vital vencer a inflação
Anexo KK O Globo – A reabilitação do mercado interno
Anexo LL O Globo – Simonsen nega contenção dos salários para 1977
Anexo MM O Globo – Economistas debatem sobre o ônus do combate à inflação
Anexo NN O Globo – Setores de alto rendimento pagam salários mais baixos
Anexo OO O Globo – Economistas sugerem novo modelo de desenvolvimento
Anexo PP O Globo – Solução é mudar o modelo, diz Senador
Anexo QQ O Globo – Concentração de renda em debate
Anexo RR O Globo – Delfim diz que greve é saudável e pede melhor distribuição de renda
Anexo SS O Globo – Geisel debate críticas à concentração de renda
Anexo TT O Globo – Estudo mostra que renda continua concentrada
Anexo UU O Globo – Velloso: II PND foi cumprido no essencial
Anexo VV O Globo – Sem recessão e sem desemprego, o Brasil venceu um difícil período

ANEXO A

Médici diz que passará o governo sem crise

Telefoto Sucursal de Brasília

O presidente da República lamenta os reflexos da "inflação importada" sobre os preços internos

Da Sucursal de BRASÍLIA

"Está em vias de cumprir-se, pois, integralmente, o compromisso assumido comigo mesmo, ao ser investido na chefia do governo, de exercer essa alta magistratura de maneira que me permitisse transmitir, ao termo do mandato, sem crise de qualquer espécie, o cargo de presidente da República a quem, na forma da Constituição, adquirisse título para nele ser empossado", afirmou ontem o presidente Garrastazu Médici, ao ler a sua mensagem de ano novo, através de uma rede nacional de rádio e televisão.

Para o presidente, 1973 foi um "ano marcadamente político, ano que se pôs à prova a solidez inremovível das nossas instituições, ano em que se demonstrou, mais uma vez, a completa harmonia entre o supremo comando político e os comandos partidários". Médici apresentou também dados referentes às conquistas políticas do partido da revolução, "em pleito livre e democrático", e faz uma única menção à oposição, quando comparou o numero de cadeiras obtidas pela Arena (40) e pelo MDB (6) no Senado, dando a este o tratamento de "adversário".

Na resumida análise dos progressos economicos e sociais atingidos pela sua administração, o general Médici previu que a "criação de riqueza, que é fruto do senhorio crescente do homem sobre a natureza, não atingirá, pois, o seu objetivo fundamental se a prosperidade não se refletir sobre os economicamente fracos, mediante justa e conveniente distribuição da renda nacional".

Povo legitima Revolução

A íntegra do discurso do presidente Médici, gravado ontem pela manhã, na Biblioteca do Palácio da Alvorada, e transmitido à noite, é a seguinte:

"Essencialmente política, no mais alto e mais amplo sentido, a decisão histórica de 1964, imposta pela vontade irresistível do povo brasileiro, continua a encontrar no consenso popular o título da sua incontrastável legitimidade. Esse consenso se reitera, a cada passo, de forma inequívoca, nos comícios eleitorais convocados regularmente, nos prazos estabelecidos por lei, em obediência aos postulados democráticos e representativos do regime.

Os êxitos colhidos, desde o primeiro momento, nas contendas eleitorais, pelas forças agrupadas em torno dos ideais revolucionários se acentuaram sensivelmente no decurso dos ultimos quatro anos. Em todos os planos, quer no municipal, quer no estadual, quer no federal, ganhou terreno, em termos globais, a ocupação, em pleito livre e democrático, pela agremiação situacionista, dos postos de comando politico e administrativo.

Tanto no que se refere ao numero de prefeituras, como no que diz respeito ao numero de vereadores, a maioria conquistada, nas eleições de 1972, pelas hostes arenistas, manteve e consolidou, em proporções consideráveis, as bases de sustentação política da ordem revolucionária. Nas assembléias legislativas, aumentou, também, em numeros relativos, o predomínio governamental, em razão do crescimento verificado no eleitorado, que se inclinou para a legenda arenista. Fenomeno semelhante se registrou quanto à Camara dos Deputados onde, ainda em termos relativos, cresceu, igualmente, a representação do partido oficial.

Nada exprime tão bem, no entanto, as proporções do apoio eleitoral à ordem politica em vigor e bem assim às realizações governamentais, como o pronunciamento das urnas, em 1970, no tocante à renovação, por dois terços, dos representantes dos Estados no Senado Federal. Enquanto o partido da revolução obtinha, nesse confronto politico, nada menos de 40 cadeiras, alcançava o seu adversário somente seis cadeiras, assegurando, desse modo, no Senado da Republica, sólida maioria, durante pelo menos duas legislaturas, ou seja, até as eleições de 1978.

Para esse conjunto de vitórias concorreu, em alto grau, o dinamismo e o devotamento da classe politica, que se desincumbiu, fielmente, com unidade e disciplina, dos seus deveres de liderança, quer pela propagação dos ideais revolucionários, quer pelo esclarecimento da opinião publica à maneira prática e eficiente pela qual o interesse coletivo está sendo tutelado pelo governo.

Dentro desse panorama político, em cujos lineamentos sobressai ainda a coesão indestrutível das demais forças sociais, identificadas com os objetivos do regime, iniciou-se, no decurso do ano que chega hoje ao seu término, o processo da sucessão presidencial.

Conduzidas com impessoalidade e espirito publico, as gestões sucessorias se desenvolveram em clima de perfeita compreensão e entendimento, levando, sem qualquer discrepancia, à indicação de candidato que se impôs à aceitação comum, seja pelos singulares e notórios predicados pessoais, seja pela excepcional capacidade revelada nas missões desempenhadas a serviço do País. A dimensão do aplauso do setor politico à candidatura do general Ernesto Geisel a Presidente da Republica é dada, não só pela circunstancia de haver sido o seu nome sufragado, juntamente com o de seu companheiro de chapa, general Adalberto Pereira dos Santos, pela unanimidade dos integrantes da Convenção Nacional da Arena, como também pelo fato de não haver registrado, dentre os membros desse colegio partidário, uma só abstenção ou voto em branco.

Com observancia pontual e rigorosa dos preceitos constitucionais, segue o seu curso, em atmosfera da mais completa tranquilidade social e politica, o processo sucessório, devendo o Colégio Eleitoral, no proximo dia 15 de janeiro, escolher o novo presidente da Republica, bem como o vice-presidente com ele registrado.

Está em vias de cumprir-se, pois, integralmente, o compromisso assumido comigo mesmo, ao ser investido na chefia do governo, de exercer essa alta magistratura de maneira que me permitisse transmitir, ao termo do mandato, sem crise de qualquer especie, o cargo de presidente da Republica a quem, na forma da Constituição, adquirisse título para nele ser empossado.

Ano marcadamente politico, ano em que se pôs à prova a solidez incomovível das nossas instituições, ano em que se demonstrou, mais uma vez, a completa harmonia entre o supremo comando politico e os comandos partidários, o ano que hoje se encerra não destoa das atividades governamentais, notadamente no que entende com a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Continuou a economia brasileira, em face disso, a desenvolver-se aceleradamente, superando o acréscimo do Produto Interno Bruto os índices, já extremamente favoráveis, registrados nos ultimos cinco anos, para atingir, agora, em 1973, segundo estimativa preliminar que acaba de me ser fornecida pela Fundação Getulio Vargas, a taxa de 11,4%. Registra o Brasil, por conseguinte, no quinquênio que ora se encerra, o excepcional crescimento de 63% em seu Produto Interno Bruto, colocando-se, por esse forma, ao lado dos países que conseguiram, na ordem econômica, o crescimento mais rápido que a história moderna conhece.

Realiza-se, desse modo, em toda a sua plenitude, até acima das previsões, o objetivo fundamental da política econômico-financeira, qual o de manter e incrementar o processo de desenvolvimento da economia nacional, iniciado em 1964.

Constituiu a política fiscal, em 1973, importante instrumento de ação, utilizado no sentido de acelerar o desenvolvimento econômico, de reduzir gradativamente o surto inflacionário e de melhorar a distribuição da renda nacional.

Na execução financeira, obedeceu-se, rigorosamente, à política de equilíbrio, em consequência da qual se assinala, ao final do exercício, pela primeira vez nos ultimos 20 anos, superavit de caixa próximo dos 300 milhões de cruzeiros. A influência antiinflacionária exercida pelo relativo equilíbrio alcançado, nos ultimos anos, na execução financeira, acaba, pois, de fortalecer-se, ainda mais, pela superação do regime deficitário, que por tantos anos tornou o Tesouro Nacional agente principal da inflação.

Atualmente, a elevada captação de recursos por meio da colocação de títulos publicos federais transforma o Tesouro, pelo contrario, em importante supridor de fundos às autoridades monetarias, concorrendo, assim, para a política de estabilidade financeira e para o custeio de inumeros projetos de relevante interesse para a economia nacional.

Além de aumentar os gastos com investimentos, mediante recursos provindos da poupança imposta a outros setores, carreou o governo significativa parcela de verbas orçamentarias para programas especiais de integração regional. Cerca de 2.368 bilhões de cruzeiros se destinaram ao Programa de Integração Nacional, ao Proterra, ao Prodoeste e ao Provale, sem falar nas primeiras inversões realizadas na execução do projeto "Corredores de Exportação".

Resultados positivos estão sendo apurados, nas avaliações preliminares do Balanço de Pagamentos, a respeito da política cambial e de comercio exterior, em razão da qual tem sido possível utilizar as relações economicas internacionais como instrumento de apoio ao crescimento economico do País. Com um montante de exportações de aproximadamente ... 6.100 bilhões de dolares, superior cerca de 53% ao nível registrado no ano passado, e com um volume de importações de 5.900 bilhões de dolares, 39% acima do verificado em 1972, o comercio exterior do Brasil alcançou, em 1973, nas duas direções, a cifra jamais registrada de 12 bilhões de dolares.

No seu conjunto, o Balanço de Pagamentos encerrou-se, no exercício, com um superavit de 2.100 bilhões de dolares. As nossas reservas internacionais subiram, diante disso, de 4.183 bilhões de dolares, em 31 de dezembro de 1972, para 6.300 bilhões de dolares no final de 1973, passando o Brasil a figurar entre os países que, no mês de outubro ultimo, ostentavam maior nível de reservas no mundo.

A adoção de providencias oportunas e convenientes na esfera fiscal, monetaria e cambial, o estabelecimento de crédito seletivo e preços mínimos, a ordenação da política salarial, tudo isso conjugado harmoniosamente, permitiu, como já se disse, não só acelerar o desenvolvimento economico e fortalecer o Balanço de Pagamento, como, também, exercer rigoroso controle sobre o processo inflacionario, a despeito da enorme pressão altista proveniente dos mercados internacionais.

Segundo estimativas da Fundação Getulio Vargas, a inflação brasileira, em 1973, deverá situar-se em torno de 15,5%, no concernente ao indice de preços por atacado, disponibilidade interna, e 13,7%, no tocante ao custo de vida na Guanabara. Superam esses indices, ligeiramente, os previstos no início do ano para o corrente exercício, indices que seriam, no entanto, seguramente atingidos, não fosse o reflexo inevitável da inflação importada sobre os preços internos.

A inflação está controlada

Perante a conjuntura internacional, cumpre destacar, porém, como fato singular, que o nosso País conseguiu manter a inflação sob controle, a ponto de imprimir-lhe até ritmo decrescente, ao passo que a maioria das nações, ainda as mais industrializadas, experimenta os efeitos perturbadores da escalada inflacionaria.

Importa realçar, por outro lado, que, no Brasil, se verificou notavel crescimento do produto nacional, quando, em geral, os demais países estão a braços com o declínio da expansão de sua atividade economica.

Não obstante os efeitos da crise monetaria internacional, que intranquiliza todas as nações, desenvolvidas ou em desenvolvimento, logrou, portanto, o nosso País manter e acelerar o desenvolvimento economico e social, bem como fortalecer o Balanço de Pagamentos e dominar as pressões inflacionarias.

O substancial aumento acusado pelos preços dos combustíveis, dos generos alimentícios e das materias-primas basicas certamente ocasionou e continua a ocasionar dificuldades consideraveis. Os resultados obtidos quanto as exportações em 1973, mostram, no entanto, que é possível encontrar compensação, ao menos parcial, para aquele fenomeno altista, na elevação também dos preços pelos quais a maioria dos nossos produtos é exportada. O equilíbrio das relações economicas, no plano domestico, será favorecido, ainda, de outra parte, pelo robustecimento do mercado interno, pela expansão da nossa capacidade industrial, pelo acrescimo na produção de bens de consumo, pela acumulação de bens de capital e de reservas cambiais, assim como pela dilatação das nossas fronteiras economicas, que hoje atingem regiões somente agora em vias de se integrarem no mercado nacional.

Numa época, entretanto, de transição e mudança, qual a nossa, numa época em que se acentua a interdependencia entre as nações, numa época em que nenhum País, tal como nenhum homem, é uma ilha, cumpre ter presente a eventualidade da superveniencia de fatores externos, que podem, tal seja a sua natureza, conturbar, de modo mais ou menos sensivel, o quadro da nossa situação economica-financeira.

Mas cumpre ter em conta, por igual, que a solidariedade de interesses entre as nações nunca foi maior do que em nossos dias. Tudo leva a crer, por conseguinte, que a humanidade, hoje investida, como tem sido assinalado, de poder quase discricionario sobre a sua historia, encontrará, para os seus problemas, soluções racionais e equitativas, que favoreçam, no seu conjunto, a comunidade internacional.

Declarou-se, profeticamente, no liminar de nossa era, que o homem se preparava para assumir o poder sobre a Terra na sua totalidade. Esse poder só revestirá, porém, sentido superior se utilizado em proveito daquilo que é mais humano. A criação de riqueza, que é fruto do senhorio crescente do homem sobre a natureza, não atingirá, pois, o seu objetivo fundamental se a prosperidade não se refletir sobre os economicamente fracos, mediante justa e conveniente distribuição da renda nacional.

Problema dos mais complexos em qualquer sociedade, dadas as repercussões que as medidas tomadas com o objetivo de solucioná-lo podem acarretar, no quadro das atividades produtivas, arrostou-o o poder publico, contudo, entre nós, com realismo e prudencia, mobilizando os meios ao seu alcance para cumprir o imperativo que esse problema envolve.

As numerosas providências tomadas com esse fim se enquadram no largo conjunto de atos praticados pelo governo na execução da política destinada a melhorar as condições de vida, por meio de mudanças e inovações impostas pela justiça social. Situa-se esse esforço no ambito do programa global, que o regime se propôs, de modernizar rapidamente a sociedade brasileira. Essa tarefa modernizadora tem o seu centro de gravidade no empenho de proteger e amparar o indivíduo, não só porque este é o princípio e o fim da atividade estatal, mas também porque, pelo progresso de cada um, se aprimoram os recursos humanos de que a comunhão nacional necessita para realizar, com eficácia, em proveito de todos, os seus altos objetivos.

A complexidade crescente das relações sociais faz com que seja o poder publico chamado a ampliar cada vez mais a sua esfera de atividade, a fim de atender a novas exigências da vida coletiva. Sendo o governo, entretanto, simples expressão da sociedade, da qual é parte inseparável, a sua capacidade para realizar as prestações reclamadas pelo bem coletivo depende, não só dos recursos materiais, que a sociedade lhe proporciona, mas também, principalmente, como está no consenso geral, dos recursos humanos de que esta disponha.

Responsável maior, como chefe do governo, pela maneira como a administração federal cumpriu a sua missão, não só neste ano, mas ainda durante todo o quadriênio, em que exerci a Presidência da Republica, desejo creditar, à sociedade brasileira, pelo modo exemplar como se houve no desempenho do seu dever, parte inavaliável dos resultados conseguidos na promoção da prosperidade nacional.

Essa conjugação de esforços entre governo e categorias sociais não há de faltar para que o Brasil continue a crescer e progredir, trazendo para o seu povo, no ano em cujos umbrais nos encontramos, o quinhão de felicidade que ardentemente lhe desejo".

A falta de carne continua, pecuaristas não cedem rebanhos

Do correspondente em CAMPO GRANDE

A falta de carne ao consumidor, segundo os representantes dos frigorificos, não se deve mais à recusa dos açougueiros em adquirir carne para vender, mas sim aos pecuaristas que estão se recusando a vender seus rebanhos ao preço estabelecido pelo governo.

Atualmente, apenas o pecuarista Ludio Coelho está fornecendo gado para os frigoríficos encarregados do abastecimento de Campo Grande, enquanto os demais alegam não ter disponibilidade de animais ou dizem que as reses ainda estão magras. Por essa razão, a cidade viveu três dias praticamente sem carne para venda ao consumidor. E ainda agora, quem quiser comprar o produto, terá que fazer fila às sete horas da manhã para levar apenas um quilo.

A raiva bovina continua levando panico aos fazendeiros do município de Alto Garças, a cerca de 400 quilômetros de Cuiabá, onde na semana passada a doença já matou 300 reses e atacou pelo menos outras 100.

A prefeita Maria José teme que a raiva se alastre ainda mais, pois praticamente não existem vacinas contra o mal no município e as que estão sendo levadas de Cuiabá e Campo Grande são insuficientes para imunizar todo o rebanho da região, estimado em mais de um milhão de cabeças.

No auge de seu desespero, os pecuaristas de Alto Garças estão implorando ao governo estadual e à Secretaria de Agricultura a remessa de milhares de doses de vacinas. O surto de raiva é tão violento que poderá se espalhar aos municípios vizinhos e já está atacando até os pequenos rebanhos de suínos o que aumenta ainda mais o desespero dos fazendeiros.

E enquanto a doença continua dizimando os rebanhos, as autoridades médicas da cidade mostram-se incapazes de atender ao grande numero de habitantes que se julgam contaminados pela raiva e pedem desesperadamente vacinas para não morrerem. O consumo de carne e leite no município está proibido pelos médicos, a fim de evitar a propagação da doença.

MORCEGOS

Os médicos e pecuaristas acreditam que os morcegos hematófagos, que sugam o sangue dos animais no pasto, são os responsáveis pela epidemia de raiva. Mas eles não sabem como combater esses animais.

Funcionários da Secretaria de Agricultura de Mato Grosso chegaram a Alto Garças e estão fazendo estudos para determinar com certeza as causas da propagação da raiva nos rebanhos do município. Além dissos, estão orientando os pecuaristas para que matem todos os cães que mostrem sinais de raiva e sacrifiquem imediamente todas as reses contaminadas pela doença, considerada rara em Mato Grosso.

O atual surto surgido em Alto Garças, entretanto, deve ter surpreendido as autoridades, pois além da falta de vacinas para imunizar o rebanho ainda não atacado pela doença, não se descobriu com certeza, ainda, as causas reais da epidemia. Entre alguns pecuaristas já corre a notícia de que foram constatados alguns casos do mal em municípios vizinhos, o que pode agravar ainda mais a situação.

Canto sexto

(Continuação)

LUIZ DE CAMÕES

68 Mas dizem que, contudo, o grão Magriço,
Desejoso de ver as cousas grandes,
Lá se deixou ficar, onde um serviço
Notável à Condessa fez de Frandes.
E, como quem não era já noviço
Em todo o trance, onde tu, Marte, mandes,
Um Francês mata em campo, que o destino
Lá teve de Torcato e de Corvino.

(Continua)

Minas aumenta servidor

Da Sucursal de BELO HORIZONTE

Embora muitas categorias não tenham sido lembradas, diversas classes do funcionalismo mineiro começam o ano novo com aumentos que há muito tempo o governo não lhes concedia. Os delegados de polícia foram os mais privilegiados e tiveram aumento de 100%: em inicio de carreira, passam a ganhar 3.150 cruzeiros, quando até agora recebiam, no maximo, pouco mais de mil cruzeiros. Além dos delegados, tiveram aumento os juízes, os membros do Ministério Publico e os advogados.

A nova política de governo mineiro é consequencia de fortes pressões por parte destas classes de servidores que, durante o ano passado, ameaçaram diversas vezes ou paralisar suas atividades ou promover "operações-tartarugas" na burocracia publica. Delegados, classificados no ultimo nível, declararam por diversas vezes que se sentiam como "pobres engravatados, enforcados nos crediarios de Belo Horizonte", enquanto o governo de Rondon Pacheco somente atendia aos interesses dos homens da Polícia Militar.

O aumento seria, então, a primeira tentativa de diminuir as diferenças entre a Policia Civil e a Militar, além de procurar desesperadamente conter a evasão dos funcionarios lotados nestas classes para outros estados ou atividades. No entanto, a grande massa do funcionalismo não foi beneficiada pela nova politica salarial da administração Rondon Pacheco, que, entre outras façanhas consideradas "vergonhosas" por lideres classistas, preparou, fez aprovar pela Assembléia e sancionou o Estatuto do Magistério, que concedeu um aumento de 10 cruzeiros às professoras primarias mineiras.

Para esta grande massa, que o governo não está procurando reter no estado, o aumento foi dado em novembro, sob a forma de abono de 12%, com a promessa de que em julho deste ano haverá novo reajuste. O aumento será de 17% incorporando o abono de 12% do ano passado, e se situará na realidade, em torno de apenas 5%.

Mas, os vencimentos dos servidores privilegiados do Governo de Minas, beneficiados pelo aumento, não são tão atraentes como vêm sendo qualificados pelo Palacio da Liberdade. Um desembargador passará agora a receber Cr$ 4.800,00, o mesmo cabendo ao juiz do Tribunal de Contas, aos procuradores-gerais de Justiça e chefe do Tribunal de Contas. O juiz do Tribunal de Alçada e o procurador-geral do Estado vão ganhar Cr$ 4.350,00 e todos os outros cargos da magistratura, do Ministério Publico e os advogados receberão menos de Cr$ 4.000,00.

Os mineiros fazem fila nos postos de gasolina

Da Sucursal de BELO HORIZONTE

As ultimas horas de vigencia dos antigos preços da gasolina foram aproveitadas intensamente ontem pelos consumidores de Belo Horizonte, que fizeram filas nos postos para encher os tanques de seus veiculos, e o movimento de caminhões-tanque, nas distribuidoras localizadas junto à Refinaria Gabriel Passos, chegou a criar problemas de tráfego na rodovia Fernão Dias.

Não houve qualquer limitação de entrega de combustivel pelas distribuidoras, que funcionaram ontem até às 21 horas abastecendo principalmente os caminhões-tanque do interior de Minas, Brasília e Goiás. Os postos de Belo Horizonte já avisaram a seus clientes que, a partir de hoje, só vendem gasolina à vista, enquanto no Interior, principalmente nos postos de estradas, avisos semelhantes aparecem em faixas.

GRANDE MOVIMENTO

O intenso movimento de abastecimento de caminhões-tanque nas distribuidoras junto à Refinaria Gabriel Passos começou na sexta-feira. Sábado, o trabalho foi prolongado até às 21 horas, porque no domingo não houve carregamentos. O abastecimento foi reiniciado na manhã de ontem, quando cerca de 700 caminhões, de 10 mil a 40 mil litros, já se encontravam na fila, tendo passado o domingo estacionados nos pátios das distribuidoras. Houve, inclusive, problemas de tráfego na Fernão Dias, entre Belo Horizonte e Betim, onde se localizam as distribuidoras. Não se registrou nenhuma limitação na entrega e o abastecimento se prolongou até às 21 horas, com a cobrança dos antigos preços do combustivel.

Em todos os postos de gasolina também foi intenso o movimento de consumidores, todos recebendo, ao encher seus tanques, o aviso de que a partir de hoje a gasolina só será vendida à vista. Os donos de postos afirmam que manterão as contas mensais apenas das grandes empresas, restringindo também a utilização dos cartões de crédito. A mesma medida está sendo adotada em todo o Estado, principalmente pelos postos localizados às margens das rodovias, nos quais foram colocadas faixas, avisando que só vendem o combustivel à vista. Os novos preços já em vigor em Belo Horizonte são de Cr$ 1,03 para a gasolina comum e de Cr$ 1,39 para a azul.

O abastecimento da cidade é normal, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustiveis Minerais, Walter Salema. Na sua opinião, o aumento da gasolina não provocará alta exagerada do custo de vida, "pois o óleo diesel, que é mais usado nos transportes de cargas, sofreu um reajustamento minimo". A alta determinará aumento apenas nos taxis, disse Walter Salema. O abastecimento de gás liquefeito de petroleo, continua irregular em Belo Horizonte — afirmou Salema — pois um defeito nas instalações da REGAP provocou atraso na entrega às distribuidoras, que ainda não conseguiram atualizar a "entrega automatica".

MEMAC manutenção eletromecânica e de ar condicionado ltda.

Agradece o apoio e colaboração, que vem recebendo de todos seus clientes, fornecedores e amigos, desejando-lhes um Próspero e Feliz Ano de 1974.

A DIRETORIA

RUA ANHAIA, 617/649
TELEFONE: 51-3351

ANEXO B

SP dobra em onze meses suas vendas agrícolas externas

As exportações agricolas do Estado de São Paulo, excluindo-se da pauta o café, cresceram de 57% no periodo de janeiro a novembro de 1973, comparadas com o total registrado em igual periodo do ano anterior. Seu volume, no mesmo prazo, atingiu a três milhões de toneladas, destacando-se entre os produtos exportados o açucar, com 1,6 milhão de toneladas e representando, assim mais de 50% dos embarques efetuados.

Essas informações acabam de ser transmitidas pelo secretário da Agricultura do Estado, Rubens de Araujo, após exame de relatorio elaborado pelo Instituto de Economia Agricola, oranismo pertencente a sua Pasta. Acrescentou o secretário que a relação das exportações de 1973 inclui diversos produtos novos, além de indicar que determinadas mercadorias, como a banana, o farelo de arroz e os sucos concentrados apresentaram aumentos particularmente acentuados.

CONCENTRADOS EM PRIMEIRO

A posição do Brasil como primeiro exportador mundial de sucos concentrados de laranja foi consolidada no ano passado, salientou Rubens de Araujo Dias. As verbas desse produto ao mercado externo elevaram-se de 80.422 toneladas, em 1972, para 107.952, obtendo-se por conseguinte um acrescimo de 34%. As exportações de suco de maracujá, por outro lado, subiram de 92 toneladas, em 1972, para 331 no ano recem-findo, o que significou aumento de 259%. As exportações já mencionadas de açucar, na quantidade de 1,6 milhão de toneladas, foram 53% superiores às de 1972.

PRODUTOS DESTACAVEIS

No trabalho entregue ao secretário Araujo Dias, o IEA destaca as exportações dos seguintes produtos em 1973: açucar — 1,6 milhão de toneladas; banana 46.575; carne bovina congelada — 59.545; carne bovina enlatada 18.365; farelo de arroz 3.874; farelo de soja ... 182.541; óleo de mamona ... 36.420; soja em grão 240.097; suco de laranja 107.952 e suco de maracujá 331 toneladas.

Incremento das vendas de sementes foi constatado pela Secretaria da Agricultura, conforme assinala o quadro demonstrativo da comercialização, até a 1.a quinzena de dezembro, encaminhado ao Secretário Rubens Araujo Dias pela Coordenadoria de Assistencia Técnica Integral — CATI.

Em relação ao movimento registrado no decorrer do ano agricola 1972|73, observou-se retração nas vendas das sementes de algodão (decréscimo de 3,8 por cento) e da soja (redução de 30 por cento).

Quanto às sementes de soja já se esperava essa diminuição, pois condições climáticas adversas prejudicaram a produção de sementes nos campos de cooperação das principais regiões produtoras da oleaginosa.

O relatorio entregue ao Secretário Araujo Dias mostra aumentos significativos nas vendas de sementes de feijão (168,7%); amendoim (53,3%); e arroz (9,2%). As vendas das sementes de feijão concentraram-se principalmente na região agricola de Sorocaba, onde a Secretaria da Agricultura executa o programa de regionalização da assistencia técnica para essa cultura, cujos resultados na ultima safra foram auspiciosos, tanto em termos de produção como de produtividade.

Eis os dados gerais da venda de sementes em São Paulo, até a 1.a quinzena de dezembro:

	sacas	1973	1972	Variação
Algodão	30 kg	569.203	591.357	— 3,8%
Amendoim	20 kg	116.357	75.916	+ 53,3%
Arroz	50 kg	97.234	89.003	+ 9,2%
Feijão	50 kg	15.958	5.938	+168,7%
Milho hibrido	50 kg	163.424	125.018	+ 30,7%

Dia comercial

Cambio

	Vend.	Comp.
Dolar norte-americano:		
Import. e Financeiro	6,22	6,18

Café

Santos, disponivel, tipo 4	54,33
Paranaguá, tipo 4 "Santos"	51,00
Rio, p| sc. 60 kg., firme	325,00
N. York, tipo 4 (extra mole) "Santos", disponivel	66.50/69.50nm.
Contrato "C", estavel.	

Algodão

Prod. Paulista	Firme
Tipo 5	143,00
Tipo 6	133,00
Prod. de outros Estados	Firme
Tipo 5	158,00
Tipo 6	151,00
Produção de Goiás	Firme
Tipo 5	158,00
Tipo 6	151,00

Títulos

SÃO PAULO

Movimento — 8-1-74
Titulos — 23.908.631
Valor — Cr$ 56.653.540,92

Indice Bovespa

Ontem	1.183,5	1.256,6	1.222,8
Anterior	1.110,0	1.189,2	1.167,2
Oscilação — Mais 4,76%.			
Maximo: 8-01-74 — 1.222,8			
Minimo: 3-01-74 — 1.053,5			

Média Dow-Jones

Industriais:	861.78; baixa de 15.07
Transportes:	191.58; baixa de 5.96
Utilitarias:	94.07; baixa de 1.92
Titulos	274.95; baixa de 5.50

"Open market"

A liquidez bancária sofre nova redução

A liquidez do sistema bancário sofreu uma forte redução ontem, quando os bancos comerciais recolheram ao Banco Central o depósito compulsório referente ao crescimento dos depósitos da primeira quinzena de dezembro. Também contribuiu para a diminuição da liquidez os recolhimentos de impostos federais realizados na véspera.

Esses fatos determinaram uma procura bastante acentuada de recursos no mercado interbancário de transferência de reservas federais através de cheques do Banco do Brasil. As taxas de rentabilidade anual, por sua vez, elevaram-se de 1,60% ao mês para 2,10% no final.

A procura de financiamentos por um dia, através de LTN, foi grande. A maioria das instituições preferiu não se desfazer de seus estoques, uma vez que as cotações de compra permaneceram em niveis elevados. A taxa de rentabilidade anual dessas operações oscilou entre ... 1,50% e 1,25%.

A procura de papéis dos meses de janeiro e junho foi grande, com negócios em torno de 14,30%. As demais LTNs foram cotadas a 14,45% de desconto anual. De maneira geral, foram realizadas poucas transações no dia de ontem.

A entrada de clientes foi considerada regular pelos operadores, que consideram normal a diminuição das disponibilidades para aplicação neste periodo, devido à diminuição do ritmo da atividade econômica.

Segundo a ANDIMA, o movimento de ontem no mercado aberto foi de Cr$ 2.477 milhões, sendo que as operações com cheques do Banco do Brasil totalizaram Cr$ 342 milhões. Foram as seguintes as taxas de mercado:

Venc.	Comp.	Vend.
9/1	3.00	——
16/1	14.45	12.40
18/1	14.58	13.65
23/1	14.60	14.00
30/1	14.63	14.03
6/2	14.63	14.28
13/2	14.63	14.28
15/2	14.63	14.26
20/2	14.63	14.28
27/2	14.59	14.28
6/3	14.59	14.28
13/3	14.63	14.25
20/3	14.63	14.28
22/3	14.63	14.24
27/3	14.60	14.25
3/4	14.60	14.25

R.A.P.A.

RÁDIO ELDORADO

FM - 92.9 megahertz

OM – 700 quilohertz

Velloso afere expansão pela alta salarial

Da Sucursal do RIO

O ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, deu ontem a dimensão do desenvolvimento do País, em termos sociais, ao demonstrar o crescimento do salario real medio (media ponderada de todos os salarios do País, depois de descontada a inflação) foi de 7% em São Paulo e de ... 10% na Guanabara, em 1973, enquanto o aumento do indice de emprego na area urbana foi de 5% ao ano. "Juntamente com a soma dos investimentos sociais do governo, que em 1973 foi de cerca de 48 bilhões de cruzeiros, esses dados provam que o País cresceu economica e socialmente", declarou.

Decompondo em setores o crescimento industrial de 1973, que globalmente apresentou um indice de 14,99% — segundo dados exatos da Fundação Getulio Vargas — o ministro revelou que a industria mecanica (produtora de bens de capital) cresceu 23%; a de material eletrico e de comunicações, 29%; material de transporte, 23%; e industria quimica, 22%. A expansão do credito foi de 40%, com uma diferença de cerca de 1% entre os indices do Banco do Brasil e do setor privado.

FINANCEIRO

A autoridade explicou que tais dados ainda não refletem o comportamento da economia durante todo o ano de 1973, mas expressam um indice de desempenho relativo ao periodo de um ano (novembro de 1972 a novembro de 1973). Foi com base neles que declarou ter o governo "atingido todos os seus objetivos basicos, sejam de desenvolvimento setorial, regional ou social".

No campo financeiro, revelou que a Finame (Agencia Especial de Desenvolvimento Industrial) apresentou um crescimento das suas operações da ordem de 70%, enquanto que o total das aplicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Economico foi de 5,5 bilhões de cruzeiros. Somente no Nordeste, o BNDE aplicou 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros, significando ter sido o agente financeiro que mais aplicou recursos naquela região.

Quanto aos titulos de poupança, disse que os depositos de poupança cresceram 70%; as letras imobiliarias, 45%; e as letras de cambio, 70%. A despesa e a receita estiveram por volta de 50 bilhões de cruzeiros, e o balanço de pagamentos apresentou o seguinte resultado: balanço comercial: saldo de 200 milhões de dolares; exportações: 6 bilhões e 100 milhões de dolares; importações: 5 bilhões e 900 milhões de dolares (crescimento de ... 39%, dos quais de 15 a 18% são relativos a aumentos de preços e o restante a aumento da quantidade importada); conta-corrente: deficit de 1 bilhão 270 milhões de dolares (inferior ao de 1972, que foi de 1 bilhão 480 milhões de dolares); superavit no balanço total de 2 bilhões e 100 milhões de dolares.

Relacionando o desenvolvimento de alguns setores no ano passado, em confronto com a posição em 1963 (periodo de 10 anos), o ministro disse que as matriculas no ensino de primeiro grau cresceram 33%; no segundo grau, 63%; e no ensino superior 140%, passando de apenas 120 mil estudantes para um numero superior a um milhão; consumo de fertilizantes, 160%; produção de aço, 46%; de aluminio, ... 160%; soda caustica e barrilha, 45%; cimento, 85%.

A produção fisica da industria mecanica e eletrica (a industria de equipamentos em geral), cresceu 160% no periodo; a de minerio de ferro, ... 92%; a potencia instalada de energia eletrica, 50%; e a rede federal de rodovias pavimentadas, 60%.

Os recursos destinados ao Nordeste e à Amazonia, em 1973, somaram 12 bilhões de cruzeiros, compreendidos em programas especiais como PIN, Proterra etc., transferencias da União para os Estados, incentivos fiscais, investimentos federais diretos e o apoio dos bancos oficiais para o capital fixo.

Eis um quadro que exprime o desenvolvimento setorial:

ACRÉSCIMOS (%)	
Agricultura	3,54
Industria	14,99
Comércio	12,50
Transporte e Comunicação	13,99
	11,48
DADOS SUPLEMENTARES	
Industrias de transformação	15,21
Energia elétrica	13,10
Construção civil	14,54

O dia na Bolsa

Cotações ainda sobem, fechando muito firmes

O indice Bovespa médio continuou ontem subindo, registrando alta de 4,76% (IBVRJ: 5,52%). Ainda assim, acentuou-se no final a pressão compradora, com o indice fechando 5,67% (Rio: 7,16%) sobre o fechamento anterior. O mercado parece convencido da tendência altista, tendo aumentado o volume aqui e no Rio.

Em São Paulo, foram negociados 25,9 milhões de titulos (Rio: 13,9), no valor global de Cr$ 56,7 milhões (Rio: 41,7), sendo a termo Cr$ 3,8 milhões (Rio: 2,4). Predominaram, com 51% do total, **Belgo, Petrobrás, Vale, Banco do Brasil** e **Audi**, enquanto no Rio os quatro primeiros, mais **Souza Cruz**, contribuiram com 64% do total.

Das ações do indice subiram 44, lideradas por **Copas** pp, **Aços Villares** pp|B, **Siderurgica Nacional** pp|B, **Cacique** pp e **Belgo** op (Rio: 33); **Nordeste** pp, **Ferro Brasileiro** op, **Pains** pp, **Gerdau** pp e **Banco do Brasil** on); estacionaram 16 (Rio: 4); e cairam 4 (Rio: 3).

Hoje termina o prazo para subscrição de **Coest**, (24,32%). **Banco Antonio de Queiroz, Brasmotor, Coest** e **Saraiva** avisam pagamento de dividendos. **Vale** avisa entrega de cautelas.

Hoje serão iniciados os negócios com **Laticinios Poços de Caldas**. Dia 16 **Phebo** homologa aumento. Dia 24 **Bozano Simonsen** examina contas.

A análise de **Fujiwara** apresenta os seguintes dados:

	V.P.A.	L.D.A.
10-71	2,36	0,73
10-72	1,98	0,48
10-73	1,77	0,54

O balanço semestral de **Infer** registra valor patrimonial de 1,95 e lucro disponível estimado de 17 centavos.

F. W. R.

Subscrição encerrada

O Banco União Comercial já encerrou a subscrição do seu aumento de capital. O novo capital do estabelecimento passou de Cr$ 224.028.000,00 para Cr$ 347.243.480,00, integralmente realizado. No decorrer do ano passado, o Banco União Comercial aumentou o numero de acionistas de 5.600 para .... 25.000.

Mais agencias

O Banco Safra S.A. vai ampliar em 150 por cento o numero de agencias este ano. Em 1973 a rede de agencias do estabelecimento bancário era de dez, em cinco Estados. Com as cartas-patentes obtidas no final do ano passado, serão acrescentadas mais dezesseis agencias e o banco passará a atuar também em Minas Gerais e no Distrito Federal. Amanhã será inaugurada a agencia da Av. Paulista e, até o fim deste mês, as de São Caetano e da Guanabara.

Delfim antevê êxitos contínuos

Da Sucursal do RIO

Somente o setor agricola deverá acrescentar cerca de 6 ou 7% aos indices globais de crescimento do País, em 1974, sendo que desse montante pelo menos de 3 a 4% deverão ser relativos à participação do café, cuja safra de 1974-75 é estimada entre 22 e 23 milhões de sacas. Esta informação — a primeira a assegurar um crescimento elevado para a economia brasileira este ano — foi prestada pelo ministro Delfim Netto durante uma exposição feita ontem para 20 economistas e estatisticos de renome de varios países europeus que visitam o Brasil como membros da Associação Internacional para Pesquisas da Renda e do Bem-Estar, participando de um seminario sobre renda e bem-estar que se inicia hoje no Hotel Gloria, no Rio.

Durante cerca de três horas consecutivas, o ministro respondeu às mais variadas perguntas, externando o seu pensamento sobre: 1) distribuição da renda, 2) correção monetaria, 3) incentivos fiscais, 4) indices de crescimento, 5) objetivos do governo e 6) abertura comercial para a Africa, entre outros assuntos. Relativamente à distribuição, concordou em que a riqueza coletiva é mal distribuida no Brasil, "como em inumeros outros países, mas a raiz do problema não está no fato de que somos um País pobre com má distribuição, e sim em como corrigir essa situação".

DISTRIBUIÇÃO

No decorrer da exposição, tanto o ministro como alguns de seus assessores prestaram explicações falando em lingua inglesa. O encontro foi aberto pelo economista Adroaldo Silva, fazendo um retrospecto do desempenho da economia brasileira nos ultimos anos e abordando aspectos dos principais instrumentos utilizados pelo governo.

A parte da palestra relacionada com a distribuição da renda foi iniciada por um dos visitantes, que reparou no baixo indice daquela distribuição e no elevado indice de concentração da renda. O ministro, em resposta, esclareceu que está havendo uma mistura confusa entre indices de "Gini" (coeficiente que mede a concentração da renda) e indices de distribuição.

"Não se pode confundir — explicou — distribuição da renda com indices de bem-estar. E' certo que temos uma má distribuição, exatamente como inumeros outros países, e que carregamos essa má distribuição por nada menos de quatro seculos. E' verdade que somos um País pobre, mas que não estamos satisfeitos com essa pobreza. A raiz do problema, todavia, não está nesse fato, e sim em como corrigi-lo. Mas eu duvido que algum país, rico ou pobre, que esteja transferindo renda, esteja transferindo um montante de 1 bilhão e 500 milhões de dolares para as duas regiões subdesenvolvidas, como estamos fazendo com o Nordeste e o Norte. Por outro lado, tambem não se deve julgar a distribuição em si. Devemos ver o que estamos fazendo no campo da educação, habitação etc.". Pouco antes dessa explicação, o ministro cedeu a palavra ao economista Julian Chacel, diretor da Fundação Getulio Vargas, que refutou o acerto do estabelecimento de comparações entre o Brasil e outros países, falando, também, sobre o esforço que tem sido feito para a distribuição dos lucros, sobre o fenomeno das grandes migrações e a atração exercida pelas cidades sobre grandes massas da população ("o que ocorre em toda a America Latina") e das vultosas aplicações de recursos no ambito da alfabetização.

CORREÇÃO MONETARIA

Respondendo a uma pergunta sôbre a importancia da correção monetaria dentro da politica de combate à inflação, o ministro Delfim Netto adiantou uma opinião pessoal, no sentido de que não acredita na oportunidade de adotar-se a correção para uma economia que apresente um indice de inflação entre 6 a 8%.

"Acredito, isto sim — disse — que uma economia com uma inflação de 10%, dotada de correção monetaria esteja sempre muito melhor do que uma economia com 10% de inflação, mas sem correção monetaria. Quando adotamos a correção, em 1965, não tinhamos um conhecimento completo das suas consequencias, mas nos damos excelentemente bem. Mas eu repito que não compensa aplicar-se a correção a uma inflação entre 6 e 8% porque os seus custos sociais são muito grandes. Ainda na semana passada modificamos o mecanismo da correção mais uma vez. Na realidade, o governo precisa ficar atento e seguir realizando um aperfeiçoamento constante da correção, e é sempre muito grande o numero de ajustamentos e reajustamentos que se precisa fazer".

Relativamente aos indices de crescimento da população, explicou que o governo brasileiro não está preocupado, em absoluto, com tal questão. "E' preciso saber que se se cresce a 9 ou 10% ao ano, e se se realiza investimentos maciços em educação, não se terá nenhum problema com o crescimento da população", declarou.

Bauxita da AM terá uma usina

Da Sucursal de BRASILIA

O projeto de exploração da bauxita no rio Trombetas, no Pará, para produção de aluminio, incluirá a construção da usina de Tucurui, a primeira grande hidreletrica da Amazonia, que será localizada no rio Tocantins, a 380 quilometros de Belém, e que produzirá três milhões de quilowatts, dos quais 1,2 milhão utilizados para a produção de aluminio.

Será tambem o primeiro grande empreendimento da Eletronorte, implantado com a participação direta de capitais estrangeiros, de acordo com a nova legislação. Essa participação será feita atraves da compra de obrigações daquela concessionaria da Eletrobrás até o valor do volume da energia a ser adquirida pelo consumidor interessado.

Alem de fornecer 1,2 milhão de quilowatts ao projeto de aluminio de Trombetas, Tucurui poderá solucionar o problema do fornecimento de energia à mina de ferro de Carajás, e ao complexo que será instalado nas proximidades. Atenderá, igualmente, as necessidades energeticas de Belem e de outras cidades do Pará, dispondo de reservas para assegurar o suprimento às industrias que se instalarem na região.

A usina de Tucurui, juntamente com a de Santo Antonio, tambem no rio Tocantins, e que terá 700 mil quilowtts de potencia gerada, permitirão a interligação energetica da Amazonia Oriental com o Nordeste, atraves da usina de Boa Esperança, no rio Parnaiba. Para tanto, bastará a construção de uma linha de transmissão de 400 quilometros, partindo de Santo Antonio ao encontro da linha que vai de Boa Esperança a Teresina e daí a São Luiz.

O estudo de viabilidade tecnica e economica de Tucurui será feito juntamente com o do projeto de bauxita de Trombetas, tendo em vista que a construção da usina, considerando as condições locais, levará de cinco a sete anos, justamente o periodo requerido para o inicio da produção de aluminio.

Como seis grupos estrangeiros participarão do projeto de bauxita, é provavel que eles venham tambem a integrar o projeto de Tucurui, garantindo assim à Eletronorte os recursos necessarios à construção da usina.

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO
Arrecadação da Contribuição Sindical

EXERCICIO DE 1974 — Cr$ 31,20 (trinta e hum cruzeiros e vinte centavos)

O SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SAO PAULO, com sede nesta Capital, na Rua Formosa, 367, 3.o andar, edificio C.B.I., comunica a todos os contabilistas com inscrição vigente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, pertencentes à sua base territorial (São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Sant'Ana de Parnaiba, Franco da Rocha, Cotia, Itapecerica da Serra e Guarulhos), **sócios ou não do Sindicato**, que deverão recolher, no periodo de 1.o a 28 de fevereiro proximo, a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL referente ao exercicio de 1974, fixada na quota anual de Cr$ 31,20 (trinta e hum cruzeiros e vinte centavos), que será paga à Caixa Econômica Federal ou ao Banco do Brasil S/A. (Seção de Contribuição Sindical), nos termos e sob as penas da legislação em vigor.

São Paulo, 09 de janeiro de 1.974

SAMUEL TUFANO
Diretor-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS DA 2.a REGIÃO
CONVITE

Será realizado hoje às 18:30 hs., ao Viaduto 9 de Julho, 26, o Ato de Posse do Professor Ubirajara D. Zogaib, na Presidencia do Conselho Regional de Economistas da 2.a Região. Na ocasião também será empossado o Professor Julio Gomes Berra, Vice Presidente.

PARANAPANEMA S/A
Mineração, Industria e Construção

C.G.C. — N.o 60.398.369/001
SOCIEDADE ANONIMA DE CAPITAL ABERTO — BANCO CENTRAL DO BRASIL
GEMEC/RCA-220-73/124, DE 29-08-73
"AVISO AOS ACIONISTAS"

Convidamos os senhores acionistas, subscritores do aumento de capital aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária de 13 de agosto de 1973, a integralizarem a última parcela devida, igual a Cr$ 0,90 (noventa centavos) por ação subscrita, até o dia 08 de fevereiro de 1974. O presente anúncio é publicado em obediência e para os fins e efeitos do § 1.o do Art. 74 do Decreto-Lei 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Aproveitamos a oportunidade para avisar os senhores acionistas que as ações do referido aumento de capital que foram integralizadas dentro do exercício de 1973 terão direito a dividendos integrais do segundo semestre do mesmo ano e poderão gozar dos beneficios fiscais atribuidos aos subscritores de ações de Companhias de capital aberto.

Atendimento: Departamento de Ações.
Rua Haddock Lobo, 578 — 10.o andar — Capital.
Horário: das 9,00 às 11,30 — das 14,00 às 17,30 horas.

São Paulo, 2 de janeiro de 1974
A DIRETORIA

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PEÇAS PARA AUTOMÓVEIS E SIMILARES
EDITAL

Pelo presente edital, faço saber, que nos dias 12, 13 e 14 de março de 1974, será realizada neste Sindicato a eleição para a composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes ao Conselho da Federação a que está filiado este Sindicato, bem como a de seus respectivos Suplentes, ficando aberto o prazo de 15 (quinze) dias para o registro de chapas na secretaria, que correrá a partir do dia seguinte ao da publicação deste edital, tudo de acordo com os artigos 11, § 2.o do artigo 23 e artigo 66 da Portaria Ministerial n.o 40 de 21 de janeiro de 1965, com as alterações introduzidas nas Portarias n.o 27 e 176, respectivamente de 27.8.65 e 11.3.66.

As chapas deverão ser registradas em separado, sendo uma para os candidatos à Diretoria e Conselho Fiscal, com os respectivos Suplentes, e outra para os Delegados-Representantes ao Conselho da Federação e seus suplentes. Os requerimentos para os registros das chapas deverão ser apresentados na secretaria, em 3 (três) vias, assinados por todos os candidatos, pessoalmente, não sendo permitida para tal registro a outorga de procuração, devendo ser apresentados todos os requisitos contidos no § 1.o do artigo 11 da citada Portaria com as modificações subsequentes. O requerimento acompanhado de todos os dados e documentos exigidos para o registro, será dirigido ao presidente do Sindicato, podendo, esse requerimento ser assinado por qualquer dos candidatos componentes da chapa. A secretaria da entidade, no expediente normal, fornecerá maiores detalhes aos interessados, achando-se afixada na sede do Sindicato a relação do que é obrigatório para o citado registro. Caso não seja obtido o "quorum" em primeira convocação, as eleições em segunda convocação serão realizadas em 27 de março de 1974 e, não conseguindo ainda o coeficiente, em terceira e última convocação no dia 05 de abril de 1974, para o que ficam convocados, desde já, todos os associados da entidade. As eleições serão realizadas das 10 (dez) às 17 (dezessete) horas de cada dia indicado.

São Paulo, 9 de janeiro de 1974

Luiz Rodevil Rossi
Presidente

VILLARES
Aços Villares SA

Sociedade Anônima de Capital Aberto
C.G.C. N.º 60.664.810/001

Assembléia Geral Extraordinária
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas de AÇOS VILLARES S. A. a se reunir em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 18 de janeiro de 1974, às 9,00 (nove) horas, na sede social, na Avenida do Estado n.º 6.116, em São Paulo — SP, para deliberar sobre:

a) reforma parcial dos Estatutos Sociais, referente a seus artigos 6.º, 7.º, letra "f" do artigo 9.º, 14 e 15, conforme proposta do Conselho Fiscal;
b) assuntos de interesse social.

Consoante norma estatutária, somente serão admitidos à Assembléia os titulares de ações nominativas cujos nomes estejam inscritos no respectivo registro até 3 (três) dias antes, devendo os possuidores de ações ao portador comprovar o depósito de suas ações na sede da sociedade, ou em estabelecimento bancário, com observância de identico prazo.

São Paulo, 4 de janeiro de 1974.

LUIZ DUMONT VILLARES
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO C

Simonsen prevê um crescimento contínuo

Da Sucursal de CURITIBA

"Mesmo com as possiveis dificuldades de 1974, o Brasil conseguirá manter razoável ritmo de crescimento" — declarou ontem em Curitiba o professor Mario Henrique Simonsen, presidente da Fundação Mobral e diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas. Manifestou ele suas expectativas em torno das alterações na politica agricola, que deverão beneficiar o Paraná. A empresa nacional, afirmou, precisa ser fortalecida mediante uma aglutinação mais racional de poupança, de um modelo de gerencia profissional e novas aberturas de capitais.

Simonsen, que esteve em Curitiba para lançar a segunda etapa do programa de alfabetização do Mobral, avistou-se também com homens de negocio, financistas e lideres politicos. Almoçou com o governador Emilio Gomes e os secretarios Mauricio Schulman, Ivo Moreira e Candido Martins de Oliveira.

OTIMISMO

Ressaltando que o momento internacional não está propicio a "especulações para o futuro", Simonsen analisou as possibilidades do Brasil diante de uma conjuntura dificil, com desequilibrios provocados pela recente crise monetaria e pelas restrições do suprimento de petroleo.

"O Brasil, afirmou, tem condições de apresentar melhor performance este ano, do que diversas nações desenvolvidas. Digamos que as exportações nacionais se elevem de 6 para 8 bilhões de dolares, menos pelo aumento do volume exportador do que pela alta dos preços. Para atender às suas necessidades de importação, o Brasil deverá despender aproximadamente 9,5 bilhões de dolares. Esse deficit de 1,5 bilhão de dolares deverá ser coberto de duas formas: pela reabertura de valcula dos emprestimos em moeda, reconhecendo-se a capacidade de atração de capitais de nossa economia, e pela utilização de parte de nossas reservas externas, hoje em mais de 6 bilhões de dolares".

RESISTENCIA

Simonsen manifestou que "a economia brasileira tem uma capacidade de resistencia que só agora os analistas estão reconhecendo, pela situação de detentor de vastos recursos naturais, rapidez de resposta na produção e posição geografica do País. Portanto, teremos relativamente mais que os outros, possibilidade de amortecer os choques de um ano internacional dificil".

Quanto ao insistente tema da redistribuição de renda, Simonsen lembrou o exemplo do Chile, onde em 1971 o governo Allende fez generosos aumentos de salarios e congelou os preços. Naquele ano especifico o produto nacional subiu, graças à maior capacidade de consumo da população. Mas já em 1972 as pressões inflacionarias, agravadas pela queda de investimentos, conturbaram o quadro, que resultou na tragedia em 1973. "Portanto é preciso muito cuidado para não distribuir pedaços maiores que o bolo inteiro", asseverou.

POLITICA AGRICOLA

O diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas crê "que neste novo periodo governamental haverá enfase na racionalização da agricultura, com mais empenho na extensão rural, insumos basicos e melhorias tecnicas. A desconfiança quanto à mecanização rural, ao dizer-se que esta roubava empregos no campo — foi abandonada há algum tempo e as perspectivas são de forte crescimento do produto agricola". Ainda sobre a agricultura, quis saber do secretario Ivo Moreira como andavam os preços de terras no Paraná, recebendo a resposta de que a explosão da soja e do trigo valorizou as terras agricultaveis.

EMPRESA

Referindo-se a comentarios sobre seu livro "Brasil 2002", Simonsen disse que a empresa privada nacional precisa ter apoio para ampliar sua economia de escala e melhorar o desempenho diante da empresa estatal e da empresa estrangeira. "Isso se consegue pela melhoria administrativa e democratização do capital, entre outras coisas".

Sobre educação, disse que a experiencia vitoriosa do Mobral resulta numa formula "socialmente suave" de distribuição de renda, "porque o alfabetizado quer ganhar mais, produzir mais e luta pela ascensão social".

Ensino visa à empresa rural

Um "Curso de Extensão Universitária em Administração de Empresas Rurais" será promovido no periodo de março a dezembro deste ano, mediante convenio entre a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas; Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo; e a Associação Nacional de Programação Economica e Social (ANPES).

O curso será lançado oficialmente no dia 15 próximo, em reunião no salão da Fundação Getulio Vargas, nesta capital (av. Nove de Julho, 2.029), com a presença do vice-governador do Estado, Antonio Rodrigues Filho, e dirigentes das entidades promotoras.

A iniciativa conjunta daquelas instituições visa desenvolver uma abordagem da administração de empreendimentos agropecuários, em moldes empresariais. Destina-se, principalmente, a profissionais de nivel universitário com vivência em empreendimentos rurais. O regime de aulas do curso é de tempo integral, abrangendo os periodos da manhã, da tarde e, eventualmente, os sábados. O local será o recinto da Escola de Administração de Empresas de São Paulo e o horário previsto para as aulas é das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, diariamente.

As inscrições poderão ser feitas até o dia 31 deste mês, havendo taxa de inscrição de 100 cruzeiros e taxa global de 10 mil cruzeiros, com possibilidade de pagamento parcelado. O aproveitamento dos inscritos, dos quais se exigirá frequencia mínima em 80% das aulas dadas, será avaliado mediante provas ao término de cada disciplina. Os concluintes farão jus a certificado de frequencia e aproveitamento.

O CTE amplia os cursos tributários

O Centro de Treinamento Empresarial (CTE) promoverá este mês um novo curso sobre Imposto de Renda — Pessoa Juridica, que procurará atingir as seguintes finalidades básicas: 1) Explicar a sistematica do imposto de forma pratica, metodica e de facil acesso aos que não a conhecem, procurando suprir a necessidade de ensinamento basico; 2) Estudar, sob o aspecto juridico, os problemas caracteristicos de maior relevo, orientando inclusive os participantes, acerca das varias posições a tomar diante dos assuntos mais controvertidos de imediata relevancia prática e economica para as empresas, analisando, portanto, decisões, pareceres normativos e colocações doutrinarias, possibilitando darlhe subsidios para um consciente posicionamento; e 3) Informar as alterações do fim do ano passado, que terão aplicação já na proxima declaração de Imposto de Renda.

As palestras estarão a cargo do sr. Jorge Saeki, ex-gerente do Depto. Legal da Ford do Brasil, atualmente assessor externo de inumeras empresas multinacionais e do sr. Celso Botelho de Moraes, advogado, professor e autor de livros sobre materia fiscal.

As aulas serão proferidas nos dias 21, 23, 24, 28, 29, 30 e 31 do corrente e 4, 6 e 7 de fevereiro, no horario das 19,30 às 21,30 horas.

As inscrições podem ser feitas na sede do CTE, à rua Barão de Itapetininga, n. 255, 12.o and., conj. 1211, telefone .... 33-6658, nesta Capital.

EM CAMPINAS

O Centro de Treinamento Empresarial (CTE), promoverá também na cidade de Campinas, nos dias 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30 e 31 do corrente, das 19 às 22 horas, no salão nobre da Prefeitura Municipal, um seminario de atualização fiscal nas áreas do IPI e do ICM, a cargo do prof. Helio Brasil. As reservas podem ser feitas ali na agencia central do Banco Lar Brasileiro S. A. ou na sede do CTE nesta Capital.

COBRE ELETROLÍTICO

Temos Cobre Eletrolítico em Wirebars para pronta entrega. Tels. 239-2833 e 36-9151 ramais: 448, 449 e 520.

BANCO AMÉRICA DO SUL S/A.

Soc. de Capital Aberto
CGC 61.230.165|001 — GEMEC-RCA-72|004

Pagamento de Dividendos

Comunicamos aos senhores Acionistas que, conforme resolução tomada na reunião da Diretoria, a partir do dia 15-1-1974, serão pagos os dividendos correspondentes ao 2.o semestre de 1973, à razão de 12% ao ano para as ações ordinárias e 13,2% ao ano para as preferenciais.

Os dividendos sobre os restantes 50% das ações subscritas no último aumento de capital, e as ações oriundas da incorporação, serão pagos na mesma base, "pro rata temporis".

1 — **Ações Nominativas:**
Aos titulares destas ações, o pagamento dos dividendos será efetuado através de crédito em conta-corrente, junto ao Banco América do Sul S|A.

2 — **Ações ao Portador:**
Os portadores destas ações deverão dirigir-se à nossa Seção de Ações, à Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 2020, 13.o andar ou Agência do Banco, munidos dos seguintes documentos:
— Titulos de ações;
— Cédula de Identidade;
— Cartão do CPF ou CGC, conforme o caso.
— Procuração com poderes especificos se for o caso.

3 — **Imposto de Renda na Fonte:**
De acordo com a legislação em vigor, e por tratar-se de sociedade de capital aberto, será observado o seguinte critério, quanto ao Imposto de Renda:

Ações Nominativas:		Ações ao Portador:	
Sem opção	Isento	Anonimato ...	10%
Com opção	10%	Identificado ..	Isento
Residentes no Exterior	25%	Identificação com opção (D.L. n.o 427)	10%

Os Acionistas que não receberem os dividendos, dentro do prazo de 120 dias previsto na Lei n.o 5.589, de 3-7-70, estarão sujeitos a retenção na fonte, do Imposto de Renda, à razão de 10%, como beneficiários de rendimento não identificado.

São Paulo, 07 de janeiro de 1974
APOLONIO JORGE DE FARIA SALLES
Diretor Presidente

ACSP faz convênio com Caixa

A Associação Comercial de São Paulo e a Caixa Economica Federal firmaram ontem convenio, pelo qual a instituição financeira concederá — na forma de seu regulamento — emprestimos aos funcionarios da entidade do comercio. O convenio foi assinado por Boaventura Farina, presidente da ACSP, e Miguel Correa Leite, gerente regional da CEF, em exercicio, e foi assistido por diretores e funcionarios da entidade e pela diretoria da União dos Funcionarios da Associação Comercial-UFAC, que colaborou para a concretização dessa aspiração, que deverá beneficiar mais de 800 funcionarios. Por força do convenio ora celebrado, os funcionarios da Associação Comercial de São Paulo com mais de um ano de serviço, poderão obter financiamentos imediatos, no montante de até três vezes o salario mensal, para liquidação em 12 parcelas, mediante consignação em folha de pagamento.

BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO, S/A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO
C.G.C.M.F. 60.886.389/001

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social à rua Boa Vista n.º 242, os documentos a que se refere o artigo 99, letras "a", "b" e "c" do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.

São Paulo, 09 de janeiro de 1974.

GREGÓRIO PAES DE ALMEIDA FILHO
Diretor Superintendente

Dia comercial

Cambio

	Vend.	Comp.
Dolar norte-americano:		
Import. e Financeiro .	6,22	6,18

Café

Santos, disponivel, tipo 4 ..	54,50
Paranaguá, tipo 4 "Santos"	51,00
Rio, p| sc. 60 kg., firme ..	325,00
N. York, tipo 4 (extra mole) "Santos", disponivel	68,50/ 69,50nm.
Contrato "C", firme.	—

Algodão

Prod. Paulista	Firme
Tipo 5	147,00
Tipo 6	137,00
Prod. de outros Estados ..	Firme
Tipo 5	162,00
Tipo 6	155,00
Produção de Goiás	Firme
Tipo 5	162,00
Tipo 6	155,00

Títulos

SÃO PAULO

Movimento — 10-1-74:
Titulos — 16.081.584
Valor — Cr$ 38.399.373,34

Indice Bovespa

Ontem	1.174,4	1.219,0	1.198,0
Anterior	1.269,8	1.193,5	1.241,8

Oscilação — Menos 3,45%.
Maximo: 9-01-74 — 1.241,8
Minimo: 3-01-74 — 1.053,5

Média Dow-Jones

Industriais:	823,11; baixa de 11,68
Transportes:	182,61; baixa de 4,14
Utilitarias:	92,54; baixa de 0,25
Titulos:	263,69; baixa de 3,84

O dia na Bolsa

Preços caem mas no final há firmeza

Os preços das ações ainda cairam ontem, no início do pregão, registrando o índice Bovespa médio baixa de 3,45% (IBVRJ: 2,53%), mas já no fechamento o índice marcava alta de 2,14% (Rio: 2,80%) sobre o fechamento anterior.

Foram negociados em São Paulo 16,1 milhões de títulos (Rio: 10,4), no valor global de Cr$ 36,4 milhões (Rio: 28,1), dos quais eram a termo Cr$ 2,8 milhões (Rio: 1,4). Predominaram, com 54% do total, **Belgo, Banco do Brasil, Petrobrás, Vale** e **Audi**, enquanto no Rio os quatro primeiros, acrescidos de **Paulista Força e Luz**, somaram 67%.

Das ações do índice, subiram 16 (Rio: 6); estacionaram 13 (Rio: 12); e cairam 35, tendo à frente **Consursan pp** (Rio: 24; **Mendes Jr. pp, Ferro Brasileiro, Unipar pn** end).

Hoje, termina o prazo para subscrição de **Gomes Almeida** (1 por 20) e de **Auto Asbestos** (11,06%, com ágio de 2,69). Dia 17, **Forma-espaço** elege diretor e **Rede Telefônica Sorocabana** pretende realizar assembléia das preferenciais; dia 18, **Monark** decide sobre aumento de 1 por 5, mas o aviso não declara de que forma seria o aumento; no mesmo dia, **Hering** homologa aumento; dia 22, **Bozano Simonsen** homologa aumento; dia 24, **Fivap** altera estatuto, mas o aviso não diz de que forma; dia 31, **Lix da Cunha** decide sobre bonificação de 3 por 10.

F. W. R.

Inauguração

O Banco Safra inaugurou ontem uma agência na av. Paulista, iniciando um plano de expansão que prevê a abertura de mais 15 agências, este ano, em São Paulo, no Rio, Belo Horizonte e Brasília. A nova agência oferecerá os serviços de banco comercial, de investimento, de financeira e fará todas as operações do mercado financeiro e de capital. Dia 31, será inaugurada mais uma agência, no Rio de Janeiro, no Castelo.

Frutas nacionais

MERCADO ATACADISTA
Secretaria da Agricultura e CEAGESP

Abacate

Fucks		
Mercado Firme		
Caixa é		
A	25,00	32,00
B	18,00	22,00
Manteiga		
Mercado Estável		
Caixa K		
A	22,00	25,00
B	18,00	20,00

Abacaxi

Mercado Fraco		
Pérola de Minas		
Cento	20,00	70,00
Pérola do Est.		
Cento	40,00	130,00
Hawai		
Caixa K	8,00	14,00

Ameixa Sta. Rosa

Caixa de uva		
A	17,00	20,00
B	8,00	15,00

Banana

Mercado Firme		
Maçã		
Caixa M	60,00	70,00
Maçã		
Tonelada	1.200	1.600,00
Nanica		
Caixa M	19,00	20,00
Nanica		
Tonelada	100,00	300,00
Climatizada		
Caixa especial . .	12,00	13,00

C I T R U S

Laranja

Pêra		
Mercado Estável		
Caixa M		
A	28,00	30,00
B	24,00	27,00
C	17,00	23,00
Seleta		
Mercado Estável		
Caixa M		
A	30,00	32,00
B	25,00	28,00
C	18,00	23,00

Limão

Galego		
Mercado Estável		
Caixa K		
A	15,00	18,00
B	12,00	14,00
C	5,00	11,00
Galego		
Mercado Estável		
Caixa M		
A	18,00	20,00
B	14,00	17,00
C	6,00	13,00
Tayti		
Mercado Fraco		
Caixa M		
A	20,00	23,00
B	16,00	19,00
C	9,00	14,00
Tayti		
Mercado Fraco		
Caixa ♦		
A	18,00	20,00
B	13,00	17,00
C	6,00	11,00

Figo

Mercado Firme		
Engradado		
A	8,00	9,00
B	5,00	6,00
C	4,00	4,50

Goiaba

Mercado Estável		
Caixa de pêssego		
A	14,00	15,00
B	10,00	13,00
C	5,00	8,00

Jaca

Mercado Estável		
Quilo	0,50	0,80

Maçã King

Mercado Fraco		
Caixa K		
A	40,00	45,00
B	10,00	30,00

Mamão

Mercado Firme		
Caixa dupla . . .	30,00	38,00

Manga

Mercado fraco		
Caixa — quilo		
Coração	15,00	20,00
Bourbon	15,00	20,00
Rosa	10,00	16,00
Haden	25,00	60,00
Espada	8,00	12,00

Maracujá Azedo

Mercado fraco		
Caixa — quilo		
A	18,00	20,00
B	15,00	17,00
C	6,00	14,00

Melancia

Mercado estável		
Quilo		
Redonda	0,15	0,40
Comprida	0,15	0,40

Melão Amarelo

Mercado estável		
Caixa — 15 quilos		
A	35,00	40,00
B	25,00	30,00
C	10,00	20,00

Morango

Mercado estável		
Caixeta — 4 quilos		
A	14,00	15,00
B	11,00	13,00
C	4,00	10,00

Pêssego

Branco duro		
Mercado estável		
Caixa pap.		
A	6,70	7,00
B	4.00	5.00
C	2.00	3.00
Branco duro		
Mercado fraco		
Caixa mad.		
A	[illegible]	[illegible]
Damasco		
Mercado estável		
Caixa pap.		
A	6.00	7.00
B	4.00	5.00
C	2.00	3.00
Talismã		
Mercado estável		
Caixa mad.		
A	6.00	7.00
B	4.00	5.00
C	2.00	3.00
Conserva — cx. k. .	20,00	90,00

Uva

Mercado estável		
Niagara rosada		
Caixa 4 quilos		
A	9.00	10.00
B	6.00	7.00
Niagara rosada		
Caixa 8 quilos		
A	19,00	20.00
B	14.00	18.00
Itália — Caixa 8.5 kg.		
A	35,00	40.00
B	25.00	30.00
C	15.00	20.00

FRUTAS ESTRANGEIRAS

Ameixa Sta. Rosa

Mercado estável		
Caixa 10 quilos . . .	50.00	60.00

Cereja Chilena

Mercado estável		
Caixa 10 kg. . . .	50.00	80.00

Maçã

Mercado estável		
Caixa 22 quilos		
Golden Delicious . .	110.00	120.00
Rome Beauty . . .	30.00	60.00
Red Deliciosa USA . .	130.00	140.00
Red Deliciosa Francesa	100.00	115.00
Red Deliciosa Hungara	95.00	115.00
Red Deliciosa Arg. .	90.00	110.00

Pêra

Mercado estável		
Caixa 20 kg.		
Danjou USA	150.00	170.00
Parck Tryunph . . .	40,00	60.00

GERENTE
FINAME - RECON - REGIR

Grupo Financeiro expandindo operações especiais, procura gerente para carteiras acima. Otima oportunidade para pessoa com experiência. Enviar curriculum e foto p| Caixa Postal n.º 30.238 - S. P.

BANCO NACIONAL DO COMERCIO DE SÃO PAULO S/A

"BANCIONAL"
SEDE — RUA BOA VISTA, 242 — TEL.: 33-1111
CX. POSTAL, 2568 — TELEX 021.742 — S. PAULO
C.G.C. N.o 60.886.389
SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO

Relatorio da Diretoria Exercicio de 1973

Senhores Acionistas,

De acordo com as determinações estatutarias, vimos apresentar-lhes o relatorio das atividades deste Banco no exercicio de 1973.

Os depositos à vista e a prazo, chegaram em 31-12-1973 ao total de Cr$ 213.901.780,90 ou seja mais 27,25% que no final do exercicio anterior. Os emprestimos atingiram a cifra de Cr$ 242.387.887,69, significando um acrescimo de 38,98%.

Nova elevação do capital social se efetivou no exercicio encerrado, passando de Cr$ 17.500.000,00 para Cr$ .... 24.000.000,00, mediante incorporação de reservas. Capital, reservas e fundos, que eram Cr$ 32.500.640,51 em .... 31-12-1972, elevaram-se a Cr$ 39.518.679,77 em 31-12-1973.

O lucro liquido do exercicio foi de Cr$ 13.086.658,35, mais 44,7% sobre o do exercicio anterior.

Os serviços decorreram normalmente, dentro da mesma disciplina tradicional. Os custos operacionais, proporcionalmente ao volume das operações, registraram indices inferiores aos do ano de 1972.

A Bancional S.A., Credito Financiamento e Investimento elevou seu capital de Cr$ 7.000.000,00 para Cr$ .... 12.500.000,00, também mediante incorporação de reservas. Seu lucro liquido em 1973 foi de Cr$ 4.626.023,56, tendo encerrado o exercicio com Cr$ 15.514.378,59, de capital, reservas e fundos, contra Cr$ 9.870.785,84 no final de 1972. Os financiamentos concedidos apresentavam no balanço de 31-12-73 o saldo de Cr$ 105.090.101,62.

Diante dos resultados alcançados, que os numeros acima evidenciados comprovam sucintamente, cabe-nos agradecer à deferencia que continuamos a receber dos nossos clientes, assim como a colaboração sempre leal do funcionalismo do Banco.

São Paulo, 09 de janeiro de 1974.

a) MAURO PAES DE ALMEIDA
Diretor Presidente
a) SEBASTIÃO PAES DE ALMEIDA
Diretor Vice-Presidente
a) GREGORIO PAES DE ALMEIDA FILHO
Diretor Superintendente
a) WILTON PAES DE ALMEIDA FILHO
Diretor Gerente
a) SERGIO PAES DE ALMEIDA
Diretor Gerente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do Banco Nacional do Comercio de São Paulo S.A., tendo examinado o Balanço e Contas referentes ao exercicio encerrado em 31 de dezembro de 1973, que encontraram em perfeita ordem e exatidão, são de parecer que os mesmos sejam aprovados.

São Paulo, 09 de janeiro de 1974.

a) JOSE' ERMIRIO DE MORAES FILHO
a) ARDELINO THEODORO DE OLIVEIRA
a) CELSO CORREA DIAS

BANCIONAL S. A.

CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
RUA BOA VISTA, 236 — 1.o ANDAR
FONES: 33-2233 — 33-1942
C.G.C. 61-083.770 — SÃO PAULO

Relatorio da Diretoria Exercicio de 1973

Senhores Acionistas,

Conforme dispõem os Estatutos Sociais, submetemos ao seu exame e aprovação, as contas do exercicio de 1973 e os respectivos balanços e demonstrações de Lucros e Perdas (já publicados) do primeiro e segundo semestres daquele exercicio.

São Paulo, 09 de janeiro de 1974.

a) MAURO PAES DE ALMEIDA
Diretor Presidente
a) SEBASTIÃO PAES DE ALMEIDA
Diretor Vice-Presidente
a) GREGORIO PAES DE ALMEIDA FILHO
Diretor Vice-Presidente
a) WILTON PAES DE ALMEIDA FILHO
Diretor Superintendente
a) SERGIO PAES DE ALMEIDA
Diretor Gerente
a) JOÃO JAYME JUVENAL RICCI AYRES
Diretor Gerente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Bancional S.A. — Credito, Financiamento e Investimento, por seus membros abaixo-assinados, tendo procedido ao exame e verificação dos documentos referentes ao Balanço e Contas do exercicio encerrado em 31 de dezembro de 1973 e encontrando-os em perfeita ordem e exatidão, é de parecer que os mesmos sejam aprovados.

São Paulo, 09 de janeiro de 1974

a) JOSE' ERMIRIO DE MORAES FILHO
a) ARDELINO THEODORO DE OLIVEIRA
a) CELSO CORREA DIAS

COMUNICADO

COMUNICADO

Em cumprimento às determinações das Circulares n.os. 173 e 197 do Banco Central do Brasil, comunicamos que as taxas máximas em vigor nas operações das empresas abaixo, são as seguintes:

BANCO AMÉRICA DO SUL S.A.

2) FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	
— Até 60 dias	15,6%
— Superior a 60 dias	16,8%
2) Empréstimos a particulares (pessoas físicas)	27,6%
3) Resolução 130: Taxa mais comissão e abertura de crédito 15,6% +	0,5%
4) OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL:	
— Até 50 vezes o maior salário mínimo	13,0%
— Superior a 50 vezes o maior salário mínimo	15%
— Para aquisição de insumos modernos	7,0%

BANCO DE INVESTIMENTO AMÉRICA DO SUL S.A.

FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO OU FIXO, PARA QUALQUER SISTEMA DE PAGAMENTO 29,0% a.a. CAPITALIZADO AO ANO EXCLUSIVE ISOF

CIA. "AMÉRICA DO SUL" CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO-CREASUL

1) VEICULOS NOVOS:	
— Indice para 24 prestações	0,056.763
2) VEICULOS USADOS:	
— Indice para 24 prestações	0,057.131
3) ELETRODOMÉSTICOS:	
— Indice para 24 prestações	0,057.681

GRUPO AMÉRICA DO SUL
Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 2020
Nove empresas trabalhando para a sua tranquilidade.

ANEXO D

O modelo, ante a situação externa

Da Sucursal de BRASÍLIA

Em que medida o processo de crescimento acelerado da economia brasileira será capaz de resistir, até o final desta década, os maus presságios de uma recessão internacional, motivada pela crise do petróleo, se ela perdurar? E mais: há condições de permanência e auto-sustentação do modelo brasileiro ou, como no ciclo 1950/60, também tender a esgotar-se, do que já seriam sintomas o pleno emprego da produção e possível recrudescimento da inflação?

Uma economia que cresce a dez por cento ao ano dobra o seu Produto Interno Bruto (PIB) em oito anos e a renda **per capita** em uma década. E' de imaginar a complexidade das variáveis concorrentes — e a indispensável cumplicidade entre elas, no melhor sentido — para permitir uma tal transformação na fisionomia econômica e social do País. Daí, que a garantia dessa perspectiva ascendente obrigará à análise de suas condicionantes fundamentais, e forma seletiva, a partir da expectativa de mutação recente no panorama internacional.

As referências são favoráveis

A par do regime de pleno emprego, da elevação dos custos da produção, das importações mais caras e do multiplicado rigor competitivo nas exportações, há, estruturalmente, um elenco de referências favoráveis. Têm-se, entre elas:

— Razoável disponibilidade de recursos naturais, especialmente a partir da expansão da "fronteira" agrícola;

— População significativa como mercado potencial para as economias de escala da industria moderna;

— Grau de industrialização já relativamente avançado;

— Capacidade de elevar o nível de poupanças internas e mobilizar capitais externos;

— Mão-de-obra em processo de capacitação e profissionalização;

— Controle governamental de importantes setores econômicos, como energia, ferrovias, portos, navegação, comunicações e petróleo, além de participação predominante nos setores bancário e de industrias básicas, como siderurgia, petroquímica e minério de ferro; e,

— Estabilidade política, com governo equilibrado.

Frente a esse quadro emergem, quatro itens que irão ditar o proximo passo do **modelo brasileiro de desenvolvimento economico:** 1) elevação do coeficiente de poupança e investimento para 20 a 22 por cento do PIB; 2) crescimento das exportações na ordem de 18 a 20 por cento; 3) desenvolvimento tecnologico, aplicado principalmente ao setor industrial e, nele, à industria nacional de bens de capital, com vistas a uma participação de 70 por cento no fornecimento ao mercado interno; e, 4) superação da defasagem da agricultura, adequando-a a padrões empresariais.

No **Country Review**, apresentado pelo ministro Reis Velloso, do Planejamento, no Conselho Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), da OEA, em Washington no mês de novembro do ano passado, já está dito — considerando que o esforço nacional de poupança tem financiado, pelo menos, 90 por cento do investimento realizado — que "as necessidades de poupança e investimento devem situar-se na ordem de 20 a 22 por cento do PIB (investimento bruto fixo), o que parece viavel".

"Mas é preciso — salientou o ministro na oportunidade — viabilizar a composição necessaria do investimento, principalmente quanto à participação dos setores produtivos e, em especial, a industria.

Admite-se que os programas de infra-estrutura (energia, transportes, comunicações, etc.) deverão manter-se em nível elevado, porque não há mais atraso a recuperar nessas áreas: trata-se de acompanhar a demanda resultante, particularmente, da expansão dos setores produtivos.

Quanto a industria, observa-se que em quase todos os setores foi ultrapassada a fase de crescimento, com absorção da capacidade ociosa pela de plena operação (ainda no segundo semestre de 1973 a utilização de capacidade na industria de transformação foi da ordem de 91, com tendência ascendente).

"É importante — adverte Velloso — evitar qualquer mecanismo ou medida que represente, a partir de agora, reorientação de recursos em detrimento do setor privado e em favor de áreas de infra-estrutura, cujos esquemas de financiamento já estão bem definidos". No mesmo item de recursos merece destaque a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), nos primeiros dias deste mês, suspendendo a retenção dos 40 por cento da contrapartida em cruzeiros nos ingressos de capital estrangeiro, paralelamente à modificação favorável das condições de prazo e custo dos financiamentos, de forma a implementar investimentos prioritários. Um maior afluxo de recursos externos é, neste momento, considerado indispensável para reduzir o deficit da balança comercial neste ano, estimado em cerca de dois milhões de dólares, como resultado das importações de petróleo a preços correntes e do encarecimento das matérias-primas e bens intermediários em todo o comércio internacional.

O crescimento das exportações entre 18 a 20 por centro, este ano, é vital. Somente assim será compensado o crescimento das importações em torno de 20 por cento — se prevalecer o pressuposto de que será possível substituir as importações de alguns tipos de bens de capital e matérias-primas.

O País alcançou seu primeiro bilhão de dólares de exportação em 1947, o segundo bilhão em 1969, o terceiro em 1972 e o quarto, quinto e sexto em 1973. Mas se fizermos bom uso da inflação mundial e da queda de produção agrícola em alguns países, no ano passado, manobrando para colocar nossos produtos no mercado internacional a preços que permitiram dobrar (53 por cento, com US$ 6.050 milhões) o total das exportações do ano anterior, não significa que a situação se repetirá em 1974.

Mesmo considerando que produtos como o café (queda de produção na África), o algodão e sisal (falta de fibras sintéticas, devido à crise do petróleo) e a soja (crescente necessidade de rações para o gado) continuarão registrando bons preços, é de prever-se que esse aumento será maciçamente absorvido pelas compras de petróleo, preços dos transportes, entre outros.

Resulta que a perspectiva de alcançar 20 milhões de dólares nas exportações, até o final da década, exigirá uma expressiva ampliação da política atual de incentivos, basicamente financeiros e fiscais, refinando-a e complementando-a com novos e amplos esquemas de promoção, bem mais diversificados e complexos que os existentes e em uso.

Atenção particular deve merecer a rede de apoio no exterior à ação do empresariado, para dar respaldo a todas as etapas do esforço a ser realizado, sistematicamente, como sejam:

— Exposições industriais e feiras, dentro de um programa consideravelmente ampliado, que o Itamarati deverá implementar;

— Promoção de missões empresariais ao exterior;

— Presença direta das empresas no exterior, por meio de representações e filiais, ou, se necessário, de associações com grupos locais; e,

— Renovação de tecnologia e pesquisa sistemática de mercados, seja para identificar oportunidades de vendas, seja para a realização de um "Marketing" eficiente, a partir de um esforço próprio de "Engineering" e desenho industrial.

Em síntese, ao lado do fortalecimento da estrutura governamental responsável pelo setor (atualmente vinculada aos Ministérios da Industria e do Comércio, Fazenda e Relações Exteriores), também no setor privado é necessário um grande esforço de capacitação para exportar mais, sob pena de reduzir-se a margem de agressividade no mercado internacional, hoje mais competitivo do que nunca.

Parte essencial desse esforço industrial deverá concentrar-se no setor de bens de capital, para permitir o aumento da oferta interna em termos de volume sofisticação do equipamento.

O problema é tão mais grave quando se sabe que 41,1 por cento do total das importações em 1972 se concentraram no item bens de capital e para 1974 as previsões indicam um crescimento dessa tendência importadora, em função de investimentos de alto porte nas áreas de siderurgia, química e petroquímica, **corredores de exportação** e outros, para as quais o equipamento nacional pesado sob encomenda fica, em parte, marginalizado.

A expansão e modernização do setor de bens de capital é ainda mais necessária, agora, quando a crise internacional do petróleo impõe restrições à capacidade de importação, para fazer face ao aumento do custo dessa matéria-prima. Decorre que a própria política do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), francamente liberal nos ultimos anos, certamente terá de ser substituída por critérios mais seletivos de concessão de incentivos para importação de bens de capital, como parte de um novo ciclo de substituição de importações na economia brasileira.

Vale a Advertência do presidente do BNDE, Marcus Vianna, durante a "Semana de Tecnologia Industrial", em São Paulo, no final de 1973: "Doravante, o aprofundamento da participação brasileira no mercado mundial passará a depender, cada vez mais, das características estruturais do seu setor industrial "pesado". Cabe, consequentemente, uma ação intensa num processo de substituição dessas importações, de modo a melhor assegurar o crescimento econômico e diminuir a vulnerabilidade do parque industrial brasileiro das evoluções da ecomonia mundial".

Quanto à industria de transformação, de maneira geral, tem-se que avaliar os requisitos para manter o ritmo de crescimento em torno de 12 por cento: novos investimentos, suprimento de materias-primas e bens capital, treinamento de mão-de-obra e desenvolvimento tecnologico.

Algumas industrias mais dinamicas, como a quimica, terão de crescer a taxas bastante elevadas (cerca de 20 por cento ao ano), dobrando sua produção nos proximos quatro anos. E quando se considera que o prazo de gestação de projetos de industrias basicas é relativamente longo, é facil avaliar o esforço de mobilização de recursos tecnicos e financeiros e de planejamento industrial que será necessario para tornar viaveis tais metas.

Isso é particularmente verdadeiro em vista do atraso relativo de algumas industrias de base, como a siderurgica, cuja expansão (25 milhões de toneladas de aço em 1980) foi retardada em anos passados, em função de perspectivas menos otimistas sobre o crescimento da economia brasileira (relatorio Booz Allen).

Nesse quadro de crescimento industrial, o suprimento de materias-primas sobreleva, na medida em que o setor industrial evolui para uma maior integração e sua expansão passa a depender da oferta de materias-primas e produtos intermediarios. Daí que o planejamento industrial, tanto a nivel de governo como a nivel de empresas, terá de ser consideravelmente melhorado — e aí é fundamental a conclusão, pelo IBGE, da Matriz Brasileira de Insumo/Produto, que permitirá a avaliação consequente de uma iniciativa industrial, em termos de pré-condições e efeitos multiplicadores no quadro da economia.

Como observou o ministro Velloso, na reunião do CIAP-OEA, em Washington, "será preciso atender aos programas de substituição de importações nas areas de metais não ferrosos (cobre, aluminio, zinco) e produtos quimicos (nafta, soda caustica, cloro, fertilizantes), os quais, no curto prazo, enfrentarão problemas de suprimento".

Obriga-se o governo, mais ainda, a uma politica industrial que não se esgote na concessão de incentivos fiscais e financeiros ao setor privado, mas avance em medidas até drasticas de intervenção do setor publico em areas consideradas estrategicas para o desenvolvimento. E' o caso do cobre de Caraibas, na Bahia (grupo Pignatari) e o projeto de potassio de Sergipe, que não tem evoluído com a celeridade necessaria — este ultimo, por exemplo, é de grande importancia para a industria de fertilizantes e esta, por sua vez, será vital para o desenvolvimento da agricultura.

Finalmente, nossa diplomacia tenderá a incorporar um conteudo economico crescente, procurando ampliar e estabelecer relações economicas com países amigos, que assegurem o suprimento de materias-primas de que somos carentes. Não é outra, aliás, a razão da recente aproximação com os países arabes e dos acordos que se vem firmando com o Paraguai (Itaipu), Bolivia (gás natural) e Colombia (carvão).

Agricultura empresarial

Em termos de grandes segmentos do sistema economico, o desenvolvimento do setor agricola será, sem duvida, o mais problemático. Vindo de um longo periodo de flutuações de produção (a taxa de expansão alcançou 11,4 por cento em 1971, caiu para 4,1 em 1972 e, mesmo à media de crescimento global de 4,4 por cento nas duas ultimas decadas, decresceu sua participação no PIB de 19,9 para 17,1 entre 1960/1970), a agricultura brasileira tem sido vitima de inadequação e, as vezes, da inexistencia de uma politica economica para o setor, muito mais do que da própria influencia de fatores climaticos negativos.

Uma politica agricola consequente e orientada, planejada e assistida será o caminho para superar a evidente defasagem do setor, comparado aos outros segmentos da economia, adequando-o às proprias diretrizes de um modelo capitalista e baseado em empresa. Essa reformulação deverá conduzir a agricultura, portanto, a uma perspectiva empresarial, a partir de um esforço de modernização que envolve:

— Substancial aumento do uso de insumos modernos, como fertilizantes, defensivos, implementos agricolas e sementes selecionadas;

— expansão das áreas cultivadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, especialmente com pecuaria;

— grande expansão da oferta de alimentos, para atender ao crescimento da demanda;

— criação de uma tecnologia própria para a agricultura tropical; e,

— caracterização da agricultura como atividade empresarial, a partir de instrumentos como, por exemplo, um "CDI agricola", orientando o credito de forma seletiva e impondo o aperfeiçoamento dos projetos, a partir das diretrizes globais da economia.

Mesmo assim, é muito provável que em determinadas circunstancias (a começar pela expansão da renda **per capita** à média de 7,5 por cento ao ano) o Brasil tenha que fazer uma opção consciente de sacrificar o abastecimento interno de certos produtos, a fim de obter divisas indispensáveis à manutenção da taxa de crescimento em torno de 10 por cento. Na ausencia de racionamento, isso terá de ser alcançado via realinhamento de preços, com impactos desfavoráveis do ponto de vista político e financeiro.

Desafios paralelos

Pairando sobre todo esse contexto, há outros problemas gerados pelo próprio processo de crescimento.

A partir da ampliação da fronteira econômica, interna e externamente (América Latina e África), pela evolução de um núcleo capitalista definido que já não se contem nas fronteiras físicas de uma só região — o centro-sul — a desconcentração da economia joga um papel decisivo na proliferação das oportunidades e, portanto, na evolução do **modelo brasileiro**.

Embora ainda resista uma concentração da atividade produtiva, basicamente em São Paulo, considera-se que nos ultimos anos houve uma antecipação significativa em termos de infra-estrutura (estradas, comunicações, portos, rede bancária) em direção às regiões menos favorecidas, capaz de permitir um processo efetivo de desconcentração e, consequentemente, a incorporação de uma parcela da população marginal, em termos de economia moderana.

Na esteira desse, outro problema: até o final da década, 2/3 dos brasileiros estarão nas cidades exigindo um superesforço de desenvolvimento urbano.

Aqui, no aspecto básico, será menos fazer grandes investimentos de infra-estrutura do que estabelecer esquemas operacionais para um uso racional e econômico do espaço urbano. Isso implica, obrigatoriamente, na modificação do atual sistema de individualização dos lucros (construtores, incorporadores e especuladores) e socialização dos prejuízos (poluição, congestionamento etc.), evoluindo-se para uma regulamentação adequada da operação e expansão do sistema urbano, sob pena de um colapso no funcionamento das cidades e de uma expansão a custos crescentes — quando uma das vantagens da cidade seria a economia da escala.

Atrelada a urbanização, é de se esperar uma quase revolução no mercado de mão-de-obra. Dados de 1970 indicam que a força de trabalho brasileira era de 29,5 milhões, representando 31,7 por cento da população (uma das mais baixas taxas de atividade do mundo), dos quais 55,8 por cento estavam nas áreas urbanas. Segundo as projeções, ainda por algum tempo a demanda de mão-de-obra crescerá mais rapidamente do que a população ativa.

Daí a urgência de se formular uma política de emprego, a partir de um sistema de planejamento de recursos humanos, treinando e equipando mão-de-obra com as qualificações e habilidades que são demandadas no mercado de trabalho.

Note-se que embora o setor terciário seja, em algumas áreas, um empregador capaz de absorver contingentes crescentes de mão-de-obra não especializada ou semi-especializada, frequentemente de origem rural, isso ocorre a taxas de produtividade e de remuneração muito baixas, resultando em aumento das populações marginalizadas e em efeitos negativos sobre a distribuição de renda.

Na área rural, a atual politica de colonização deverá ser mantida, dentro das metas de ampliação da "fronteira" agrícola, continuando a absorver mão-de-obra, em especial do Nordeste, no campo e funcionando também como **instrumento de eliminação da pobreza absoluta**, ou seja, a situação de populações com índices de alimentação, saude e bem-estar inaceitáveis na sociedade atual, pobre ou rica.

No plano geral da politica de distribuição de renda, situam-se a política salarial, na medida em que incorpore aos salários reais o aumento da produtividade; e a política de preços, dividindo, particularmente **nos setores industriais dinamicos**, os ganhos da produtividade de entre produtores e consumidores.

Enfim, a situação é totalmente nova. Já não há mais capacidade ociosa na industria e renda adicional terá que provir de novos investimentos. Há falta de matérias-primas e a mão-de-obra, até mesmo não qualificada, começa a escassear em algumas áreas. E uma intensa crise internacional afeta de forma negativa o balanço de pagamentos renovando as pressões inflacionárias.

Alguns problemas esquecidos na vertigem dos êxitos econômicos começam a reclamar soluções urgentes: **a modernização da agricultura, o dilema do Nordeste, a crise de crescimento urbano e, enfim, a intencionada integração social**, que antes de uma decisão de governo, aparece como resultante do processo: nunca a opção surpreendente e maravilhosa, mas um longo, longo caminho.

Até que se equilibrem, um dia, as parcelas da metáfora imaginada pela economista Maria da Conceição Tavares para definir o quadro brasileiro: somos, a um só tempo, a Bélgica e a India, na proporção de um para dez. Precisamos ser mais belgas e menos hindus.

itambé
Despachos Aduaneiros.
Projetos CDI, CPA, PIS, FIPEME.
Seguros em geral.
São Paulo: Av. Paulista, 688 - 15.º andar - Cjs. 158/9 - Tels.: 287-7272 - 288-0095 - 289-0146
Santos: Praça Antonio Telles, 15 - 10.º andar
Tels.: 2-2718 - 2-7908 - 2-9786

SAIS DE CHUMBO
Para importação do Mexico
CALÓ - PRODUTOS QUIMICOS S/A
Rua 24 de Maio, 188 - 2.o andar - conj. 223 - Tels. 32-8540 - 35-1924 e 35-7282.

BANCO HALLES DE INVESTIMENTOS
Comunicado
O Banco Halles de Investimentos comunica que concedeu ao Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo um empréstimo no valor de Cr$ 22.000.000,00 com recursos próprios, destinado à execução de obras prioritárias do programa viário do Governo do Espírito Santo.
O vulto do empréstimo concedido com recursos próprios do Banco Halles de Investimentos, possibilita a abertura de novas estradas no Espírito Santo e abre as melhores perspectivas para o desenvolvimento gêo-econômico de várias regiões.

CONTABILIDADE POR COMPUTADOR
Também para pequena e média empresa. Use seu Contador para assessorar a Diretoria, efetuando sua contabilidade por sistema moderno. É muito mais barato e eficiente, inclusive para empresas com pequeno número de lançamentos.
C.P.D. Centro de Planejamentos e Processamentos de Dados S/C. Rua Conselheiro Crispiniano, 344 - 11.o - Cj. 1103/4. Telefones: 239-0054, 37-0963, 37-6473 e 34-8475. S.P Caixa Postal N.o 2.953.

EDITORA JURÍDICA
VENDE-SE
— Importante editora de conceituada publicação jurídica de grande penetração transfere controle acionário para grupo de comprovada idoneidade profissional e sólida capacidade financeira que garanta a continuidade de um trabalho dinâmico, fascinante e de grande rentabilidade.
— A empresa possui ótimas instalações, grande rede telefônica, moderno equipamento gráfico, frota de veículos, imóveis, com projeto em execução para dobrar o faturamento em 12 meses. Alem da atividade principal dedica-se a empreendimentos correlatos.
— Situação fiscal e trabalhista em perfeita ordem, amplo crédito bancário e comercial, sem passivo exigível. Garante-se assistencia técnica e continuidade de atendimento enquanto necessário.
— Os interessados deverão escrever para EDIJUS, neste jornal, com indicações que permitam a avaliação de sua capacidade para uma futura entrevista pessoal. Base do negócio: Cr$ 20.000.000,00.

BANCO HALLES DE INVESTIMENTOS
Comunicado
O Banco Halles de Investimentos comunica que concedeu às Centrais Elétricas Fluminenses (CELF), através de recursos próprios, um empréstimo no valor de Cr$ 40.000.000,00 para a expansão da rede dos serviços de eletricidade em diversos municípios do do Estado do Rio.
O empréstimo é um dos maiores já concedidos no Brasil por um banco privado, com os seus próprios recursos e impulsionará, através da chegada ou expansão das redes elétricas, o desenvolvimento de diversas regiões do Estado do Rio.

LETRAS DE CAMBIO
VENDO
289-0561 — 287-2102 e 287-2838.

Importar e Exportar... É Fácil
GUIAS DE IMP. E EXP. NA CACEX,
marítimo, aéreo, colis e bagagens
OCTAVIO DE CESARE — AUTONOMO
PRAÇA DA REPUBLICA, 465 - CJ. 42 - F.: 35-4247

INDICADOR MÉDICO — TEL.: 37-4950
ALERGIA
Dr. Araujo Cintra - CRM 1549
Chefe Cl. Alergia Sta. Casa — Barão Itapetininga, 120 — 8.o — Fone: 34-2225 — 16-18 horas.
ENDOCRINOLOGIA
Dra. Amalia I. Mendia Fazia
CRM 14165 — Diabetes, obesidade, tireoide, crescimento. — Av. Angélica, 2.100 — Conj. 34 — F.: 256-2506 — 14/19 hs.
MOLÉSTIAS PULMONARES
Dr. Clovis Correa - CRM 620
Raios-X - Benjamin Constant, 77 — 8.o — Tel.: 32-6271 — Das 15-18 horas.
OCULISTA
Clínica Oftalmológica Armando Gallo
Documentação fotográfica fundo de olho (retinografia). Lentes de contato gelatinosas. Departamento Ortoptico (tratamento estrabismo) — CRM 2560. Viaduto 9 de Julho, 181 — 9.o andar — Telefone: 256-3122.
OUVIDOS - NARIZ - GARGANTA
Dr. Tomoichi P. Shimohirao
CRM 8083. Praça João Mendes, 42, 11.o. F.: 35-5713. Das 14-19 hs.
RADIOLOGIA
Prof. Piero Ciabattoni - CRM 10435
Av Angélica, 2100. Fs. 257-6022, 257-6044, 257-7882 e 257-1604.
UROLOGIA
Clinica Martins Filho
Check-Up sexológico completo Impotência. Moléstias venéreas. Defeitos dos órgãos genitais. Fimose. Relaxterapia. Rua Cons. Crispiniano, 97 - 5.o - cj. 19. F. 36-1869. Atendemos das 8 às 19 horas, diariamente.
CLINICA GERAL
Dr. José M. Beraldi - CRM 2730
Clinica Geral. Tratamento da Obesidade, Magreza, Diabete e Impotência. Disturbios. Consultas e tratamentos 9/22 hs. Marcar hora. F.: 295-2637. Av. Celso Garcia, 5.367.

Edital...
Os classificados de O ESTADO DE S. PAULO vendem
Agência BRÁS:
R. Celso Garcia, 729

Bassets...
Os classificados de O ESTADO DE S. PAULO vendem
Agência PÃO DE AÇUCAR:
Jumbo (Aeroporto)

Em 1973, a Sudene aprovou 138 projetos, com investimento total de Cr$ 4,6 bilhões.
Cia. Pneus Tropical
Uma empresa do Grupo J. Macêdo.
FAÇA COMO NÓS, OPTE SUDENE.

ANEXO E

Governo vai nivélar preços

Da Sucursal de Brasília

O governo federal pretende promover um nivelamento entre os preços nacionais e internacionais de determinados produtos — se necessário instituindo um subsídio à importação — como meio de impedir a atuação dos intermediários, que provocam a elevação no mercado.

A afirmação foi feita ontem, em Brasília, pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em entrevista concedida após despachar com o presidente da Republica. O ministro reafirmou o fim dos aumentos repentinos, que caracterizaram o primeiro trimestre e os 30 dias iniciais do atual governo, acrescentando que, daqui para frente, tais reajustes, em todos os setores, se darão de forma sensivelmente menor.

Simonsen considerou o primeiro trimestre de 1974 "um período absolutamente anômalo, em matéria de aumentos de preços, pois houve uma série de reajustes que foram adiados do ano passado para o início do atual". Adiantou que tal situação tornou-se mais sensível pelo fato de o presidente Geisel haver sido obrigado a tomar medidas corretivas, especificamente no setor de derivados de petróleo e no setor de abastecimento, notadamente com relação à carne e ao óleo de soja. Segundo Simonsen, estes ultimos foram aumentos mais nominais que reais, "pois nem a carne nem a soja eram encontrados no mercado em seus antigos preços de tabela". Por isso, frisou o ministro, "operou-se, na verdade, uma restauração da verdade dos preços".

Como consequencia do encerramento do ciclo "reajustamentos excepcionais", as taxas de inflação no restante do ano deverão ser bem menores que as registradas em janeiro, fevereiro e março. Acrescentou que, daqui por diante, "a inflação será combatida com a máxima severidade, embora dentro de uma metodologia gradualista, para que se mantenham altas as taxas de desenvolvimento econômico".

ORÇAMENTO

O controle governamental das políticas salarial e orçamentaria foi considerado, por Simonsen, ponto de relevo na luta contra a inflação. Destacou que o orçamento da União é equilibrado, não sofrendo pressões inflacionárias, enquanto a política salarial baseia-se em fórmula que não deve ser modificada, "pois atende bem à manutenção do poder aquisitivo das classes assalariadas, ao mesmo tempo em que combate a inflação".

O ministro da Fazenda reconheceu a existência de uma subestimativa do residuo inflacionário, mas negou que tal fato venha a prejudicar os assalariados, "simplesmente porque a fórmula atualmente em vigor, desde 1965, incorpora o corretivo necessário na fixação dos novos salários". O novo salário mínimo, segundo o ministro, deverá ser cerca de 20 por cento superior ao atualmente em vigor. A propósito, Simonsen lembrou que, atualmente, "o salário mínimo é realmente o mínimo", ao contrário do que ocorria há algum tempo. E isso, a seu ver, é comprovado pela escassez setorial de mão-de-obra e pelo pagamento de salários bem superiores ao mínimo legal, a grande faixa do operariado brasileiro, não necessariamente qualificado sob o ponto de vista de mão-de-obra.

No tocante a previsões de taxa inflacionária para 1974, Simonsen reiterou a orientação governamental de não fazer previsões, antes da primeira metade do ano.

Ministros ratificarão as diretrizes do CIP

Das Sucursais do Rio e Brasília

Os novos mecanismos de controle de preços, que estão sendo executados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), deverão ser ratificados sexta-feira, na primeira reunião a nivel ministerial daquele orgão, no novo governo. Durante o encontro, presidido pelo ministro Severo Gomes, da Industria e Comercio, será definida também a politica a ser seguida pelo CIP, nos seus setores de atuação: industria, comercio e serviços.

Tecnicos da entidade definem os novos mecanismos como parte de um sistema de controle mais rigoroso, que implicará numa fiscalização minuciosa de todos os aumentos de custos, apresentados pelas empresas, para reivindicar elevação de preços. O objetivo dessa fiscalização é eliminar todos os componentes derivados da inflação de demanda, repassando para o consumidor apenas a elevação de custos comprovada.

Acrescentam as mesmas fontes que o governo está totalmente empenhado numa politica de reversão de expectativas, na area de preços, visando a pôr fim à especulação e aos aumentos desordenados, que ocorreram nos três primeiros meses deste ano.

AÇOS SOBEM

Entre os mais importantes itens a serem examinados dia 19, está o pedido de aumento de 30 por cento para os aços especiais, formulado pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia. Dirigentes dessa entidade estiveram reunidos ontem, com o secretario executivo do CIP, mas nada quiseram declarar ao termino do encontro.

Por outro lado, porém, fontes do Conselho Interministerial de Preços confirmaram que o aumento está na pauta, para sexta-feira, acrescentando que "não há, ainda, um nivel fixado", porque os custos apresentados pelas empresas estão sendo analisados. Quanto à possibilidade do reajuste atingir 30 por cento, afirmaram que "qualquer um pode pedir quanto quiser".

"O que não está garantido — concluiram — é que o pedido seja atendido".

A Camara dos Deputados aprovou ontem, em regime de urgencia, projeto de lei do governo que transfere para os Ministerios do Planejamento, da Fazenda, dos Transportes e da Agricultura as atribuições relativas à politica nacional de abastecimento, até agora concentrada no Conselho Monetario Nacional, cuja estrutura foi modificada.

O Ministerio da Agricultura passa a ser o coordenador da politica de abastecimento, que foi alterada em função das transformações estruturais registradas na economia brasileira, as quais, segundo a mensagem governamental, justificam uma revisão das atribuições e da composição do Conselho Monetario Nacional, que foi até agora o responsavel por esse setor.

AVALIAÇÕES.

Se voce quer avaliar seu imovel, consulte quem tem 39 anos de experiencia no assunto.

Faz 39 anos que a Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo trabalha com valores de imóveis. Ela faz avaliações industriais e de imóveis para todos os fins. Reavaliação de ativo. Fusões. Incorporações. Inventários. Acordos. Reajuste de aluguéis. Compra e venda. E tudo isso em qualquer ponto deste país. Consulte a Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo. Ninguém entende tanto do assunto.

BOLSA DE IMÓVEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
Av. Paulista, 1754 - Térreo
Tels. 287-7348 e 287-7471 - São Paulo.

LETRAS DE CÂMBIO COM RENDA MENSAL.
(renda certa todo mês)

GRUPO FINANCEIRO NOVO RIO
Serviços Integrados
São Paulo: Rua Barão de Itapetininga, 163 - 1.º andar.

Política monetária

Outros pontos que mereceram "especial atenção" do governo, segundo Simonsen, serão a politica monetária e a politica de controle de preços, pelo Conselho Interministerial de Preços — CIP". Admitiu que, com relação à politica monetária, houve, em 1973, um excesso de expansão dos meios de pagamento, aproximadamente da ordem de 47 por cento, percentual que deverá se reduzir, este ano, a um máximo de 35 por cento.

"Não se trata de tratamento de choque — enfatizou — mas de uma simples redução das pressões monetárias sobre os niveis de demanda dos preços".

Com relação ao CIP — frisou — "uma vez vencida a fase heróica dos reajustamentos (primeiro trimestre de 74), o governo vai fixar uma estratégia de modelação dos reajustamentos de preços, exigindo que as industrias absorvam uma parte dos aumentos dos custos dos insumos pela melhoria da produtividade. Paralelamente, será levado em conta o fato de que as altas futuras dos custos de matérias-primas devem ser sensivelmente inferiores às registradas nos ultimos dois meses. "Isso significa — observou — que se a industria, apesar de todas as suas vicissitudes, apresentou um balanço bem lucrativo, ela não deve ter muito do que se queixar".

Ainda com relação ao CIP, destacou o ministro da Fazenda que será tentado o nivelamento de preços nacionais e internacionais de determinados produtos, que hoje têm um preço no fabricante nacional e outro, muito mais elevado, quando são importados, mesmo com alíquota zero. "Como consequência dessa situação anormal, sempre surgem intermediários que auferem lucros e provocam a elevação dos preços do mercado".

O nivelamento de preços — preço médio entre as diferentes cotações de um mesmo produto — deverá se processar da seguinte forma: obrigar as industrias a importar e fazer a mistura da parcela nacional e da importada, para a fixação do preço medio; e criar, se necessário, um pequeno subsídio para a importação, a fim de nivelar os preços dispares.

MERCADO INTERNO

Simonsen entende que é necessária muita cautela no processo de ativação do mercado interno, "pois a economia, como a natureza, não dá saltos". Em consequência, julga que "quando se tenta, de maneira brusca, melhorar o mercado interno e o padrão de vida da população, de um modo geral, em proporção superior àquela permitida pela renda per capita, sobrevém a inflação, e nada mais".

A partir desta colocação, o ministro da Fazenda concluiu que o crescimento do mercado interno — que a seu ver tem se verificado em taxas elevadas — depende muito mais do desempenho econômico do País do que de uma politica salarial específica. Ao analisar as implicações da politica salarial e da ativação do mercado interno, na distribuição de renda, Simonsen atribuiu especial importancia ao fator educação. Sublinhou que aqueles que tiveram um tipo de estrutura de formação de mão-de-obra, que os transformaram em fator escasso, tendem a auferir rendimentos muito superiores aos que não tiveram a mesma formação e, por essa razão, se transformaram em fator abundante, como é o caso da mão-de-obra não especializada. Tal quadro foi definido pelo ministro da Fazenda, não como uma injustiça social, mas como resultante "de uma força de mercado". Assinalou que, depois de 1964, a multiplicação de oportunidades tem crescido, e a tendência natural é a formação cada vez maior de mão-de-obra qualificada, com uma consequente melhoria na distribuição da renda.

Simonsen anunciou, ainda, que o governo vem estudando com a maior preocupação o Seguro Rural, "que será realmente um seguro e não uma simples subvenção".

BANCO REAL DE INVESTIMENTO, S.A.

C.G.C. 60.770.336/001
SÃO PAULO - SP

COMUNICAÇÃO

De acordo com os dispositivos da Resolução n.º 245 e da Circular n.º 197, do Banco Central do Brasil, comunicamos ao público em geral o seguinte:

FINANCIAMENTO DE CAPITAL FIXO OU DE GIRO:
taxa de 29% a.a. capitalizados + ISOF.

A DIRETORIA
BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.

COMPANHIA REAL DE INVESTIMENTO
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

C.G.C. 17.167.412/001
SÃO PAULO - SP

COMUNICAÇÃO

De acordo com os dispositivos da Resolução n.º 245 e da Circular n.º 197, ambos do Banco Central do Brasil, de 16 de janeiro de 1973, comunicamos ao público em geral que a nossa taxa máxima de aplicação atualmente é a seguinte:

FINANCIAMENTO DE BENS DE CONSUMO E PRODUÇÃO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:
2,845% ao mês Tabela Price, ou custo efetivo de 40,02% a.a. (fator para 24 meses: 0,058065).

A DIRETORIA
COMPANHIA REAL DE INVESTIMENTO
Crédito, Financiamento e Investimentos

ACAUAN

MINERAÇÃO ACAUAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES: 08.136.809
AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA
CONFORME ALVARA N.º 704 DE 19/09/69
CAPITAL AUTORIZADO Cr$ 10.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO Cr$ 10.000.000,00

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem a Diretoria submeter à sua apreciação o Balanco Geral da empresa levantado em 31-12-73, demonstração da conta de Lucros e Perdas, pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercicio findo na data supra. Igualmente tecerá a seguir comentários sobre as atividades da empresa durante o ano próximo findo e algumas projeções para o corrente exercício, colocando-se à disposição para informações complementares requeridas por V. Sas.

Sem chegar a ser critico, o ano recém-findo foi bastante dificil, exigindo todo o empenho para que a industria conseguisse alcançar a produção programada. Especialmente durante o segundo semestre, a escassez de insumos e materiais em geral, notadamente explosivos, produtos siderúrgicos e lubrificantes, criou dificuldades inesperadas para a operação normal da mina. Simultaneamente, o êxodo de operários para o Centro-Sul do país e, em plano segundo, para as atividades agropecuárias na própria região, dificultou os esforços para a melhoria da produtividade. Assim, estes tiveram de ser redobrados, visando manter a ascen- [illegible] dos custos dentro de limites razoáveis, apesar da alta dos principais insumos a percentuais desproporcio- [illegible] em comparação com o indice inflacionário previsto para o exercício. Graças ao incremento da produ- [illegible] de concentrados e de suas vendas, acrescidas em 7% e 9%, respectivamente, em relação às médias de [illegible] os custos apresentaram uma variação satisfatória, representada por uma majoração de 3,9% sobre o crescimento durante o período anterior.

Entre os novos investimentos efetuados, cabe mencionar a construção de um terceiro circuito de concentração e beneficiamento mineral. Destina-se ao auxilio dos circuitos principais, évitando paralisações do processo produtivo durante os serviços de manutenção destes, bem como ao beneficiamento de minérios residuais e de baixo teor.

Se, por um lado, as perspectivas não se afiguram alentadoras para o corrente ano, no que tange à estabilização dos custos, em consequência da já apontada escassez universal dos materiais de consumo, pelo menos as ultimas semanas de 1973 registraram um tímido fortalecimento das cotações do tungstênio, embora ainda distante dos niveis de 1969-1970, quando a companhia iniciou sua atividade. As licitações mensais para a venda de apreciáveis quantidades de concentrados por parte da General Service Administration (G. S. A.), órgão do governo dos EE. UU., programadas para durar ainda muitos anos, não contribuem para uma recuperação mais vigorosa do mercado internacional. Mesmo assim, o avanço das cotações tem registrado progresso neste princípio de ano, o que justifica um moderado otimismo por parte daqueles que lavram Scheelita no Nordeste, com vistas a uma remuneração mais condizente com as crescentes dificuldades técnico-econômicas na extração e industrialização primária do produto.

É de se destacar que a empresa figurou na primeira relação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, a merecer a declaração formal da conclusão do projeto e do seu funcionamento normal a partir de 30-8-1972, expresso por ofício n.o 10.[illegible]/73 datado de 26-6-1973. O reconhecimento oficial do êxito do empreendimento, com sua exequibilidade econômica comprovada desde 1970, através dos sucessivos relatórios financeiros, foi recebido como um prêmio por todos que fazem a empresa — operários, técnicos e dirigentes.

Registre-se também a continuação do clima de eficaz colaboração, merecida por parte dos Poderes Publicos, fornecedores, bancos, clientes e amigos, aos quais a empresa apresenta seus sinceros agradecimentos.

Currais Novos, 28 de fevereiro de 1974.

José Bezerra de Araujo — Diretor-Presidente
Ingo Neukrans — Diretor
Celso Lafer — Diretor

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ATIVO

	Cr$	Cr$
DISPONIVEL		
Bens numerarios	8.000	
Depositos bancarios a vista	955.721	
		963.721
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		
Contas a receber de clientes	2.502.507	
Outras contas a receber	747.635	
Estoques (Nota 1)		
Produtos elaborados	1.183.554	
Materiais secundarios	1.930.129	
		6.502.825
Total ativo corrente		7.466.546
IMOBILIZADO		
Imobilizações tecnicas (Nota 2)	6.145.060	
Imobilizações financeiras		
Investimentos em outras empresas, depositos para investimentos, cauções permanentes e emprestimos compulsorios, ao custo	921.600	
		7.066.660
PENDENTE		
Despesas de prospecção e implantação, menos amortização de Cr$ 1.444.255	1.024.021	
Despesas diferidas	175.956	
		1.199.977
		15.733.183
COMPENSAÇÃO		12.466.202
		28.199.385

PASSIVO

	Cr$	Cr$
EXIGIVEL A CURTO PRAZO		
Fornecedores	[illegible]	
Instituições financeiras	[illegible]	
Imposto de renda (Nota 4)	407.791	
Obrigações tributarias e sociais	[illegible]	
Outras contas a pagar	[illegible]	
Total passivo corrente		[illegible]
PATRIMONIO LIQUIDO		
Capital autorizado — Cr$ 10.000.000, subscrito e integralizado (Nota 3)	10.000.000	
Reservas restritas		
Correção monetária do ativo imobilizado (Nota 2)	[illegible]	
Reserva legal	[illegible]	
Reserva para aumento de capital (Nota 4)	490.380	
Reserva livre		
Reserva geral	[illegible]	
	[illegible]	
Lucros acumulados (Quadro II)	408.503	
		[illegible]
		15.733.183
COMPENSAÇÃO		12.466.202
		28.199.385

Demonstração de Resultados e de Lucros Acumulados Exercício findo em 31 de dezembro de 1973

	Cr$	Cr$
VENDAS		17.727.012
Menos: imposto faturado		306.256
		17.420.756
CUSTO DE VENDAS		10.533.518
Resultado bruto		6.887.238
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas	1.247.502	
Com vendas	1.292.334	
Tributárias	616.775	
Pesquisas minerais	570.512	
Amortização de despesas de implantação	493.655	4.220.768
Resultado operacional		2.666.470
RECEITAS (DESPESAS) NAO OPERACIONAIS		86.371
Lucro do exercício, antes do imposto de renda		2.752.841
IMPOSTO DE RENDA (Nota 4)		407.791
Lucro liquido do exercício		2.345.050
LUCROS ACUMULADOS		
Saldo no início do exercício		2.838.269
		5.183.319
Apropriações:		
Dividendos distribuidos	4.191.702	
Reserva legal	92.734	
Reserva para aumento de capital (Nota 4)	490.380	4.774.816
Saldo a disposição da assembléia geral (Quadro I)		408.503

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 1973

NOTA 1 — ESTOQUES

Os estoques estão demonstrados pelo custo médio de compra ou produção, os quais são inferiores ao custo de reposição e/ou mercado.

NOTA 2 — IMOBILIZAÇÕES TECNICAS

	Custo Cr$	Correção monetária Cr$	Total Cr$
Benfeitorias	[illegible]		[illegible]
Equipamentos	[illegible]	677.[illegible]	[illegible]
Instalações	[illegible]	285.524	[illegible]
Veiculos	[illegible]	94.061	[illegible]
Móveis e utensílios	[illegible]	29.1[illegible]	[illegible]
Ferramentas	[illegible]	20.770	[illegible]
	[illegible]	1.317.982	[illegible]
Depreciação acumulada	[illegible]	483.197	[illegible]
	[illegible]	834.385	[illegible]
Obras em andamento	[illegible]	—	[illegible]
	[illegible]	834.385	6.145.060

Foi procedida em 1973 a correção monetária do custo histórico e da respectiva depreciação do ativo imobilizado de acordo com a legislação específica. O aumento líquido de Cr$ 8[illegible] decorrente da correção monetária contabilizada no exercício foi adicionado ao saldo remanescente da conta específica, a fim de ser utilizado em futuro aumento de capital.

A depreciação de Cr$ 1.[illegible] constituída no exercício, foi calculada pelo método linear sobre os valores de custo e das correções monetárias, sendo que Cr$ 1.432.080 foram absorvidos no custeio da produção e o restante nas demais contas de resultados.

NOTA 3 — CAPITAL

O capital subscrito da companhia foi aumentado no decorrer do exercicio em Cr$ 685.107, assim integralizado:

	Cr$
Reserva proveniente de isenção parcial do imposto de renda	590.981
Reserva livre	94.126
	685.107

O capital subscrito e integralizado está representado por 10.000.000 ações do valor nominal de Cr$ 1 cada, das seguintes classes:

	Recursos próprios	Recursos de incentivos fiscais
Ordinárias, nominativas	6.868.354	1.424.999
Preferenciais, nominativas	281.646	1.425.001
	7.150.000	2.850.000

As ações preferenciais não têm direito a voto, todavia gozam de um dividendo preferencial, não cumulativo, de 6% ao ano e prioridade quanto ao reembolso de capital. As ações subscritas com recursos de incentivos fiscais são intransferiveis pelo prazo de cinco anos, contados a partir da data em que, a juizo da SUDENE, o projeto alcançar a fase de funcionamento normal.

NOTA 4 — IMPOSTO DE RENDA

De acordo com o Decreto n.o 64.214/69, a companhia goza de uma isenção de 50% do imposto de renda, isenção essa que no exercicio de 1973 importou em Cr$ 490.380. Do valor do imposto devido, Cr$ 407.791 correspondendo a 74% foram provisionados para o imposto de renda a pagar, podendo o remanescente (26%) ser aplicado em projetos aprovados e merecedores de incentivos fiscais.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ilmos. Srs. Acionistas
Mineração Acauan Industria e Comércio S. A.

Examinamos com a colaboração dos auditores independentes, os documentos do exercicio findo em 31 de dezembro de 1973 que nos foram apresentados pela Diretoria da empresa, para fins do Artigo 127 inciso III, do Decreto-Lei n.o 2627, de 1940.

Baseados no exame efetuado e nas informações e explicações obtidas da Diretoria, somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação dos senhores Acionistas.

Currais Novos, 25 de fevereiro de 1974.
Carlos de Souza Carvalho
Marcos José de Almeida Lins
José Roberto Dowsley Correia de Amorim

PRICE WATERHOUSE PEAT & CO.
Praça Machado de Assis, 63 — 13.o and. — Correspondencia: Caixa Postal 317. 50000 Recife, PE

25 de fevereiro de 1974

Ilmos Srs. Diretores
Mineração Acauan Industria e Comercio S. A.

Examinamos o balanço patrimonial da Mineração Acauan Industria e Comercio S. A. levantado em 31 de dezembro de 1973 e a correspondente demonstração de resultados e de lucros acumulados do exercicio findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos tecnicos de auditoria na extensão que julgamos necessaria segundo as circunstancias.

Somos de parecer que as referidas demonstrações são fidedignas demonstrações da posição financeira da Mineração Acauan Industria e Comercio S. A. em 31 de dezembro de 1973 e do resultado das operações do exercicio de conformidade com principios contabeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercicio anterior.

Contador Responsavel
MOACYR SAMPAIO BASTOS
CRC PE 5257 "S" — RN

PRICE WATERHOUSE & CO.
CRC SP 160 "S" — RN

ANEXO F

Déficit não conterá uma acentuada expansão

Da Sucursal de BRASILIA

A economia brasileira, apesar da pressão inflacionária decorrente da alta do preço do petróleo e de várias matérias-primas, que provocaram já déficit de dois bilhões de dólares na balança comercial, neste ano, continua funcionando a plena carga, devendo apresentar este ano um crescimento de, pelo menos, 10%. As reservas cambiais do País, que somam hoje 6,2 bilhões de dólares, dão uma tranquilidade invejável ao Brasil, que surge hoje, perante as nações mais desenvolvidas do mundo, como uma das áreas mais atrativas para os investidores internacionais.

Essas as principais declarações feitas ontem pelo ministro Mário Henrique Simonsen, na Comissão de Economia e de Finanças do Senado. Admitiu o ministro que a inflação, no primeiro semestre do ano, foi de 20%, mas a tendência é declinante para o próximo semestre. A produção agrícola crescerá de 8%, a produção da industria automobilistica aumentou, em seis meses, de 27,6%, e a de aço, de 8,4%. Esses índices mostram que a economia brasileira está se comportando bem, enfrentando com êxito o impacto da crise mundial, que inquieta praticamente a todos os países.

O Brasil, concluiu, segue uma linha econômica "pragmática', buscando metas prioritárias, como a do crescimento do produto real, melhoria da distribuição da renda, contenção da inflação, neutralização das distorções e o equilíbrio do balanço de pagamentos. Simonsen anunciou, ainda, a intenção do governo de criar um fundo para melhor distribuição da receita do ICM.

O crescimento continuará alto

E' o seguinte o texto do pronunciamento feito ontem perante as Comissões de Economia e de Finanças do Senado, pelo ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen:

"Um exame preliminar do comportamento da economia brasileira no primeiro semestre de 1974 reflete de imediato os seguintes aspectos:

A) A manutenção de alto ritmo de crescimento da produção agricola e industrial; B) O aumento explicito da taxa inflacionaria para cerca de 20 por cento, nos primeiros seis meses; C) Um deficit na balança comercial, da ordem de dois bilhões de dolares; e D) Uma diminuição da liquidez real, gerando a sensação de uma politica de aperto de credito.

O primeiro aspecto — a manutenção de alto ritmo de crescimento economico — nos situa como admiravel ilha de progresso no atual panorama mundial. Os outros três aspectos — o aumento da taxa inflacionaria, o deficit na balança comercial e o aperto da liquidez real são sintomas incomodos, que levam os menos informados a imaginar que o Brasil já não repete o excelente desempenho econômico dos ultimos anos.

Um pouco de reflexão, no entanto, nos leva a duas conclusões: A) O recrudescimento temporario da inflação, a compressão da liquidez real e o deficit na balança comercial são os reflexos da adaptação da economia brasileira ao novo panorama mundial; e B) Os primeiros meses de 1974 representaram um periodo atipico, tudo indicando que, daqui por diante, continuaremos a crescer em ritmo acelerado, contendo a inflação em niveis satisfatorios e mantendo o adequado equilibrio no balanço de pagamentos e no endividamento externo.

ALTA DO PETRÓLEO É A CAUSA

Comecemos, pois, analisando o atual panorama economico mundial. Os dois aspectos mais dramaticos da atual conjuntura internacional são as taxas de inflação e os desequilibrios no balanço de pagamentos resultantes da crise do petroleo. O quadro abaixo apresenta as taxas de inflação (em porcentagens), registradas em alguns paises nos ultimos doze meses:

País	Aumento do custo de vida	Aumento dos preços no atacado
Estados Unidos	10,2	20,1
Inglaterra	13,5	15,7
França	13,0	29,6
Itália	14,0	23,7
Japão	23,9	35,5
Alemanha	7,1	11,6
Suiça	10,0	11,0
Brasil	27,3	29,9

A inflação mundial encontra três explicações básicas: A) Os aumentos autônomos de custos, derivados da elevação dos preços do petróleo; B) Os fenômenos de realimentação e as pressões de reajuste de salarios pelos sindicatos e C) A resistencia dos governos em adotar medidas de contenção monetária e fiscais que possam, num primeiro impacto, causar uma onda de desemprego.

Certamente, a Alemanha hoje figura como o país mais ortodoxo em termos de contenção monetária e fiscal. Graças a isso, a sua taxa inflacionária é a menor do mundo desenvolvido, o seu balanço de pagamentos se vem mantendo superavitario e as suas reservas internacionais subiram a 34 bilhões de dolares. Contudo, o quadro desse país parece peculiarmente favoravel à politica antiinflacionaria. Primeiro porque o povo alemão, desde a famosa hiperinflação de 1923, nutre a mais absoluta ojeriza às altas cronicas de preços, segundo, porque o desemprego resultante das medidas de contenção monetarias e fiscais atinge principalmente os imigrantes que são repatriados para seus países de origem.

Vejamos agora o problema do balanço de pagamentos. Em 1973 os paises exportadores de petroleo apresentaram um superavit em conta corrente de 6,1 bilhões de dolares. Os paises industrializados, na sua condição natural de exportadores de capitais, tiveram um superavit de 11,2 bilhões de dolares. O somatorio desses saldos evidentemente financiou o deficit em conta-corrente dos paises em desenvolvimento, estruturalmente absorvedores de capitais estrangeiros.

Com a alta dos preços do petroleo, as cifras previstas para 1974 se alteraram de forma dramatica. O superavit em conta-corrente dos paises exportadores de petroleo deverá atingir a 65,8 bilhões de dolares, isto é, quase 60 bilhões a mais do que em 1973. Segue-se, por definição, que esse será o deficit adicional do resto do mundo. E os paises industrializados, que no ano passado exibiram um saldo positivo de 11,2 bilhões de dolares na sua conta-corrente deverão, esse ano, apresentar um deficit de nada menos do que 38 bilhões de dolares.

Por definição, a soma algebrica dos saldos em conta-corrente de todos os paises é nula e, portanto, se algum país apresenta um deficit, algum outro deve apresentar um superavit capaz de financiá-lo. Assim, é obvio que, de uma forma ou de outra, os paises da OPEP irão financiar o resto do mundo pelos preços adicionais cobrados pelo petróleo. Contudo, é preciso notar que os fluxos financeiros se equilibram contabilmente após apreciaveis desequilibrios de comportamento. Nenhum país olha exclusivamente para o seu balanço total de pagamentos, mas também para a sua posição em conta-corrente. Obter divisas via maiores exportações ou menores importações não é o mesmo do que obter divisas via empréstimos externos.

E' natural, assim, que os paises industrializados adotem medidas destinadas a abrandar os seus deficits em conta-corrente. E a situação se agrava pelo fato de que a maior parte dos saldos dos paises árabes tem sido aplicada no mercado financeiro internacional em depósitos a curto prazo. Tendo em vista as enormes somas de dinheiro envolvidas, isso obriga os bancos a agirem perigosamente — emprestando a longo prazo com depósitos supostamente rotativos a curto — ou a obrigarem, os paises a se endividarem com pouca prudencia quanto aos prazos.

As medidas naturais de que um país dispõe para reduzir o seu deficit em conta-corrente são três: a) as desvalorizações cambiais; b) o aumento do protecionismo; c) a contenção da demanda interna pela austeridade monetaria e fiscal.

O defeito dessas medidas é que elas funcionam com extrema eficácia quando um país as aplica isoladamente, mas não quando todo o mundo as resolve utilizar ao mesmo tempo. Os orgãos internacionais, como o FMI, são bastante uteis em conter os exageros dessa medidas retaliatórias. Contudo, do ponto de vista pragmático, parece claro que, enquanto perdurar a crise do petróleo, teremos que enfrentar um pesado protecionismo mundial e um crescimento economico global pouco favorável à ampliação dos mercados.

E' claro que esse novo panorama mundial teria que, de alguma forma, se refletir sobre o comportamento da economia brasileira. Nosso primeiro cuidado tem sido o de evitar qualquer reflexo negativo no comportamento do produto real e, quanto a esse ponto, os resultados até agora conseguidos são extremamente auspiciosos. A produção agricola no corrente ano deverá superar no minimo em 8 por cento e, talvez, em 10 por cento ou mais a registrada em 1973. De janeiro a maio do corrente ano, a produção automobilistica superou em 27,6 por cento a de igual periodo do ano anterior, para os eletro-domesticos, o aumento foi de 19,7 por cento; para os eletronico-domesticos, 38,2 por cento para a gasolina A e o oleo diesel, os aumentos foram de, respectivamente, 12,7 por cento e 8,5 por cento; para o cimento "portland", 17,4 por cento; para a barrilha, 20,3 por cento; para o aço em lingotes, 8,4 por cento. E o consumo de energia eletrica elevou-se de 14,7 por cento. Essas cifras demonstram que a economia brasileira continua funcionando a pleno vapor e que, em 1974, o nosso produto real deverá continuar crescendo de 10 por cento ou talvez até um pouco mais.

INFLUENCIA INTERNACIONAL

No que tange a alta de preços, não havia como evitar o impacto do novo quadro economico internacional. Registrou-se, em primeiro lugar, o impacto direto pelo aumento dos preços dos produtos importados. Tomando-se como referencia o periodo de janeiro a maio, os preços de importação de 1974 excederam em 55,6 por cento os de 1973, se medidos pelo criterio de Paasche, e em 66,9 por cento se medidos pelo criterio de Laspeyeres. Assim se pode afirmar, aproximadamente, que a media das importações brasileiras custa hoje 60 por cento mais do que há um ano atrás.

Um segundo impacto mais sutil processou-se através da politica monetaria. Em 1973 a economia brasileira conseguiu três exitos notaveis: um crescimento do produto real de 11,4 por cento; a contenção do aumento geral de preços em 15,5 por cento e um superavit no balanço de pagamentos de 2,3 bilhões de dolares, o qual elevou o nosso nivel de reservas externas a 6,4 bilhões de dolares em 31 de dezembro de 1973. A acumulação de reservas, que hoje nos situa como o setimo país do mundo em liquidez internacional provou-se da mais absoluta importancia diante do novo quadro da crise do petroleo. Graças ao alto nivel de reservas desfrutamos hoje da maior credibilidade externa que nos permite equacionar com uma tranquilidade de que poucos países dispõem, os dificeis problemas no balanço de pagamentos. Contudo, o superavit de 2,3 bilhões de dolares em 1973 levou a expansão de meios de pagamento muito acima das previsões, situando-a em 46,8 por cento.

Se tomarmos como base a teoria quantitativa da moeda, que embora apenas aproximada serve como um indicador de ordens de grandeza, um crescimento do produto real de 11,3 por certo e uma inflação de 15,5 por cento justificariam um aumento de meios de pagamento de 28,6 por cento. A expansão de meios de pagamento de 46,8 por cento deixava assim um residuo de 14,2 por cento de excesso de demanda que, a qualquer momento, iria refletir-se sobre o nivel de preços.

O ano de 1974 iniciou-se assim com a superposição de duas componentes inflacionarias, acima daquilo que se deveria considerar a inflação brasileira normal: a pressão altista dos preços internacionais e a pressão de procura gerada pelo excesso da expansão monetaria de 1973. A crescente fuga aos controles de preços com o desenvolvimento das praticas de mercado negro, a escassez de materias-primas e o aparecimetno de varios pontos de estrangulamento numa produção industrial que se expandia avidamente, a valorização desenfreada de terras e imoveis e o aumento de 37 por cento no volume fisico das importações de janeiro a maio eram sintomas tipicos de uma demanda superexcitada.

A escalada dos preços nos primeiros meses de 1974 era, pois, inevitavel, e as taxas mensais de inflação se foram agravando até chegar a cerca de 5 por cento em abril. O governo, contudo, tratou de estabelecer um programa rigoroso de contenção de pressões inflacionarias de modo a que, ultrapassada a fase atipica de adaptação, o ritmo de ascensão de preços voltasse a niveis compativeis com o registrados em 1972 e 1973. Esse programa baseou-se em cinco pontos essenciais: a) a manutenção do equilibrio orçamentario, pelo cuidadoso policiamento das receitas e despesas da União; b) o cumprimento de um orçamento monetario que limitasse em 35 por cento a expansão dos meios de pagamento durante o corrente ano; c) a manutenção dos criterios de politica salarial; d) a limitação em 15 por cento dos reajustes dos preços governamentais, salvo em casos excepcionais autorizados pelo presidente da Republica; e) a adequada utilização de controles de preços pelo CIP e pela Sunab de modo a evitar as manobras altistas decorrentes de praticas de oligopolio e de reativação das expectativas inflacionarias.

Esse programa vem sendo cumprido à risca. De janeiro a maio a receita da União foi de 25,9 bilhões de cruzeiros, ultrapassando em 42 por cento a receita arrecadada em igual periodo de 1973 e em 8 por cento a orçada para os primeiros cinco meses de 1974. A despesa, até agora limitou-se a 21,9 bilhões, deixando um superavit de 4 bilhões de cruzeiros. Esse superavit é puramente estacional, já que o ritmo das despesas deve acelerar-se nos proximos meses, mas serve como garantia de que chegaremos ao fim de 1974 com o orçamento praticamente equilibrado.

O orçamento monetário, embora apenas formalmente aprovado em 15 de maio, foi elaborado com base nos dados até março, e praticamente posto em vigor a partir de abril, de modo que já se pode aferir o resultado de dois meses de sua execução. Os numeros até agora obtidos mostram a extrema proximidade entre os valores verificados e os orçados, como se depreende do quadro abaixo:

Posição em 31 de maio|74 (Cr$ milhões)

Item	Verificada	Orçada	Diferença Percentual
Papel moeda emitido	19.050	19.600	—2,3
Papel em circulação	18.384	19.000	—3,2
Base monetaria	45.012	44.972	+0,1
Meios de pagamento	97.216	96.824	+0,4
Emprestimos do Banco do Brasil ao setor privado	52.447	53.692	—2,3
Emprestimos dos bancos comerciais ao setor privado	84.050	82.200	+2,2
Empréstimos totais ao setor privado	136.497	135.892	+04,4

No que tange aos controles de preços, o CIP vem procurando aperfeiçoar gradualmente os seus mecanismos de reajustes de modo a obedecer a três principios: a) os controles devem assegurar satisfatoria margem de lucratividade às industrias, de modo a manter os estímulos a expansão da sua produção e dos investimentos; b) parte dos aumentos do custo dos insumos deve ser absorvida pela melhoria de produtividade, como elemento fundamental de uma estratégia de amortecimento do ritmo inflacionário; c) os controles não dévem desequilibrar a oferta e a procura, sob pena de se frustrarem por manobras de aumento de preços na fase de comercialização. Quanto à Sunab, as recentes listas de preços máximos para os supermercados exerceram impacto decisivo para a inversão das tendencias dos custos de alimentação.

Graças a essas medidas, o quadro inflacionista causa hoje bem menores apreensões do que há dois meses atrás. Em maio o declínio do ritmo inflacionário foi documentado na maioria dos índices, inclusive no do custo de vida da Guanabara, que registrou um aumento de 2,4 por cento contra os 4,3 por cento de abril. E, nas ultimas cinco semanas, o aumento do custo de vida na Guanabara limitou-se a 1,66 por cento, tendo o custo de alimentação aumentado de apenas 0,43 por cento. Podemos assim esperar a normalização do ritmo inflacionário a partir de agora, contendo-se para os próximos doze meses a taxa de aumento de preços em níveis semelhantes aos registrados em 1972 e 1973.

Diga-se, de passagem, apesar da ascensão dos preços a um novo patamar nos primeiros meses de 1974, a nossa posição relativa no quadro inflacionário mundial é bastante satisfatória. Primeiro porque continuamos expandindo o nosso produto real a taxas extremamente elevadas, enquanto que o quadro internacional é o de recessão ou crescimento lento. Segundo, porque dispomos dos neutralizadores das distorções inflacionárias — a correção monetária e a taxa flexivel de cambio — os quais tornam uma inflação de 20 por cento no Brasil muito menos nociva do que uma alta de preços de 10 por cento nos Estados Unidos ou na Europa Ocidental. Diga-se, de passagem, o nosso sistema de indexação hoje desperta a curiosidade mundial e não são poucos os economistas que defendem a utilização dos neutralizadores brasileiros nos países desenvolvidos hoje assolados pela inflação.

O aperto de liquidez real, que alguns confundem com um retorno à metodologia do "tratamento de choque", é apenas o reflexo natural da primeira fase do combate à superexcitação da demanda. Nos cinco primeiros meses de 1974 os principais indicadores monetários evoluiram na forma descrita no quadro abaixo:

Posição verificada em milhões de cruzeiros

Item	31.5.74	31.12.73	Variação P./C.
Papel-moeda emitido	19.050	19.150	— 0,5
Papel-moeda em circulação	18.384	18.384	0,0
Base monetária	45.012	40.776	+ 10,4
Meios de pagamento	97.216	90.490	+ 7,4
Empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado	52.447	45.422	+ 15,5
Empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado	84.050	73.902	+ 13,7
Empréstimos totais ao setor privado	136.497	119.324	+ 14,4

Entre 31 de dezembro de 1973 a 31 de maio de 1974 os meios de pagamento aumentaram 7,4 por cento e os empréstimos bancários ao setor privado 14,4 por cento. Tendo em vista o aumento de preços nos primeiros meses do ano e o alto nivel de atividade economica, era inevitável a sensação de uma queda de liquidez real. O problema é que, se essa queda não ocorresse, o ritmo inflacionário tenderia a perpetuar-se. não a declinar. De 31 de maio a 31 de dezembro, segundo as projeções do orçamento monetário, os meios de pagamento deverão aumentar 25,7 por cento e os empréstimos ao setor privado 23,4 por cento. Diante de uma taxa inflacionária bem menor, essas cifras garantirão o adequado aumento de liquidez real da economia. Isso demonstra claramente que a metodologia de combate à inflação continua sendo a gradualista, e que o aparente mini-choque dos ultimos meses representava simples fenomeno de adaptação numa fase em que era necessário conter a superexcitação da procura.

Examinemos agora os impactos do quadro economico mundial sobre o nosso balanço de pagamentos. Se não houvesse a crise do petróleo, o nível normal de deficit no nosso balanço de pagamentos em conta-corrente, o qual indicaria a absorção liquida anual de capitais estrangeiros, seria da ordem de dois bilhões de dólares. Com a crise do petróleo, pode-se esperar que essa cifra suba a cerca de quatro bilhões de dólares, dos quais um bilhão cobertos por investimentos diretos e três bilhões pelo acréscimo da divida externa. A questão natural a indagar e até que ponto essa absorção se pode considerar viável sem comprometer o País pelo excesso de endividamento externo.

As projeções de endividamento não causam maiores preocupações. É sabido que, nos ultimos anos, a dívida externa brasileira cresceu substancialmente em termos absolutos. Contudo, apesar desse crescimento jamais o País desfrutou de tanto crédito por parte dos financiadores internacionais. Como se sabe, nos primeiros cinco meses de 1974 o deficit na balança comercial ultrapassou as expectativas, levando o governo a tomar as medidas de contenção de importações anunciadas anteontem. Ainda assim, o ingresso de capitais estrangeiros de empréstimos e de risco foi o suficiente para manter intactas as nossas reservas internacionais de 6.4 bilhões de dólares. I· o significa que, embora deficitários em conta-corrente, estamos com o balanço de pagamentos absolutamente equilibrado em termos globais, apesar de impormos uma condição algo restritiva ao ingresso de financiamentos externos em moeda, qual seja, a de um prazo mínimo de amortização de dez anos.

A confiança externa se justifica pelo fato de que o simples crescimento absoluto da divida bruta pouco significa. O que interessa do ponto de vista da solvência a longo prazo é a comparação da divida liquida — isto é, da divida menos reservas — com as exportações. E, como mostram os dados abaixo, os coeficientes de endividamento liquido relativo têm melhorado substancialmente nos ultimos anos.

Ano	Divida Bruta (A)	Reservas (B)	Divida Liquida-C	Exportações (D)	Relação C/D
1964	2942	244	2698	1430	1,89
1965	2930	483	2447	1596	1,53
1966	2956	421	2535	1741	1,46
1967	3372	198	3174	1654	1,92
1968	3780	257	3523	1881	1,87
1969	4403	658	3745	2311	1,62
1970	5295	1187	4108	2739	1,50
1971	6622	1723	4899	2904	1,69
1972	9521	4183	5338	3991	1,34
1973	12882	6417	6465	6198	1,04

Fora os coeficientes globais de solvência, é importante notar que nos ultimos anos o Brasil conseguiu melhorar consideravelmente o perfil da sua dívida externa em termos de escalonamento das amortizações. Além disso, a substancial disponibilidade de reservas internacionais representa uma poderosa válvula de segurança contra eventuais acidentes no comércio exterior. Num periodo de doze meses, ainda que o Brasil não recebesse um unico centavo de capitais externos de empréstimos e de risco, as reservas de 6,4 bilhões de dólares seriam mais do que suficientes para cobrir o deficit em conta-corrente e pagar as amortizações de empréstimos. Na realidade, o governo brasileiro não tem a intenção de baixar o nível das reservas externas — mas é claro que elas representam um poderoso seguro contra uma emergencia catastrófica.

Na realidade a viabilização da política de absorção de capitais estrangeiros de empréstimo e de risco depende do adequado aumento das nossas exportações, o qual deve ser programado para os próximos anos em dois bilhões de dólares anuais. Para conseguir esse aumento temos a nosso favor a inflação mundial, mas, contra nós, o recrudescimento do protecionismo e o lento crescimento dos mercados. O que temos a fazer é conferir a maior prioridade a essa meta, pelo adequado manuseio da taxa flexivel de cambio e dos incentivos creditícios e fiscais às exportações. Estes ultimos poderão mudar de forma, para melhor conformar-se a regras do GATT, mas nunca diminuir de valor.

Com esse aumento de exportações, teremos devidamente equacionado o nosso problema do balanço de pagamentos, não obstante todas as dificuldades da conjuntura mundial. Raciocinando numa hipótese pessimista, ainda que se por cinco anos consecutivos, o nosso deficit em conta-corrente se mantivesse em 4 bilhões de dólares, dos quais 1 bilhão cobertos por investimentos diretos e 3 bilhões por acréscimo de divida, chegaríamos ao fim de 1978 com uma relação dívida liquida/exportações de apenas 1,34, o que se pode considerar excelente coeficiente de solvência global. Obviamente em toda projeção economica há formidáveis elementos de incerteza, sobretudo no atual quadro mundial. Contudo, as reservas de 6,4 bilhões de dólares nos dão uma segurança adicional: a de termos o tempo necessário para reprogramar sem choque a nossa política de balanço de pagamentos, caso as condições do comércio e do mercado financeiro internacional não correspondam as expectativas.

Em suma, o desempenho da economia brasileira, apesar dos problemas de adaptação à nova conjuntura internacional, continua refletindo uma política racional e pragmática, que não promete o impossível, mas que procura utilizar os recursos técnicos disponíveis para obter o melhor possível. Essa linha de pragmatismo responsável, que situa como metas prioritárias o crescimento do produto real, a melhoria da distribuição de renda, a contenção da inflação e a neutralização de suas distorções, a expansão das exportações e a manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos, continuará como a tônica de atuação do presente governo".

Governo explica intervenção no Halles

Um "buraco" não contabilizado, de 577 milhões de cruzeiros, foi o que levou o governo a decretar intervenção no Grupo Halles, segundo declarou ontem o ministro da Fazenda, Mario Simonsen, durante debate com dez senadores e deputados, na Comissão de Economia do Senado.

O ministro afirmou que foi preferivel privar os investidores de dois meses de liquidez do que levá-los a perder em definitivo seus investimentos, acrescentando que as autoridades monetarias estavam cientes do trauma que a intervenção causaria no mercado financeiro, antes da decretação da medida.

Interpelaram o ministro, durante duas horas de debates, os senadores Luis Cavalcante, Elvidio Nunes, Franco Montoro, José Augusto, Rui Carneiro e Dinarte Mariz e os deputados Antonio Florencio, Herbert Levy, Artur Santos e Cantidio Sampaio.

Respondendo a indagações sobre o ICM, Simonsen anunciou que a alternativa escolhida pelo governo para promover uma melhor redistribuição do imposto é a constituição de um fundo com a participação igualitaria de todos os Estados, numa proporção que poderá ser iniciada por dois por cento, elevando-se a dez por cento cinco anos depois, de forma progressiva.

Os recursos do fundo seriam então distribuidos com os Estados menos favorecidos, de modo que sua contribuição fosse amplamente superada pelos beneficios recebidos, em forma de investimentos obrigatorios em setores produtivos.

Em resposta a uma pergunta do senador Luis Cavalcante, o ministro da Fazenda manifestou-se contrario a constituição do Banco de Comercio Exterior, sob a alegação de que o Banco do Brasil, por meio da Cacex, já dispõe dos instrumentos suficientes para promover o comercio exterior do País. A alternativa — disse Simonsen — seria aperfeiçoar esses mecanismos, e nunca criar outros. Diante desta resposta, o senador afirmou que, "sendo assim, vou depositar uma coroa de flores no tumulo do meu projeto".

Simonsen afirmou também que de janeiro a maio do corrente ano o "deficit" na balança comercial alcançou 2,1 bilhões de dolares, e que as restrições recentemente impostas às importações não atingem apenas os produtos superfluos. Ressaltando a necessidade dramatica de exportar, afirmou que os incentivos poderão mudar de forma, para atender a situações especiais como a ameaça norte-americana de impor direitos compensatorios aos calçados brasileiros, mas nunca de intensidade.

Financiamento para Expansão.
Consulte o Brascan
BANCO BRASCAN DE INVESTIMENTO S.A.
São Paulo: Pça. Dom José Gaspar, 134 - 12.º and.-Tels.: 36-0899/37-6341/32-5277.

Letras de Câmbio Savena.
Seu dinheiro em boa companhia.
Quando seu dinheiro está em boa companhia, na hora de receber os lucros ele sempre volta muito bem acompanhado.
Aplique seu dinheiro em Letras de Câmbio Savena e você terá segurança e rentabilidade garantidas.
Savena s.a. Crédito, Financiamento e Investimentos.
Savena Financeira onde se entende de dinheiro.
Rua Libero Badaró, 501 - 18.º andar
fones: 37-7550, 37-8867, 32-0650, 35-3460

CARAMBEÍ INDÚSTRIA TÊXTIL CARAMBEÍ S.A.
C.G.C. n.o 71.469.621/001
Sociedade de Capital Autorizado
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA
São Convidados os senhores acionistas, para reunirem-se em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada em 10 de julho de 1974, às 13,00 horas, na sede social à Avenida Brasil, 939, São Roque, Estado de São Paulo, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
a-) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal, com referência ao desdobramento de 10.000.000 (dez milhões) de ações, resultantes do aumento do capital social autorizado de Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para Cr$ .... 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) em 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais ao portador e 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias nominativas ou nominativas endossáveis;
b-) Alteração parcial dos Estatutos Sociais;
c-) Outros assuntos do interesse da Sociedade.
Os acionistas portadores de ações preferenciais ao portador, deverão depositar na sede social da Empresa, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência as ações em seu poder, para ingresso ou participação nos trabalhos da Assembléia.
São Roque, 19 de junho de 1974.
Carlos Pereira Paschoal
D. Presidente

BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.
C.G.C. nº 60.400.512
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO
A Diretoria do Banco de Investimento do Brasil S. A. convida os Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede social, à rua do Ouvidor nº 91 - 9º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, às 9,00 (nove) horas do dia 5 de julho de 1974, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) Proposta da Diretoria, com parecer favorável dos Conselhos Consultivo e Fiscal, apresentando as bases do plano de incorporação do BANSULVEST-Banco de Investimento S. A. ao Banco de Investimento do Brasil S. A.
b) Nomeação de peritos para a avaliação do patrimônio liquido da sociedade a ser incorporada.
c) Outros assuntos de interesse social.
Rio de Janeiro, 24 de junho de 1974
BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.
Roberto Konder Bornhausen, Diretor Vice-Presidente
Hélio Marques Vianna, Diretor Vice-Presidente

BANSULVEST - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.
C.G.C. nº 92.696.293
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO
O Conselho de Administração do BANSULVEST - Banco de Investimento S. A. convida os Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede social, à rua dos Andradas nº 1351, 5º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, às 17,00 (dezessete) horas do dia 5 de julho de 1974, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
I - Proposta do Conselho de Administração, com parecer favorável do Conselho Fiscal, visando:
a) aumento do capital social mediante a capitalização de reservas;
b) incorporação do BANSULVEST - Banco de Investimento S. A. ao Banco de Investimento do Brasil S. A.
II - Tomar conhecimento da Assembléia Geral Extraordinária do Banco de Investimento do Brasil S. A. referente à Incorporação.
III - Outros assuntos de interesse social.
Porto Alegre, 25 de junho de 1974
BANSULVEST - BANCO DE INVESTIMENTO S. A.
Jorge Gerdau Johannpeter
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO G

TEMPO EM SÃO PAULO
Bom, nevoeiros pela manhã, nebulosidade variável no período. Temperatura estável. Pag. 34

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891-1927) - JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969) - FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

JULIO DE MESQUITA NETO
DIRETOR RESPONSÁVEL

Capital e Interior de São Paulo Cr$ 1,20 — ANO 95 — TERÇA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 1974 — N.º 30.454 — Domingo: Cr$ 2,00. Assinatura Cr$ 282,00

Diálogo evolui, diz D. Agnello

Da Sucursal de BRASÍLIA

O cardeal Agnello Rossi, presidente da Sagrada Congregação de Evangelização dos Povos, manteve ontem um encontro muito cordial com o presidente Geisel e, à saida, disse que podia considerar a audiência como mais um passo positivo em busca da harmonização das relações entre o governo brasileiro e a Igreja. O ex-arcebispo de São Paulo afirmou que está havendo uma evolução muito benéfica nessas relações, "em vista de um diálogo sumamente necessário, que está sendo travado para dirimir certas duvidas. "Vindo a Brasília — acrescentou o cardeal — não poderia deixar também de vir render minhas homenagens ao presidente da Republica. Foi uma visita de cortesia e quis apenas manifestar-lhe os meus sentimentos de brasileiro que vive no Exterior, dizer como o Brasil é visto lá fora e saber de que maneira posso continuar a servir ao meu país". Segundo dom Agnelo, "o Brasil vem crescendo muito no conceito internacional, se bem que ainda haja mal-entendidos".

Pormenores na página 12.

Telefoto "Estado" — Adão Nascimento

Geisel com d. Agnello: mais um passo para harmonizar relações Igreja-Estado

Isabelita define a sua linha política

Do enviado especial e do correspondente

BUENOS AIRES — O governo argentino não mudará a linha política interna e externa adotada por Juan Domingo Peron, mas continuará com todo empenho a luta para garantir a paz e a liberdade no país. Quem o diz é a presidente Maria Estela Martinez de Peron — Isabelita — que ontem de manhã iniciou suas atividades na Casa Rosada.

"O país — disse Isabelita — continua sua marcha rumo a seu destino grandioso, como previu o general Perón. Fizemos apenas uma parada no meio do caminho e retomamos a trilha da paz e liberdade, com empenho cristão, dispostos a servir à pátria com honradez e firmeza". E acrescentou: "A política nacional e internacional não sofrerá qualquer alteração. A justiça social é nossa doutrina e procuraremos cumpri-la, sem fraquezas nem concessões capazes de afetar o desenvolvimento da reconstrução nacional, na qual todos os habitantes do país têm seu posto de luta, com os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades".

Isabelita fez essas afirmações aos jornalistas que estavam à sua espera na entrada da Casa Rosada, onde chegou acompanhada de Dolores Teresa Ayerbe e de José López Rega.

Depois dessa primeira declaração oficial, Isabelita reuniu-se com os ministros da Economia, José Gelbard, do Interior, Benito Llambi, do Bem-Estar Social, López Rega, e os dirigentes da Confederação Geral do Trabalho — CGT — e Confederação Geral Economica — CGE. Nessa reunião, foi aprovado o pagamento, antes do dia 20 deste mês, do abono salarial reclamado pela CGT e aprovado no mês passado por Perón. Isabelita frisou que a concessão desse abono deixa inalterado o "pacto social" assinado no ano passado pela CGT e CGE com a finalidade de manter estáveis os preços e salários durante dois anos.

Após a reunião, Isabelita começou a receber seus assessores, para despachar os assuntos do Estado. Nessa ocasião, foi informada de que, a despeito dos seus apelos à pacificação e união, dois militantes da Juventude Peronista foram assassinados na semana passada. Uma das vítimas foi Elsa Célia Alganaraz de Roman, que morreu apunhalada na cidade de Tigre e a outra, o jovem Eduardo Romero, morto a tiros num terreno baldio, depois de ter sido sequestrado no centro de Buenos Aires. Os dois crimes, atribuídos pelos esquerdistas à direita peronista, parecem indicar que as dissensões dentro do Movimento Justicialista não sofreram alteração com a morte de Perón e serão um dos principais problemas que Isabelita terá de enfrentar, se quiser manter-se no poder.

Lopez Rega

Um dos primeiros atos de Isabelita foi confirmar López Rega no cargo de secretário particular da Presidência. A decisão foi recebida com surpresa nos meios políticos, por contradizer, pelo menos aparentemente, outra medida por ela adotada no sábado. Nesse dia, Isabelita nomeou Dolores Teresa Ayerbe sua secretária particular e foi anunciado que López Rega fora por ela afastado de todas as funções que exercia no governo, com exceção do cargo de ministro do Bem-Estar Social.

A confirmação de López Rega deixou a muitos desorientados e provocou especulações de todo tipo. Segundo alguns, com seu gesto Isabelita quis demonstrar que não se submete às pressões dos que combatem López Rega. Segundo outros, cedeu às exigências da direita peronista, embora reconhecendo que a presença de López Rega junto a ela poderá levar muitos a dizer que ele e não a presidente é quem governa a Argentina.

A notícia do afastamento de López Rega, no sábado, tinha provocado grande alívio nos meios peronistas e não peronistas, pois foi interpretada como sinal de que a presidente decidira reduzir sua influência política, a fim de eliminar um dos fatores capazes de agravar as dissensões dentro do Movimento Justicialista.

Ontem, a Juventude Peronista, de orientação esquerdista, prometeu apoiar o governo de Isabelita na medida em que "respeitar a vontade popular manifestada nas eleições de 11 de março e 23 de setembro de 1973. Em seu comunicado, a Juventude Peronista qualificou de "inimigos do processo de ligerdtação a oligarquia e o imperialismo" e criticou a politica economica, afirmando que o "pacto social" entre a CGT e a CGE deve ser reformulado, "para ser colocado a serviço dos trabalhadores explorados e não apenas dos patrões".

Guerra civil

Enquanto isso, a revista **El Combatiente**, orgão do proscrito Partido Revolucionario dos Trabalhadores, ao qual pertence o Exercito Revolucionario do Povo — ERP — afirmou que com a morte de Peron a Argentina caminha para "a generalização da luta revolucionaria, sob a forma de guerra civil aberta". A revista acrescenta que "a evolução da luta de classes aproxima-se aceleradamente do ponto critico. Essa luta levará a grandes choques armados. Marchamos, a curto ou medio prazo, para um governo contra-revolucionario civico-militar. Os politicos burgueses "liberais" prefeririam não recorrer aos militares, mas necessariamente o farão pois não lhes resta outro caminho".

Ontem, o governo argentino determinou a repatriação do corpo de Evita Peron, que se encontra na Espanha. Evita será sepultada no Panteão Nacional, cuja construção foi aprovada pelo Executivo. Ela morreu em 1952.

Pormenores e outras informações nas páginas 6 e 7.

França faz novo teste atômico

PARIS — O governo de Paris recusou-se ontem a comentar a denuncia da Austrália e da Nova Zelandia de que a França realizou uma segunda explosão nuclear no Pacifico Sul, como parte da nova série de experiências iniciada há menos de um mês, dizendo simplesmente que soube do teste por intermédio dos jornais e que nada tinha a informar sobre a questão.

Desde o reinício das provas — que deverão ser as ultimas a se realizar na atmosfera, se o presidente Valery Giscard d'Estaing cumprir as promessas que fez anteriormente —, no dia 17 ultimo, o único comentário feito por Paris sobre o assunto foi o de que boicotaria novamente as audiências do Tribunal de Justiça Internacional, de Haia, perante o qual a Austrália e a Nova Zelandia apresentaram suas denuncias.

O primeiro-ministro da Austrália, Gough Whitlam, foi o primeiro a anunciar a suposta detonação da segunda bomba francesa, mas não deu nenhuma informação sobre sua potência e a hora em que a experiência fora realizada. Num comunicado à nação, disse: "Quero reiterar o que disse a 17 de junho: que este novo ato da França preocupa grandemente o governo da Austrália e que os sentimentos deste governo e do povo deste país contra as experiências não mudaram".

Pouco tempo depois, em Wellington, o primeiro-ministro neozelandês Norman Kirk reunia a imprensa para também denunciar o fato. Kirk encerrou sua declaração dizendo: "Não quero alarmar ninguém, já que os registros foram tênues, mas há provas de que os ensaios franceses estão aumentando o nível de radiação tanto aqui como nos territórios vizinhos".

Em **Nova Delhi**, enquanto isso, o presidente da Comissão de Energia Nuclear da India, Sethna, afirmava que, ao contrário do que se anunciou na imprensa internacional, não há qualquer plano para a detonação de uma bomba de hidrogênio no país, e que isso só ocorrerá quando forem completados os estudos sobre a experiência subterranea realizada no dia 18 de maio, perto da fronteira com o Paquistão.

Spinola procura saída para crise no seu governo

LISBOA — Enquanto circulam insistentes rumores de que o primeiro-ministro Adelino de Palma Carlos, está prestes a renunciar, os partidos Socialistas e Comunista, integrantes do governo provisorio português, protestaram contra a nomeação de personalidades do regime deposto para altos cargos oficiais. Ontem, o presidente Antonio de Spinola reuniu-se com o general Reimão Nogueira, comandante da região militar de Lisboa, e em seguida convocou o gabinete. Segundo a agencia oficial ANI, as reuniões foram rotineiras.

Os partidos Socialista e Comunista criticaram a indicação de Veiga Simão, ministro da Educação do ex-primeiro-ministro Marcelo Caetano, para o cargo de representante permanente de Portugal junto à ONU. Segundo os comunistas, "essa nomeação desacreditará internacionalmente o novo regime português e dificultará a realização de uma nova diplomacia. O Partido Socialista pediu ao governo que não designe para cargos oficiais "personalidades comprometidas com o regime fascista".

Pormenores na página 5.

Militar o gabinete boliviano

LA PAZ — Após empossar seu novo gabinete, constituido exclusivamente de militares, o presidente Hugo Banzer anunciou sua decisão de "institucionalizar o país" no próximo ano.

"A partir desta data histórica — ressaltou — começa um novo periodo no qual transformaremos tudo o que não corresponda a um Estado nacional moderno. Serão fixadas bases para um processo fecundo e ininterrupto, mediante o qual a Bolívia consolidará os pilares de sua existência como Estado soberano, próspero e justo".

O novo gabinete está assim constituido: Ministro das Relações Exteriores, general Alberto Guzman; Interior, coronel Juan Pereda; Coordenação, general Juan Lechin; Finanças, coronel Victor Castillo; Defesa, general Rene Bernal; Energia, coronel Guillermo Jimenez; Educação, coronel Waldo Bernal; Trabalho, coronel Mario Vargas; Industria, coronel Miguel Ayoroa; Transportes, capitão Walter Nuñez.

Mais informações na página 7.

Perón recorda vida no pampa

Na segunda parte das memórias de Juan Domingo Perón, narradas ao jornalista Tomás Eloy Martinez que publicamos hoje na página 7, o caudilho recorda sua infancia no pampa patagônico, a influência que seu pai exerceu em sua formação e a juventude passada em Buenos Aires na casa da sua avó paterna, como estudante "apenas comum".

S. Paulo recorda 1932

São Paulo comemora hoje o 42.o aniversário de sua Revolução Constitucionalista, movimento cívico que uniu a população de todo o Estado em defesa da Liberdade e da Constituição. As festividades começam às 9 horas, no Mausoléu do Soldado Constitucionalista, no Parque do Ibirapuera. Às 16 horas, em sessão solene, a Assembléia Legislativa relembrará a data outorgando medalhas a 63 veteranos de 1932. A comemoração será encerrada à noite, quando o Clube Piratininga se reunirá em nova sessão solene.

Nas repartições estaduais e municipais o dia, hoje, é considerado ponto facultativo. Bancos e comércio funcionam normalmente.

Na última página, as festividades; na 21, a história.

Inflação irá a 32%, prevê Planejamento

Da Sucursal de BRASILIA

Apesar das medidas de contenção adotadas pelas autoridades monetárias, a taxa de crescimento da inflação, este ano, deverá situar-se em torno de 32%, segundo estimativas divulgadas ontem, em Brasília, por técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidencia da Republica. Os efeitos das recentes medidas governamentais poderão refletir-se, no máximo, na obtenção de uma taxa média de crescimento de 2 a 2,5% ao mês, até o final do ano.

A Secretaria de Planejamento divulgou também o texto de uma entrevista concedida pelo ministro Reis Veloso à Rádio e Televisão Francesa, na qual ele aborda aspectos gerais da economia brasileira e diz que, paralelamente ao objetivo do desenvolvimento economico, existe "o propósito de realizar também o desenvolvimento social, para que as diferentes categorias sociais participem dos resultados do crescimento".

A Agencia Nacional divulgou editorial no programa "A Voz do Brasil", afirmando que "já nos próximos acordos e dissidios coletivos, dentro da sistemática vigente, a taxa de reajustamento será da ordem de 25 por cento, contra a média de 17 a 18 por cento que vigorou nos ultimos três meses". Segundo o editorial, "a concessão de reajustes salariais em bases mais elevadas e a adoção de novos critérios na revisão dos preços das utilidades são medidas de sentido complementar que vão exercer importante papel na melhoria da distribuição da renda nacional e no fortalecimento de nossas estruturas economicas".

Abastecimento, preços e salarios, nas páginas 15 a 17.

Israel bombardeia portos do Líbano

BEIRUTE — Unidades da Marinha israelense bombardearam os portos de Sarafand, Tiro e Ras-a-Shak, no Sul do Líbano, destruindo 30 barcos pesqueiros. Ao admitir o ataque, porta-voz do Comando Militar israelense informou que os guerrilheiros palestinos utilizaram esses portos para chegar ao Estado judeu e cometer atentado que custou a vida de quatro judeus na cidade de Nahariya.

Pormenores, outras informações sobre o Oriente Médio e comentários de nossos correspondentes em Beirute e Jerusalém na página 5.

Suprema Corte julga Watergate

WASHINGTON — A Suprema Corte dos Estados Unidos interveio ontem, pela primeira vez, no caso Watergate, reunindo-se para decidir se o presidente Nixon tem ou não o direito de recusar-se a entregar 64 fitas gravadas ao promotor especial Leon Jaworski. A sentença, que será conhecida até o fim dêste mês, será decisiva para o futuro politico do presidente.

Pormenores e comentário do correspondente em Washington na página 5.

Seleção chega sob rigorosa proteção

Depois de ter passado cerca de dois meses em concentrações cercadas por muros intransponíveis ou cercas de arame farpado, a seleção brasileira retorna hoje ao país — a chegada está prevista para 6 e 30 no Galeão —, com esquemas de segurança semelhantes, que prevêem até fugas por lanchas ou helicópteros, se necessário. A Alfandega também promete rigor semelhante na vistoria das 100 malas pessoais, 18 sacos e 3 malas de medicamentos e materiais de cozinha, no total de 2.600 quilos, que a comitiva da CBD traz de Munique, onde teve de pagar mil quilos de excesso de bagagem.

Além de possíveis reações populares, a CBD terá de enfrentar a ameaça do ministro Ney Braga: o Campeonato Nacional será extinto, se não houver modificações para reduzir seu custo excessivo. Ney Braga — como outros ministros após malogros semelhantes — anunciou também planos de amparo ao esporte amador. E, a julgar pelos resultados do Mundial de Basquete, que se disputa em Porto Rico, esses planos devem ser postos imediatamente em prática: depois de perder domingo da Iugoslávia, a seleção brasileira nem precisou jogar ontem para ser derrotada de novo. É que o regulamento impede a repetição de jogos entre duas equipes, prevalecendo, nesse caso, o resultado da partida disputada na etapa de classificação. Ontem, era dia de Brasil vs. Russia e valeu o resultado da fase inicial: Russia, 79 vs. Brasil, 60. Para completar o fim-de-semana, Emerson Fittipaldi caiu do 1.o para o 3.o lugar no Mundial de Automobilismo porque seu carro parou no GP da França.

O fim da Copa e a volta da seleção estão nas páginas 28 a 32; automobilismo e basquete na página 26.

Radiofoto UPI

Renúncia

O sorriso tranqüilo de Kissinger — na foto, ao lado de Harold Wilson, com quem se reuniu em Londres — não deixa transparecer que pretende renunciar brevemente, conforme se comentava ontem em Washington. (P. 2)

Dólar sobe outra vez e totaliza 10%

Da Sucursal de BRASILIA

O dolar passa a ser cotado, a partir de hoje, a Cr$ 6,845 para compra e Cr$ 6,885 para venda, conforme determinação do Banco Central que estabelece o sexto aumento deste ano, no total acumulado de 10,761 por cento desde dezembro de 1973. O reajustamento ontem determinado ocorre 14 dias após a ultima alteração nas cotações da moeda norte-americana e corresponde a uma elevação de 1,033 por cento sobre os níveis vigentes. O ultimo aumento do dolar ocorrera a 24 de junho.

56 páginas

Exterior	2, 5 a 7
Editoriais	3
Politica	3 e 4
Artes	8
Diplomacia	9
Petroleo	9
Rural	10
Igreja	12
Transportes	14
Abastecimento e Preços	15 e 16
Sindical	17
Saude	18
Telecomunicações	19
Tecnologia	19
Educação	20
O 9 de Julho	21 e 56
Cidades	22 e 56
Ecologia	23
Policia	24
Servicos	24
Falecimentos	24
Interior	25
Agricultura	25
Esportes	26 a 32
Turfe	33
Variedades	34
Economia	35 a 37
Classificados	42
Cinemas, Teatros e TV	53 a 55

ANEXO H

Salários, 25% de reajuste

Novo cálculo beneficiará portuários de todo o país

Do Serviço Local

Foram estendidas aos trabalhadores de todos os portos do Brasil as vantagens recentemente obtidas pelos empregados no porto de Santos após sete anos de reivindicações na Justiça do Trabalho. Essa vantagem prendem-se ao pagamento das férias, "13.o mês" e descanso semanal remunerado com base na média das horas efetivamente trabalhadas.

Antigamente, era esse o sistema que vigorava nas relações de trabalho dos guindasteiros, manobristas, motoristas do porto e muitas outras categorias profissionais. No entanto, de sete anos para cá, o pagamento das férias, "13.o mês" e descanso semanal passou a ser feito tomando-se por base uma jornada de trabalho de apenas oito horas, o que redundava em diminuição salarial das categorias profissionais portuárias, quando da aquisição de férias.

Quatro sindicatos portuários do Santos ingressaram com reclamações trabalhistas, julgadas procedentes pela Justiça do Trabalho, mas às quais o governo federal não vinha dando cumprimento.

Recentemente, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, juiz Homero Diniz Gonçalves, entendeu-se com o ministro dos Transportes, general Dirceu Nogueira, fato que evitou a insurreição de cerca de 13 mil reclamações individuais, no porto de Santos.

Agora, novo entendimento entre o presidente do TST paulista com o ministro dos Transportes estendeu os benefícios a todos os trabalhadores de idênticas categorias profissionais, nos portos brasileiros. Calcula-se que cerca de 100 mil profissionais portuários foram atingidos pela providencia.

A Agência Nacional divulgou ontem o seguinte editorial:

"A concessão de reajustamentos salariais em bases mais elevadas e a adoção de novos critérios na revisão dos preços de utilidades são medidas de sentido complementar que vão exercer importante papel na melhoria da distribuição da renda nacional e no fortalecimento de nossas estruturas econômicas.

Conforme anunciou o ministro Reis Velloso, a taxa de produtividade que se incorpora aos cálculos para fixação dos novos padrões salariais será arbitrada em níveis maiores, o que representará aumento efetivo no poder de compra dos assalariados.

Já nos próximos acordos e dissídios coletivos, dentro da sistemática vigente, a taxa de reajustamento será da ordem de 25 por cento, contra a média de 17 a 18 por cento que vigorou nos últimos três meses.

A experiência brasileira está repleta de exemplos de que uma providência desta natureza não deve ser tomada isoladamente, pelas consequências negativas que acarreta.

Por isso mesmo, a decisão do governo será adotada em consonancia com os critérios que vão prevalecer no Conselho Interministerial de Preços — CIP — na apreciação de pedidos de aumento de preços dos produtos.

Atualmente, a empresa que comprova o aumento dos seus custos de produção procura obter correspondente aumento nos preços, o que significaria a transferência do encarecimento dos custos para o consumidor.

Além de concorrer para a inflação, este procedimento é totalmente descompromissado com a necessidade de melhorar o rendimento de nossa produção.

Agora, o CIP passará a exigir das empresas que absorvam uma parcela da elevação dos custos, através de melhor produtividade operacional e dos ganhos na economia de escala, isto é, no aumento do volume físico da produção.

Como teremos de conviver, por algum tempo ainda, com inflação interna e inflação importada, esta nova orientação contribuirá para que se alcance razoável estabilização nos preços, a curto e médio prazos.

Esse propósito, associado ao aumento do poder aquisitivo dos assalariados, intensificará a demanda. Assim, as industrias poderão produzir mais, a menores custos unitários, iniciando um processo de realimentação das atividades econômicas, sem efeitos inflacionários.

Com a melhor distribuição da renda, que se inicia, poderes esperar impulso ao crescimento industrial, que melhore o bem-estar da coletividade.

Os Lusíadas

Canto Primeiro

Luís de Camões

1 As armas e os barões assinalados
Que, da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
E em perigos e guerras esforçados.
Mais do que prometia a força humana,
Entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;

2 E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De Africa e de Ásia andaram devastando,
E aqueles que por obras valerosas

Continua

Contagem para a aposentadoria

A contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço publico e em empresas privadas, não simultaneo, poderá ser lei no início de agosto, se a liderança do governo na Camera dos Deputados aprovar projeto com esse objetivo, que recebeu parecer favoráveis em todas as comissões técnicas.

A idéia de somar os tempos de serviço publico e particular vem sendo defendida há vários anos por parlamentares de todas as correntes, sem que o governo tenha acetto qualquer dos projetos apresentados.

PNEUS
ENTREGAS RAPIDAS
CASA ALEXIS S.A.
Rua Barão do Duprat N.º 320 — Quatro Sen. Quilômet. 227-1488 — 227-3733 e 227-3056.

Radio Eldorado
FM-92.9 megahertz
OM-780 quilohertz

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Concurso para Auxiliar de Administração Básica

Solicitamos a atenção dos interessados para o Edital publicado no Diário Oficial da União (Seção I, Parte II) de 05 de julho de 1974, relativo à convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público de 11 de fevereiro e 18 de março de 1973, classificados do 371 ao 1370 lugar.

Brasília, DF, 08 de julho de 1974
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCUMENTAÇÃO.

Métodos e Sistemas operacionais em planejamento de centros de documentação.
Aulas dinâmicas com recursos técnicos atualizados.
Duração: 300 horas/Aula (20 créditos).
Condições para ingresso: ser graduado com nível universitário.
Calendário escolar: De 15 a 31 de julho, diariamente, à noite; de agosto a dezembro, apenas aos sábados à tarde.

INSCRIÇÃO ATÉ 12 DE JULHO
Das 9 às 21 horas.
(exceto aos sábados e domingos)
Maiores informações na:

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ANHEMBI
Rua Casa do Ator, 90
(Altura do n.º 1.900 da Av. Santo Amaro)

Oficinas e casas de pneus. Venham ver a melhor balanceadora do mundo na Feira da Mecânica.

No Stand da Schenck do Brasil está exposta a melhor máquina para balancear rodas atualmente fabricada. É a Rapid, agora produzida em nosso país. Rapid é apresentada em três modelos.
Vá ao Stand da Schenck: há muitos outros tipos de máquinas que você precisa conhecer.

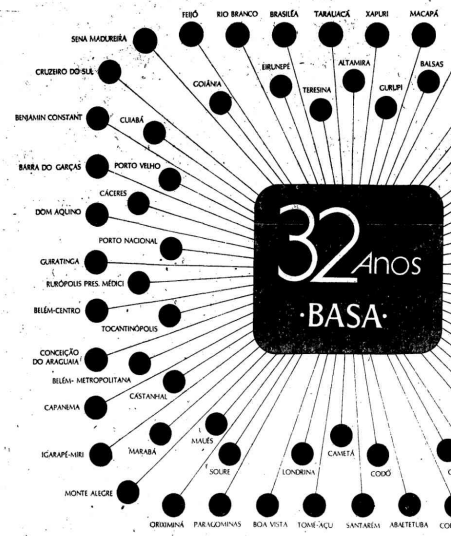
Para visitar nosso Stand, telefone e receba ingresso grátis.

SCHENCK

Schenck do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
01000 R. Padre Adelino, 415 - C. P. 9630 - Tel. 292-3723, 292-4892 - S. Paulo

10.ª FEIRA DA MECÂNICA 6.ª FEIRA DA ELETRO ELETRÔNICA

Brasileiro nato, com 32 anos de idade, dá aulas de progresso e integração.



O Banco da Amazônia S.A. - Basa, é um dos poucos que, completando 32 anos de existência, já pode ensinar tudo, do muito que aprendeu.

Nessa sua juventude - muito mais do que algumas instituições seculares - o Basa fez da rica Amazônia, uma Região acessível e dinâmica, fértil e lucrativa.

O Banco da Amazônia foi sempre um ousado e um forte. Mas, antes de tudo, um pioneiro.

Nas mais distantes localidades da Região - na maioria delas é o único banco presente - e nos mais desenvolvidos centros financeiros do País, o Basa, em permanente atualização, é símbolo de bons negócios.

E faz disso o empenho de cada dia, quando completa 32 anos de existência.

Hoje, o Basa dá aulas de progresso e integração.

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
· BASA ·

ANEXO I

Governo inglês apóia veículos

LONDRES — Depois da reestruturação da industria francesa, agora é o parque automobilistico da Grã-Bretanha que recorre ao Estado para evitar sua derrocada. O secretario da Industria britanica, Tony Ben, anunciou, ontem, medidas de emergencia mediante as quais o governo assumirá parte das ações da British Leyland, a maior fabrica de autoveiculos da Inglaterra.

As dificuldades da Leyland chegaram a niveis intoleraveis, em razão da queda de vendas no mercado domestico, de greves e do alto custo de mão-de-obra. Seus prejuizos alcançaram, até aqui, um total de 29 milhões de dolares, o que contrasta com o promissor quadro apresentado em igual periodo do ano passado: lucros de 26,8 milhões de dolares.

Na Camara dos Comuns, a noticia da nacionalização parcial da fabrica foi interpretada como uma vitoria da ala esquerda do Partido Trabalhista, que havia incluido a questão em sua plataforma eleitoral das eleições de 10 de outubro passado.

Formalização na França

Comunicado oficial conjunto distribuido ontem, anunciou a formalização das negociações que resultaram na absorção do controle acionário da Citroen pela Peugeot, de acordo com o plano governamental de reestruturar a industria automobilistica da França. O informe esclarece que cada companhia preservará "sua autonomia, terá sua própria linha de modelos e direção geral, além de manter as respectivas redes de revendedores".

O trabalho de coordenação e implementação do processo de fusão caberá a uma secretaria geral, que contará com o trabalho de consultoria e supervisão de um conselho presidido por François Gauthier, da Peugeot, e integrado, também, por executivos da Citroen. O acordo entre as duas empresas concede aos acionistas da Citroen a prerrogativa de trocar as ações em seu poder por obrigações conversiveis do novo grupo.

Selo de qualidade identificará produto

Da Sucursal de BRASILIA

Está sendo concluido no Ministério da Industria e do Comércio o programa de controle de qualidade e metrologia industrial, que institucionalizará no Brasil um selo de qualidade para produtos industrializados e exercerá, através dos mecanismos existentes, um rigido controle da metrologia industrial. Este programa está incluido no plano setorial do MIC, que constará nos Plano Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico, que aplicará, no periodo 1975 77, Cr$ 3 bilhões.

Segundo fontes oficiais, o programa de metrologia industrial prevê principalmente, a padronização de embalagens de produtos industrializados, em beneficio do consumidor nacional. Enquanto isso, o estabelecimento do controle de qualidade virá beneficiar as industrias — que terão seus produtos com qualidade atestada pelo governo — e os consumidores, que poderão estar certos de comprar bom produto, quando em sua embalagem constar o selo de qualidade.

TECNOLOGIA

O plano setorial de desenvolvimento cientifico e tecnológico do MIC estará voltado para a intensificação de uma tecnologia nacional, criada dentro das condições nacionais. Este fator, segundo as fontes, propiciará redução considerável nas importações de matérias primas industriais, uma vez que a tecnologia a ser desenvolvida no País favorecerá a utilização de recursos naturais próprios.

Alem disso, o governo pretende voltar este plano, no setor industrial, para uma tentativa de substituição das importações de tecnologia. Para isso, só neste setor o Ministério da Industria e do Comércio aplicará, em 1974, 230 milhões de cruzeiros, devendo duplicar esta cifra no próximo ano.

Quanto à implantação do sistema de controle de qualidade, as fontes justificam a medida como a melhor alternativa para que os produtos brasileiros tenham mais aceitação no mercado internacional. Desta forma, serão eliminados os problemas acarretados pela desconfiança de alguns paises quanto aos produtos industrializados no Brasil, além de garantir ao consumidor brasileiro o fornecimento de produtos com qualidade assegurada.

O dia na Bolsa

Níveis mais altos do ano marcam semana

A semana se caracterizou por expressivas valorizações, levando os preços aos niveis mais altos do ano, assim como por aumento dos volumes negociados, também recordes, que podem ser observados no quadro abaixo.

Data	Indice SP	Indice Rio	Volume SP (Cr$ milhões)
29-11-74	1.189,4	1.986,5	—
02-12-74	+18,12%	+15,05%	82,1
03-12-74	+ 2,90%	+ 2,90%	82,9
04-12-74	+10,80%	+11,89%	113,6
05-12-74	—6,14%	— 7,25%	67,1
06-12-74	— 1,99%	— 1,40%	72,6
Indice	1.473,6	2.430,2	—
Semana	+23,89%	+22,33%	418,3
Fechamento	+24,15%	+22,84%	—

A alta com ações de Petrobrás foi a mais expressiva, pois registraram ganho médio de 80% para as on e de 70% para as pp, o que provocou também valorização dos demais titulos. Observadores afirmam que o aumento de volume se deve à transferência de recursos aplicados em outras áreas, mas que parte dele se deveria também a empréstimos realizados junto a bancos.

Ontem, o mercado abriu em baixa, mas ao final da primeira hora de pregão as cotações já se mostravam em alta, que prosseguiu até o fechamento. O indice médio, entretanto, ainda acusou baixa de 1,99% e o de fechamento, queda de 0,34%, devido ao fato de alguns papéis de importancia na composição do indice não terem alcançado valorização suficiente para superar os preços do fechamento anterior.

Foram transacionados 26,2 milhões de titulos, totalizando Cr$ 72,6 milhões, dos quais 6,8 milhões relativos às operações a termo. As ações mais negociadas, representando 71% do volume total, foram **Petrobras**, com 62% do volume, **Belgo** e **Banco do Brasil**.

Das ações que compõem o indice 13 apresentaram preços médios superiores aos do dia anterior, tendo as maiores altas se registrado com **Antarctica** pp, **Paranapanema** op e pp, **Magnesita** op e **Moinho Santista** op, 30 estacionaram e 37 cairam, as maiores baixas ocorrendo com **Pirelli** op, **Varig** pp, **Cimento Itau** pp, **Citrobrasil** pp, **Cacique** pp.

No fechamento, o mercado se mostrou francamente comprador, principalmente para os titulos de **Petrobrás**, fato que observadores atribuem à reposição de posições vendidas durante a semana com a finalidade de realização de lucros.

Banco Mercantil de Minas e **Bamerindus** estão desde ontem sendo negociados ex-dividendos. **Banco Itau' e Itau' de Investimentos**, a partir do dia 10, e **Banco Antonio de Queiroz**, passará também a ser negociado ex-dividendos. **BEG** entrega, a partir de segunda, cautelas bonificadas. **Itap** inicia dia **19** distribuição de bonificação, pagamento de dividendos e subscrição de titulos.

Foram convocadas as seguintes assembléias:

10.12 — **Fipar CFI** — para deliberar sobre resoluções de **Bamerindus CFI**, a respeito de sua incorporação a esta empresa

Multividro — ordinária e extraordinária, para deliberar sobre bonificação de 10%

12.12 — **Icopasa** — para deliberar sobre venda de ações de sua propriedade.

Encerram-se nas próximas semanas as seguintes subscrições:

10.12 — **Sid. Guaira** — 80%
Urupês Unida — 13%
13.12 — **Copalam** — 70%
26.12 — **Arthur Vianna** — 17,698%
27.12 — **Eucatex** — 10%
Orniex — 66,67%
31.12 — **Sano** — 40%
10.01 — **Lojas Americanas** — 25,71%
15.01 — **Banco Mercantil** — 43,34%
31.03 — **Banco do Brasil** — 25%

A análise dos balanços de **Hércules** apresenta os seguintes valores:

	RO	VPA	LDA	LVP
02.72	38.9	1,97	0,25	0,13
02.73	50.1	1,91	0,27	0,14
02.74	71.8	1,89	0,37	0,19

O aumento da rentabilidade sobre o patrimonio deve-se principalmente à redução relativa das despesas gerais, e também ao fato de que todas as despesas operacionais registraram crescimento menor que o apresentado pelas vendas.

F.W.R.

Termina curso da Copeme

"A competição internacional de mercados exige elevado nivel de qualificação de recursos humanos. A simples observação das grandes "trading", que comandam parcelas consideraveis do comercio internacional, permite verificar que o maior capital dessas empresas não é, exatamente, o capital financeiro mas, sim, o seu capital humano, capaz de absorver e avaliar informações para a tomada de decisões rápidas e eficazes em termos de estrategia. Sem duvida alguma esse tem sido o fator principal que vem permitindo a essas organizações a ocupação de posições de liderança no mercado internacional. Já no Brasil, com amplas e crescentes possibilidades de participação cada vez mais efetiva no comercio internacional, o que se verifica é uma geral escassez de recursos humanos qualificados em comercio exterior". Com essas declarações o secretario da Fazenda, prof. Carlos Rocca, proferiu palestra de encerramento do Curso de Treinamento de Tecnicos em Comercio Exterior, realizado pela Copeme — Cia. de Promoção de Exportações de Manufaturados do Estado de S. Paulo, em convenio com a Fundação Instituto de Pesquisas Economicas, da Universidade de São Paulo.

Velloso reitera viabilidade do II PND

Da Sucursal do RIO

O ministro Reis Velloso, em seu pronunciamento ontem, no Rio, ao receber o título de "Economista do Ano" que lhe foi atribuido pelo Sindicato dos Economistas da Guanabara, deu enfoque especial a viabilidade do II Plano Nacional de Desenvolvimento e a nova fisionomia que ganhou o petróleo no Brasil.

Disse o seguinte o ministro Reis Velloso:

"E' inequivoca a viabilidade do II Plano Nacional de Desenvolvimento, ou seja, a capacidade nossa de manter as altas taxas de crescimento que a economia brasileira tem experimentado. Mas é muito importante que não percamos a cabeça com isso. Antes de tudo, temos de nos lembrar de que existe um periodo de transição, embora até esse periodo de transição agora esteja influenciado e condicionado pela nova fisionomia que ganhou o problema do petroleo no Brasil, quando foi lançado o PND, houve muita gente que veio até nós e disse: — "Puxa, vocês estão fora da realidade". Hoje está aí nas primeiras páginas dos jornais que é preciso rever" as modestas previsões" do II PND.

Nesta fase de transição, uma estreita cooperação com o exterior vai ser importante, pelo menos por três razões:

1.a — E' que, durante algum tempo, vamos continuar importando petróleo;

2.a — Vamos continuar precisando de cooperação financeira externa, ainda que o Brasil se torne auto-suficiente em petróleo ou seja, devemos e precisamos continuar sendo um país importador de capital, o que é importante particularmente em face da atual situação de liquidez internacional;

3.o — Vamos continuar precisando de expandir substancialmente os nosso mercados no exterior pelo fato de que precisamos importar não apenas petróleo, mas continuar importando equipamentos e varios insumos basicos, em que ainda não somos auto-suficientes.

Por isso mesmo, esse tipo de contacto, esse tipo de esquema que se está fazendo com os paises do Oriente Médio e outras áreas continua importante.

Nesta fase de transição, ainda será particularmente importante que nos desenvolvamos esses programas especiais de auto-suficiencia que já foram e que estão sendo e serão ainda aprovados pelo presidente Geisel, independentemente de sermos ou não auto-suficientes em petróleo, porque esses programas se justificam por si mesmo, uma vez que temos condições, em termos de disponibilidade de recursos naturais e em termos do que já existe, e que podemos adquirir rapidamente, para sermos auto-suficientes em siderurgia (porque desejamos até mesmo passarmos a exportadores); em papel e celulose (porque desejamos passar a exportadores de celulose); em varios não ferrosos, como alumínio (em que desejamos ser grandes exportadores); porque podemos ser auto-suficientes em fertilizantes, produtos petroquimicos, defensivos agricolas e assim por diante.

Ao mesmo tempo, devemos continuar o esforço de abrir nossos mercados, a exemplo do Oriente Médio. Porque vemos que paises como Arabia Saudita e Kuvait, para só citar dois, já estarão importando 5 a 6 bilhões de dolares dentro de 2 anos. Novos mercados até mesmo dentro de areas como os Estados Unidos, em termos de diversificação das nossas frentes de comercio naquele país.

Importante também que em nada se modifique a politica de energia definida no PND, no sentido de que qualquer que seja a nossa disponibilidade em petroleo, o petroleo e, no momento, o bem mais escasso da economia mundial. De modo, deve ser poupado.

Uma segunda consequencia importante é no tocante a viabilidade do Brasil como potencia emergente. E' preciso lembrar, antes de tudo, que a auto-suficiencia em petroleo significa quase auto-suficiencia em energia, porque dependemos do carvão em apenas 3% da energia consumida no Pais e somos auto-suficientes evidentemente em energia eletrica e em outras fontes de energia. Poderiamos lembrar que, dos paises desenvolvidos, o unico que é auto-suficiente em energia é o Canadá, porque mesmo os Estados Unidos importa entre 10 e 15% da energia que consomem.

Evidentemente, é desnecessario recordar que já dispomos, já dispunhamos, de outros ingredientes para essa posição de potencia emergente como, a dimensão territorial; população; crescimento rapido, disponibilidade de recursos naturais.

Em matreia de recursos naturais, o que podemos assinalar é que, nos proximos meses, nos proximos anos, repetidamente teremos a revelação de novos recursos minerais e de novos tipos de recursos naturais no Brasil. Ainda recentemente, tinhamos titanio em Mato Grosso, fosfato em Minas Gerais, e assim vamos ter sucessivamente novas indicações de recursos minerais importantes para o País.

Reconhecendo que o Brasil está apenas na madrugada da exploração dos seus recursos naturais, diferentemente de todos os paises desenvolvidos, a exceção dos Estados Unidos e Canadá, paises desenvolvidos em geral, que vão utilizar largamente suas fontes, as suas disponibilidades de recursos naturais, particularmente de recursos minerais não renovados.

Na aera de energia nuclear, a decisão de criação da Nuclebras tem um sentido importante, que é a do País entrar com decisão nessa area, inclusive par realizar o beneficiamento e mesmo o enriquecimento de uranio no Brasil e para instalar no País uma industria de reatores, em termos das definições que figuram no PND.

Importa salientar que é hora de cuidar detidamente do desenvolvimento social no Brasil e não fiquemos deslumbrados com 10% de crescimento do PIB. Evidentemente, num longo prazo, a riqueza sempre traz a melhoria da distribuição de renda. E só recordar que, paises como o Kuwait, há dez anos atrás apareciam em todos os manuais de teoria economica no Brasil com indicação de exemplo de paises em que é inadequada distribuição do renda. E' só ver hoje que a riqueza gerada continuadamente durante um prazo mais ou menos longo conduziu aqueles paises, como tenderá a conduzir sempre, para ampla disseminação dessa riqueza.

O que acontece é que, no curto e no medio prazos — e nos vivemos é no curto prazo — isso necessariamente pode não ocorrer. De modo que, há necessidade de ter uma politica social que não seja uma simples consequencia da politica economica, da politica de rescimento e se preocupa com o bem-estar, principalmente em grandes aglomerados como Rio de Janeiro e São Paulo. Bem-estar do ponto de vista material, mas também bem-estar em todas as suas formas. O Brasil quando era pobre, nunca foi um país trite, graças a Deus. Não queremos nos que ele seja um país triste, depois de desenvolvido. Por isso mesmo, é preciso cuidar, de todas as formas, do bem-estar da população, em termos das politicas diretamente de desenvolvimento social, como educação, saude, saneamento e assim por diante, em termos de mecanismo de integração social — programa de Integração Social, Fundo de Garantia e todos esses tipos de instrumentos; em termos de desenvolvimento social urbano, em termos de que o jargão hoje chama de qualidade da vida: preocupação com o controle da poluição, preocupação com a integração do jovem, com a integração do trabalhador".

Construção inicia seu seminário

O ministro Arnaldo Prietro, do Trabalho, instalará o II Encontro Nacional da Construção, amanhã, na Guanabara. O II Enco se prolongará até o dia 13 e dele participarão cerca de 1.200 empresarios e tecnicos do setor. Já foram entregues à Comissão Organizadora 62 trabalhos que serão debatidos no decorrer das sessões.

O presidente do Banco Nacional da Habitação Mauricio Schulmann participará de uma mesa-redonda sobre o sistema de financiamento à construção civil. Secretarios de Obras dos principais Estados brasileiros estarão discutindo e analisando, em outra mesa-redonda, a programação das obras publicas.

O JORNAL "O ESTADO DE S. PAULO" CONVIDA VOCÊ PARA ASSISTIR À MISSA COMEMORATIVA DO CENTENARIO DE SUA FUNDAÇÃO. TRES CORAIS E A ORQUESTRA DE CAMARA DE SÃO PAULO EXECUTARÃO A MISSA EM FÁ DE LOBO DE MESQUITA NA NOVA SEDE DE "O ESTADO."

Missa em Fá de Lobo de Mesquita executada pela Orquestra de Camara de São Paulo e pelos corais Conjunto Coral de Camara de São Paulo, Madrigal Ars Viva de Santos e Conjunto Coral Klaus Dieter Wolff. A missa será celebrada pelo monsenhor Benedito Mario Calazans.

DIA 4 DE JANEIRO DE 1975
11 HORAS DA MANHÃ
LOCAL:
AV. ENGº CAETANO ALVARES
(AV. DO CANAL DO MANDAQUI)

ANEXO J

Velloso defende e explica a política salarial

Da Sucursal de BRASILIA

A contraposição entre a realidade economica do País e os propositos sociais do governo foi o tema principal dos debates entre o ministro do Planejamento, José Paulo dos Reis Velloso, e os deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquerito (CPI) sobre salarios, ontem na Comissão de Finanças da Camara.

Durante seis horas e meia (das 10 às 16 e 30) o ministro Reis Velloso dialogou com os deputados sobre o tema central do encontro — salarios — mas respondeu ainda a algumas perguntas sobre divida externa, balanço comercial, crédito agricola, seguros, desenvolvimento urbano e correção monetaria.

Apesar de ter que repetir sempre uma mesma resposta para um ou outro deputado que se retirara da sala e por isso mesmo formulava perguntas já feitas anteriormente, o ministro do Planejamento não perdeu a calma em nenhum instante. Nem mesmo quando teve que discutir conceitos de verdade com o deputado oposicionista paranaense Gamalieu Galvão, que questionou os numeros apresentados pelo ministro no setor social. "Seu cotejo aritmetico não se coaduna com o caderno da dona de casa nem com o salario do trabalhador, apesar de ser uma resposta de sua fidelidade ao sistema que representa e de um compromisso com a sua propria verdade, que no entanto não é a verdade do povo".

"Mesmo afirmando não se solidarizar com a atual distribuição de renda no País, prosseguiu Gamaliel, a chamada Revolução, que tem inclusive poderes ditatoriais para exercer pressão contra o povo e os trabalhadores, não usa esses poderes para amenizar a situação de miseria em que vive a maioria da população".

A resposta do ministro: "E' muito valido que V. Exa. apresente a sua verdade. Só tenho duvidas sobre se ela representa a verdade do povo. E o fato de eu não comentar outras afirmações, não significa que estou de acordo com elas. E, provavelmente, não estou".

A maior preocupação dos deputados concentrou-se nas fórmulas usadas pelo governo para proceder aos cálculos de salários, principalmente quanto ao peso do item "produtividade" no índice final que resulta.

O deputado Alberto Marcelo Gato (MDB-SP), ex-presidente do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), fazendo uma ressalva "para salvaguardar os líderes sindicais que hoje reivindicam maiores salários, pois há alguns anos que assim procedia era classificado de subversivo", defendeu a tese de que, enquanto os preços dos produtos industriais são fixados com base nos picos de mercado, os salários tomam por base uma média que, no seu entender, os coloca abaixo do real aumento do custo de vida".

Reis Velloso justificou a necessidade de uso da média entre o inflação dos ultimos doze meses, mais a calculada para o ano subsequente ao reajuste, para impedir que o salário se desgaste com as oscilações dos picos e vales, numa imagem gráfica. A indagação do presidente da CPI sobre salários, deputado Alceu Collares (MDB-RS), Reis Velloso respondeu que a política salarial do governo não objetiva, diretamente, o controle da inflação. "O que se quer, disse, é evitar que reajustamentos desordenados se tornem fatores autônomos de inflação. Não seria favorável, em benefício do próprio trabalhador, deixar que os sindicatos negociassem seus aumentos diretamente com os empregadores. Se eles tiverem força politica, muito bem. Se não, levam a pior, criando grandes disparidades entre as diversas categorias salariais".

O ministro citou um exemplo prático para exemplificar o fato: "Em 1963, o Sindicato dos Metalurgicos conseguiu aumento de 80 por cento para os seus sócios; o da Construção Civil, 40 por cento; e o dos Padeiros, de zero por cento".

Entretanto, em outro ponto dos debates, quando o deputado Genival Torino defendeu "os meios de pressão como forma de conquista social", o ministro Reis Velloso respondeu: 'Nunca se disse que as forças do mercado, por si só, elevassem o salário a níveis considerados ideais. Omito, porém, o que se chamou de grupos de pressão, para evitar interpretações dubias. Mas, não resta duvida de que o que se chama opinião característica da classe média urbana foi a responsável pelas principais conquistas nos ultimos anos. E essa opinião permanece, tanto entre a população como no próprio governo e nas Forças Armadas".

O ministro do Planejamento admitiu uma mudança de incidência dos encargos sociais, diante das ponderações do deputado potiguar Ney Lopes, de que este é um empecilho para maior absorção de mão-de-obra pelas industrias, principalmente no Nordeste. Reis Velloso revelou, então, que o governo já estuda uma fórmula de fazer incidir esses encargos sobre o valor das vendas ou o valor adicionado, e não sobre a folha de salários, terminando por afirmar que não poderia ser incisivo na resposta "pois torna-se muito difícil calcular o valor da previdência social, se não se tomar por base o salário do trabalhador.

A tese do deputado arenista pelo Rio Grande do Norte é de que esta fórmula permitiria uma unificação de salários no País, oferecendo-se como incentivo para a instalação de empresas no Nordeste a isenção dos encargos sociais.

Reis Velloso revelou, por outro lado, que o governo está estudando fórmulas para evitar a alta rotatividade dos empregados, provocada pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). "Esta rotatividade de mão-de-obra já existia anteriormente, disse, quando o empregado era demitido da empresa antes de completar os 10 anos, para não conseguir estabilidade. Resta saber se a atual rotatividade é provocada mais pelo empregado ou pelo empregador".

Adiantou, também, que o governo estuda um tipo de estímulo especial ao plantio da cana-de-açucar, diante da necessidade de equalização de preços, incentivando o plantio para a produção de ácool, pela perspectiva de seu aproveitamento como combustível.

Admitiu, também, que se encontra sob exame a correção monetária dos recursos trimestrais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como forma de manter sempre atualizados os depósitos feitos em nome dos trabalhadores. Segundo o ministro do Planejamento, tem caído muito nos ultimos anos a proporção entre o endividamento externo do governo e volume crescente de exportações. Isto, segundo ele, ocorreu devido à produção interna de bens de consumo duraveis, à política de substituição de importações de matérias-primas e bens de capital e à diversificação dos mercados e produtos de exportação, além do fortalecimento do mercado interno.

"Hoje, disse, a dependência externa é muito menor que há 15 anos. Assim, apesar de todos os problemas surgidos no ano passado, com a crise do petróleo e o aumento subsequente das matérias-primas básicas, nossas exportações experimentaram um crescimento da ordem de 20 por cento".

Para provar que a divida externa brasileira é totalmente aceitável ("pois não fizemos nunca reescalonamentos") e que a credibilidade brasileira continua elevada nos mercados financeiros internacionais, o ministro citou o expediente usado pelo governo, de sobretaxar até 40 por cento dos capitais de financiamento, como forma de conter a entrada de créditos externos no País.

"Não quero pintar aqui um quadro róseo, mas está havendo progresso, correspondência do governo aos desafios, flexibilidade de salários, uma ação continua para esforço de desenvolvimento urbano e existe esperança de que não há já barreiras para o futuro, porque instrumentos sociais como a educação só podem inspirar confiança".

"Distribuição de renda sem paternalismo"

Principais trechos da explanação do ministro Reis Velloso:

Integra do pronunciamento do ministro Reis Velloso:

"O Governo do presidente Geisel, na opção configurada no II PND, está realizando uma politica social articulada, dentro do conceito de uma sociedade solidaria.

Tal politica, que se coordena no ambito do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), constitui objetivo proprio, e não apenas consequencia da politica economica, embora com esta deva ser consistente.

Evita-se, de um lado, o distributivismo desordenado, e a ação demagogica ou paternalista, que frequentemente solapam as bases do crescimento. E, de outro lado, a atitude de esperar que o crescimento, deixado ao curso das forças de mercado, venha, eventualmente, a resolver o problema do bem-estar de amplas camadas da população.

Não se trata de distribuir o que não foi criado.

Trata-se de fazer a redistribuição enquanto se realiza o crescimento, e, tanto quanto possivel, através do proprio crescimento. E' a conhecida definição: realizar politica redistributiva "enquanto o bolo cresce".

Importa lembrar a prevalencia do social e do politico, sobre o economico, em termos de hierarquização dos valores humanos da sociedade. Mas é preciso deixar claro que o crescimento, na pratica, é o melhor amigo do social, se concebido sem distorções.

A dimensão do problema social brasileiro pode, grosseiramente, ser indicada pela verificação de que, entre 1960 e 1974, a população brasileira aumentou de cerca de 34 milhões de pessoas, e a população urbana passou de 32 milhões para 61 milhões. Existem no País, atualmente, cerca de 50 milhões de menores de 20 anos, o que significa que há 20 anos atrás 52% da atual população ainda não eram nascidos.

O encaminhamento do problema social está a exigir uma economia solida, dinamica, eficiente, competitiva, num modelo de regime economico moderno de mercado, com "forte conteudo social". Essa estrutura economica poderosa é que viabilizará grandes investimentos sociais e urbanos, e permitirá a formação de uma ampla classe média e a expansão substancial da renda real dos trabalhadores, num clima de sociedade de oportunidades, economica e socialmente aberta.

Nas situações de pobreza absoluta, em que a atuação assistencial se faz necessaria, mesmo ai é a economia forte e de grande dimensão que permite destinar grande volume de recursos aos investimentos sociais necessarios.

Se, de um lado, desejamos evitar uma politica social que seja simples consequencia da politica economica, é preciso, de outro lado, atentar para os condicionantes economicos da politica social.

Condicionantes entre os quais podemos destacar:

— o crescimento economico, enquanto fator determinante do aumento da renda **per capita** e da expansão das oportunidades de emprego;

— a politica de salários, como determinante principal do nível de consumo dos assalariados e da participação do trabalho na renda nacional;

— a politica de preços, dividindo os ganhos de produtividade, da economia e da empresa, entre o produtor e o consumidor;

— a politica de desenvolvimento regional, para cuidar principalmente da eliminação dos bolsões de pobreza, no Nordeste e em outras regiões;

— a capacidade de aumentar a oferta de alimentos, pelo seu efeito sobre os preços reais dos produtos agrícolas de consumo de massa, e sobre os padrões de nutrição da população de baixa renda;

— a estrutura urbana, inclusive nas suas relações com a localização industrial e a disponibilidade de novas áreas para expansão residencial;

— a abertura de oportunidades econômicas, resultante da politica de qualificação de recursos humanos;

— a participação do grande numero nos mecanismos da economia de mercado (tipo PIS-PASEP), como forma de criar consciência e solidariedade com relação ao regime econômico do País.

Na apresentação do modelo social, através do qual o Governo atual está continuando e dando nova dimensão à atuação dos sucessivos Governos da Revolução, cabe analisar, em **primeiro lugar**, a conjugação da politica de salários com a politica de emprego, para permitir a formação da base para o mercado de consumo de massa.

No tocante à **politica de salários**, importa salientar:

1) Os reajustamentos salariais do corrente exercicio (43 e 44% no inicio do ano), de acordo com a nova fórmula salarial, consubstanciada na Lei n.o 4.167, de 29-11-74, têm permitido considerável elevação dos salarios reais dos trabalhadores (exemplo: o reajustamento de setembro foi fixado em 36%, quando o aumento do custo de vida nos 12 meses anteriores foi de 28 a 29%).

Assim é que, entre 1968 e 1975, o salário real dessas categorias, pelo uso da fórmula, aumentou de cerca de 34%. A fórmula fixa apenas o minimo compulsório, de modo que, como os aumentos efetivos dados pelas empresas podem ser superiores e existe mobilidade vertical, a elevação real do salário médio da industria de transformação, no periodo, foi de 60%.

A proposito, é conveniente desfazer alguns equivocos, ainda recentemente reiterados em trabalho que, sem duvida, realizou esforço louvavel de analisar, do ponto de vista de alguns sindicatos, a politica salarial nos ultimos 10 anos;

a) Não tem sentido dizer que uma politica salarial é incompativel com o regime de economia de mercado. Só para exemplificar, o programa de controle da inflação do governo americano, três ou quatro anos atrás, estabeleceu o controle não apenas dos preços como também dos salarios.

b) Não é correto dizer que o objetivo da politica salarial é o controle da inflação. A formula salarial objetiva a consistencia entre os objetivos de crescimento, controle da inflação e distribuição da renda: crescimento, evitando a desordem dos reajustamentos; controle da inflação, evitando que os aumentos de salarios se convertam em causa autonoma de inflação; e distribuição de renda, garantindo a participação do trabalhador na renda nacional.

c) Não é valido dizer, pela experiencia brasileira, que seria necessariamente benefico ao trabalhador deixar que os acordos salariais se realizassem através de negociações dos sindicatos de trabalhadores com os dos empregadores.

Por exemplo, entre 1957 e 1961, o salario nominal das principais categorias (dados do DIEESE), inclusive metalurgicos, aumentou em media de 200%, enquanto a elevação do custo de vida, no periodo, foi de 227% (media Rio-São Paulo). Outro aspecto: em 1963, o reajustamento salarial dos metalurgicos foi de 80%, em termos nominais, enquanto o dos empregados na construção foi de 40%, e os dos padeiros de zero%, o que mostra as terriveis distorções que podem ocorrer no esquema sugerido.

A verdade é que dificilmente se poderia conceber uma politica de salarios, consistente com o interesse nacional, diferente daquela definida pelo governo, de obter que o salario real aumente na mesma proporção dos aumentos de produtividade.

d) Não é correto dizer que o reajustamento realizado pelas medias (e não pelos picos) leva a uma queda do salario real.

O reajustamento pelos picos é que é enganoso. Primeiro, porque leva a oscilações muito maiores no valor do salario real que, ao longo do periodo, o trabalhador percebe.

No regime de correção pelo pico, a variação entre o valor maximo e o minimo do salario minimo real na Guanabara foi de 64%, 28%, 60% e 93%, nos anos de 1960, 1961, 1962 e 1963, respectivamente.

Com a correção pelas medias, a mesma variação foi de 16%, 12%, 24% e 11%, respectivamente, em 71, 72, 73 e 74.

2) No tocante ao salario minimo, o governo, com a instrumentação dada pelo Congresso Nacional através da Lei n.o 6.205, de 29-4-75, já está com maior grau de liberdade para adotar politica especial, nesse ponto. O objetivo dessa politica é, primeiro, restabelecer o poder de compra do salario minimo do inicio dos anos 60, e em seguida, continuar elevando-lhe gradualmente o nivel real, numa progressão que, depois de algum tempo, tenda para o aumento da produtividade.

A proposito de salario minimo, e apenas para fins de colocar o assunto na perspectiva adequada, vale esclarecer alguns pontos:

a) Tomando por base 1960 (indice 100), nota-se que o salario-minimo real medio anual (Guanabara e São Paulo) tendeu a declinar no periodo entre 1962 e 1970 (quando alcançou o indice 71, com uma queda de 29%, portanto, no seu nivel mais baixo, e não de 55%, como já se disse).

Nessa fase de declinio (fazendo-se o calculo a partir de 1961, ponto mais alto do periodo), 63% da queda de poder aquisitivo tiveram lugar nos anos de 1962, 1963 e 1964; e, logicamente, os demais 37% entre 65 e 70.

b) Entre 1971 e 1975, houve uma elevação do salario-minimo real médio anual, o que permitiu alcançar, este ano, um indice de 77 (ou seja, pouco mais de 20% abaixo do nivel de 1960).

c) Cumpre notar, sem embargo, que, quando o salario-minimo começou a declinar, em 1962, foi instituido o 13.o salario. Com isso, em termos de renda total (inclusive o 13.o salario), o declinio de poder aquisitivo foi bem menor.

Se computarmos o 13.o salario, o indice de remuneração do trabalhador de salario-minimo, este ano, seria de 84 (isto é, 16% a menos que em 60).

d) Se tomarmos outras regiões de salario-minimo, fora do Rio e de São Paulo, como os reajustamentos têm sido maiores, vamos encontrar indices bem mais elevados (em 1975, inclusive 13.o salario, para 1960=100): Aracaju, 96; Vitoria e Belo Horizonte, 92; Curitiba e Florianopolis, 101; Porto Alegre, 91; Goiania, 98; São Luis, 102; Teresina, 138;

e) Apenas para registro, é sabido que declina rapidamente a parcela de trabalhadores na faixa de salario-minimo. Em São Paulo, no setor industrial, aquele porcentual caiu de 36% em 1965 para 10% em 1973.

Medida recente, já aprovada pelo Congresso, foi a criação do abono especial do PIS-PASEP, que para o trabalhador de salario-minimo terá valor equivalente a um 14.o salario. Com isso, mesmo para as áreas de Rio e São Paulo, muito em breve a remuneração real na faixa do salario-minimo já estará no mesmo nivel de 1960, passando à fase de crescer com a economia nacional.

No tocante à **politica de emprego**, há alguns pontos relevantes a destacar:

1) Os dados recentes da PNAD mostram que, entre 1960 e 1973, a população economicamente ativa (PEA) aumentou de 22,7 milhões para 36,2 milhões de pessoas, ou seja, uma expansão da ordem de 60%, totalizando mais de 13 milhões de empregos novos, no periodo.

Tal resultado, consequencia principalmente das altas taxas de crescimento experimentadas no periodo de 68 a 74, mostra a grande capacidade de absorção de mão-de-obra da economia brasileira.

As implicações sociais são importantes. Como o aumento da mão-de-obra disponivel no mercado de trabalho, no mesmo periodo, foi de apenas 46%, vê-se como está sendo reduzido consideravelmente o subemprego, no País, à medida que grandes contingentes de mão-de-obra passam a ingressar, todo ano, no mercado de trabalho.

2) Mais importante, ainda: a grande expansão do emprego está sendo em setores de mais alta produtividade e sofisticação, principalmente o setor secundario e, neste, a industria de transformação.

Naquele periodo, a agricultura expandiu o emprego em 26%, e a industria (inclusive construção e serviços de utilidade publica), em 107%.

Na década de 50, o grande absorvedor de mão-de-obra foi o setor terciario (serviços), na periferia das zonas urbanas. De 1960 para cá, e em particular na fase recente, a fonte mais dinamica de geração de empregos foi a industria, a niveis salariais bem mais altos.

A **segunda dimensão** do modelo social diz respeito à propria **estrategia de redistribuição de renda.**

Já é tempo de colocar em novos termos a análise do problema da distribuição de renda, que, nos estudos sobre comparações entre os censos de 60 e 70, foi, frequentemente, apresentado em enfoque inadequado.

Existe um enfoque convencional, estático, para economias maduras, com crescimento lento. Tal análise, feita principalmente através de indicadores tradicionais de concentração de renda (tipo Gini), diz muito pouco sobre economias em crescimento acelerado, como o Brasil.

Outros enfoques, de caráter dinamico, foram recentemente desenvolvidos, no Brasil e no exterior, e são muito mais capazes de mostrar o que está por trás da simples aritmética dos indicadores tradicionais, em termos de estrutura econômica e social, de niveis de bem-estar da população e de criação de oportunidades econômicas.

A conclusão importante é que esse novo enfoque, apropriado para economias em expansão rápida, chega a resultados bem diferentes daqueles que tinham sido antes apresentados sobre a evolução da distribuição de renda, no Brasil, entre 1960 e 1970 (e, já agora, entre 1960 e 1972). Chegara-se, mesmo, a construir verdadeiro castelo de areia, com base em informações sobre renda em dois meses, dois pontos isolados no tempo, para um intervalo de tempo de 10 anos.

Antes da análise, convém deixar claro que, na definição do II PND, a Revolução não se solidariza com a atual distribuição de renda, "mesmo porque tal distribuição resultou de uma evolução de longo prazo da economia, e não de fatores recentes". Ainda mais, o Governo acha que se deve fazer mais do que se vinha fazendo para melhorar a distribuição de renda, inclusive porque hoje já estão superados muitos dos fatores limitativos com que se defrontaram anteriores Governos da Revolução.

Dito isso, podemos mostrar como o novo enfoque reformula avaliações anteriores, inclusive através de estudos recentes preparados para o Centro de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Yale e para o Instituto de Sistemas Sociais da Universidade de Wisconsin Madison.

Os pontos principais são os seguintes:

1) Na verdade, entre 1960 e 1970 (ou 1972, se considerarmos os dados da PNAD), **todas as classes de renda ganharam em poder aquisitivo.**

Embora seja temerário avançar mais que isso, talvez se possa dizer que as categorias de renda mais baixas (os primeiros 40%) e as de renda mais alta (os ultimos 20%) possivelmente tiveram aumentos maiores do que os 40% intermediários.

Num total de dez categorias de renda real, o percentual dos individuos pertencentes às 7 primeiras declinou de 88,8% em 1960 para 82,5% em 1970, havendo a diferença passado a participar das 3 classes de renda superiores.

2) Mostra um dos estudos que a categoria dos "pobres" (cerca de 35%) teve aumento de renda real, no decênio, de cerca do dobro do dos "não pobres" (os restantes 65%) (63%, em comparação com 28%).

3) Se qualquer análise quantitativa é precária, o importante é entender por que a renda das categorias mais baixas aumentou consideravelmente. Dois são os fatores principais: o aumento da proporção de empregados e a redução dos "sem rendimentos", ambos consequência da expansão das oportunidades de emprego.

Assim é que os "sem rendimento" (pessoas da familia que não percebem renda monetária) tiveram sua participação na população economicamente ativa (PEA) substancialmente reduzida. Em 1960, para uma PEA de 23 milhões, os "sem rendimento" eram 3,3 milhões, correspondendo a 14,7%; em 1970, para uma PEA de 31 milhões, aquela categoria correspondem a apenas 9,6%, num total de 2,9 milhões de pessoas. Aquela queda foi tanto relativa como em numero absoluto.

Só para informação, a participação dos menores na PEA, embora declinante, é ainda de 20%. A taxa de atividade econômica das mulheres (15 anos e mais) aumentou de 18,4%, em 60, para 21,1%, em 70.

Continua na página seguinte

Garantia às toneladas.

O FNM 210 CM apresenta a garantia brutal: 1 ano ou 100.000 km.

Agora o motor FNM 210 CM é o único que tem 1 ano ou 100.000 km de garantia.

Esses números muito grandes assim, nunca nos dão uma idéia exata de quanto eles valem. Mas para você entender direito o que significam 100.000 km, saiba que são a mesma coisa que 3 voltas ao mundo ou 60 vezes a Rio-Bahia ou 1/3 da distância entre a Terra e a Lua.

A esta altura você deve estar se perguntando como é que o FNM 210 CM pode dar uma garantia dessas.

Para começar, o FNM 210 CM é um caminhão construído para durar muito. Mesmo que as condições sejam as piores possíveis.

Há 20 anos que a FNM transporta o pesado neste país e durante todo esse tempo seus caminhões foram sendo aperfeiçoados cada vez mais.

Contando agora com as avançadas tecnologias da Alfa Romeo e da Fiat, o motor do FNM 210 CM teve importantes aperfeiçoamentos introduzidos em alguns dos seus componentes principais.

Todos os aperfeiçoamentos foram testados duramente nos veículos de experiência da FNM. Além disso, eles foram testados também na Itália, pela Alfa Romeo e pela Fiat, para que a FNM faça caminhões sempre melhores.

Tudo isso sem falar na absoluta confiança que a FNM tem no motor diesel de 215 CV desse caminhão.

Se tudo isso não basta para você entender porque o FNM 210 CM é o único que tem uma garantia tão grande, passe num concessionário. Lá você vai acabar percebendo que com o FNM 210 CM você realmente vai sair com 100.000 km de vantagem. E ficar contente muitas outras centenas de milhares de quilômetros.

FNM
Uma força brasileira

mpm-cb

Sua indústria já possui projeto de instalação de filtros coletores de pó?

Fabricamos mangas coletoras de pó, óxidos, negro de fumo, cimento, granalha de aço, etc. em tecidos de poliester, nylon, polipropileno, rayon, algodão, lã e feltro agulhado. Produzimos acessórios para todos os tipos de filtração industrial. Consulte-nos ainda sobre elementos para cabine de pintura automobilística. Ligue para 273-4945 e 66-6554, para conhecer mais sobre a qualidade FNA.

FNA

FILTRO NACIONAL DE AR LTDA.
Rua Visconde de Inhomerim, 1034
CEP 03120 - Moóca - São Paulo.

ANEXO K

Distribuição: Fishlow contestado nos EUA

Da Sucursal do RIO

Um estudo realizado pelos professores da Universidade de Michigan, Samuel A. Morley e Jeffrey G. Williamson, denominado "Crescimento, política salarial e desigualdade: Brasil durante os anos 60" e recentemente divulgado nos meios acadêmicos norte-americanos, procura colocar um ponto final na controvérsia iniciada em 1972 entre duas teses conflitantes a respeito da distribuição da renda no Brasil: a do "brazilianist" Albert Fishlow e a do brasileiro Carlos Geraldo Langoni.

A tese de Fishlow foi a mais contundente contestação ao modelo de desenvolvimento brasileiro, exatamente na época em que o País apresentava uma das maiores taxas de crescimento economico, exibindo ao mundo os hoje saudosos 11% de acréscimo ao produto real. Ironicamente, o principal autor do novo estudo, Morley, é um ex-aluno de Fishlow na Universidade de Berkeley, e dá razão total e absoluta à tese do atual diretor da Escola de Pós-Graduação em em Economia da Fundação Getulio Vargas.

As teses conflitantes

Em principios de 1972, Albert Fishlow, um americano que já havia trabalhado no Brasil durante algum tempo, publicava nos Estados Unidos um amplo trabalho, que denominou "Brazilans size distribution of income", em que fazia duas afirmações graves contra a orientação que vinha sendo imprimida à economia brasileira:

1) O aumento das desigualdades na distribuição da renda no Brasil é um fato constatado ao longo da decada de 60, além de muito grave e profundo; e

2) Esse aumento das desigualdades deve ser atribuido a politica economica eleita pelo País e, em particular, à politica salarial.

A partir desse momento, desencadeou-se uma formidavel onda de protestos, no Brasil e no exterior, que chegou a abalar alguns alicerces da Revolução de 64. Internacionalmente, muitos criticos aproveitaram a ocasião para desaconselhar a adoção do modelo brasileiro, enquanto que, internamente, as opiniões se dividiam, como ocorre até hoje.

Logo a seguir, o economista Carlos Geraldo Langoni publicava o seu primeiro livro, intitulado "Distribuição da renda e desenvolvimento economico no Brasil", confirmando a primeira das afirmações de Fishlow, por ser evidente o fato estatistico do aumento das desigualdades, mas acrescentando uma interpretação diferente à questão.

Para Langoni, a origem daquelas desigualdades estava nos desequilibrios do mercado de trabalho, o que é muito caracteristico de uma fase de crescimento acelerado, numa economia como a brasileira, em que se registrava (como até hoje) um excesso de oferta de mão-de-obra não qualificada e uma escassez aguda de mão-de-obra qualificada.

Política

As implicações politicas existentes nos dois trabalhos são bem distintas. Segundo Langoni, um crescimento rapido, não obstante provoque desigualdades na distribuição da renda, amplia também a mobilidade social, principalmente pela abertura que promove em torno de maiores e mais amplas oportunidades de emprego.

Em segundo lugar, esse aumento de desiguaddade pode ser corrigido a longo prazo na medida da vontade dos governantes, através de politicas educacionais e de estimulos fiscais ao treinamento da mão-de-obra. Posteriormente, em outras obras, o economista brasileiro mostrou varias formulas com as quais o governo brasileiro poderia neutralizar a tendencia altista das desigualdades.

Na realidade, em ultima analise tratou-se de uma discussão academica, em que um tecnico, de um lado, atribuia o aumento das desigualdades à politica salarial em sua essencia e em que outro especialista, num confronto, localizava a origem das desigualdades em outro problema.

Segundo se pode verificar, na tese de Langoni não há nenhuma critica ou elogio à politica salarial da revolução, mas apenas uma analise do que, no Brasil, provocou o aumento das desigualdades de renda. E' certo que, paralelamente a essa discussão, o governo defendia uma politica salarial que, em si, não continha os elementos necessarios para neutralizar os desequilibrios distributivos, uma vez que também não vinham sendo realizados, fora do ambito dos salarios, os investimentos necessarios à valorização da mão-de-obra no País.

A verdade é que, no Brasil dos anos 60, como até hoje, os maiores esforços no sentido de qualificar a mão-de-obra, o que os tecnicos chamam de educação profissional, são desenvolvidos pela propria iniciativa privada, através de organizações como o Senai e o Senac, ambas mantidas pela sempresas. E isto ocorre ainda que as estatisticas disponiveis indiquem que o investimento em capital fisico (maquinas, equipamentos, construção de fabricas etc.) proporciona um retorno muito inferior ao do investimento em capital humano. Em outras palavras, o que essas estatisticas provam é que educar o trabalhador é mais rentavel para as empresas do que comprar maquinas e equipamentos. Não obstante, não há registros de incentivos fiscais dados à mão-de-obra.

Estudo apóia Langoni

Depois de iniciada a controvérsia entre Fishlow e Langoni e ao longo dos ultimos três anos, muitos livros e artigos foram divulgados, em defesa de uma ou de outra posição. E o que deveria ser uma controvérsia academica terminou como um debate, em certo sentido, sobre a viabilidade do modelo economico brasileiro.

Faltava, porém, um estudo que estabelecesse o confronto cientifico entre as duas teses e isto é exatamente o que acaba de ser feito pelos professores de Michigan. Utilizando um modelo em que procuram simular as várias fases do processo de desenvolvimento brasileiro nos anos 60, Morley e Williamson chegam às seguintes conclusões:

1) O fator fundamental, por trás do aumento das desigualdades observado entre a parcela empregada da mão-de-obra, é exatamente a hipótese levantada por Langoni, ou seja, de que forças de mercado favoreceram os setores intensivos em mão-de-obra qualificada; e

2) Considerando o total da força de trabalho (empregados e desempregados, não é possivel falar de aumento de desigualdade ao longo da década de 60, já que os dados revelam melhoria na posição relativa dos grupos mais pobres da população, em 1970, relativamente a 1960.

Da leitura do novo estudo fica uma duvida. Se os seus autores utilizaram-se de dados do próprio Fishlow, como está escrito, é interessante perguntar por que o "brazilianist" não destacou essa ultima conclusão. Teria sido omitida?

Este ultimo dado é consistente com a intepretação do economista brasileiro, o qual, em seu livro, verificou que o crescimento rápido, a partir de 1967, ampliou significativamente as oportunidades de emprego, mesmo na faixa não qualificada, permitindo maior e mais rápida absorção da mão de-obra que migrava das zonas rurais.

Alterações na renda real per capita — 1960|70

Grupo	Variação
Renda mais baixa ..	28,0%
Renda intermediária .	6,3%
Renda mais elevada .	67,0%

A tabela demonstra que os grupos de renda mais baixa no Brasil, na década de 60, tiveram um acréscimo real mais elevado do que aqueles situados nas faixas intermediárias, ainda que inferior aos situados no extremo superior da escala de distribuição.

A mobilidade

Um dos pontos centrais do novo trabalho é aquele em que Morley e Williamson chamam atenção para o fato de que, ao lado dos efeitos distributivos ocorridos em relação à mão-de-obra empregada, deve-se considerar uma outra consequência fundamental do crescimento economico: a redução da taxa de desemprego, a qual, segundo dados derivados do próprio estudo de Fishlow, teria caido de 15%, em 1960, para 11%, em 1970.

Os dois economistas norte-americanos concluem criticando o uso de medidas convencionais de distribuição da renda como indicadores relevantes da performance social em economias de desenvolvimento. Segundo suas proprias palavras, esses indicadores "não têm o mesmo significado, em termos de bem-estar numa economia dinamica, como têm numa economia estagnada". Embora não indiquem, Portugal seria um bom exemplo desse fato.

Afirmam, ainda, que "afinal de contas, poucas pessoas prefeririam uma economia estagnada a uma economia dinamica, sobretudo aquelas que estão situadas na faixa de renda mais baixa".

Em estudos mais recentes, Carlos Geraldo Langoni afirma ser natural encontrar uma fase de aumentos de desigualdades coincidindo com uma intensa mobilidade social. Trata-se de um substancial aumento das oportunidades de trabalho, que permite às pessoas se deslocarem de um grupo social para outro. Numa situação como esta, a avaliação do desempenho social de uma economia exige novos e sensiveis indices, nos quais maior enfase é dada aos aspectos dinamicos dos perfis de renda, ao longo da vida, ao invés de comparações estatisticas interpessoais.

Uma vez decidida a controversia entre Fishlow e Langoni, talvez fosse desejavel que o governo brasileiro mandasse traduzir o estudo de Morley e Williamson, iniciando ao mesmo tempo a adoção de uma politica voltada para os investimentos em educação e em treinamento da mão-de-obra. Isto porque, em ultima analise, todas as três teses atestam um fato estatistico irrefutavel: o aumento das desigualdades da distribuição da renda no País.

Soames, do CEE, chega amanhã

Como parte da visita oficial que efetua a quatro países da América Latina, chegará a Brasília, amanhã, sir Christopher Soames, vice-presidente e responsável pelas relações exteriores da Comissão Econômica Européia.

Durante a sua permanência de dois dias na Capital da Republica, Soames manterá contato com o presidente Ernesto Geisel, com os ministros Reis Velloso, do Planejamento, Mario Henrique Simonsen, da Fazenda, Alysson Paulinelli, da Agricultura, Severo Gomes, da Industria e do Comércio, e Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, entre outras autoridades, sempre visando ao estreitamento das relações entre os paises que compõem a comunidade e o Brasil. No dia 1.o de outubro, sir Christopher Soames retornará à Europa.

Sugerida indústria de lapidação

Da Sucursal de SALVADOR

Entre as sugestões que serão feitas ao Ministério das Minas e Energia, a partir das conclusões aprovadas no encontro sobre metais nobres e diamantes, encerrado ontem, em Salvador, a proposta de instalação, no País, de uma industria de lapidação de grande porte figura como uma das mais importantes, segundo afirmou ontem o diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, Acyr Avila da Luz.

No relatório do grupo que estudou os pontos de entrave no setor brasileiro de diamantes, consta a informação de que a produção acumulada do Brasil entre 1728 e o ano passado corresponde, aproximadamente, à produção anual do Zaire, da ordem de 16 milhões de quilates. Isso, segundo o relatório, leva à constatação de que os depósitos brasileiros de diamante, que podem ser muito grandes, permanecem praticamente intocados e, para transformar essa situação, propor-se-á ao ministério uma intensificação dos estudos de pesquisa para que se possa mensurar e localizar melhor os depositos.

Prioridades para normas técnicas

Da Sucursal de BRASILIA

A Secretaria de Tecnologia Industrial — STI — do Ministério da Industria e do Comércio convocou para o dia 7 de outubro uma reunião das principais empresas estatais do País — entre elas a Petrobrás, Siderbrás, Telebrás, Eletrobrás, Nuclebrás, Embraer —, objetivando estabelecer prioridades para a execução do Programa Nacional de Normas Técnicas. Durante o encontro, será estudada a possibilidade de viabilizar a produção, no Brasil, de produtos que hoje não têm especificações comuns a todas as empresas e são importados, porque sua produção não oferece escala industrial.

Com essa reunião, a STI dá inicio a um extenso programa de padronização ou normalização que deverá ser estendido posteriormente a todos os setores industriais do País, inclusive os controlados pela iniciativa privada, e deverá ser implantado dentro de três ou quatro anos. Além da economia de divisas, a execução do programa propiciaria grande economia na produção industrial.

A normalização

O secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Industria e do Comércio, José Walter Bautista Vidal, explica o processo de normalização com um exemplo prático: hoje, praticamente, todas as fábricas de automóveis compram chapas de aço diferentes, que são produzidas pelos fornecedores com as especificações técnicas usadas no País de origem de cada fábrica.

Basicamente, o produto não se distingue muito em sua qualidade, de modo que as especificações poderiam ser unificadas para todas, resultando em grande economia, já que as usinas teriam condições de usar um processo unico para esse tipo de chapa. O Programa Nacional de Normalização foi elaborado com a colaboração de técnicos da UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

Novo regulamento do IR

Ao ensejo da publicação do Novo Regulamento do IR (Dec. 76.186|75), o CTE promove, em sua sede, à rua Libero Badaró 377, 22.o andar, cj. 2.210, a partir do próximo dia 6, um curso para a análise de suas principais disposições relativas às Pessoas Jurídicas. Será ministrado pelos especialistas Celso Botelho de Moraes, Francisco Stella Netto, Moisés Akselrad e Wanderlei Ban Ribeiro, sob a coordenação do dr. Francisco R. S. Calderaro. As inscrições podem ser feitas no local ou pelos tels.: 33-6658 e 36-6269.

DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

São Paulo, 26 de setembro de 1975

Declaramos à praça em geral que o Sr. Luiz Carlos Kerssner, não mais pertence às nossas organizações — SELTEC Serviços Temporários Ltda e SELTEC Seleção Tecnica de Pessoal, desde 31-03-75.

Não será de nossa responsabilidade quaisquer documentos assinados pelo mesmo.

SELTEC — SERVIÇOS TEMPORARIOS LTDA.
SELTEC — SELEÇÃO TECNICA DE PESSOAL
JOSÉ NELSON SANTINELLI — CRC-SP 56.368

DECLARAÇÃO À PRAÇA

GRANCAR S/A. VEICULOS E SERVIÇOS, C.G.C. 61.506.960/0001-12, estabelecida nesta Capital à Rua Faustolo, 1.187 a 1.241, vem comunicar à Praça em geral que foram roubados dia 26-05-1975, todos os seus talões de cheques fornecidos pelos bancos ITAU S/A., BRADESCO, UNIÃO COMERCIAL, BANCO NACIONAL, MERCANTIL DE SÃO PAULO, e NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Por esse motivo, todos os Bancos acima já foram notificados de que não deverão pagar tais cheques e ao mesmo tempo fica alertado o Comércio em geral para que recuse pagamentos por cheques emitidos contra os referidos Bancos desde que não identificados.

São Paulo, 26 de setembro de 1975.
GRANCAR S/A. — VEICULOS E SERVIÇOS

SEÇÃO LIVRE

PORTUGAL E AS JANELAS ABERTAS

SALOMÃO JORGE

O norte de Portugal como que foi o vanguardeiro na nação dos portugueses contra o comunismo invasor: Lembro-me haver lido em "As Farpas" uma colorida página de Ramalho Ortigão, descrevendo a visita do príncipe reinante e sua augusta família à invicta cidade do Porto, que recebeu os reais visitantes, numa festa de colchas e bandeiras nas janelas, girandolas de foguetes, palanques de musica, arcos de triunfo, loas e luminarias.

Num estrado onde se destacava um pavilhão ornado de bambolins das cores constitucionais, o presidente da Camara com os vereadores da municipalidade portuense, de espadim e capa tricorne com arminho, na cerimonia de vassalagem prestada ao rei, ofereceu-lhe as chaves da cidade de num coxim de veludo, com estas palavras: **Chaves deste inexpugnável baluarte da liberdade**.

E a cidade heróica demonstrou hoje na repulsa ao comunismo, que, com toda a nação, continua a pelejar com a mesma bravura dos antepassados pela Carta e pela soberana de todos os tempos, a rainha liberdade.

Já me referi, em artigo anterior, a Milovan Djilas, ex-vice-presidente da Iugoslavia, cujo partido comunista ele dirigiu, autor do livro "A Nova Classe", em que a cidade comunista foi descrita pelo habitante maior conhecedor dos seus meandros. Nesta obra, o revolucionário intelectual repudiou o credo que abraçou, cuja tirania implacável e corrupta se tornou mal incurável, inerente à sua própria natureza, que rejeita a liberdade como corpo estranho. Observou ele que de cada vitória do comunismo "nasce uma nova classe de proprietários e exploradores, formada por aqueles que têm privilégios especiais e prioridade econômica em virtude do monopólio administrativo que exercem".

O grupo triunfante — comenta Djilas — acaba dono do monopólio da propriedade, da ideologia e do governo, monopolio que a nova classe exerce em nome dos trabalhadores sobre toda a sociedade, o que acaba sendo um monopolio sobre a própria classe trabalhadora.

A politica embusteira nunca ludibriou tanto os homens como neste seculo paradoxal da história, em que duas forças antagônicas e igualmente poderosas disputam, lado a lado, o premio do triunfo, o bem e o mal, a espiritualidade e o materialismo, Ariel e Caliban. E' a época em que **"uma classe exerce sobre os homens o poder mais completo que a história conhece"**.

Se o indivíduo não se submete ao poder autocrático e brutal, é impiedosamente eliminado, em nome do que eles chamam "vigilancia revolucionária". E se o programa de tal governo é a ausencia de liberdade, o unico meio que existe para restituir ao homem a dignidade de cidadão só pode ser esta liberdade, o verdadeiro remédio que possui a dupla propriedade de salvar dos grilhões o povo escravizado, ao mesmo tempo em que fulmina os que, em nome da prepotencia ilegitima, exercem o dominio absoluto sobre a personalidade desmoralizada pela servidão. O motivo principal que levou Djilas a romper com o comunismo avassalador foi o que ele chamou "a tirania sobre o espírito". **"É o tipo mais brutal de tirania; todas as outras tiranias começam e terminam por ela. A história perdoará os comunistas de muita coisa. Mas o estrangulamento de todos os pensamentos discrepantes com o objetivo de defender interesses pessoais os pregará numa cruz infamante"**.

A mais prolífica das mães é, sem duvida, a tirania, a gerar outras tiranias, desde a hora em que nasce até à hora em que morre. Stalin transformou-se num mar de ódio, engrossado pelos crimes de milhares de carrascos, entre os quais: Yagoda, Beria, Yezhov, sendo que os dois primeiros acabaram assassinados e o ultimo num manicomio.

"Nenhum outro regime — escreve Djilas — provocou ainda tão profundo e extenso descontentamento... é um **descontentamento total em que todas as diferenças de opinião pouco a pouco se perdem, salvo o desespero e o ódio. A insatisfação espontanea de milhões com os detalhes da vida quotidiana é uma forma de resistencia que os comunistas não têm conseguido dominar"**.

Kruschev que, como a vaca do presépio, disse sim a todas as atrocidades de Stalin, só resolveu dizer não três anos após a morte do seu amo e senhor. Mas ninguém se iludiu com o astuto camponês que se aproveitou da morte do seu chefe para denunciar os crimes de que foi cumplice... A história ainda não se esqueceu daquela arenga pronunciada pelo "açougueiro da Ucrania":

"Levantando a mão contra o camarada Stalin levantam-se **contra o que a humanidade possui de melhor.** Porque Stalin é esperança, é o farol que guia toda a humanidade progressista. Stalin é a nossa bandeira! Stalin é a nossa vontade! Stalin é a nossa vitória".

Desde que, em 1934, começou a ser chefe do Partido em Moscou, em cinco anos, como sequaz principal do ditador, no depoimento de Eugene Lyons, autor de "Stalin, Czar de Todas as Russias", **Kruschev não podia deixar de mergulhar no sangue até ao pescoço**". Dez milhões de pessoas foram amontoadas em terríveis campos de trabalho escravo, dezenas de milhares foram fuziladas pela policia secreta — crimes que o próprio Kruschev iria reconhecer em 1956".

Em Kiev, teve como seu lugar-tenente Ivan Serov, um gélido carrasco, como informa Henry Jordan, que dominou a policia secreta soviética e a dos paises satélites com seus 250.000 espiões permanentes e 750.000 agentes extraordinarios. Chefe da policia secreta na Polonia, ocupada pelos russos, despachou da cidade de Lemberg, em vagões de gado, mais de um milhão de poloneses, sendo que dezenas de milhares foram massacrados.

Na cidade ucraniana de Vinnitsa, os nazistas, em 1943, encontraram num pomar 95 valas comuns, nas quais havia perto de 10.000 cadáveres. Algumas das vitimas estavam vestidas com as mãos amarradas nas costas e orificios de bala na nuca. Os técnicos, pelo fato de os encontrarem com a boca cheia de terra, concluiram que estavam ainda vivos e procurando respirar, quando foram jogados dentro das sepulturas.

As pegadas de Serov, sob as ordens de Kruschev, marcam todos estes quadros macabros em que o homem sem Deus só obedece à lei da força bruta, a que destrói todos os valores da consciencia e da moral. Ninguém escapou ao genocídio. Na Letonia, Estonia, Lituania, 750.000 pessoas foram mortas ou deportadas. E Serov, comandando a vingança, alçou-se até à republica soviética de Chechen-Ingush, no alto das montanhas do Caucaso, em busca de suas vitimas.

Conta o jornalista Henry Jordan que Kruschev quando oferecia um banquete no Kremlin ao Primeiro Ministro francês Guy Mollet, em maio de 1956, disse, rindo, ao seu convidado:

— "Sabe, camarada Mollet, a cadeira em que está sentado é a mesma que Beria ocupava quando atiramos nele".

Sabe-se que naquela reunião se encontravam, entre outros, além de Kruschev, Malenkov, Zhukov, o sinistro carniceiro Ivan Serov, premiado com a ordem de Lenine, que amontoou 4.500 cadáveres de oficiais poloneses nas valas comuns de Katyn, além dos massacrados nos campos soviéticos dos prisioneiros de guerra, fantasma de pesadelo que ajudou a povoar prisões como a de Vorkuta, onde chegaram a se amontoar mais de 200.000 prisioneiros naquele deserto esmagador da morte, não distante do Círculo Polar Artico, em que o termometro chega a 51 graus abaixo do zero, junto às tundras sem fim, que são o panorama daquele inferno em que o gelo é mais cruel que o fogo.

Qualquer estudante de história sabe que a revolução de março de 1917 não foi feita pelos bolchevistas, mas pelo povo russo representado pelo proletariado, militares, a burguesia e até pelos nobres.

Não foram os comunistas, ou os bolchevistas de então, que libertaram o povo russo. Este, sim, é que rebentou as correntes do czarismo que lhe dilaceravam as carnes e a alma. Nem Lenine, nem Trotsky, nem Stalin se encontravam na Russia, quando o povo, à maneira de Prometeu preso no cimo do Caucaso, ajudado pelo seu amor à liberdade, se não conseguiu, tentou salvar-se do abutre da escravidão, evocado na tragédia de Esquilo.

Nos poucos meses de liberdade, como quem desperta de um sono mau, proscreveu as restrições religiosas, procurou acabar com as diferenças de classes, instituiu o julgamento pelo juri, garantiu o julgamento e a independencia dos tribunais, igualou o direito das mulheres ao dos homens, extinguiu as penas humilhantes, defendeu a liberdade de imprensa.

Até que chegou o dia 7 de novembro, em que uma insignificante minoria, obstinada e fanática, dirigida por Lenine e Trotsky, desfechando um golpe de Estado, conseguiu empolgar o poder, ao assenhorear-se dos principais departamentos do governo, da central telefonica, de todos os meios de comunicação. E obtiveram o exito inesperado, graças ao que La Fontaine chamou a fortuna cega emparelhada com a audacia cega: **"Fortune aveugle suit aveugle hardiesse"**.

É verdade que o Governo Provisório de Alexander Kerensky havia convocado as eleições nacionais, em que o povo externou a sua opinião, elegendo a Assembléia Constituinte de todas as Russias, que se reuniu em 18 de janeiro de 1918. Dos 36 milhões de votos, os comunistas conseguiram reunir apenas uma quarta parte.

Assim, após a grande noite da prepotencia dos tzares, a aurora da liberdade promissora parecia dealbar a curva do horizonte. Era o primeiro Congresso eleito por sufragio universal pela "misera plebs", a que se referia Horácio em sua "Satira", ou pela **"misera contribuens plebs"**, o pobre povo que paga, como consta do "Decreto" da Dieta hungara de 1751.

Com o novo regime ali se delineava o centro da soberania politica da Russia que se preparava para iniciar a sua caminhada para a liberdade.

O primeiro Congresso reuniu-se no Palácio Táurida em Petrograd, em 18 de janeiro de 1918, como legítimo representante da vontade da maioria, disposto a decidir sobre a futura forma de governo, como ainda sobre a reforma agraria.

O povo russo, inaugurando a Casa do Povo, como que homenageava a fonte da liberdade, a liberal Inglaterra, que John Bright disse ser a mãe dos Parlamentos, **the mother of Parliaments**. No ano anterior, a 5 de maio de 1917, o Conde de Balfour, presidindo uma comissão inglesa, na primeira vez em que um inglês falou na Camara dos Representantes dos Estados Unidos, quando numa das tribunas se encontrava Wilson, assim se externou: "Todas as Camaras Livres que governam atualmente as grandes nações da terra foram inspiradas em nossas práticas ou nas vossas, ou em ambas combinadas".

Todavia, aos comunistas não interessava aquela assembléia de representantes eleitos pelo povo. E trataram de interromper o discurso do presidente do primeiro Congresso livre da Russia, Victor Chernov, um dos fundadores do Partido Revolucionário Socialista. Os guardas vermelhos abriram fogo contra o povo desarmado que, nas ruas, com bandeiras e cartazes, ovacionava os deputados ali reunidos. Chernov era, a todo instante, interrompido pelos apupos e vaias da galeria atulhada de bolchevistas. E eis que o presidente da Camara é intimado por um marujo, protegido por guardas armados, a encerrar a sessão, em nome do Comissário do Povo.

— Que Comissário do Povo? pergunta Chernov.

E pela noite a dentro, com os deputados munidos de velas, ante a ameaça de a luz ser desligada, num ambiente carregado, borrascoso, votou-se o projeto da lei agraria e a formação de um governo republicano.

Só pela madrugada, suspendeu-se a sessão até a tarde do dia seguinte.

Infelizmente até hoje o povo russo não pôde mais ouvir a voz dos seus representantes. Os comunistas trancaram as portas do Palácio Taurida e anunciaram que a Assembléia Constituinte fora dissolvida.

De 1918 a 1921, desembesta pela Russia, como um lobo esfaimado, a horrenda guerra, a **"horrida bella"** do hemistíquio de Virgilio, a guerra civil, que Shakespeare comparou a um verme venenoso **"viperous worm"**.

Trotsky improvisa o seu Exercito Vermelho que investe contra o povo desarmado e desprevenido, o qual, apesar de tudo, lutou, sem medo, para salvar a liberdade que, como um pálido sol no oriente, ensaiava os primeiros raios num horizonte tinto de sangue.

Para o recrudescimento do horror irrompe a **Cheka**, a policia politica dos Soviets, ordenando as prisões e execuções em massa, monstro que gerou a GPU, a NKVD, a MVD.

Em 1921, os trabalhadores de Petrograd, cansados de sofrer, famintos de pão e de liberdade, promovem as suas primeiras greves, logo sufocadas barbaramente pelos **kursanti**, os cadetes orientados por Lenine.

Também se rebelam os marinheiros de Kronstadt, base naval, a oeste de Petrograd, no golfo da Finlandia. Lenine e Trotsky não hesitam em esmagar a revolta, dizimando milhares desses marinheiros, operários e soldados.

A data negra foi 7 de março, e comandou o massacre o general comunista Tukhachevsky, o qual, por ordem de Stalin, 16 anos mais tarde, seria executado sob a acusação de ter conspirado contra o impiedoso ditador.

Assim se iniciou a mais terrivel ditadura da história, a que mais ódios vem semeando, não só na Russia, como nas nações que lhe tombaram sob as botas.

Quando em 1959, Kruschev visitou os Estados Unidos, no serviço do sua proteção, mobilizaram-se 40.000 americanos.

O chefe do Serviço de Segurança Soviética que o acompanhou foi o Major-General Nikolai Zhakharov, que, na cidade de Pittsburgh, observando um hotel do outro lado da rua, em frente ao apartamento que iria alojar Kruschev, pediu que todos os hóspedes, cujas janelas davam para os aposentos do Primeiro Ministro, fossem desalojados e as persianas corridas.

— **Sinto muito, General** — respondeu o Chefe de Policia Slusser — **isto é América; não é esta a nossa maneira de lidar com as pessoas.**

Slusser respondeu certo. Kruschev não estava na Russia, na Alemanha Oriental, nem na Hungria e na Polonia subjugadas. Mas na livre América do voto, da tribuna e da imprensa livres, imprensa que é o pulmão por onde a nação respira e também a vista da própria Nação. Na América que não sabe lidar, a não ser com a liberdade, com as pessoas que não usam cadeado na boca, e cujo maior orgulho é a honra de serem livres, sob as formas protetoras do direito, direitos da pessoa ou do cidadão, direitos que se subentendem jamais contra, mas sempre a favor da liberdade.

Portugal também é assim, embora, por largo tempo, tivesse vivido sob uma ditadura que, sacrificando a liberdade pela ordem, lhe trouxe multos malefícios, cujas consequencias levaram a Nação à quase anarquia em que hoje se debate.

E por que o povo português não se insurgiu contra o ditador obstinado? E' que o honrado Salazar, apesar de todos os seus erros, tinha as qualidades humanas do português pai de família, muitas vezes injusto nos excessos da sua autoridade, mas humano, amigo dos seus, religioso, humilde, resoluto, incapaz de macular as mãos no sangue do próximo, como os tiranos que, para se manterem no poder, se apoiam no exterminio, na violencia e na bestialidade.

Falando de Salazar, escreveu Tristão de Athayde que ele "sem alarde... mas ao contrário, com as virtudes mais pacatas e frias, esse homem imortal fez uma obra de reerguimento nacional, como até hoje nunca se vira na história multisecular do seu povo pequenino, mas heróico".

Cremos que esse reerguimento se teria consolidado, se a ordem e a autoridade que ele construiu, tivessem por base, não a liberdade tolerada, mas a liberdade em todas as suas manifestações, a de voto, a de exprimir e comunicar o pensamento, a da imprensa, porque esta não é, como observou Girardin em 1863, a que cria o perigo, mas sim quem o revela e denuncia.

Os comunistas bateram em porta errada julgando que o povo estava preparado para recebê-los. Mas o português, que já os conhece, não quer saber de persianas corridas. Quem devassou os mares em busca de novos mundos, acostumado a respirar na liberdade dos largos horizontes, não se acostuma com as trevas, só pode viver de janelas abertas.

ANÚNCIOS FÚNEBRES

1 ano de falecimento
Jercy Batistucci convida parentes e amigos para a missa de
ROBERTO BATISTUCCI
dia 29, segunda feira, às 8 horas na Igreja da Consolação

A Familia do
Prof. Carlos Candido Vianna
agradece, sensibilizada, a todos que a confortaram no doloroso transe por que passou e convida os parentes e amigos para assistirem à missa de 7.o dia, que fará celebrar TERÇA-FEIRA, dia 30 do corrente, às 9 horas, na Igreja de Santo Antonio, à Praça do Patriarca.

A Familia de
Avelino Raphul
agradece as manifestações de pesar recebidas por ocasião do seu falecimento e convida parentes e amigos para assistirem à missa de 7.o dia que fará celebrar dia 29, às 19,30 horas, na Igreja Nossa Senhora do Libano (Maronita), à Rua Tamandaré, 355.

O SÓCIO
E OS FUNCIONÁRIOS DA
INDÚSTRIA DE MALHAS E MEIAS PEROLA LTDA.
— comunicam com pesar o falecimento de
Avelino Raphul
e convidam para a missa de 7.o dia, a realizar-se dia 29, às 19,30 hs. Na Igreja Nossa Senhora do Libano (Maronita), à Rua Tamandaré, 355 — Por este ato de religião e amizade, antecipadamente agradece.

ANEXO L

Mínimo pode subir até 38%, diz Simonsen

Da Sucursal de BRASILIA

O ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, admitiu ontem, perante a CPI da Camara, que investiga a política salarial do governo, que o aumento do salário mínimo, em maio do próximo ano, poderá chegar a 38%, dependendo da taxa inflacionária deste ano.

A disposição do governo — assegurou o ministro — é continuar aumentando a capacidade de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo. Segundo ele, o primeiro grande passo para alcançar este objetivo foi a desvinculação do salário mínimo como fator de indexação, ou seja, como valor de referência para a fixação de outros valores monetários.

Simonsen explicou melhor sua estimativa de que o salário mínimo em 1976 poderá ter um reajuste em torno de 38%, contra os 41% concedidos no corrente ano. Disse o ministro da Fazenda que, se a taxa inflacionária em 1975 for de 30%, o aumento do salário mínimo poderá ficar em torno de 36%, mas se a inflação alcançar 32%, o reajustamento salarial será de 38%.

Multi e greve

Ao responder uma indagação do deputado Airton Soares (MDB-SP), o ministro disse que a política salarial em nada influi na atração de capitais estrangeiros. Simonsen lembrou que as multinacionais costumam pagar salários mais altos do que as empresas nacionais, portanto elas não têm nenhum interesse num regime de eventual compressão salarial, pois "nunca atuaram nem a favor nem contra".

Depois de responder afirmativamente ao parlamentar paulista que lhe indagara se era filiado à Arena, Simonsen explicou a Soares que o direito de greve existe na legislação brasileira, mas ao mesmo tempo há uma lei definindo a fórmula de calcular os reajustes salariais. Fazer greve contra a lei seria admissível, admitiu Simonsen, depois que Airton Soares pediu-lhe uma explicação para o significado da inclusão do direito de greve como um dos temas do programa da Arena. "Quanto a este ponto — aduziu — melhor seria que V. Exa. pedisse maiores explicações aos elaboradores do programa do partido".

Petróleo

Comentando a influência do aumento dos preços do petróleo na inflação brasileira, o ministro da Fazenda, referindo-se a 1974, disse que é difícil sair de um regime de inflação violenta de 35% para um estado de estabilização sem evitar a influência do processo de realimentação inflacionária, que subsiste por meio da transferência de uma certa taxa de um exercício para outro.

O ministro considerou "uma proposta tentadora" o congelamento dos preços, mas explicou que também teriam de ser congelados os salários. Para que haja congelamento seria necessário atender a duas exigências, ambas difíceis: a primeira seria saber qual o momento exato de congelar os salários, pois algumas categorias poderiam ter tido reajustes recentemente, enquanto outras estariam ainda aguardando há vários meses, sendo impossível estabelecer uma espécie de "momento médio", que seria o ideal.

A segunda dificuldade, relacionada com o congelamento dos preços, seria a de obter-se um suprimento "extremamente normal" de mercadorias e serviços, e ter-se a certeza de que no período não haveria desajustamentos e crises de produtos, como os provocados recentemente por fenomenos climáticos no Sul do País, o que também é impossível de prever.

Chamado a definir a característica do capitalismo brasileiro, o ministro da Fazenda começou dizendo que hoje não há mais nem socialismo puro, no estilo soviético, nem capitalismo autêntico, no sentido ortodoxo do termo. Embora não acredite numa futura fusão de regimes, ele considera que a tendência é alcançar-se uma máxima aproximação dos dois sistemas. Quando ao Brasil, a característica atual é de um pluralismo, no qual cabe um pouco de intervenção do Estado, e boa dose de estímulo ao empresariado privado.

O ministro negou que a característica do modelo econômico seja estatizante, por causa dos incentivos fiscais e financeiros concedidos à iniciativa privada pelo governo.

Pirâmide

Simonsen reconheceu que atualmente o salário mínimo é o único indicador disponível para a aferição do crescimento dos índices salariais no Brasil, mas defendeu a montagem imediata de mais dois indicadores, para cobrir outras áreas e outros valores salariais: o primeiro seria um levantamento por meio dos dissídios coletivos, tarefa hoje facilitada tendo em vista que eles são suscitados a cada período de 12 meses, sendo relativamente fácil acompanhar o crescimento salarial de cada categoria. O segundo indicador seria o FGTS que permitiria uma distribuição da pirâmide salarial por intermédio do cálculo dos valores depositados, e que são sempre constantes (oito% do salário).

O presidente da CPI, deputado Alceu Collares (MDB-RS) formulou diversas críticas à política salarial do governo. Segundo ele o próprio ministro admitiu que as fórmulas salariais postas em prática pelos governos revolucionários revelaram-se imperfeitas. Todavia — argumentou — o governo não dimensionou nem avaliou as consequências dessas imperfeições na redução do salário efetivo do trabalhador, e, muito mais, nada fez para repor os prejuízos, enquanto prosseguem as experiências com novas fórmulas.

Outra crítica do parlamentar gaúcho diz respeito às distorções dos indicadores sociais divulgados pelo governo, os quais apresentam o aumento do consumo de eletrodomésticos, rádios e televisões, como prova da melhoria da qualidade de vida. Para Collares, entretanto, há outros indicadores ainda mais importantes, e que o governo não divulga: são os relativos à qualidade da saúde, da alimentação e da educação do povo.

A propaganda maciça e as facilidades de crédito criadas pelo governo, com pagamentos em 48 e 60 meses, induzem o trabalhador a consumir. "Não é novidade encontrarem-se antenas de televisão em barracos, e isto não significa dizer que seus moradores possuem uma boa qualidade de vida", concluiu o parlamentar.

Resenha TRIBUTÁRIA
• IMPOSTOS FEDERAIS •

Teses apresentadas ao 2.º Congresso Interamericano de Direito Tributário, a realizar-se em São Paulo, a partir de hoje, sobre o tema: Fixação das Linhas Mestras de uma Política Tributária para o Desenvolvimento Urbano.
(27 volumes, contendo 33 teses, ao preço de Cr$ 400,00).
Podem ser adquiridos:
— nas Livrarias Especializadas;
— nos Escritórios da Resenha Tributária, nesta Capital, à Rua Cel. Xavier de Toledo, 210 — Cj. 74 (Telefones: 33-9075 — 35-4445 e 35-8295) e à Rua da Glória, 746 (Telefone: 279-1225); ou
— pelo REEMBOLSO POSTAL.

Casa José Silva - Confecções S.A.
SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO
C.G.C. 33.024.860
BONIFICAÇÃO
ENTREGA DE CAUTELAS
Convidamos os Senhores Acionistas a comparecerem nos endereços abaixo, a fim de receberem as ações referentes à Bonificação de 30% (trinta por cento), com direito a dividendos integrais aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 1975.
O atendimento dos Senhores Acionistas, se fará a partir do dia 20/11/75, no horário de 9:00 às 12:00 horas, de segunda à sexta-feira, mediante apresentação das cautelas possuídas.
RIO DE JANEIRO - Rua Miguel Couto, 3 e 5 - 5.º andar
DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS.
SÃO PAULO - Av. Brigadeiro Luiz Antonio n.º 289
DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS
A DIRETORIA

Ministro explica a política salarial

Depondo ontem na Camara Federal, perante a CPI que investiga a politica salarial, o ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, descreveu o tratamento dado aos salarios desde o governo Castello Branco, explicou as revisões aplicadas à formula até este ano e discutiu os efeitos dessa politica sobre a distribuição de renda. Em sua exposição, o ministro abordou, também, uma questão que tem despertado grande interesse entre economistas: a divergencia entre a parcela correspondente ao aumento de produtividade, incluida nos reajustes salariais, e a taxa de aumento do produto per capita.

Foi o seguinte o pronunciamento do ministro Mario Henrique Simonsen:

"Ao iniciar meu depoimento nesta CPI que investiga a politica salarial, gostaria de abordar três pontos principais: a evolução da formula da politica salarial, o problema do coeficiente de produtividade, a evolução dos salarios reais e da distribuição de renda.

O principio basico da formula da politica salarial instituida no governo Castello Branco, inicialmente exposta no PAEG e posteriormente implantada pela lei n.o 4725 e pelos decretos-leis n.os 15 e 17, era o da estabilização pela media, e não pelos picos. O PAEG partia do reconhecimento de que:

a) numa conjuntura inflacionaria, os salarios reais de cada grupo social oscilam fortemente entre picos e vales, por causa da combinação de altas continuas de preços com reajustes descontinuos de salarios;

b) o que o sistema economico efetivamente sancionou não foi o salario real pico, alcançado apenas no momento do reajustamento, mas o salario real medio, observado durante o periodo de constancia do salario nominal;

c) nessas condições, o objetivo a alcançar deveria ser o da estabilização pela media, e não pelo pico, já que este ultimo objetivo seria incompativel com a preservação da taxa de poupança e com o combate à inflação.

As fórmulas

Na realidade, para tornar funcional a formula de politica salarial, o Programa de Ação Economica do Governo Castello Branco introduziu dois novos elementos: o coeficiente de produtividade e a estimativa do residuo inflacionario. Admitia-se, de um lado, que os salarios reais medios devessem crescer de acordo com o aumento da produtividade do trabalho. Reconhecia-se, por outro lado, que a inflação, embora baixando de ritmo, não acabaria de imediato. Admitiu-se para tanto, como formula aproximada, que um salario nominal "S", fixado para um periodo de doze meses, sofreria uma redução media real nesse periodo de 1 -|- 0,5Q, sendo "Q" a taxa de inflação observada no periodo. Assim, a formula estabeleceu que, a cada doze meses, o novo salario seria calculado:

I) estabelecendo-se, em moeda do poder aquisitivo do mês do reajustamento, o salario real medio dos ultimos 24 meses;

II) acrescendo-se a esse valor os percentuais correspondentes ao aumento de produtividade e à metade do residuo inflacionario previsto.

A principal imperfeição da formula em questão estava em não conter nenhum elemento corretivo das eventuais subestimativas do residuo inflacionario. Admitindo-se que o residuo inflacionario fosse estimado em "Tn", para o ano "n", que a inflação efetiva nesse ano fosse "Qn", e que a taxa de aumento da produtividade fosse igual a "m", os salarios reais evoluiriam de acordo com a formula:

$$W_n = 0,5(W_{n-1} + W_{n-2}) \frac{(1 + M + 0,5T_n)}{1 + 0,5Q_n} \qquad (1)$$

W_{n-2}, W_{n-1} e W_n representam os salarios medios nos anos n-1, n-2, e n. De acordo com essa formula, sempre que houvesse subestimativa do residuo inflacionario, isto é, se Tn fosse menor que Qn, os salarios reais cresceriam a taxas inferiores às do aumento de produtividades. Mais ainda, se a subestimativa do residuo ultrapassasse o dobro do coeficiente de aumento de produtividade, isto é, se Qn-Tn fosse maior que 2m, os salrios reais cairiam. Esse efeito mostrou-se especialmente acentuado em 1966, quando o residuo inflacionario foi estimado em 1-0 por cento, e a inflação efetiva alcançou perto de 40 por cento.

Além dessa imperfeição, a formula do governo Castello Branco encerrava duas outras ligeiras incorreções:

I) o intervalo medio entre os 24 meses anteriores e os 12 de vigencia do novo salario era de 18 meses; como tal, o coeficiente de produtividade deveria referir-se a um ano e meio, e não a apenas um ano;

II) as percentagens relativas ao aumento de produtividade e à metade do residuo inflacionario deveriam ser compostas, e não adicionadas aritmeticamente. Assim, na formula (1), ao invés do fator 1 + m -|- 0,5 Tn, deveria figurar a expressão (1 -|- m) (1-|-0,5 Tn).

Em 1968, durante o governo Costa e Silva, diante das criticas à formula, introduziu-se uma alteração: sempre que o residuo inflacionario tivesse sido subestimado nos ultimos doze meses, o salário desses ultimos doze meses seria levado em conta não pelo seu valor efetivo, mas pelo que teria prevalecido caso o residuo inflacionario tivesse sido calculado corretamente. Na realidade, isso equivaleria a substituir, na formula (1), Wn-1 por W*n-1, este ultimo correspondendo ao salário real que teria prevalecido em média nos ultimos doze meses, caso a inflação tivesse sido calculada corretamente. A lógica da nova fórmula não era perfeita, mas ela funcionou mais ou menos a contento entre 1968, e 1973 por uma razão simples: a inflação efetiva não excedeu de muito a estimada.

O recrudescimento da inflação em 1974 pôs à mostra os defeitos teóricos da formula em vigor, dando origem ao novo método de cálculo estabelecido pela lei n.o 6147. O novo salário é calculado de modo a corresponder, em moeda do mês do reajustamento, ao salário real médio dos ultimos doze meses, multiplicado por três coeficientes:

a) o relativo à metade do residuo inflacionario previsto (1 — 0,5Tn);

b) o relativo ao aumento de produtividade (1+M);

c) o correspondente à subestimativa da metade do residuo inflacionário, (1+0,5Qn-1)/(1+0,5Tn-1). Admitindo-se que um salário nominal "S", fixado para um periodo de doze meses, sofra uma redução segundo o coeficiente 1+0,5Qn, sendo "Qn" a taxa de inflação nesse periodo, a nova fórmula estabelece uma evolução dos salários reais médios de acordo com a expressão:

$$\frac{W_{n-1}(1 + M)(1 + 0,5T_n)(1 + 0,5Q_{n-1})}{(1 + 0,5T_{n-1})(1 + 0,5Q_n)} \qquad (2)$$

"M" representa o coeficiente de produtividade. Tn-1 e Tn os residuos inflacionarios previstos nos anos n-1 e n, e Qn-1 e Qn as respectivas taxas observadas de inflação.

Os progressos dessa nova formula em relação as anteriores são claramente identificaveis:

a) ainda que o residuo inflacionario seja permanentemente subestimado, a formula normalmente conduzirá a uma serie crescente de salarios reais médios. Se na formula (2) supusermos a inflação constante (Qn = Qn1) e o residuo inflacionario permanentemente subestimado em Tn = Tn-1, isso não impedirá que os salarios reais cresçam à taxa de aumento de produtividade "M";

b) ainda que o residuo inflacionario seja subestimado, o simples fato de essa subestimativa cair no tempo fará com que o salario real cresça em ritmo superior ao do aumento de produtividade;

c) a hipotese de queda do salario real médio de acordo com a nova formula é extremamente remota; seria necessario que o aumento da subestimativa do residuo inflacionario, de um ano para outro, excedesse de aproximadamente o dobro do aumento de produtividade; na formula do governo Castello Branco o salario real cairia, não em função do aumento da subestimativa, mas da propria subestimativa: bastaria que ela excedesse o dobro do coeficiente de elevação da produtividade;

d) as incorreções menores da formula original foram eliminadas: os coeficientes correspondentes à metade do residuo inflacionario e ao aumento de produtividade são compostos e não adicionados; o coeficiente de produtividade, por sua vez, refere-se legitimamente a um periodo de 12 meses, que na nova formula é o intervalo médio entre a vigencia da base de calculo e o periodo de fixação do novo salario nominal;

e) a simplicidade da nova formula permite a tradução do seu resultado num unico coeficiente (o fator de reajuste salarial); a formula antiga obriga o poder executivo a fixar 24 coeficientes, todo mês.

O aumento de produtividade

Examinemos agora o segundo problema, o do aumento de produtividade.

Entre 1958 e 1974, o coeficiente de aumento de produtividade adotado na formula de politica salarial foi da ordem de 3,5 a 4 por cento, enquanto o aumento do produto real per capita situou-se entre 7 e 8 por cento ao ano. Alguns observadores, não compreendendo essa diferença, propõem que se adote esta ultima taxa como coeficiente de aumento de produtividade na formula de politica salarial. O objetivo da presente nota consiste em justificar a diferença em causa.

Admitiremos que o governo deseja que o total de salarios pagos cresça na mesma proporção que o Produto Interno Bruto. Isso equivale a tomar como objetivo um crescimento médio dos salarios igual ao aumento da produtividade média do trabalho (*). Isto posto, a adoção da taxa de crescimento do produto real per capita como coeficiente de aumento de produtividade na formula de politica salarial se justificaria se fossem obedecidas as três seguintes condições:

a) se o crescimento do numero de assalariados seguisse a mesma taxa do aumento populacional;

b) se todos os salarios aumentassem exatamente na proporção determinada pela formula da politica salarial;

c) se as relações de troca do país com o exterior se mantivessem inalteradas.

Nenhuma dessas hipoteses é verdadeira. A taxa de crescimento do numero de assalariados tem sido sensivelmente superior à do aumento populacional — num indicio saudavel de maior ativação da população, com a consequente absorção do desemprego estrutural. Isso, por si só, já torna a taxa de crescimento anual da produtividade media do trabalho inferior à taxa de crescimento do produto real por habitante.

Em segundo lugar, a formula de politica salarial só se aplica aos dissidios coletivos e aos reajustes salariais determinados pela Secretaria do Trabalho e Emprego do Ministerio do Trabalho, os quais apenas cobrem uma fração relativamente modesta da população economicamente ativa. Os trabalhadores rurais e autonomos, que representam bem mais da metade da força de trabalho no País, não logram nenhum beneficio com a formula de politica salarial. Isso obriga a que, na concepção da formula, os diversos elementos sejam setorializados e não globalizados. Admitamos que nos setores em que se aplica a formula, a produção fisica (ou, mais precisamente, a produção a preços constantes) seja igual a "Q", o volume de emprego igual a "N" e o indice de preços igual a P. A hipotese de que os salarios correspondam a uma fração constante do produto implica que o salario nominal medio "S" seja expresso por:

$$S = \frac{KQP'}{N}$$

sendo "K" um coeficiente de proporcionalidade.

Para o calculo do salario real medio, no entanto, o indice relevante de preços não é o correspondente ao da produção dos setores em causa, mas o indice de preços ao consumidor "P". Isto faz com que o salario real medio "W" se exprima por:

W = K (Q|N). (P'|P).

Isto faz com que o crescimento do salario real medio dependa não apenas do aumento da produtividade fisica Q|N, mas também do indice de relações de trocas, P'|P. Nos ultimos anos, os preços pagos à agricultura têm crescido bem mais rapidamente do que os dos produtos e serviços dos setores industrial e comercial — exatamente aqueles em que se aplica a formula da politica salarial. Isso implica uma queda do coeficiente de relações de trocas P'|P na formula acima e, por conseguinte, um acrescimo do salario real a taxas inferiores ao aumento da produtividade dos setores abrangidos. Deve-se notar que o coeficiente de aumento de produtividade embutido na formula de politica salarial corresponde exatamente ao que se pretende de melhoria dos salarios reais (pois os indices de preços usados não são os da produção setorial, mas os de custo de vida). O efeito acima justifica que esses coeficientes sejam inferiores aos da taxa de crescimento do produto medio por trabalhador ativo e, com mais forte razão, do produto real medio per capita.

Deve-se notar que a melhoria de relações de troca para a agricultura é fenômeno saudável, não apenas do ponto de vista do estimulo à expansão do setor primário, mas também sob o angulo de distribuição de renda. E' sabido que as camadas mais pobres da população são justamente as empregadas na agricultura, e que não se beneficiam da fórmula da politica salarial. A melhoria das relações de troca e a consequente expansão dos salários e oportunidades de emprego vem elevando a remuneração dos trabalhadores agricolas em proporção provavelmente superior à dos urbanos, do que resulta a melhoria do perfil de distribuição da renda.

O mesmo efeito de relação de trocas acima mencionado no campo setorial deve ser observado no campo global, entre o País e o Exterior. Há que distinguir o crescimento do produto real do crescimento da capacidade de compra desse produto. Este ultimo será conforme melhorarem ou piorarem as relações de troca do País com o exterior. Obviamente a taxa que se correlaciona com o aumento do poder aquisitivo da população não é a do crescimento do produto fisico, mas a da sua capacidade de compra, e, nesse sentido, é de se ressaltar que em 1974, com a crise do petróleo, as relações de troca entre o Brasil e o exterior cairam cerca de 20 por cento.

Os efeitos acima mencionados mostram que, nas atuais condições, o coeficiente de aumento de produtividade embutido na fórmula de politica salarial deve ser sensivelmente inferior ao do crescimento do produto real per-capita.

Distribuição de renda

Examinemos agora o terceiro problema, o da evolução dos salarios reais e da distribuição de renda. Ouve-se frequentemente que a fórmula da politica salarial foi a responsavel: a) pela piora do salário minimo real da decada de 1960; b) pela piora dos demais salarios; c) pela piora da distribuição de renda na década. E' importante examinar cada uma dessas alegações.

Os quadros (I) e (II) a seguir mostram os salários minimos reais no Estado do Rio de Janeiro nos meses logo após o reajustamento e na média mensal de cada ano. O dado referente a cada média mensal inclui, a partir de 1962, o décimo terceiro salário.

QUADRO I

— Salário mínimo real — Mês do reajustamento — Rio de Janeiro —

(Cruzeiros de outubro de 1975)

Anos	Mês	Cruzeiros	Variação (%)
1959	Janeiro	991,1	—,—
1960	Novembro	904,9	— 8,70
1961	Novembro	888,8	— 1,76
1963	Janeiro	859,9	— 3,25
1964	Março	774,3	— 9,05
1965	Março	678,7	— 12,35
1966	Março	622,1	— 8,34
1967	Março	560,9	— 9,92
1968	Abril	572,9	+ 2,21
1969	Maio	556,7	— 2,83
1970	Maio	545,4	— 2,03
1971	Maio	539,7	— 1,61
1972	Maio	548,4	+ 1,61
1973	Maio	561,2	+ 2,37
1974	Maio	532,8	— 5,06
1975	Maio	601,2	+ 12,84

QUADRO II

Salário mínimo real — média mensal — Rio de Janeiro

(Cruzeiros de outubro de 1975)

Anos	Cruzeiros	Variação (%)
1959	810,06	—
1960	679,93	16,06
1961	796,84	+ 17,21
1962	743,78	— 6,66
1963	692,44	— 6,90
1964	647,26	— 6,52
1965	631,89	— 2,37
1966	585,30	— 7,37
1967	563,03	— 3,80
1968	560,97	— 0,37
1969	545,56	— 2,75
1970	535,07	— 1,92
1971	537,03	+ 0,37
1972	551,43	+ 2,68
1973	572,28	+ 3,78
1974	500,23	— 12,59
1975 (*)	575,50	+ 15,05

(*) Estimativa.
NOTA: A partir de 1962 inclui o décimo terceiro salário.

As conclusões

Quatro são as principais conclusões a tirar:

A) O fenomeno da queda do salario minimo real não se iniciou após o advento da formula da politica salarial, mas cinco anos antes. Entre 1959 e 1964, o salario minimo real medio mensal caiu de 20,1 por cento, ainda que se leve em consideração a introdução do decimo-terceiro salario. Nos seis anos seguintes a queda foi percentualmente menor (17,3 por cento). Entre 1970 e 1973, o salario minimo aumentou expressivamente. Em 1974, voltou a cair o poder aquisitivo do salario minimo com o recrudescimento da inflação. Contudo, em 1975, com a nova formula da politica salarial da lei n.o 6.147, e com a desvinculação da correção monetaria do salario minimo pela lei n.o 6.205, foi possivel aumentar substancialmente o minimo salarial;

B) O salario minimo não pode ser tomado como media, pois a lei não determina:

I) Quantas pessoas encontram emprego;

II) Quantas pessoas ganham mais do que o salario minimo;

III) Qual a faixa da população marginal que ganha menos que o salario minimo.

Os dados relativos à taxa mensal media de reajustamentos salariais indicam certa melhoria de 1972 para cá, a despeito de 1974 já tendo sido recuperada em 1975 (Quadro III).

QUADRO III

Taxa mensal média de reajustes salariais

Meses	1972	1973	1974	1975
Janeiro	22,53	18,75	16,45	43,0
Fevereiro	22,87	18,58	16,62	44,0
Março	23,28	17,20	17,07	44,0
Abril	23,61	16,43	17,95	42,0
Maio	22,99	16,19	22,72	36,0
Junho	22,33	16,22	24,86	37,0
Julho	21,45	17,14	25,13	35,0
Agosto	19,31	17,36	29,50	34,0
Setembro	19,22	17,83	29,83	36,0
Outubro	20,14	17,98	32,80	37,0
Novembro	19,64	17,06	34,12	37,0
Dezembro	19,97	16,60	35,28	—

Observações:
1) Até dezembro de 1974: a taxa média mensal, pois os reajustes variavam ligeiramente no mesmo mês, dependendo do sindicato ou da empresa;
2) A partir de janeiro de 1975: taxa unica, igual para todos, de acordo com a lei n.o 6.147.

O mais interessante a notar, todavia, é que o dado mais importante é o que as tabelas não indicam. A formula de politica salarial indica um minimo, e é sabido que, com a intensa disputa pela mão-de-obra nos ultimos anos, os salarios medios subiram muito mais que os minimos. Estima-se, assim, que, de 1968 a 1975, o salario medio real na industria de transformação tenha aumentado 60 por cento.

C) Se o salario minimo não pode ser tomado como media salarial, menos ainda pode ser tomado como indicador da distribuição de renda. Realmetne, a comparação dos censos de 1960 e 1970 assinala uma piora da distribuição da renda. Pobres e ricos melhoraram, mas os ricos percentualmente melhoraram mais. (Quadros IV e V).

QUADRO IV

Distribuição da renda da população economicamente ativa

Camada da população economicamente ativa	Percentual da renda total 1960	1970
10% mais pobres	1,17	1,11
10% seguintes	2,32	2,05
10% seguintes	3,42	2,97
10% seguintes	4,65	3,88
10% seguintes	6,15	4,90
10% seguintes	7,66	5,91
10% seguintes	9,41	7,37
10% seguintes	10,85	9,57
10% seguintes	14,69	14,45
10% mais ricos	39,66	47,79
5% mais ricos	27,69	34,86
1% mais rico	12,11	14,57
40% mais pobres	11,56	10,01
40% seguintes	34,09	27,75
20% mais ricos	54,35	62,24
TOTAL	100,00	100,00

Coeficientes de Gini: 1960, 0,50; 1970, 0,57.

QUADRO V

Aumento percentual da renda per capita por classe de renda — 1960 a 1970

Camada da população economicamente ativa	Aumento percentual da renda real per capita
10% mais pobres	27,1
10% seguintes	18,4
10% seguintes	16,4
10% seguintes	11,8
10% seguintes	6,8
10% seguintes	3,4
10% seguintes	5,0
10% seguintes	18,2
10% seguintes	31,8
10% mais ricos	61,5
5% mais ricos	68,7
1% mais rico	61,2
40% mais pobres	16,0
30% seguintes	9,1
20% mais ricos	53,5
Total	34,0

Teria uma politica salarial mais generosa evitado essa piora relativa?

O defeito dessa suposição esta em esquecer que uma parcela substancial da população economicamente ativa — provavelmente os 60% mais pobres — é representada por agricultores e trabalhadores autonomos, cujos rendimentos costumam ser livremente estabelecidos pelo mercado, dificilmente se beneficiando de qualquer lei ou decreto sobre politica salarial. Assim, se o governo tivesse adotado uma politica salarial mais generosa (a qual, naturalmente teria prejudicado o combate à inflação e o fortalecimento da poupança), é provável que a participação de algumas classes intermediárias no total da renda tivesse aumentado (digamos, o setimo, o oitavo e o nono decil). Nada indica, todavia, que essa melhoria se desse à custa de uma menor participação do decil mais rico: o resultado também deveria ser a perda de participação dos 40% mais pobres. Diante desse ultimo aspecto, não há razão para supor que uma politica salarial mais generosa efetivamente tivesse melhorado o coeficiente de Gini.

Na realidade, a principal razão para a piora da distribuição de renda parece ter residido na inadequação do perfil de qualificação da mão-de-obra, em relação às exigencias do mercado. Apenas 10,34% da população economicamente ativa possuiam de ginasio completo para cima, e os diplomados em universidades correspondiam a apenas 1,6% da força de trabalho. Assim, em relação às necessidades do mercado, a oferta de mão-de-obra não qualificada se mostrou relativamente superabundante, enquanto a dos trabalhadores de maior qualificação era bastante escassa. Esse resultado é inteiramente compativel com as pesquisas econométricas realizadas por Carlos Langoni, as quais identificaram os desniveis educacionais como a principal razão das diferenças individuais de renda.

D) Menos razão há, ainda, para supor-se que a queda verificada na distribuição de renda entre 1960 e 1970 possa ser extrapolada como uma tendencia. Já vimos que, com o salário minimo, por exemplo, a curva se inverteu exatamente em 1970. Na mesma linha, nada indica que a distribuição de renda não esteja melhorando nos ultimos cinco anos. Uma apreciação completa dependeria da possibilidade de um censo, mas pelo menos três importantes indicadores merecem ser citados:

I) o crescimento da população ativa, de 22,7 milhões para 36,2 milhões de pessoas entre 1960 e 1973 (59%);

II) a grande expansão do emprego nos setores de maior produtividade, particularmente na industria;

III) a melhoria dos indicadores sociais entre 1960, 1972, e 1974, conforme se verifica no quadro VI.

QUADRO VI

Brasil: indicadores sociais
Comparação entre periodos

Indicadores	1960	1974
Expectativa de vida da população (anos)	55	62
Taxa de mortalidade (por 1.000)	11,4	8,7
Taxa de alfabetização (% sobre a população de 15 anos e mais)	61	79
Matriculas (1.000 alunos):		
Primário	7.458	16.559
Secundário	1.177	3.746
Superior	93	869
População escolar (inclusive ensino supletivo e Mobral — 1.000 pessoas)	9.169	23,694
Segurados pela Previdência Social (1.000 pessoas)	5.629	15.000
População atendida pela Previdência Social: Segurados e dependentes (milhões)	13	43
Benefícios pagos pela Previdência Social: (Cr$ bilhões de 1975)	3,9	23,2
	1960	**1972**
Disponibilidade de serviços básicos e bens de consumo duráveis (percentagem de domicílios atendidos no País — zonas rural e urbana):		
Iluminação elétrica	39	53
Abastecimento de água (rede geral)	21	39
Esgotos sanitários (rede geral)	12	25
Rádio	35	80
Geladeira	11	33
Fogão a gás, querosene ou elétrico	21	63
Ferro elétrico	—	50
Liquidificador	—	29
Televisão	4	34
Automóvel	3	12

* Na realidade, uma formulação teorica mais precisa igualaria a taxa de crescimento dos salarios à da produtividade media do trabalho. A distinção, no caso, envolve parametros de dificil mensuração, como a elasticidade de substituição de capital por trabalho na função agregada de produção e a natureza capital — intensiva das inovações. Assim, por razões de ordem pratica, é conveniente, para efeitos de politica salarial, confundir as duas taxas, isto é, admitir que as produtividades marginal e media cresçam ao mesmo ritmo. Isso ocorre, por exemplo, numa função de produção do tipo "Cobb-Douglas" com uma componente neutra de progresso tecnologico".

DR. PAULO BIFANO — CRM 1331
UROLOGIA — IMPOTÊNCIA — ATRASO DO DESENVOLVIMENTO — FIMOSE — URETRA — RINS — BEXIGA — PROSTATA — DOENÇAS SEXUAIS — GLANDULARES. Tratamento urgente e especializado. Atende: 8|20 horas. Sábados 8|12 horas. Rua Xavier de Toledo, 266 — 13.º andar — Cj. 131 — Tels.: 221-7985(A) e 221-8394(B).

DR. A. R. CHAVES - CRM 10.785
UROLOGIA
VENEREOLOGIA — IMPOTÊNCIA — FIMOSE — ATRASO DO DESENVOLVIMENTO — DISTURBIOS SEXUAIS AGUDOS E CRONICOS, GLANDULARES, URETRA, BEXIGA, PROSTATA, RINS.
Atende: 8 às 20 hs. Sábados 8 às 12 hs. Rua Marques de Itu, 95 — 1.º andar — Conjunto C. — Fone: 221-9692 (D). 282-2939 (I).

CURSOS FISCAIS DO CTE
IMPOSTO DE RENDA — PESSOA JURIDICA
PROFESSORES: Celso B. de Moraes, Francisco Stella Netto, Moisés Akselrad e Wanderlei B. Ribeiro.
DATAS: 1, 3, 4, 8, 10 e 11 de Dezembro, no horário das 19 às 21,30 hrs.
OBJETIVOS: A sistemática do I. de Renda será apresentada de forma prática e metódica, examinando-se tanto os aspectos fiscais quanto contábeis sobre os principais assuntos, orientando os participantes acerca das várias posições a tomar diante dos mais controvertidos assuntos. Destina-se a dirigentes, advogados de empresa, contadores, auditores, etc... Serão distribuídos aos participantes exemplar do Novo Regulamento do I. de Renda e o livro Comentários ao I. de Renda, de autoria do Dr. Celso B. de Moraes.
PRÁTICA EM IMPORTAÇÃO
PROFESSORES: João B. de Souza, José A. Machado e Lembit Karoauk.
DATAS: 2, 3, 4, 8, 9, 10 e 11 de Dezembro, no horário das 19 às 21 horas.
OBJETIVOS: Estudo das novas normas que regulam as importações, desde o roteiro de uma importação normal, seus aspectos administrativos, documentação, câmbio, tributação até o desembaraço das mercadorias, partindo-se depois para análise dos Regimes Aduaneiros Especiais (Admissão Temporária, Draw-Back, Entreposto Aduaneiro e Industrial Zona Franca), importações vinculadas à Exportação, Incentivos fiscais e o problema das importações relacionadas à política de estímulos às exportações e de substituição das importações. — Completas Apostilas e Certificado de Frequência.
Taxa de Inscrição: Cr$ 800,00.
RETIRADA DE PROGRAMAS E INSCRIÇÕES à Rua Libero Badaró, 377 — 22.o andar — Cj. 2210, ou Tels.: 33-6658 e 36-6269.

Companhia de Ferro Ligas da Bahia S/A
FERBASA
C.G.C.M.F. 15.141.799/0001
Capital Autorizado: Cr$ 100.000.000,00
Capital Subscrito e Integralizado: Cr$ 33.040.725,00
AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE AUMENTO DE CAPITAL E EXERCICIO DO DIREITO DE PREFERENCIA
1. AUMENTO DE CAPITAL —
Comunicamos aos senhores acionistas que a Diretoria da Empresa, em reunião realizada no dia 10 (dez) de novembro de 1975 deliberou, de conformidade com o artigo 6.º dos Estatutos Sociais e com parecer prévio do Conselho Fiscal, elevar o Capital Subscrito de Cr$ 33.040.725,00 (trinta e três milhões quarenta mil e setecentos e vinte e cinco cruzeiros) para Cr$ 42.490.725,00 (quarenta e dois milhões quatrocentos e noventa mil e setecentos e vinte e cinco cruzeiros), mediante a emissão de 4.725.000 (quatro milhões e setecentos e vinte e cinco mil) ações Ordinárias e 4.725.000 (quatro milhões e setecentos e vinte e cinco mil) ações Preferenciais Classe "A", ambas nominativas e de valor unitário de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, a serem subscritas pelos senhores acionistas no exercício de sua preferência legal, para realização em dinheiro, no ato da subscrição.
2. EXERCICIO DO DIREITO DE PREFERENCIA —
Com o termo final pré-fixado para 18 de dezembro de 1975, fica concedido aos senhores acionistas o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência à subscrição do aumento de Capital, obedecendo-se à proporção de uma ação nova para cada grupo de duas possuídas, atualmente, dentro das classes ordinárias e preferenciais classe "A", respectivamente.
3. OUTRAS INFORMAÇÕES —
a) O atendimento para transferência de ações ficará suspenso durante o período de 03 (três) a 18 (dezoito) de dezembro de 1975, conforme preceitua o parágrafo 11.º, do artigo 34.º, da Lei 4.728/65.
b) Para o exercício de direito de preferência, os senhores acionistas deverão estar de posse da seguinte documentação: Títulos Múltiplos de Ações, Carteira de Identidade, cartão do CPF ou CGC e, quando representados, o instrumento de procuração.
4. LOCAL DE ATENDIMENTO —
Os senhores acionistas ou seus representantes legais, deverão se dirigir aos seguintes endereços da Empresa:
— Rua Miguel Calmon, 38/42 — s/ 710 — Salvador-BA
— Rua Juatindiba, 491 — Parque da Moóca — São Paulo-SP
Salvador, 14 de novembro de 1975.
A DIRETORIA

ANEXO M

Fase de transição marca relações externas

Em 29 linhas, o desempenho da política nacional

Ao se referir à política interna, item que insere na apreciação do desempenho da Justiça, o presidente da Republica destaca, em 29 linhas, a visita de ministros de Estado a diversas comissões técnicas das Casas Legislativas, o estímulo à participação dos jovens e trabalhadores na vida política, e a liberdade de informação dada aos órgãos de comunicação, à exceção dos "contestadores dos objetivos da Revolução".

"O ano de 1975 — afirma a mensagem — marcado por um entendimento normal e proveitoso entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, registrou a presença, por numerosas vezes, de Ministros de Estado perante Comissões Técnicas das duas Casas do Congresso, para o fornecimento de informações sobre programas governamentais ou para a participação em simpósios, seminários e outras reuniões. Tal prática confirma a preocupação do Governo de manter a opinião publica nacional informada, através de seus representantes no Legislativo, sobre o encaminhamento de soluções para problemas de interesse coletivo.

A renovação das lideranças partidárias nos planos nacional e estadual foi precedida de ampla e livre divulgação, por todos os veículos de comunicação social.

A participação dos jovens e dos operários na vida política do País continua sendo estimulada pelo Governo, no ambito das agremiações partidárias. Dentro das universidades e dos sindicatos, entretanto, essa atividade não pode ser tolerada, sob pena de serem distorcidas as finalidades de tais instituições.

Assegurou-se liberdade de informação aos veículos de comunicação de massa, com restrições, apenas, às publicações ofensivas à moral e aos bons costumes e àquelas contestadoras dos objetivos da Revolução.

Efetivou-se a implantação do novo Estado do Rio de Janeiro, tendo sido a sua Constituição promulgada, solenemente, em 23 de julho de 1975, pela Assembléia Constituinte, agora dedicada às atividades legislativas normais".

Contraste com 74

Na mensagem propriamente dita, o presidente Geisel não encontrou assunto para mais do que 29 linhas, a respeito da politica interna. Se o Sistema Penitenciário mereceu 30 linhas, e a política externa, 586, a política interna ficou, no corpo da mensagem, reduzida a citações esparsas sobre o entendimento entre Legislativo e Executivo, a renovação das lideranças partidárias, a referencia aos estímulos do governo para a participação de estudantes e operários na vida politica e o reconhecimento formal da censura a alguns veículos de comunicação de massa que, sem serem apontados de per si, são tidos como "contestadores dos objetivos da Revolução".

No preambulo do documento, o general Geisel dedica mais algum espaço à política interna, falando do ano eleitoral e da disposição de o governo assegurar a paz, a ordem e o pleno exercício do direito legítimo do voto, bem como sustentando o bipartidarismo. Não há, porém, como evitar a comparação com a mensagem do ano passado. Lá, parágrafos inteiros foram dedicados à distensão política, à imaginação criadora dos políticos e até mesmo a exortações pelo encontro de fórmulas constitucionais capazes de manter o clima de paz e tranquilidade no País — um evidente convite a se examinar o fim, mesmo gradativo, do instrumental de exceção que nos rege. Em suma, o que parecia um roteiro de institucionalização, há um ano, transformou-se agora em melancolico sinal de estagnação. Basicamente, o presidente não teve o que apresentar em termos de realizações políticas e, o que parece mais importante, nem o que propor ou sugerir. A diferença de colocações entre as duas mensagens chega a ser constrangedora, no plano da política interna, onde o fato mais importante dos ultimos doze meses, que o presidente espera se repita nos próximos, foi "o entendimento normal e proveitoso entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo".

Mesmo assim, não deixam de ter significação as suas definições, até pela timidez de agora. Fica evidente que a esperada reforma institucional continua sonho de noite de verão, pois quando se lê que as eleições serão asseguradas, passa-se em seguida ao proselitismo do sistema bipartidario. No entender dos observadores, trata-se de uma posição tatica do general Geisel, que poderá ser alterada em 77. A enfase dada à importancia de se continuar a experiencia do bipartidarismo correria por conta da necessidade de não enfraquecer a Arena, justamente neste ano eleitoral. Até porque, em outros episodios, a atitude do governo tem seguido os rumos da negativa veemente até que, de sopetão, surge a nova postura. Foi assim com os contratos de risco para a prospecção do petroleo.

Um trecho, e apenas um, poderia com algum esforço ser observado por prisma menos sombrio. E' quando o presidente acentua não se dever impor aos brasileiros o conformismo integral ao que se inscreve na Constituição, ao ponto de se negar o direito de, pacificamente, pela palavra mas sem recurso à violencia, propugnar modificações ou emendas de maior ou menor profundidade que não colidam com os principios magnos de nossa forma consolidada e estilo consagrado de governo. Ainda que não se saiba exatamente o que seja a "forma consolidada" (será o Ato Institucional 5?), abre-se estreita faixa de permissividade para o debate das reformas, porém na area dos politicos, não na area do governo, que nada propôs. Assim, quem ousará propor ou mesmo debater?

O presidente acentua também que não permitirá, por ato unilateral de qualquer vontade, o descumprimento de artigos da Constituição ou normas legais de maior ou menor hierarquia, "como se fosse possivel torná-las insubsistentes ou inoperantes". Esse pensamento mais parece uma faca de dois gumes, ficando os meios politicos sem saber se a referencia vale para a oposição, quando deseja o fim do AI-5 (que também é norma legal) ou para aqueles setores revolucionarios que até pouco faziam vista grossa aos artigos constitucionais que garantem e preservam os Direitos Humanos.

Não há pessimismo novo, diante da mensagem de ontem, principalmente porque o pessimismo já vem de muito, com respeito à institucionalização. Mas parece fora de duvida o desapontamento dos parlamentares que sacrificaram o seu carnaval para vir a Brasília ouvir a leitura do texto presidencial.

Carlos Chagas

COBERTURAS HORIZONTAIS
Em cimento amianto para pronta entrega
SANOCALHA 43-ATÉ 7,50m
SANOCALHA BANDEJA-ATÉ 4,00m
SANOCALHA 90-ATÉ 9,20m
SANOCALHA MEIO TUBO ATÉ 4,00m
TELHA MODULAR-ATÉ 3,70m
SANO S.A. Indústria e Comércio
SÃO PAULO - R. MARQUES DE ITÚ, 88-6º-(011)221-3300.
LINHA COMPLETA DE CIMENTO AMIANTO CHAPAS ONDA LARGA E ONDA CURTA [illegible] "CAIXA D'ÁGUA"

No item Política Externa, o presidente Geisel observa que o Brasil atravessa, nas suas relações internacionais, uma fase de transição, dentro do principio de que a liberdade de ação, neste setor, "deve ser condicionada pelo interesse nacional". Assinala que a crise economica mundial avivou a consciencia da interdependencia crescente nas relações economicas internacionais, mas acrescenta que esta interdependencia "não deve ser entendida como entrave ou restrição à soberana capacidade decisoria dos Estados".

Em seguida, enumera os principais momentos da diplomacia brasileira no decorrer de 1975, destacando, em relação à America Latina, acordos firmados com o Uruguai, Paraguai, Peru e Bolivia; a adesão do Brasil ao Tratado da Antartida e a assinatura de convenio constitutivo do Sistema Economico Latino-Americano (Sela). Analisa também o desenvolvimento de relações com países africanos e do Oriente Médio, e lembra a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental.

Na parte introdutoria deste item, a mensagem do presidente aos congressistas afirma:

POLITICA EXTERNA

"A política externa do Brasil é decorrência dos princípios que presidem, no plano interno, às realizações do Governo e, na sua condução, atém-se a diplomacia brasileira aos objetivos nacionais básicos do desenvolvimento e da segurança.

Para o Brasil, os valores da civilização ocidental são fundamentais: a própria cultura nacional é integrante dessa civilização, para cujo enriquecimento material e espiritual tem o povo brasileiro contribuido. Assim, a ação externa do Brasil projeta, necessariamente, esses mesmos valores no plano internacional, com toda a riqueza que encerram.

A política externa não se exerce num plano abstrato: ela se dirige à realidade determinada, o universo das Nações.

Para países de grandes potencialidades e projeção externa, como o Brasil, essa complexidade do quadro internacional é um desafio de presença, não de isolamento. O contato, a participação, o diálogo ensejarão ao País maiores possibilidades de atendimento aos interesses nacionais, enquanto o isolamento estiola a capacidade de atuar e de influir, seja no campo bilateral seja no da ação multilateral.

Daí a necessidade imprescindivel de uma diplomacia moderna, ágil, dinamica e eficiente, ajustada a tais princípios e realidades que enformam e condicionam a defesa dos interesses nacionais.

Atravessa o Brasil, nas suas relações internacionais, uma fase de transição. As superpotencias vêm procurando encontrar áreas especificas de convergência, num processo que, um tanto simplificadamente, se vem caracterizando como de distensão. Uma das consequencias do processo é a abertura para um sistema de poder menos bipolarizado, que torne possivel o relaxamento dos alinhamentos automáticos do pós-guerra. A recusa ao automatismo dos alinhamentos não significa, porém, o abandono dos valores tidos em comum com outras Nações. Significa, apenas, que a liberdade de ação, na esfera internacional, deve ser condicionada pelo interesse nacional.

A crise econômica mundial continua a constituir sério empecilho para o esforço de crescimento e elevação do padrão de vida dos países em desenvolvimento. Entretanto, a agravação dos problemas avivou a consciencia da interdependencia crescente nas relações econômicas internacionais. Deve-se explorar a forma criadora da interdependencia, na superação das dificuldades do momento e na busca da solidariedade economica internacional. A interdependencia, contudo, não deve ser entendida como entrave ou restrição à soberana capacidade decisória dos Estados. Será, antes, consequencia necessária das independencias nacionais e não fórmula substitutiva de tais independencias. Nesse sentido, pode-se falar numa interdependencia horizontal, que substitua o conceito vertical, originado de estruturas coloniais".

AS GRANDES LINHAS DE ATUAÇÃO

A mensagem continua:

"O ano de 1975 assinalou-se por intensa atividade diplomática, nas linhas programáticas fixadas pelo Governo em março de 1974.

No que diz respeito às relações com os países latino-americanos, destacam-se as visitas feitas pelo Chefe de Estado ao Uruguai e ao Paraguai, durante as quais foram firmados importantes acordos com as duas republicas vizinhas.

Em retribuição à visita que fez à Brasília, o chanceler peruano, o chanceler brasileiro visitou oficialmente o Peru, ocasião em que foram firmados novos acordos entre os dois países. A reunião da Comissão Mista Brasil-Peru, realizada em Lima, deu novo impulso à cooperação economica entre os dois países. O Brasil recebeu a visita do chanceler da Venezuela, com o qual foram examinados aspectos ineditos da cooperação bilateral. A visita ao Brasil do Chanceler argentino permitiu o exame conjunto de questões de interesse, nas relações bilaterais.

A cooperação entre o Brasil e a Bolivia, foi incrementada com a vigencia de créditos concedidos pelo Brasil para programas prioritarios naquele país.

O Brasil reconheceu, no dia da independencia, a nova Republica do Suriname e com ela estabeleceu relações diplomaticas.

O ano de 1975 viu, também, a adesão do Brasil ao Tratado da Antartida e o inicio de cooperação do Governo brasileiro com outros signatarios desse Tratado.

No plano multilateral latino-americano, destaca-se a assinatura do convenio constitutivo do Sistema Economico Latino-Americano — SELA, para cuja formulação final o Brasil contribuiu construtivamente.

Durante o ano, o governo procurou ativar as consultas com os Estados Unidos da América, tanto em assuntos bilaterais, quanto em assuntos multilaterais.

Quanto à Africa, foi acentuado o esforço no sentido de expandir as nossas relações com aquela área prioritaria da atuação diplomatica brasileira.

O Ministro das Relações Exteriores visitou a Costa do Marfim, com proveitosos resultados para o intercambio bilateral.

Visitaram o Brasil o presidente do Gabão e os chanceleres do Quênia, de Guiné-Bissau, de Lesoto e do Zambia.

As nossas relações com a maior parte dos países do Oriente Próximo continuaram a desenvolver-se. Por ocasião da visita a Brasília do ministro dos Negocios Estrangeiros do Coveite, foram estabelecidas relações diplomaticas plenas com aquele país. Foi assinado Acordo de Cooperação Economica e Tecnica com a Arabia Saudita. Outros importantes documentos foram concluidos por missões brasileiras à Libia e ao Irã.

O ano de 1975 assinalou-se por marcante aprofundamento nas relações com os países europeus ocidentais.

Durante a viagem à Republica Federal da Alemanha, foi assinado o Acordo de Cooperação para os Usos Pacificos de Energia Nuclear. A visita serviu também, para inaugurar consultas em nivel politico entre os dois governos. As visitas a Londres, Paris e Roma tiveram o mesmo proposito de criar mecanismos de consulta inter-governamental, o que é indicativo do papel que o Brasil passou a desempenhar no cenario mundial.

Nessa ordem de idéias, foi importante a participação do Brasil na Conferencia de Cooperação Economica Internacional, reunida em Paris por convite do presidente da França, onde passou a atuar de forma permanente nos comitês de Energia e de Financiamento.

Em conferencias e organismos internacionais, a participação do Brasil foi intensa. Merecem relevo a VII Sessão Especial e a XXX Sessão Ordinaria da Assembléia Geral das Nações Unidas e a Conferencia das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

Durante a VII Sessão Especial, a delegação do Brasil apresentou proposta sobre a negociação de acordo geral relacionado com o comercio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, a qual foi passada à consideração do IV UNCTAD e da XXXI Sessão Ordinaria da Assembléia Geral das Nações Unidas".

AFRICA

A seguir, o presidente faz considerações sobre o desempenho da política externa brasileira em relação a outras regiões, incluindo a Africa e o Oriente Médio:

"Uma consistente ação diplomática e política permitiu caracterizar que o Governo brasileiro se sobrepõe a vicissitudes de toda ordem, na sua deliberação de tornar efetiva a aproximação com as nações do continente africano, nos campos politico, cultural, econômico e comercial. Nos contatos havidos com os chanceleres africanos, por ocasião da XXX Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, ficou evidenciada a resposta positiva ao esforço brasileiro, a que vem correspondendo o crescente interesse dos países da área nas suas relações com o Brasil.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todas as nações de lingua portuguesa que alcançaram sua independência neste período: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Igualmente, foi instalada no começo do ano a Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau, cuja representação se estendeu a Cabo Verde.

Intensificou-se, de modo particular, o intercambio de visitas oficiais, como a do Presidente do Gabão, dos Chanceleres do Quênia, Guiné-Bissau, Lesoto e Zambia, além de numerosas outras personalidades e de missões, de nivel ministerial ou técnico. O chanceler do Brasil empreendeu viagem à Costa do Marfim, com promissores resultados para o intercambio bilateral e desenvolvimento de atividades similares em relação a outros países da costa ocidental africana. Com o apoio do Governo, teve expansão significativa a exportação de serviços de empresas brasileiras, como o atestam, por exemplo, importantes obras de construção civil na Mauritania e de telecomunicações na Nigéria, executadas por firmas brasileiras".

ORIENTE MÉDIO

"Quanto à questão do Oriente Médio, o Brasil manteve, nas Nações Unidas, sua posição de princípio: sem deixar de reconhecer a Israel, como aos demais países da região, o direito à existência como Estado, o Brasil reconhece os direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação e soberania, condição indispensável à solução do conflito da região. Reafirmou também sua posição tradicional no sentido de conciliar Israel a acatar decisões e resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, tendo sempre por finalidade o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região. Nesse sentido, o Brasil considera que a ocupação de territórios pela força deve cessar".

Diplomacia evita polêmica

O capítulo da mensagem presidencial consagrado à política externa caracteriza-se por nitida atitude defensiva quanto às duas questões mais polêmicas que marcaram o ano diplomático brasileiro: o voto, na ONU, condenando o sionismo como forma de discriminação racial, e o "precoce" — para usar a expressão de um funcionário do Itamaraty — reconhecimento do governo do MPLA em Angola.

A primeira questão não é sequer mencionada, a não ser talvez indiretamente, quando o governo diz que, na ONU, a delegação do Brasil "pautou sua atuação segundo a posição tradicional de repudio a toda e qualquer forma de colonialismo, discriminação social e racismo". É como se não tivesse existido toda a onda interna e externa de protestos contra a posição do Brasil. Aos olhos do governo, assim, o voto foi fato rotineiro.

A segunda questão é tratada de forma objetiva e extremamente discreta. No título pertinente à Africa, a mensagem informa simplesmente, de passagem, que o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todas as nações de língua portuguesa que alcançaram sua independencia nos ultimos doze meses: Cabo Verde, São Tomé e Principe, Moçambique e Angola.

É essa a unica referencia direta a Angola. O governo, linhas atrás, deu destaque especial ao fato de, no dia da independencia, haver reconhecido a nova Republica do Suriname e com ela ter estabelecido relações diplomáticas, mas preferiu silenciar com respeito a Angola — onde agiu até mais [illegible] tal a reconhecer o governo de Agostinho Neto — e por bom tempo o unico, ao lado da União Soviética, de Cuba e de outros países do mundo socialista.

O governo julgou, contudo, aconselhável fazer uma defesa indireta de sua posição nesse caso. Algumas linhas da mensagem, no início do capítulo dedicado à política externa e no título alusivo à Africa, referem-se a isso. Primeiro, o governo apresenta uma defesa genérica, ao enfatizar que, "para o Brasil, os valores da civilização ocidental são fundamentais". Terá querido dizer que o fato de haver reconhecido o governo pró-cubano-soviético de Agostinho Neto num momento em que as demais nações do mundo ocidental punham em duvida a estabilidade representativa e legitimidade desse governo e condenavam a presença, em Angola, de uma força expedicionária cubana para ajudá-lo — não levou o Brasil a esquecer ou pôr de lado seus compromissos básicos.

Ainda nesse plano genérico, a mensagem assinala que a política externa "não se exerce num plano abstrato", mas numa "realidade determinada, o universo das nações". Depois, passa à defesa específica, afirmando que, para um país como o Brasil a complexidade do quadro internacional "é um desafio de presença, não de isolamento". O contato, a participação, o diálogo — diz o documento — permitem atender melhor aos interesses nacionais. E, mais adiante, tratando da Africa, assinala quase num tom de desafio que "o governo brasileiro se sobrepõe a vicissitudes de toda ordem" para tornar efetiva a aproximação com [illegible]

Nisto se resume a explicação que o governo resolveu oferecer ao Congresso para justificar uma posição que, durante meses, mereceu críticas acerbas e quase unanimes da parte da imprensa e de vários setores da opinião publica e do Congresso. Dizer que o Brasil tem de estar presente, que o isolamento contraria os interesses nacionais, é certamente dizer pouco para os congressistas que gostariam de saber quais as razões, concretamente, que levaram o Brasil a reconhecer o governo do MPLA.

A atitude defensiva parece ter levado o governo também a lançar mão de um processo semantico para mudar, não evidentemente o conteudo, mas o invólucro sob o qual apresenta sua política externa. Não diz mais que ela deve ser "pragmatica e responsável, dentro de uma perspectiva ecumênica", mas sim que deve ser "moderna, agil, dinamica e eficiente".

Esse tom defensivo parece ter influido também para esvaziar de conteudo politico todo o capítulo de politica externa. O texto da mensagem de 1975, consubstanciado em sete páginas, era sob esse aspecto muito mais rico que às 12 páginas da mensagem deste ano. Era natural que a mensagem do ano passado, por ser a primeira do governo Geisel, tivesse de ter maior substancia politica. O governo a aproveitava para anunciar ou reiterar suas diretrizes gerais. Mas a mensagem deste ano desviou-se quase inteiramente para o polo oposto. Ao evitar os assuntos delicados, transformou-se num mero relatório fá-[illegible]

Setor social destaca distribuição de renda

A constatação de que no ano passado a economia, apesar das dificuldades na área, continuou gerando empregos; o aumento dos salários acima dos índices de elevação do custo de vida; correções no sistema de distribuição de renda, graças ao desempenho favorável do PIS e do PASEP; e o esforço do governo em adequar os projetos habitacionais ao poder aquisitivo dos adquirentes da casa própria são os destaques da mensagem presidencial, quando trata da Política Social.

Na Apreciação Geral, o presidente afirma:

"Consoante o II PND, o ano de 1975 caracterizou-se como de maior ênfase na política social do Governo, à qual foi conferido o destaque conveniente ao atual estágio de desenvolvimento do País. As ações nos campos da integração social, valorização de recursos humanos, defesa do consumidor, emprego e salários, executadas durante o ano, objetivaram, em ultima instancia, a redistribuição direta e indireta da renda.

A economia continuou gerando empregos rapidamente, não obstante a desaceleração sofrida pela taxa de crescimento da absorção de mão-de-obra a partir de 1974. A ação governamental esteve voltada não apenas para a manutenção de elevados índices de oferta de novos empregos, como também para a melhoria de sua qualificação, através de programas específicos de preparação de recursos humanos, ampliação crescente da área abrangida pela legislação trabalhista e a prevenção de acidentes de trabalho.

A partir de 1975, a política salarial possibilitou aumento dos salários, em termos reais, acima da elevação do custo de vida nos doze meses anteriores; por sua vez, os dissídios coletivos estabeleceram tetos sempre superiores aos índices de desvalorização da moeda, de tal forma que, em dezembro, estiveram por volta de 37%, enquanto a inflação situava-se em torno de 30%.

O salário mínimo foi reajustado de forma a permitir que o trabalhador brasileiro, em breve, readquira e, se possível, sobrepuje o poder aquisitivo real de que dispunha no início da década passada.

Também importante para a consecução dos objetivos governamentais de redistribuição da renda foi a instituição do benefício que passou a ser chamado de 14.º salário, a ser concedido aos trabalhadores com rendimentos mensais até 5 salários mínimos. Permitido pela evolução favorável do PIS e do PASEP, esse benefício, de largo alcance social, vem somar-se a outros, já existentes, destinados a favorecer exclusivamente as camadas de renda mais baixa, como o Plano Nacional de Habitação Popular — Planhap.

Evidenciando o esforço governamental em adequar os projetos habitacionais ao poder aquisitivo dos adquirentes da casa propria, deu-se continuidade à política de redução das prestações mensais dos emprestimos, através da devolução de parcela cujo valor pode alcançar até 50% da correção monetaria, em benefício das classes de menor renda.

De grande relevancia foi a atuação do Conselho de Desenvolvimento Social — CDS, constatando-se um ano inteiro de funcionamento de um orgão exclusivamente voltado para o campo social. Destinado à valorização dos recursos humanos, o Orçamento Social atingiu (englobando recursos da União e dos Estados) Cr$ 80 bilhões em 1975, dos quais Cr$ 43 bilhões foram utilizados pela Previdencia Social, Cr$ 28 bilhões dirigiram-se à educação, Cr$ 17 bilhões à saude, Cr$ 6 bilhões ao saneamento e Cr$ 4 bilhões à area do trabalho. Já em 1976, esses mesmos dispendios deverão alcançar a cifra de Cr$ 100 bilhões.

Esse orçamento da União e dos Estados corresponde a 10,2% do Produto Interno Bruto. Se a esse total forem acrescentados os dispendios do setor privado e dos municípios, a participação no PIB, com fins sociais, será da ordem de 13% a 15%. Os respectivos valores correspondem a multiplicar por cinco, em moeda deste ano, os investimentos federais em educação e por sete aqueles feitos em saude, no periodo 1961-1963.

Assim, os dispendios **per capita** da União e Estados, conjuntamente, elevaram-se de Cr$ 76,00 para Cr$ 258,00 em educação e de Cr$ 52,00 para Cr$ 156,00 em saude, comparando 1961-1963 com 1975, e a preços de 1975.

Na comparação de um conjunto de indicadores, relativos aos anos 1960 e 1974, o resultado desse interesse social dos Governos Revolucionarios demonstra uma elevação da expectativa de vida media de 55 para 62 anos, uma redução da taxa de mortalidade na ordem de 3,7% ao ano, um crescimento da matricula escolar de ... 8,73 para 24,2 milhões, fora o ensino supletivo e o Mobral, cuja frequencia cresceu de cerca de 0,5 milhão para 4,5 milhões. Também os segurados da previdencia cresceram de 5,6 para 15 milhões, enquanto a população atendida passou de 13 para 43 milhões, recebendo benefícios de Cr$ 2,9 bilhões em 1960 e de Cr$ 23,2 bilhões em 1975, com o valor mais antigo corrigido para cruzeiros de 1975.

Reajustes superaram inflação

No tocante ao setor social, a mensagem do presidente da Republica dá enfase, entre as principais realizações de 1975, à nova política salarial que possibilitou aumento dos salários, em termos reais, acima da elevação do custo de vida assim, em dezembro do ano passado, os reajustamentos foram da ordem de 37 por cento, enquanto a inflação atingiu a 30 por cento.

A criação do Conselho de Desenvolvimento Social, a criação de um grupo interministerial destinado ao acompanhamento da evolução do setor social, mediante a formulação de indicadores sociais, são também lembrados na mensagem presidencial, ao lado do orçamento social de 1975, que atingiu aplicações de Cr$ 80 bilhões no setor e deverá situar-se em torno de Cr$ 100 bilhões este ano.

Comparando a evolução social do País, o presidente Geisel destaca, no periodo 1963-75 (a preços de 1975), a elevação de Cr$ 76,00 para Cr$ .. 258,00 nos dispendios "per capita" com educação, de Cr$ .. 52,00 para Cr$ 156,00 com saude, demonstra uma elevação na expectativa de vida média de 55 para 62 anos no mesmo periodo, contra uma redução da taxa de mortalidade na ordem de 3,7 ao ano.

A criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS — também figura com destaque na mensagem presidencial, que ressalta a aprovação de financiamentos no valor total de Cr$ 5,7 bilhões no periodo de seis meses de funcionamento, contra solicitações que atingiram quase Cr$ 15 bilhões.

No campo do Trabalho, Geisel destaca a redução das diferenças entre os salarios minimos de diversas regiões do País, a ampliação do poder aquisitivo dos salarios, a preparação de cerca de 1.380 mil trabalhadores, através do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comercio — Senac.

E, ao referir-se às realizações da Previdencia e Assistencia Social em 1975, o presidente lembra a instituição da contagem de tempo reciproca em atividades no serviço publico e iniciativa privada para fins de aposentadoria, a extensão dos benefícios aos trabalhadores rurais e seus dependentes, a instituição de pensões a maiores de 70 anos, os convenios das entidades previdenciarias com hospitais e clinicas para aumento dos serviços à disposição da população no campo da assistencia médica.

O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, com recursos de Cr$ 28 bilhões até 1979, dará suplementação alimentar a gestantes, nutrizes e crianças, alimentação aos estudantes e aos trabalhadores, apoiará os pequenos produtores e desenvolverá pesquisas de enriquecimento de alimentos.

Para 1976, a mensagem presidencial destaca o orçamento social de Cr$ 100 bilhões, dos quais Cr$ 45 bilhões serão aplicados em programas de valorização de recursos humanos, Cr$ 55 bilhões a serem dispendidos nos setores habitacionais e previdencia e assistencia social, e, ainda, os recursos provenientes do Tesouro Nacional a serem utilizados pelo FAS, da ordem de Cr$ 4,8 bilhões.

NIVEL LOCAL

[illegible] nho do setor social em 1975 e das previsões para 1976, destaca-se logo a necessidade de reforço das atuações a nivel local e dos orgãos encarregados de executar as ações de saude e trabalho. A ação na saude preventiva exige maior descentralização nas decisões e na execução de politicas, assim como no que diz respeito à preparação do homem para o trabalho e a educação basica ou de aperfeiçoamento.

Todavia, essa descentralização só agora começa a se esboçar, amparada pela elevação de oito para 14 por cento do IPI-IR nos recursos destinados ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos territorios. responsaveis pelas ações de execução e fiscalização, os orgãos regionais ou locais devem ser reforçados para atuar principalmente na prevenção da saude da população, através do diagnóstico de surtos epidemicos, identificação de ameaças ao consumidor, como em 1975, quando 30 por cento dos produtos examinados foram considerados impróprios para o consumo humano.

TRABALHO

As ações no campo do trabalho, segundo o presidente da Republica, visaram ao acompanhamento e atendimento das necessidades da força de trabalho do País, hoje da ordem de 36 milhões de trabalhadores, com oportunidade de medias anuais de um milhão de novos empregos.

Nesse campo, o Ministerio do Trabalho buscou preparar a mão-de-obra que ingressa ou se movimenta no mercado de empregos com grande enfase às atividades urbanas, nas quais se treinou mais de 1.300 mil trabalhadores, contra pouco mais de 100 mil da area rural. Para recuperar essa defasagem, entre outras atividades, o governo criará ainda no primeiro semestre deste ano o Serviço Nacional de Formação de mão-de-obra rural — Senar, que deverá especializar os camponeses, atuando como estimulo à sua fixação no meio rural.

Na defesa dos interesses dos trabalhadores já empregados, foi destacada a atuação do Conselho Nacional de Politica Salarial que, formado por representantes de varios ministérios, permitiu reajustes salariais superiores, até 7 por cento mais aos niveis inflacionarios, sem colaborar para o recrudescimento da inflação. Também a melhoria da inspeção das condições de trabalho — com a contratação de 600 novos inspetores em 1975 e previsões para admissão e treinamento de mais três mil até 1979 — mereceram destaque. Para este ano, os Planos do Ministerio do Trabalho provêem a suspensão da intervenção do governo em 16 sindicatos classistas, dos sete mil existentes no País. Aliás, o campo sindical merecerá atenção especial das autoridades em 1976, ano em que se realizarão eleições para as novas diretorias.

SAUDE E BEM-ESTAR

Ao destacar aumento das verbas do setor social, o presidente da Republica mostra que, em 1975, cerca de 13 a 15 por cento do Produto Interno Bruto foram aplicados no setor, prevendo-se a mesma proporção para 1976, quando os recursos serão da ordem Cr$ 100 bilhões. Deste total, Cr$ 25 bilhões serão aplicados em programas habitacionais nos centros urbanos e outros Cr$ 30 bilhões em previdencia e assistencia social.

Para o ano que se inicia, as preocupações do governo deverão buscar a diminuição das tensões e melhoria da vida das populações dos grandes centros urbanos, sendo primordial a ação da Previdencia Social no atendimento do homem do campo, não só para evitar sua migração, como para garantir na area rural condições de bem-estar semelhantes às das cidades.

Com recursos de pouco mais de Cr$ 2,5 bilhões, o Ministério da Saude concentrará sua ação na prevenção de doenças transmissiveis, formação de recursos humanos para o setor, implantação de um programa de diagnóstico e controle dos surtos epidemicos, instalação de saneamento básico em cidades nordestina e amazonicas, estabelecimento de uma linha cientifica e tecnológica para o setor saude, com pesquisas de doenças caracteristicas do País.

Com recursos vinculados e outros órgãos, a ação sanitária buscará ainda a garantia da saude do consumidor brasileiro, através da instituição de normas reguladoras da produção e comercialização de alimentos, medicamentos e fixação de critérios para atividades de coleta, processamento, armazenagem e emprego do sangue humano.

Importante também será a ação do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, reforçada a partir da constatação, em 1975, de que 30 por cento dos produtos analisados não satisfaziam às condições minimas estabelecidas. Ao lado da ação fiscalizadora, serão empreendidas medidas educativas e de estimulo à instalação de unidades de controle de qualidade de produtos destinados ao uso humano.

No campo previdenciário — — assistencial, 1976 marcará a continuação da universalização da previdência social, com a integração de estudantes (maiores de 18 anos e desempregados) ao sistema e à extensão da assistência a pessoas idosas, mendigos e menores abandonados, aliadas ao fortalecimento do atendimento médico-previdenciário nas áreas rurais, como fortalecimento da fixação do homem do campo a seu lugar de origem.

O atendimento médico nas áreas urbanas deverá ser enfatizado, com a assinatura de novos contratos entre os órgãos previdenciários e hospitais particulares, visando a melhor utilização da capacidade do atendimento já instalada no País, assim como a melhoria em numero e qualidade dos serviços colocados à disposição da sempre crescente massa urbana.

O INPS, cuja receita de 1975 foi engrossada pelo aumento do numero de contribuintes, deverá colocar em prática — ainda no corrente ano, com autorização dos órgãos economicos do governo — um novo sistema de tributação das empresas, a incidir sobre o faturamento e não mais sobre a folha de salários, de maneira a diminuir a taxação previdenciária nos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, hoje desestimulados a contratar maior contingente de pessoal.

Sérgio Cha[illegible]

ANEXO N

Governo mantém política salarial

A melhoria da distribuição da renda terá de resultar em primeiro lugar da valorização do homem pela educação e pela criação de novos empregos, enfatizou o presidente Geisel em seu discurso, confirmando a manutenção da política do governo e criticando as propostas de bruscos aumentos salariais. Esta é a íntegra do discurso presidencial:

"Trabalhadores de Volta Redonda, trabalhadores do Brasil. Interrompendo viagem ao exterior, aqui vim especialmente para saudar-vos neste Dia Universal do Trabalho, à sombra dos altos-fornos e das chaminés de Volta Redonda, símbolo, já tradicional, do Brasil industrializado e dinamico de hoje.

Ressoam aqui, ainda, os ecos de outras muitas comemorações idênticas, em cota igual, quando a voz do presidente Vargas reclamava vosso apoio incansável ao progresso do País e vos prometia dias melhores no futuro. Falava ele, mesmo muitos anos depois, em nome sempre da Revolução de 1930, que o trouxera ao governo da Nação, numa arrancada heróica que despertara o povo do Brasil, desde as coxilhas gauchas às montanhas alterosas de Minas Gerais e aos sertões nordestinos, onde Paraíba foi um grande e inesquecivel final.

Falo-vos eu, agora, em nome da Revolução redentora de 1964, que salvou o País da anarquia e da desordem sem freios que o comunismo arquitetara e impulsionava sem descanso nem escrupulos de qualquer ordem. Esta não é, em verdade, uma simples coincidência histórica. Muitos de nós, os mais velhos, que fizemos a alvorada de 64, havíamos militado nas hostes revolucionárias de 1930.

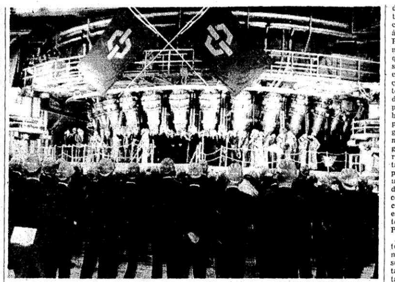
Ambos esses movimentos cívicos brotaram das mesmas genuínas aspirações do povo e se propuseram a melhorar a qualidade da vida para cada família, nas metrópoles, nas cidades, nos vilarejos do Interior e nos mais distantes rincões sertanejos. E, em ambos, visava-se à criação de um Brasil maior, mais forte, mais justo e mais democrático pelo trabalho ordeiro e fecundo de todos os dias que ainda mais dignificasse o homem brasileiro, libertando-o dos grilhões da miséria e da ignorancia, da prepotência dos mais ricos e da violência dos mais poderosos.

A Revolução de 30 encerrou já todo o seu ciclo histórico, enfrentando vicissitudes várias e sofrendo naturais descaminhos, mas não faltou à sua destinação maior, quando, na senda do desenvolvimento nacional, criou as bases iniciais da industrialização do País, de que Volta Redonda é um marco indiscutível.

É, a partir dessas bases, que o movimento revolucionário de 1964 está construindo um Brasil novo, à altura de nossos sonhos de grandeza, muito mais ambiciosos agora que somos tantos mais brasileiros a fazer jus, todos igualmente, aos benefícios de nosso progresso incessante. Para tanto, o governo precisa de vós, trabalhadores do Brasil — não só do esforço continuado de vossos braços criadores, mas sobretudo de apoio de vontades e indomáveis, confiantes de fato no elevado propósito que nos anima — o da redenção do homem brasileiro das cidades e dos campos.

Trabalhadores: em meio a um panorama internacional eivado de complexos problemas, o Brasil enfrenta hoje desafios novos num clima de ordem e de paz, de segurança e desenvolvimento, de trabalho e pleno emprego, o que nos enche de justo orgulho e nos traz a certeza de completo êxito num futuro melhor. A cada desafio novo, anteporemos criatividade nova e a energia redobrada de nossas vontades.

Notórias já se tornaram as prioridades que meu governo vem dando ao desenvolvimento social, procurando estender à população toda do País, os bens do progresso. Ainda recentemente, em ato comemorativo do aniversário da Revolução de 1964, assinei decreto criando o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — SENAR, com o objetivo de disseminar treinamento, aperfeiçoamento e qualificação a milhões de brasileiros que, no campo, hoje quase desassistidos, participam da força-de-trabalho da Nação.



Telefoto de Plínio Santos

Inauguração do alto forno n.o 3 completa nova etapa da expansão da CSN

Com a criação deste serviço, preenche o governo antiga lacuna existente no sistema de formação de recursos humanos para o desenvolvimento, já que os setores secundários e terciários, a industria e o comércio em particular, eram há muito tempo atendidos pelo SENAI e pelo SENAC.

Outra medida importante que merece ser citada neste momento e que visa à melhoria gradativa da qualidade da mão-de-obra especializada no Brasil é a regulamentação da lei, aprovada pelo Congresso Nacional, sobre incentivos fiscais para o treinamento. Este instrumento legal possibilita às empresas que tenham projetos de treinamento de seu pessoal aprovados pelo Ministério do Trabalho descontarem em dobro do imposto de renda, os gastos que tiveram com este treinamento.

Incorpora-se, com apoio financeiro do governo, o potencial pedagógico das empresas ao esforço nacional de preparação dos recursos humanos, de tal forma que cada empresa se converterá aos poucos, também, numa agência de formação e adestramento. Concretiza o Brasil, assim, o ideal, tantas vezes universalmente anunciado e tão poucas vezes cumprido, da chamada educação permanente.

Esta cerimônia seria, bem ocasião adequada para o descortino do rol de medidas tomadas pelo governo nos ultimos dois anos, em favor do desenvolvimento social de nosso povo, e que vão desde a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a renovação do Ministério do Trabalho e a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, até a nova legislação abrangendo diretrizes sobre aposentadoria, regulamentação de profissões, auxílio-maternidade, bolsas de estudos, alteração da fórmula da política salarial e tantas outras que atestam cabalmente o interesse de meu governo pelos problemas trabalhistas. Ater-me-ei, no entanto, apenas a dois destes, objetos de iniciativas especiais nos ultimos dias: o da distribuição de renda, isto é, a política salarial em seu contexto amplo, e o da atualização da legislação do trabalho.

Um dos problemas que estamos enfrentando com vigor, mas com a maturidade das soluções definitivas, é o da melhor distribuição de renda. Tenho lido e ouvido declarações aconselhando o governo a realizar, por decreto, alterações bruscas nos níveis de salário mínimo e nos índices de reajustamento salarial. Felizes seriam os governos que pudessem resolver matéria tão complexa com um simples decreto. O comportamento das leis econômicas e sociais não obedece a formulação a tal ponto simplista. Já disse, em outra ocasião, que "um exame detido do problema revela que a melhoria da distribuição de renda, para compatibilizar-se com altas taxas de crescimento economico, é processo que demanda tempo e racionalidade.

O distributivismo fácil, que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso, pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de emprego e de mutilação do potencial de poupança e desenvolvimento. Nossa experiência, anterior à revolução de 1964, e experiência semelhantes em outros países desabonam definitivamente esse distributivismo emocional".

O pensamento do governo continua o mesmo sobre tal assunto. A melhoria da distribuição pessoal da renda terá que resultar, em primeiro lugar, da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saude e da assistência social.

Quanto à legislação no quadro da Justiça do Trabalho, cuja composição será mantida, impõe-se ressaltar que ultimaremos, ainda no corrente ano, a modernização da Consolidação das Leis do Trabalho, adequando-a à realidade do tempo presente com a incorporação de legislação recente e simplificação de seu texto, para que qualquer trabalhador, mesmo o mais humilde, possa entendê-la e interpretá-la, conhecendo seus direitos e seus deveres. E, ainda que o texto final consolidado deva ser considerado em bloco, nada impede que uma outra medida julgada oportuna pelo governo seja destacada do conjunto e examinada com antecipação, pelo Congresso Nacional.

Convém lembrar que, com o apoio a grandes projetos em áreas metropolitanas, com a melhoria dos transportes no meio urbano, a construção de 600 centros sociais em todo o País, com o combate continuado à inflação, com providências concretas visando à defesa do consumidor, com o fortalecimento dos sindicatos e da sindicalização, enfim, com todo um conjunto de medidas, inclusive na área econômica e financeira, objetivamente adotadas, o governo tem tido sempre em mente a promoção social de nosso povo. Não me canso de repetir que o homem é o objeto central do desenvolvimento nacional. E porque assim é, a assistência e previdência social expande-se em ritmo acelerado, com vistas à universalização de seus serviços.

Alguns algarismos bastam para demonstrá-lo. Em 1963, o numero de segurados da previdência social era de 5.300.000, distribuídos pelos diversos institutos, o que configurava uma cobertura apenas parcial da área urbana. A população do País era então de 76 milhões e meio de habitantes, de modo que a tão propalada proteção social atingia apenas a 7 por cento da população na condição de segurados e 21 por cento na de segurados e dependentes. Em 1976, para uma população de 110 milhões de habitantes, com a ampliação da previdência urbana aos empregados domésticos, a filiação maciça de autônomos e empregadores, a instituição do Prorural e o rol de medidas adotadas já no atual governo, a previdência em geral registra um total de 30.130.000 segurados, representando 27,2 por cento da população, o que faz com que a soma de segurados e dependentes atinja à quase totalidade dos habitantes do País.

Em 1963, os antigos institutos de aposentadoria e pensões mantinham apenas 588.000 aposentados e 588.700 pensionistas. Hoje, o numero de aposentados do INPS e do Funrural se eleva a 2.890.000, aos quais devem ser somados 2.060.000 pensionistas. Somente o benefício especial para velhos e inválidos, implantado há menos de um ano, já está sendo pago a cerca de 500.000 pessoas.

A par dessa ampliação da área, introduziram-se diversas modificações na legislação, entre 1964 e 1976, no sentido de melhorar o valor dos benefícios, notadamente no que se refere à elevação dos valores mínimos e ao estabelecimento de um sistema adequado e oportuno de reajustamento automático das mensalidades em manutenção.

Quanto aos serviços de assistência médica atualmente prestados pela previdência social, são a bem dizer resultado da ação revolucionária, pois o que existia antes de 1964 eram providências isoladas, dispersas, tomadas ao sabor de interesses políticos e que atendiam a grupos privilegiados à custa da coletividade de contribuintes.

E é importante salientar que essa enorme ampliação do plano de benefícios e das áreas de atendimento médico não se deveu a nenhum aumento da taxa de contribuição, e sim à adoção de medidas moralizadoras, racionalizadoras e isentas de cunho demagógico. O que antes de 1964 caracterizava os institutos de aposentadoria e pensões era o empreguismo, a sonegação sistematica de contribuições, a divida do governo e utilização indevida dos recursos previdenciários.

A unificação desses institutos, a adoção de medidas objetivas para assegurar o recolhimento das contribuições, como a correção monetária, o sistema de multas e a instituição dos certificados de regularidade de situação, bem como a utilização de modernos instrumentos de gestão, entre os quais os computadores eletrônicos, operaram verdadeira revolução no sistema, bastando assinalar que a expressiva melhoria havida na prestação dos serviços foi acompanhada de uma redução de 30.000 funcionários administrativos.

Trabalhadores brasileiros, em nossas próprias mãos repousa tanto nosso presente como nosso futuro. Participante de uma história pacífica, o brasileiro constrói o seu mundo com ordem e em paz.

Dotado de personalidade altiva, amadurecido pelos desafios de sua grandeza, o Brasil dedica-se, diuturnamente, a construir as bases de uma grande Nação. Todos somos trabalhadores nesta obra portentosa. E a todos os que assim labutam rendo aqui, pois, minha homenagem pessoal e a do governo da Revolução, no Dia Universal do Trabalho.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

cipios de 1.975 devem retirar o Diploma de Técnico os
os alunos que concluíram o estágio profissional até pria
Serviço de Integração Escola-Empresa — SIE-E.

construtora alcindo vieira·convap s.a.

COMUNICA

que a partir do Dia 1.º de Maio passará a atender pelo novo Telefone

280-3722 (Linha Tronco)

RUA PADRE JOÃO MANUEL, n.º 1055
Jardim Paulista — São Paulo

FAZENDA-LAGE-ILHA BELA
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Proprietários de Lotes e chacaras do Loteamento Fazenda Lage, situado em Ilha Bela — Comparecer no horario das 9.00 às 12.00 e das 17.00 às 19.00 hs., à Rua 7 de Abril, 264 — 8.o — S/ 821/822 — S. Paulo — Capital.

RADIO ELDORADO
2 DE MAIO DE 1976

Música Popular Variada 6:00 — 8:00/Fase 1

Musica Popular Variada 8:00 — 10:00/Fase 2

Concerto Matinal 10:00 — 11:00
BEETHOVEN
Sonata n.º 6, para piano, opus 10 n.º 2 — Daniel Barenboim — 13'05"
SIBELIUS
A Tempestade, opus 109 — Filarmonica de Liverpool, Regente: Sir Charles Groves — 21'17"
ELGAR
Serenata para cordas, opus 20 — Orq. "Sinfonia de Londres", Regente: Sir John Barbirolli — 13'08"
FAURE
Berceuse da suite "Dolly", para dois pianos — Peter Hostal e Paul Schaefer — 2'57"

Musica Popular Variada 11:00 — 13:00/Fase 3

Musica Popular Variada 13:00 — 17:00/Fase 4

Concerto Vespertino 17:00 — 18:00
VAUGHAAN WILLIAMS
GREENSLEEVES — Orq. de Filadelfia, Eugene Ormandy — 4'40"
CHOPIN
POLONAISE O 53 "Heroica" — Rubinstein — 7'03"
DVORAK
DANÇAS ESTAVAS Nos. 1-2 — Or. da Opera de Viena, Mario Rossi — 8'50"
PAGANINI
MOTO PERPETUO — Orq. Sinfonia Jean-Eddie Cremier — 4'20"
LISZT
VALSA MEFISTO — Orq. de Filadelfia, Eugene Ormandy — 11'25"
OFFENBACH
BARCAROLA de "Os CONTOS DE HOFFMANN" — Montserrat Caballe, Shirley Verret, Orq. New Philarmonia, Anton Guadagna — 3'54"
GROFE
ON THE TRAIL da SUITEGRAND CANYON — Orq. Boston Pops, Arthur Fiedler — 7'30"
TCHAIKOWSKY
VALSA DAS FLORES — Orq. Mantovani — 4'35"

Musica Popular Brasileira 18:00 — 19:00

Concerto Noturno 20:00 — 21:00
SCHOENBERG
PELLEAS ET MELISANDE OP.5 — The New Philarmoni Orch, Sir John Barbirolli — 41'40"
GERSHWIN
CUBAN OUVERTURE — Orq. Boston Pops, Arthur Fiedler — 9'05"
BRAHMS
DANÇAS HUNGARAS 1-2-3 — Royal Philarmonic Orch, Rafael Kubelik — 7'15"

Musica Quadrifonica 21:00 — 22:00

Musica Popular Brasileira 22:00 — 23:00

Música Popular Variada 23:00 — 02:00/Fase 5

fm 92.9

O presente da mamãe é uma ELGIN do jumbo

9 DE MAIO DIA DAS MÃES

MÁQUINA DE COSTURA ELGIN GENIUS

A Elgin lança as primeiras máquinas portáteis de verdade. Basta comparar o peso da Elgin Super-leve com uma convencional: é exatamente a metade. Como você pode ver, depois de tornar a costura mais fácil, a Elgin tornou-a mais prática e mais leve.

LANÇAMENTO

Mensais iguais de **156,00** SEM ENTRADA

MÁQUINA DE COSTURA ELGIN GENIUS

A máquina mais completa do mundo, faz tudo o que as outras fazem, tem OVERLOCK exclusivo, ponto elástico, duas agulhas e não precisa de discos. Gabinete em marfim e Imbuia.

Mensais iguais de **156,00** SEM ENTRADA

jumbo
AEROPORTO • BRIGADEIRO • SANTO ANDRÉ • JUNDIAI
é economia deste tamanho
Só Jumbo tem o Supercrédito

TELEPAR COMUNICA

CONCORRÊNCIA Nº 004/76

PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE AR AR CONDICIONADO PARA AS CENTRAIS TELEFÔNICAS DO BOQUEIRÃO E SANTA FELICIDADE

A COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ – TELEPAR, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE O PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA EM EPÍGRAFE, FOI **PRORROGADO** PARA O DIA 28 DE MAIO DE 1976, ÀS 14:30 HORAS E A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA O DIA 24 DE MAIO DE 1976.

QUAISQUER ESCLARECIMENTOS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS, SERÃO PRESTADOS NO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, AVENIDA MANOEL RIBAS, 115 – 9º ANDAR, FONE: 23-8627, CURITIBA – PARANÁ.

ANEXO O

13 anos de sindicalismo—Final

Avanço econômico não exclui sindicato livre

Dieese defende distribuição de renda

"Poderia ter havido crescimento do PNB com melhor distribuição de renda, isto é, sem essa política salarial, que veio para durar três anos, apenas, mas que há 12 é combatida pelos dirigentes de trabalhadores." A afirmação é de Walter Barelli, doutor em Economia (tese "Distribuição Funcional de Renda nos Bancos Comerciais"), professor universitário e diretor técnico do Dieese — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Três anos após a Revolução, quando se caracterizava a fase do arrocho salarial, o Dieese teve de mudar de linguagem, deixar de lado o "sociologuês" para aderir ao "economês".

Barelli está no Dieese desde 67; foi aí que começou a fase "econômica" do centro de estudos, até então na era "sociológica", com a nova linguagem que os trabalhadores poderiam usar para contestar os tecnocratas oficiais. "O Dieese ganhou importância porque fala a mesma linguagem dos técnicos oficiais", concorda Barelli.

"Não pode haver contestação aos estudos do Dieese sem que os economistas oficiais caiam no aspecto ideológico do problema. É assim, por exemplo, quando provamos que a política salarial é injusta e os técnicos do governo contestam: "É injusta, mas é necessária..."

O doutor em Economia Walter Barelli, ex-aluno de Delfim Netto, não concorda que essa política salarial seja necessária.

"Precisaríamos adotar, no Brasil, o lema de Henry Ford, no diálogo com o operário: "Eu lhe pago mais porque você vai ser consumidor de meu produto". O problema, no Brasil, é de modelo econômico, que não preferiu a criação de um mercado de massa, ao contrário do que ocorreu em outros países capitalistas, mas optou por voltar-se essencialmente para o mercado externo.

No entanto, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) trata do crescimento econômico com mercado de massas, fato para o qual o economista tem chamado a atenção dos dirigentes sindicais.

"Porém, desde maio de 76, o governo parece ter abandonado esse aspecto do II PND quanto ao crescimento com mercado de massas, certamente devido às dificuldades gerais que está encontrando. As próprias dificuldades econômicas atuais demonstram ser necessária uma renegociação do modelo."

O Dieese é o único instituto nacional de pesquisas que publica mensalmente quatro índices de custo de vida: o superior, o médio, o inferior e o geral. Hoje, a instituição tem status nacional e internacional, só não possui sindicatos filiados no Acre e no Piauí.

O Dieese foi combatido por Júlio Barata, era mal visto por outros ministros, como Passarinho; Barelli diz que o Dieese já deve ter atingido seu ápice: em futuro impreciso os trabalhadores encontrarão outras formas de expressão de seus anseios e reivindicações.

O padrão de vida da classe trabalhadora melhorou ou piorou, nestes 13 anos? Que dizem as estatísticas?

O certo é que não se sabe, ainda. O Dieese está exatamente estudando essa questão. Pesquisas feitas pela entidade indicam que, quando diretamente indagado, o trabalhador diz duas coisas: 1- seu padrão de vida melhorou; 2 - piorou o padrão de vida da classe trabalhadora.

Há mais pessoas trabalhando, na família trabalhadora, além do chefe da casa, do que antes de 64; isto é, para que o padrão de vida não se deteriorasse ainda mais, foi preciso o esforço do filho, da filha ou da mulher.

Uma coisa é certa: nenhum dirigente sindical está satisfeito com a política salarial, mesmo aqueles mais indiferentes.

Questão é de política, não de economia

"Sindicato livre também leva ao aumento do PNB. Aparentemente, a falta de liberdade do sindicalismo brasileiro teve por base levar a um aumento do PNB, mas isso só na aparência, pois na realidade o que houve foi um motivo político." Quem diz isso é Francisco Correa Weffort, professor adjunto de Ciência Política da USP, no Departamento de Ciências Sociais, autor de livros, colaborador da Cepal (Chile) de 64 a 68, professor convidado da Universidade de La Plata, Argentina, e da de Essex, Inglaterra.

"Se a Arena não tem autonomia de movimentos, por que o dirigente sindical haveria de ter? O problema não é econômico, mas político."

Weffort comenta que poucas vezes, em sua história, o sindicalismo pátrio desempenhou um papel político tão intenso quanto o de agora, por estranho que isso possa parecer à primeira vista. Só que é um desempenho político mudo, no não-sugerir problemas, no não-debater.

Para comprovar sua primeira assertiva — a de que o sindicalismo livre também pode levar ao aumento do PNB — o professor faz um gráfico, relembra os tempos de Goulart, em que os salários se deterioravam e mostra que continuaram caindo, após 67, já sem a liberdade anterior.

— "Ninguém pode garantir que, na fase do "milagre brasileiro", não pudéssemos obter altas taxas de PNB, com organizações livres."

O trabalhador brasileiro tem uma visão liberal do sindicato, ao passo que o dirigente sindical dele conserva apenas uma perspectiva política. No tempo de Juscelino, o trabalhador votava eventualmente em comunista para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, mas, na hora de escolher o presidente da República, preferia um Jânio a um Lott, apoiado, este, pelos comunistas.

Isso é assim porque o trabalhador, sem espírito sectário, gradua os problemas e qualifica as soluções aplicáveis em diferentes níveis, graças a sua visão liberal, o que, normalmente, não acontece com o dirigente, mais preso a esquemas.

Certo é que o sindicalismo pátrio, a partir da década de 30, sempre esteve vinculado ao governo. Quando, eventualmente, gozou de alguma liberdade, por falta de hábito do uso dessa mesma liberdade, passou a apoiar movimentos políticos contrários ao governo. Exemplo disso é o período Juscelino.

O sindicalismo, com liberdade, não se constitui em Estado dentro do Estado, nem as eventuais posições políticas de seus dirigentes se confundem com as de um partido político, comenta Weffort. É essa confusão que leva a preconceitos contra os sindicatos, a fobias e, finalmente, à falta de liberdade.

"Há uma tendência, entre nós, brasileiros, ao catastrofismo, achando que estamos sempre perante problemas insolúveis ou à famosa beira do abismo. Esse catastrofismo pega os pontos extremos do espectro ideológico. Por isso é que, hoje, não há maiores perspectivas de um movimento sindical autêntico, desligado do governo, mas que, por outro lado, saiba munir-se das defesas contra sua dominação por movimentos políticos".

Prossegue o professor: "É preciso criar alternativas políticas. O problema sindical não vai ser resolvido sozinho. Depende do restabelecimento democrático do País, sem se incorrer no erro clássico de todas as opções ideológicas do Brasil, quando se chega perto do governo".

Weffort, em sua análise da conjuntura sindical brasileira, relembra a atual "lei de greve", por ele classificada de bifronte: ao mesmo tempo em que impossibilita o exercício da paralisação por melhoria das condições de trabalho, também a permite no caso de atraso no pagamento dos salários.

Se a lei é imobilista, sociologicamente falando, também não é menos verdade que revela a tendência do estamento militar investido do poder.

ITABORAÍ MARTINS

Sindicatos democráticos, livres e atuantes, eis o tema; desenvolvimento econômico, eis outro tema. Nesses dois termos da temática geral, isto é, o das opções políticas e condução da coisa pública, não deve haver qualquer conflito necessário, no entender dos analistas.

Assim, todos os especialistas entrevistados, com uma única exceção, são concordes em que poderia ter havido desenvolvimento econômico com liberdade sindical. Mas, nos termos em que a questão foi colocada nestes 13 anos passados, surgiu uma aparente — apenas aparente — contradição entre desenvolvimento e sindicalismo. Não que essa contradição seja real e necessária, o crescimento desmesurado da comunidade de informações (o termo é empregado na acepção militar) é que levou a uma distorção do que deva ser um sindicato. E, para finalizar, um especialista a nível universitário dá sua opinião sobre o que se convencionou chamar de movimento sindical, antes e depois da Revolução. Suas opiniões vão entre aspas e servem não só para informação, mas também para tema de acurada meditação.

Professor identifica um retorno ao Estado Novo

"A partir de 64, eliminadas aquelas organizações paralelas, o sistema instituído pelo Estado Novo, em 1937, ficou restabelecido em sua integridade" A afirmação é do Aziz Simão, professor-chefe do Departamento de Ciências Sociais da USP (três setores de ensino e pesquisa, com 60 professores: Sociologia, Antropologia e Ciência Política), autor de "Sindicato e Estado no Brasil".

O professor Aziz Simão discorre sobre a estrutura histórica do sindicalismo brasileiro. Por isso, didaticamente, vem desde suas origens, no começo do século, quando o sistema sindical era pluralista (poderia haver mais de um sindicato para a mesma categoria profissional, dentro da mesma área territorial), descentralizado e autônomo.

"A partir de 1931, o governo baixou a primeira lei sindical, estabelecendo o sindicato único; até 35, porém, ela foi praticamente ignorada pelo sindicalismo, particularmente em São Paulo."

"Com o estado de guerra, declarado em consequência do levante de 35, o governo passou a fazer pressão para que todos os sindicatos se registrassem no Ministério do Trabalho, de conformidade com a lei específica, no que teve êxito. Com a instalação do Estado Novo, o sistema sindical do Estado foi se aprimorando e se expressou claramente na CLT."

"Assim, o sistema sindical como um todo passou a ser unicista, centralizado e heteronômico, isto é, instituído e controlado em nível superior por uma instituição que lhe era estranha, o Ministério do Trabalho."

"A partir de 45, o sindicalismo teve condições para eliminar esse sistema, retornando ao pluralismo e autonomia sindical. Não o fez, no entanto, porque o sistema unicista e centralizado favorecia o controle do sindicato por grupos minoritários instalados em seus postos-chaves. Houve grupos que, na oposição, levantaram a idéia do pluralismo sindical, esquecendo-se dela, porém, quando assumiram a direção do sindicato."

Prossegue o professor: "As organizações sindicais paralelas ao sistema oficial, que surgiram entre 45 e 64, também não procuraram romper o sistema, mas apenas controlá-lo e usufruí-lo, em vista dos fins de cada uma. A partir de 64, eliminadas aquelas organizações paralelas, o sistema instituído pelo Estado Novo, em 1937, ficou restabelecido em sua integridade".

"Um sistema sindical desse tipo — unicista, centralizado e heteronômico — é passível de passar do controle de um grupo minoritário para outro, segundo a conjuntura política, sem a manifestação da vontade dos trabalhadores, os quais ficam sem vias democráticas de ação.

"Vê-se historicamente que, nos países em que a democracia foi fortalecida, ela o foi com a colaboração do sindicato autônomo e pluralista. A autonomia não pode ser concebida sem o pluralismo. Defender a autonomia do sindicato único não é possível, porque a existência legal de um único sindicato já corta a liberdade de associação e, portanto, a própria autonomia.

"Essa autonomia só se efetiva mantida aquela. Um de seus empecilhos é o imposto sindical. O sistema vigente, mantendo as associações à custa dessa taxa e não da contribuição dos próprios trabalhadores, leva as direções sindicais a não se empenharem sistematicamente na arregimentação de sócios, deixando a grande massa dos assalariados à margem do sindicalismo.

"Doutra parte, dificultadas as negociações diretas do sindicato com o patronato e sujeitadas à simples subordinação ao ministério, tais associações ficam restritas, praticamente, a um serviço assistencial, estranho aos antigos sindicatos e que não exercita os trabalhadores no uso das normas de vida sindical.

"O pluralismo e a autonomia sindical não significam a subordinação das associações a partidos políticos, tendo em vista a diversidade das idéias e do comportamento manifesto em regime democrático. O sindicato único, centralizado e heteronômico é que pode possibilitar — historicamente tem possibilitado — o atrelamento das associações de trabalhadores a um partido ou grupo hegemônico.

"É o monossindicalismo que está ligado ao monopartidarismo."

Roupa suja se lava aqui.

ANEXO P

O ESTADO DE S. PAULO — 22 SEXTA-FEIRA — 30 DE DEZEMBRO DE 1977

Atualidade econômica

Geisel: economia avançou; política avançará

Crônica de tempos de ajuste e mudança

Os discursos de fim de ano apresentados pelo presidente Geisel, desde 1974, contam a história de um dos períodos mais difíceis — mas ao mesmo tempo mais ricos de transformações — da moderna economia brasileira. Em todos, a exposição se inicia com uma referência à crise mundial, deflagrada no terceiro trimestre de 1973, e aos seus efeitos sobre o comércio, o nível de atividade e os preços.

Em seu pronunciamento de 30 de dezembro de 1974, o presidente Geisel apontou as dificuldades que o País enfrentava, e que deviam perdurar por alguns anos, e anunciou o começo de uma fase de desaquecimento — adaptação necessária "às realidades de uma conjuntura mundial em rápida deterioração". Tendo assumido o governo em março, o presidente se limitou a indicar, como principais realizações do período, as medidas tomadas para o controle da inflação, que se havia acelerado consideravelmente no primeiro semestre, e as inovações introduzidas no processo decisório governamental (criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e do Conselho de Desenvolvimento Social).

No plano político-institucional, registrou as eleições realizadas em novembro, dedicando ao tema ampla parcela de seu discurso. E advertiu que os instrumentos de exceção continuariam em vigor e seriam usados. No discurso de 30 de dezembro de 1975, as referências ao universo político-institucional foram escassas, limitando-se, praticamente, a uma referência à cooperação entre o Executivo e o Legislativo.

O ano econômico fora especialmente difícil. A recessão nos países ricos se prolongava, o déficit comercial se mantinha elevado e uma série de desastres meteorológicos frustrou safras promissoras, prejudicando tanto as exportações quanto o combate à alta dos preços internos.

O presidente julgou conveniente observar, neste discurso, que as metas do II PND jamais foram rígidas quanto aos avanços que se deveriam realizar em cada período. Não chegou, no entanto, a haver recessão, e os programas de substituição de importações foram tocados para diante. Além disso, o governo se voltou mais claramente para programas de desenvolvimento urbano e de apoio às populações de baixa renda — tópicos ressaltados pelo presidente em seu pronunciamento. No plano externo, o acordo nuclear com a Alemanha foi considerado uma realização importante. O tom geral do discurso foi sombrio, e o presidente anunciou, para o ano seguinte, mais restrições e mais sacrifícios.

A economia voltou a crescer rapidamente em 1976, o déficit comercial diminuiu (embora se mantivesse elevado) e a inflação disparou. O presidente mencionou, em seu discurso, o crescimento econômico "bem maior que o desejado" e pediu apoio para uma fase de novas restrições.

Nesse discurso, o presidente voltou a falar longamente sobre política institucional, disse que as eleições foram um pronunciamento em favor do governo e qualificou como salutares os efeitos da Lei Falcão.

Da sucursal de BRASÍLIA

1977 mostrou o acerto da estratégia econômica; 1978 será assinalado por um "avanço marcante" no setor político: estes os pontos essenciais do balanço e das previsões apresentados pelo presidente Geisel, em discurso transmitido ontem à noite pela Voz do Brasil e por uma cadeia nacional de televisão.

No plano econômico, segundo Geisel, o governo errou no varejo e acertou no atacado, conduzindo uma política voltada, simultaneamente, à solução de problemas imediatos — balança comercial e nível de preços — e à transformação da estrutura industrial, com os programas de substituição de importações de insumos básicos e de bens de capital.

Após enumerar os resultados obtidos nas vendas externas, na contenção das importações e no desenvolvimento dos setores considerados prioritários, o presidente assinalou que a inflação continua sendo "um grande desafio". Apesar do avanço conseguido em 1977 — disse — é preciso continuar a combatê-la "sem tréguas", apelando para todos os mecanismos de controle à disposição do governo, mas também pedindo a cooperação e a compreensão do povo".

Das 25 páginas de seu discurso, Geisel dedicou apenas duas ao setor político. Nada anunciou de novo, em relação ao discurso pronunciado no dia 1º de dezembro, quando disse que se cogitava de extinguir as "leis de exceção". Assinalou apenas que o consenso observado no período de consultas permitirá fixar as metas que devem ser alcançadas no plano institucional, e disse esperar "convictamente" que em 1978 se progrida nesse campo, de tal forma que se possa atender às "aspirações gerais de aprimoramento" democrático.

Geisel: a verdadeira justiça social não está no paternalismo

Balanço e perspectivas

"Brasileiros:

Como em oportunidades anteriores, às vésperas de Ano Novo, venho dar-vos conta dos principais resultados que conjuntamente alcançamos em 1977, bem assim formular as perspectivas gerais que visualizamos para 1978.

Faço-o consciente do dever cumprido com o máximo empenho, sem desfalecimentos. E, embora circunstâncias diversas hajam reduzido resultados que confiantemente podíamos esperar e parcialmente frustrado algumas das fundamentadas esperanças que havíamos alentado, creio que, afinal, o saldo dos avanços e das realizações é muito grande, como tem sido sempre desde a Revolução de 1964, e que o presente estado geral da Nação — interna e externamente — mostra o real e significativo progresso que, com o esforço de todos nós, brasileiros, alcançamos no decorrer deste ano.

No campo crítico da economia, a evolução da situação mundial e de nosso País confirma o acerto da orientação que o Brasil vem seguindo a partir de 1974, em decorrência da crise provocada pela forte elevação dos preços do petróleo. O choque que então gerado foi, de fato, o começo de uma nova era para toda a civilização industrial moderna. Com ele se iniciou um processo que, através de sucessivos desdobramentos, deverá estender-se até que novas fontes de energia venham, progressivamente, a assumir o papel, ainda hoje predominante, desempenhado pelo petróleo.

Durante esse período de transição — em que é indispensável evitarem-se abalos desastrosos, tanto no mundo desenvolvido como no do subdesenvolvimento — importante é que não haja novas recessões e que todos os países realizem, em curto prazo, adequadas mudanças de estrutura, principalmente no uso da energia e no balanço de pagamentos. De fato, já é consenso que os países com grande deficit na conta-corrente do balanço de pagamentos devem diminuí-lo, por não ser fácil encontrar financiamento, e que as nações com prolongado superavit devem também tender a eliminá-lo, para não somar esse superavit ao dos países da Opep, tão difícil, por si só, de ser absorvido pelo resto do mundo.

"diminuir nosso grau de dependência internacional"

O Brasil foi um dos países que, desde logo, reconheceram a necessidade de uma desaceleração progressiva, não-violenta, de sua economia e, em paralelo, de mudanças estruturais suficientemente rápidas, no quadro de uma estratégia adequada, capaz de assegurar ao País uma trajetória sólida de crescimento.

De um lado, precisávamos diminuir nosso grau de dependência internacional, substituindo importações de insumos básicos e bens de capital, de modo a elevar a capacidade de produção da indústria de base a dimensões compatíveis com a indústria de ponta. Enquanto os projetos de substituição não entrassem em funcionamento, teríamos de conter a demanda de importações, através de variadas restrições monetárias e fiscais.

Conter e substituir importações, todavia, não seria o suficiente para reequilibrar o balanço de pagamentos. O crescimento intenso da economia e a elevação internacional dos preços eram fatores naturais de expansão das importações. O ajuste do balanço, nessas condições, teria de provir de esforço extraordinário na expansão das nossas exportações, enfrentando-se aí o débil crescimento das economias desenvolvidas e sua crescente propensão ao protecionismo.

De outro lado, condicionante da maior importância social teria de balizar essa estratégia: a economia brasileira, com a sua responsabilidade de criar mais de um milhão de novos empregos por ano, não poderia submeter-se ao ajustamento pela via da recessão. Crises de transição podem ser toleradas por sociedades de alta renda per capita e de população quase estacionária; mas não por países como o Brasil, de renda per capita ainda média e distorcida por bolsões de pobreza e onde o crescimento demográfico reclama a contínua criação de novos empregos. Não seria realista pensar que poderíamos reeditar as taxas de crescimento do período 1968/1973, quando os ventos internacionais sopravam a nosso favor. Mas também não poderíamos deixar de crescer a taxas significativamente superiores à de nossa expansão populacional.

Implantar essa estratégia era tarefa árdua que exigiria sacrifícios da população e, antes de tudo, um forte apelo à imaginação e à criatividade nacionais. Embora o gradualismo faça parte da tradição brasileira em política econômica, as dimensões da crise do petróleo obrigavam-nos a agir com presteza. Não era fácil, em poucos anos, mobilizar recursos necessários ao programa de substituição de importações. Não era fácil, a curto prazo, modernizar a agricultura, preparando-a simultaneamente para o atendimento do crescente mercado interno e para o aumento acelerado das exportações. Não era fácil, principalmente, conciliar, em módulos ideais, os objetivos de crescimento econômico, melhoria da distribuição de renda, ajuste do balanço de pagamentos e combate à inflação. Diante dessa multiplicidade de problemas que reclamavam soluções urgentes, dever de humildade é reconhecer que muitas vezes errámos no varejo; mas bem justo será o orgulho de termos acertado no atacado, à luz dos indicadores mais recentes do desempenho da economia brasileira.

Nos últimos quatro anos o crescimento do produto real brasileiro foi da ordem de 33%, elevando nossa renda per capita anual a cerca de 1.300 dólares. Por certo, anos de crescimento mais rápido, como 1974 e 1976, intercalaram-se com períodos de crescimento mais moderado, como 1975 e 1977. Mas, mesmo nesses anos de crescimento menor, nossa produção expandiu-se a taxas bem maiores do que a população. O crescimento, por sua vez, não se limitou a um registro abstrato de maior produção, mas traduziu-se em sensível melhoria do padrão de vida do povo.

Por certo, o crescimento conseguido desde 1974 não poderia ter continuidade enquanto minados fôssemos pelo desequilíbrio das contas externas. Os números de 1977, todavia, afirmam o êxito da política de ajustamento do balanço de pagamentos. Em 1974, nosso déficit comercial atingia a cifra de 4,6 bilhões de dólares. Este ano conseguimos voltar ao tradicional equilíbrio da balança comercial, de fato com um pequeno superávit. Tendo em vista o crescimento da economia nacional no período e a alta internacional de preços, pode-se avaliar o que significou o esforço de contenção e de substituição de importações. Pelo menos, alguns exemplos merecem ser citados quanto ao esforço de substituição de compras externas. Este ano, nossa produção siderúrgica atinge 11,4 milhões de toneladas, 24% acima de 1976. O aumento da produção de aço, desde 1974, proporcionou-nos uma economia de importações de um bilhão de dólares. A importação de bens de capital, que se elevou progressivamente até 1975, vem declinando; sua substituição pela produção nacional equivale, este ano, a uma diminuição de 900 milhões de dólares no dispêndio de divisas. O impulso dado ao programa do álcool assegura uma produção, este ano, de 1,5 bilhão de litros e a aprovação de projetos já corresponde a uma capacidade de produção, em 1980, de cerca de 3,5 bilhões.

Não menos expressivo que o esforço de substituição de importações tem sido a expansão de nossas exportações, de 6,2 bilhões de dólares em 1973, para mais de 12 bilhões no corrente ano. A modernização da agricultura e a melhoria de preço de alguns produtos, como o café, tiveram papel altamente significativo nesse processo de expansão. Importante tem sido o desenvolvimento das vendas ao exterior de produtos industrializados, num esforço notável de diversificação e de sofisticação de nossas exportações. Vale notar que, até novembro deste ano, enquanto as exportações de produtos primários cresceram à excelente taxa de 19,4%, as de produtos industrializados aumentaram de 33,8%.

O aumento acelerado das exportações não reequilibrou apenas nossa balança comercial. Viabilizou, também, a nossa dívida externa, inevitavelmente crescente durante esta quadra, mas expandindo-se em ritmo cada vez menor. Nossas reservas superiores a 6 bilhões de dólares e o equacionamento de nossas contas externas estão-nos assegurando credibilidade internacional e amplo acesso aos mercados financeiros mais exigentes e seletivos.

"os remédios antiinflacionários são todos de ação lenta"

Um grande desafio continua a apresentar-se à sociedade brasileira: o de reduzir significativamente as taxas de inflação. As altas de preços, no Brasil, apresentam características de moléstia endêmica. Os próprios mecanismos de defesa da sociedade contra as distorções inflacionárias — a correção automática dos salários, dos valores monetários e as minidesvalorizações cambiais — se tornam a inflação menos dramática entre nós do que em outros países, também a realimentam permanentemente. Os conflitos entre os objetivos de maior estabilidade da moeda, de maior crescimento econômico ou de mais rápido ajuste no balanço de pagamentos, com frequência levaram a um recrudescimento das pressões inflacionárias, particularmente em 1976.

Várias medidas, monetárias, fiscais, de administração de preços e de contenção dos fatores de realimentação vêm sendo tomadas desde meados do ano passado no sentido de frear o ímpeto da alta de preços. Infelizmente, os remédios antiinflacionários são todos de ação lenta, exigindo, num longo interregno, pertinácia e resignação, principalmente numa economia em que as relações contratuais são regidas pelo princípio da correção monetária — que pelo seu saldo de êxitos convém preservar — e na qual a inflação não deve ser tratada senão pela metodologia gradualista.

A taxa de inflação, medida pelo índice geral de preços deverá situar-se em 1977 em pouco menos que 39%. Essa cifra comporta duas observações: comparativamente aos 46,3% de 1976 apresenta inegável melhoria, com a diminuição de mais de 7 pontos percentuais no ritmo inflacionário; ao longo do ano, os 39% resultaram da composição de duas fases distintas: uma da inflação acelerada até maio, à taxa média mensal de 3,7%; outra de inflação bem mais branda, de 2,1% ao mês, a partir de junho. Apesar dos progressos em relação a 1976, estamos longe de dar por vencida a guerra contra a inflação. Embora condicionados à metodologia gradualista, precisamos continuar a combater a inflação sem tréguas, apelando para todos os mecanismos de controle à disposição do governo, mas também pedindo a cooperação e a compreensão do povo. A luta antiinflacionária representa, antes de tudo, extraordinário exercício de disciplina da sociedade. É preciso que todos reivindiquemos menos, para que os ganhos não venham a ser frustrados pelas altas de preços.

Os resultados de 1977 indicam o acerto de uma estratégia. A situação econômica internacional ainda se mostra instável — instabilidade inevitável enquanto os países da OPEP acumularem saldos em conta-corrente de 35 a 40 bilhões de dólares anuais. A recente decisão dos países produtores de petróleo de congelar seus preços no primeiro semestre de 1978 dá-nos a tranquilidade de uma trégua. Mas temos de nos conscientizar de que vivemos num mundo bem mais difícil do que o de cinco anos atrás. Compreendamos, todavia, que dificuldade não é, para os povos fortes, sinônimo de catástrofe, mas de desafio à criatividade. E a população brasileira que soube vencer esta fase da crise do petróleo, saberá sempre responder aos desafios que lhe forem impostos pela conjuntura internacional.

No campo social, desde 1974, a atuação do governo tem sido dinâmica e criadora.

O governo preocupou-se em assegurar que os reajustes salariais, particularmente os do salário mínimo, recompusessem os padrões do poder aquisitivo erodidos pela inflação. O mais importante, porém, é que o mercado, de fato, valorizou o trabalhador bem acima dos coeficientes oficiais de reajustamento salarial. Os programas de treinamento e alimentação dos empregados nas empresas, a ampliação do sistema educacional, a redução da taxa do analfabetismo adulto, o crédito educativo, os programas de saúde pública, a prevenção da gravidez de alto risco traduzem aspectos da política social que meu governo tem procurado seguir. A verdadeira justiça social não é a que submete o trabalhador ao paternalismo governamental, mas a que o torna capaz de se valorizar no mercado de trabalho, independentemente dessa proteção.

A despeito da contenção de investimentos públicos ditada pela ação antiinflacionária, executou-se, em 1977, um orçamento social da ordem de Cr$ 230 bilhões em educação, saúde pública, assistência médica, saneamento, nutrição, habitação, previdência, trabalho e treinamento profissional. A esse dispêndio adicionou-se um programa de desenvolvimento urbano de cerca de Cr$ 30 bilhões destinados principalmente a transportes coletivos e centros sociais e, por outro lado, aplicaram-se mais Cr$ 10 bilhões através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

"a queda ocorrida na mortalidade infantil em São Paulo"

Não cabe aqui apresentar dados detalhados sobre os resultados sociais alcançados. Creio oportuno mencionar, entretanto, alguns indicadores particularmente sugestivos:

— A população economicamente ativa, entre 1970 e 1977, elevou-se de 29 para 37 milhões de pessoas, revelando a grande capacidade de geração de novos empregos da economia Brasileira.

— Após criação de maio de 3 milhões de empregos entre 1974 e 1976 houve, em 1977, certo arrefecimento, mas, assim mesmo, ocorreu aumento ponderável, a despeito da desaceleração realizada;

— Em 1977, o PIS-PASEP passou a pagar o 14 salário, que, neste primeiro ano de vigência da medida, beneficia 7 milhões de trabalhadores;

— O crescimento demográfico com predominância de população jovem, tem acarretado grande expansão quantitativa do ensino, com riscos para a qualidade. Temos hoje 24 milhões de estudantes nas escolas, quando em 1970 eram apenas 17 milhões. Se somarmos 4 milhões do Mobral, alcançaremos um número que corresponde a duas vezes a população total de um país como a Austrália;

— O mesmo fenômeno verifica-se na previdência social urbana, que, atualmente, atende a uma população de quase 60 milhões de pessoas, em benefícios e assistência médica; o Funrural, por outro lado, já assiste hoje à maior parte da população rural;

— Ao longo da presente década, a expectativa de vida da população brasileira aumentou para mais de 60 anos, a taxa de mortalidade caiu bastante e a mobilidade social vertical acentuou-se com o fácil acesso dos pobres à Escola, inclusive no nível da universidade;

— A taxa de Alfabetização, entre 1970 e 1977, cresceu de 60 para 84%;

— Expressiva é a queda ocorrida na mortalidade infantil em São Paulo, certamente uma capital com graves problemas de saúde pública devido às maciças imigrações — o declínio foi de 94 por mil nascidos vivos, em 1973, para 80, em 1976, caindo para valores bem menores em 1977, sendo de 54 por mil no mês de outubro último.

"a importância do desenvolvimento das instituições"

Tais esforços e resultados na área social caracterizam considerável progresso. Na verdade, as soluções simples, para um país com a população que temos, no nosso nível de renda, são simples apenas no papel. Contudo é possível encontrar essas soluções e efetivá-las com determinação e fé, pelo caminho da evolução ordenada, numa sociedade aberta, pluralista e em crescimento, sem recurso a soluções extremadas e violentas.

Quanto ao problema político propriamente, em recente discurso proferido a 1 de dezembro, apresentei o quadro atual e as perspectivas de sua evolução. Nele destaquei a importância do desenvolvimento das instituições políticas para o progresso do País, na etapa a que chegamos, da vida nacional. E nada cabe acrescentar, de momento, uma vez que, pela consulta ampliada aos setores mais esclarecidos da população e pelo consenso que se verifique, é que se fixarão rumos bem definidos e metas a alcançar com realismo, prudência e segurança.

Esperamos, convictamente, que o ano próximo se venha a assinalar por um avanço marcante nesse setor, atendendo às aspirações gerais de aprimoramento de nossa democracia. Confiamos em que a iniciativa do governo seja correspondida pela clarividência das classes políticas nacionais, capazes de, com espírito de renúncia alçarem-se à altura do momento que vivemos, sopitando ambições pessoais ou de grupos.

Chego assim ao término desta exposição que já vai mais longa do que era de desejar. A relevância de seu teor e a necessidade de lhe dar a verdadeira tonalidade de otimismo com que podemos encarar o futuro exigiram a extensão que lhe foi dada.

Ao concluir, auguro um ano novo — o de 1978 — pleno de realizações para a Nação como um todo e com acrescidas benesses para cada cidadão brasileiro, no seio de sua comunidade e no recesso de seu lar. Boa noite."

O discurso julgado no Congresso

Dos quatro itens abordados pelo presidente Geisel no discurso de fim de ano — crescimento econômico, distribuição de renda, combate à inflação e ajuste do balanço de pagamentos —, o governo só obteve "significativo progresso" no último, afirmou ontem o deputado Joaquim Bevilacqua, líder do MDB em exercício. "A inflação — acrescentou — continua em níveis insuportáveis, bem como o injusto perfil de distribuição de renda, denunciando a precariedade do modelo econômico construído sobre o sacrifício dos setores produtivos e das classes assalariadas."

O parlamentar considerou compreensível que 80% da fala presidencial fossem dedicados a questões econômicas e apenas 20% a questões sociais e políticas, porque os discursos de fim de ano constituem, tradicionalmente, prestações de contas do governo e também porque não houve nesses últimos setores qualquer realização de vulto em 1977. Assinalou que os "sucessos" apontados na área social são contestados pela realidade cotidiana. Como exemplos dessa realidade citou, no setor educacional, a pesquisa feita pela Secretaria de Educação do Município de São Paulo, segundo a qual quase a metade dos paulistas com até 14 anos de idade não frequenta a escola. No setor de saúde, lembrou a precariedade de atendimentos do INPS.

Para Bevilacqua, "a parte realmente decepcionante do discurso presidencial e exatamente a menor foi sobre a questão política". Apenas algumas linhas, prometendo "avanço marcante" rumo ao "aprimoramento de nossa democracia, a fim de alcançar as metas "com realismo, prudência e segurança", mediante consulta ampliada aos setores mais esclarecidos da população".

"É preciso dizer que nós, do MDB, discordamos frontalmente desse enfoque. Em primeiro lugar, cremos que reestruturação ficaria melhor que aprimoramento, pois é difícil aprimorar-se o que aí está. Em segundo lugar, cremos ser discriminatória a consulta a setores mais esclarecidos da população. Na verdade, essas consultas coordenadas pelo presidente do Senado somente têm alcançado parcelas ínfimas da população".

Assim, para o líder em exercício do MDB na Câmara, 1978 "será magro do ponto-de-vista social e político, batizando-se a ação do governo — ainda uma vez mais — no sentido da prudência (segurança) e do econômico (desenvolvimento), no que se repete o exaustivo discurso revolucionário que vai completar 14 anos".

O deputado João Cunha (MDB-SP) comentou que, "após a palavra do presidente Geisel, pode-se verificar a imensa solidão a que estão relegados milhões de brasileiros que, proprietários legítimos do poder, passam a meros expectadores de um jogo em que se envolvem direitos fundamentais de cada um, e em relação ao qual na verdade, somos postos na condição de paralíticos, não participantes, marginalizados, com a grande marca brasileira, de não perder a esperança no amanhã".

Disse o parlamentar paulista que o brasileiro tem por profissão a esperança. Por isso mesmo que esperava, ainda, que a palavra do chefe trouxesse o anúncio das necessárias e inadiáveis revisões nas estruturas sócio-econômicas da Nação. Pelo contrário, acentuou João Cunha, a palavra do general Geisel anuncia que a caminhada não muda, mas continua pelas mesmas trilhas, que tem determinado ao povo a miséria sem esperança.

No aspecto político, afirmou o representante paulista, verifica-se que Geisel insiste no modelo de democracia qualificada e desbotada, onde a vontade do povo é posta a distância dos centros decisórios. "Confunde-se democracia com o que está aí. Confunde-se cargo de governador com título nobiliárquico, deferido a alguns "escolhidos" e "iluminados". Assume-se, nesse tipo de modelo político, o mandato não outorgado, para, em nome do povo e não raro à sua revelia, definirem-se rumos que, também, não raro o atingem e afligem".

O líder do governo no Senado, Eurico Rezende, afirmou:

O discurso tem dois enfoques: o econômico-social e o político. Ao primeiro foi dado detalhamento maior, porque o discurso deveria corresponder; como correspondeu, a uma avaliação do comportamento nacional no setor. "Quanto à segunda parte, não havia realmente necessidade de maiores digressões, pois o assunto já fora exposto".

Villares: economia deve ser reaquecida

Das sucursais e do serviço local

O presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Industrias de Base (Abdib), Carlos Villares, defendeu ontem, no Rio, a retomada do crescimento econômico, em 1978, sobretudo nos setores industriais considerados prioritários pelo governo, porque o desaquecimento da economia já afeta a produção de bens de capital, "e esse congelamento é perigoso".

Em São Paulo, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas, Einar Kok, disse, "sem querer ser irônico", que 1978 "deveria ser definido como o ano da **estagnação de desaquecimento**. "Por um lado, o governo deverá prosseguir na tentativa de reduzir a inflação — observou — e, por outro, terá de suportar, num ano eleitoral, as pressões trabalhistas por uma melhoria nos níveis salariais. "Em síntese — observou —, será preciso muita ginástica para acompanhar o esforço econômico que se prevê para 1978, um ano em que se procurará manter equilíbrio entre esses três fatores: inflação, PNB e salários". Ele acredita que o Produto Nacional Bruto crescerá o suficiente para atender às metas do governo.

CORTE É O DE MENOS

Carlos Villares — que participou, ontem, da assinatura de um contrato de Cr$ 5,2 bilhões entre a Rede Ferroviária Federal e três empresas nacionais — acha que o corte de Cr$ 10 bilhões no orçamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico é menos importante do que a política de desaquecimento da economia, do ponto de vista da indústria. Quando o BNDE apresentou uma proposta de Cr$ 79 bilhões, disse, o fez porque realmente sabia que precisaria desse montante para cumprir os contratos com a iniciativa privada, e não porque esperasse um corte. Mas um corte de 10 bilhões em 79 não representa um problema grave, sobretudo se comparado ao corte no setor siderúrgico.

Mas a limitação do crescimento do orçamento da Eletrobrás a 24%, em 1978, preocupa os empresários do setor eletro-eletrônico, segundo o presidente em exercício da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica, Eduardo de Barros Pimentel. Isso porque esse crescimento (o orçamento da Eletrobrás passa de Cr$ 46 bilhões para Cr$ 57 bilhões), inferior à taxa de inflação, deverá refletir-se sobre o nível de encomendas ao setor.

SEM POLÍTICA

Em Porto Alegre o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, Antônio Carlos Berta, disse que não se deve sacrificar o controle da inflação visando resultados políticos em 1978. Analisando o comportamento da economia este ano e as perspectivas para os próximos 12 meses, Berta afirmou que as metas para 1977 foram atingidas, "mas ainda teremos muito a caminhar para chegar aos objetivos ideais".

"O aspecto político no próximo ano é muito importante e deve ser analisado, mas não acredito que o governo, na ânsia de uma maior abertura política e melhor resultado eleitoral, venha promover um afrouxamento no controle da economia. Se isso ocorrer, o ano de 1979 nos será muito mais caro", declarou.

Antônio Carlos Berta acha que o País "vem obtendo um aperfeiçoamento democrático, que vai se basear principalmente na valorização do homem político. O atual governo foi o que mais se preocupou na escolha de homens políticos para o desempenho de cargos executivos, projetando e valorizando esse homem político, o que foi conseguido em vários Estados do País".

Do ponto de vista econômico, Berta reconheceu que 1977 "foi oneroso para o empresário e para o assalariado" e disse que o desaquecimento da economia deve ser entendido "como um crescimento econômico compatível com as condições brasileiras," o que levará 1978 a ser "um ano menos ruim".

CONTRATO

O contrato assinado ontem entre a Rede Ferroviária Federal e três indústrias nacionais prevê a entrega de 120 trens-unidades elétricos (480 carros) entre 1979 e 1981, para o sistema de transporte suburbano do Grande Rio. Segundo o vice-presidente da Cobrasma (uma das vencedoras da concorrência), Marcos Xavier da Silveira, 80% dos Cr$ 5,2 bilhões serão financiados pelo BNDE, por intermédio da Finame, e o restante será contratado no exterior, vinculado à importação de componentes da França, Alemanha e Inglaterra. As outras empresas são a Santa Matilde e a Mafersa.

O presidente da Abdib, Carlos Villares, acha que esse contrato aliviará o setor ferroviário.

ANEXO Q

Atualidade econômica

Trigo, subsídio sem retorno

Os triticultores irão solicitar hoje ao ministro da Agricultura um preço mínimo de 295 cruzeiros para o saco de trigo, que corresponde a um aumento de 38% em relação à reivindicação apresentada no ano passado. Afirma o presidente da Federação das Cooperativas de Trigo do Rio Grande do Sul, sr. Ari Dionísio Dalmolin, que os critérios adotados para a fixação desse preço foram idênticos aos dos anos anteriores. Agora deverá desenrolar-se, novamente, a mesma luta reivindicatória, com os produtores querendo provar que, apesar de tudo, mesmo com custos mais elevados do que os vigorantes no mercado internacional, o Brasil deve buscar a auto-suficiência, enquanto as autoridades financeiras persistirão na tese de que os subsídios para o trigo não vêm sendo compensados pelo aumento da produção. Na verdade, as frustrações de safras vêm-se repetindo com uma insistência perturbadora, provocando por parte de alguns setores mais serenos do governo alguma preocupação e o abandono da tese da auto-suficiência a qualquer preço.

No ano passado, para uma previsão inicial de 3,3 milhões de toneladas acabamos obtendo uma produção de apenas 1 milhão e 900 mil toneladas. As importações totalizaram 3 milhões de toneladas, a um preço de 105 dólares por tonelada, elevando-se os dispêndios a 330 milhões de dólares. Prevê-se para 1978 uma elevação dos preços, por causa da frustração da safra soviética, mas, de qualquer forma, mesmo considerando um aumento do consumo que exigirá importação de até 4 milhões de toneladas, acreditam as autoridades financeiras que será mais compensador importar do que subsidiar pesadamente uma produção de resultados sempre imprevistos.

Evidentemente, haverá da parte de alguns setores da administração federal pressão para atender as reivindicações dos produtores gaúchos, considerando-se, principalmente, que se trata de um ano eleitoral. Todavia, achamos que o governo deveria analisar com cuidado extremo os problemas que envolvem a triticultura nacional, procurando, inclusive, novas áreas e pesquisando novas sementes que permitam trazer alguma garantia de produção e de aumento de produtividade. Decididamente, algo precisa ser feito nesse sentido, pois a manutenção do subsídio, sem a contrapartida do aumento da produção, somente poderá provocar uma elevação do consumo, que este ano deverá chegar a quase 6 milhões de toneladas.

Não descremos da triticultura nacional. Descremos, isto sim, dos métodos até agora utilizados e da persistência em concentrar-se em apenas uma área as experiências com o trigo. Os resultados negativos até agora obtidos, a sobrevivência na estufa do subsídio, são uma prova de que não é de todo correta a política até agora adotada.

Greve na Maxwell é considerada legal

Do serviço local e da sucursal

Os juízes do Tribunal Regional do Trabalho — TRT julgaram, por unanimidade, a greve dos trabalhadores da Maxwell Eletrônica S.A. justa e legal. Contudo, rejeitaram — com quatro votos a favor e onze contra — o pedido do Sindicato dos Metalúrgicos de S.Paulo de que e empresa pague uma multa de 3% sobre o valor da diária dos trabalhadores por cada dia de atraso no pagamento dos salários.

Como a greve dos trabalhadores da Maxwell foi considerada legal, o TRT assegurou aos trabalhadores o direito de remuneração durante os dias que permaneceram em greve e que deverá prosseguir até que a empresa pague os salários em atraso. Ou seja, para efeitos legais, os dias que os trabalhadores estiverem em greve serão considerados no salário de janeiro.

Nenhuma alternativa foi discutida ontem no Sindicato para os trabalhadores da Maxwell em greve. Porém, José Maria Vicentino, diretor do órgão de classe, afirmou que uma nova assembléia foi marcada para sexta-feira e que "até lá, os trabalhadores esperam ter seus salários saldados".

LIMITE

Durante o julgamento da greve no TRT,ontem, o advogado da Maxwell manifestou-se no sentido de mostrar as dificuldades financeiras que a empresa estaria passando e que a impediu de pagar os salários dos trabalhadores. No entanto, as alegações da Maxwell não foram consideradas convincentes pelos trabalhadores, já que, segundo José Maria Vicentino, o advogado da empresa não apresentou nenhum dado concreto que justificasse o atraso no pagamento dos salários. "Dizer para os trabalhadores, cuja maioria possui mais de dois dependentes, não pagamos porque não pudemos, chega a ser patético. Eles querem saber o que foi feito do produto que eles fabricaram durante esse período e por que a empresa não pagou seus salários", disse Vicentino.

A greve da Maxwell deverá continuar até que a empresa pague os salários ou até que, em assembléia, sejam discutidas novas alternativas. Os trabalhadores poderão esperar no máximo dez dias, disse Vicentino certo de que se a greve continuar por muito tempo, os trabalhadores passarão dos limites das possibilidades de sobrevivência. Atualmente, eles já vivem em precariedade econômica.

Passados os dez dias, os trabalhadores poderão pedir a rescisão do contrato de trabalho. Mas, Vicentino acredita que se isso ocorrer a empresa terá de fechar as portas. "Se a empresa não teve condições de pagar os salários, muito menos poderá pagar as indenizações dos trabalhadores. Esta decisão deverá partir dos próprios trabalhadores, em assembléia", disse o diretor do Sindicato paulista.

Sobe a oferta de empregos

Na região metropolitana de São Paulo, o índice de emprego no mês de novembro, em comparação com o mês de janeiro, registrou uma queda de 0,3%, enquanto as demais áreas metropolitanas brasileiras revelaram um aumento médio de 3%, segundo informações prestadas ontem, em Brasília, pelo ministro do Planejamento, Reis Velloso. O Distrito Federal registrou o maior aumento de emprego, no mesmo período, com um índice de 10,8%, precedido por Belém, 7,6%; Rio de Janeiro, 5,8%; Belo Horizonte, 4,3%; Porto Alegre, 3% e Recife, 2,1%.

O número de empregos na indústria automobilística nacional passou de 117,4 mil no início de janeiro de 1977, para 121,4 mil no final de novembro do mesmo ano, em consequência das novas ofertas surgidas Na Fiat, segundo Reis Velloso

Rangel: não se pode aguardar

Velloso: aceitamos sugestões

Rangel: é urgente a redistribuição

Da sucursal e do correspondente

O ministro Rangel Reis, do Interior, disse ontem que há "necessidade premente de se acelerar o processo redistributivo de renda no País, de forma direta e indireta, porque o governo, diante da responsabilidade social que tem, não pode aguardar que o desdobramento, a longo prazo, do crescimento da renda per capita venha a dar solução a determinadas questões sociais sérias e urgentes que o povo brasileiro enfrenta".

O ministro do Planejamento, Reis Velloso, falando sobre a questão, afirmou que distribuição de renda é assunto livre dentro do governo. "Nós aceitamos e até pedimos sugestões" — comentou, referindo-se às críticas formuladas por Hamilton Carvalho Tolosa e Fernando Resende da Silva, do escritório do Ipea, no Rio de Janeiro. Mas logo a seguir fez uma ressalva: "Se elas forem realistas e compatíveis com nosso modelo econômico podem ser adotadas".

Reis Velloso assinalou, ainda, que "crescimento econômico e distribuição de renda são dois assuntos que devem ser compatibilizados. Esta é, inclusive, a posição do atual governo, que entende ser necessário dividir o bolo enquanto ele cresce".

Para o ministro do Interior é imprescindível investir mais fortemente em determinados programas sociais, como é o caso da alimentação e nutrição, da saúde, da educação, da habitação popular e do saneamento, lembrando que essa foi a colocação básica do presidente Geisel, desde o início de seu governo, quando focalizou a questão das classes menos favorecidas e concedeu grande destaque aos programas de desenvolvimento social.

Quanto ao próximo governo, Rangel Reis alertou que o III Plano Nacional de Desenvolvimento precisa preocupar-se mais com o Nordeste, com a Amazônia e a ocupação econômica do Centro-Oeste, "desconcentrando investimentos, para tornar o desenvolvimento mais harmônico e justo em todo o País."

Na opinião de Rangel Reis, é preciso "voltar ainda mais os olhos" para as classes menos favorecidas, concedendo-lhes maiores oportunidades, melhores salários, elevando o nível de vida", não só por um imperativo de ordem social, mas para que a Nação possa aproveitar, de fato, o que poderá vir ser, também, um verdadeiro trunfo, que é um vigoroso mercado interno, sem prejuízo da ampliação do comércio externo".

A maior parcela da população brasileira, segundo Rangel Reis, ainda provém de famílias de baixos níveis de renda, nas áreas rural e urbana e, "caso não haja um adequado amparo social às novas gerações, o País evoluirá no terreno econômico, mas não terá alcançado o grau de higidez da maior parte de sua população, tornando cada vez menor a parcela dos verdadeiros beneficiários do progresso", observou.

Uma forma de evitar que isso ocorra, na opinião de Rangel Reis, é assegurar às novas gerações, às crianças, às gestantes, aos trabalhadores um padrão alimentar racional e adequado. Chamando a atenção para a gravidade da desnutrição que, além de aumentar o índice de mortalidade, compromete o aprendizado da criança e, no adulto, reduz a força física e, consequentemente, o rendimento do trabalho, o ministro Rangel Reis lembrou que "o Brasil emergiu da crise mundial com sua economia equilibrada e com perspectivas cada vez maiores no cenário mundial, devendo agora prosseguir a caminhada, corrigindo e aperfeiçoando seus erros, sobretudo , no quadro do desenvolvimento regional e social".

As afirmações foram feitas pelo ministro do Interior em entrevista à imprensa, em Brasília, na qual resumiu os principais pontos de um discurso que fizera, horas antes, em Alagoas, onde participou do Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição, na universidade local.

VALIDADE

O senador Teotônio Vilela (Arena-AL) aproveitou a palavra de encerramento da palestra do ministro Rangel Reis, que abriu o seminário para inviabilizar a discussão em termos de alimentação no Brasil, porque a maior parte da população brasileira não tem renda satisfatória para sobreviver.

"Aproveitei a deixa do ministro — disse Vilela — que acabou sua palestra falando em renda, para dizer que 87% da população de Maceió ganha apenas um salário mínimo (apenas 800 cruzeiros incompletos). O presidente do IBGE pediu um aparte a mim e confirmou que a situação de Maceió é a mesma do País. Portanto, se apenas um por cento ou mesmo cinco por cento da população tem condições de se alimentar de maneira satisfatória, por que falar em nutrição? Qual a validade real de um debate nesses termos?"

Servidor reclama diferença salarial

Da sucursal de PORTO ALEGRE

O presidente da Associação dos Servidores Civis do Brasil, Darcy Daniel de Deus, afirmou ontem, em Porto Alegre, que o governo está devendo 13% aos 387 mil funcionários públicos, porque , no ano passado, ele deu apenas 30% de reajuste para a classe, contra 40% a 43% aos funcionários de empresas privadas. No entanto, manifestou a esperança de que o governo conceda os 38,7%, correspondente à inflação, quando estabelecer os índices de aumento para este ano.

Darcy Daniel de Deus disse que a Associação não pretende agir em função da diferença de 1973. Disse ainda, que o Decreto 1.446 de fevereiro de 1976 recuperou a defasagem registrada, nos anos anteriores, entre os índices inflacionários e os aumentos concedidos.

O presidente da ASCB revelou que existe descontentamento nas repartições em função das diferenças provocadas pelo "regime híbrido" de manter juntos funcionários estatutários e pelo regime de CLT, principalmente em razão da concessão do 13º salário para os novos que optaram pela CLT. Além disso, revelou a existência de aproximadamente 50 mil funcionários em disponibilidade, isto é, aqueles que optaram pelo regime do estatuto e as repartições onde trabalhavam foram transformadas em autarquias ou empresas públicas.

Defendeu o direito desses funcionários serem redistribuídos, porque "não foram eles, mas o governo que criou esse problema". Darcy de Deus lembrou que a tendência do governo "é de transformar o maior número possível de funcionários em regime de CLT, ficando, a longo prazo, apenas quatro categorias em regime estatutário (polícia, diplomacia, receita federal e fiscalização e fisco), porque tais atividades são de governo. A gradativa extinção de repartições públicas, ou sua transformação em autarquias, somente vai agravar o problema dos funcionários em disponibilidade", concluiu.

Começam as eleições em S.Caetano

Das sucursais e do correspondente

Como em 1967, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul passa a viver hoje a movimentação das eleições de diretoria com a concorrência de duas chapas. Por coincidência, os principais candidatos são os mesmos de há 11 anos. Os quase 9 mil associados decidirão até sexta-feira se continua a situação ou se entra a oposição, que não promete grandes alterações.

Enquanto João Lins Pereira, atual presidente que encabeça a Chapa Um, teve um dia atarefado preparando a distribuição de urnas, cédulas e "títulos de eleitor" nas 290 fábricas e oficinas de São Caetano, João Tessarini, candidato da oposição, passou parte do dia visitando as empresas com elementos de sua equipe distribuindo folhetos na tentativa de atrair maior número de simpatizantes.

As eleições começam às 9 horas de hoje, com uma urna fixa na sede do sindicato, e outras 10 circulando pelas indústrias. Na General Motors, onde está a maioria dos associados, três urnas serão instaladas e recolhidas somente às 23 horas, para oferecer oportunidade de voto para os operários dos três turnos de trabalho e isso será repetido amanhã e sexta-feira. De acordo com a Portaria 3437, do Ministério do Trabalho, que regulamenta as eleições sindicais, cada uma terá mesas coletoras formadas por três elementos escolhidos pelo presidente do sindicato e cujos nomes foram homologados pela Delegacia Regional do Trabalho.

Esse critério de escolha, embora legal, é criticado por João Tessarini que vê certa arbitrariedade nessa atribuição ao atual dirigente. Por outro lado, Tessarini denunciou a anexação de um boletim da Chapa Um a cada "título de eleitor" distribuído pelo sindicato nas fábricas, ontem.

CONCLAT

"Os trabalhadores brasileiros não querem a instauração da desordem no País e, sim, a liberdade de todos serem iguais perante a lei". Com essa declaração, o presidente da Contec — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, Wilson Gomes de Moura defendeu ontem, em Londrina, (onde está para organizar o encontro nacional da classe, que começa amanhã), a reformulação do modelo sindical brasileiro, desvinculando-o da ação dos órgãos governamentais, dando-lhe autonomia e liberdade para reinvidicar".

Apesar de considerar válida a realização do Conclat, Gomes de Moura faz algumas ressalvas. "Esse congresso não pode ser realizado sem a participação de todas as classes trabalhadoras e os assuntos a serem tratados apenas de ordem particular, como os problemas dos bancários ou os dos metalúrgicos. As bases precisam ser consultadas previamente para que o congresso tenha peso e respaldo de todos. Os assuntos a serem discutidos têm de apontar os erros e as soluções, balizadas com subsídios fornecidos por uma assessoria técnica. Não pode ser radical nem passivo. Não só atacar o governo, como também não só defendê-lo."

JOÃO MONLEVADE

A Assessoria Jurídica do Ministério do Trabalho — por onde passam todos os processos que envolvem o ministério — não recebeu, até o momento, qualquer interpelação do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais, pedindo informações sobre as fórmulas e critérios adotados para cálculos de reajuste salariais. No Ministério do Trabalho, as informações sobre a ação dos advogados desse sindicato, que ameaçam agora impetrar mandado de segurança contra os ministérios do Trabalho e do Planejamento, são apenas aquelas que vêm sendo divulgadas pela imprensa.

Simonsen: vínculo a FMI não preocupa

Da sucursal de BRASÍLIA

A possibilidade do estabelecimento de um vínculo entre os créditos dos bancos privados norte-americanos e o Fundo Monetário Internacional — FMI —, para atender os países sobrecarregados com dívidas externas não preocupa o Brasil, um dos poucos países a divulgar, periodicamente, todo o montante de sua dívida, ou seja, a do setor público e das empresas privadas.

A afirmação foi feita, ontem, pelo ministro da Fazenda, Mário Simonsen, ao comentar um documento que circula no Congresso dos Estados Unidos, preparado pela Subcomissão de Política Econômica, da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes, defendendo controles mais rígidos para os empréstimos dos bancos norte-americanos aos países do Terceiro Mundo altamente endividados.

Para o ministro da Fazenda, a sugestão no sentido de que os bancos privados, antes de concederem os créditos pretendidos, examinem a situação do País pretendente perante o FMI, "não tem maior importância, pois o Brasil é um dos poucos países que divulgam tudo".

MAIS SUAVE

O ministro admitiu que a iniciativa é bem mais suave do que a proposta feita em outubro de 1976, em Manila, pelo diretor-gerente do FMI, Johannes Witteveen, com apoio do então secretário do Tesouro norte-americano, William Simon, segundo a qual os bancos privados deveriam dar preferência de crédito aos países que levantassem recursos "stand by" (condicionados no FMI.

Na ocasião, a proposta mereceu cerradas críticas dos países em desenvolvimento, resultando em seu aparente "arquivamento". Tanto assim que, na última assembléia do FMI/Bird, realizada em abril do ano passado, em Washington, o assunto não foi sequer mencionado.

Para as autoridades monetárias, o estabelecimento de um vínculo direto entre o crédito "stand by" e os empréstimos concedidos pelos bancos privados, representaria submeter a política econômica do Brasil às diretrizes que fossem estabelecidas pelo Fundo, o que resultaria em inegável perda de soberania e de flexibilidade para aplicar os instrumentos de política monetária de forma gradual, tal como vem sendo feito no atual governo.

SEM PROBLEMAS

Neste ano, segundo estimativas, o País gastará US$ 6,8 bilhões com o serviço da dívida, sendo US$ 2,5 bilhões para juros e US$ 4,3 bilhões para amortização. Como as estimativas para as exportações indicam um valor entre US$ 14,5 bilhões, isso significa que o Brasil gastará menos de 20% de suas vendas externas com os juros da dívida.

Admitindo que a balança comercial em 1978 apresentará um superávit de US$ 1 bilhão, estima-se em US$ 5,6 bilhões as necessidades de recursos externos, montante que as autoridades consideram perfeitamente possível de captar, inclusive com "spreads"(taxas de risco)em torno de dois por cento, para empréstimos de prazos de oito a dez anos.

RELAÇÃO BOA

Segundo o ministro da Fazenda, a relação dívida líquida/exportações, o melhor e o mais usual índice de credibilidade externa de um país, foi excelente para o Brasil, em 1977, ficando um pouco acima de 1,9, praticamente a mesma de 1976.

Considerando que a dívida bruta alcançou US$ 31,2 bilhões e que as reservas fecharam 1977 com US$ 7,2 bilhões, resta uma dívida líquida de US$ 24 bilhões a qual, dividida pelas exportações, US$ 12,1 bilhões, produz um resultado de 1,97, na verdade, um pouco maior do que o ano passado e menor à relação de 1975.

A partir de 1968, a relação dívida líquida/exportações com os valores em US$ milhões, foi a seguinte:

Ano	Dívida Total (A)	Reservas (B)	Dívida Líquida (C=A + B)	Exportações (D)	Relação (C/D)
1968	3.780	257	3.523	1.881	1,87
1969	4.403	655	3.747	2.311	1,62
1970	5.295	1.187	4.108	2.739	1,50
1971	6.622	1.723	4.899	2.904	1,69
1972	9.521	4.183	5.338	3.991	1,34
1973	12.572	6.416	5.156	6.199	0,99
1974	17.166	5.269	11.897	7.951	1,50
1975	21.171	4.041	17.130	8.670	1,98
1976	25.985	6.544	19.441	10.130	1,92
1977	31.200 +	7.205	24.005	12.137	1,97

\+ ESTIMATIVA.

Além da relação dívida líquida/exportações, e do crescimento anual das vendas acima de 20% (outro índice de credibilidade considerado pelo governo), há um excedente de US$ 40 bilhões no mercado internacional de dinheiro, proveniente do superávit em conta-corrente dos países exportadores de petróleo, e que de alguma forma precisa ser reciclado. Essa enorme massa de recursos será depositada principalmente nos bancos norte-americanos e europeus, e como são pequenas as requisições dos países industrializados, dada a lenta recuperação de suas economias, há uma forte liquidez no mercado, da qual estão se aproveitando há dois anos os países em desenvolvimento, especialmente o Brasil.

Para as autoridades monetárias, em especial o ministro da Fazenda, não há limite para o endividamento, desde que seja mantido um adequado crescimento das exportações, essenciais para a viabilização da dívida, e seja feito um escalonamento compatível das amortizações, fatores que, no entender dessas autoridades, estão ocorrendo.

"Petróleo favorece empréstimos"

Da sucursal de BRASÍLIA

A perspectiva de significativas descobertas de petróleo será o fator determinante para a queda do "spread" nos empréstimos contratados pelo Brasil no mercado do eurodólar. Foi o que disse ontem Jurgen Reimnitz, membro do Conselho Diretor do Commerzbank Aktiengesellschft, o quarto maior banco da República Federal da Alemanha, em entrevista ao "Estado", momentos antes de se avistar com o ministro Mário Simonsen, da Fazenda, ainda ontem, ele manteve contatos com os presidentes do Banco Central, Paulo Lira, e da Portobrás, Arno Markus. Hoje, ele estará em São Paulo para encontrar com o governador Paulo Egydio e com o presidente da Cesp, Luís Marcelo Azevedo. O Banqueiro alemão disse que a taxa de "spread" dos empréstimos contratados pelo Brasil no mercado financeiro da Europa já caiu de 2,25 para 2%, em função das medidas adotadas pelas autoridades econômicas brasileiras em 77.

ALTERNATIVA

Jurgen Reimnitz descreveu o Brasil como "grande alternativa" para a atividade econômica dos empresários alemães, no exterior, lembrando que o País ocupa, hoje, o segundo lugar em investimentos alemães no exterior, depois dos Estados Unidos. Ele disse que esta visão do Brasil já vem de há algum tempo, mas elevou-se nos últimos anos, sobretudo em virtude da liquidez de recursos existente na Europa, já que os empresários europeus encontram poucas alternativas para investir com vantagens, na maior parte dos ramos econômicos, em seus próprios países.

Como exemplo desta evolução, mencionou o fato de, nos últimos dois anos, o Brasil haver lançado bônus no valor de mais de um bilhão de marcos — aproximadamente Cr$ 7,51 bilhões — no mercado alemão, sem mencionar os empréstimos diretos que vêm sendo feitos, nos últimos anos, pelo governo e empresas brasileiras, sobretudo estatais.

O aumento dos empréstimos feitos pelo Brasil na Alemanha é, para Jurgen Reimnitz, "sinal de que o marco alemão é tido como alternativa para o dólar, hoje". Ele acredita que essa tendência continuará. Disse que o lançamento de títulos da dívida externa, no valor de 200 milhões de marcos — cerca de Cr$ 1,52 bilhão — que o Brasil está fazendo agora, na Alemanha, mostra a maior qualidade do devedor. Os títulos serão lançados a juros de 6,75% ao ano com prazo de resgate de sete anos Condição nunca antes alcançada por qualquer empresa pública brasileira no mercado alemão.

Técnico diz que dívida deve ser discriminada

Da sucursal do RIO

A atual tendência americana de passar a considerar a dívida externa de cada país em bloco, sem dividi-la entre governo e empresas privadas, representa uma ameaça para o Brasil (que já usa o sistema), pois os bancos estrangeiros poderiam ser instados a suspenderem os empréstimos ao País, dentro da regra que proíbe que eles invistam a maior parte de seus recursos em um só cliente. A opinião é do professor Antônio Carlos Porto Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas.

Para ele, "o problema da dívida externa não é exatamente o volume do dinheiro devido. O que realmente preocupa os credores é o modo como estes recursos estão sendo empregados, se em atividades produtivas, que, posteriormente, servirão para amortizar o capital emprestado, ou então gastos em atividades onde houver certeza que não existem oportunidades de geração de recursos futuros".

Porto Gonçalves considera extremamente problemática, para o futuro da economia brasileira e a evolução de sua dívida externa, um aquecimento acentuado da economia mundial. "É claro — diz ele — que as exportações deverão subir bastante, pelo menos teoricamente. Mas o que também é certo é que as taxas de juros, atualmente baixas e praticamente estáveis, serão muito elevadas. No caso atual, crescem as exportações devagar mas, em compensação, os juros não subiram nem 1%. Mesmo assim, representaram pelo menos US$ 200 milhões de acréscimo em nossa dívida externa, que está em torno de US$ 30 bilhões."

O economista acha que um bom método para aferição do real estado da dívida externa é o estabelecimento de uma relação entre a parte da dívida que foi empregada na aquisição de bens de capital (máquinas e equipamentos) e o que foi gasto em investimentos diretos. Assim, as despesas com petróleo, do qual a maior parte é consumida sob a forma de gasolina, são um prejuízo real, enquanto que o equipamento para uma siderúrgica, por exemplo, seria um gasto que daria dividendos no futuro.

De acordo com este critério, a situação da dívida brasileira de 1967 a 1977 (este ano estimado), indicaria, a partir de 1974, um aumento crescente das despesas não recuperáveis, causado, evidentemente, pelo aumento dos preços do petróleo.

Anos	Variação da dívida líquida (+) (durante o período)	Investimentos diretos líquidos (+) (durante o período)	Importações de máquinas e equipamentos (+) (FOB	Diferença(+) (1)+(2)-(3)
	(1)	(2)	(3)	(4)
1967	0,31	0,08	0,44	-0,05
1968	0,46	0,06	0,60	-0,08
1969	0,15	0,19	0.71	-0,37
1970	0,36	0,13	0,91	-0,42
1971	0,79	0,17	1.24	-0,28
1972	0,44	0,32	1,73	-0,97
1973	0,82	0,94	2,14	-0,38
1974	5,74	0,89	3,12	3,51
1975	5,23	0,89	3,93	2,19
1976(+)	5,37	1,00	3,50	2,87
1977(+)	3,00	1,00	3,00	1,00

+-Em US$ bilhões
+-+-Estimativa do Autor.
Fonte: Banco Central do Brasil.

Porto Gonçalves também elaborou estudos com projeções sobre os valores máximos que poderão ser atingidos pela dívida externa brasileira, tendo em conta as taxas de juros, o tempo e o crescimento das exportações. Assim, para um crescimento de 12% ao ano nas exportações e uma taxa de juros média de 8% aa. o teto máximo da dívida brasileira chegaria a US$ 34 bilhões, dentro de quatro a cinco anos. De acordo com o economista, esta é uma média bastante viável, devendo, depois de atingido este valor, começar uma queda progressiva.

ANEXO R

Notas e Informações

Há de fato dois brasis

O Brasil, diziamos há tempo, são o Estado, os amigos e os outros. Hoje, podemos completar a definição: o Brasil é o Brasil mais o Banco do Brasil. Se são válidos os números dos cultores da geopolítica, que nos colocam entre as dez primeiras potências do mundo, maior validez e credibilidade têm os números que situavam o Banco do Brasil, em junho do ano passado, como o oitavo banco comercial do mundo, numa lista restrita encabeçada pelo **Bank of America**, com 72,2 bilhões de dólares em depósitos, nela aparecendo a instituição brasileira com depósitos da ordem de 38,8 bilhões de dólares. E se desejarmos continuar alinhando números, deve confortar-nos saber que enquanto a **Exxon** realizava lucros líquidos de 2,5 bilhões de dólares em suas operações mundiais, no ano de 1975, o Banco do Brasil, no mesmo ano, chegava à marca nada desprezível de 591 milhões. Hoje, pelos dados revelados com orgulho pelo sr. Karlos Rischbieter, considerando-se uma taxa média de câmbio no decorrer de 1977, o Banco do Brasil acusa lucro líquido da ordem de um bilhão de dólares! Estamos, realmente, diante de uma potência dentro de outra; a diferença está em que, enquanto o Brasil enfrenta dificuldades, o Banco do Brasil navega a velas soltas.

Não se negará às administrações que passaram pelo Banco do Brasil proficiência e sentido correto de gestão. Sempre os tiveram e disso sempre se orgulharam — aliás, com razão. O êxito operacional dessa potência — desse Estado dentro do Estado — não reside apenas, porém, na qualidade de seu corpo de funcionários, ou na capacidade gerencial de sua cúpula. Está nela e em algo mais — e esse algo mais é que permite se possa dizer que o Brasil é o Brasil e o Banco do Brasil.

No quadro do sistema financeiro praticamente intocado pelos governos pós-64, o Banco do Brasil ocupa posição de privilégio político e funcional a um tempo. Se em alguns setores opera a taxas de juro relativamente mais baixas do que as do sistema privado, nem por isso contribui para aliviar decisivamente o nó corrediço que lentamente vai sufocando as empresas sob a forma de juros de mercado, taxas de expediente e a forma velada de juros elegantemente chamada de reciprocidade (vulgarmente conhecida como "saldo médio"), pois ele opera, nisso, como qualquer outro banco comercial. Ora, são os privilégios de que goza que lhe permitem essa posição de destaque na comunidade financeira internacional, motivo de justo ufanismo, sem dúvida, mas de graves preocupações, quando todos os dias se assiste aos protestos contra o alto custo do dinheiro, que ameaça as bases do sistema empresarial privado.

Nossa linha permanente de defesa da iniciativa privada não nos leva a deixar de verberar a quase-ditadura que o sistema financeiro de um modo geral estabeleceu sobre a indústria e o comércio. Todavia, não é possível permanecer calado diante dos imensos privilégios que o Banco do Brasil acumula em relação ao sistema privado, e dos quais retira a possibilidade real de figurar na lista dos "dez mais" do mundo. Esses privilégios, que não se sabe mais como foram concedidos, incorporaram-se à natureza do Banco, que os defende, como fatos normais e naturais, a tal ponto que ministro algum consegue eliminá-los. Dois deles são gritantes: as facilidades sobre o depósito compulsório e o redesconto. Os bancos privados são obrigados, atualmente, a recolher ao Banco Central, sob diversas formas, 40% de seus depósitos a vista; o Banco do Brasil recolhe essa mesma porcentagem, **mas apenas sobre os depósitos do público, estando isento do recolhimento sobre os depósitos de entidades oficiais**. Se considerarmos que no balancete de julho de 1977 a instituição acusava depósitos do público da ordem de 34 bilhões de cruzeiros e de 71 bilhões, de entidades oficiais, podemos ter uma idéia da enorme margem de manobra que tem para operar. Por outro lado, enquanto os bancos privados, quando têm necessidade de caixa, se valem do redesconto de títulos em carteira (pagando juros ao Banco Central), o Banco do Brasil simplesmente solicita numerário.

Poderíamos alongar-nos sobre os privilégios desta instituição à qual, repetimos, muito deve o desenvolvimento econômico do Brasil. Reconhecer isso, no entanto, não implica silenciar diante de uma situação que se acabará tornando prejudicial ao próprio funcionamento da política monetária do governo central. Alicerçado em privilégios e no poder funcional que eles criaram, é fácil ao Banco do Brasil acusar um lucro líquido de 13,4 bilhões de cruzeiros em 1977. O doloroso é confrontar esse lucro com a situação da empresa privada, que dia a dia se vê colocada junto aos "outros" a que nos referíamos de início — isto é, os que, não tendo amigos, têm de suportar as agruras das crises e as acusações de que também são responsáveis pelo que de errado vai na condução da política econômico-financeira do governo.

Redistribuição da renda, problema grave

Que o atual estado da distribuição da renda no País deixa muito a desejar e que essa questão reclama consideração séria é tão notório e evidente que dizê-lo — como o temos feito inúmeras vezes nestas colunas — é como chover no molhado. Só poderia, pois, surpreender-nos o fato de um ministro do governo vir agora a público para declarar, como se tivesse acabado de fazer uma grande descoberta, que há "necessidade premente de se acelerar o processo redistributivo de renda no País, de forma direta e indireta, porque o governo, diante da responsabilidade social que tem, não pode aguardar que o desdobramento, a longo prazo, do crescimento da renda *per capita* venha a dar solução a determinadas questões sociais sérias e urgentes que o povo brasileiro enfrenta".

Podemos subscrever inteiramente estas palavras do ministro do Interior, mas não podemos deixar de assinalar que seu caráter serôdio dá margem a que se pense que, neste fim de mandato, um membro do atual governo cuida de tomar posição com vistas ao próximo. Com efeito, somente agora o ministro Rangel Reis se dispõe a tomar esta posição firme diante do processo redistributivo da renda. De resto, não nos parece que sua atuação à testa do Ministério do Interior se tenha caracterizado por alguma orientação básica atinente a esse processo. Uma vez, porém, que avançou por esse caminho, antes palmilhado por um ex-ministro da Indústria e Comércio, deveria ter-se mostrado mais explícito no que concerne às medidas com que pretenderia assegurar ao País melhor distribuição da renda.

Suas declarações suscitam grande dúvida. Falou ele em "processo direto". Estará pensando em majoração de salários ou em reformar a política tributária? Se se trata de aumento nominal de salários, deve-se lembrar que o resultado seria apenas a intensificação da inflação, o que não é, obviamente, meta do governo neste final de mandato. Poder-se-ia, sem dúvida, pensar numa medida que acabe de ser aplicada na esfera da administração federal, a saber, na que estatuiu, para os vencimentos mais elevados, porcentagem de reajuste menor do que para os vencimentos mais baixos. Poder-se-ia admitir, a título provisório, o princípio de um achatamento na hierarquia salarial, que poderia ser efetuado de vários modos, desde a subscrição compulsória de um empréstimo até a revisão do sistema de progressão no imposto de renda, oferecendo ao governo a possibilidade de redistribuir, com maior eqüidade, os recursos que arrecada.

Duvidamos, porém, de que neste fim de mandato o governo possa abraçar uma política desta tipo, que mereceria, entretanto, atenção especial do próximo governo. No máximo, poderia haver algumas pequenas modificações no imposto sobre o lucro imobiliário, cujo sistema atual foi diversas vezes criticado. Sem alterar profundamente o sistema atual, o governo poderia estabelecer um teto, em valor, para as operações que possam escapar ao lucro imobiliário, as operações de maior vulto sendo consideradas como efetuadas por pessoas jurídicas e, pois, ficando sujeitas à tributação.

Cabe lembrar, porém, que qualquer modificação que se faça na distribuição do ônus fiscal deve descartar qualquer aumento da carga tributária, já excessivamente alta no País. Se aumentar a carga tributária para alguns, deverá baixar a carga de outros. Não há dúvida que os impostos indiretos são ainda demasiado altos, e que os impostos diretos oprimem, muito injustamente, a classe média baixa.

Com suas declarações, o ministro Rangel Reis condenou-se a si mesmo e, também, ao governo a que pertence. Somente sugerindo medidas concretas poderia dissipar o mal-estar que causou.

A extensão da trama russa no "Chifre da África"

Afirmar que a Somália corre o risco de se transformar, em virtude de uma agressão comunista, num novo Vietnã ou numa nova Angola, não traduz a situação extremamente perigosa que está sendo criada em toda a região do "Chifre da África", em conseqüência da concentração maciça de superarmas soviéticas, de contingentes de soldados regulares oriundos de todos os países socialistas — de Cuba, dos satélites do Leste europeu e da própria Rússia — no território da Etiópia.

Desta vez, os soviéticos não visam apenas a objetivos regionais e táticos, a serem conquistados por gurkas e janízaros — não agem apenas por procuração —, mas dirigem diretamente, com suas próprias forças militares, uma operação estratégica que lhes garanta a vitória definitiva num conflito internacional. Parecem estar certos de que conseguiram, com a "guerra fria", que eles rebatizaram nos últimos anos com o nome mais sedutor da **détente**, solapar o espírito de resistência ocidental até o ponto de poderem atrever-se a ensaiar um golpe contra a sobrevivência do Ocidente, bloqueando a rota marítima do petróleo que mantém em funcionamento a indústria do mundo superdesenvolvido.

O jornalista James Reston, do **New York Times**, pacifista convicto, que já combateu o engajamento norte-americano na "guerra fria" e defendeu a política de **détente**, analisa, em artigo publicado por nós na última terça-feira, as atividades militares dos soviéticos e dos cubanos na Etiópia, no Iêmen do Sul, no Golfo de Aden, perto da entrada meridional do Mar Vermelho, para chegar à conclusão de que, se conseguirem fazer que a Etiópia captem, com sua ajuda, a costa da Somália no Golfo de Aden e no Oceano Índico, os russos obterão o controle da saída meridional do Mar Vermelho. Dessa forma dominarão também a costa da Arábia, podendo assim exercer pressão sobre os sauditas, que são o principal apoio financeiro do presidente Sadat em seu esforço para negociar um acordo com Israel. No entanto, tudo leva a crer que, desta vez, a diplomacia norte-americana acordou da sua longa letargia.

Pelo menos, a análise desta situação extremamente grave foi o tema principal das discussões que Carter manteve com o rei Khaled, da Arábia Saudita, com o xá Reza Pahlevi e com o presidente francês Valery Giscard d'Estaing. Previdentes, como sempre foram, os russos visam com esta estratégia concentrada no Oceano Índico, hoje o ponto nevrálgico do conflito mundial, a objetivos tanto defensivos como ofensivos. Calcula-se que entre 1985 e 1987 os russos deixarão de ser auto-suficientes em petróleo, de forma que terão de procurar novas fontes energéticas para atender a suas demandas industriais e militares. Portanto, dentro dos próximos anos terão de incluir em sua zona de influência as principais potências petrolíferas — Irã e Arábia Saudita — que até agora são fornecedoras e aliados do Ocidente. Ao fazê-lo, privarão automaticamente o Ocidente dessa fonte de energia que move sua produção industrial, base da sua prosperidade e superioridade tecnológicas. Observa Reston que a concepção estratégica básica é a que o país que domina ou exerce influência sobre a maior fonte de petróleo do mundo pode até mesmo decidir sobre o destino das nações industrializadas da Europa, do Japão e — pode-se acrescentar — mesmo dos Estados Unidos, cuja dependência do petróleo estrangeiro cresce de maneira assustadora. Poucas vezes Reston deu crédito e importância às ponderações militares e estratégicas do Pentágono. Desta vez, porém, encara os perigos potenciais com a seriedade devida. "Pelo que entendi — diz Reston — os modernos planejadores americanos acreditam que o problema estratégico da guerra moderna é bloquear milhares de quilômetros das costas inimigas e controlar a fonte do poder industrial do inimigo, que é o petróleo". Foi por isto, aliás, que nos tempos passados criticamos sistematicamente a aquiescência cúmplice e suicida com que os Estados Unidos acompanharam o agigantamento da armada russa e a corrida soviética visando à superioridade quantitativa e qualitativa em armas nucleares.

É motivo de satisfação o fato de um James Reston, que fazia eco não apenas aos círculos "progressistas" da opinião pública norte-americana, mas também ao **establishment** diplomático, descobrir o aspecto estratégico e global do desafio soviético. Todos estes setores norte-americanos, segundo o testemunho do influente jornalista, chegaram afinal à conclusão de que o jogo diplomático-militar dos russos no "Chifre da África" e no Oceano Índico e os novos assaltos comunistas ao poder na Europa Ocidental — na França e na Itália — são coordenados, representando duas faces da mesma estratégia ofensiva, que prepara um golpe definitivo contra o Ocidente.

O difícil e caro petróleo mexicano

O Brasil não comprará petróleo mexicano, ao menos por enquanto; nem mesmo gás. A notícia, confirmada pelo ministro Shigeaki Ueki, na Cidade do México, põe fim a uma série de especulações, alimentadas sobretudo pela empresa estatal daquele país, a Pemex, interessada em valorizar o seu produto. Na verdade, os técnicos da Petrobrás sabiam que as propostas mexicanas eram inaceitáveis, quer quanto ao preço, mais elevado do que o oferecido pelos nossos fornecedores tradicionais, quer quanto às condições de transporte. Há um outro fator que deixou de ser comentado, talvez por cortesia: não se sabe ainda, exatamente, qual a potencialidade das reservas petrolíferas mexicanas, assim. como se ignora qual a política que esse país deverá seguir com relação aos seus futuros compradores. Em conseqüência, qualquer acordo de fornecimento com o México teria de ficar sempre condicionado a cláusulas bem seguras e firmes, mas difíceis de fixar, tendo em vista, principalmente, a grande atração exercida pela presença tão próxima do maior importador mundial de petróleo, os Estados Unidos.

De qualquer forma, portanto, seriamos apenas compradores marginais de quantidades reduzidas, o que só se justificaria se houvesse frete compensador, preço favorável e, acima de tudo, vinculação direta à importação de produtos brasileiros pelo México.

Nenhuma dessas condições foi preenchida. Ao que parece, a Pemex ainda não tomou consciência de que está entrando no mercado petrolífero numa conjuntura de excesso de oferta (há pelo menos um excedente da ordem de 3 milhões de barris diários) e de preços baixos; e, ainda *ontem*, o Kuwait anunciou mais uma redução. Os países importadores estão hoje adquirindo petróleo abaixo dos níveis fixados pela Opep em Caracas, e não há, ao menos para os próximos meses, indícios de alteração desse quadro. Pelo contrário, o aumento do consumo dos países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) foi de apenas 1,9% no último trimestre do ano passado, em confronto com 3,8% no trimestre anterior. Na Europa, o consumo caiu 7,8% e a produção aumentou 3,8%, em consequência da operação dos campos do Mar do Norte. Somente o Japão e os Estados Unidos continuam apresentando alta relativa nas importações.

Quanto ao Brasil, nossas importações cresceram em 1977 e serão com certeza maiores em 1978, mesmo com a entrada em operação provisória de Campos, mas temos obtido preços compensatórios dos nossos fornecedores tradicionais, entre os quais se destacam o Iraque e a Arábia Saudita.

O principal problema continua sendo a falta de reciprocidade nas compras de produtos brasileiros — mas isso também não nos oferece o México. Dessa forma, é uma ilusão pensar-se em buscar nesse país uma nova fonte para o petróleo que não temos, mesmo porque, apesar das propostas verbais e das entrevistas de suas autoridades, nenhuma oferta concreta favorável chegou a ser feita ao Brasil. No fundo, o México não parece muito interessado em vender petróleo ao Brasil, quer pela incerteza ainda existente quanto ao potencial de sua produção, quer pelo interesse em negociar com os Estados Unidos, que poderão exportar produtos industrializados e pagar um preço mais alto em troca da permanente segurança do abastecimento petrolífero, alternativa estratégica excepcional para um país que importa quase 9 milhões de barris por dia.

Quanto ao gás, o panorama não é muito diferente. As explorações mexicanas são recentes e, além disso, as reservas descobertas pelo Brasil revelam que muitos estudos deverão ainda ser feitos antes de nos prendermos a contratos de longo prazo para a importação desse combustível. Por outro lado, coloca-se a hipótese mais racional e politicamente mais interessante, de comprar o gás boliviano — que também não nos interessa no momento. Dessa forma, em matéria de petróleo e de gás, pouco tem o México a oferecer-nos.

Emendas deverão facilitar a organização de partidos

Das sucursais

BRASÍLIA — Parece definida a mecânica que o general João Baptista Figueiredo apiicará para promover ampla reformulação no quadro partidário, inclusive acabando com o bipartidarismo. Nos primeiros dias de seu governo, se isso não tiver sido incluído nas reformas do presidente Geisel, para aplicação por ele, o novo chefe do governo proporá ao Congresso alteração no artigo 152 da Constituição e na Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Será abrandada a férrea exigência daquele dispositivo constitucional, que para a criação de partidos políticos determina cinco por cento do eleitorado que tenha votado na última eleição para a Câmara dos Deputados, distribuídos pelo menos em sete Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um deles. Provavelmente se permitirá a formação de agremiações a partir de determinado número (não muito grande) de deputados federais, senadores e deputados estaduais.

Ao mesmo tempo, e aqui uma novidade que se encarregará de extinguir Arena e MDB, ao menos de direito, obrigar-se-á as novas agremiações denominarem-se "partidos" e não mais alianças ou movimentos.

Uma coisa é certa, na previsão do futuro: o general Figueiredo, para reformular o quadro partidário, não lançará mão de atos de força ou de exceção, que ainda não estarão ao seu alcance imediato, com a extinção prevista do AI-5 ainda no governo Geisel. Seguirá a linha da normalidade democrática, apresentando ou permitindo que no Congresso surjam projetos de emenda constitucional e de lei ordinária, alterando os dispositivos vigentes. Isso, vale repetir, se na reforma em andamento, até por sua iniciativa, já não venham a ser adotados os dispositivos referidos.

Em termos práticos, assim, prevê-se que ao menos um grupo político permaneça agregado às estruturas da Arena atual, mas quem sabe, no mínimo, sob a denominação de Parena (Partido Renovador Nacional), da mesma forma como outro poderá formar o PDB (Partido Democrático Brasileiro). O grande partido engendrado nos meios ligados ao novo presidente, porém, não será nenhum desses. Sua denominação é o que menos importa, talvez não esteja nem sendo cogitada por hora, mas ele será formado como agremiação "democrática, de centro", a partir da liderança e da atuação de alguns futuros governadores, como Jarbas Passarinho, no Pará; José Sarney, no Maranhão; Virgílio Távora, no Ceará; Marco Maciel, em Pernambuco; Antonio Carlos Magalhães, na Bahia; Chagas Freitas, no Rio de Janeiro; Ney Braga, no Paraná; e Nelson Marchezan ou Arnaldo Prieto, no Rio Grande do Sul. Bem como, obviamente, quem vier a ser escolhido em São Paulo, Delfim Netto ou Laudo Natel.

Esse "partidão" fará as vezes de principal sustentáculo do governo no Congresso e junto à opinião pública, o que não impedirá a adesão de outras legendas à administração revolucionária: o que vier a resultar da mutação arenista, quem sabe o PDR, que o advogado Maurício Aletzo tenta formar, e outro, por enquanto imprevisível. Na oposição, mas sem a obrigação de manifestar-se contra tudo o que o governo propuser ou defender, estarão o descendente do MDB e, com certeza, um partido de ideologia socialdemocrata, quem sabe outro de conotações trabalhistas.

Como se vê, pelos cálculos preliminares, imagina-se pelo menos seis possibilidades de novas agremiações: por isso é que se diz deverem elas iniciar sua vida sob a forma provisória. Com algum tempo para comprovação de suas influências, quem sabe até às eleições gerais de 1982, as mais fracas terão de desaparecer, permanecendo apenas quatro ou, no máximo, cinco. Aqui, no plano das conjecturas, muita coisa pode acontecer, mas na realidade apenas uma parece evidente: o fim de Arena e MDB, como tal, e o funcionamento de um sistema com quatro ou cinco partidos definitivos.

C.C.

Nos Estados, as divergências e indefinições ainda permanecem

RIO — As dimensões assumidas pela briga em torno da sucessão governamental em São Paulo, suas distorções e equívocos, estão fazendo esquecer as crises que lavram em outros Estados, embora mais contidas pelo medo de uma reprimenda superior ou tampouco pela recomendação presidencial de aguardar até o desfecho da convenção nacional da Arena.

Na verdade, nenhuma sucessão reflui para um compasso de espera. Mas para uma ainda disputa de bastidores, intensa e áspera, convulsionada pela intromissão de forças alheias e que acrescentaram o condimento da esperteza, da malícia, da jogada arquitetada com todos os ingredientes do golpe.

Não mudou nada ou apenas pouca coisa. De um modo geral, as correntes desta ou daquela tendência fazem a conveniência de guardar obediência ao Planalto, desperdiçando o único trunfo de que dispõem para impor soluções, e que é o voto na convenção nacional para a homologação da chapa oficial, encabeçada pelo general João Baptista Figueiredo.

Inserida a ordem das coisas e com a sagração preliminar do general Figueiredo, restará aos convencionais apenas obedecer ordens. De fato, não é bem assim, pois que ainda resta um derradeiro argumento, e ponderável: a eleição para a renovação da Câmara e de um terço do Senado, a 15 de novembro desta ano.

De certa maneira, para o governo a eleição é mais importante do que tudo o mais. A sucessão presidencial está resolvida, faltam apenas os atos rituais, perturbados pela desobediência do senador Magalhães Pinto. Mas o governo tem jogo para todos os tipos. Ou acredita que tem. Se puder lavar a rebeldia no embalo de soluções políticas, reduzindo os riscos na convenção a quase nada, a uma porcentagem irrelevante de votos dissidentes, último. Se o caldo engrossar e assumir dimensões perigosas, o governo saberá utilizar as armas do seu arsenal discricionário. E que estão aí para isto mesmo. até serem renovadas.

Enquanto no governo se degusta a expectativa de soluções razoáveis e tranqüilas, em muitos Estados o problema sucessório adquire contornos preocupantes. Mesmo naqueles aparentemente arrumados, como é exemplo típico o pouco lembrado Rio Grande do Norte. Uma vez mais, um foco potencial de aborrecimentos.

É de todo improvável que a Arena consiga preservar a sua postiça unidade até a sucessão estadual. E pela simples razão que o governador Tarcísio Maia está de um lado e o senador Dinarte Mariz do outro.

Pacificando o Estado ou ao menos amortecendo os ódios tradicionais que dividem o Rio Grande do Norte em dois campos irreconciliáveis, o governador Tarcísio Maia deseja encaminhar a sucessão para um nome comprometido com a sua política de conciliação. E tem várias opções, como o do senador Jessé Freire, além de outros nomes de expressão regional.

Mas o senador Dinarte Mariz necessita dos votos e do apoio dos Rosados, de Mossoró, e está empalado na candidatura de Dix-Huit Rosado, rejeitado pelo governador pela sua carga de ressentimentos capaz de conflagrar novamente o Estado.

Não parece fácil com os interesses conflitantes. O senador Dinarte Mariz, candidato a "biônico", precisa do apoio do governador Tarcísio Maia para não se expor aos riscos de derrota de uma eleição direta. E o governador Tarcísio Maia joga com um dado importante que é a possibilidade de um entendimento com o MDB, como sempre submetido à influência do ex-governador Aluísio Alves.

V.B.C.

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

Diretor Responsável
JULIO DE MESQUITA NETO

Diretor Redator - Chefe
Oliveiros S. Ferreira

Diretores
José Vieira de Carvalho Mesquita
Julio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
Joaquim Douglas
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Américo de Campos (1875-1896)
Francisco Rangel Pestana (1875-1890)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

Publicação da
S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Caetano Alvares, 55
Tel.: 266-7099 (PABX)
CEP 02550 Caixa Postal 8005
São Paulo SP

End. Telegráfico: ESTADO
Telex 011-23511 011-24013

ANEXO S

O recuo político no caso Atalla

Da regional de MARÍLIA

A propósito do ofício encaminhado a "O Estado" pelo prefeito de Pirajuí, César Falavinha, desmentindo que havia confirmado o atraso de pagamento de "bóias-frias" da região, contratados pelo Grupo Atalla para trabalhos nas suas lavouras de café, o político foi novamente entrevistado, fornecendo, desta vez, um relato gravado. César Falavinha, entretanto, acrescentou desconhecer se o atraso era dos "gatos" (empreiteiros de bóias-frias) ou da empresa.

No último dia 2, quando era procedido o levantamento sobre os atrasos de pagamento na fazenda Santa Maria, de propriedade do Grupo Atalla, o prefeito de Pirajuí disse, textualmente, que havia recebido a visita do gerente dos Atalla, em Jaú, José Roberto Clenomezi, que justificou o atraso como sendo decorrente da não-liberação, pelo Banco do Brasil, do empréstimo pleiteado pelo grupo para continuidade do plantio de 12 milhões de cafeeiros naquela fazenda. Disse ainda que a atualização já estava sendo providenciada, o que foi feito no início da semana seguinte, ou seja, no dia 27 de fevereiro. Ressalte-se que a visita de Clemonezi ao prefeito ocorreu no dia 25 de fevereiro, um sábado.

Na ocasião da entrevista (2 de março), o prefeito revelou que havia sido procurado por algumas senhoras, que solicitaram sua intervenção para que suas residências não tivessem o abastecimento de água suspenso, pois sendo "bóias-frias" e trabalhando para os Atalla não tinham como fazer a liquidação dos débitos, pois estavam recebendo apenas vales, endereçados aos estabelecimentos comerciais onde faziam suas compras de mantimentos. Esses vales eram fornecidos pelos "gatos".

Falavinha observou, na oportunidade, que o trabalho dos Atalla era de grande relevância para a cidade, que desta forma pretendia reassumir sua posição de importância entre os municípios produtores de café do Estado. Assim, justificou, encaminhou um telegramas às autoridades federais, pedindo a liberação dos empréstimos pleiteados pelo grupo, para a continuidade do plantio.

Agora, diante do ofício que o prefeito Cesar Falavinha encaminhou a "O Estado", o repórter voltou a Pirajuí para um novo encontro. É a seguinte a íntegra da entrevista gravada.

Pergunta: Qual foi a justificativa de Clemonezi para o atraso?

Resposta: "Que estava esperando o financiamento... mas que ele estava fazendo o pagamento e que iria terminar na segunda-feira. E que eu falei com uma pessoa quando estava no barbeiro e esta me disse que já havia recebido o pagamento que na segunda-feira o senhor Clemonezi ia terminar".

Pergunta: Mas qual foi a justificativa dele, de que havia o atraso no financiamento do banco?

Resposta: "Bom, é lógico. Ainda comentamos que ele pleiteava 8 milhões de pés de café e minha resposta foi que eu queria que ele pleiteasse 15 milhões. Pirajuí — não sou eu o presidente, porque amanhã eu saio e entra outro — deve tudo ao Clemonezi. Não só Pirajuí, como o próprio Brasil. Se depender da minha cobertura eu dou, para que eles plantem 15 milhões de pés de café".

Pergunta: O senhor sabia dos atrasos nesses pagamentos? Sabia quantas semanas?

Resposta: "Eu desconhecia se eram 5 semanas e vocês colocaram que eu disse 5 semanas; não sabia quantos dias nem quantas semanas e nem quantas horas".

OBSERVAÇÃO — (Não foi atribuída a ele tal declaração).

Pergunta: Mas o que foi que o senhor falou sobre as mulheres que vieram à Prefeitura?

Resposta: "Vieram duas mulheres falar comigo que receberam dos "gatos", não da firma do Grupo Atalla, vales e que não podiam pagar a água e que era para mim falar ao Departamento de Água que era para segurar uns dias, que o pagamento iria sair."

Pergunta: Então o atraso ficou caracterizado?

Resposta: "Ah, isso eu não sei se era atraso dos "gatos" ou se era da empresa; mas quero dizer que o Grupo Atalla merece todo o meu respeito, pelo dinheiro que está despejando em Pirajuí; o movimento que esses homens estão fazendo em Pirajuí é fora de série".

Pergunta: O senhor não disse que estava lutando pelos interesses da cidade, mas que como cafeicultor não poderia contestar aqueles que combatiam o financiamento pleiteado?

Resposta: "Não, não posso contestar. É um direito que lhes assiste. Por exemplo, se eu estivesse residindo lá em Presidente Prudente e se quero plantar café, mas tenho dificuldade em fazer um contrato, porque se pretendo plantar 50 e só me dão 20, porque será distribuído o mínimo, porque o Grupo Atalla recebeu a maior parte, eu não tenho nada com isso; eu estou visando o interesse do município. Nós sabemos que tudo melhorou em Pirajuí com a vinda do Grupo Atalla, porque havia dificuldade para trabalho desses "bóias-frias"".

Pergunta: Quando o Clemonezi aqui esteve o senhor lhe deu por escrito um documento, que mais tarde foi usado como entrevista e publicado através de matéria paga em alguns jornais da Capital?

Resposta: "Dei".

Pergunta: Foi ele quem pediu?

Resposta: "Não, fui eu que achei que deveria dar".

Pergunta: Mas por que motivo?

Resposta: "Porque quero entusiasmar os homens, para que continuem a plantar para melhorar Pirajuí. Achei justo fazer e dar".

Pergunta: Então ele veio até aqui e apanhou de suas mãos mesmo aquele ofício?

Resposta: "Isso mesmo".

SEGUNDA ENTREVISTA

Entrevista com o ex-prefeito Waldemar Pfeifer, que contestou o "Jornal de Pirajuí", que publicou no dia 18 de fevereiro portanto antes de "O Estado" — uma notícia sobre o atraso, dizendo que ele havia ido a Pirajuí tratar do assunto com Sidney Atalla, seu amigo pessoal.

Pergunta: O "Jornal de Pirajuí" publicou uma notícia afirmando que o senhor havia ido a Jaú para tratar de assunto relacionado com o atraso nos pagamentos dos "gatos". Mais tarde o senhor contestou essa informação?

Resposta: "Fui a Jaú para manter um contato informal; naõ perguntei dos atrasos. Infelizmente não pude conversar com ninguém, porque o Sidney estava viajando e o Clemonezi estava muito ocupado com uma reunião muito importante. De maneira que o assunto era muito diferente desse do atraso dos pagamentos dos trabalhadores; eu não sabia se estava em atraso ou se estava em dia".

Pergunta: O município tem mais de 1.000 "bóias-frias" que trabalham na fazenda Santa Maria. Apesar disso, o senhor em nennhum momento, ficou sabendo dos atrasos?

Resposta: "Sinceramente não fiquei sabendo, porque estava muito ocupado com a minha fazenda; tenho viajado para Mato Grosso e não fiquei sabendo".

Pergunta: Mesmo depois que os jornais noticiaram o senhor não procurou se informar?

Resposta: "Não, daí em diante eu viajei, fui para Mato Grosso e demorei lá".

Pergunta: E, quando o senhor voltou, não procurou saber de nada?

Resposta: "Não, não procurei me informar porque... O que ocorreu... Não, não, não... eu sem procurar informação fiquei ouvindo, sabendo aqui na cidade que estava tudo em dia... agora não sei se havia atraso ou não".

Pergunta: O Clemonezi esteve com o senhor aqui na cidade?

Resposta: "Esteve".

Pergunta: Ele estava com um jornalista que elaborou a matéria paga publicada pelo Grupo Atalla?

Resposta: "Não".

Pergunta: Então a quem o senhor concedeu a entrevista publicada em seu nome?

Resposta: "Esta entrevista eu dei ao próprio Clemonezi".

Pergunta: Foi ele então quem redigiu a matéria?

Resposta: "Não sei, isso eu não sei".

Pergunta: O senhor deu por escrito essas declarações?

Resposta: "Sim, dei por escrito".

Pergunta: Foi ele quem pediu?

Resposta: "Não, eu dei um voto de confiança, um voto de louvor a ele".

Pergunta: Mas, como justamente nesta época o senhor deu esse voto de louvor, sem ele ter pedido?

Resposta: "Porque os jornais da Capital publicaram uma matéria que era inverídica, no meu entender. Então nós, como defensores de Pirajuí, tentamos defender aquele empreendimento, que muito benefício trará a Pirajuí. Porque nós achavamos que aquilo iria abalar o crédito do Grupo Atalla, com a informação inverídica".

TERCEIRA ENTREVISTA

Entrevista com o presidente da Câmara Municipal de Pirajuí, Abdias Machado, que comandou os vereadores na elaboração de um desagravo ao Grupo Atalla, contra a publicação de "O Estado".

Pergunta: Como foi adotada a posição da Câmara de enviar o ofício ao Grupo Atalla?

Resposta: "A Câmara tomou esta decisão por unanimidade dos vereadores, porque, justamente, nós temos o dever de colaborar com essa firma Atalla, porque, justamente, essa firma vem coloborando com o trabalho para o braçal que precisa e também na parte financeira essa firma tem sido firme e consideramos que se tivéssemos no município duas firmas como essa, Pirajuí cresceria o dobro".

Pergunta: O jornal noticiou que houve um atraso nos pagamentos das empreiteiras de mão-de-obra e que esse atraso foi de 5 semanas. O que o senhor tem a dizer?

Resposta: "Eu não digo e nem afirmo, porque desconheço; não tenho conhecimento nenhum de atraso, porque vi e ouvi alguns empreiteiros, os quais conversaram comigo, dizendo que estavam em dia".

Pergunta: Quando foi isso?

Resposta: "Bom, isso foi recente; não faz muito tempo não; foi questão de uns 10 dias".

Pergunta: Nesta altura a firma já havia atualizado os pagamentos?

Resposta: "Não posso dizer, porque não sei do que se tratou entre eles e a firma".

Pergunta: Os diretores do Grupo Atalla estiveram aqui, com o senhor, no mesmo dia em que estiveram com o prefeito?

Resposta: "Estiveram".

Pergunta: Isso foi antes de a Câmara aprovar o ofício?

Resposta: "Foi".

Pergunta: O que foi tratado naquele dia?

Resposta: "Não teve nada tratado; apenas ele veio fazer o mesmo que o senhor está fazendo ...uma pergunta procurando o que eu sabia... o que é que eu via... o que eu notava da firma Atalla ... o que eu achava. E eu respondi que acho que para nós essa firma é de grande utilidade para o município. No mais, eu desconhecia tudo, porque tenho desse pessoal trabalhador braçal, talvez uns 20 inquilinos, e nenhum me atrasou os pagamentos. Se eles tivessem atrasado, também atrasariam a mim".

Pergunta: E com os empreiteiros com que o senhor esteve, eles também disseram que não houve atrasos?

Resposta: "Não me disseram que não havia atraso ... disseram que tudo estava em dia".

Pergunta: Antes de o "O Estado" noticiar não havia nenhum boato a respeito na cidade?

Resposta: "Que chegasse a meu conhecimento não".

Pergunta: O senhor não lê os jornais da cidade?

Resposta: "Leio, assino, tenho eles em casa".

Pergunta: O senhor leu quando o "jornal de Pirajuí" noticiou que havia atraso?

Resposta: "Eu vi, mais ou menos assim. Mas não vi quem justamente publicou, ou mandou publicar. Se foram os empreiteiros. Para acreditar que tivesse atraso, precisava ser publicado por aqueles que têm a receber, que são os trabalhadores ou empreiteiros da firma".

Pergunta: O senhor recebeu aqui o José Roberto Clemonezi?

Resposta: "É, foi".

Pergunta: Quando o Clemonezi este aqui ele não justificou o atraso?

Resposta: "Não, ele não veio falar em atraso. Apenas o que ele veio pedir... o que ele veio dizer foi para uma colaboração, justamente para que saisse o plantio de café que está saindo".

Pergunta: Que tipo de colaboração ele pediu? O ofício?

Resposta: "É esse que o senhor viu, o ofício".

Pergunta: Ele pediu para que a Câmara fizesse ofício?

Resposta: "Não, não pediu que fizesse ele perguntou se a firma merecia isso, e eu disse que merece até mais do que isso".

Pergunta: Então ele esteve aqui, perguntou se a firma merecia receber o ofício e a Câmara o fez?

Resposta: "Eu procurei os vereadores".

Pergunta: O Clemonezi estava junto?

Resposta: "Não, eu estava sozinho". Eu consultei os meus companheiros e assinaram porque nós precisamos não de uma firma só, mas de outra que plante mais 4 milhões de pés de café. É disso que precisamos".

Pergunta: O senhor é presidente de uma Câmara Municipal, a cidade não é tão grande. Mais de 1.000 "bóias-frias" trabalham nessas lavoura. Se houve um atraso o senhor deveria estar sabendo?

Resposta: "Não chegam para mim essas denúncias, porque não é a mim que pertencem. Apenas os diretores do Grupo Atalla estiveram aí com o prefeito, nem sei se encontraram".

Pergunta: Encontraram e andaram de helicóptero. O senhor também andou de helicóptero?

Resposta: "Se eu andei de helicóptero? Na cidade?

Pergunta: Não, no plantio?

Resposta: "Bom, na cidade não ... lá no café isso é diferente..., eu vi o café, andei de helicóptero porque eu precisava ter conhecimento".

Pergunta: Quantas casas o senhor tem alugadas para "bóias-frias"?

Resposta: "Tenho aí umas 10 casinhas de madeira".

Pergunta: O senhor me daria o endereço de algumas delas, para que eu fosse conversar com esse pessoal?

Resposta: "Não".

Pergunta: Quando o pessoal do Grupo Atalla esteve aqui perguntando se merecia este ofício, qual foi a justificativa dada?

Resposta: "Para o aumento do plantio, que ainda está faltando".

Pergunta: Como assim?

Resposta: "Para completar o total dos 10 milhões de pés de café porque ainda não foi concedida licença para isso, e nós precisamos".

Pergunta: E este ofício foi com esta finalidade?

Resposta: "Foi".

Pergunta: Neste ofício o senhor procura desmentir o jornal. Por quê?

Resposta: "Porque eu não tenho conhecimento da falta de pagamento... eu não sei... eu não posso dizer".

Pergunta: Então vamos esclarecer. O senhor não sabe se houve atraso, mas não garante que não houve, é isso?

Resposta: "Eu não posso garantir, eu não sou da firma, não pertenço à firma, não trabalho nela".

Pergunta: Mas no ofício o senhor afirma que as notícias não correspondem à verdade. O senhor garante que não e verdade. O senhor tem certeza de que não e verdade?

Resposta: "Quantas vezes o senhor quer que eu repita estas palavras. Isto já é demais... já disse que não tive conhecimento nenhum de atraso... então como posso dizer que sim ou que não".

Pergunta: O senhor não esta me entendendo e não quero irritá-lo. O senhor diz no ofício que sabe que a notícia não é verdadeira. Isso quer dizer que não houve atrasos?

Resposta: "Bom, para meu conhecimento não. Veja bem para meu conhecimento".

Pergunta: Então o senhor não garante que não houve atrasos?

Resposta: "Eu não estou garantindo que não houve...eu estou garantindo que não houve...eu sei que não houve, pelo menos para mim, porque eu não tive conhecimento, eu não tive atraso, quer mais do que lhe disse, que sou possuidor de uma casinhas de madeiras e que os trabalhadores não atrasaram".

Pergunta: O senhor então está esclarecendo que não sabe se houve ou não o atraso?

Resposta: "Para mim não houve".

Novo estudo aponta maior desigualdade

Da sucursal de BRASÍLIA

Dos 44 milhões de trabalhadores brasileiros, 17,6 milhões (40%) recebem o máximo de um salário mínimo. Esta verificação é feita por um estudo do Ministério do Trabalho, onde se observa também, que os níveis de salários mínimos não têm acompanhado, proporcionalmente, a renda "per capita".

Em 1974, o maior salário mínimo em vigor no país era de Cr$ 355,2, o que representava 5,15% da renda "per capita" brasileira, de Cr$ 6902,2. No ano passado, o salário mínimo vigente (Cr$ 993,6) representou 4,90% da renda "per capita" (cerca de Cr$ 20.295,00).

Os dados oficiais questionaram a realização dos objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento de proporcionar uma melhoria na distribuição de renda. "Se cerca de dois quintos da população economicamente ativa têm rendimentos de até um salário mínimo e se esse valor não vem acompanhando a evolução da produtividade, a desigualdade de renda está aumentando no Brasil", conclui a análise do Ministério do Trabalho.

EMPREGO EM SÃO PAULO

O estudo revela, ainda, que está havendo uma retração na absorção de mão-de-obra no setor organizado urbano (indústria de transformação, extrativa mineral, construção civil, comércio e serviços) em São Paulo. As admissões líquidas desses setores, que atingiram 436.750 trabalhadores em 1976, caíram para 286.072 no ano passado em todo o Estado de São Paulo. No total, as admissões líquidas de trabalhadores apresentaram um declínio de 52% no ano passado em relação ao ano anterior, mas, as maiores reduções registraram-se nos setores de construção civil (74%) e indústria (38%) seguidos pelos setores de comércio e serviço (20%).

No período janeiro setembro de 1977, as admissões líquidas de trabalhadores no setor da indústria de transformação somaram 119.293, enquanto em 1976 foram de 193.281. No mesmo período, a construção civil absorveu 13.125 trabalhadores (em 1976 o setor empregou 51.112), o comércio, 47.223 (59.134, em 76), e serviços 106.427 (em 76, 113.223).

REDUÇÕES

Contudo, as taxas de reduções de absorção de mão-de-obra na região do Nordeste suplantaram as do Estado de São Paulo. Segundo o estudo do Ministério do Trabalho, as admissões líquidas de trabalhadores no setor organizado urbano retrocederam em quase 60% no período de janeiro a setembro do ano passado em comparação ao ano anterior. O setor industrial registrou o maior decréscimo (em torno de 70%) seguido pelo de construção civil e comércio (60%) e serviços (50%).

Apesar do decréscimo nas admissões líquidas de trabalhadores, o nível de emprego em São Paulo, no setor organizado urbano, apresentou uma queda de 1%, o mesmo ocorrendo com Curitiba. Alguns centros brasileiros, porém, apresentaram percentuais positivos, como Brasília (9,1%), Belém (6,2%), Rio de Janeiro (5,0%), Belo Horizonte (3,3%), Fortaleza (2,8%), Recife (2,7%) e Porto Alegre (2,4%), atribuídos ao desempenho dos setores de construção civil e serviços.

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E ESTATÍSTICA PAIS DE BARROS
Rec. Dec. 72.175/73

ESPECIALIZAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO

EDITAL — 7ª TURMA

Curso de especialização em Administração de Empresas destinado a Formados em quaisquer cursos superiores cujos títulos e experiência profissional sejam adequados à Administração.
Duração 2 semestres. Período noturno.
COORDENADOR PROF. ROGÉRIO BONFIGLIOLI
Abertura de 8 Vagas. Inscrições 3ª feira, dia 14.03.78 à Rua Cel. Jovintiano Brandão, 450
(Altura do nº 3.000 da Av. Paes de Barros) Tel. 273-5011
Das 20 às 21.30 horas com Dna. Maria Lucia

CAPITAL AVAILABLE
Funds Available Internationally
For Viable Projects
$ 300.000,00 Minimum
Ventura Capital Consultants
15300 Ventura Blvd., Suite 500A Sherman Oaks, California 91403 U.S.A. 213 789-0422 Telex: 651355 VENCAP LSA

REVISTA LTr
LEGISLAÇÃO DO TRABALHO e PREVIDÊNCIA SOCIAL
Publicação Mensal
A LTR Editôra LTDA. - Cx. Postal 30826 - R. Cel. Xavier de Toledo, 114 - 1º andar - Tel.: 34-2303 - São Paulo
Desejo Receber Gratuitamente um exemplar e maiores informações da Revista LTR.
Nome
Endereço
Estado / Cidade / CEP
Empresa

CORREÇÃO ESPECIAL DO ATIVO IMOBILIZADO

Este é, sem dúvida, o assunto mais palpitante do momento para contadores e empresas em geral. Os Boletins IOB N.ºs 6/78 e 8/78, Caderno I. Renda, trataram exaustivamente desta matéria. Além disso, muitos outros assuntos importantes foram examinados nos últimos boletins. Eis alguns:

CORREÇÃO MONETÁRIA - Visão Geral Face à Lei das S/A e Dec.-lei 1.598 - Bol. 6/78
I.R. - INCENTIVOS FISCAIS - Quadro sinótico com esclarecimentos e alíquotas específicas para cada incentivo. Bol. 7/78
I.R. - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO - Completo estudo para 1978 com exemplos. Bol. 5/78
I.R. - ALTERAÇÕES NO I. RENDA - Pelo Dec.-lei 1.598 que afetam a declaração de 1978. Bol. 4/78
IPI - ROTULAGEM E MARCAÇÃO - Estudo completo dessa exigência fiscal. Bol. 6/78
ICM - VENDAS PARA ENTREGA FUTURA - (S. Paulo). Problema do desta que e recolhimento do ICM. Bol. 6/78
IPI - INCENTIVOS FISCAIS À EXPORTAÇÃO - Esclarecimentos completos e atualizados sobre as vantagens finais aos exportadores. Bol. 4/78
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADOS - Tudo muito detalhado no Bol. 7/78
PIS/PASEP - SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE QUOTAS E DE RENDIMENTOS - Todos os esclarecimentos sobre o assunto. Bol. 6/78
FGTS - CENTRALIZAÇÃO DE RECOLHIMENTOS - Exigências e Formalidades para Centralização. Bol. 5/78
I.R. - LUCRO INFLACIONÁRIO NO DEC.-LEI N.º 1.598 - Diário Legislativo.

CONHEÇA IOB
Na lista acima, estão alguns destaques das publicações mais recentes.
Faça como 91% das maiores empresas do Brasil: assine IOB.
Solicite maiores informações preenchendo o cupom abaixo e faça a sua assinatura se estiver convencido de que não existe publicação semelhante.

NOME / EMPRESA / ENDEREÇO / TEL. / CIDADE / ESTADO

IOB informações objetivas
04004 - Av. Bernardino de Campos, 352 (Paraíso) - C. Postal 45.323 - Tels.: (011) 285-6257, 285-6198, 289-7810, 287-0110. São Paulo - SP

Excepcionalmente, dada a relevância das matérias, poderão ser adquiridos exemplares avulsos dos Boletins acima (preço unitário Cr$ 150,00)

Novo plano contábil
Demonstrações financeiras
Correção monetária do balanço de abertura
Ativo diferido

São esses algumas de suas dificuldades?
A solução V. terá no CURSO SOBRE SOCIEDADES ANÔNIMAS, que resolve de modo prático, e amplamente exemplificado, todos esses problemas.
Aliás, já não são problemas!
São 40 módulos que lhe serão remetidos (dois por quinzena), atualizando e reciclando seus conhecimentos profissionais: eles lhe mostram como fazer, na Lei 6.404 e legislação complementar.
GETE Solicite-nos informações, sem compromisso, e receba grátis uma aula.
Ao GETE Grupo Editorial Técnico Empresarial S.C. Ltda. Av. Paulista, 1274 - 5º andar - São Paulo - Capital. CEP 01310. Tels. 289-8444, 289-6256, 289-4732
Nome / Endereço / Estado / Cidade / CEP / Empresa / Cargo

METALÚRGICA GERDAU S.A.
COMPANHIA ABERTA - CGC N.º 92.600.783/0001-39
COMUNICAÇÃO AOS ACIONISTAS
ENTREGA DE TÍTULOS
49º DIVIDENDO SEMESTRAL: 10%
VALOR DO DIVIDENDO
FORMA DE PAGAMENTO
AÇÕES NOMINATIVAS
AÇÕES AO PORTADOR
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
SUSPENSÃO DAS OPERAÇÕES
A DIRETORIA
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS

ANEXO T

Redistribuir por salários?

Cosipa não concorda com a CPI

Da sucursal e do serviço local

"Se estamos preocupados em construir um Brasil grande, todos têm de trabalhar". A afirmação é do ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, a respeito das reivindicações salariais dos trabalhadores da Cosipa, alegando pressões da empresa para aumento da produtividade sem a correspondente recompensa salarial. O objetivo de todo trabalhador, de acordo com o ministro, deve ser o máximo de produtividade, e "é lógico" que o aumento de produtividade seja solicitado.

Por sua vez, o pedido de instalação de CPI para apurar "o quadro de instabilidade que reina entre os metalúrgicos brasileiros", feito pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista, Arnaldo Gonçalves, aos líderes partidários nas duas Casas do Congresso conta, desde já, com a simpatia dos líderes da Arena e do MDB na Câmara Federal, deputados José Bonifácio e Tancredo Neves.

A Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) também está discordando dos argumentos que levaram o Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista a solicitar uma CPI contra a "demissão em massa" de funcionários da empresa. Segundo Luiz Luzzi, superintendente de recursos humanos da Cosipa, o número de empregados que deixaram a empresa, no primeiro trimestre deste ano, foi de 702, o que "pode ser considerado normal". Esta foi a explicação do superintendente:

"Este número, de 702 empregados, significa que, em média, 230 deles deixaram a empresa por mês no primeiro trimestre. Dessas 230, 100 comprovadamente deixaram a empresa por sua própria iniciativa, sendo os demais por iniciativa da Cosipa. Ora, isso representa cerca de 1% do nosso efetivo, que é de 13.200 funcionários. Esse índice de afastamento, se confrontado com a média das demais empresas, é satisfatório. Afinal, as demais estão despedindo 3 até 4% de seu contingente de mão-de-obra mensalmente".

Da sucursal de BRASÍLIA

Uma proposta de redistribuição da renda, a nível de cada empresa, e "sem provocar reflexos inflacionários", está sendo estudada pelo Ministério do Trabalho. O ministro Arnaldo Prieto disse ontem que esses estudos já estão sendo testados dentro dos quadros e folha de pagamento de várias empresas. Essas simulações têm provado que os trabalhadores de baixa renda são sempre beneficiados com aumentos salariais superiores aos que teriam, em confronto com a política atual.

O ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, o primeiro a fazer referência à existência desses estudos, adiantou que acha "a solução excelente, perfeitamente viável de ser aplicada". O ministro Reis Velloso, do Planejamento, embora já tenha conhecimento sobre tal alternativa de distribuição da renda, ainda não se pronunciou.

Prieto, ao ser surpreendido ontem, em sua residência, com o anúncio feito por Simonsen — que no entanto resolveu "deixar detalhes do furo para o seu colega da pasta do Trabalho" — deu sua palavra de ministro de que receberia a imprensa às 18 horas. Às 19 horas, tendo a seu lado o secretário de Emprego e Salário, Menna Barreto, responsável pelos estudos, Prieto deu as seguintes explicações: "O Ministério do Trabalho tem-se preocupado de uma maneira rotineira com estudos sobre o problema de salário e emprego, procurando aprimorar a atual legislação. No governo Geisel já houve modificação na fórmula de reajustamento salarial e atualmente estamos realizando estudos preliminares visando, através do fator de reajustamento salarial, melhorar a distribuição da renda."

Afirmou também que os estudos tiveram sempre presente a preocupação de evitar a inflação e o aumento do custo de vida. A modificação fundamental consistiria numa divisão do fator de reajustamento salarial, em duas parcelas: uma beneficiaria a todos igualmente e outra seria função de distribuição da renda nos limites de cada empresa. Com isto o governo não abdicaria de sua autoridade em relação a determinação do fator de reajustamento salarial — isto é, àquele aumento mínimo obrigatório que pode ser incluído ao preço final do produto. Assim, a fórmula imaginada não provocaria inflação, uma vez que o aumento salarial, dentro de cada empresa, não ultrapassaria no seu total o fator de reajustamento salarial determinado pelo governo.

Para exemplificar, Prieto citou o seguinte exemplo: uma firma com 200 empregados, cuja folha de pagamento seria de um milhão de cruzeiros. Supôs que, no mês de dissídio dos trabalhadores desta firma, o fator de reajustamento salarial tenha sido fixado em 40%. Atualmente, este fator vale igualmente para todos os empregados dessa empresa: tanto os de alto salário, como os de baixo salário, provocando a cada ano, um distanciamento maior entre eles. De acordo com os estudos que estão sendo feitos, uma porcentagem deste fator de reajustamento seria utilizada em função da distribuição. O ministro garantiu que esta porcentagem ainda não foi estipulada, mas, com o objetivo de facilitar o cálculo, supôs que seria de 10%. Assim, nesta empresa, a folha de pagamento subiria de um milhão para Cr$ 1,4 milhão. Mas estes Cr$ 400 mil não seriam distribuídos igualmente por todos os trabalhadores. Dez por cento deste aumento (Cr$ 40 mil) seria em função da distribuição. Ou seja, 10% de Cr$ 400 mil seria distribuído igualmente entre os 200 empregados. O que daria aumento de Cr$ 200 cruzeiros para cada empregado. Como 10% de 40% é 4%, os restantes 36% seriam o reajuste que todos teriam nesta firma imaginária, além dos Cr$ 200,00.

Prieto admitiu que a fórmula é um tanto complicada — pelo menos mais complicada que a atual — pois exigiria para seu cálculo o conhecimento da folha de pagamento das empresas e do número total de seus empregados. Ele admitiu que seria também apenas um passo visando a melhor distribuição da renda, e disse que espera que a divulgação desta idéia — provocada pela "indiscrição do ministro Simonsen" — possibilite seu aperfeiçoamento, através de críticas e sugestões. Evidentemente, a distribuição da renda a nível de cada empresa será função da estrutura salarial dessas empresas, observou o ministro do Trabalho.

Arquivo

Prieto: dar mais a quem ganha menos

O projeto do menor ainda gera polêmica

Da sucursal do RIO e do serviço local

O presidente do Clube de Diretores Lojistas do Rio, Sílvio Cunha, e o presidente da Associação Brasileira de Juízes de Menores, Alyrio Cavalieri, consideraram, ontem, absurda a idéia de alguns empresários que desejam pagar meio-salário mínimo a menores entre 12 e 16 anos. No entender de Cunha, "a CLT não prevê, de forma genérica, salário mínimo para menor, mas sim um único salário mínimo, seja para pagar a maior ou a menor".

Segundo ele, só há duas hipóteses (ambas previstas pelo artigo 80 da CLT, com nova redação dada pelo Decreto-lei 229, de 28 de janeiro de 1967, para que o menor ganhe 50% do salário mínimo: quando estiver submetido a aprendizado metódico em curso do Senai ou Senac ou quando esse aprendizado for feito no local de trabalho, mas com a supervisão e a orientação de uma daquelas entidades.

O presidente da Associação Brasileira de Juízes de Menores não vê na alegação de que o pagamento de meio-salário mínimo acabaria com o problema do menor abandonado, "pois o mercado de trabalho não é flexível, razão pela qual muitos menores continuariam desempregados ou ocupariam o lugar de adultos, que, por sua vez, ficariam sem trabalho".

Cavalieri acrescentou que enviou uma circular a todos os juízes de menores do País, perguntando sobre o que achavam la idéia de remunerar o menor com 50% do salário mínimo. Todas as respostas recebidas até agora, segundo ele, foram contrárias à sugestão.

Em São Paulo, o Sindicato dos Lojistas do Comércio distribuiu nota para informar que apóia o projeto do menor. Entre outras razões, a entidade diz ser a favor porque "há uma extensa gama de pequenas ocupações adequadas à utilização do trabalho do menor de 16 anos, que não comporta o pagamento do salário mínimo de adulto, de forma que a fixação de salário mínimo de aprendiz, presumidos como tal os menores de 16 anos, abriria um considerável mercado de trabalho juvenil, desviando para atividade econômica considerável massa de menores de 12 a 16 anos, atualmente perambulando pelas ruas sem qualquer ocupação".

"A medida — prossegue — abriria uma frente de trabalho economicamente incompatível com o salário mínimo integral, daria mais liberdade de ação para a fixação deste em níveis mais elevados e, na impossibilidade de dar a todos os menores escolaridade e formação profissional metódica, lhes daria, pelo menos, oportunidade de trocar a vadiagem, nociva a sua formação moral pelo trabalho útil e produtivo".

Advogado elogia decisão do TRT

Da sucursal do RIO

Advogados cariocas especializados em assuntos trabalhistas receberam com entusiasmo a notícia do acórdão em que o Tribunal Regional do Trabalho do Rio firmou jurisprudência ao considerar que o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de quem for demitido sem justa causa deve ser igual ao da indenização de pessoa que não é optante. No fórum do Rio, onde o assunto foi muito comentado ontem, advogados disseram ser a sentença muito importante por ser a primeira a ser decretada por um tribunal de segunda instância.

A decisão do TRT foi tomada no caso de Adroaldo Pinto Rodrigues, ex-funcionário do Banco Nacional Brasileiro de Investimento, de onde foi demitido sem justa causa. Seu advogado, Rômulo Marcos Chicarino Nascimento, que já entrou com ação semelhante para outro caso, sobre a decisão do TRT, disse: "Foi uma vitória do trabalhador brasileiro no campo econômico e social e uma prova de que a Justiça do Trabalho ainda funciona, contrariando o que havia dito o líder dos metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva. Agora estou torcendo e certo de que o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, vai acompanhar a decisão do TRT do Rio".

Mas, desse otimismo não participa o advogado Francisco Maia, que há mais de 15 anos atua na área trabalhista. Para ele, "a matéria deverá ser julgada pelo Superior Tribunal Federal e não pelo TST, já que está incluído em seu bojo um problema constitucional". Explicou que o artigo 165, inciso XIII da Constituição, está claro a equivalência da questão, ao determinar "a estabilidade com indenização ou Fundo de Garantia." Isso continuou — não vem sendo obedecido pelo texto da lei do FGTS, uma lei menor em função da Constituição. A tese que levantamos é a da equivalência econômica, e não jurídica, como querem alguns.

Já o ex-líder sindical e ex-deputado federal cassado pela revolução, hoje advogado trabalhista, Demisthoclides Batista, ao comentar o assunto, embora reconhecendo a importância da "vitória alcançada", vai mais longe: "Somente a atuação dos sindicatos pode, no momento, determinar uma revisão no texto do FGTS. Ao ponto em que chegou, a coisa está feia. Tenho casos de empregados demitidos com mais de 30 anos de serviço, sem razão nenhuma. Acho, pois não confio muito na decisão do TST, que o ideal seria a convocação imediata de um Congresso Nacional de Trabalhadores para debater o caso".

Maluly: governo de SP defenderá direito de greve

Do serviço local e da sucursal

O direito de greve será defendido hoje pelo governo de São Paulo na reunião que será realizada, a partir das 15 horas, no Palácio dos Bandeirantes, entre dirigentes sindicais paulistas e os ministros Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, Arnaldo Prieto, do Trabalho, informou ontem o secretário Jorge Maluly Neto, do Trabalho, que, com o governador Paulo Egydio, também participará do encontro.

Mas os sindicalistas paulistas vão ter uma decepção, pois Simonsen, ontem, em Brasília, informou que é contra a negociação direta entre patrões e empregados, na questão do reajuste salarial. Ele disse ser favorável à manutenção da fórmula utilizada atualmente para o reajuste, a qual se baseia em índices estabelecidos pelo Ministério do Trabalho. E, assim, manifestou-se contra a greve. Ao se aceitar uma fórmula para a correção salarial, acrescentou, não há por que admitir greves, em reivindicação a maiores reajustes. A greve só é compatível e admissível quando existe a negociação direta, observou.

Simonsen argumenta ser contrário à negociação direta porque os sindicatos mais fracos não teriam grande poder de barganha. "No Brasil — observou —, os sindicatos dos trabalhadores, na sua maioria, são fracos, e o maior prejudicado com a negociação direta seria a classe assalariada, como ocorria, aliás, quase sempre, antes de 1964".

Segundo Maluly Neto, além do direito de greve, o governo paulista também deverá manifestar-se favoravelmente a contratação coletiva para algumas categorias. O secretário esclareceu ainda que o encontro de hoje não tem pauta preestabelecida e que os assuntos a serem discutidos dependem da iniciativa dos próprios dirigentes sindicais.

Ele acredita que os trabalhadores procurarão debater problemas relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e à rotatividade da mão-de-obra, aprimoramento da sistemática de correção dos salários e a participação nas decisões governamentais de ordem econômica. Além disso, acha que esses encontros são importantes para "colocar o pessoal (ministros da área econômica) para sentir a realidade dos trabalhadores".

Reclassificação do funcionalismo

O projeto de reclassificação e reajustamento do funcionalismo estadual, ontem incluído na ordem do dia da Assembléia pela primeira vez, para o início de sua discussão em plenário, retornou às Comissões Técnicas para o exame de 29 emendas, apresentadas até o final dos trabalhos. Além dessas, há mais de uma centena de propostas de alteração da propositura, oferecidas em fase anterior de sua tramitação, que já tem parecer das comissões permanentes.

Foram encaminhadas ontem ao órgão diretor do Legislativo 95 propostas de alteração do projeto. Contudo, 53 foram rejeitadas pela presidência, em razão de sua manifesta inconstitucionalidade. Outras 13 não tiveram acolhida por ser anti-regimentais. Assim, bem mais de metade das emendas oferecidas não atendiam aos requisitos mínimos para serem consideradas: constitucionalidade e observância da lei interna da Casa.

A pressa, em razão de ontem ter sido o último dia do prazo para a apresentação das propostas de alteração, foi tanta, que, observando a falta de cuidado com que vários deputados subscreviam emendas que lhes eram apresentadas, Paulo Kobayashi, da Arena, começou a colher assinaturas em um papel — e obteve desde logo 16 — em que seus signatários renunciavam ao mandato. O papel foi logo depois inutilizado.

Volta de Roberto Campos ao governo

FREDERICO HELLER

Estamos convencidos de que o general João Batista Figueiredo convocará o embaixador Roberto de Oliveira Campos para o seu governo. Em primeiro lugar, Roberto Campos possui uma brilhante formação econômica, conquistada nas principais universidades norte-americanas, onde defendeu tese de doutoramento com o maior êxito.

Como embaixador em Washington, Roberto Campos defendeu com grande diplomacia, mas também, quando necessário, com energia, os interesses nacionais. Como ministro do Planejamento do primeiro governo revolucionário, obteve a confiança total do marechal Castello Branco, que o consultou sobre modificações no governo, como no caso do Ministério da Indústria e do Comércio.

Em setembro de 1965, Roberto Campos chefiou uma missão comercial a Moscou, com o objetivo de verificar a possibilidade de incrementar o intercâmbio comercial. Mas o ceticismo de Roberto Campos foi confirmado integralmente no que toca à possibilidade de o governo da URSS vir a aceitar as nossas sugestões relativas ao financiamento de obras ligadas à aplicação de nossa capacidade produtiva.

Roberto Campos previu, desde a chegada a Moscou, senão antes, que era impossível ao governo russo aceitar as condições que, de nosso ponto de vista, foram essenciais, considerando-se o estágio da industrialização já atingida por nós.

Durante sua permanência na embaixada de Londres, as experiências do professor Roberto Campos ampliaram-se graças a seus contatos com os principais centros financeiros do Velho Mundo. Na Grã-Bretanha foi frequentemente escolhido para seminários de que participavam banqueiros internacionais, inclusive em universidades de prestígio mundial.

Roberto Campos acaba de ser convidado pelo ex-chanceler alemão Willy Brandt para participar de uma comissão encarregada de examinar a reformulação das relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Participam desta comissão Henry Kissinger e algumas personalidades que conseguiram o Prêmio Nobel de Economia.

Na verdade, Roberto Campos é hoje a personalidade brasileira econômica e intelectualmente mais conhecida e respeitada no exterior. Uma personalidade de conhecimentos amplos e profundos. Nestas circunstâncias, é perfeitamente compreensível que o general João Baptista Figueiredo o pretenda ter na sua administração, o que, certamente, beneficiaria o País interna e externamente.

CONSTRAN S/A. - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO

CGC 61 156 568 0001-90

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a apreciação de V.Sas., o Balanço Geral e o Demonstrativo do Resultado Econômico, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1977.
Outrossim, permanecemos a inteira disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos necessarios.

Sao Paulo, 31 de março de 1978
A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

ATIVO

Disponível		
Caixas	1 216 256.26	
Bancos	108 454 072.82	
Cheques em Cobrança	5.445.897,28	115.116.226.36
Realizável a Curto Prazo		
Almoxarifado	48 716 473.34	
Cauções e Retenções S/Obras	8 740 649.31	
Faturas a Receber	55 684 762.79	
Contas Correntes	4 520 696.79	
Devedores Diversos	14 220 701.43	
Contas a Receber	349 831 568.75	
Imp Renda — Antecipação	13.261.577,40	494 976 429 81
Realizável a Longo Prazo		
Empréstimo Compulsório-Eletrobrás	1.199 798,40	
Títulos Públicos	4 999 698.60	
Depositos Diversos	794 241.73	
Aplicações Financeiras	139 777 418.55	
Imp Renda — Antecipação	8.237 046,35	155.008 203.63
Imobilizado		
Imoveis e Edificações	44 633 842.01	
Moveis e Utensílios	6.844 986.78	
Veiculos	74 916 697.88	
Maquinas	99 428 281.62	
Instalações Industriais	24.497 845.71	
Reavaliação do Imobilizado	333.221 219.69	
(-) Depreciação Acumulada	(331.997 440.78)	
Imobilizações Financeiras	127 327 715,87	378 873 148.78
Pendente		
Obras em Andamento	536 278 833.74	
Despesas Diferidas	8 479 656,78	544 758 490.52
Compensações		
Contratos de Obras	888 423 097.34	
Contratos de Seguros	35 069 696 71	
Outras Compensações	31 992 361,87	955 485 155,92
		2 644 217 655.02

PASSIVO

Exigível a Curto Prazo		
Fornecedores	45 730 945.03	
Medições a pagar	44 687 923.11	
Financiamento do Imobilizado	27 557 947.26	
Títulos Descontados	11 772 276.75	
Contratos de Empréstimos	34 928 520.00	
Contas Correntes	5 619 519.11	
Salários e Ordenados a pagar	8 878.797,99	
Contribuições Sociais a Pagar	4 212 578.69	
Impostos a Pagar	475 117.71	183 863 625.65
Exigível a Longo Prazo		
Financiamento do Imobilizado	8 678 297 66	
Contratos de Empréstimos	15 351 040,00	24 029 337.66
Inexigível		
Capital	501 000 000.00	
Fundo de Reserva Legal	8 687 800.00	
Reserva para Manutenção de Capital de Giro Proprio	68 472 672.00	
Bonificações	15 771 104.00	
Reserva Correção Imobilizações	54 970 768.42	
Lucro a Disposição da Assembleia Geral	96 595 534.91	745 497 779.33
PENDENTE		
Obras por Empreitada	735 341 756.46	735 341 756.46
Compensação		
Obras Contratadas	888 423 097.34	
Seguros Contratados	35 069 696.71	
Outras Compensações	31 992 361,87	955 485 155.92
		2 644 217 655.02

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ECONÔMICO

RENDA OPERACIONAL		
RECEITAS DE OBRAS ENCERRADAS	1 047 196 195.93	
CUSTO DE OBRAS ENCERRADAS	750 717 674,89	296 478 521 04
LUCRO BRUTO OPERACIONAL		296 478 521.04
GASTOS GERAIS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	36 662 918 12	
DESPESAS FINANCEIRAS	32 296 397 36	
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	21 452 684.35	
DESPESAS GERAIS	43 160 654.63	133 572 654 46
LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL		162 905 866 58
RENDA NÃO OPERACIONAL		10 850 140 33
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		173 756 006.91
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO		
FUNDO DE RESERVA LEGAL	8 687 800 00	
RESERVA P. MANUTENÇÃO DO CAP GIRO	68 472 672.00	
LUCRO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL	96 595 534.91	

OLACYR FRANCISCO DE MORAES - Diretor Presidente
RENATO NALON - Diretor Administrativo ADROALDO WOLF - Diretor Técnico
ELIO SACCO - Diretor Financeiro JOSÉ MARIO MACHADO - Diretor Tecnico
AYRTON LARAGNOIT - Diretor Comercial ANTONIO FRANCISCO ALVES BRAGA
Técnico Contabilidade CRC SP 74 689

PARECER DOS AUDITORES - Examinamos o Balanço Patrimonial da CONSTRAN S.A. - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO, levantado em 31 de dezembro de 1977 e a respectiva Demonstração do Resultado Econômico do exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessarios nas circunstâncias.
Em nossa opinião, as peças referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 1977 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contábeis [illegible]

São Paulo, 31 de março de 1978

NOBUO SAKATA Contador CRS SP n. 30 2[illegible] [illegible] 225 GEMEC RAI 72 040 [illegible]
ASSESSOR AUDITORES INDEPENDENTES S/C LTDA - CRC SP n. 4 294

PRODUTOS QUÍMICOS "ELEKEIROZ" S.A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO

CGC Nº 61 141 982/0001

CONVOCAÇÃO AOS ACIONISTAS

Ficam convocados os senhores acionistas de Produtos Químicos "Elekeiroz" S.A. a se reunirem no dia 27 de abril de 1978, na sede da sociedade à rua Direita nº 49 — 6º andar, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre o seguinte

"ORDEM DO DIA"

1. Em Assembléia Geral Ordinária, às 10.00 horas
a) — Exame, discussão e votação do relatório do Conselho de Administração, balanço e demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.12.1977.
b) Deliberar sobre a distribuição de dividendos, referentes ao segundo semestre de 1977
c) Ratificação da posse do Conselho de Administração eleitos na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05.10.77 d) Outros assuntos de interesse social
2) Em assembléia Geral Extraordinária, às 11.00 horas
a) Proposta da Diretoria, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, para aumento do Capital Social de Cr$ 70.000.000,00 para Cr$ 105.000.000,00 [illegible]
[illegible]
c) Outros assuntos de interesse social

São Paulo, [illegible] de abril de 1978

WASHINGTON DE AZEVEDO SOARES
Conselheiro

O ESTADO DE S. PAULO — TERÇA-FEIRA — 17 DE OUTUBRO DE 1978

Delfim ataca distributivismo e a política de substituição

Da sucursal de BRASÍLIA

O ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, disse ontem, no Ciclo de Conferências do Banco Central, em Brasília, que os atuais problemas da economia brasileira decorrem de um diagnóstico retardado e da adoção de uma política governamental errada para enfrentar a crise do petróleo, em 1974, preocupando-se com a substituição das importações e com o processo de distribuição da renda. "Fez-se exatamente o oposto do que deveria ter sido feito: o governo se impressionou com as críticas ao processo de distribuição de renda, embarcando numa política distributivista que violentou o consumo e, paralelamente, adotou uma política de substituição das importações e de grandes investimentos governamentais" — assinalou. Delfim criticou a política de distribuição de renda do atual governo, afirmando que "aqui ela é má, desigual e sem nenhum efeito no sistema produtivo".

Delfim Netto afirmou que o governo, na época, se recusou a ver a crise do petróleo como um fato físico, que se confundiu com um fato monetário: "A crise do petróleo foi realmente um imposto externo sobre o nosso produto. E, quando isso ocorreu, o que deveríamos ter feito era um ajustamento, cortando o consumo ou os investimentos internos. Não podíamos cortar as exportações, como preferem entender ainda hoje algumas pessoas, porque era com ela que íamos gerar os dólares para pagar o imposto".

O ex-ministro argumentou que a substituição das importações e a política de distribuição de rendas adotadas para combater a crise do petróleo, em 1974, não poderiam dar certo, "porque o País não dispunha de bens suficientes, o que gerou a inflação, agravada pelos grandes projetos governamentais". Acrescentou que isso terminou por implicar problemas no balanço de pagamentos, considerando que a substituição de importações exige uma importação inicial acima da comum. "Para substituir um dólar que estamos importando — disse — temos de ter pelo menos três outros dólares para investir, a fim de que a importação seja compensada. Ora, este processo de substituição de importações implicou um aumento importante dos investidores privados, provocando, conseqüentemente, uma elevação do consumo. E, aumentando o grau de investimento privado, o governo deveria ter reduzido os seus investimentos."

Entende o ex-ministro da Fazenda que as duas coisas não poderiam ter sido feitas ao mesmo tempo, "pois é inviável se tocar grandes projetos e simultaneamente promover uma substituição de importações. E quando percebemos isso — continuou — era um pouco tarde, e já tinha acontecido exatamente o que a teoria prevê: apareceu o déficit em conta corrente e a inflação aumentou. Aconteceu justamente o que tinha de acontecer, no sistema que havíamos adotado". E analisando a situação de hoje, Delfim Netto assinalou que o Brasil, depois dos quatro anos e meio de ajustamento, tem uma parcela muito grande de investimentos privados, que se acelerou com a política de substituição das importações, gerando uma capacidade ociosa substancial no setor de bens de capital.

Ele disse ainda que a política do governo prejudicou também o setor agropecuário, tirando-lhe a ênfase o que foi agravado por ocorrências climáticas negativas: "Agora, a agricultura está na base do alisa pêlo. E isso não adianta, porque a atividade agrícola precisa é de preços, de subsídios e de uma maior aproximação do governo. O agricultor se sente realmente desamparado, pois está longe do governo, e nem mesmo acredita que exista governo. É preciso uma aproximação maior do governo ao setor, para que o agricultor possa retomar os riscos que a atividade exige." O ministro do governo Medici, no entanto, admitiu que "é muito mais fácil dizer isso quando não se é autoridade. Hoje, eu estou do lado de fora e posso dizer que este me parece o caminho mais razoável para resolver os problemas econômicos do país".

EXPORTAÇÃO

O ex-ministro refutou as críticas de que o modelo exportador brasileiro implique uma redução das possibilidades do mercado interno. Entende ele que é impossível a criação de um mercado interno sem uma exportação, por uma razão muito simples: "A construção do mercado interno sem a exportação implica uma mudança de toda uma estrutura produtiva. E isso somente é possível fazer numa economia centralizada como a socialista, onde se separa a produção de bens de capital da produção de bens de consumo. É claro que isso não pode ser feito numa economia de mercado aberto. E eu ousaria dizer que a exportação é talvez o caminho mais curto para a formação do mercado interno."

Criticou aqueles que defendem o sistema de capitalismo de Estado e uma separação da indústria de bens de capital da de bens de consumo e, ao mesmo tempo, defendem fervorosamente uma sociedade democrática. "Essas pessoas — disse — não percebem que defendem uma contradição insanável, porque esse modelo conduz a um planejamento estrito e a um controle total do sistema econômico, o que implica o fechamento da economia. É muito fácil defender as duas coisas, porque isso parece elegante. Mas ninguém foi capaz de construir um sistema que englobasse as duas coisas."

CONHECIMENTO

Delfim Netto afirmou que a Revolução de 1964 procurou adotar um modelo de organização econômica que não comprometesse as futuras metas de liberalização política, "que estão se concretizando agora", utilizando instrumentos que possibilitaram o desenvolvimento do País. Entretanto, admitiu críticas ao modelo adotado, na medida em que ele não permitiu uma maior participação social da comunidade brasileira. "Isso é um fato verdadeiro, pois a escolha da forma de organização e o desenvolvimento desta forma se fez quase que separado da Nação."

Em seguida, porém, Delfim encontrou uma justificativa para isso: "Nós, execráveis tecnocratas, fazíamos o desenvolvimento, sem permitir, entretanto, que as pessoas tivessem uma participação. Mas isto acontece com todo planejador, que sabe mais que o consumidor. A coisa, porém, não é bem assim. Realmente, a manutenção de um sistema como o nosso implica uma mobilização social consciente com a participação ativa das várias classes sociais na formulação política." Na opinião do ex-ministro, esta é uma crítica importante, "mas perfeitamente sanável, pois, quando se tem uma sociedade politicamente aberta, é possível continuar uma política econômica razoavelmente eficiente. O único problema é que isso dará um trabalho braçal bem maior que o intelectual. Mas nós temos de estar dispostos a enfrentar esse trabalho, essa discussão, essa cotestação permanente, porque é da essência da participação social".

Uma segunda crítica que Delfim aceita como válida e que considera "parte da mesma moeda" é que no Brasil, o Estado determina os objetivos da Nação, quando, normalmente deveria esperar-se o contrário. Mas, para isso, também ele apresenta justificativas: "Essa tendência de se inverter o processo vem do fato de que todos nós temos pressa e de que, para nós economistas e financistas, a eficiência econômica é uma espécie de um deus, pelo qual sacrificamos tudo. Nós queremos a eficácia — ressaltou — mas o mundo não quer somente a eficácia; o mundo quer eficácia com um pouco de festa."

E, segundo o ex-ministro, é isso exatamente que se deve proporcionar à Nação brasileira. "Nós temos de organizar um sistema eficaz, mas que permita uma participação festiva das pessoas, para que elas se integrem, porque elas entendem que também estão trabalhando." Ele reconhece que os tecnocratas têm sido muito egoístas: "Eu acho que nós sempre pretendemos ter o monopólio do trabalho, mas tem muita gente querendo trabalhar e é justo e natural que se deixe essas pessoas trabalharem."

DISTRIBUIÇÃO

Delfim Netto disse que jamais faria uma defesa da distribuição de rendas no Brasil, "porque, aqui, ela é má, muito desigual e não tem efeitos sobre o sistema produtivo". Admitiu que o governo brasileiro tem-se preocupado muito pouco com o problema de distribuição de rendas, ultimamente, acrescentando: "Realmente, nós temos de nos esforçar um pouco mais para reduzir a concentração da renda." Entretanto, indagado sobre qual a solução que proporia para a distribuição de rendas no Brasil, o ex-ministro da Fazenda afirmou que não existe qualquer fórmula mágica para resolver o problema. "Eu não tenho e acho que ninguém tem alguma solução para o problema de distribuição de rendas".

O ex-ministro argumentou que todo o desenvolvimento realizado no mundo, não só nos países com estruturas de economia de mercado como nos países centralizados, "realmente não conseguiu resolver o problema." Disse, contudo, que a distribuição de rendas pode ser melhorada na medida em que se eleva o nível de empregos das categorias sociais de melhor qualificação. "E isso, pensou eu, pode ser feito através do modelo exportador brasileiro." Ele comparou a distribuição de renda no Brasil à dos países europeus ocidentais, antes da II Guerra Mundial. "E acho que temos condições de melhorar, mas, infelizmente, não tenho nenhuma receita."

Delfim Netto considerou um ponto válido o de que a distribuição de renda de fato piorou no Brasil. "Mas não se pode afirmar que piorou o nível de bem-estar do povo, porque o indicador de distribuição de rendas não toma conhecimento do aumento do nível da renda, registrando apenas o aumento da distância entre os diversos níveis de renda." Assinalou que não existe qualquer relação entre o indicador de distribuição de rendas e o nível de bem-estar. "E uma crítica sobre a distribuição de rendas pode destruir a eficácia do processo, na medida em que aceita simplesmente a crítica, sem meditar sobre ela."

O ex-ministro também criticou a discussão em torno da queda do poder aquisitivo do salário mínimo, "que tem produzido uma alegria enorme para alguns senadores, de acordo com os quais o salário mínimo se teria reduzido à metade". Para Delfim, "isso é uma barbaridade, porque se o nível de bem-estar da sociedade melhorou, foi em conseqüência de um aumento do nível do salário mínimo médio real".

"QUEM MUDOU?"

A palestra do ex-ministro da Fazenda causou um certo espanto em participantes do Ciclo de Conferências do Banco Central, que perguntavam intrigados por que ele não havia falado tudo isso antes. Um participante, depois da palestra, perguntou ao ministro do governo Médici quem havia mudado, ele ou o País, ao que Delfim respondeu: "Eu acho que não mudei. O País mudou. O País realmente realizou um esforço extraordinário de desenvolvimento, que foi acompanhado pela manutenção de um desenvolvimento econômico, possibilitando a abertura política". Em seguida, falou da importância de que "cada um de nós, neste momento, junte o seu esforço para realizar uma sociedade politicamente aberta. E não há qualquer razão para se imaginar que as pessoas que hoje estão defendendo esse sistema politicamente aberto não tenham pensado nisso durante todo o tempo".

Delfim considera que "os fatos mostram que foi uma preocupação permanente dos governos da Revolução manter um sistema economicamente descentralizado, sem planejamentos rígidos, como condição para a construção de uma sociedade politicamente aberta". À pergunta se nisso não havia contradição, ele respondeu: "Pelo contrário, contradição teria havido se nós tivéssemos montado um sistema econômico que não permitisse mais a volta ao sistema político aberto".

O ministro do Planejamento, Reis Velloso, informado a respeito das críticas do ex-ministro da Fazenda sobre a ineficácia do planejamento rígido comentou: "O Delfim de ontem responde ao Delfim de hoje. Vejam no livro dele 'Planejamento e Desenvolvimento Econômico' que as posições dele não são as mesmas de hoje. Mas deixa o Delfim falar. Quando eu ler o pronunciamento dele posso dizer mais alguma coisa. Agora, ele está do outro lado do muro, defendendo novas posições. Deixa o Delfim falar".

Babot: a situação financeira dos Estados é grave

ANTONIO MACHADO DE BARROS

"Se não forem adotadas providências imediatas para melhorar as receitas estaduais ainda neste exercício, pode-se prever, com absoluta certeza, dias muito difíceis para as administrações estaduais e municipais, em prejuízo do pagamento do funcionalismo, dos fornecedores dos Estados e da implementação de obras de infra-estrutura, das quais não se deve abrir mão, sob pena de lesar os interesses das comunidades."

A advertência é do secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Jorge Babot Miranda, que classificou, no fim de semana, em Porto Alegre, como "muito grave" a atual situação financeira dos Estados, resultante da "defeituosa implantação da reforma tributária de 1967 e da aplicação distorcida dos próprios preceitos constitucionais".

A situação do Estado de São Paulo, segundo ele, exemplifica muito bem as dificuldades com que se defrontam as administrações estaduais. "É inadmissível — declarou — que um Estado que responde por 45% da arrecadação do ICM em todo o País se encontre hoje numa situação realmente difícil, em que 99% de sua receita com esse imposto — de acordo com a previsão orçamentária para 1979 — estejam comprometidas apenas com as necessidades de pagamento de pessoal e com os encargos de sua dívida pública."

Mas o pior, disse, é que este também é o quadro das demais administrações estaduais. "O Rio Grande do Sul, em 1977, destinou 98,4% da arrecadação de seu ICM — que representa 94,98% da receita tributária total do Estado —, exclusivamente ao pagamento de pessoal e atendimento do serviço da dívida pública."

CORREÇÕES

"Uma simples mas decidida reversão das tendências da atual política tributária — afirmou — poderá, mesmo sem profundas modificações na estrutura vigente, resolver definitivamente os problemas dos Estados, que são de extrema gravidade."

Uma dessas medidas, segundo ele, refere-se à inclusão do cigarro no Código Tributário Nacional, nos termos de tese apresentada pela Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul no III Congresso Nacional de Administração do ICM. Em outras palavras, que o ICM passe a incidir sobre o preço de fábrica do cigarro mais IPI, e não como ocorre agora, quando a incidência do ICM sobre o valor industrial é anterior à taxação do IPI. Babot Miranda justifica a proposta:

"Seria uma forma racional e simpática de encontrarmos uma solução para os problemas com que se defrontam todas as administrações estaduais, sem exceção, pois estaríamos taxando o vício, em última análise. Não seria nada absurdo, uma vez que se sabe que produtos essenciais para a alimentação da população brasileira são fortemente taxados, em prejuízo da própria qualidade de vida da nossa população, como o arroz, cuja alíquota do ICM chega a 14%, enquanto a do cigarro é de apenas 4,7%."

Somente para o Estado do Rio Grande do Sul, a medida permitiria um reforço de 1,3 bilhão em sua receita, no orçamento de 1979, mas São Paulo seria a unidade que mais se beneficiaria. "Para quem anda com as finanças tão combalidas, convenhamos que se trata de um apreciável reforço de caixa, ainda mais quando se sabe que, no ano passado, de um total de Cr$ 74,4 bilhões arrecadados em todo o País com a incidência do IPI sobre os produtos industrializados em geral, somente com o cigarro a União obteve uma receita de Cr$ 27,6 bilhões", disse.

A proposta, contudo, não agradou o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que alegou — em abril de 1977 — ser ela inflacionária, já que o cigarro entra na composição do índice do custo de vida. Mas, 18 meses depois, Babot Miranda afirma que viu "com surpresa o senhor ministro da Fazenda anunciar, em entrevista, a disposição governamental de estudar a revisão das alíquotas do IPI, de forma a excluir desse imposto **uma porção de equipamentos e matérias-primas**, concentrando sua arrecadação em cigarros, bebidas e automóveis, os quais teriam suas alíquotas aumentadas para compensar o alívio tributário".

"Assim — diz Babot Miranda —, se é válido para a União o argumento de que essa revisão não acarretará perda de receita federal, também é válido para os Estados o reexame necessário do atual privilégio de um produto que nada tem de especial e que, por isso, deve sujeitar-se ao gravame integral não só do IPI — como ocorre atualmente — mas também do ICM, que representa cerca de 95% das arrecadações tributárias estaduais."

Open market

Mais 2 bilhões saem de circulação na 4ª

As taxas de desconto das LTN no leilão realizado ontem pelo Banco Central permaneceram estáveis pela segunda semana, em termos médios — 35,31% os papéis de 91 dias e 34,34% os de 182 dias — mas haverá uma emissão líquida de mais Cr$ 2 bilhões, quarta-feira, elevando para Cr$ 181,5 bilhões o saldo de títulos federais em circulação. No mercado, a oferta de recursos foi razoável, com o "overnight" lastreado em LTN abrindo a 2,40% e fechando a 1,80%. Os cheques BB oscilaram entre 3,00% (abertura) e 2,00% (fechamento), com média de 2,60%. O movimento totalizou Cr$ 64,3 bilhões com LTN; Cr$ 6,8 bilhões com ORTN; e Cr$ 2,5 bilhões com reservas federais.

TAXAS DE FECHAMENTO (LTN)

Venc.	Compra	Venda
18.10	18,00	13,50
20.10	32,00	24,00
25.10	33,15	31,25
01.11	35,20	33,60
08.11	35,80	34,25
15.11	36,15	34,80
17.11	36,15	34,85
22.11	36,13	34,90
29.11	36,05	34,90
06.12	35,80	34,75
13.12	35,70	34,80
15.12	35,63	34,80
20.12	35,50	34,80
27.12	35,35	34,71
03.01	35,98	35,43
10.01	35,85	35,53
17.01	35,88	35,60
19.01	35,85	35,57
24.01	35,83	35,54
31.01	35,79	35,53
07.02	35,76	35,51
14.02	35,70	35,45
21.02	35,60	35,35
23.02	35,52	35,23
28.02	34,93	35,45
07.03	35,30	35,00
14.03	35,20	35,10
16.03	35,15	35,06
21.03	35,05	34,98
28.03	34,95	34,88
04.04	34,83	34,73
11.04	34,65	34,58
20.04	34,40	34,35
18.05	33,85	33,78
22.06	33,35	33,18
20.07	32,70	32,50

EXECUTAMOS POR COMPUTADOR

CORREÇÃO ESPECIAL
DO ATIVO IMOBILIZADO
ÚLTIMA CORREÇÃO
OBRIGATÓRIA P/TODAS AS EMPRESAS

(De acordo com Dec. Lei 1598 de 26/12/77).
Executamos também: Contabilidade. Orçamento de custos p/planejamento da produção. Controle do Ativo, Fixo. Custos p/transportadoras.
Contas a receber.
Status Processamento de Dados
Rua Rocha Pombo, 72 - Liberdade - Tels. 270-6257, 279-2893 e 279-0743.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS
DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA-NTC
CGC nº 60 677 358/0001-85

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores associados da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA — NTC a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, dia 21 de novembro de 1978, em **primeira convocação**, na sede social sita à Rua Borges Lagoa, 1341, às nove (9:00) horas, para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Superior. Não alcançando "quorum" mínimo de 50% (cinquenta por cento) a Assembléia será reaberta em **segunda convocação**, às nove e trinta horas (9:30) do mesmo dia, e mantida em caráter permanente até às dezenove horas (19:00) do dia 23 de novembro de 1978, quando então poderá deliberar com o "quorum" de vinte por cento (20%) dos associados gerais quites com os cofres da entidade.

Outrossim, na forma estatutária será permitido voto por correspondência e por procuração.

Para realização da eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Superior, serão recebidos na Secretaria da entidade, até as dezoito (18:00) horas do dia 06 de novembro de 1978 os requerimentos contendo pedidos de registro de chapa que atendam às instruções baixadas pelo Conselho Superior e que se encontram à disposição dos associados, uma vez que foram objeto da circular nº 69-72-CA-50-MTSPRJ, de 19 de outubro de 1972, circular nº 101-75-CA-35-MTSPRJ, de 9 de outubro de 1975 e circular nº 93-78-CA-34-MTSPRJ, de 13 de outubro de 1978.

São Paulo, 16 de outubro de 1978
Dr. ARISTÓTELES DE CARVALHO ROCHA
Diretor Secretário

Banco Geral do Comércio S.A.

Resumo do Balancete Patrimonial Encerrado em 29.09.78

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	5 507 342 128,13	Passivo Circulante	5 340 938 310,33
Disponível	12 344 574,02	Depósitos	1 363 016 591,69
Realizável	2 274 958 101,60	Obrigações Por Empréstimos	1 179 101 467,08
Outros Créditos	577 864 929,62	Obrigações Por Recebimentos Especiais	231 590 864,65
Valores Mobiliários	156 513 631,42	Outras Obrigações	289 014 477,05
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	2 482 872 095,57	Relações Interbancárias e Interdepartamentais	2 278 214 909,86
Outros Valores e Bens	2 788 795,90	Contas de Resultado	81 764 306,99
Ativo Permanente	134 596 829,65	Resultados de Exercícios Futuros	993 412,36
Investimentos	58 698 266,50	Patrimônio Líquido	249 741 365,58
Imobilizado	75 898 563,15	Capital	120 000 000,00
Diferido	31 498 437,47	Reservas	113 306 434,22
Despesas de Instalações	13 828 644,30	Lucros Acumulados	16 434 931,36
Cartas Patentes	17 669 793,17		
Contas de Compensação	82 949 239 445,71	Contas de Compensação	82 949 239 445,71
TOTAL GERAL	88 622 676 840,96	TOTAL GERAL	88 622 676 840,96

Financeira Geral do Comércio S. A.
Crédito, Financiamento e Investimento.

Resumo do Balancete Encerrado em 29 de Setembro de 1978

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	179 238 155,74	Passivo Circulante	163 826 193,12
Disponível	3 036 152,70	Títulos Cambiais	162 796 969,76
Operações de Crédito	164 358 276,22	Outras Obrigações	1 029 223,36
Valores Mobiliários	10 856 116,44	Exigível a Longo Prazo	18 031 400,00
Créditos Diversos	987 610,38	Títulos Cambiais	18 031 400,00
Ativo Realizável a longo Prazo	34 628 554,82	Patrimônio Líquido	28 599 296,33
Operações de Crédito	33 968 470,55	Capital	14 000 000,00
Aplicações alternativas de tributos	660 084,27	Aumento do Capital	10 000 000,00
Ativo Permanente	58 907,73	Reservas de Capital	4 442 305,15
Investimentos	52 859,98	Reservas de Lucros	156 991,18
Imobilizado	6 247,75	Contas de Resultado	3 468 728,84
Contas de Compensação	426 460 676,27	Contas de Compensação	426 460 676,27
Total Geral	640 386 294,56	Total Geral	640 386 294,56

São Paulo, 29 de setembro de 1978

Abrasca condena intenção da Cemig

Do serviço local e das sucursais

A Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), em nota oficial divulgada, ontem, em São Paulo, diz não concordar com a interferência da Cemig na oferta que a Cia. Força e Luz Cataguases Leopoldina fez pelas ações da Cia. Mineira de Eletricidade. Na nota, assinada por seu presidente, Victorio Fernando Bhering Cabral, a Abrasca afirma ser "urgente e imprescindível que a CVM reponha nos caminhos corretos, apontados pela Lei das Sociedades Anônimas e pela lei que a criou, o processo em causa, sob pena de que todos os que acreditam no mercado de ações verem frustradas (...) todas as suas expectativas".

Em Belo Horizonte, os acionistas da Cemig aprovaram, ontem, em Assembléia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da empresa, de Cr$ 10 bilhões para Cr$ 11,5 bilhões, mediante subscrição particular de 1,5 milhão de ações, no valor nominal de Cr$ 1,00. Segundo a Cemig, o aumento de capital decorre de créditos de terceiros destinados à subscrição de ações, basicamente os recebidos do governo de Minas, Eletrobrás, prefeituras e cooperativas de eletrificação rural.

No Rio, o ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, recusou-se a falar sobre a oferta da Cemig pelas ações da Mineira. Fontes do Ministério das Minas e Energia, contudo, garantiram que a compra de empresas de energia elétrica depende da permissão da CVM e do governo federal. Acrescentaram que o debate sobre a posição da Cemig tem apenas caráter filosófico, pois significa o confronto entre os que defendem a estatização contra os que lutam pelo fortalecimento da iniciativa privada.

"A íntegra da nota da CVM é a seguinte:

A respeito do episódio envolvendo a oferta pública feita pela Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina para a compra do controle acionário da Cia. Mineira de Eletricidade e seus desdobramentos noticiados pela imprensa nos últimos dias, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), embora já havendo dirigido às autoridades competentes do governo mensagens em que coloca sua profunda preocupação com as implicações desastrosas que provocará no mercado de ações a atitude intempestiva tomada pela Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais), na tentativa irregular de bloquear uma legítima operação de mercado, sente-se no dever de registrar sua perplexidade diante dos seguintes fatos:

1. Nossa associada, Cia. Força e Luz Cataguases Leopoldina, fez, na forma prevista em lei, ouvida previamente a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), uma oferta pública para a compra da totalidade das ações da Cia. Mineira de Eletricidade, ao preço de Cr$ 1,67 por ação.

2. Imediatamente, a Cemig, segundo amplamente noticiado, contacta a direção da Cia. Mineira de Eletricidade e, *através de carta particular, portanto documento não público*, declara sua intenção de comprar as ações da Cia. Mineira de Eletricidade *ao preço mínimo de Cr$ 1,78 por ação, dependendo o preço final de uma verificação do patrimônio atualizado da Cia. Mineira de Eletricidade*.

3. Face a existência desta carta, a Cia Mineira de Eletricidade convoca inusitadamente uma Assembléia Geral extraordinária, com o fim específico de "apreciar propostas de compra existentes" para seu controle acionário, conforme edital publicado no Jornal do Brasil de 14 de outubro último.

4. Mencionada assembléia é, a nosso ver, inteiramente irregular, uma vez que solapa o processo de mercado ético, legal e legítimo, que foi obedecido pela Cataguases-Leopoldina, companhia privada de capital aberto, merecedora de amplo crédito, pelo seu desempenho técnico e econômico, e reconhecida como padrão de comportamento na relação com seus investidores.

5. Torna-se pois urgente e imprescindível que a C. V. M. (Comissão de Valores Mobiliários) reponha nos caminhos corretos apontados pela Lei das Sociedades Anônimas e pela lei que a criou o processo em causa, sob pena de que todos os que acreditam no mercado de ações, como instrumento vital ao desenvolvimento de uma economia de mercado, verem frustradas no início do que nos parecia finalmente uma via correta de consolidação desse mercado, todas as suas expectativas.

6. Esses os aspectos legais e éticos da questão. Há ainda o ângulo filosófico, que não podemos ignorar. A Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina é uma companhia de capital privado e aberto, característica idêntica da Cia. Mineira de Eletricidade. Portanto, a interferência da Cemig, empresa do Estado, representa um incompreensível gesto de estatização, completamente desnecessário e perigosamente inibidor para toda a iniciativa privada nacional que tem tido confiança nas explícitas e corretas intenções do governo do excelentíssimo senhor presidente Ernesto Geisel."

ANEXO V

Geisel: a distribuição de renda não é tão má

Apoiado no fato de que o consumo de aparelhos elétricos cresceu em taxas muito mais elevadas que as da população brasileira, e a renda per capita, o presidente Geisel disse ontem, em seu discurso de abertura do 2º Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica, em São Paulo, que "o desenvolvimento industrial não criou essa concentração de renda de que tanto se fala" e que, de fato, "existem problemas de rendimento familiar, grande parte das famílias é pobre, parte é muito pobre, mas a distribuição de renda, no País, não é tão precária como se alardeia por aí".

O presidente falou de improviso para uma platéia de aproximadamente 600 convidados, no auditório da Secretaria da Agricultura do Estado, recordando inicialmente que, de 1966 a 77, a população brasileira cresceu 35,8%, enquanto a renda per capita do País elevou-se 96,4% no mesmo período.

E então, para comprovar a sua argumentação, disse que, no mesmo período mencionado, a venda de aparelhos elétricos foi bem maior, tendo crescido 323%, o mesmo acontecendo com a venda de eletrodomésticos, que cresceu 338%. Lembrou, também, que em 1966 foram vendidos 2,9 milhões de aparelhos elétricos, contra 12,6 milhões em 1977, o que "significa que a população brasileira dispôs de recursos" para fazer tal aquisição.

Atento às anotações que levou consigo e que o auxiliaram durante seu discurso, Geisel fez menção também a alguns indicadores do IBGE, segundo os quais 62% das habitações brasileiras possuíam aparelhos de rádio em 1972, contra 76% em 1976 e 81% este ano; 31% possuíam geladeiras em 72, contra 42% em 76 e 49% em 78; 32% possuíam aparelhos de tv em 72, contra 47% em 76 e 55% em 78.

Geisel lembrou, ainda, que o Brasil importava 5,3 vezes mais aparelhos eletroeletrônicos do que exportava em 1972, índice que caiu para 4,1 em 1976, para 2,96 no ano passado e, finalmente, para 2,79 este ano.

No início de seu discurso, o presidente disse que, já em 1975, quando presidiu a abertura do 1º Congresso, procurou definir os princípios da política governamental a ser adotada para o setor: fortalecimento da empresa de capital nacional, apoio irrestrito à iniciativa privada na área, ênfase à indústria de computadores e a criação de uma reserva de mercado, com a determinação para que as empresas estatais deixassem de exportar produtos com similares nacionais.

Segundo o presidente Geisel, um dos setores mais dinâmicos é o de eletroeletrônicos, cuja participação relativa na transformação industrial da indústria manufatureira considerada como um todo elevou-se de 4%, em 1959, para um pouco mais de 5% em 1970, atingindo quase 6% em 77. "Seu crescimento, em 1970 e 77, foi da ordem de 13 a 14%, cerca de 30 a 40% maior que o de toda a indústria de transformação", disse.

De acordo com o presidente, esse crescimento decorreu, também, do desenvolvimento que o governo deu ao setor energético, cujo consumo, na área industrial, cresceu mais de três vezes nestes últimos dez anos, passando de 4,5 milhões para 13 milhões o número de consumidores em todo o País.

Geisel enfatizou também o grau de nacionalização dos equipamentos na área energética, incluindo o projeto de Itaipu (80%, segundo disse) e na área de telecomunicações, em que o índice passa dos 85%. Revelou, ainda, que, a participação do setor de telecomunicações, na indústria brasileira, aumentou de 2% para 14% de 1974 para cá. E concluiu seu discurso dizendo que via "um futuro promissor para a indústria de eletroeletrônicos".

ABINEE PEDE CAUTELA

Em seu discurso, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Manoel da Costa Santos, disse que é preciso "combater o terrível mal inflacionário com cautela necessária para não provocar uma recessão, que também seria indesejável". O empresário salientou que, "malgrado as repercussões dos cortes nos projetos governamentais, ditados pela necessidade de conter a expansão inflacionária, a força de emprego na indústria eletroeletrônica se expandiu de 1975 a 1978 e hoje cerca de 210 mil brasileiros nelas trabalham".

Segundo Manoel da Costa Santos, "a produção eletroeletrônica cresceu, globalmente, de 40% de 75 para cá, atingindo um valor agregado aproximado de 100 bilhões de cruzeiros, o equivalente a 3% do PIB. O empresário disse, ainda, que as exportações do setor, no mesmo período, passaram de US$ 287 milhões FOB para US$ 500 milhões FOB, "ou seja, 74% a mais, enquanto as importações, embora em 1978 apresentem o mesmo valor de 1975 (cerca de US$ 1,4 bilhão), constituíram-se muito menos de componentes, partes e máquinas importados pela indústria eletroeletrônica do que de equipamentos importados por outros setores de importações feitas pelo projeto Befiex e de importações processadas através da Zona Franca".

"Renda per capita cresceu 96,4%"

"O discurso do presidente Geisel foi o seguinte:

Há 3 anos, precisamente a 27 de novembro de 1975, tive a oportunidade de, aqui em São Paulo, presidir o I Congresso da Indústria Brasileira Elétrica e Eletrônica. Hoje nos realizamos a abertura do segundo Congresso e na oportunidade eu me permito usar da palavra para expressar alguns conceitos. Em 1975, na abertura do Congresso, eu me referia ao desenvolvimento que essa indústria tinha tido. E na oportunidade definia também de maneira clara os principais princípios da política governamental desse setor. Mostrava que a orientação do governo é que essa indústria devia ser, essencialmente, uma indústria privada, entregue à iniciativa privada de capitais nacionais e de capitais estrangeiros. Mas que devíamos fazer um esforço no sentido de assegurar a permanência das empresas genuinamente brasileiras e, tanto quanto possível, fortalecê-las, impedindo a sua transferência para os capitais estrangeiros. Analisava também a necessidade de fortalecer o setor, fazer com que essas indústrias adquirissem maior estabilidade, seja crescendo em produtividade, seja atingindo estágios de maior produção de escala, seja ainda se desenvolvendo tecnologicamente. Na oportunidade assinalei, também, a necessidade que nós tínhamos de reduzir importações, e cada vez mais produzir aqui no País os elementos necessários para a produção de equipamentos e de bens, tanto de capital como bens duráveis de consumo. De um lado, isso significava um desenvolvimento da indústria. Mas de outro, era uma forma de também contribuir poderosamente para nosso balanço de pagamentos, já naquela época, como agora, apresentando problemas decorrentes da conjuntura internacional que o Brasil terá de vencer e, certamente, vencerá em função do potencial que o País tem: potencial humano, potencial empresarial, potencial territorial, matérias-primas e assim por diante.

Mostrei, também, o interesse que o governo tinha nesse fortalecimento do setor, determinando que as empresas estatais não fizessem aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos no Exterior sempre que houvesse similar nacional correspondente. Daí depois disso nós praticamente nos mantivemos dentro desses princípios. E de novo, que me pareça, nós nos preocupamos num determinado setor, numa determinada área desse setor que é uma área de extraordinário desenvolvimento, de grande importância para o futuro e que é relativa aos computadores eletrônicos. E o governo firmou uma política muito séria nesse sentido para assegurar uma produção de computadores no País, iniciando sua política pela produção de minicomputadores. Mas desde o I Congresso de 1975 a indústria eletroeletrônica continuou a produzir e continuou a se desenvolver, apesar da dificuldade interna que o País sofreu decorrente da situação internacional. É evidente que o Brasil, como qualquer País, dado o elevado grau de interdependência que cada vez cresce no cenário mundial, tinha de sofrer o reflexo daquilo que acontecia nos demais países do mundo, mas assim mesmo a nossa economia não estagnou, nós continuamos a nos desenvolver. É bem verdade que a ritmo menor, procuramos assegurar o emprego dentro do País e procuramos assegurar à área industrial um desenvolvimento adequado.

Mas o setor eletroeletrônico é um daqueles que no País se apresenta com maior dinamismo. Basta que se considere o seguinte: que a participação relativa do setor na transformação industrial da indústria manufatureira considerada como um todo, evoluiu crescendo essa participação que era de 4% em 1959, foi um pouco maior que 5% em 1970. E em 1977 atingiu quase 6%. Em 1970 e 1977 o seu crescimento foi da ordem de 13 a 14% ao ano, cerca de 30 a 40% maior que o de toda a indústria de transformação. O crescimento dessa indústria decorre de um lado da sua importância intrínseca, de outro lado, de aplicação que ela permite na vida cotidiana assegurando o bem-estar do povo em decorrência mesmo da melhor renda que o povo tem através da aquisição dos seus produtos, sejam elétrico ou eletrônicos. Mas também o desenvolvimento decorreu em grande parte da alta prioridade que o governo atribuiu ao desenvolvimento à produção e ao consumo de energia elétrica. De todas as formas energéticas, aquela que nós mais desenvolvemos é o da energia elétrica. Tirando partido do grande potencial hidráulico que o País dispõe. Em dez anos, o consumo industrial de energia elétrica cresceu mais do que três vezes. Passou de 13 mil a 49 mil GWHH. E o número de consumidores se elevou nesse período de quatro milhões e quinhentos mil para treze milhões. Assim além do suprimento de equipamentos de grande porte para a geração de energia, e agora também para a geração de energia nuclear, linhas de transmissão, sistemas de distribuição a indústria colheu um outro proveito, que foi a da disponibilidade de energia em maior quantidade, energia segura de uso sobretudo domiciliar. É que facultou aos habitantes do País o uso em larga escala de produtos domésticos de natureza elétrica e eletrônica. Vou citar mais alguns números significativos que provam ou que comprovam esse crescimento.

No setor de energia elétrica a nacionalização e a produção de equipamentos, inclusive de equipamentos pesados, como os que foram recentemente encomendados para Itaipu, já foi superior a 80%. Na área das telecomunicações o índice de nacionalização já um pouco superior a 85%. E aí a indústria brasileira genuinamente brasileira em 1974 era apenas de 2% em matéria de telecomunicações, já agora em 1978 ela é de 14% do setor.

Por outro lado, e aí talvez caiba uma observação contrária ao que se vincula comumente em nosso País a dados que utilizados nesse setor, mostram que a distribuição de rendas no nosso País não é tão precária como se alardeia por aí.

Que o desenvolvimento industrial não criou esta concentração de renda que hoje em dia nos acusam e que decorre de uma interpretação nem sempre muita correta, de dados do recenseamento de 1970. Para comprovar isso eu vou citar o seguinte: entre 1966 e 1977, a população brasileira cresceu 35,8%. A renda per capita cresceu 96,4%. A venda de aparelhos eletrônicos domésticos entretanto cresceu 323,9%. E de aparelhos eletrodomésticos de 338,8%. Em 1966 venderam-se apenas dois milhões e novecentos mil aparelhos eletroeletrônicos; em 1977 a venda foi de 12 milhões e seiscentos mil. Esses aparelhos, evidentemente foram vendidos à população. Significa que a população dispôs de recursos e de renda para a aquisição desses aparelhos e passou desde então a usufruir um melhor bem-estar.

Outro dado colhido pelo IBGE mostra o seguinte: se se considerar a disponibilidade domiciliar de bens de consumo eletro-eletrônicos, bens de consumo duráveis, seja na área rural seja na área urbana, somando essas duas áreas, mostra o seguinte: aparelhos de rádio, em 1972, a percentagem era de 62%, isto é, 62% das habitações dispunham de rádios; em 1976 essa percentagem elevou-se a 76% e já em 1978 ela atingia a 81%. Quanto a geladeiras os números correspondentes seriam de 31%, em 1972, 42% em 1976 e 49% em 1978. Em televisão, os números correspondentes seriam 32%, 47% e 55% das habitações do País, da zona urbana e da zona rural, dispõem hoje em dia de televisão.

Então, os problemas de renda familiar existem, sem dúvida. Grande parte de nossa população é pobre e parte é muito pobre, mas eu não creio que seja tanto como se alardeia por aí.

Há ainda um outro aspecto que se refere à execução da política do governo relativa à importação e exportação. Fez-se um grande esforço no sentido de produção de equipamentos no próprio País para reduzir as importações e o esforço para exportar produtos dessa indústria. Eu vou citar alguns dados que mostram o êxito relativo que já se alcançou nesse setor: se nós tomarmos a relação entre Importações e Exportações, verificamos que, em 1975, essa relação era de 5,53. Quer dizer, importávamos, em valor, mais de cinco vezes o que exportávamos; já em 1976, esse número baixou para 4,81; em 1977, foi de 2,96, e em 1978, até setembro esse número baixou outra vez para 2,79. Vale dizer, que a relação 1975-78 de 5,53 reduziu para 2,79, ou seja, a metade. Isso traduz, evidentemente, o êxito da indústria, quer dizer, a indústria está relativamente importando menos e exportando mais, correspondendo, assim, às diretrizes estabelecidas pelo governo. Fato esse que assinalo com muita satisfação.

Por fim, devo dizer, que a indústria ainda tem um extraordinário campo para desenvolver-se. Seja no próprio setor de geração e produção de energia elétrica, seja na produção de aparelhos eletroeletrônicos, de uso doméstico, de que a nossa população cada vez mais pode beneficiar-se, assegurando-lhe um maior bem-estar, seja no desenvolvimento geral da indústria que cada vez mais usa meios eletrônicos e, seja finalmente no campo da exportação, onde temos condições de abrir novos mercados, em diferentes países, sobretudo nos países africanos. Vejo, pois, para a indústria um futuro bastante promissor e estou certo de que os senhores empresários se capacitarão da possibilidade que o País tem de desenvolver cada vez mais essa área. Para isso, creio que não nos faltam nem engenho, nem capacidade. Temos que realmente fazer um esforço muito grande no sentido de um maior desenvolvimento tecnológico para que a nossa dependência do exterior diminua e possamos criar, aos poucos, uma indústria que seja realmente nossa. Espero que este congresso corresponda aos seus objetivos, tenha pleno êxito, encontrando novos caminhos, novas vias, novos processos para o desenvolvimento desta indústria. Muito obrigado."

"Desburocratização é opção política"

O novo governo deve conscientizar-se de que deve livrar-se da asfixia burocrática, que atrela não só a grande, mas principalmente a pequena empresa, afirmou ontem, na Federação do Comércio, o ex-ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, para quem o processo de desburocratização da máquina administrativa governamental deve ser entendido como uma opção política.

O ex-ministro do Planejamento lembrou que de nada adianta o primeiro escalão definir políticas administrativas se o segundo não está preparado para executá-las. É preciso, disse, que os funcionários sejam orientados e estimulados a cumprir as novas normas. Planos medíocres podem ter resultados espetaculares, e planos excelentes podem levar a conseqüências negativas.

Para Hélio Beltrão é preciso que as autoridades governamentais, se quiserem realmente desburocratizar a administração, deleguem atribuições a funcionários de escalões inferiores, forma de se preparar pessoas para decidir. O prefeito Olavo Setúbal presente à conferência e à posse de seu filho Paulo Setúbal Neto da diretoria da Federação, lamentou a extinção, em 1979, do AI-5, que permite aos prefeitos conceder autonomia a funcionários.

Gás: Bolívia mantém os termos da carta

O novo governo boliviano mantém os termos da carta de intenções firmada com o Brasil para a venda de 400 milhões de pés cúbicos de gás natural, por dia. Serão avaliados os termos concretos da negociação e, depois de uma verificação das reservas de gás do país, o novo governo tomará posição a respeito. Entretanto, a venda só poderá ser iniciada a partir da próxima década, afirmou ontem, em La Paz, o chanceler Raul Botelho Gonzalez, acrescentando que o governo do general David Padilla respeitará todos os convênios internacionais.

Em Brasília, o embaixador boliviano, Vargas Vacaflor, disse que ainda não recebeu informações precisas sobre as diretrizes do novo governo. Mas, de acordo com os interesses permanentes do país, "não há porque imaginar que houve alteração nas diretrizes econômicas bolivianas, desde as últimas negociações do acordo do gás, realizadas no Rio há dois meses. Meu país sempre teve boas relações políticas e econômicas com todos os países vizinhos e em especial com o Brasil, que tem condições de cooperar intensamente conosco para proveito mútuo".

Foto Alfredo Rizzutti

Geisel aos empresários: a situação do povo melhorou nos últimos 11 anos

Industriais discutem nova orientação para economia

Nova política agrícola, nova política salarial, revisão das leis trabalhistas, reforma dos esquemas de financiamento da empresa privada, fortalecimento das firmas pequenas e médias — estas são as propostas centrais postas em debate, desde ontem, pelos organizadores do II Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica.

Estas idéias integram o documento básico do encontro, preparado como texto preliminar para discussão. Esse texto, que traz a palavra reservado na capa, "não representa ainda a posição do II Congresso", segundo advertência contida na apresentação.

O documento contém uma introdução e três partes, destinadas ao exame de "problemas estruturais", "problemas tecnológicos" e "problemas mercadológicos". Cada parte é complementada por um elenco de sugestões.

O texto recorda, em seu início, as circunstâncias em que se desenvolveu o primeiro congresso do setor, em novembro de 1975, assinalando que é preciso examinar, "à luz de novas realidades que caracterizam a conjuntura atual, os desajustes que se aprofundaram e as novas questões que surgiram".

Tem crescente importância, segundo o documento, "a função social da empresa, como promotora de elevação do ambiente em que atua, agregando à economia de mercado setores populacionais marginalizados e facultando-lhes condições de ascensão".

"Essa função da empresa, no entanto, constitui apenas um dos fatores de transformação da sociedade" — prossegue o texto. "Jamais um povo subnutrido e educacionalmente despreparado gozou dos benefícios da civilização do seu tempo, e não há como negar que expressiva parcela do povo brasileiro, apesar de todas as boas intenções afirmadas e de todos os esforços despendidos, ainda continua sem condições de usufruir plenamente dos benefícios da civilização industrial e de colaborar no aperfeiçoamento dela. Sem que se eleve a grande maioria da população a um adequado discernimento de seus direitos e deveres, abrindo horizontes a aspirações motivadoras de ascensão, pode verificar-se crescimento (acréscimo de população e riqueza), mas não desenvolvimento, que status de maioridade sócio-econômica".

Só uma política agrícola e agroindustrial "adequadas às necessidades e ao potencial do país", no entanto, pode promover a acelerada absorção da massa rural ao mercado. Da mesma forma, prossegue o texto, é preciso enfrentar os problemas das populações urbanas, que continuam, em grande parte, "vivendo em más condições inclusive de salubridade, que não se coadunam com um mínimo de dignidade humana nem com um nível médio de produção e produtividade que viabilize o acesso à melhores padrões de renda".

Recomenda-se a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, para torná-la "consentânea com o panorama social de nossos dias, conjugando o direito do trabalhador à melhoria do seu nível de vida com a capacidade econômica da empresa e facultando a ambas as partes condições de livre diálogo em busca de soluções que se situem dentro dos limites do interesse nacional".

ESTRUTURA

O trabalho analisa na parte referente a problemas estruturais, a posição da empresa privada nacional, que aparece apenas em 24º lugar, na classificação por patrimônio líquido, nas publicações "Exame-Maiores e Melhores" e "Balanço". Entre as 200 maiores, a empresa privada nacional figura com 16% do patrimônio líquido, cabendo 69% às estatais e 15% às estrangeiras. Em termos genéricos, pois, a firma particular brasileira é pequena ou média. O documento examina as vantagens das estatais e o seu processo de expansão, justificado não só pela ocupação de "espaços vazios estratégicos", mas também pelo impulso de diversificação. As grandes — estatais e estrangeiras — dispõem de acesso privilegiado a recursos, públicos ou das matrizes no Exterior, enquanto a nacional enfrenta problemas para captação de fundos. Além disso, o sistema financeiro, por suas características, incentiva "o investimento com recursos alheios na empresa própria, e o investimento de recursos próprios fora da empresa. Tal sistema pode, inclusive, favorecer a pessoa do empresário, mas não contribui para o fortalecimento da empresa".

Depois de apontar a importância das pequenas e médias empresas para a consolidação de uma economia de mercado e para o desenvolvimento nacional, o documento enumera 12 sugestões de política, algumas das quais divididas em vários itens. A de nº 3 recomenda que os bancos de desenvolvimento "não exijam garantias reais com demasiada margem de segurança", que impedem o acesso de um grande número de empresas a seus financiamentos "e se tornam um forte elemento de concentração da renda". Como alternativa à garantia propõe-se uma "real fiscalização das aplicações". A sugestão de nº 5 defende a criação de uma alíquota progressiva do imposto de renda, "isentando-se a primeira parcela de lucro das empresas, equivalente a 1.000 ORTN, desde que reinvestida, a fim de melhorar as condições de capitalização da pequena empresa nacional".

Depois de sugerir equivalência de incentivos concedidos a investimento com recursos de financiamento subsidiado e investimento com recursos próprios, para eliminar-se "o paradoxo do estímulo ao endividamento", o texto propõe uma linha de financiamento da produção destinada ao mercado interno, pois hoje esses recursos são obtidos apenas "mediante negociação de duplicatas mercantis".

O texto defende também a formação de empresas privadas nacionais de grande porte, sob as seguintes condições: a) as firmas devem ser de capital aberto, b) um Fundo Nacional de Participação deveria porver recursos de investimento até 70% do valor total, c) os recursos do Fundo proviriam de 50% da arrecadação do Imposto sobre Operações financeiras, d) esses recursos seriam administrados por instituições financeiras privadas, autorizadas pelo Banco Central, nos termos de regulamentação geral a ser baixada pelo Conselho Monetário, e) o BC seria o depositário geral do Fundo de Participação, f) o investimento seria feito sob a forma de uma classe especial de ações sem direito a voto. As ações de classe especial pertencentes ao Fundo poderiam a qualquer momento ser amortizadas com recursos da reserva livre da empresa adquiridas pelos acionistas privados ou, com autorização destes, lançadas no mercado acionário sob a forma de ações ordinárias ou preferenciais.

O tópico nº 20 propõe que o combate à inflação de intensidade compatível com a continuidade do desenvolvimento, importe num custo igualmente repartido entre os setores público e privado".

TECNOLOGIA

Na parte destinada a "problemas tecnológicos", diz o documento: "As nações hoje desenvolvidas partiram da avaliação das matérias-primas de que dispunham em abundância ou podiam comprar a baixo preço e desenvolveram equipamentos e processos para as transformar em produtos de valor econômico acrescentado. O Brasil, no entanto, continua aceitando um estilo de desenvolvimento refletido sem se desviar dos caminhos abertos por outrem. Impõe-se a adoção de uma política orientada no sentido de um real estímulo ao desenvolvimento da tecnologia nacional". As condições atuais recomendam, segundo o trabalho, o desenvolvimento de uma tecnologia "mais marcadamente assente na transformação de recursos renováveis", com aproveitamento das dotações naturais do País, para "chegarmos a um suficiente grau de independência da indústria, a qual, a seu tempo, se encarregará, inclusive, de promover novos padrões de consumo, internos e internacionais". O texto propõe formas de atuação combinada universidade-empresa-governo para a produção de conhecimentos e formação de pessoal. "Que os projetos de longo prazo não impeçam a realização de outros, inadiáveis a curto e curtíssimo prazo, como a instalação de laboratórios de testes de protótipos, cuja falta nos coloca na situação vexatória de sermos forçados a testar no estrangeiro a nossa produção de componentes para usinas elétricas, sendo o Brasil o maior mercado para tais produtos" — prossegue o documento. Propõe-se também que "os contratos de transferência de tecnologia sejam condicionados à criação ou existência de um corpo técnico próprio da contratante nacional, para que esta possa absorver e registrar a totalidade de conhecimentos postos à disposição pelo contrato".

MERCADO

O trabalho chama atenção para as dimensões "extremamente modestas" do mercado interno brasileiro. "A constatação desta realidade se situa no âmbito das preocupações da indústria, na medida em que define um perfil de mercado que não possibilita escalas de produção satisfatórias". É necessário, portanto, criar condições de emprego produtivo na cidade e no campo, com investimentos de infra-estrutura que permitam, nas regiões rurais, a utilização de técnicas mais modernas (dependentes, por exemplo, da eletrificação). "Com referência ao poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos, é necessária uma reformulação da política salarial, de modo que os ganhos de produtividade beneficiem mais as camadas de renda mais baixa".

O documento examina brevemente as condições do mercado externo, marcadas pelo protecionismo mais acentuado nos países desenvolvidos, e defende a continuidade dos incentivos à exportação e a manutenção da limitação das importações — apenas levando em conta a possibilidade de se usarem instrumentos mais adequados que os atuais, entre os quais se incluem o depósito compulsório e a lei do similar nacional.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica recebeu 93 proposições de empresários do setor que foram examinadas por um grupo técnico e receberam pareceres, às vezes com emendas na redação.

Orçamento da Siderbrás em 79 será de 50 bilhões

Das sucursais

O orçamento das empresas siderúrgicas estatais para 1979 será da ordem de Cr$ 50 bilhões e não Cr$ 90 bilhões como havia sido proposto pela Siderbrás. A informação foi fornecida ontem, em Brasília, pelo representante da Seplan junto ao Consider, Sidônio Cardoso Neves, explicando que, ao elaborar o seu orçamento, a Siderbrás pretendia repasse da ordem de Cr$ 14 bilhões do orçamento da União, e só será possível um repasse de Cr$ 4 bilhões.

Cardoso Neves acrescentou que o Ministério da Indústria e do Comércio terá de refazer o seu orçamento diante da redução do teto de investimento, já que se orçavam recursos de Cr$ 15 bilhões a Cr$ 18 bilhões para a Açominas, entre Cr$ 15 bilhões e Cr$ 16 bilhões para a CSN, cerca de Cr$ 20 bilhões para a Cosipa e Usiminas (10 para cada), Cr$ 3 bilhões para a Usina de Tubarão, e o restante a ser dividido pelas demais empresas.

Com o corte de Cr$ 10 bilhões, o MIC terá de refazer seus cálculos de modo a se fixar no teto que será decidido pela Presidência da República. Segundo o assessor da Seplan, dos Cr$ 50 bilhões, falta definir, apenas, fonte de financiamento para Cr$ 5 bilhões, o que poderá ser conseguido com a elevação de 5 para 10% do IPI sobre produtos siderúrgicos.

CEF empresta 25% menos

As aplicações da Carteira de Habitação e Hipoteca da Caixa Econômica Federal deverão atingir Cr$ 20 bilhões, ao final do ano, o que representa queda de mais de 25% em relação aos empréstimos concedidos pela instituição em 1977, quando chegaram a Cr$ 26,68 bilhões. Até o final do mês passado, as liberações da Caixa, no setor habitacional, somaram Cr$ 17,6 bilhões. O diretor da Carteira de Habitação e Hipoteca da instituição, Leo Lynce de Araújo, previu, ontem, em Brasília, que mais Cr$ 2,5 bilhões serão concedidos, neste final de ano.

Mesmo em volume bastante inferior ao de 1977, Lynce de Araújo considerou satisfatório o saldo de empréstimos liberados este ano, pois o ministro Mário Henrique Simonsen chegou a restringir a Cr$ 13 bilhões as aplicações da Carteira de Habitação e Hipoteca, quando houve violenta retração do saldo da caderneta de poupança, no primeiro trimestre do ano.

Com a recuperação das cadernetas, Simonsen admitiu a possibilidade de se aplicar Cr$ 21,28 bilhões, no início do mês passado, em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Mas com a nova queda do saldo das cadernetas, de Cr$ 500 milhões, em outubro, a Caixa cortou também os empréstimos.

Previdência preocupa Velloso

O aumento das despesas da Previdência Social deve ser analisado, disse ontem o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, para que se verifique se se trata, ou não, de um problema de natureza atuarial (como, por exemplo, a concentração de beneficiários nas faixas mais altas de idade).

O ministro levantou a hipótese de passar-se a cobrar, em parte, os serviços médicos mais caros (certas cirurgias e tratamentos) prestados a beneficiários com rendimento acima de certo nível. Não chegou a precisar esse nível, mencionando "mais de dez salários mínimos" apenas como ilustração.

O ministro fez estes comentários ontem à tarde, durante coquetel realizado após a instalação do 2º Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica, em São Paulo.

Petrobrás mantém prioridades

A redução em cerca de 7 bilhões de dólares dos investimentos programados para a Petrobrás realizar até o final deste ano não afetará as atividades prioritárias da empresa estatal, disse, ontem, o diretor financeiro da Petrobrás, Carlos Alberto Sholl Isnard, ao comentar os cortes nas empresas estatais anunciados pelo ministro Reis Velloso.

Explicou Sholl Isnard que, como qualquer outra empresa, nem sempre a Petrobrás consegue realizar integralmente os investimentos programados, muitas vezes porque os fornecedores atrasam a entrega de equipamentos necessários à implantação de projetos ou à continuidade da execução de alguns deles.

Lira diz aos banqueiros que evitem o redesconto

Da sucursal de BRASÍLIA

A recomendação aos bancos comerciais para que não recorram à assistência financeira de emergência do Banco Central — redesconto de liquidez — é para evitar outra forma de pressão sobre a base monetária. O presidente do Banco Central, Paulo Lira, explicou ontem que a recomendação serve como medida preventiva contra o uso dos recursos das autoridades monetárias para fazer crescer as aplicações do sistema bancário, neste final de ano de liquidez apertada.

Lira admitiu que a taxa de 33% ao ano para as operações de redesconto na faixa intralimite — excesso de empréstimos de até 6% da média dos saldos dos depósitos à vista verificado de agosto a dezembro do ano anterior — com custo efetivo de 49% ao ano, dava margem a sua aplicação nas operações normais dos bancos comerciais, em virtude dos juros dos empréstimos no mercado financeiro já superarem 60% ao ano.

Por isso, o ministro Mário Simonsen, da Fazenda, incumbiu o presidente do BC de comunicar aos banqueiros que a assistência financeira de emergência sofrerá a máxima restrição, neste final de ano.

Lira advertiu os banqueiros de que devem ter "cuidado especial" na liberação de empréstimos. Haverá um rígido controle sobre o uso do redesconto na faixa intralimite e na extralimite — excesso de aplicações acima dos 6% da média dos saldos dos depósitos à vista apurado no período de agosto a dezembro de 77, com custo de 36% ao ano — a assistência financeira de emergência do Banco Central ficará limitada aos "casos excepcionalíssimos".

Mesmo com o custo efetivo de 56% ao ano no redesconto extralimite, muitos bancos ainda ficariam tentados a ampliar suas operações. Por isso, Lira avisou que se alguma instituição atingir a faixa extralimite, deverá fornecer explicações detalhadas sobre a razão do excesso. Segundo ele, o rigor na concessão do redesconto de liquidez é apenas conseqüência do "pacote antiinflacionário".

O presidente do Banco Central disse que os bancos estão acatando a orientação das autoridades monetárias. Como argumento, informou que o saldo de redesconto bancário caiu, na última segunda-feira, para o nível satisfatório de Cr$ 3,54 bilhões. Porém, esse saldo pode ser considerado alto, pois no final de novembro de 77 era de Cr$ 1,80 bilhão e atingiu Cr$ 5,34 bilhões em dezembro. Por isso, a recomendação de Lira aos banqueiros busca precisamente evitar essa escalada em dezembro.

Lira chegou a alertar que espera os resultados da recomendação verbal para depois concluir sobre a necessidade de uma medida mais forte ou não, como a simples elevação da taxa do redesconto. "As medidas devem ser tomadas conforme surjam os problemas".

O presidente do BC pediu aos jornalistas para não mais falarem em termos de "pacote" ou "pacotinho", o que causa inquietação e manobras especulativas no mercado, a exemplo do que ocorreu nos dias que antecederam a última reunião do CMN.

O Banco Central vem acompanhando a ascensão das taxas de juros no mercado, mas Lira deixa claro que a preocupação atual das autoridades monetárias é conter a expansão da oferta de dinheiro e não o seu custo.

Acabou confessando que é bastante difícil reverter a atual tendência de alta do custo do dinheiro e que, no máximo, pode-se esperar uma acomodação das taxas de juros nos níveis atuais — acima de 60% ao ano. Reconheceu que o arsenal da política monetária não inclui arma alguma contra as altas taxas de juros. "A única arma de efeito mais rápido seria o controle direto", afirmou Lira e acrescentou que o tabelamento continua fora das cogitações pela experiência do passado.

Apesar de ressalvar que as autoridades monetárias não estão cortando, e sim contendo a expansão da oferta de dinheiro, Lira não afastou a hipótese de que algumas empresas, sobretudo as pequenas e médias, vão enfrentar dificuldades até para o pagamento do décimo terceiro salário de seus empregados. Mas para essas empresas disse que haverá tratamento preferencial do Banco do Brasil.

ANEXO W

Notas e Informações

Os aspectos qualitativos do II PND

Na última reunião do ano realizada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, o ministro-chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República tornou a enaltecer o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Como se sabe, o ministro João Paulo dos Reis Velloso costuma dizer que traçou o II PND em período bastante difícil e que se limitou a estabelecer indicadores econômicos, não metas. Embora se tenha reportado a dados estatísticos para mostrar que os resultados do Plano não discrepam muito do que havia sido "indicado", o ministro salientou, na reunião do Conselho, que o aspecto quantitativo dos resultados é secundário, e que mais importante é verificar se os objetivos fundamentais foram atingidos e se a política seguida pelo Brasil em relação à crise do petróleo foi bem-sucedida.

São esses os aspectos que devem ser levados em conta na interpretação do extenso relatório que o sr. João Paulo dos Reis Velloso apresentou anteontem aos ministros da área econômica e social. Não discutiremos os dados numéricos. Só por má fé se negaria que, no qüinqüênio 1973/78, o Brasil obteve resultados bastante positivos no tocante ao aumento da produção e ao bem-estar social. Mas, deixando de lado o aspecto quantitativo, pode-se todavia pensar em termos de qualidade e perguntar, por exemplo, se não poderíamos ter feito algo melhor do que fizemos.

Um processo econômico não se pode avaliar em cinco anos. Importa, porém, notar os problemas que o desenvolvimento criou a longo prazo e se os principais foram resolvidos. Ora, causa certa preocupação o fato de, ante o aumento de 14,5% no preço do petróleo, alguns líderes políticos do governo dizerem que a única saída que temos é resignar-nos a uma minirrecessão.

A nosso ver, o grande mal do II PND é ter gerado uma falsa expectativa quanto ao futuro da economia brasileira, fazendo crer que poderíamos, sem maiores sacrifícios, enfrentar a situação criada pela crise do petróleo, não tanto por causa do aumento do preço deste produto, mas, sobretudo, da profunda alteração que acarretou na estrutura da economia mundial. O II PND não previu que a transferência de recursos dos países importadores de petróleo (e de produtos que são afetados pela majoração do preço dos combustíveis) tornava obrigatória a redução da sua renda disponível. O II PND fez crer que, para enfrentar essa situação, teríamos de gastar mais, obtendo recursos no Exterior ou... na elevação da taxa de inflação.

Se o II PND se tivesse apoiado na austeridade e no realismo, certamente não estaríamos hoje num *impasse*. Aos objetivos quantitativos, teríamos anteposto os qualitativos. O senso de austeridade, que não implicava recessão (julgamos, como o sr. Reis Velloso, que o Brasil não poderia sujeitar-se a recessão), não deixaria lugar para a "Ferrovia do Aço", ao menos nos moldes em que foi feita, nem para o Programa Nuclear, este pesadelo de que não sabemos como livrar-nos. Pensaríamos duas vezes antes de construir a Açominas e a Usina de Tubarão, cogitando de soluções menos dispendiosas. Sem reduzir o volume dos investimentos, escolheríamos os menos custosos, que assegurassem maior retorno e empenhassem o máximo de mão-de-obra.

Naturalmente, a agricultura — e, mais ainda, a infra-estrutura a serviço da produção agropecuária — teria desempenhado papel relevante. Ora, os esforços nesse setor (salvo alguns, como o Programa dos Cerrados) foram pequenos, e o programa dos "corredores de exportação" sofreu grande atraso.

O ministro Reis Velloso considera que "o essencial" foi feito. Aludiu, notadamente, à consolidação do modelo neocapitalista e à estratégia de ajustamento à crise do petróleo. Seu otimismo parece um tanto carente de fundamento. O modelo neocapitalista do Brasil, nestes últimos anos, trouxe, sobretudo, a consolidação das empresas estatais, fruto de um determinismo que nem o próprio governo pôde deter. As grandes empresas privadas dependem demasiado do governo, tanto no tocante a recursos financeiros como a seu faturamento. Conhecemos muito bem a fragilidade desse sistema.

Quanto à adaptação à crise do petróleo, seu êxito é muito discutível. Não se define nossa política energética, e nossa situação cambial atesta a precariedade das soluções encontradas. As declarações ministeriais destes últimos dias bastam para convencer-nos de que estamos longe de ter-nos ajustado à crise do petróleo.

Houve, sem dúvida, progresso social nestes últimos anos, embora a distribuição da renda não seja nada satisfatória, como, aliás, o reconhece o ministro Reis Velloso. Nosso crescimento acelerado, apoiado em favores governamentais, só poderia concorrer para a concentração da renda. Outro fator de concentração é a inflação, no grau da nossa.

Parece conveniente pararmos para refletir sobre o modo como poderíamos passar da economia quantitativa para a qualitativa. Isso não exige, porém, que nos sujeitemos à recessão.

A Justiça corrige o corregedor

Sem ter sido jamais, ao que nos consta, um profissional de imprensa, tomou-se todavia o coronel Rubem Carlos Ludwig, nesses últimos tempos, por mestre-escola de jornalistas e ainda corregedor da linha editorial da imprensa independente nacional: estava freqüentemente a contrapor a verdade absoluta e soberana do Palácio do Planalto ao que pronunciava serem versões capciosas de jornalistas contagiados de "pessimismo sociológico" (uma inovação conceitual que produziu em Araxá, MG, para caracterizar nossa desconfiança malsã dos honrados e intocáveis cidadãos que povoam a administração pública federal), ou interpretações tendenciosas que a nada mais visavam que a levar a opinião pública à desinformação (as análises da imprensa sobre os resultados das eleições de 15 de novembro último).

Hoje, porém, quem está a arbitrar entre nós da imprensa e o Palácio do Planalto não é mais o coronel Ludwig, arauto e delegado deste. É a Justiça Eleitoral, com os números **realmente oficiais** das eleições de novembro, fornecidos pelos Tribunais Regionais — números que não deverão sofrer alterações de monta com o simples recurso de recontagem interposto junto ao Tribunal Regional do Amazonas pelo MDB. E esses números divergem bastante dos painéis e estatísticas que o assessor da Presidência da República exibia gozoso há pouco mais de 15 dias, entre estocadas dirigidas contra os principais órgãos de imprensa do País.

Falando de uma pequena tribuna, propôs-se o coronel Ludwig restabelecer a verdade, que sempre teria pairado sobre a sede do Executivo como uma espécie de Espírito Santo. Restabelecê-la, face à "ocorrência de um estranho fenômeno de comunicação que está levando à desinformação da opinião pública". Foi o mesmo que dizer: restabelecer a verdade, contra as mentiras que a imprensa se apressa em divulgar e contra a paixão e facciosismo de analistas e comentaristas políticos. Postava-se assim o assessor presidencial, munido dos privilegiados recursos do Executivo, em arauto da última palavra sobre as eleições. Nem cogitou de esperar mais um pouco pela Justiça Eleitoral: seria polidez inadequada ao mandonismo autoritário.

Agora, colhe o governo os frutos da precipitação: os números do coronel não "batem" com os números da Justiça Eleitoral. Ele deu ao MDB, nas eleições para o Senado, uma diferença de 4 milhões e 200 mil votos, enquanto os Tribunais Regionais dão 4.415.039. Na Câmara dos Deputados, ele deu à Arena uma vitória por cerca de 400 mil votos — que os Tribunais Eleitorais acabam de reduzir em mais de 50%, para apenas 152.817. Mas foi no cálculo dos votos para as Assembléias Legislativas que o açodamento do governo em demonstrar-se vitorioso em toda a linha levou ao erro mais gritante: enquanto o coronel Ludwig dizia que a diferença de deputados eleitos pela Arena representava uma "diferença, em votos de legenda, da ordem de 700 mil votos", a contagem dos Tribunais Regionais Eleitorais resultou em 15.160.303 votos de legenda dados ao MDB, contra 15.053.883 dados à Arena. Ou seja: longe de ganhar por 700 mil votos, a Arena **perdeu** por 106.420 votos.

Seria demais esperar que o governo e seu porta-voz se dessem por achados, diante dessas diferenças. Dirão certamente que elas não influíram sobre a representação; e que desta o governo esteve sempre seguro, assim como sobre ela jamais erraram suas previsões. Seria demais esperar que os números oficiais — os únicos oficiais — dos TREs chegassem a abalar um governo que só se dispôs a jogar o jogo eleitoral depois de lhe ter fixado as regras. Seria demais esperar consideração do governo para o fato de um partido — o MDB — ter passado de 4,77 milhões de votos em 1970 para os 14,78 milhões de agora, nas eleições para a Câmara dos Deputados, enquanto a Arena, no mesmo período, subia apenas de 10,86 milhões para 14,93 milhões.

Afinal, a verdade do governo é uma só, a que fabrica de si para si. O que faz de sua comunicação — e toda facúndia do coronel Ludwig — um monólogo narcisista. E é aí que está a principal diferença entre o governo e a imprensa. Ainda bem.

Um refrigerante derruba a "cortina de bambu"

A Coca-Cola — considerada o símbolo da sociedade de consumo norte-americana e um dos produtos que marcam o estilo de vida, o *way of life* dos Estados Unidos —, como o primeiro favorecido pelo reatamento diplomático entre Pequim e Washington, acaba de conquistar o mercado chinês. Esse fato, um lance comercial espetaculoso, vem comprovar que as competições no mundo capitalista — que, às vezes, assumem a feição de verdadeiras guerras comerciais — podem encontrar uma solução pacífica e eqüitativa graças ao jogo triangular que se oficializou e se intensificou após o restabelecimento das relações diplomáticas sino-americanas. A grande guerra entre a Coca-Cola e a Pepsi-Cola transfere-se, assim, para o plano internacional. Após a visita de Richard Nixon a Moscou, há exatamente cinco anos e onze meses, a Pepsi-Cola instalou-se na União Soviética, americanizando o gosto dos povos soviéticos e aumentando as receitas da URSS. Seu maior rival, a Coca-Cola, estabelece-se, agora, na China Popular, americanizando o gosto do povo chinês e aumentando as receitas do Império do Meio.

Cumpriu-se a lei do sistema capitalista — a competição — com o poderoso apoio das maiores potências socialistas, cujas sociedades ficam satisfeitas por poder imitar o estilo norte-americano. Os jovens russos já são felizes com os *rock* e *blue-jeans* norte-americanos, e outras extravagâncias, antes condenadas e desprezadas como produtos de sociedades capitalistas e decadentes. Agora, falta apenas a reprodução, na televisão chinesa, dos filmes norte-americanos. O mais surpreendente, porém, é que estas conquistas de empresas capitalistas e de monopólios no mercado socialista não são mais qualificadas como "imperialismo", muito embora demonstrem que a economia norte-americana é realmente invencível e sua força decorre exatamente do princípio básico do capitalismo, que é a competição. As multinacionais, no fundo, são combatidas, principalmente, por marginais, como os terroristas argentinos que seqüestraram em Buenos Aires o diretor da Pepsi-Cola, representante típico do "imperialismo", ou pelo clero xiita, ortodoxo e reacionário, que se revolta contra a exibição de filmes norte-americanos, propagandistas da imoralidade.

Os russos e os chineses, mesmo antes de se tornarem comunistas, já eram xenófobos. Os chineses, porém, muito mais do que os russos. Mas a abertura chinesa para o mundo ocidental e, particularmente, para os Estados Unidos supera o isolacionismo, praticado durante milênios e defendido pela grande muralha e, em seguida, pela "cortina de bambu". O isolacionismo tornou-se sufocante para o povo chinês no último decênio do domínio de Mao Tsé-tung, já esclerosado e mal aconselhado pelos idólatras do revolucionarismo — o "bando dos quatro". Os novos líderes, Hua Kuo-feng e Teng Hsiao-ping, compreenderam perfeitamente que um país de quase um bilhão de habitantes não pode fechar-se em si mesmo se não quiser ficar excluído da grande corrente da História. Líderes pragmáticos que são, e estando determinados a recuperar o tempo perdido, comandam o processo de abertura para o mundo mais evoluído e rico, que dispõe de todos os meios — capital e tecnologia — para promover o progresso rápido dos atrasados. Além do mais — e esse é um pormenor importante —, não condiciona a ajuda econômica, ou seja, investimento e venda de tecnologia, a concessões políticas. As potências ocidentais não ocupam territórios chineses, não procuram cercar a China de todos os lados por Estados-satélites e/ou Estados-tampões e nunca ameaçaram a China com a aplicação de doutrinas-Brezhnev. Contrariamente à prática soviética, que quer moldar todos os regimes, sobretudo os socialistas, à imagem e semelhança do seu próprio, considerado como modelo e arquétipo, os Estados capitalistas — os Estados Unidos, o Japão, a Grã-Bretanha, a França e a República Federal da Alemanha — não pretendem impor à China uma democracia de tipo ocidental.

A força principal destas democracias ocidentais não é o poder militar ameaçador, como é o da URSS, mas, sim, a economia, que por sua vez se apóia numa concepção do homem, na sociedade e na atividade produtiva. Os milhares de jovens estudantes e cientistas chineses que completarão seus estudos nos institutos superiores do Exterior e as indústrias ocidentais que se instalarão na China, aplicando dezenas de bilhões de dólares na economia chinesa, com certeza, produzirão transformações de mentalidade e, conseqüentemente, num ritmo muito mais lento, também de instituições. Hua Kuo-feng e Teng Hsiao-ping, para comandar os processos de desenvolvimento, necessitarão de "estabilidade e de unidade", de forma que, nesta fase que se inicia agora, não permitirão o abandono do "centralismo democrático". Mas também sabem que, para mobilizar as energias e os talentos necessários para a política desenvolvimentista e para alimentar a fé entusiasta da população nos objetivos ambiciosos do governo, terão de abandonar dogmas antigos e permitir mais liberdade de expressão e de opiniões. Para o início, é suficiente.

A campanha contra a Coca-Cola como símbolo do imperialismo foi um dos mitos da esquerda. Mas quem está com a razão é Roland Barthes, o semiólogo francês, que ensina que os mitos da esquerda são sempre frágeis e efêmeros, mesmo quando baseados na ideologia, porque são criados para atender de preferência a contingências táticas e imediatistas e não a exigências estratégicas. A exigência estratégica da China é o desejo do povo que quer a sociedade de consumo, a sociedade "afluente", que só o capitalismo produziu até agora. Por isso, aceita, prazerosamente, a americanização de seus costumes.

A providência que falta no vestibular da PUC

O escândalo envolvendo a prova de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do vestibular da PUC, cujas questões parecem ter sido do conhecimento prévio de muitos candidatos, constitui matéria para reflexão. Filha inevitável do sistema classificatório por testes de múltipla escolha, a quebra de sigilo sobre o teor das questões é sempre uma hipótese a considerar, tendo em vista a pressão da massa dos candidatos ao ingresso no chamado ensino superior, por um lado, e, por outro, o caráter muitas vezes elíptico e até capcioso dos questionários.

Como é sabido, a "era Passarinho" inaugurou entre nós a crise qualitativa do ensino, com a política da "universidade para todos", num país onde a escola elementar nem sequer estava assegurada à totalidade da população. Foi uma espécie de festival cultural, com a proliferação de cursos e de pretensas faculdades por decreto e a multiplicação da clientela escolar de vestibulandos, o que, por sua vez, gerou mais uma singularidade: os "cursinhos".

O "cursinho" não tem por meta a formação plena do ser humano: seu objetivo é apenas a classificação dos alunos nas provas vestibulares. Ele surge em conseqüência da falta de articulação entre cada estágio do ensino e a pretexto de suprir as deficiências da escola secundária. Na realidade, não procura jamais estimular o aluno a raciocinar, mesmo porque a Universidade não exige que ele raciocine, mas sim que acerte na cruzinha certa, o que muitas vezes ocorre por mera coincidência. Entre parênteses, no meio paulista foi precisoa reação da USP contra o vestibular unificado, da qual resultou a criação do Fuvest, para que a Universidade readquirisse o direito à seleção de pessoal que iria formar. Oxalá a tentativa não se degrade, com a sua generalização às demais escolas superiores do Estado.

Se lembrarmos que no Brasil houve 954 mil candidaturas ao vestibular em 1976, 1.210 mil no ano seguinte e 1.890 mil este ano — para uma oferta de 396 mil vagas —, teremos diante dos olhos o quadro real da situação. Com semelhante demanda, que vem crescendo geometricamente em relação à oferta de vagas, a tendência à fraude, ao suborno para a obtenção prévia da matéria a cair nas provas, não pode senão aumentar.

No caso específico que estamos abordando, a Comissão do Vestibular PUC-79 agiu corretamente ao anular a prova, mesmo que isso tenha causado grave transtorno a cerca de 23 mil estudantes. Mantê-la seria injusto para o crédito dos efetivamente capacitados. Mas isso não basta. Não só a clientela escolar, mas também a opinião pública merecem explicações que venham resguardar o bom nome da instituição. Se houve dolo — e os indícios são veementes —, não se trata de mero egoísmo e de carência de senso ético-educacional, como se lê na nota oficial da PUC. Estamos aí perante um delito penal tipificado nos códigos e o correto seria pedir a abertura de inquérito policial, a fim de apurar quem o praticou. Classificá-lo como "acinte" não corresponde à denúncia de um "jogo escuso de interesses e de manobras". Por isso mesmo, a averiguação não deve ser conduzida no âmbito interno da escola, mas sim no foro judicial competente.

Portella concluirá reforma como ministro da Justiça

Das sucursais

RIO — *Está decidido: o senador Petrônio Portella será o ministro da Justiça do governo do general João Baptista Figueiredo, responsável pela tarefa específica de continuar, concluir e executar a reforma política, sob a inspiração da continuidade que deve marcar a transmissão do poder pela primeira vez, em todo o período revolucionário, de uma efetiva e efusiva cordialidade.*

O executor está escolhido, as metas definidas e a tática assentada. E a evidente prioridade com que o futuro presidente vem cuidando do problema político sugere não apenas uma opção, mas a descoberta de uma saída para a perspectiva de crise econômica agravada com o novo aumento do petróleo.

Se o próximo governo vai começar arrancando pela única via transitável, isto não quer dizer que o açodamento será a marca de uma escalada que, muito pelo contrário, se antecipa gradual, cautelosa e lenta.

Convém repisar a diferença: a assessoria do general Figueiredo está absolutamente convencida de que ele não pode e nem deve desacelerar uma expectativa de esperanças, embora atenuadas por generalizadas apreensões e crescentes dúvidas. A onda de abertura que o atual governo encrespou com a relativa liberalização da imprensa não pode ser barrada, sob o risco de arrebentar na praia de uma incontrolável agitação nacional.

Por isto está também decidido: o general Figueiredo não fará um projeto único e global de reforma política. Está descartada a hipótese do encaminhamento ao Congresso de um projeto de reforma do regime. A afirmação enfática, solene e oficial dos compromissos do candidato no seu discurso de posse deve seguir-se um compasso para a montagem do primeiro tema da reforma, através de articulações amplas, que revisitem todos os segmentos sociais que opinaram na primeira fase da missão que o senador Petrônio Portella desempenhou no governo Geisel.

É claro que o governo pretende ganhar tempo para desarmar tensões, esperar pelo comportamento do novo Congresso e ali armar o seu dispositivo de apoio majoritário. Pois o governo confia na fidelidade tradicional da Arena e na maioria construída em cima dos andaimes do "pacote" de abril. Mas sempre desconfiando de que pode colher surpresas num plenário tumultuado por uma renovação que acrescentou às preocupações notórias, uma ativa presença esquerdista.

Está finalmente decidido: o anúncio dos primeiros ministros, após 15 de janeiro, revelará a equipe política, basicamente constituída pelo ministro da Justiça, Petrônio Portella, pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, e pelos ministros do Trabalho e da Educação e Cultura. Talvez também pelo ministro da Previdência Social, um apoiador da equipe mas com funções de menor importância.

O esquema de articulação dos ministérios dessas áreas mais problemáticas talvez, e muito remotamente, provoque alguns deslocamentos dos titulares já escalados. Mas só em último caso. O general Figueiredo tem uma lista de opções para cada Ministério, mas poucas decisões pousadas na determinação de qualificá-las como definitivas.

Mas o senador Petrônio Portella, que ascendeu rapidamente de cotação depois de algumas manobras de bastidores que ajudaram a quebrar o gelo e a aquecer a aproximação, é uma designação que se respalda em inúmeras vantagens. Parece uma escolha natural, ligando as pontas dos dois governos e imprimindo às reformas políticas o sentido de um programa que se desdobra em etapas escalonadas.

E é a certeza, a segurança da indicação que fornece a chave para entender o ritmo que o senador imprimiu às suas atuais andanças de missionário. Não há pressa em erguer projetos que serão alinhavados no Ministério e não na travessia de um governo que está acabando para outro que é ainda um esboço. Um articulador provisório teria urgência em concluir a tarefa e apresentar serviços. Mas um futuro ministro da Justiça semeia vagares para ganhar tempo até sentar na cadeira, aspirar fôlego e ajustar sua marcha à cadência de um governo que ainda está ofuscado pela luminosidade da aurora.

V.B.C.

Djalma Marinho e "renovadores" querem um Congressso mais forte

BRASÍLIA — *Mesmo descartando a possibilidade de ser indicado para exercer a presidência da Câmara no período 1979/80, o deputado eleito Djalma Marinho deverá ter novamente um papel importante no Parlamento, não só pelo seu conhecido espírito liberal e democrata, mas pelo respeito é admiração que ele desfruta entre políticos dos dois partidos.*

Nestes dias de recesso, o antigo presidente da Comissão de Justiça da Câmara em 1968 tem conversado com muitos deputados e senadores e com todos eles sua pregação é uma só: esforço coletivo em prol do Poder Legislativo. Ao solicitar a amigos que terminassem o movimento recém-surgido, objetivando o lançamento de sua candidatura à sucessão de Marco Maciel, Djalma Marinho diz que não pensa em cargos, mas "na restauração do poder do Parlamento".

Ao lado de antigos arenistas "renovadores", o representante potiguar procura mostrar aos deputados e senadores eleitos e reeleitos, na medida do possível, que será fundamental o esforço comum pelo soerguimento da instituição legislativa. "Temos de devolver o poder a esta Casa" — tem sido sua doutrinação.

Para ele, o quadro sucessório da Casa está colocado em termos saudáveis, na certeza de que os dois postulantes — Flávio Marcílio e Herbert Levy — são da bancada, lançados sem imposições ou pressões de fora para dentro. Qualquer interferência, a esta altura, seria prejudicial ao desenvolvimento do problema, na sua opinião.

Isto posto, Djalma Marinho tem conversado com políticos da Arena e do MDB da necessidade de o Congresso recuperar seu status de poder. Chega a dizer que as medidas políticas recém-aprovadas, promovidas pelo presidente Geisel e que entrarão em vigor dia 1º de janeiro, representarão um passo fundamental na caminhada rumo à normalidade democrática. Ele não esperava tanto em tão pouco tempo, sem maiores incidentes institucionais. Tanto é assim que costumava citar um antigo pensamento, segundo o qual ditadura é como uma casa sem portas e sem janelas, só se saindo dela pela força.

Para ele, a revogação do AI-5 — que viu nascer com "muito desalento" — merece os aplausos da classe política interessada no restabelecimento do Estado de Direito.

Daí suas idéias, defendendo a tese de que o poder constituinte é inerente ao Congresso, não vendo razões para a oposição continuar sua campanha pela convocação da Assembléia Constituinte, com as urnas recém-abertas e mandatos renovados. No lugar do MDB insistir nesta pregação, o deputado arenista acha que melhor seria, para os políticos, para o Congresso e para o País, que todos se unissem sob uma única bandeira: devolver o poder ao Legislativo.

Não é outra a intenção dos idealizadores do chamado "bloco reformista", à frente os senadores Teotônio Vilela (Arena) e Roberto Saturnino (MDB). A criação de uma frente interpartidária, conquistando a maioria absoluta da Câmara e do Senado, possibilitaria a reforma da Constituição dentro das regras do jogo fixadas pelo próprio Sistema, no "pacote" de abril.

Essa batalha teria mais viabilidade do que a sugestão anunciada pelo futuro líder emedebista Freitas Nobre, de realizar sessões normais da Câmara e do Senado pela manhã e à tarde, com trabalhos extras noturnos de Assembléia Constituinte. Se na Constituinte o quorum é sempre o da maioria absoluta, o voto de cada um não pode ser partidário, mas pessoal.

Seria muito difícil um parlamentar votar à tarde como arenista e à noite como constituinte, sujeitando-se durante o dia à disciplina partidária e, à noite, deixar a fidelidade no fundo da gaveta.

F.M.

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

Américo de Campos (1875-1884)
Francisco Rangel Pestana (1875-1890)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plinio Barreto (1927-1958)

Publicação da
S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Caetano Alvares, 55
Tel. 266-7099 (PABX)
CEP 02550 Caixa Postal 8005
São Paulo SP

End. Telegráfico **ESTADO**
Telex 011 23511 011-24013

Diretor Responsável
JULIO DE MESQUITA NETO

Diretor Redator - Chefe
Oliveiros S. Ferreira

Diretores
José Vieira de Carvalho Mesquita
Julio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
Joaquim Douglas
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

ANEXO X

Na mensagem, um longo balanço econômico

Um PIB de US$ 192 bilhões com uma renda **per capita** de US$ 1.650; déficit de US$ 5,7 bilhões em conta corrente e US$ 988 milhões na balança comercial, dívida bruta de US$ 43 bilhões e líquida de US$ 31 bilhões, descontando-se US$ 12 bilhões de reservas, inflação de 40,8 por cento e crescimento negativo de 1,8 por cento da agricultura são os principais números contidos na mensagem presidencial ao Congresso, na parte relativa ao balanço do desempenho da economia.

O documento ressalta que no período 1974/78 os investimentos em petróleo atingiram Cr$ 149 bilhões e que podem alcançar Cr$ 170 bilhões até o fim do corrente ano; em energia, Cr$ 251 bilhões, devendo chegar a Cr$ 335 bilhões em 1979; insumos básicos, Cr$ 326 bilhões, estimando-se em Cr$ 365 bilhões até o fim do ano, ocorrendo um declínio apenas em transportes e comunicações: Cr$ 86 bilhões (a preços constantes) em 1975; Cr$ 90 bilhões em 1976; Cr$ 72 bilhões em 1977 e Cr$ 71 bilhões em 1978.

Entre os indicadores econômicos destacados pela mensagem figuram: reservas de petróleo, 177 milhões de metros cúbicos e de urânio, 124 mil toneladas métricas; telefones em operação, 5,8 milhões e telex, 24 mil; potência energética instalada, 25,4 mil MW; capacidade do parque de refino, 1.265 mil barris diários. No período 1973/78, a produção de aço cresceu 70 por cento; a de alumínio, 78 por cento; a de petroquímicos, 117 por cento; a de cimento, 72 por cento; a de celulose, 83 por cento; e a de papel, 44 por cento.

Os recursos aplicados pelo BNDE com vistas à capitalização da empresa privada nacional somaram Cr$ 12 bilhões; os financiamentos de longo prazo, Cr$ 41,7 bilhões; os financiamentos a cargo da Finame, Cr$ 28,7 bilhões, elevando-se a Cr$ 77,5 bilhões os incentivos fiscais, constantes do orçamento da União, destinados ao estímulo das iniciativas privadas.

POLÍTICA MONETÁRIA

Revela a mensagem que os meios de pagamento, em seu conceito de papel-moeda em poder do público, mais depósitos à vista na rede bancária, atingiram, o ano passado, o saldo de Cr$ 459.010 bilhões, implicando expansão de 41,1 por cento relativamente a dezembro de 1977.

Embora as medidas de contenção monetária tenham afetado o desempenho de alguns programas — diz o documento —, o saldo global dos recursos líquidos dos fundos e programas administrados pelo Banco Central (excluídos os repasses entre as subcontas) evoluiu de Cr$ 28,8 bilhões em dezembro de 1973, para Cr$ 210 bilhões em dezembro de 1978, enquanto o saldo das aplicações líquidas cresceu de Cr$ 19 bilhões para Cr$ 182,9 bilhões no mesmo período.

Durante cinco anos consecutivos o orçamento da União foi executado sem déficit, a despeito da adoção de medidas voltadas para a diminuição da carga tributária incidente sobre pessoas físicas, e criação, manutenção e ampliação dos incentivos fiscais. No campo institucional, a edição da nova Lei das Sociedades Anônimas é assinalada como uma das grandes realizações do período Geisel.

Em 1978 o total dos impostos elevou-se a Cr$ 284.684 bilhões, e o das taxas a Cr$ 24.921 bilhões, somando a receita tributária Cr$ 309,605 bilhões. A receita do Tesouro atingiu o total de Cr$ 349.218 bilhões superando em 560 por cento a de 1973, enquanto o desembolso de caixa do Tesouro Nacional alcançou Cr$ 344.346 bilhões, registrando-se superávit de Cr$ 4.872 bilhões.

Em relação ao mercado de capitais, observa a mensagem presidencial a ocorrência de uma recuperação do mercado primário, a partir de 1976, estendendo-se durante 1977, quando o IBV superou, em termos nominais, o registrado em 1971, graças aos recursos provenientes do Imposto de Renda, aplicados por meio dos fundos fiscais, e os aumentos de capital por subscrição mediante emissão de ações novas.

Essa recuperação pode também ser demonstrada pelo aumento verificado junto ao mercado, na colocação de ações registradas no Banco Central para oferta pública. Essas colocações, que, em 1972, atingiram seu valor máximo (Cr$ 1.357 bilhão), declinaram nos anos seguintes, chegando a atingir, em 1975, o montante de Cr$ 504 milhões. Em 1976, 1977 e 1978, o montante das colocações elevou-se a Cr$ 802 milhões, Cr$ 1 343 bilhão e Cr$ 3 721 bilhões, respectivamente.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

A mensagem presidencial faz uma demorada análise da estratégia de ajuste do balanço de pagamentos, desenvolvida a partir de 1974, afirmando que "o controle do balanço de pagamentos passou a constituir-se, então, ponto central da política econômica do governo. Para conseguir esse resultado, o governo rejeitou a idéia de uma estratégia baseada numa política econômica recessiva — defendida e adotada por muitos países — mas de todo desaconselhável, sobretudo pelas repercussões negativas que acarretaria na área social".

Em 1978 o déficit da balança comercial foi de US$ 988 milhões, com as exportações atingindo US$ 12.651 bilhões e as importações US$ 13.639 bilhões. No tocante aos investimentos, o montante das aplicações estrangeiras no País, até 30 de junho de 1978, situou-se em torno de US$ 12,2 bilhões, dos quais US$ 8,1 bilhões correspondiam a investimentos e, o restante, a reinvestimentos.

Em relação à dívida externa, destaca a mensagem do presidente Geisel, que a dívida bruta aumentou de US$ 12,6 bilhões em 1973 para US$ 43 bilhões em 1978, embora as reservas, ao final do ano passado, tenham alcançado US$ 11,7 bilhões, reduzindo a dívida líquida a US$ 31,3 bilhões.

Em virtude de tão alto crescimento do endividamento externo, foram tomadas medidas destinadas a garantir sua amortização em prazos mais elásticos, procurando-se também obter aumentos graduais nos prazos de carência e amortização dos empréstimos contraídos pelos órgãos públicos, responsáveis por importante parcela da dívida. Com isso, conseguiu manter-se esquema de pagamentos no qual as amortizações anuais previstas para o próximo qüinqüênio correspondam, no máximo, a 17 por cento do total do endividamento externo.

TRANSPORTES

De acordo com a mensagem do presidente Geisel, um dos principais indicadores da melhoria do desempenho operacional do sistema ferroviário é a média anual de toneladas-quilômetro úteis transportados (TKU), durante o período 1974/78, pela RFFSA, da ordem de 22,4 bilhões, superior em 59 por cento ao total transportado em 1973. Relativamente às obras ferroviárias, no período 1974/78 foram remodelados 5.062 quilômetros da via permanente e construídos 1.142 quilômetros de novas linhas e variantes. Para cumprimento do programa ferroviário, a RFFSA dispôs, no qüinqüênio, de recursos financeiros da ordem de Cr$ 74,2 bilhões, a preços de 1978.

A partir da crise mundial de energia — diz o documento — o governo decidiu reduzir o ritmo de expansão da malha rodoviária federal, dando prioridade à conservação e restauração das rodovias construídas. A abertura de novos trechos condicionou-se ao aumento da capacidade de alguns segmentos pressionados pela demanda, à expansão da fronteira agrícola, à prioridade de integração de novas áreas e a questões de segurança nacional.

Em decorrência dessa mudança de política, a rederodoviária federal elevou-se apenas de cerca de 65 mil quilômetros em 1973, para aproximadamente 73 mil quilômetros em 1978, ou 12 por cento. A rede pavimentada experimentou acréscimo de 20 por cento, passando de 36,3 para 43,7 mil quilômetros.

Em transportes urbanos foram dispendidos Cr$ 7,9 bilhões, na adequação dos sistemas viários urbanos, com a pavimentação de 735 km de vias urbanas; Cr$ 433 milhões no apoio a empresas de transporte coletivo e Cr$ 4,8 bilhões para os metrôs do Rio e São Paulo.

AGRICULTURA

A expansão da produção agropecuária deu-se a uma taxa média de 4,8 por cento durante o período Geisel, o que supera a de 4,3 por cento observada no decorrer das duas últimas décadas. A atividade pecuária alcançou a média de 7,9 por cento e a das lavouras 2,8 por cento. O fraco desempenho das lavouras é justificado pelas crises climáticas no período, especialmente nas regiões de grande produção agrícola.

A produção agropecuária, após crescimento bastante razoável em 1974 (8,5 por cento) reduziu-se em 1975 e 1976, recuperando-se novamente em 1977, quando cresceu 9,6 por cento No entanto, 1978 foi um ano adverso para a agricultura, que decresceu em 1,8 por cento em relação ao ano anterior, resultado que deveu-se, em grande parte, ao comportamento das lavouras, que apresentou crescimento negativo de 7,3 por cento enquanto a pecuária expandiu-se em 9,7 por cento.

Alcançou apenas 18,8 por cento a expansão da área colhida entre 1973 (38,9 milhões de hectares) e 1978 (46,2 milhões de hectares), tendo a produção de cereais atingido, o ano passado, 25,5 milhões de toneladas e a de oleaginosas, inclusive soja, 11,2 milhões de toneladas.

A produtividade geral das lavouras apresentou queda de 3,4 por cento em 1978, em relação a 1973, basicamente devido a fatores climáticos. No entanto, excluído o ano passado, o período 1973/77 revela resultado positivo de 4 por cento.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Abordando os resultados da política industrial desenvolvida pelo governo, com ênfase para a substituição de importações, a mensagem afirma que no período 1973/77, verificou-se crescimento dos índices de nacionalização dos equipamentos de 67 por cento para 96 por cento no setor de máquinas rodoviárias, têxteis e pontes rolantes industriais, de 30 por cento para 80 por cento em turbinas e geradores; e de 65 por cento, para 75 por cento em equipamentos siderúrgicos. No mesmo período, o déficit na área de bens de capital reduziu-se de US$ 2,7 bilhões em 1974, para US$ 1,6 bilhão em 1978, na área de insumos básicos o resultado negativo reduziu-se de US$ 4,7 bilhões em 1974 para US$ 2,0 bilhões em 1978.

A evolução da produção siderúrgica entre 1973 e 1978 foi de cerca de 69 por cento (média superior a 11 por cento por ano), quando o desempenho da siderurgica mundial apresentou um decréscimo de 3 por cento. Brasil passou, então, de 16º para 13º produtor mundial, elevando sua participação de 1 por cento para 1,7 por cento. O consumo efetivo de aço, em lingotes equivalentes, evoluiu de 8,7 para 12,5 milhões de toneladas, com um acréscimo médio anual de 7,5 por cento.

Em relação a não-ferrosos, a produção aumentou, no qüinqüênio, mas o consumo aparente também, revelando, em 1978, uma retomada do crescimento do déficit, que deverá situar-se em torno de US$ 340 milhões, quase US$ 100 milhões a mais do que o ano passado.

O Programa Nacional do Álcool (recursos de Cr$ 22,2 bilhões para os novos projetos) e o programa nacional de fertilizantes receberam investimentos adequados no período, o mesmo ocorrendo com o programa de defensivos agrícolas e de produção de papel e celulose, cimento e barrilha.

MINAS E ENERGIA

Dos Cr$ 325 bilhões investidos no setor elétrico, Cr$ 186,46 bilhões foram consumidos em geração, Cr$ 40,29 bilhões em transmissão, Cr$ 39,53 bilhões em subestações e Cr$ 49,96 bilhões em distribuição e instalações gerais. Para consolidação do Programa Nuclear os investimentos somaram Cr$ 9,23 bilhões, tendo o setor mineral absorvido investimentos no montante de Cr$ 5,41 bilhões.

A mensagem justificou a compra da Light, que custou Cr$ 9,5 bilhões e destacou a continuidade das obras de construção de Itaipu, cujos investimentos somaram, o ano passado, um bilhão de dólares. Destacou também a construção da usina de Tucuruí e o programa de interligação de sistemas elétricos como pontos importantes do setor como um todo.

Ainda em relação ao Programa Nuclear, anunciou que a Nuclebrás está negociando com as firmas British Nuclear Fuel Limited (inglesa) e Uranium Pechiney Ughine Kuhlmann (francesa) o fornecimento de serviços de conversão do urânio nuclearmente puro a UF6 (hexafluoreto de urânio) — gás utilizado no processo de enriquecimento. Tal negociação visa a assegurar o fornecimento destes serviços até a entrada em operação da usina de conversão que será construída no País.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No tocante ao desenvolvimento regional, a mensagem destaca a execução do Polonordeste, Polamazônia e Polocentro, tendo o primeiro recebido Cr$ 9,6 bilhões no período 1975/78; o segundo, Cr$ 8,76 bilhões; e o terceiro, Cr$ 3,3 bilhões.

Em relação ao programa de habitação e saneamento, também a cargo do Ministério do Interior, afirma a mensagem que o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo contribuiu até o final do ano passado para o financiamento de 733 mil unidades. As aplicações realizadas pelo Sistema Financeiro de Habitação, com recursos próprios, atingiram Cr$ 550,4 bilhões até 1978, sendo que desse total cerca de 80 por cento destinaram-se a habitação e complementares.

No exercício de 1978 atingiu a dois mil o número de municípios integrados ao Plano Nacional de Saneamento dos quais 1.424 atendidos no período 1974/78. Os recursos aplicados pelo BNH em saneamento alcançaram até o final do ano passado Cr$ 41,3 bilhões, representando 12,6 por cento do total de aplicações do Banco. Desse montante, 83 por cento foram aplicados no período de 1974 a 1978.

Na Justiça, o trânsito e a polícia

No âmbito do Ministério da Justiça, a mensagem destaca o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei complementar sobre a organização da magistratura nacional, que não obteve aprovação por falta de quorum. No campo da segurança interna, o Departamento de Polícia Federal passou a ter novo regimento, adequado às suas necessidades. A Academia Nacional de Polícia preparou, nos últimos cinco anos, cerca de dois mil policiais federais, dos quais foram admitidos 1.951 Na administração penitenciária, o atual governo acrescentou ao sistema prisional mais de quatro mil lugares Com relação ao Ministério da Justiça, a mensagem presidencial não especifica as realizações de 1978, mas de todo o período do governo Geisel, ou de governos anteriores.

O documento informa, por exemplo, que, de 1972 a 1976, o trânsito provocou 500 mil lesões e 73 mil vítimas fatais. Os prejuízos financeiros, considerando-se exclusivamente os danos materiais e as vítimas com ferimentos, superaram os 35 bilhões de cruzeiros, a preços de 1978. Em vista disso, foram tomadas providências de caráter normativo, técnico-administrativo e financeiro, com vistas a uma atuação integrada, metódica e duradoura por parte do poder público, do que surgiu o Plano Nacional de Segurança de Trânsito. As medidas normativas estão contidas no novo projeto do Código Nacional do Trânsito e da Lei de Crimes do Trânsito.

Arquivo

Os investimentos com petróleo atingiram Cr$ 149 bilhões no período 1975-79

Análise diplomática omite o impasse na Bacia do Prata

A discreta referência à delicada questão do aproveitamento dos recursos hídricos na Bacia do Prata, onde a falta de entendimentos amplia a cada dia o contencioso entre o Brasil e a Argentina, chama a atenção no capítulo da política externa da mensagem presidencial. Para um tema como a compatibilização das usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus, que durante todo o ano ocupou as manchetes dos jornais brasileiros, argentinos e paraguaios, a mensagem omite os problemas surgidos com a Argentina e diz, laconicamente: "Prosseguiram as conversações".

Apesar disso, a Argentina encabeça a lista dos países com os quais foram mais intensas as relações do Brasil no ano passado, não em função do bom relacionamento diplomático entre os dois países, mas devido à posição de principal parceito comercial do Brasil na América Latina, que a Argentina desfruta há muitos anos. A mensagem destaca um intercâmbio de visitas de chefes militares dos dois países e faz uma referência à conclusão das obras do sistema de microondas argentino, que possibilitou a interconexão, por microondas, entre Buenos Aires e Rio de Janeiro.

Com relação ao Paraguai, o documento destaca o encontro entre os presidentes Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, no canteiro de obras de Itaipu, por ocasião do desvio do curso do rio Paraná. A mensagem dá ênfase ao fato de esse ter sido o sexto encontro entre os dois presidentes, refere-se a viagens que fizeram ao Brasil o chanceler Alberto Nogués e os ministros paraguaios de Obras Públicas, da Saúde e Defesa Nacional e da Agricultura, e recorda que o vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos chefiou a delegação brasileira à posse do general Alfredo Stroessner a mais um mandato como presidente do Paraguai. Finalmente, num sutil recado para a Argentina, ressalta que o Brasil manteve, pelo quinto ano consecutivo, a posição de principal fornecedor de bens de capital ao Paraguai.

O Uruguai foi, no Cone Sul, o país que mais espaço ocupou na mensagem, que destaca "o excelente estado das relações entre os dois países". O documento faz uma referência à viagem do presidente Geisel a Montevidéu e lembra que esse foi o quarto encontro entre presidentes do Brasil e do Uruguai, desde 1974. Nessa viagem, quando Geisel foi acompanhado de oito ministros, foi acertado que o Brasil estenderia financiamento ao Uruguai, no valor de 50 milhões de dólares, para aquisição de bens de capital brasileiros. Em julho, o ministro da Economia e Finanças do Uruguai visitou o Brasil e assinou um aditamento ao convênio de crédito, ampliado para 100 milhões de dólares.

Os países amazônicos passaram a ter uma maior aproximação com o Brasil a partir da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em julho. À celebração do convênio, em solenidade presidida pelo general Ernesto Geisel, compareceram os ministros das Relações Exteriores da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

A mensagem destaca a viagem que o presidente Geisel fez ao México, cuja comitiva foi intregada por autoridades do governo e representantes do empresariado Nacional. Como desdobramento dos entendimentos havidos em nível presidencial, o documento menciona as visitas do secretário do Patrimônio em Desenvolvimento Industrial do México ao Brasil, e a visita do ministro da Indústria e do Comércio do Brasil ao México. As relações entre o Brasil e os países da América Central continuaram a desenvolver-se no clima de amizade e cooperação que sempre as caracterizou, concentrando-se esse relacionamento no campo da prestação de assistência técnica, e da cooperação cultural e científica.

A mensagem reconhece que as relações com os Estados Unidos foram marcadas, "de modo especial", em 1978, com a visita do presidente Jimmy Carter ao Brasil. Diz o documento que as conversações entre Carter e Geisel transcorreram em clima de franqueza, cordialidade e respeito mútuo e afirma que essa visita propiciou aos dois presidentes a oportunidade de reafirmarem a importância da cooperação e de consultas frequentes, "para ampliar a faixa de concordância de posições, para acelerar as questões em que convergem os dois países, para reduzir às menores proporções, e de comum acordo, os inevitáveis pontos de divergências em questões bilaterais ou internacionais". A outra referência tem relação com a retomada do memorando de entendimentos, no âmbito do qual o chanceler Azeredo da Silveira manteve dois encontros com seu colega Cyrus Vance e reuniu-se o Subgrupo de Comércio Brasil-EUA.

No que se refere ao Canadá, a mensagem diz que os múltiplos aspectos da cooperação e intercâmbio Brasileiro-Canadense foram examinados em abril. O documento explica que, na oportunidade, foi examinada a evolução das relações Brasil-Canadá, com vistas a identificar as possibilidades de expansão das relações econômicas e comerciais, da cooperação industrial e da consecução de objetivos comuns em assuntos técnicos, científicos e tecnológicos, mas não faz nenhuma referência sobre a compra da Light, de capital canadense, pelo Brasil.

O relacionamento do Brasil com a Europa Ocidental, em 1978, foi muito proveitoso. Segundo a mensagem, a visita de Geisel à Alemanha representou importante manifestação do alto nível de cooperação e entendimento existentes entre os dois países.

A mensagem destaca igualmente a visita que o presidente francês Valery Giscard d'Estaing fez ao Brasil, quando assinou com Gesel uma declaração conjunta que enuncia os princípios da cooperação franco-brasileira e menciona as questões internacionais de interesse dos dois países. Também merece destaque o relacionamento do Brasil com a Itália, que participa do projeto siderúrgico de Tubarão. O documento recorda, igualmente, a visita do presidente Ramalho Eanes ao Brasil, quando foi ampliado para 70 milhões de dólares o crédito para Portugal importar produtos brasileiros. O relacionamento entre Brasília e o Vaticano merece referência apenas nas ocasiões da morte dos papas Paulo VI e João Paulo I e da posse de João Paulo II. Não há referência ao estágio das relações entre a Igreja e o Estado brasileiro.

Com relação à Europa Oriental, diz a mensagem que, de acordo com a diretriz governamental empreendida desde o início do governo Geisel, o Brasil procurou, em 1978, ampliar e diversificar o intercâmbio econômico e comercial com os países do Leste Europeu. Na Ásia, os destaques do relacionamento do Brasil em 1978 ficaram para o Japão e a Cina. Os príncipes herdeiros Akihito e Michiko participaram das comemorações do 70º aniversário da imigração japonesa e o projeto Tubarão teve seu financiamento acordado entre a siderúrgica e um sindicato de bancos japoneses, enquanto foram assinados os contratos de constituição da Albrás e da Alunorte. Quanto à China, o governo brasileiro firmou com Pequim um acordo comercial com a finalidade de institucionalizar o fluxo de comércio crescente entre os dois países.

A mensagem presidencial destaca, também, que, no ano passado, intensificaram-se as linhas de ação diplomáticas do Brasil dirigidas à África. Consolidaram-se as iniciativas tomadas nos últimos anos, abrindo-se novas perspectivas para o desenvolvimento das relações do Brasil com os países africanos. Diz o documento que, paralelamente à ampliação do relacionamento econômico-comercial entre o Brasil e a África, verificou-se apreciável fortalecimento de nossos vínculos políticos com os países daquele continente, com base no respeito ao princípio da não-intervenção em assuntos internos, acrescentando-se novas e significativas formas de expressão a um diálogo que assume crescente importância no contexto geral das relações externas do Brasil.

A mensagem presidencial assinala, finalmente, que a participação do Brasil nas Nações Unidas em relação à questão do Oriente Médio cumpriu sua linha de coerência na discussão e votação dos projetos apresentados.

Estratégia e logística, ênfase militar

Diz a mensagem presidencial que, no período 1974/1978, o Estado-Maior das Forças Armadas mostrou-se atuante no trato dos assuntos mais relevantes no que tange à estratégia militar e à logística, com acentuadas conotações no desenvolvimento industrial e da infra-estrutura do País.

O Exército, em continuidade ao desenvolvimento do preparo dos quadros e da tropa, realizou manobras militares em todas as áreas; na maioria das vezes, tais manobras foram executadas pelas organizações militares com efetivos reduzidos, conciliando-se a necessidade de treinamento das grandes unidades com o imperativo de economizar combustível.

Procurou-se manter o intercâmbio de cursos e outras atividades com Exércitos de nações amigas, visando à assimilação de conhecimentos técnicos e militares no Exterior Entre as atividades desenvolvidas pelo Exército, a mensagem faz referência ao desenvolvimento de blindados e viaturas militares, mísseis balísticos terra-terra de pequeno alcance e seus lançadores rebocados ou autotransportados, empregando tecnologia altamente especializada.

A Marinha deu seqüência ao desenvolvimento do setor operativo. através do programa intensivo de adestramento de guarnições, visando a manter as forças navais em nível de prontificação adequada ao atendimento de suas tarefas de manutenção da segurança nacional. Para otimizar e racionalizar o emprego de recursos de pessoal e de material, o Ministério da Marinha deu continuidade ao processo de modernização e reorganização de sua estrutura básica.

Segundo a mensagem, a Marinha vem desenvolvendo seu sistema setorial de ciência e tecnologia, destacando-se o projeto Cabo Frio, com o objetivo de criar infra-estrutura para apoiar e executar estudos relativos ao mar e seus diversos recursos.

De acordo com a política governamental de desenvolvimento, a Marinha procurou manter, como objetivo principal na área econômica, a substituição progressiva de importação de equipamentos, armas, viaturas de combate, munição e, sempre que viável, meios flutuantes.

No âmbito do Ministério da Marinha, a mensagem destaca as atividades de construção e reparação naval desenvolvidas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Além da execução de projetos complexos para a própria Marinha, encontram-se em construção duas barcas para o transporte de duas mil pessoas, encomendadas pelo Serviço de Transportes da Baía de Guanabara.

O Ministério da Aeronáutica implementou o plano de reequipamento da Força Aérea Brasileira, envolvendo a desativação de aeronaves obsoletas ou de custos operacionais elevados. Atualmente, as aeronaves de fabricação nacional atingem índices de 60 por cento do acervo da Força Aérea, percentagem que tende a crescer nos próximos anos, aumentando o grau de independência do País em relação às grandes potências fornecedoras tradicionais de material aeronáutico.

A mensagem presidencial destaca que a aviação civil brasileira apresentou, no período de governo Geisel, crescimento médio de 11 por cento ao ano, apesar da redução do tráfego em cerca de 25 por cento em determinadas linhas domésticas. Atualmente, a aviação de transporte regular e a aviação de terceiro nível fazem ligações entre mais de 150 cidades do País. Idêntico desempenho vem sendo obtido pelas companhias brasileiras dedicadas ao transporte internacional, em livre competição com as concorrentes estrangeiras, apresentando cada vez maiores índices de aproveitamento e rentabilidade.

Área social: menos pobres, mais renda

Criação de mais de um milhão de novos empregos por ano no período de 1974/1978; grande redução da pobreza absoluta, tanto no meio rural quanto no urbano; crescimento da renda média dos mais pobres em índices superiores à dos mais ricos; duplicação real, no período, dos investimentos da União em educação e saúde; elevação da expectativa média de vida do brasileiro, de 59 para 63 anos; e extensão da previdência social a praticamente todas as camadas da população — são alguns dos principais pontos destacados na parte da mensagem dedicada à área social, abrangendo os Ministérios da Educação e Cultura, do Trabalho, da Saúde e da Previdência e Assistência Social, e mais o Departamento Administrativo do Pessoal Civil da União — Dasp.

A mensagem começa assinalando que "a principal preocupação que determinou a opção pela estratégia de adaptação gradual da economia às novas realidades do mundo do petróleo caro foi a de, mantendo o crescimento —ainda que em ritmo menos intenso — minimizar os efeitos da desaceleração sobre o emprego e a renda, preservando, o quanto possível, os objetivos da política do desenvolvimento social consubstanciada no II PND".

Considerando que o crescimento econômico, por si mesmo, não resolve adequadamente o problema da distribuição de renda, ao menos num prazo admissível pela consciência social, o governo, segundo o documento, enfatizou a promoção do bem-estar das camadas sociais de baixa renda, com a preocupação de reduzir substancialmente a pobreza absoluta. "Pode-se hoje afirmar — ressalta a mensagem — que os objetivos da política social do governo foram satisfatoriamente atingidos, sobretudo quando consideradas as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira e a conjuntura internacional desfavorável." O País, acrescenta, não deixou de ser subdesenvolvido e persistem ainda as distorções na área da distribuição de renda, mas houve "grande redução da pobreza absoluta, tanto com relação a pessoas como a famílias". O número de famílias com renda de até dois maiores salários mínimos caiu de 11,9 milhões, em 1970, para 10,4 milhões, em 1976. Entre 1972 e 1976, enquanto o aumento médio real da renda da população urbana economicamente ativa, foi de 15 por cento, "os dois decis mais pobres" tiveram aumento real de 46 e 43 por cento e "os dois decis mais ricos", de 19 e 14 por cento, o que comprovaria, conforme a mensagem, ter havido distribuição mais justa de renda. Além disso, "houve aumento do maior salário mínimo real de pelo menos 6 por cento, no caso do Rio de Janeiro".

No setor da educação, os dispêndios da União, no período 1973/1978, tiveram crescimento real da ordem de 106 por cento. Considerando sua distribuição **per capita**, passaram, a preços de 1978, de Cr$ 1,18 mil, em 1973, para Cr$ 1,37 mil, em 1978, apresentando, portanto, crescimento real de 16 por cento.

O Ministério da Educação e Cultura, nas suas três áreas de atuação — educação, cultura e desporto — conseguiu resultados "altamente satisfatórios", segundo a mensagem, que o governo procurou controlar a expansão do ensino superior, buscando melhorar sua qualidade e diversificar a oferta dos serviços. O número de matrículas, em 1978, elevou-se em 7 por cento em relaçao a 1977, enquanto nos anos anteriores situava-se em torno de 20 por cento. Em relação a 1977, o número de estabelecimentos de ensino, nesse nível, cresceu apenas 0,6 por cento.

Ainda no mesmo setor, a mensagem destaca a implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação, que permitiu a elevação do número de docentes titulados em pós-graduação de 1.123, em 1975, para 7.189, em 1978.

A mensagem ressalta também a atenção dispensada aos setores de desportos e de cultura. Prevê-se para 1979 — informa — a instalação de centros desportivos multivalentes em todas as universidades federais. Definiu-se também "uma política nacional de cultura, numa linha de compreensão da cultura brasileira", foram criados o Conselho Nacional de Cinema e a Fundação Nacional de Arte, dinamizado o Conselho Nacional de Direito Autoral, reformulada e Embrafilme e ampliadas as atividades do Instituto Nacional do Livro. "Os recursos aplicados no período (Cr$ 1,4 bilhão) refletem a atenção governamental dedicada à área."

O Ministério do Trabalho, por sua vez, depois do desmembramento da previdência e assistência social, voltou sua atenção, sempre conforme a mensagem, para o aperfeiçoamento das relações de trabalho."Através dos sindicatos — em torno de 7.100 — (...) estimulou o diálogo (...), dando apoio constante às negociações entre patrões e empregados." A mensagem destaca ainda a interiorização do Ministério, com a criação de 73 subdelegacias do trabalho e mais 825 postos regionais e locais, atendendo a 898 Municípios; a instituição do Programa de Alimentação do Trabalhador; o Programa de Treinamento de Mão-de-Obra; o programa de concessão de bolsas de estudo por intermédio dos sindicatos; e sobretudo os êxitos alcançados no setor de segurança e medicina do trabalho. A redução dos índices de acidentes, de 15,47 por cento, em 1974, para 9,73, em 1977 — afirma — "constitui resultado significativo e aceitável pela OIT, reconhecido inclusive em função do interesse de diversos países em conhecer a metodologia aqui adotada".

No âmbito da saúde, a mensagem ressalta a elevação da média de vida do brasileiro, de 59 anos, em 1973, para 63 anos, em 1978, e a queda da mortalidade infantil, no mesmo período, de 9 para 8 em cada grupo de mil habitantes. A população atendida pelo programa de suplementação alimentar elevou-se de 11,8 milhões para 15,4 milhões. E houve intenso combate a doenças endêmicas e epidêmicas. Somente em 1978, foram aplicadas 44 milhões de doses de vacinas contra tuberculose, difteria, tétano, sarampo, mais 5,5 milhões de doses contra a raiva (em 17 capitais não se registrou caso de raiva humana), e mais 86 milhões de doses contra a meningite (de 1975 a 1978). A campanha contra a doença de Chagas atingiu 107 mil localidades; o programa especial de controle da esquistossomose trata de 1,2 milhão de portadores da doença; e a malária está circunscrita a apenas 46 municípios da região Amazônica.

Na área da previdência e assistência social, especial ênfase é dada pela mensagem à reorganização administrativa e à universalização da previdência, cujos benefícios só não alcançam os mendigos e menores carentes — mas tanto uns quanto outros estão sob a proteção da assistência social. O número de segurados, no meio urbano, elevou-se em 12 milhões, em 1973, para 23,4 milhões, em 1978. No mesmo período, a população urbana atendida pela previdência social passou de 37,8 milhões para 62,9 milhões. Em 1978, o INPS concedeu cerca de 4,1 milhões de benefícios novos. E, ao término do ano, existiam 7,5 milhões de benefícios em manutenção. Ainda em 1978, o Ministério despendeu 1,2 bilhão de cruzeiros com o Programa de Assistência Farmacêutica aos segurados.

O Dasp, por sua vez, concentrou sua atuação principalmente na implantação do novo Plano de Classificação de Cargos, procurando, ao mesmo tempo, melhorar o nível dos servidores públicos da União.

Ainda no plano social, a mensagem coloca em relevo a expansão dos programas de integração social — PIS Pasep — o que permitiu ao governo instituir o 14º salário, que em 1978 beneficiou 8,7 milhões de trabalhadores; e a dinamização do programa de financiamento para a aquisição de casa própria, tendo sido concedidos, de 1974 a 1978, 1.017 mil financiamentos — mais do que o total concedido até o final do ano de 1973.

ASSOCIAÇÃO ALUMNI
Departamento
de Tradução

Cursos oferecidos no 1º semestre de 1979
- Learning Engish for Translation
- English Practice and Translation
- Prática de Tradução para o Portugês
- Escort Interpreting (Intérprete acompanhante)
- Tradução Técnica
- Tradução Literária
- Inglês e Tradução em Direito

Todos os candidatos a estes cursos serão submetidos a um teste de classificação.
Testes e Matrículas: 1 e 2 de março das 9:00 às 19:00 hs.
Local: Associação Alumni
Rua Visconde de Nacar, 86
Real Parque - Morumbi
Tel.: 240-2511
Insc: CFMO - 0663

ANEXO Y

O GLOBO ☆ 15-1-74 – 3.ª-feira ☆ Página 2

Cartas dos leitores

IMPOSTO (1)

"Está sendo transmitida uma notícia emanada da Secretaria da Receita Federal no sentido de que os contribuintes já podem recolher seu Imposto de Renda relativo ao exercício de 1973.

"Ora, não é o Ministério da Fazenda quem recolhe o tributo. Este é recolhido pela rede bancária. Pois bem: até hoje, dia 9-1-74, não houve banco que recebesse os formulários de declaração de renda de pessoas físicas devidamente acompanhados das etiquetas e dos cartões de identificação dos contribuintes. Como é possível a nós, funcionários bancários, atender às pessoas que se querem valer do recolhimento em janeiro, mesmo com os escassos oito por cento de abatimento? Explicar a eles a situação não adianta, pois não acreditam, em face das notícias de que já estamos com sua documentação. Como vamos fornecer as etiquetas de identificação, que devem ser coladas no ângulo superior direito do primeiro formulário, se não as recebemos?

"(...) Deviam ter sido tomadas providências para que já em dezembro tais formulários, etiquetas e cartões de identificação do contribuinte fossem entregues aos bancos.

"(...) Não estou fazendo crítica destrutiva. Apenas gostaríamos que fôssemos melhor ouvidos, porque nós é que lidamos com o público. Só ontem é que o órgão do Imposto de Renda começou o curso para nos instruir sobre o recolhimento deste exercício. (...)"

Mário de Assis Valente, Rio.

IMPOSTO (2)

"Quem recolhe o Imposto de Renda até 31 de janeiro tem oito por cento de desconto sobre a importância a pagar. Pois bem: é uma dificuldade se obter o comprovante das fontes pagadoras, as quais, alegando muito serviço, só os querem fornecer no fim de janeiro. Isso causa prejuízo para os que se querem enquadrar numa vantagem legal. Devia haver um dispositivo de lei determinando que os responsáveis pela emissão de tais comprovantes os tivessem prontos, no máximo, até 10 de janeiro do novo exercício.

"Será que a Secretaria da Receita Federal não pode de providenciar para que essa obrigatoriedade seja instituída?"

Vanusa de Alencar Dantas, Rio.

IMPOSTO (3)

"Está lá para quem quiser ver, o triste espetáculo das filas nos guichês do INPS; não apenas as comuns, as habituais, e sim mais uma ilustração de Doré para o Inferno de Dante, as filas dos velhinhos, doentes e incapacitados aguardando o comprovante para a declaração de renda. O papelucho, para maior desgraça, é preenchido só na hora, tendo os funcionários que procurar a ficha do segurado e preencher a guia enquanto todos esperam, esperam e gemem suas dores e infortúnios. Uma página de Dickens, do século passado.

"Seria tão simples remeter o comprovante junto com o numerário semanal dos aposentados etc. para a agência bancária em que recebem. (...) Isso deve ser providenciado pela administração atual do INPS, tão reformista e eficiente. (...)"

Raul Brandão, Rio.

INATIVOS

"A lei dispondo sobre a reclassificação do funcionalismo da União data de julho do ano passado. Já decorreram seis meses. O custo de vida vai aumentando. Os especuladores, só com a notícia de que haverá no futuro melhores vencimentos para os barnabés, já metem as mãos nos nossos bolsos. Faço parte do contingente desesperado de aposentados federais e, como tal, não posso deixar de também manifestar o meu desejo de ver o funcionalismo, ativo e inativo, reclassificado nos próximos meses, percebendo nos novos níveis, que esperamos venham de fato nos tirar das dificuldades atuais. Muitas outras conquistas faltam para a classe dos servidores civis, entre elas, inegavelmente, a instituição do 13.º salário, pois assim o Governo será um patrão dando bom exemplo: manda que os outros patrões paguem esse direito aos empregados e também o pagará.

"Sabe-se que assessores de alto nível do Serviço Público Federal já estão recebendo proventos decorrentes da futura reclassificação. Diante disso, entendo ser estranha a alegação de alguns tecnocratas de que os demais servidores da União não recebem ainda os benefícios por falta de verbas. No caso que me toca particularmente, como inativo, gostaria de perguntar ao DASP ou a quem mais interesse: por que teremos, os aposentados, que esperar a reclassificação dos ativos para sermos beneficiados, se não dependemos, como aqueles, de acesso nas carreiras? Há muita coisa necessitando de melhores definições da parte do DASP. Aliás, o DASP está de parabéns pela diligente atuação que desenvolveu em prol de seu pessoal, já reclassificado e a partir deste mês percebendo nos novos níveis. Essa diligência, entretanto, precisa ser estendida a todo o Poder Executivo, pois é sabido que no INPS, no Ministério da Educação e em outros órgãos a marcha da reclassificação não é muito animadora.

"É claro que situações de favoritismo não têm cabimento. Por isso é que os aposentados entendem ter sido da maior justiça a garantia que a Lei 1 256 de 1973 lhes dá de enquadramento nos novos vencimentos reservados para os ativos, pois, afinal de contas, os integrantes aposentados do Grupo Diplomacia do Itamarati já estão devidamente reajustados.

"Junto o meu apelo aos dos demais colegas ativos e inativos do Serviço Público Federal ainda não reajustados, no sentido de que venhamos, em curto espaço de tempo, a ser reclassificados. E, sem pretensão de ironia, lembro aos ilustres técnicos do DASP que aqui no Rio, em Belo Horizonte, em Recife, em São Paulo etc. o custo de vida não está mais suave do que em Brasília, onde um grupo de 300 colegas já desfruta a nova situação funcional. (...)"

Ananias Pereira, Rio.

O GLOBO
Empresa Jornalística Brasileira S. A.
DIRETORES
Roberto Marinho
Ricardo Marinho
Rogério Marinho
DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Francisco Gracil
DIRETOR-ADMINISTRATIVO
Luiz Paulo J. Vasconcelos
SUBSECRETÁRIO
Ricardo Serran
Sede
RUA IRINEU MARINHO, 35
ZC-14
Caixa Postal 1 090 — ZC-00 Tel.: Rede Interna 244-2000. AGÊNCIAS: — BONSUCESSO: Rua Cardoso de Morais, 115-D — CENTRO: Av. Rio Branco, 185 — Tel.: 222-9636. — Av. Almirante Barroso, 4, Loja D — Tel.: 222-2443 — COPACABANA: Rua Dias da Rocha, 9-B — Tel.: 237-0051 — LARGO DO MACHADO: Largo do Machado, 29, Loja 38 — Tel.: 225-5974 — MÉIER: Rua Ten. Cerqueira Leite, 7 — Tel.: 249-4882 — MADUREIRA: Av. Ministro Edgard Romero, 224 — Tel.: 390-7823 — NOVA IGUAÇU: Av. Amaral Peixoto, 34 — Loja 4 — PENHA: Rua José Maurício, 180 — PETRÓPOLIS: Av. 15 de Novembro, 979 — Loja 12 — Tel.: 42-7348 — TIJUCA: Rua Conde de Bonfim, 406-C — Tel.: 234-3248 — VILA ISABEL: Pça. Barão de Drummond, 9-B — SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Rua Tupis, 203 — Tel.: 22-0811 — BRASÍLIA: Edifício Seguradoras, Conjunto 2, SBS, Loja 3 — Tel.: 23-4515 — Cx. Postal 300 — NITERÓI: Rua Coronel Gomes Machado, 118 — Tel.: 722-1264 — PORTO ALEGRE: Rua dos Andradas, 1 155 — Gr. 703 — Tel.: 24-9720 — RECIFE: Rua do Riachuelo, 105 — Gr. 105 — Tel.: 22-6289 — SALVADOR: Rua Portugal, 30, 7º, s/701/4 — Tels.: 2-0885 e 2-0826 — SÃO PAULO: Av. São Luís, 250, 13º and. — Tel.: 258-8911.
VENDA AVULSA:
DIAS ÚTEIS — Guanabara e E. do Rio: Cr$ 1,00. Brasília (DF), E. Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo: Cr$ 1,20. Demais Estados e Territórios: Cr$ 1,50. DOMINGOS — Guanabara e E. do Rio: Cr$ 1,50. E. Santo, Minas Gerais e São Paulo: Cr$ 1,80. Alagoas, Bahia, Brasília (DF), Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Ca-

O GLOBO
SERVIÇO

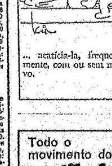
O TEMPO

Hoje, no Rio e em Niterói, tempo nublado na madrugada. Bom, com nebulosidade, de dia, passando a instável, com chuvas e possíveis trovoadas. Temperatura estável.

Em S. Paulo, tempo nublado, passando a instável, com chuvas e trovoadas e temperatura em declínio.

(Mais detalhes no Caderno de Classificados)

Amar é...



... acaticiá-la, freqüentemente, com ou sem motivo.

Todo o movimento do *vestibular*
diariamente

L. G. Nascimento Silva

Fazer o bolo ou comê-lo? A difícil distribuição da renda

I — Crítica destorcida de um problema sério

O REGIME instaurado no Brasil a partir de 1964 sofreu impiedosas e incessantes críticas. Algumas de boa fé, fruto de natural ignorância da realidade brasileira e dos nossos objetivos nacionais; outras, e são as mais numerosas, visivelmente alimentadas por propósitos adversos ou por posições ideológicas. Creio que já ultrapassamos a fase em que tais críticas nos faziam muito mal. Começam a surgir numerosas manifestações de compreensão dos propósitos modernizadores de nosso sistema político. Aí estão os resultados econômicos, inequívocos e inquestionáveis, e que são hoje creditados à estratégia político-econômica adotada. O êxito explica e justifica.

UMA única crítica é repetida ainda com insistência: é inegável que o país se desenvolveu extraordinariamente, dizem; mas esse desenvolvimento se teria feito com agravamento da desigualdade na distribuição de rendas.

NÃO podemos menosprezar esse juízo crítico. Ele nos deve interessar muito. Não é só o estrangeiro que deve estar preocupado com a distribuição de nossa riqueza. Nós também estamos. Mas, sabemos todos que não é fácil gerar o desenvolvimento econômico, nos estágios em que não há ainda acumulação de capital, e conseguir uma mais equitativa distribuição de rendas, isto é, dividir o bolo enquanto ainda o estamos cozinhando.

OS PROCESSOS de desenvolvimento econômico não produzem, em regra, fórmulas de simultâneo distributivismo da riqueza. A industrialização, por ser um processo cumulativo, intensifica a desigualdade. E mesmo poucos países industrializados conseguiram, ainda depois do seu pleno crescimento econômico, instaurar sistemas de distribuição adequados. Nos Estados Unidos, segundo o livro recente do Prof. Robert Dahl, "After the Revolution", 1970, a fração de metade de um por cento de sua população possuía, em 1956, um quarto da riqueza do país (dados extraídos por Dahl do estudo de Robert J. Lampman, editado pelo Ofício de Pesquisas Econômicas de Princeton). Hoje, 1974, não será bem diferente essa situação.

COMO quer que seja, não podemos deixar de reconhecer que existe um problema de distribuição de rendimentos entre nós. O que não podemos, porém, aceitar é a apresentação que dele faz a maioria dos nossos críticos estrangeiros. Sustentam esses críticos que a desigualdade seria um objetivo desejado pelo próprio Governo. E afirmam, mais, que ela constituiria um instrumento indispensável à nossa estratégia econômica que nela se apoiaria para gerar a acumulação de capital necessária à sustentação do processo de desenvolvimento. Isso não é exato: nem a desigualdade é objetivo desejado pelo Governo, como bem o sabemos, nem é ela considerada instrumento indispensável à nossa estratégia econômica.

A AFIRMAÇÃO de que houve agravamento da distribuição da riqueza origina-se da comparação entre os dados do Censo de 1960 e 1970. Mas, como acentuou o Professor Mário Henrique Simonsen, em estudo publicado no "Panorama Econômico" de 1972 de O GLOBO (número de 17 a 24-3-72), é preciso não se esquecer de que o decênio de 1960/70 foi um período absolutamente anômalo na evolução do País. Até 1964 viveu ele num distributivismo inorgânico que nos levou à hiperinflação e à estagnação econômica: de 1964 até 1967 instaurou-se uma política corretiva das distorções da economia, que exigiu medidas de compressão; e só a partir de 1967 foi possível projetar-se um crescimento real para o País.

MAS, não devemos questionar a evidência de que olhados apenas os rendimentos individuais houve uma concentração maior da riqueza, embora o poder aquisitivo absoluto haja aumentado, o que significa que o aumento da riqueza nacional a todos beneficiou, a ricos e pobres, embora menos a estes. São os seguintes os números esclarecidos por Simonsen: "Entre 1960 e 1970 a renda real *per capita* aumentou de 34%. Assim a participação percentual dos pobres, embora caindo, passou a referir-se a um bolo bem maior. Os 40% mais pobres, em 1960 participavam em 11,20% da renda total e em 1970 em apenas 9,05%; contudo, tendo em vista o aumento da renda real por habitante, o seu poder aquisitivo absoluto aumentou de 8,3%. Da mesma forma, a melhoria dos 80% mais pobres situou-se em 8,4%. É claro que, dado o crescimento dos índices de concentração, a melhoria absoluta das classes mais prósperas se verificou a taxas substancialmente mais elevadas: 55,4% para os 20% mais ricos, 77,6% para os 5% mais ricos e, finalmente, 103,2% para o centil mais rico."

(Continua)

Limpeza pública em congresso

As soluções mais avançadas adotadas em todo o mundo para o problema dos resíduos sólidos, seu acondicionamento, coleta e destinação final estarão em debate, de 3 a 8 de março, no 1º Congresso Brasileiro de Limpeza Pública, que se realizará no Hotel Nacional, em Brasília, por iniciativa da Associação Brasileira de Limpeza, Governo do Distrito Federal e Organização Panamericana de Saúde.

Além do congresso haverá uma exposição técnico-industrial, que apresentará os mais modernos equipamentos utilizados na limpeza pública, desde varredeiras automáticas até usinas de transformação do lixo em adubo.

Meira Matos assume vice-chefia do EMFA

BRASÍLIA (O GLOBO) — O General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos assumiu ontem o cargo de Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, substituindo o Almirante Henrick Marques Caminha. A cerimônia foi presidida pelo Chefe do EMFA, General Humberto de Souza Mello.

Estiveram presentes o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti; o Governador da Paraíba, Ernani Sátiro; os generais de Exército Reynaldo Mello de Almeida e Ramiro Tavares; o presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost; e outras autoridades civis e militares.

Missão

— Estou consciente de que minha missão é de coordenar planejamentos e atividades, envolvendo os interesses comuns às três forças singulares. Espero que não me faltem inteligência, vontade de trabalhar e fé no espírito de união que deve prevalecer entre Marinha, Exército e Aeronáutica. Não pouparei sacrifícios para servir à causa desta união e bom entendimento entre as nossas forças — disse o General Meira Mattos.

— Quem se inicia em função tão bem definida e já tão ilustrada pela experiência e o trabalho profícuo de meus dignos antecessores — General-de-Divisão Neston Fontoura de Oliveira Reis, o Vice-Almirante José Leite Soares Jr., o General-de-Divisão Newton Faria Ferreira e, finalmente, o Vice-Almirante Henrick Marques Caminha — não pode ter a pretensão de trazer um programa especial de trabalho.

— Trago sim — prosseguiu Meira Mattos — um passado e uma experiência militar de 41 anos, por todos conhecidos nas Forças Armadas. Este passado e esta experiência coloco-os, a partir de hoje, a serviço do EMFA, com o mesmo idealismo e entusiasmo que aqueceram a minha alma de Tenente, procurando não desmerecer a confiança que em mim depositaram o Exmo. Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici; o Exmo. Sr. Ministro do Exército, General-de-Exército Orlando Geisel; e, em particular, o Exmo. Sr. General-de-Exército Humberto de Souza Mello, de quem partiu a minha indicação para este posto.

Últimas notícias

REBOUÇAS FICA FECHADO 3 NOITES

O Túnel Rebouças, na galeria Rio Comprido—Lagoa, esteve interditado ao tráfego das 22 horas de ontem às seis de hoje, para retirada de escoras na entrada de Laranjeiras, necessárias para o trabalho de revestimento da abóbada. Hoje e amanhã o tráfego será interrompido no mesmo horário, para prosseguimento das obras, iniciadas há seis meses, e que permitiram elevar a altura da entrada em dois metros, nivelando-a com a altura da galeria.

VIGNES NEGA "CERCO" DO BRASIL

BUENOS AIRES (AP — ANSA — O GLOBO) — O Chanceler Alberto Vignes refutou ontem os rumores lançados por setores esquerdistas latino-americanos de que o Brasil estaria promovendo um "cerco imperialista" à Argentina. "Não apenas tal cerco não existe, como faltam razões para se acreditar nele. O pluralismo ideológico é uma concepção moderna", afirmou. E acrescentou: "O Brasil tem as mesmas necessidades de unidade e integração que o resto da comunidade latino-americana. Nela está o seu futuro, tanto quanto o nosso e o de todas as repúblicas irmãs. Uma ação conjunta assegura frutos mútuos. A geografia nos uniu e a falta de sintonia inutilizará os esforços individuais".

PÍLULAS: LABORATÓRIOS NÃO PARAM

LONDRES (FP — O GLOBO) — Os laboratórios britânicos que fabricam pílulas anticoncepcionais foram autorizados a trabalhar cinco dias por semana em vez dos três, impostos a todas as indústrias do país em conseqüência da crise energética. A exceção feita dos fabricantes de pílulas — ontem anunciada pelo Ministério de Saúde Pública — é conseqüência dos temores de uma acentuada diminuição das reservas de anticoncepcionais. Com os trabalhadores mais tempo em casa e as restrições que a crise energética impôs às diversões — os programas de TV, por exemplo, acabam às 22h30m — as autoridades parecem temer um excepcional aumento da população dentro de nove meses.

PROMOTOR ASSASSINADO EM MINAS

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Absolvido recentemente por crime de homicídio cometido há vários anos em Caratinga, Oswaldo de Miranda Resende voltou àquela cidade e ontem assassinou, com três tiros, à queima roupa, o Promotor de Justiça da Comarca, Romulo Bichara Filho. O Delegado de Caratinga, Waldeck da Silva Guimarães, informou que o crime ocorreu às 20h30m de ontem, num bar perto do centro da cidade, onde o Promotor sempre aparece em companhia de amigos. Chamado ao telefone, o Promotor se aproximou do balcão para atender à ligação, quando foi agarrado por Oswaldo, que disparou quatro tiros de revólver, acertando três — um deles na cabeça. O criminoso fugiu. O Delegado movimentou todos os policiais da cidade para sua captura.

BOLÍVIA: AVIÕES CAEM NOS ANDES

LA PAZ (FP — ANSA — O GLOBO) — Doze aviões da Força Aérea intensificaram ontem as buscas a um avião cargueiro e outro militar, desaparecidos desde a semana passada numa região da Cordilheira dos Andes, ao norte de La Paz.

Um dos aparelhos transportava um carregamento de carne da cidade de San Borja e 6 tripulantes. O outro, um T-52, conduzia 18 crianças e 3 adultos da cidade de Beni.

● MAR DEL PLATA (UPI — AP — O GLOBO) — Dois ônibus se chocaram ontem na estrada que liga esta cidade a Buenos Aires, perecendo 17 pessoas, e pelo menos 20 sofrendo ferimentos graves.

● BOGOTÁ (LATIN — O GLOBO) — Nove pessoas morreram ontem, a 350 quilômetros da capital, próximo ao rio Suclo, onde um ônibus repleto de passageiros mergulhou num abismo quando seguia para Medelín.

● VALPARAISO (AP — O GLOBO) — Um ônibus repleto de passageiros capotou, sábado, próximo ao porto, matando 8 pessoas.

CALDERA CONTESTARÁ ACUSAÇÕES

CARACAS (ANSA — LATIN — O GLOBO) — O Presidente Rafael Caldera anunciou ontem que vai responder, ainda esta semana, aos ataques da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria contra o seu propósito de nacionalizar empresas estrangeiras.

Caldera conta com o apoio total do Partido Social-Cristão, a que pertence, e do candidato oposicionista já eleito para a Presidência da República, Carlos Andrés Perez Rodriguez.

A Federação das Câmaras de Comércio e Indústria — Fedecamaras — criticou com severidade não só esse projeto de Caldera, mas também a aprovação de um novo regulamento de trabalho, pelo qual os direitos dos trabalhadores no campo são parcialmente equiparados aos da cidade.

MAIS 60 DESIDRATADOS

Sessenta crianças apresentando sintomas de desidratação foram atendidas ontem nos Hospitais Getúlio Vargas (25), na Penha, e Carlos Chagas (35), em Marechal Hermes. Nenhuma ficou internada.

KISSINGER, OU MELHOR, "DR. KISS"

TEL AVIV (FP — O GLOBO) — Henry Kissinger está ficando conhecido em Israel por "Dr. Kiss" - abreviatura de Kissinger e "beijo" em inglês.

O apelido teve origem numa brincadeira do Secretário de Estado norte-americano durante uma recepção oferecida pelo Ministro da Defesa israelense. Fazendo-se de ofendido, Kissinger disse ser mais bem tratado pelos árabes do que pelos israelenses. "Sabem por que prefiro os dirigentes árabes? Porque quando chego a uma de suas capitais dão-me sonoros beijos no rosto, enquanto Abba Eban nunca me deu a menor demonstração de afeto".

A brincadeira, que provocou gargalhadas nos presentes, deu margem a um comentário feito ontem pelo jornal "Yedioth Aharonoth", de Tel Aviv: "O Dr. Kiss estava de muito bom humor na reunião".

HOSPITAL DE CLÍNICAS

CENTENÁRIO DO RIO DE JANEIRO SOCIEDADE CIVIL

(SEM FINS LUCRATIVOS)

RECONHECIDO DE UTILIDADE PÚBLICA

Pela Lei N.º 449, de 10-12-1963

RUA ALMIRANTE ALEXANDRINO, 1761 — SANTA TERESA

SEDE PRÓPRIA

TEL. 231-4066

REDE INTERNA

Os comprovantes referentes às despesas encontram-se com o Sr. Diretor Tesoureiro na sede da Sociedade à Rua Almirante Alexandrino, 1761, à disposição dos nossos sócios, diariamente de 14 às 16 horas.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESAS DO "FUNDO DE OBRAS"

MÊS DE DEZEMBRO DE 1973

			Cr$
SALDO NO BANCO NACIONAL S/A., EM 30/11/1973			19.160,63
SALDO NO BANCO NACIONAL S/A., EM 30/11/1973 (Reserva)			70.000,00
ARRECADAÇÃO REFERENTE A NOTAS PROMISSÓRIAS			39.631,50
ARRECADAÇÃO REFERENTE A COBRANÇAS DE RECIBOS			153.063,00
RECIBO DA SOCIEDADE EM SUPRIMENTO			30.000,00
01 — DESPESAS PERMANENTES DE OBRA		Cr$	
(Eng., Enc., Apont., Vigilância, Apropriação e Cálculos		12.042,86	
02 — MATERIAIS DE OBRA	Cr$		
Simpatia Tintas e Ferragens Ltda. (3 N.F.)	14.000,00		
Depósito de Pedras Dois I. Ltda. (2 N.F.)	9.075,00		
A. Cardoso M. Construção Ltda. (2 Fats.)	2.985,00		
Fábrica Esquadrias Nacional Ltda. (1 Fat.)	230,45		
ATCEI — A. Com. Ind. Imp. Exportação (1 Dupl.)	1.732,19		
Casa Quintas — Ferragens Louças Ltda. (1 N.F.)	4.235,00		
Vimobrás V. Molduras Brasil Ltda. (1 Fat.)	3.704,08		
Malufer — Esquadrias Ltda. ((1 Fat.)	1.320,00		
MEIRA S/A. (1 Fat.)	237,60	37.519,32	
03 — MÃO-DE-OBRA DE EMPREITEIROS			
Pisos Resistentes REX Ltda.	3.360,00		
Vila-Real Pinturas e Decorações Ltda.	12.000,00		
SERPAL — Ltda.	5.071,40		
Técnica em Revestimento Ltda.	356,10		
Esquadrias Santa Luzia Ltda.	1.600,00		
Construtora — Irmãos Nascimento Ltda. Fats. ns. 0050/73, 2007/73, 0049/73 e 2003/75	7.669,86	30.057,36	
04 — DESPESAS DIVERSAS Light - Serviços de Eletricidade S/A.		6.923,00	
05 — IMPOSTOS E TAXAS Contribuições de Previdência		3.953,41	
06 — EQUIPAMENTO HOSPITALAR		—	
07 — ELEVADORES Indústrias Villares S/A.		50.031,20	
08 — EQUIPAMENTO MECÂNICO Ind. Com. Motores e Máquinas Elétricas S/A.		925,00	
09 — EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO C.T.B. — Plano de Expansão		4.000,00	
11 — ADMINISTRAÇÃO		28.904,17	
12 — DESPESAS DE COBRANÇAS Cobradores — Novembro de 1973		28.881,32	
13 — PUBLICAÇÕES E DESPESAS TIPOGRÁFICAS O GLOBO S/A., n/publicação		1.892,00	
SALDO NO BANCO NACIONAL S/A., EM 31/12/73		36.725,99	
SALDO NO BANCO NACIONAL S/A., EM 31/12/73 (RESERVA)		70.000,00	
Subtotal		311.855,13	311.855,13
NOTAS PROMISSÓRIAS A RECEBER		687.325,75	
RECEITAS FUTURAS			687.325,75
		999.180,88	999.180,88

A FALTA DE PAGAMENTO DO "FUNDO DE OBRAS" ACARRETARÁ A

Existe uma região onde o homem ainda não destruiu a natureza:
TERRA DO FOGO
Terra do Fogo Canais Fueguinos
Saída: 30/01/74 - 21 dias
Rio - Santos - Rio Grande - Buenos Aires - Ushuaia
Punta Arenas - Rio Grande - Santos - Rio
Preço desde: US$ 327,00. Em cabine dupla c/banho
Suba a bordo.
E prepare-se para uma excursão inesquecível.
O navio é o Funchal.
O mais moderno navio português. Totalmente ar condicionado e acarpetado. Todos os camarotes com banheiro e mais: piscina, bares, boite, orquestra, shows de grande nível artístico, etc...
A região é a Terra do Fogo.
Um arquipélago formado por ilhas montanhosas e neves eternas. Você verá uma natureza digna de pioneiros.
Você conhecerá Ushuaia, a localidade mais meridional do globo.
abreu
ABREUTUR

ANEXO Z

O GLOBO ☆ 29-1-74 — 3.ª-feira ☆ Página 2

Cartas dos leitores

ACADEMIA

"O Sr. Antônio Frei Pinto, em carta publicada na edição de O GLOBO de 4/1/74, manifestou seu apoio à campanha que a consagrada escritora Dinah Silveira de Queirós lidera em prol do ingresso de mulheres na Academia Brasileira de Letras.

"Creio que em sã consciência não há quem se lhe oponha. O único óbice, a meu ver, reside na pequena lotação tradicional de 40 cadeiras, segundo o exemplo da Academia Francesa, lotação sem dúvida muito aquém do necessário para contemplar os valores masculinos dignos da láurea.

"Para que não venha a presença feminina agravar esse deficit, uma solução seria criar-se o **Quadro dos Eméritos**, como já existe em várias instituições similares e para o qual se transferissem os integrantes do **Quadro dos Efetivos** à medida em que viessem a completar, por exemplo, uma destas condições: 60 anos de idade ou 20 anos de exercício.

"Outra solução consistiria em criar a Academia Brasileira de Letras um setor paralelo, também de 40 membros, destinado a mulheres, das quais as primeiras 21 seriam eleitas pelos atuais acadêmicos e, assim constituindo **quorum** satisfatório, passariam a eleger as 19 restantes. Essa hipótese seria, ainda, passível de variante que se caracterizasse pela independência do setor proposto: embora hóspede do **Petit Trianon**, passaria a constituir a **Academia Feminina de Letras do Brasil**.

"Concluo afirmando a convicção de que se trata de campanha vitoriosa a curto prazo, sob a fórmula que os Imortais democraticamente preferirem."

Eloywaldo Chagas de Oliveira (da Academia de Letras da Bahia), Rio.

MUSEU

"Nos primeiros dias de dezembro de 1972, enviamos a muitos escritores brasileiros carta-circular no sentido de angariar doações de obras literárias para o início da composição do acervo do primeiro museu de Literatura do Brasil, o Museu da Fala e da Escrita, em João Monlevade (MG). A resposta ao nosso apelo foi inesperada: naquele mesmo mês começaram a chegar, dos mais diversos e distantes pontos do País, livros, revistas, suplementos literários, cartas de apoio e congratulações.

"Era um trabalho pretensioso, iniciado por pessoas praticamente desconhecidas nos meios literários, mas confiantes num desejo comum de engrandecimento do Brasil no campo da educação e do desenvolvimento cultural do povo. E a resposta, além da rapidez inesperada, foi também significativa em termos de quantidade e qualidade de obras recebidas. Em menos de um ano, o Museu da Fala e da Escrita recebeu mais de 500 doações. Vieram livros de Belo Horizonte e de várias outras cidades mineiras, dos Estados de Santa Catarina (muitos), Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Piauí (muitos), Espírito Santo, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas e Paraíba e do Distrito Federal.

"A imprensa brasileira ajudou sobremaneira na divulgação do nosso trabalho. O Museu da Fala e da Escrita agradece a todos por tudo que fizeram no sentido de concretizar a obra, divulgando a iniciativa, dando apoio, oferecendo suas publicações.

"E o trabalho não pode mais parar. O Museu da Fala e da Escrita (Caixa Postal 17 — 35930 — João Monlevade — MG) continua aguardando novas doações, não somente de livros como também de revistas, jornais, suplementos literários, de qualquer cidade. Pretendemos estar, no futuro, em condições de poder atender a pesquisas literárias de consulentes daqui de perto e de pontos mais distantes.

"Estamos ultimando os preparativos para a remessa de fitas magnéticas e pastas com papel-pergaminho para a gravação da voz e a coleta de textos manuscritos de escritores ligados ao museu, bem como do respectivo contrato que resguarde os direitos de cada um.

"O Museu da Fala e da Escrita continua contando com doações de escritores inéditos, que poderão enviar suas doações (principalmente as de poesia) datilografadas ou manuscritas.

"O suplemento "Culturarte", que tem sido o veículo de contato geral entre os escritores e o museu, voltará a circular, agora editado pela Fundação Educacional de João Monlevade, Faculdade de Educação e Museu da Fala e da Escrita."

Paschoal Mello, Museu da Fala e da Escrita, João Monlevade (MG).

ILUMINAÇÃO

"(...) A Comissão Estadual de Energia da Guanabara continua sem corrigir as falhas na iluminação pública a vapor de mercúrio, que está sob sua responsabilidade. Será que ela se resignou diante das falhas e quer que nos resignemos diante da escuridão?"

Benedito Barbosa, Rio.

PRAIAS

"Venho reiterar o apelo feito por um leitor em carta recentemente publicada em O GLOBO no sentido de que os responsáveis por garrafas quebradas em praias ou em suas imediações recolham os cacos e os depositem nos recipientes de lixo, evitando que pessoas se firam. É, realmente, como foi ressaltado na citada carta, uma grande falta de consideração pela integridade física do público deixar cacos de vidro no chão, propiciando ferimentos em crianças e adultos, principalmente em praias e suas imediações, onde grande quantidade de pessoas anda descalça."

Jorge Santos, Rio.

As cartas para publicação devem ser assinadas e conter o nome e endereço completos do remetente.

L. G. Nascimento Silva

Fazer o bolo ou comê-lo? A difícil distribuição da renda

III — Diagnóstico de uma década excepcional

ALGUNS estudos feitos no País demonstram a realidade do que venho afirmando nesta série de artigos, isto é, que a maior concentração de rendas não obedece a um determinado propósito do Governo, e sim é decorrência do próprio processo de desenvolvimento. É efeito, não causa.

OS estudos do Professor Carlos Geraldo Langoni a esse respeito são concludentes. Utilizando os dados do Censo Demográfico de 1970 e do Imposto de Renda, mas reconhecendo que a distribuição de renda é heterogênea, e que, portanto, para sua real caracterização é necessário combinar os índices agregados de concentração com outras verificações menos sintéticas, conseguiu o Professor Langoni estabelecer tabelas de Distribuição de Renda do País, de grande utilidade para quem queira examinar o fenômeno objetivamente. É importante, parece-me, a Metodologia usada, e que é exposta no Apêndice Metodológico do Capítulo I, do seu livro "Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil". As tabelas complementares, que detalham a distribuição de renda, de acordo com os níveis de educação da população, da sua situação urbana, suburbana ou rural, da idade e do sexo, distribuições regionais da renda, mostram bem que o fenômeno de distribuição de renda é em sua maior parte resultante das condições do próprio processo de desenvolvimento econômico do País, e do seu condicionamento pela realidade social do País, tais como níveis de educação de sua população, peculiaridades regionais e outras. A variável "educação" é destacada como de suma importância.

OS dados recolhidos demonstram que na década de 60 a renda média da população economicamente ativa aumentou cerca de 37%, aproximando-se bastante do crescimento do produto real "per capita", que foi de 35%. Houve nesse período importante transformações qualitativas em nossa economia; ocorreram grandes diferenças de crescimento do produto, desde sua estagnação (1963/64), até um aumento real em torno de 10% (1969/70); e que a inflação exigiu fortes medidas corretivas, dentre as quais a contenção salarial.

MAS, conclui Langoni: "As conseqüências negativas a curto prazo foram compensadas pelos benefícios da retomada do crescimento a partir de 1960. A maior evidência de que isso é verdade, é a própria comparação dos perfis de renda entre 1960 e 1970. Lá ficou claro *que todos os grupos tiveram ganhos substanciais de renda real, mesmo aqueles cuja renda está próxima ao salário mínimo legal.*"

O ASPECTO dinâmico (e não estático, como querem fazer crer nossos críticos) da variação na distribuição da renda é perfeitamente evidenciado pelos dados que mostram que as duas variáveis que mais influíram para a concentração foram a educação e a idade. As diferenças verificadas entre as rendas individuais podem ser justificadas principalmente por esses dois fatores, ambos, como se sabe, ligados ao processo de desenvolvimento pela teoria do capital humano. Os investimentos em "educação" traduzem-se em aumento de produtividade e também em acréscimo no salário real. A variável "idade" está ligada também ao mesmo fenômeno: aprendizagem mais rápida nos jovens; maior acesso à informação e à nova tecnologia. Vantagens para o produto nacional; vantagens para o beneficiário; mas aumento na desigualdade. O processo de crescimento é profundamente dinâmico, e, por isso, nem sempre produz igualdade e eqüidade na distribuição.

De sua minuciosa e objetiva análise Langoni chega a três afirmações que me parecem irrecusáveis:

a) no caso do Brasil, o aumento da desigualdade está intimamente ligado ao comportamento do mercado de trabalho;

b) esse aumento da desigualdade é uma conseqüência (e não uma causa) das clássicas mudanças geradas pelo processo de desenvolvimento econômico, e está associado com a recolocação do trabalho entre setores (do primário ao urbano), e regiões (das mais às menos desenvolvidas), assim como da melhoria da força do trabalho, especialmente em termos de padrões de educação e composição etária;

c) os diversos estágios de desenvolvimento econômico estão associados aos diferentes graus de desigualdade, sendo esta maior nos períodos de crescimento acelerado, tal como tivemos no Brasil dos anos 1967/70.

(Continua)

Rademaker recebe alta esta semana

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Hospital das Forças Armadas divulgou ontem um boletim médico informando que o Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker, "encontra-se em excelente estado geral de saúde, devendo receber alta do hospital, curado, no decorrer desta semana".

O Vice-Presidente foi internado no último dia 11, com um distúrbio digestivo. No dia 15, foi submetido a uma cirurgia biliar e apresentou um comportamento pós-operatório normal. A equipe que o operou era chefiada pelo médico Jofran Frejat.

Papa recebe Arcebispo de Botucatu

CIDADE DO VATICANO (AP — O GLOBO) — O Papa Paulo VI recebeu ontem em audiência privada o Arcebispo de Botucatu, São Paulo, Monsenhor Vicente Marchetti Zioni.

Negado "habeas" a Prefeito

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — O Tribunal de Justiça de Minas desconheceu o pedido de "habeas corpus" feito pelo Prefeito de Jordânia, Valdivio Pereira de Souza, para livrar-se de uma ação criminal presidida pelo juiz de Jacinto, Hiram Coury, que ele considera seu inimigo. Entendeu o relator do pedido, Desembargador Pedro Braga, que o caso do prefeito — em briga com a Câmara de Vereadores local — não é de "habeas corpus", e se ele não quer ser julgado por aquele juiz deve pedir desaforamento do processo para a Comarca de Almenara.

Últimas notícias

INCÊNDIOS EM S. PAULO E MINAS

SÃO PAULO (O GLOBO) — Um grande incêndio, que começou com pequenas explosões de galões, destruiu totalmente o depósito de Tintas São Paulo, localizado no Carandiru. O fogo teve início às 15h30m e até à noite, 13 viaturas de três unidades do Corpo de Bombeiros ainda lutavam para dominar as chamas, que já haviam consumido cerca de 300 mil litros de tinta plástica. As paredes do prédio, construído numa área de 400 metros quadrados, e três pavimentos, desabaram, e as residências próximas estiveram ameaçadas, sendo isolados pelos bombeiros.

● BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Uma fábrica de móveis de artesanato foi totalmente consumida pelas chamas na noite de ontem, na Rua Mucuri, 213, bairro da Floresta. As causas do incêndio são ainda ignoradas. A fábrica fora inaugurada recentemente, e moradores das vizinhanças deram alarma ao notarem grandes rolos de fumaça saindo do estabelecimento, por volta das 20h30m. Os bombeiros chegaram ao local logo depois, mas só conseguiram apagar o incêndio por volta das 23 horas, quando todas as instalações já haviam sido destruídas.

TRENS: 3 MORTOS E 2 FERIDOS

Dois homens e um menino morreram ontem, vítimas de acidentes em trens da Central. Outro menino, que viajava como pingente, sofreu uma queda na Vila Militar e está em estado grave. Um homem que foi assaltado dentro de uma composição que se dirigia a D. Pedro II, ficando sem o relógio, acabou levando uma queda quando perseguia o ladrão, ficando também sem um dedo. Eis os acidentes:

● Um homem branco, aparentando 40 anos, que viajava pendurado num trem com destino à Central, na tarde de ontem, caiu e foi colhido pela composição nas imediações do Engenho Novo. O desconhecido ficou irreconhecível, mas em seus bolsos foi encontrada uma receita médica em nome de Bruno Batista.

● Minutos depois, perto do mesmo local, Joselmo Lima do Amaral, de 24 anos, morador na Rua A, 261, em Kosmos, viajava como pingente com destino àquele subúrbio e teve a cabeça arrebentada contra um dos pilares da estação, tendo morte instantânea. Os dois corpos, a menos de 200 metros um do outro, foram recolhidos pelo rabecão e conduzidos para o IML.

● Pela manhã, na estação de Bento Ribeiro, Carlos Alberto de Oliveira Rodrigues, de 15 anos, também pingente, sofreu uma queda e morreu, pouco depois, no HGV.

● Vicente Gomes, também de 15 anos e que viajava como pingente de um trem que se dirigia à Vila Militar, perdeu o equilíbrio e caiu, próximo à estação, sofrendo diversas fraturas e sendo internado em estado gravíssimo no Hospital Carlos Chagas.

● José Pereira de Sousa Filho, de 28 anos, embarcou em São Cristóvão com destino a D. Pedro II. No caminho, um ladrão roubou seu relógio. José saiu em sua perseguição e tentou saltar na estação de Lauro Müller, mas o anel que levava no dedo médio esquerdo ficou preso num parafuso e ele teve o dedo arrancado.

DESASTRE NA DUTRA MATA FAMÍLIA

O médico Fuad Matos Sabino, de 46 anos, sua esposa, Miriam de Oliveira Matos Sabino, e seus filhos, Fuad e Camila, de 5 anos e 13 anos, morreram ontem, no km 166 da Via Dutra, onde o Galaxie de Bauru, SP ID 3200, dirigido pelo médico, colidiu de frente com o caminhão, RJ IT 0575, que seguia para Barra Mansa, cuja identidade do motorista ainda é desconhecida. Outros dois filhos do casal, Patrícia e Fernão, de 15 e 7 anos, respectivamente, sofreram ferimentos graves e permanecem internados no Hospital de Resende, localidade para onde também foram levados os quatro corpos. A polícia daquela cidade, que ainda não conseguiu apurar a causa do desastre, informou que a família reside em Bauru e se dirigia para o aeroporto do Galeão, na Guanabara, onde tomaria um avião para a Europa.

BRASILEIRA MORRE NA ARGENTINA

A cantora brasileira Jenessi Brittos de Hutton e seu marido, Orlando Hutton, morreram ontem na Rodovia Nacional Número 9, a 150 quilômetros de Buenos Aires, quando o carro em que viajavam chocou-se contra a ponte do Rio Tala. O acidente ocorreu nas imediações da cidade de San Pedro e, segundo a polícia, foi provocado por um Fiat 600, que deu uma fechada no Peugeot em que viajavam os Hutton. Ficaram gravemente feridos Mário Alejandro Echeverria, motorista do carro, e Elio Enrique Farjat, amigo do casal. (LATIN — O GLOBO)

MEQUINHO PERDEU MAIS UMA VEZ

Abalado em sua confiança desde a 5.ª partida, Mequinho perdeu a sétima do encontro com Korchnoi de maneira inexplicável.

Iniciou a sétima partida com muita "garra", tentando, a todo o custo, a vitória que já lhe havia fugido na primeira partida do encontro. Jogou bem a abertura e iniciou o meio jogo em melhor posição que seu adversário. Quando suspendeu no 42.º lance parecia que finalmente ia vencer. Mas Korchnoi derrotou-o no 67.º lance. Nestas condições, a posição do representante brasileiro é bem difícil, para Korchnoi basta vencer mais uma partida, nas 9 restantes; Mequinho terá de vencer três.

Brancas — Korchnoi
Pretas — Mequinho

1 C3BR,P4D 2 P3CR,P4BD 3 B2C,C3BD 4 P4D — (As brancas iniciaram a partida jogando o sistema Réti, mas com o último lance transformam a abertura numa defesa Grunfeld com as cores invertidas. Na posição o normal é P3D) *P3R* evidente que Kochnoi com *C3C,B3C 8 P4BD,C3B* (O peão oferecido pelas brancas é facilmente recuperado depois de 8 ... PxP 9 C3-2D, etc), *9 PxP,CxP 10 C3T.O-O 11 C4B,B2B 12 C3R* — (É evidente que Kortchnoi com vantagem no marcador procura simplificar a partida.) *D2R! 13 CxC,PxC 14 B3R* (era arriscado BxP pela resposta TID), *T1D 15 D2D, B5C 16 TR1R,P4TD 17 .... B5C,P3B 18 B4B,B3C 19 D1D* (Mequinho ameaçava ganhar uma peça com .. P4CR, 20 B3R,P5D! etc. Este recuo das brancas é um sinal de que Mequinho vai bem. Tomou a iniciativa.) *P3T 20 C1B,R1T, 21 C3D, C4R 22 P3TD,C3B* (C4R das pretas não tinha sido o melhor que era C5D. Ele procura corrigir sua jogada anterior) *23 R1B,D3R, 24 T1B,D4B 25 P3B,B6T 26 P4CD,PxPe.p 27 DxP,B4T 28 T1D,BxDxq. 29 RxB, D3R?* (Parece melhor T2D, pois o próximo lance das brancas liberam suas peças) *30 P4R! C5D 31 DxPC,PxP 32 DxP,DxD 33 PxD*, (Aparentemente é desfavorável para as pretas mas existe alguma coisa a mais como veremos). *C7R 34 T4B,C6B! 35 T2D,CxP* (Um lance vistoso mas provavelmente inferior a C8C, 36 T1D.CxPT etc.) *36 T2-2B,CxPC 37 ..* *C6B,C4P* (Ainda criticável. Parece melhor C4B, centralizando o cavalo) *38 B3R, T1R 39 R3B,B3C 40 P4TD, P5C 41 B2B, T2R 42 T2C*, (Nesta posição foi suspensa e Mequinho com peão a mais é o que deveria aspirar a vitória), BID (Lance secreto que não deve ser o melhor. BxC era muito mais prudente diminuindo o número de peças) *43 T7C,R1C 44 C7D! P4B 45 T8C,TxT 46 CxT* (Neste momento Korchnoi propõe empate que não foi aceito por Mequinho. Na verdade boa parte de sua oportunidade de vitória já havia passado e a ameaça potencial do peão passado das brancas é um trunfo muito forte.), *B2B 47 C6B,T1R 48 P5T! BxP,TR 49 P6T,R2B 50 .... P7T,T1TD* (Agora é Mequinho quem propõe empate, naturalmente recusado pelas brancas) *51 T4D,P4C 52 T8D! TxP* (Já podia abandonar, pois nada pode esperar com uma torre a menos). *53 DxT,P5Cxq. 54 R2C,B5B 55 T7Dxq.R3C 56 B4D,P3T 57 T5D,B4C 58 C5Rxq. R2T 59 T7Dxq. R1C 60 C7B,C5Bxq. 61 R2T,C7R 62 CxB,PxC 63 R3R.* Abandonam.

FROTA VISITA JORDÃO NO HCE

O Comandante do I Exército, General Sylvio Frota, visitou ontem no Hospital Central do Exército o Ministro do STM Rodrigo Octavio Jordão Ramos que está em recuperação de uma operação cirúrgica. Antes de ser nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, o General Rodrigo Octávio chefiava o Departamento Geral de Serviços, do Ministério do Exército.

4 HOMENS MATARAM O INVESTIGADOR

SÃO PAULO (O GLOBO) — Quatro homens, cujos no- ... à noite, onde o policial fora efetuar uma prisão. Os ...

Castelo Branco terá estátua na Guanabara

O Governador Chagas Freitas assinou decreto ontem determinando a construção de uma estátua do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O monumento será erguido na Praça Almirante Júlio Noronha, no Leblon, "a fim de perpetuar no Estado da Guanabara" a memória do primeiro Presidente da Revolução.

Comissões divulgam trabalhos da reunião anticomunista no Rio

Foram divulgadas ontem as conclusões de várias comissões do 2º Congresso Anticomunista Latino-Americano, realizado no Rio de 23 a 27 de janeiro. A Comissão de Luta Contra a Infiltração Marxista nas Universidades e Escolas afirmou que se propõe "reconquistar para a causa nacional a mentalidade dos universitários latino-americanos, assim como sua dedicação presente e futura às mais salutares causas de seus respectivos países".

Os congressistas decidiram apoiar todos os governos do Continente nas atitudes que venham a tomar contra as tentativas de infiltração comunista na Igreja e para se resguardar dos sacerdotes e superiores "que incidentalmente se coloquem ao lado dos pontos de vista comunistas".

A Comissão de Associações Cívicas do 2º CAL decidiu que seus filiados devem organizar em seus países grupos de ex-integrantes das Forças Armadas que estejam dispostos a atuar em defesa das instituições nacionais.

A realização de campanhas para evitar que "recebam apoio as empresas que direta ou indiretamente sustentem organizações comunistas" foi proposta pela Comissão Empresarial e da Pequena Propriedade Rural.

Outras conclusões das comissões e os detalhes dos planos de ação específicos não foram divulgados pela Coordenação Geral do Congresso.

Os 200 participantes do Congresso, representando 17 países latino-americanos, deixaram o Rio ontem, depois de se despedirem das autoridades brasileiras e agradecerem o apoio recebido para o êxito da reunião.

DR. GILVAN TORRES
Urologia — Doenças genito-urinárias — Peturbações sexuais — Pré-nupcial — CREMEG 602. Av. Rio Branco, 156, sl. 913 — Tel. 242-1071.

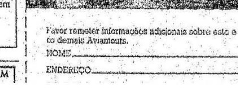
CABELOS BRANCOS? LOÇÃO Brilhante

Aviantour convida para um giro pela Rota Caraíbas & New York.

2 dias em Bogotá:
Saiba o que é o fabuloso Museu do Ouro.
Visite a quinta do herói da América, Simon Bolívar.
E compre de tudo na maior Zona Franca do continente.
3 dias em San Juan:
Os mais luxuosos hotéis do Ocidente e seus fulgurantes cassinos, as relíquias da Ciudad Antigua, a Plaza de Las Américas.
4 dias em New York:
O Empire State, Radio City, a Estátua da Liberdade.
Visite as maiores lojas de departamentos do mundo (Gimbel's e Macy's), Greenwich Village, o Central Park, o Brazilian Pavillion.
2 dias em Orlando:
Dois dias para o fabuloso Disneyworld, o passeio de que você sempre se lembrará.
3 dias em Miami:
Coral Gables, Miami Beach e, sobretudo, o Seaquarium.
E um dia livre para compras.
Preço: 486 dólares por pessoa (parte terrestre).
Saídas todas as 2.as e 5.as, a partir de 1.º de janeiro.
Consulte o seu Agente de Viagens. Ou a Avianca.

Avianca
A 1.ª companhia aérea das Américas.

São Paulo — Av. São Luís, 253 — Loja 10 Tel.: 256-4635.
Rio de Janeiro: — R. México, 11-C —
Tel.: 232-3208 e 231-9783
Curitiba — Porto Alegre — Belo Horizonte



Favor remeter informações adicionais sobre este e os demais Aviantours.
NOME ____
ENDEREÇO ____

abreu
a marca das viagens inesquecíveis

EUROPA MARAVILHOSA
38 DIAS — 10 PAÍSES
PORTUGAL — ESPANHA — FRANÇA — ITÁLIA — AUSTRIA — SUIÇA — ALEMANHA — HOLANDA — BÉLGICA — INGLATERRA
PARTIDAS
JANEIRO — 24
FEVEREIRO — 07 e 14
MARÇO — 07, 14 e 18

EUROPA HOJE
38 DIAS — 10 PAÍSES
PORTUGAL — ESPANHA — FRANÇA — ITÁLIA — AUSTRIA — SUIÇA — ALEMANHA — HOLANDA — BÉLGICA — INGLATERRA
PARTIDAS
JANEIRO — 30
FEVEREIRO — 27

PREÇOS DESDE US$ 520,00
FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO
SEM ENTRADA — JUROS MÍNIMOS
Consulte seu agente de viagens

ABREUTUR S.A. Embratur 188 00 97 e 1325PO7 Cat A

O GLOBO
Empresa Jornalística Brasileira S. A.
DIRETORES
Roberto Marinho
Ricardo Marinho
Rogério Marinho
DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Francisco Graell
DIRETOR-ADMINISTRATIVO
Luiz Paulo J. Vasconcelos
SUBSECRETÁRIO
Ricardo Serran

Sede
RUA IRINEU MARINHO, 35 ZC-14
Caixa Postal 1 090 — ZC-00 Tel.: Rede Interna 244-2000. AGÊNCIAS: — BONSUCESSO: Rua Cardoso de Morais, 115-D — CENTRO: Av. Rio Branco, 185 — Tel.: 222-8686, — Av. Almirante Barroso, 4, Loja D — Tel.: 222-2443 — COPACABANA: Rua Dias da Rocha, 2-B — Tel.: 237-0051 — LARGO DO MACHADO: Largo do Machado, 29, Loja 38 — Tel.: 225-5874 — MÉIER: Rua Ten. Cerqueira Leite, 7 — Tel.: 249-4882 — MADUREIRA: Av. Ministro Edgard Romero, 224 — Tel.: 390-7823 — NOVA IGUAÇU: Av. Amaral Peixoto, 34 — Loja 4 — PENHA: Rua José Maurício, 150 — PETRÓPOLIS: Av. 15 de Novembro, 970 — Loja 12 — Tel.: 42-7849 — TIJUCA: Rua Conde de Bonfim, 406-C — Tel.: 234-3248 — VILA ISABEL: Pça. Barão de Drummond, 9-B — SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Rua Tupis, 203 — Tel.: 22-0811 — BRASÍLIA: Edifício Seguradoras, Conjunto 2, SBS, Loja 3 — Tel.: 23-4515 — Cx. Postal 800 — NITERÓI: Rua Coronel Gomes Machado, 118 — Tel.: 722-1264 — PORTO ALEGRE: Rua dos Andradas, 1.155 — Gr. 703 — Tel.: 24-9720 — RECIFE: Rua do Riachuelo, 105 — Gr. 106 — Tel.: 22-8289 — SALVADOR: Rua Portugal, 30, 7º, s/701/4 — Tels.: 2-0805 e 2-0825 — SÃO PAULO: Av. São Luís, 258, 19º and. — Tel.: 256-9911.

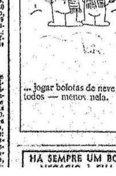
VENDA AVULSA:
DIAS ÚTEIS — Guanabara e E. do Rio: Cr$ 1,00. Brasília (DF), E. Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo: Cr$ 1,20. Demais Estados e Territórios: Cr$ 1,80. DOMINGOS — Guanabara e E. do Rio: Cr$ 1,50. E. Santo, Minas Gerais e São Paulo: Cr$ 1,80. Alagoas, Bahia, Brasília (DF), Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Ca-...

O GLOBO SERVIÇO

O tempo

Hoje, no Rio e em Niterói, tempo nublado, possível instabilidade pela madrugada, bom, com nebulosidade durante o dia, instabilizando-se ao entardecer, com chuvas e trovoadas, principalmente ao norte e zona rural, temperatura estável. Em São Paulo, tempo nublado, ainda sujeito a instabilidade ao norte e oeste, bom, com nebulosidade durante o dia, instabilizando-se no entardecer nas demais regiões, e temperatura estável.

(Mais detalhes no Caderno de Classificados.)



... jogar bolotas de neve em todos — menos nela.

HÁ SEMPRE UM BOM ...

ANEXO AA

Cartas dos leitores

ÁRABES

"O GLOBO publicou em 29-1-74 editorial intitulado "O preço da verdade", a meu ver o mais perfeito até hoje sobre a questão do petróleo. Não resta dúvida de que, em face das reservas previstas, a atitude dos árabes, embora com conotações políticas, é mais um passo em benefício da civilização, sobretudo a ocidental, tão carente de seu verdadeiro sentido, dentro dos princípios morais, religiosos e familiares, dado que o progresso tecnológico afastou o povo da verdadeira finalidade, que é o princípio da solidariedade.

"O citado editorial contesta o artigo do Sr. Eugênio Gudin intitulado "A crise do petróleo" e publicado em O GLOBO de .... 28-1-74 e põe à calva o verdadeiro sentido a ser observado nessa crise, que, se não provocada, seria natural dentro de alguns anos. Com isso, os árabes fizeram com que o mundo despertasse para a amarga realidade do porvir, preparando-se enquanto há tempo e sem os percalços da falta total da energia petrolífera.

"Em **P. S.** ao referido artigo, o Sr. Gudin insiste, em face dos protestos publicados em O GLOBO, na negativa da contribuição árabe à civilização ocidental, decerto confundindo progresso tecnológico com civilização. Esqueceu-se das latitudes em que vivem os ocidentais e os árabes; esqueceu-se de que os árabes possuem em alto grau o senso de dignidade; esqueceu-se de que os árabes são francos, acolhedores, honestos, sinceros, valentes sem arrogância, crentes e tementes a Deus, amantes da família, amigos e trabalhadores. Estes são fatores de civilização, desde que se considere civilização: amor, solidariedade, respeito, dignidade, moral. Ou se entende de que ser civilizado é ser pornográfico, erótico, imoral e desrespeitador?

"A contribuição árabe na península ibérica pode-se aquilatar ainda hoje pela diferença entre Portugal e Espanha, de um lado, e as demais nações européias, do outro, no que tange ao comportamento moral das famílias e à segurança individual.

"Parece-me uma observação caquética a afirmação de que os árabes *no* Brasil *só* contribuem no comércio de tecidos e armarinhos, porque, mesmo que assim fosse, o comércio é o grande propulsor da indústria, do desenvolvimento tecnológico e do intercâmbio internacional. No entanto, os árabes têm contribuído no Brasil com algo diferente de máquinas, dinheiro importado a juros escorchantes e a exploração do braço nacional... Eles constituem famílias, misturando-se com os naturais da terra. Não são racistas. Não exigem de seus descendentes a conservação de suas tradições ou de sua etnia, nem mesmo de sua religião. Meu pai era sírio e muçulmano. Minha mãe, brasileira de 400 anos e católica. Os seus oito filhos brasileiros são católicos ou batista, cristãos, e nenhum se casou com árabe ou seu descendente. Porque os filhos brasileiros de pais árabes são preparados para ser somente brasileiros.

"O Sr. Gudin foi Ministro da Fazenda de um Brasil atrasado, humilhado, desacreditado. Já o Sr. Alfredo Buzaid é Ministro da Justiça de um Brasil adiantado, gigante despertado, progressista, acreditado e servindo de modelo até para a França, chamada expoente máximo da civilização ocidental. Nestes dois ministros temos a representação de dois mundos, de dois conceitos de civilização. (...)

"Agradeço a publicação desta, como seu leitor assíduo e admirador."

Jayme Moniz de Aragão Dáquer, Rio.

INCÊNDIO

"Congratulo-me com o leitor L. C. de Carvalho pela vibrante carta que escreveu e foi publicada em O GLOBO de 3-2-74, sobre o incêndio do edifício Joelma, em São Paulo. Realmente, é de pasmar que um prédio como o referido fosse construído tão inteiramente sem condições de segurança contra incêndio, com escadas tão estreitas que pareciam de navio etc. E mais estarrecedor ainda é que se permita construções assim, que não haja normas imperativas para garantir segurança contra incêndio.

"Como disse o citado leitor, a opinião pública, chocada, enlutada e indignada, exige providências para que o fato não se repita, providências urgentes, urgentíssimas.

"O assunto envolve todas as nossas cidades e não apenas São Paulo. Aqui mesmo no Rio, que morticínios não teriam ocorrido se o incêndio do cinema Ópera tivesse acontecido em ocasião de funcionamento e se o incêndio da Caixa Econômica Federal fosse em horário de expediente?"

R. Moreira, Rio.

MÚSICAS

"Em O GLOBO de 28-1-74 foi publicada carta assinada por A. Dilermando e que fala da Seção de Registro de Músicas que havia na Escola de Música até o dia em que saiu publicada no Diário Oficial a Lei 5 988 de 14-12-73, **que tornou gratuito o registro de composição musical**. Como não foram baixadas *normas para* a continuação dos referidos registros, agora já em regime de gratuidade, o assunto ficou, implicitamente, aguardando instruções.

"Não se trata de reformulação dos preços do registro, como diz o referido missivista, e sim de ordem superior para a continuidade do referido serviço público na forma da nova lei. A Escola de Música não é casa comercial que pudesse aceitar sugestões do referido missivista no sentido de manter o **status** anterior ou que pudesse subir ou baixar preços de seus serviços. As taxas cobradas estavam avaliadas por técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com base em parcela do salário-mínimo. (...)"

Professora Maria Luísa de Mattos Priolli, Supervisora-Geral da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio.

As cartas para publicação devem ser assinadas e conter o nome e endereço completos do remetente.

L. G. Nascimento Silva

Fazer o bolo ou comê-lo? A difícil distribuição da renda

IV—O ponto de equilíbrio

ENTÃO perguntar-se-á: está o País tranqüilo com o atual sistema de distribuição da riqueza? Certamente que não. Preocupa-se o Governo como conseguir um maior distributivismo; não, porém, a preço de paralisar o desenvolvimento econômico, porque então seria pior para todos, e especialmente para as classes trabalhadoras. Mas, sabemos também que não será possível conviver indefinidamente com um índice de Gini da ordem de 0,56 (ainda que seja relativamente questionável esse número). Isso não seria sadio economicamente e, principalmente, não seria socialmente justo.

O PAÍS já sabe que caminha para a sua maturidade econômica, e que deverá atingir breve a era do consumo de massa, dela participando sua enorme população. Esse é um estágio que precisamos atingir como pré-condição para nossa estabilidade político-social. Para tanto é indispensável que continue a haver um reinvestimento de cerca de 15 a 20% da renda nacional. Eis o que impõe a inelutável matemática dos juros compostos aplicados ao estoque de capital do País como requisito de seu crescimento real. Não há "milagre" que se não explique por essa fórmula que impõe sacrifícios e restrições a uma geração para permitir se colham resultados nas gerações futuras. E o que importa, acima de tudo, é assegurar à nação o seu verdadeiro destino.

UMA sociedade industrializada exige mercados consumidores em expansão. E, por mercado consumidor de um país, só se pode entender sua população economicamente ativa, isto é, os que recebem alguma renda, o que entre nós corresponde a cerca de um terço da população total. De um modo geral pode-se dizer que há uma correlação entre o nível de renda individual e a proporção da renda nacional aplicada nas manufaturas. Estamos atingindo um nível de desenvolvimento em que a expansão do mercado consumidor interno se torna mais e mais importante para o acréscimo industrial.

A SOLUÇÃO do problema não é, porém, fácil: ela não se encerra na abstração neutra das fórmulas matemáticas, nem na cálida emoção dos distributivismos antecipatórios. Em comunidades heterogêneas, como a nossa, as oportunidades econômicas tendem a se confinar a grupo limitado de pessoas, por um imperativo da qualificação empresarial, assim como localizar-se nas regiões já desenvolvidas, isso não por uma escolha voluntária, mas como uma imposição das próprias condições de produção mais eficazes e econômicas. A Itália, por exemplo, luta há anos pelo desenvolvimento econômico da sua região sul, concedendo aos empreendimentos nela localizados incentivos semelhantes aos da nossa SUDENE e mesmo assim, não conseguiu gerar condições de equilíbrio entre suas duas porções — a já industrializada e a em desenvolvimento.

O CAPITAL humano é, certamente, de todos os fatores o mais importante no condicionamento das desigualdades regionais e individuais no tocante à distribuição da renda. É nele que devemos trabalhar incessantemente, dirigindo para a educação e a formação profissional o melhor dos esforços nacionais. A verdadeira integração do País só se torna efetiva através de uma população qualificada pela educação e pela profissionalização.

POR OUTRO lado, precisamos assegurar sempre a existência de novos empregos, assim como a mobilidade entre as camadas de nossa população, através da redistribuição de oportunidades, e isso *não se faz* senão através da educação. Acelerar essa mobilidade é criar bases para nossa estabilidade política e social. A estratificação de classes, sua não-permeação, o imobilismo dos interesses investidos, esse sim, é o maior perigo para os países em desenvolvimento, especialmente para os de grandes populações, que a cada ano adicionam à força de trabalho novos e mais numerosos contingentes.

AÍ CHEGAMOS ao papel político do Estado no problema da distribuição de rendas. Não pode ele confinar-se a uma posição neutra nesse terreno. As atividades econômicas desenrolam-se dentro de um quadro institucional, que de um lado reflete a realidade existente e, de outro lado condiciona também os desenvolvimentos futuros, as mutações. É através principalmente das políticas creditícias e tributárias dirigidas para criar estímulos às linhas de desenvolvimento desejado pelo País, que se pode corrigir uma excessiva estratificação, sempre bem defendida pelos interesses investidos, que opõem entraves a qualquer mudança que os afete. Aí é necessário distinguir entre a atividade economicamente vital, que precisa ser amparada e as de caráter especulativo. Os estímulos que serviram a uma determinada conjuntura econômica transformam-se em fatores de injusto enriquecimento em um quadro já diverso.

A POLÍTICA de investimentos quando o país começa a atingir o estágio do consumo de massa, deve-se voltar preferencialmente para os investimentos de base, assim como para o atendimento dos interesses da própria massa. Não é, por exemplo, compreensível que grandes cidades, como Rio e São Paulo, não tenham até hoje um adequado sistema de transporte de massas, que atenda à sua classe trabalhadora. Já se calculou, em número de horas de trabalho, quanto perde a produção do País quando sua população obreira leva de quatro a cinco horas diariamente na ida e volta entre sua residência e o local de trabalho? É compreensível que Salvador, que já está atraindo forte interesse turístico, só agora, graças ao BNH, esteja implantando um sistema de esgotos? Esses são dois exemplos apenas, de tantos outros estruturais que há a corrigir.

A DESIGUALDADE na distribuição da renda, em países que ainda estão fazendo seus grandes investimentos sociais básicos, não *é função* exclusiva dos níveis de salário. Ela se realimenta, mais ainda, pelas carências e pelas condições de vida. A falta de ofertas de educação, de níveis sanitários, de meios de transporte coletivos, de habitação a preços acessíveis, tudo isso cria, mais ainda do que os próprios salários, limitações que mantêm as desigualdades individuais e regionais.

UMA POLÍTICA fiscal preocupada em evitar a concentração excessiva da riqueza, também deve ser paulatinamente implantada, adotando-se mais nitidamente a natureza global progressiva dos tributos, e principalmente distinguindo entre as atividades verdadeiramente produtivas e as de natureza especulativa. Apesar do reduzido efeito corretivo redistributivista dos impostos em termos meramente monetários, essa preocupação é válida e deve ser perseguida, especialmente com o sentido de eqüidade. Os recursos tributários, assim como os incentivos fiscais, devem **ser** canalizados para projetos da mais marcada preocupação com o capital humano e com a infra-estrutura básica.

ENTRE o distributivismo agradável e antecipatório e a concentração usuária dos lucros da produtividade do país há um ponto de equilíbrio justo e sadio — social, como economicamente. Encontrá-lo é a difícil, porém, impostergável tarefa de nossos dirigentes em futuro bem próximo.

Diário Oficial de Minas tem novos preços

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Já estão em vigor desde sábado os novos preços do "Minas Gerais", órgão oficial do Estado, com um aumento de mais de 60 por cento. Uma assinatura anual para funcionários públicos custa agora Cr$ 75,00; para os demais assinantes, Cr$ ... 150,00. O número avulso custa Cr$ 0,90.

O diretor da Imprensa Oficial do Estado, Paulo Campos Guimarães, declarou que essa majoração é imposta pela elevação do custo da mão-de-obra especializada e do preço do papel para imprensa.

Sílvio Santos vai à Justiça defender marcas

O animador de programas de televisão Sílvio Santos, proprietário da firma Publicidade Sílvio Santos Ltda., estabelecida à Rua da Assembléia, 15, sala 46, nesta cidade, ingressou na 2ª Vara Federal com pedido de mandado de segurança contra o presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, porque este negou sua pretensão de registro de marcas.

Sílvio Santos reclama a negativa do registro das marcas "Troféu dos Jornalistas", "Troféu Rei Momo", "Troféu Disco de Ouro", "Troféu Escrete do Ano", "Troféu Disco de Prata" e "Troféu Imprensa".

Prêmio Esso aponta os vencedores

A Comissão de Premiação do Prêmio Esso de Jornalismo 1973 anunciou ontem a relação dos vencedores. O principal prêmio coube a José Marquez, de "O Estado de São Paulo", pela reportagem "Expedição de Contactação dos Índios Kranhacarore".

Viademir Barbosa, da revista "Fatos e Fotos", conquistou o prêmio de fotografia. Outros premiados são: José Hamilton Ribeiro, de "Realidade", na categoria Informação Científica, e Vital Bataglia, de "O Estado de São Paulo", na categoria Informação Esportiva. Houve ainda o prêmio de Melhor Contribuição à Imprensa e prêmios regionais.

Prefeito de Eng. Caldas é baleado

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — O Prefeito da cidade de Engenheiro Caldas, Wander Rodrigues de Souza, de 46 anos, foi internado em estado grave depois de receber dois tiros de revólver desfechados pelo funcionário do Serviço de Vacinação Anti-Aftosa, Emerson de Souza Silva.

Os motivos do crime ainda são desconhecidos. Wander Rodrigues de Souza foi levado para o Hospital São Vicente, de Governador Valadares. Ele foi eleito pela Arena-2 e pertencia ao antigo PSD.

Últimas notícias

POLICIAL SE APOSSA DE CARRO

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — Cláudio da Silva Nunes, de 22 anos, distribuiu à imprensa uma declaração com firma reconhecida, ontem, denunciando ter sido obrigado na Delegacia de Caxias do Sul, com torturas e ameaça de morte, a assinar documento de transferência de seu automóvel para um amigo do delegado.

MORTE NAS ESTRADAS DE MINAS

BELO HORIZONTE (O GLOBO). — Duas pessoas morreram ontem na Estrada Rio—Bahia, altura do quilômetro 826, e 25 ficaram feridas, quando um ônibus da Viação Agreste bateu contra o caminhão de placa de Sergipe IF 5014. Um dos mortos é a estudante Maria Caide Ribeiro, de 17 anos; o outro não foi ainda identificado. Os feridos foram atendidos nos hospitais de Teófilo Otoni.

No quilômetro 420 da BR-381; morreram Francisco Simões, de 46 anos, sua mulher Francisca Irene e seu filho Mauro, quando o Volkswagen em que viajavam bateu no caminhão de chapa RT 4621, de Monte Alegre. Ficou também ferido Leopoldo Hondviolka, motorista de um Opala que chocou-se contra o mesmo caminhão.

Em Uberaba o carro dirigido por Valdir Mendes dos Santos (Volkswagen AG 7770) colheu a bicicleta na qual Sebastião Lino transportava seus três filhos. Morreram Lúcia Helena, de quatro anos, Ivo Lino, de um ano, e ficaram feridos o pai e o outro filho, Eurípedes.

ÁGUA SERÁ ESTERILIZADA

O Presidente da Assembléia Legislativa promulgou lei ontem que obriga os estabelecimentos comerciais e industriais da Guanabara, que servem refeições e bebidas, assim como os que disponham ou mantenham refeitório próprio destinado a seus empregados, a proceder à esterilização da água potável utilizada ou servida. A mesma lei esclarece que somente será permitida a utilização de processos de esterilização que não provoquem alteração das propriedades químicas e organolépticas da água.

ASSALTANTE PRESO EM NITERÓI

NITERÓI (O GLOBO) — Depois de uma semana de investigações em diversos bairros de São Gonçalo, policiais da Delegacia de Neves prenderam ontem de madrugada o assaltante Edevaldo Ramos Pereira, o **Macumba**, membro de uma quadrilha que agia no Rio e em Niterói. Cercado por numerosos policiais em seu barraco da Rua Teixeira de Abreu, bairro de Colubandê, ele não ofereceu resistência, embora tivesse uma metralhadora portátil pertencente à Brigada Militar do Rio Grande do Sul e uma pistola de grosso calibre. Acusado de vários assaltos, na delegacia ele confessou apenas sua participação em um, contra uma serraria em Itaipu, juntamente com os assaltantes Nelson, Roberto e Pascoal. Dali roubaram Cr$ 21 mil.

TERRA GIRA MAIS DEPRESSA

PARIS (FP — O GLOBO) — A Terra teve a sua rotação acelerada de maneira notável nos primeiros dias de 1974, com sensível diminuição na duração dos dias. A informação foi divulgada ontem pelo astrônomo André Lallemand perante a Academia de Ciências, acentuando que o fenômeno foi notado mais especificamente pelos especialistas do Escritório Internacional da Hora, sediado em Paris. O comunicado indica que produziu-se uma "redução de aproximadamente 0,001 segundo, perturbação esta mais abrupta e jamais sentida". Em janeiro de 1972, os cientistas comprovaram que a duração média do dia, de 86 400 segundos, era ultrapassada em 0,0033 segundos. Nos fins de 1973, começou o período de irregularidades, cujo efeito médio correspondia a uma aceleração na rotação da Terra, de forma que, o excesso da duração do dia passava a ser de 0,0020 segundos no fim de janeiro de 1974. Quanto aos "transtornos" que teriam determinado esta aceleração, ainda não está bem definido, mas uma corrente de cientistas supõe que há correlação com a velocidade dos ventos, a 30 mil metros de altitude, aproximadamente.

VENEZUELA PESQUISA PRÉ-HISTÓRIA

CARACAS (AP — O GLOBO) — Um grupo de 30 cientistas começará a estudar, hoje, uma região venezuelana onde se supõe que ainda exista vida pré-histórica. A expedição investigará três platôs que já fizeram parte do território brasileiro, e que integram agora uma das poucas regiões do mundo que ainda não foram exploradas. Os cientistas esperam encontrar animais e plantas já considerados extintos, especialmente no maior dos três platôs com um diâmetro aproximado de 400 metros, e cerca de 300 metros de profundidade, com paredes que caem verticalmente até o fundo e diversas pequenas quedas de água. A exploração é realizada sob os auspícios da Sociedade de Venezuelana de Ciências Naturals, com apoio da Força Aérea do país. Os platôs são conhecidos pelos nomes de Jauá, Guanacoco e Sarinama, e ficam situados 700 quilômetros ao sul de Caracas, perto da fronteira do Brasil.

HOTUR
Apresenta
Excursão
inédita
BELÉM–BRASÍLIA
11 dias inesquecíveis
Rio, Belo Horizonte, Brasília, Belém.
Ida — Ônibus
Volta — Boeing da VASP
Cr$170,00
mensais
Consulte seu Agente de Viagens ou procure a HOTUR
Rua Anfilófio de Carvalho, 29, gr. 1 315/17 — Tels. 224-8024 e 224-1143.

O GLOBO
Empresa Jornalística Brasileira S. A.
DIRETORES
Roberto Marinho
Ricardo Marinho
Rogério Marinho
DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Francisco Grael
DIRETOR-ADMINISTRATIVO
Luiz Paulo J. Vasconcelos
SUBSECRETÁRIO
Ricardo Serran
Sede
RUA IRINEU MARINHO, 35 ZC-14
Caixa Postal 1 090 — ZC-00 Tel.: Rede Interna 244-2000. AGÊNCIAS: — BONSUCESSO: Rua Cardoso de Morais, 115-D — CENTRO: Av. Rio Branco, 185 — Tel.: 222-9536 — Av. Almirante Barroso, 4, Loja D — Tel.: 222-2443 — COPACABANA: Rua Dias da Rocha, 9-B — Tel.: 237-0051 — LARGO DO MACHADO: Largo do Machado, 29, Loja 38 — Tel.: 225-5974 — MÉIER: Rua Ten. Cerqueira Leite, 7 — Tel.: 249-4882 — MADUREIRA: Av. Ministro Edgard Romero, 224 — Tel.: 390-7823 — NOVA IGUAÇU: Av. Amaral Peixoto, 34 — Loja 4 — PENHA: Rua José Maurício, 180 — PETRÓPOLIS: Av. 15 de Novembro, 970 — Loja 12 — Tel.: 42-7549 — TIJUCA: Rua Conde de Bonfim, 406-C — Tel.: 234-3248 — VILA ISABEL: Pça. Barão de Drummond, 9-B — SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Rua Tupis, 203 — Tel.: 22-0311 — BRASÍLIA: Edifício Seguradoras, Conjunto 2, SBS, Loja 3 — Tel.: 23-4515 — Cx. Postal 800 — NITERÓI: Rua Coronel Gomes Machado, 118 — Tel.: 722-1264 — PORTO ALEGRE: Rua dos Andradas, 1 155 — Gr. 706 — Tel.: 24-9720 — RECIFE: Rua do Riachuelo, 108 — Gr. 106 — Tel.: 22-6289 — SALVADOR: Rua Portugal, 30, 7º, s/701/4 — Tels.: 2-0665 e 2-0626 — SÃO PAULO: Av. São Luís, 258, 19º and. — Tel.: 256-9911.
VENDA AVULSA:
DIAS ÚTEIS — Guanabara e E. do Rio: Cr$ 1,00. Brasília (DF), E. Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo: Cr$ 1,20. Demais Estados e Territórios: Cr$ 1,50. DOMINGOS — Guanabara e E. do Rio: Cr$ 1,50. E. Santo, Minas Gerais e São Paulo: Cr$ 1,80. Alagoas, Bahia, Brasília (DF), Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe: Cr$ 2,00.

1.º/7.º Grupo de Aviação tem novo comandante

SALVADOR (O GLOBO) — O Coronel Oduvaldo Lacerda, carioca, de 40 anos de idade, é o novo comandante do 1.º/7.º Grupo de Aviação, com base em Salvador. A solenidade de posse foi presidida pelo Comandante do Comando Costeiro, Brigadeiro Alberto da Costa.

Ex-Chefe de Operações do Estado-Maior do Comando Costeiro — ao qual o 1.º/7.º Grupo de Aviação está subordinado — o Coronel Oduvaldo Lacerda substitui no posto o Coronel Luís Carlos Boavista Acioli, que foi designado Subcomandante da Base Aérea de Brasília.

DR. GILVAN TORRES
Urologia — Doenças genito-urinárias — Perturbações se-

Promotor atribui queda da Gameleira a Cardozo

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Dentro de no máximo 10 dias, o juiz Walter Veado, da Sétima Vara Criminal, pronunciará sua sentença sobre o desabamento do Pavilhão da Gameleira, encerrando um processo que se arrasta na Justiça de Minas há três anos.

O promotor Raposo Lima oficiou sua denúncia na audiência de ontem somente contra o calculista Joaquim Moreira Cardozo, "autor do cálculo da superestrutura, por erros técnicos nele contidos", e contra os engenheiros Ernesto Breitinger e Alfio Scorza, "pela má condição do processo de descimbramento (retirada do escoramento)".

Prazo

Ao encerrar a audiência de instrução e julgamento, realizada ontem — quando fazia exatamente três anos que ocorreu a tragédia em que morreram 64 operários sob 10 mil toneladas de concreto —, o juiz pediu prazo para estudar os autos.

De qualquer forma, a sentença não será pronunciada contra as empresas Sergen, do Rio, e Sobraf, de São Paulo, excluídas da denúncia pelo promotor Francisco Raposo Lima. Também não deverá atingir ao engenheiro Paulo Lorena, da Sobraf, que surpreendentemente teve o seu nome retirado da denúncia pelo representante do Ministério Público.

É impossível prever a sentença a ser dada pelo juiz Walter Veado, e o advogado de defesa de Joaquim Cardozo —, o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Evandro Lins e Silva —, levantou um novo problema no caso da Gameleira: a dúvida sobre o laudo pericial.

Incidente

sual quando o advogado da Sobraf, Raimundo Pascoal Barbosa, com a conivência dos seus companheiros de defesa, arguiu a nulidade do processo, por não estarem denunciadas as empresas Sergen e Ciurbe.

O Promotor Raposo Lima respondeu que também o procurador-geral do Estado, ouvido a respeito por recomendação do juiz Walter Veado, subscreveu as razões apresentadas pelo representante do Ministério Público. Dessa forma, as empresas Sergen e Ciurbe foram definitivamente afastadas do processo, por força do artigo 28 do Código do Processo Penal

No Forum Lafaiete comenta-se que a exclusão das duas empresas foi uma vitória do advogado Marcelo Linhares, da Sergen, que conseguiu, durante as férias forenses, a manifestação do juiz, do promotor e do procurador-geral do Estado.

Dúvidas

Mas as dúvidas nasceram com a extensa exposição do advogado de Joaquim Cardozo: enquanto todos acusavam clara ou implicitamente o calculista, Evandro Lins e Silva acusou de incompetente e contraditória a Comissão de Peritos que preparou o laudo sobre o desabamento.

Por seu turno, ao defender Ernesto Breitinger, do escritório Joaquim Cardozo, o advogado mineiro Ariosvaldo Campos Pires afirmou que o engenheiro "não calculou, não participou das fundações, não executou ou fiscalizou" os trabalhos de construção do Parque da Gameleira. Segundo Ariosvaldo, Breitinger compareceu à obra duas ou três vezes "para transmitir, como simples

ria colocado na placa de bronze inaugural, que razão havia em colocá-lo "no rol dos culpados?"

O advogado de Paulo Lorena e Alfio Scorza, da Sobraf, responsável pelas fundações também acusou diretamente a Joaquim Cardozo. Segundo o advogado Raimundo Pascoal Barbosa, a conclusão dos peritos aponta "a exagerada concentração de tensões nos apoios das vigas" como causa do desabamento. E acrescentou que o laudo pericial conclui que o "desabamento decorreu do erro de cálculo de armadura que deveria suportar aquela concentração de tensões".

Defesa

O ex-Ministro Evandro Lins, citando Oscar Niemeyer, autor do projeto da Gameleira, o arquiteto Lúcio Costa e, principalmente, Rudolf Saliger, professor da Escola Politécnica de Viena, ridicularizou a denúncia do promotor público, mostrando as contradições dos peritos e sua incompetência no caso.

"Eu temo não dar à defesa de Joaquim Cardozo a dimensão de Joaquim Cardozo" — bradou Evandro Lins e Silva, que traçou um perfil artístico e humano do poeta-calculista, escudado em depoimentos de intelectuais. Acusou a Sergen de "incapaz para a execução de projetos de Niemeyer", por colocar engenheiros inexperientes na construção do Pavilhão da Gameleira, e não admitiu qualquer dúvida sobre a capacidade de Cardozo, "um gênio cujas obras estão em Brasília — como a Catedral — desafiando o tempo". E resumiu:

"Quem fez cálculos complicados como o da Catedral de

Mais um corpo encontrado no rio Jacuí

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — Com o resgate do corpo da menina Salete da Silva Rocha, de 9 anos, das águas do Rio Jacuí, na manhã de ontem, subiu para quatro o número de vítimas do choque entre os barcos "Taquarense" e "Theotonia", ocorrido domingo durante a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, em Charqueadas.

Embora testemunhas do acidente insistam em afirmar que pelo menos cinco pessoas ainda continuam desaparecidas, os bombeiros suspenderam as buscas após o resgate da quarta vítima, porque a Delegacia de Polícia de São Jerônimo recebeu comunicação do desaparecimento apenas das quatro vítimas já retiradas da água.

Ontem à tarde os mestres Salvador dos Santos, do "Taquarense", e Manoel Ignacio de Souza Lima, do "Theotonia", foram ouvidos na Delegacia da Capitania dos Portos.

As autoridades portuárias informaram, no entanto, que as embarcações que participaram da Procissão navegavam sem autorização nem licença para transportar passageiros.

O GLOBO SERVIÇO

O TEMPO

Hoje, no Rio e em Niterói, tempo bom, com nebulosidade, temperatura estável. Em São Paulo, tempo bom, com nebulosidade, instabilidade à tarde,

abreu
a marca das viagens inesquecíveis
EUROPA MARAVILHOSA
38 DIAS — 10 PAÍSES
PORTUGAL – ESPANHA – FRANÇA – ITÁLIA – ÁUSTRIA – SUÍÇA – ALEMANHA – HOLANDA – BÉLGICA – INGLATERRA
PARTIDAS
FEVEREIRO — 07 e 14
MARÇO — 07, 14 e 18
EUROPA HOJE
38 DIAS — 10 PAÍSES
PORTUGAL – ESPANHA – FRANÇA – ITÁLIA – ÁUSTRIA – SUÍÇA – ALEMANHA – HOLANDA – BÉLGICA – INGLATERRA
PARTIDAS
FEVEREIRO — 27
PREÇOS DESDE US$ 520,00
FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO
SEM ENTRADA — JUROS MÍNIMOS
Consulte seu agente de viagens
ABREUTUR S.A. Embratur 168 GB 67 e 132SP67 Cat A
Rio de Janeiro – Rua México, 21 A Loja
Fones 232 2300/09 08 07 06

ANEXO BB

O pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel foi recebido pelo empresariado brasileiro como uma mensagem realista mas ao mesmo tempo de estímulo à produção nacional. Um dos aspectos ressaltados foi a ênfase dada aos setores básicos que envolvem o petróleo, a energia elétrica e a produção siderúrgica. Algumas personalidades ouvidas pelo O GLOBO disseram que o novo Governo deverá corrigir rumos adequando-os às novas realidades. Mas todos foram unânimes em elogiar o espírito de continuidade anunciado por Geisel, sem que isto implique renúncia a novas soluções exigidas pelo desenvolvimento.

Empresariado apóia diretrizes do Governo Geisel

A NOVA estratégia visando a ajustar a economia nacional à crise de petróleo foi destacada, pelo presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Raul de Góes.

— A decisão do Governo Geisel de conferir ao problema um enfoque global — abrangendo desde a intensificação das pesquisas petrolíferas ao aproveitamento de novos recursos hidrelétricos, carboníferos e de xisto à produção de energia nuclear — constitui um dado da maior importância — observou o presidente Raul de Góes.

Empresa nacional

Para Raul de Góes na exploração racional de nossas potencialidades está a resposta para que o Brasil prossiga em seu trabalho de uma montagem de uma sociedade moderna e produtiva, digna da sua configuração territorial e expressão demográfica.

— Outro ponto importante do programa Geisel — disse —, é o referente ao fortalecimento da empresa privada nacional. A prioridade agora conferida vinha sendo reclamada, de há muito, pelas instituições que representam, legitimamente, os interesses e aspirações do comércio, da indústria e da agricultura. Reconheceu o Presidente Geisel, a "relativa estagnação da empresa privada nacional", na atual estrutura econômica. A decisão de fortalecê-la, a fim de que ela "venha a ocupar o lugar de equilíbrio que lhe compete", mostra que o Presidente da República está disposto a completar, em seu quinquênio, um processo de modernização econômica e de estabilidade social que só pode ser considerado plenamente cumprido no dia em que as empresas nacionais — particularmente as de pequeno e médio portes — se sentirem realizadas dentro do contexto produtivo na Nação, quer em termos de ajustamento tecnológico, quer no tocante à circulação de seus produtos.

Lembrou que a expansão do mercado interno constitui uma das aspirações mais profundas do sistema empresarial brasileiro.

— A determinação do Presidente Geisel de corrigir anomalias existentes no sistema de distribuição de renda e estender às populações do interior os benefícios da modernização social e do convívio humano representa desde já a segurança de que o problema básico da conquista do mercado interno, só possível através do aumento da renda de milhões de brasileiros, teve a sua prioridade proclamada — concluiu Raul de Góes.

Garantia

O presidente da Federação das Indústrias da Guanabara, Mário Leão Ludolf, disse que o setor industrial carioca considera o primeiro pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel uma garantia de que haverá continuidade da política econômico-financeira dos governos revolucionários que lhe antecederam. E como se sabe, essa política alcançou bons resultados nos últimos anos, expressos no controle da expansão da taxa de inflação e nos elevados índices de crescimento do Produto Interno Bruto.

O presidente do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, Sílvio Cunha, disse que todas as providências anunciadas pelo Presidente da República no sentido de amparar a indústria nacional trarão, indiretamente, também benefícios para o comércio lojista porque um setor não pode viver sem o outro e estão ligados pelos mesmos interesses econômicos e sociais, embora à primeira vista seus interesses pareçam contraditórios.

Lembrou que alguns dos pontos abordados pelo Presidente da República já estavam sendo examinados pelos lojistas, a fim de serem levados à apreciação do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, tendo em vista melhorar o poder de compra dos consumidores.

Alguns desses pontos, lembrou, foram objeto de exame na última reunião do Clube dos Diretores Lojistas, realizada ontem, que são, entre outros, os seguintes: aumento do teto de isenção do Imposto de Renda; revisão das alíquotas do IPI e ICM, que sobrecarregam os preços das mercadorias e, conseqüentemente, concorrem para o aumento do custo de vida; estudo de mudança da sistemática da cobrança do ICM sobre as vendas, de modo que êste tributo seja cobrado apenas nas vendas a crédito e não sobre o valor da venda; isenção do ICM sobre os acréscimos financeiros nos crediários, porque existe atualmente desigualdade de tratamento entre o lojista que financia suas vendas a crédito, com capital próprio, e o lojista que se utiliza de instituições financeiras; e, finalmente, facilidade de crédito bancário para financiamento do capital de giro do comércio e da indústria.

Previdência

O presidente da Federação do Comércio Varejista da Guanabara, Mozart Amaral, que também acumula a presidência do SESC, disse que, em linhas gerais, o discurso do Presidente da República deu ênfase à continuidade dos Governos revolucionários anteriores. Lembrou, contudo, que a fala presidencial trouxe uma novidade importante, ao anunciar providências na área da Previdência Social, através da concentração de esforços e união de objetivos com a criação do Ministério da Previdência Social, medida que está certo vai apresentar resultados altamente positivos.

SIDERURGIA RECEBE MAIS ESTÍMULO

Na área siderúrgica, o pronunciamento do Presidente Geisel foi recebido como novo estímulo à produção. Ao falar em maturidade do parque produtor de aço, ele estaria se referindo implicitamente a programas capazes de aperfeiçoar e apressar os atuais, o que significa mais em mesmo tempo aço para o mercado interno e para a exportação. Disseram os técnicos que o discurso de Geisel coincide com a ascensão do Brasil do 17º par o 16º lugar entre os maiores produtores mundiais de aço, posição essa que já supera a da República Democrática da Alemanha e da Suécia.

Em linhas gerais, as metas anunciadas pelo Governo foram consideradas sóbrias, e de alto alcance, não só pelo sentido econômico, mas também pelos aspectos sociais que abordam. Os empresários siderúrgicos acham que a fala presidencial transmitiu aos diversos setores da economia a certeza de que todos podem trabalhar com tranqüilidade.

Satisfação

O General Plínio Pitaluga, diretor da Coqueria Central, afirmou a O GLOBO que a ênfase preconizada pelo Presidente Geisel no setor siderúrgico dá maior esperança ao setor como um todo.

— Embora estejamos caminhando para uma produção de 25 milhões de toneladas, todos nós sabemos que esse número está muito aquém da produção de outros países. No ano passado, os Estados Unidos produziram 136 milhões de t, a União Soviética 131 milhões e o Japão 119 milhões. Acredito que possamos partir dentro de pouco tempo para uma produção bem mais alta e que antes do ano 2000 estejamos emparelhados realmente com os grandes.

— Li todo o pronunciamento do General Geisel e como empresário, embora novo, só posso manifestar minha satisfação diante de documento tão equilibrado. O Governo da Revolução é dinâmico por excelência; portanto, a continuidade administrativa longe está de qualquer imobilismo. Daí porque acredito que o setor siderúrgico continuará a ser amplamente estimulado.

O engenheiro Wilkie Moreira Barbosa, ex-presidente da Acesita e do Instituto Brasileiro de Siderurgia, afirmou que o pronunciamento de Geisel deve ser lido e guardado, pois trata-se de um "roteiro de trabalho que deve ser meditado por todos os brasileiros".

— O documento ofereceu-me uma impressão magnífica, sobressaindo dele um conteúdo de austeridade sem arrogância. O Presidente faz um depoimento realista sem ser pessimista.

Quanto ao setor do aço, não tenho dúvidas de que levará adiante os planos já traçados, que terão que ser reformulados à medida que a conjuntura se modifique. Deverão ser feitos acertos de rumos, pois muitos fatos novos, como escassez de matérias-primas e o problema da energia gerado pelo petróleo, deverão influir para isso. Acabando de cursar a Escola Superior de Guerra, vejo que o discurso do Presidente Geisel representará para mim um valioso instrumento não só de consulta, mas de meditação.

OTIMISMO NOS MEIOS FINANCEIROS

SÃO PAULO (O GLOBO) — Nos meios econômicos e financeiros, o pronunciamento do Presidente Geisel foi recebido ontem com muito otimismo e até com euforia no mercado de ações, que apresentou a maior valorização do ano. A própria extensão do discurso e a abordagem geral das perspectivas do panorama político-econômico foi interpretado como sinais positivos porque, segundo os observadores, os pronunciamentos anteriores do atual Presidente caracterizavam-se por estilo mais sóbrio.

A manutenção da abertura para o ingresso do capital estrangeiro, a necessidade de dinamizar as exportações, o fortalecimento da empresa privada nacional e o saneamento do mercado de capitais foram, de modo geral, os itens do pronunciamento que encontraram maiores repercussões entre os empresários e técnicos do mercado financeiro.

"Com base no pronunciamento do Presidente Geisel, — afirma Edmar Cid Ferreira, presidente da Cid Ferreira — Comércio Exterior —, podemos prever para este ano ingresso líquido de recursos, em empréstimos e financiamentos, no valor de 5,4 bilhões de dólares". Esse montante equivale ao dobro das injeções líquidas verificadas no ano passado.

Cid Ferreira destaca ainda o fato de Geisel haver feito alusão à possibilidade de os países árabes participarem, com seus recursos monetários, do processo de desenvolvimento brasileiro. Na sua opinião, essa referência feita pelo Presidente da República pode inclusive significar que os primeiros entendimentos já tenham sido mantidos. Destaca ainda que atualmente o mundo árabe dispõe do maior volume disponível de recursos para investir no exterior e que se essas aplicações forem canalizadas para o Brasil, principalmente no setor agrícola, poderão criar as bases para incremento das exportações brasileiras para aquela região.

Individamento

Maior abertura para o capital externo poderia, em princípio, agravar a relação entre o volume de exportações e o índice de endividamento. Cid Ferreira esclarece, porém, que, com base nos resultados dos dois primeiros meses do ano, pode-se prever crescimento de 40 por cento nas exportações, que totalizariam 8 bilhões de dólares este ano, contra 6,2 bilhões (preço FOB), em 1973.

Destacou as perspectivas favoráveis das exportações de produtos primários, devido ao crescimento da safra de milho, soja e café e à alta desses produtos no mercado internacional, principalmente com relação ao cacau. Lembrou ainda o compromisso que as empresas multinacionais têm com o governo na exportação de manufaturados.

Cid Ferreira lembrou ainda o propósito do Governo Geisel em obter dos países mais desenvolvidos tratamento justo para as exportações brasileiras. Disse não acreditar que os sindicatos de importadores dos Estados Unidos venham a prejudicar nossas exportações "porque o pronunciamento do novo presidente deixa entender que já existe alguma garantia nesse sentido".

Embora, de início, a relação entre exportadores e dívida externa possa apresentar aspectos desfavoráveis, Cid Ferreira destaca que, dentro de dois a três anos, as importações sofrerão um processo de estagnação, quando estiverem concluídos os projetos de implantação ou ampliação de empreendimentos industriais.

Mercado de capitais

"A adjetivação de um discurso presidencial certamente é feita com muito cuidado", comenta Jobert Rovai, do Banco Itaú de Investimento. Segundo ele, se Geisel afirmou que "buscará prontas e eficientes medidas" para sanear e fortalecer o mercado de capitais e cuidar dos interesses dos pequenos investidores é porque essas medidas serão mesmo adotadas a curto prazo.

Rovai destaca ainda a decisão do Governo em fortalecer a empresa privada nacional. Para Cid Ferreira, o fortalecimento dessas empresas significará o preenchimento de uma lacuna existente entre a empresa estatal e as empresas privadas de capital estrangeiro.

Ao se referir ao discurso do Presidente Geisel, José Papa Júnior, presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo, disse que o empresariado acolheu com satisfação o pronunciamento, notadamente no tocante à necessidade de readequação da empresa, visando sua capacitação para competir em pé de igualdade com empresas estrangeiras de melhor porte tecnológico.

MINAS ESPERA POR MELHOR OPORTUNIDADE

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — O empresariado mineiro, apesar de grande parte não ter lido o pronunciamento do presidente Ernesto Geisel, manifestou sua confiança no novo governo. Alguns industriais chegaram a lamentar o fato do discurso não haver sido transmitido pela televisão.

Entretanto, Nansen Araújo, diretor da Nansen S. A. que produz medidores de energia elétrica, e delegado em Minas da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletronica, vê com satisfação os setores de siderurgia e eletronica situados em nível de prioridade de Geisel.

Para Fábio de Araújo Mota, presidente da Federação da Indústria de Minas Gerais, "é indispensável que os empresários tenham disposição, perseverança até o ponto do sacrifício e capacidade de evoluir e adaptar-se às novas técnicas, enxergando com clarividência as perspectivas do futuro".

Nansen Araújo, entretanto, mais objetivo, entende que o Governo Geisel, valorizando a siderurgia, "vai corrigir o que deveria ter acontecido há muito".

Oportunidade

Salientou que a siderurgia brasileira, especialmente a mineira, "foi abandonada durante muito tempo, embora se desse ênfase à manufatura, que tem sua base no ferro e aço". Frisou que Minas esteve abandonada, neste setor, até agora, com o governo construindo siderúrgicas em outros Estados — como a última que será no Espírito Santo — e "buscando minério mineiro".

O Deputado João Ferraz, da Arena, velho defensor da criação da Açominas, acredita que o empreendimento terá vez agora. Comenta-se na Assembléia Legislativa de Minas e entre empresários, que o projeto da Açominas sempre contou com a resistência dos ex-Ministros Dias Leite, de Minas e Energia, e

JUÍZO DE DIREITO DA VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DA GUANABARA

EDITAL

De notificação, com prazo de 20 (vinte) dias para ciência de terceiros interessados, na forma abaixo ....

O Doutor Luiz Carlos Salles Guimarães, juiz substituto, em exercício na Vigésima Primeira Vara Cível da Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara,

FAZ ——— SABER

aos que o presente edital de notificação, com o prazo de 20 (vinte) dias, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que pelo presente edital de notificação, se dá ciência a terceiros interessados que por este juízo e cartório foi deferido e executado o arresto requerido nos autos da ação executiva proposta por José Patrus de Souza contra Mário Armando Winckler, nos termos das peças adiante transcritas: .... petição inicial: "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível. José Patrus de Souza, brasileiro, casado, engenheiro e industrial, residente e domiciliado em Belo Horizonte, à Rua Bueno Brandão n.º 186, por seu advogado que esta subscreve, vem, com fundamento no Código de Processo Civil, propor contra Mário Armando Winckler, residente na Cidade do Rio de Janeiro (GB), à Rua Senador Pompeu, 203 — apt. 203, casado, madeireiro. C. P. F. .... 193.002.537 a ação executiva de cobrança, precedida de medida de arresto, sendo que para tanto, expõe e requer a V. Ex.ª o seguinte: I —) que o suplicante é credor da importância de Cr$ 1.110.000,00 (hum milhão, cento e dez mil cruzeiros), representada por 6 (seis), notas promissórias de emissão do suplicado, já vencidas e não pagas, devidamente registradas na Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte, conforme cópias xerográficas anexas e relação abaixo: a) — N. promissória 01/73 — Cr$ 135.000,00 — vencida em 28/3/73. — B) — N. Promissória 02/73 Cr$ 135.000,00 — vencida em 30/4/73. — C) — N. promissória 03/73 — .... Cr$ 185.000,00 — vencida em 30/5/73. — D) — N. promissória 04/73 — .... Cr$ 185.000,00 — vencida em 30/6/73. — E) — N. promissória 05/73 — Cr$ 185.000,00, — vencida em 30/7/73. — F) — N. promissória 06/73 — Cr$ 285.000,00 — vencida em 30/8/73. — II — Preliminar — que, o suplicante vem solicitar a V. Ex.ª que determine a medida preventiva de arresto em tantos bens quanto bastem para cobrir o débito e suas cominações. Tal medida se faz necessária, uma vez que o suplicado está dilapidando todo o seu patrimônio, para se furtar ao pagamento desta dívida e de outras, o que pode facilmente ser comprovado, pois já se obteve informações que o mesmo já transferiu seu domicílio para o Estado do Pará, ficando na Guanabara somente ações executivas, títulos protestados e a presunção de haver ficado na praça um grande desfalque de conseqüências incomensuráveis. Assim, considerando, que se tal medida não for concedida, poderá o suplicado causar lesões de difícil e incerta reparação, pelo o suplicante pedir-lhe, digo, o suplicante pedi-la a V. Ex.ª solicitando que entre os bens do suplicado a serem arrestados, seja primeiramente arrestado 600.000 (seiscentas mil) ações, nominativas preferenciais, emitidas por Ligas de Alumínio S/A., de n.os 1758-60.000 — desdobrada em cautelas 1758/1 — 1758/2 e 1758/3 de 20.000 cada, no total de 60.000 ações. — 100.000. Cautelas 1763/6 a 1763/34 — de 10.000 cada, 300.000 Cautelas 1763/35 a 1763/54 — de 5.000 cada 100.00. — Cautelas 1763/55 a 1763/74 — de 2.000 cada — 40.000 — total — ... 540.000. Sendo que tão logo se efetive a medida, ora solicitada, deverá V. Ex.ª oficiar a firma mencionada da medida determinada; bem como permitir que o suplicante publique editais, em jornais de grande circulação no País contendo o despacho de V. Ex.ª: III — Que, após concedida e feita a medida de segurança preliminar, solicita o suplicante que se prossiga a ação executiva em todos os termos e atos até final, vez que, por não ter sido possível receber amigavelmente a referida quantia, o suplicante vê-se compelido a lançar mão da presente ação executiva e da medida de arresto; — IV — Que, por conseguinte, vem requerer a V. Ex.ª a citação do requerido, para, no prazo da lei pagar a quantia de Cr$ 1.110.000,00, acrescida dos juros de mora, custas e honorários de advogado 20%, Lei n.º 4632, de 18 de maio de 1965; — V — Que efetivado o arresto, tomado este como penhora da ação executiva, requer seja o réu dela intimado, para que apresente sua defesa, bem como valha a citação (requerida no articulado), para acompanhar, em todos os atos e termos, sob pena de revelia, o desenvolvimento da presente ação, que será julgada procedente, com a condenação do requerido no pagamento não só do principal, como também dos juros de mora e, demais encargos de direito referidos no articulado anterior; — VI — Que para as diligências, requer o suplicante se digne, V. Ex.ª autorizar o oficial de Justiça a fazer uso, se necessário, do que dispõe o parágrafo 1.º do artigo 5.º, do Código de Processo Civil; — VII — Que protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, notadamente inquirição de testemunhas, perícias, juntada de documentos e depoimento, pessoa do réu, sob pena de confissão; — VIII — Que atribui à presente o valor de .... Cr$ 1.110.000,00 (hum milhão, cento e dez mil cruzeiros) nestes termos, pede deferimento. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1973. (A) Edivaldo George dos Santos — OAB — 14.842 — MG — CPF-046.408.266 .... distribuição: seção de distribuição: — 4 21ª Vara Cível. — Ao 1.º Distribuidor. — em 30 de novembro de 1973. (A) — Ilegível. — Despacho de fls. 13 — "Defiro o arresto, em face da comprovação de obrigação líquida, constantes dos títulos cujas cópias instruem a inicial, bem como da plausível possibilidade de frustrar-se a execução se dada audiência à parte contrária (fls. 5). Dê-se mandado. GB .... 5.12.73 (a) Paulo Roberto de Freitas ....; Petição de fls. 15 — Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 21ª Vara Cível. — José Patrus de Souza, por seu procurador infra-assinado, nos autos da ação executiva que move Mário Armando Winckler, vem abaixo expor e afinal requerer: feito o arresto como de fato se faz determino este Juízo que seja dada ciência à empresa Ligas de Alumínio S/A., emitente das ações ora arrestadas, da medida preventida feita, devendo a mesma abster-se proceder qualquer transferência, pagamentos de dividendos ou de bonificações das referidas, digo bonificação das referidas ações, bem como das subscrições. Requer ainda que, seja por edital dada a ciência a terceiros interessados do arresto feito sobre as mencionadas ações. N. termos, p. deferimento. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1973 (A) Edivaldo George dos Santos — OAB — 14.842. — MG — — Despacho de fls. 15 —: "J. sim. Prazo de 20 dias. GB. 12.12.73 (a) Paulo Roberto de A. Freitas. .... Encerramento: em virtude do que mandei expedir o presente edital de notificação, com prazo de 20 (vinte) dias, para ciência de terceiros interessados, em 3 vias de igual teor que serão publicadas e afixadas na forma da lei .... dado e passado nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, aos trinta e um dias, do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três .... eu Benedicto Climério Pimenta Pereira escrevente, datilógrafo .... eu — João Rea da Fonseca ——— escrivão substituto, subscrevo.

(a) Luiz Carlos Salles Guimarães
Juiz Substituto
Está conforme o original.
João Rea da Fonseca —
Substituto

Balanço da Economia Brasileira em 1973
No 2º número de CONJUNTURA ECONÔMICA de 1974

leia a edição especial de CONJ. ECONÔMICA
RETROSPECTO DE 1973
228 páginas À venda nas bancas
CR$ 12,00
CONJUNTURA ECONÔMICA
é também encontrada nas livrarias da FGV — Praia de Botafogo, 190
Av. Graça Aranha, 26 – Lojas C e H

COMPANHIA TELEFÔNICA BRASILEIRA
SUBSIDIÁRIA DA TELEBRÁS

Caixa Postal 450 — ZC-00 — Telex 031.260 — Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil
CGC 33.000.118 — GEMEC R-70/3638 — SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO — EDI — DEF — 09/74

ENTREGA DE CAUTELAS DE BONIFICAÇÃO E PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A Companhia Telefônica Brasileira comunica aos acionistas residentes em MAGÉ, que no dia 22 de março de 1974, será feita a entrega das cautelas de ações referentes às bonificações concedidas pelas AGE'S de 05-12-72 (50 por cento) e 30-04-73 (25 por cento), aos titulares de ações emitidas e possuídas nessas datas, bem como, o pagamento de dividendos referentes ao exercício de 1972.

Os acionistas ou seus procuradores, devidamente credenciados, serão atendidos na Agência da União de Bancos Brasileiros, situada à Rua Dr. Siqueira, 288, no horário comercial.

Será indispensável a apresentação dos seguintes documentos:

1 — Identidade.
2 — Cartão de identificação do contribuinte (CPF ou CGC).
3 — Cautelas e/ou comprovantes de venda em Bolsa (fatura da Corretora ou Guia da Bolsa).
4 — Procurações, Atas, Contrato Social etc. se for o caso.

A DIRETORIA

KELSON'S INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO

CGC MF 33.151.747

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 29 de março de 1974, às 14:00 horas, em primeira convocação, na sede social da Empresa, situada na Av. Brasil, 10.540, esquina da rua Kelson, nesta Cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) apreciação do relatório da Diretoria;
b) prestação de contas da Diretoria, referente ao exercício de 1973;
c) eleição dos membros da Diretoria e fixação dos seus honorários;
d) eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação dos seus honorários;
e) dividendos referentes ao exercício de 1973; e
f) assuntos de interesse geral.

Os possuidores de ações que quiserem participar da Assembléia deverão, com três dias de antecedência, apresentar, na sede social, seus títulos ou documentos comprobatórios dos mesmos ou comprovantes de depósito dos títulos em estabelecimento bancário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1974

Siegfried Kelson
Diretor Vice-Presidente

PLAYBOY É LIVRO TÉCNICO?

Despesas com livros ou publicações técnicas e científicas podem ser abatidas de seus rendimentos brutos, desde que necessárias à sua atividade profissional.
Playboy e outras revistas de lazer não podem ser consideradas publicações técnicas ou científicas. Se você tiver mais dúvidas, a Secretaria da Receita Federal está pronta para esclarecê-las. Mas você pode também procurar uma orientação nas agências da União de Bancos, onde há sempre um funcionário treinado para atendê-lo.
E quando sua declaração estiver preenchida, procure novamente a União de Bancos para entregá-la com rapidez e eficiência.

Entregue sua declaração na União de Bancos
GRUPO UNIÃO DE BANCOS

PANORAMA ECONÔMICO/74 O GLOBO 5 — Rio de Janeiro ☆ 10-4 a 17-4-74 ☆Página 189

Os 10% de aumento do PIB, nos últimos anos, mudaram a vida do estivador Antônio Mauro. Antes ele podia comer carne de boi todo dia, mas não conseguia adquirir uma tevê. Hoje tem tevê de 21 polegadas, adquirida a crédito, mas só compra carne em dia de festa. O desenvolvimento brasileiro não encontrou uma fórmula para superar seu maior problema — a concentração de renda.

Uma controvérsia no modelo brasileiro

O Brasil desenvolveu-se muito nos últimos dez anos. Essa febre de progresso costuma ser medida pelo crescimento do Produto Interno Bruto — somatório de todas as fontes da riqueza nacional —, que vem atingindo a média anual de 9 a 10 por cento.

Na verdade uma taxa de expansão do PIB como a brasileira supera até mesmo os índices estatísticos de países já desenvolvidos.

No entanto, de que forma Antonio Mauro, 47 anos, estivador do cais do porto do Rio de Janeiro conseguiu tirar algum pedacinho desse imenso Produto Interno Bruto, garantindo para sua família tantos benefícios quanto tão grande desenvolvimento deveria oferecer?

— Para dizer a verdade, eu não estou nem muito pior nem muito melhor do que antigamente — diz ele. Só sei que antes eu podia comer carne de boi quase todo dia, mas não conseguia comprar uma televisão. Hoje, tenho televisão de 21 polegadas, mas risquei a carne da conta do mês, a não ser em dia de festa.

Se o modelo brasileiro de desenvolvimento obteve conquistas importantes na área economica, não encontrou ainda, por outro lado, a fórmula capaz de superar o que poderia ser considerada como sua controvérsia mais fundamental: a concentração de rendas. Quanto mais se desenvolveu o País, maior foi-se tornando a distancia que separa os ricos dos pobres. Isto é, as fontes da riquezza nacional iam desaguar fluentemente nos cofres da minoria rica, reservando um modesto riacho para abastecer a maioria pobre, e que se constitui exatamente na principal força de trabalho do desenvolvimento.

Os defensores do modelo afirmam que esta concentração não resultou de um quadro social injusto, porque se os ricos ficaram mais ricos não é verdade que os pobres tenham ficado mais pobres — tanto assim que trabalhadores como Antonio Mauro conseguiram adquirir bens que não lhes seriam acessíveis em outras circunstancias, ou sob outro processo desenvolvimentista.

Há quem não concorde: o modelo torna-se injusto na medida em que aumenta desproporcionalmente a distancia entre ricos e pobres. Se Antonio Mauro pode comprar um aparelho de TV, foi porque ele se endividou no crédito a prazo, cujos juros irão reverter em beneficio dos mais ricos, que lhe financiaram o crédito e se tornarão tanto mais ricos quanto mais televisores conseguirem vender em seu crediário. Já o salário do estivador não sofreu reajustes e acréscimos tão frequentes e sucessivos quanto aqueles verificados sobre o preço dos bens que adquiriu. Na verdade, ele só poderá adquirir aquilo que lhe for financiado: a carne ficará fora do prato, porque não é um produto com financiamento ao consumidor.

— O problema é que muita gente confunde distribuição de rendas com bem-estar social — diz Eduardo de Carvalho, da assessoria técnica do Ministério da Fazenda. — Na verdade, bem-estar é um conceito subjetivo demais para ser computado numa análise objetiva do desenvolvimento. Nem adianta estabelecer que bem-estar é tudo aquilo que ultrapassa o **minimo minimorum**, isto é, o mínimo de que um indivíduo precisa para viver. De que forma o Governo seria capaz de fixar este mínimo? O que é mínimo para um trabalhador rural do Nordeste não é mínimo para mim. De que forma, portanto, fixar-se um nível ideal de bem-estar para toda a população? Se a renda vem-se concentrando nas mãos de uma minoria, por outro lado a maioria vem dispondo de poder aquisitivo também ascendente. É provável, no entanto, que jamais se alcance o nível ideal de bem-estar comum, já que se trata de um conceito muito particular.

Contrariando esta tese, alguns economistas alegam que não se trata fundamentalmente de confundir bem-estar com distribuição de renda. Em princípio, todos os integrantes da sociedade deveriam ter condições cada vez mais semelhantes de participar dos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento. Todos deveriam ter, no mínimo, moradia, alimentação e educação mais facilmente acessíveis. A partir daí, toda a sociedade estaria fundamentalmente capacitada para participar do desenvolvimento nacional.

"Ainda não se pode começar a redistribuição do bolo"

— Reconhecemos que a atual concentração de rendas precisa relaxar-se — continua Eduardo de Carvalho. Aliás, concentração de rendas não é uma política de governo. Trata-se de uma situação inevitável diante do processo acelerado de desenvolvimento, mas que poderá ir sendo superado a longo prazo. Nosso modelo não foi criado por uma política de concentração de rendas, mas esta é que desovou do modelo. De qualquer forma, não seria possível partir agora para uma redistribuição em alta velocidade, como querem alguns. Eles dizem que o bolo já cresceu demais e que está na hora de reparti-lo com maior generosidade. No entanto, iniciar neste momento a redistribuição acelerada significaria interromper o processo acelerado de desenvolvimento. Exigiu-se um árduo sacrifício de todas as classes sociais para que o país sofresse o impulso que sofreu. E agora que está em alta velocidade, interceptar a corrida seria provocar uma queda abrupta e inevitável de todo o modelo economico.

Essa correlação entre o crescimento da economia brasileira e a concentração de rendas parece ter uma explicação bastante simples, e quase evidente: ao modelo que o Brasil decidiu adotar a partir de 64 faltava o elemento principal — o capital. Era necessário que esse capital se volumasse ao mesmo tempo em que se valorizasse. No início, o que existia era um excesso de moeda em circulação no merodo interno, submetida a uma forte espiral inflacionária. De 64 a 67, tratou-se de combater a inflação utilizando-se a teoria quantitativa da moeda — isto é, era preciso **enxugar** o mercado, nem que isso custasse, como custou, uma certa estagnação desenvolvimentista.

Na medida em que a inflação pode ser razoavelmente combatida, então o modelo passou a acionar novos mecanismos que acelerassem o desenvolvimento. Assim, para criar o capitalismo nacional, tratou-se de capitalizar o mercado interno. Era portanto preferível concentrar o dinheiro em mãos de poucos, que iriam investi-lo, do que distribuí-lo em mãos de muitos, que iriam pulverizá-lo.

A manutenção do acelerado ritmo de desenvolvimento, nos últimos sete anos, foi assentada sobre o controle de custos (salários, taxas de juros e preços), mais o aumento da produtividade e a expansão do consumo.

Aliás, segundo o ex-Ministro Delfim Netto, da Fazenda, o ritmo em que se vem expandindo a economia brasileira não suporta qualquer interrupção sem "riscos sociais incalculáveis". Diz ele que, se há crescimento do produto, é possível, através de instrumentos fiscais, promover uma distribuição desse crescimento de maneira a compensar as distorções sociais. E seu substituto, o economista Mário Henrique Simonsen, deverá manter a mesma política: para ele, a melhoria da distribuição da renda implicaria abrir mão "da criação de riquezas em favor da distribuição da miséria".

— E' realmente muito difícil compatibilizar o desenvolvimento da economia com a justiça social — diz o presidente da Adecif, José Luís Moreira de Souza. De um lado é preciso manter o ritmo acelerado do progresso economico e de outro é necessário distribuir a riqueza gerada por esse desenvolvimento. O Governo tem utilizado os instrumentos para diminuir a distância entre ricos e pobres com razoável sucesso, através dos incentivos fiscais — Programa de Integração Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outros. Acho, no entanto, que a concentração de rendas é inevitável, num modelo capitalista como o adotado pelo Brasil, segundo o qual o país deve crescer depressa.

Eduardo de Carvalho: Bem-estar é um conceito subjetivo demais para ser computado

A concentração foi intencional?

Dessa forma, enquanto alguns consideram que a correlação entre o crescimento da economia e a concentração de rendas impede uma redistribuição abrupta, sob pena de sacrificar o desenvolvimento do País, outros acreditam em alternativas. Segundo os últimos, a disparidade de renda poderia ser reduzida de cima para baixo, ao mesmo tempo em que se manteria a capacidade de poupança e investimento do País. Ou então de baixo para cima, implicando a elevação das rendas das classes mais pobres, o que poderia ser alcançado mediante reajustes salariais mais generosos do que os atuais.

— Muito se engana quem diz que o modelo cria pobres mais pobres e ricos mais ricos — acrescenta Moreira de Souza. — Em qualquer regime, especialmente no de mercado aberto, somente a riqueza pode gerar riqueza. A pobreza só gera pobreza. Por isso, não seria possível admitir um modelo economico que visasse enriquecer o País mas que empobrecesse a maioria. O importante é crescer, crescer sempre.

A maioria dos analistas da concentração de rendas parece concordar num ponto: "o aumento da taxa de poupança é condição fundamental para a largada em direção ao crescimento economico rápido". E poupança nasce do círculo da capitalização.

— Antes de 64 não havia poupança, mas apenas o consumo — diz Felício Teixeira, economista e próspero comerciante em Copacabana. Naquela época, era preciso comprar sempre o maior número possível de mercadorias e bens, antes que a inflação galopante aviltasse seus preços.

Acontece que só ia tendo capacidade de poupar quem tivesse capital em reserva, ou seja, quem tivesse recurso suficiente, para tirar de seus gastos e custos habituais uma sobra aplicada em projetos rentáveis ou em títulos e papéis de renda fixa ou variável. Isto é, a poupança vinha do investidor, que por sua vez aplicava — por exemplo — em letras de cambio. Estas eram emitidas pelas financeiras para financiar o crédito ao consumidor. E o consumidor de crediário representa, em geral, as classes mais pobres da população. Por isso, enquanto a poupança da maioria crescia em forma de dívida, para a prazo (com juros), a poupança da minoria crescia em forma de investimentos que iriam reverter-se em mais dinheiro, oriundo dos rendimentos sustentados pelo crediário. Poupar, para os pobres, era adquirir bens a crédito. Poupar, para os ricos, era incentivar o sistema de endividamento dos pobres. Outro círculo que desemboca necessariamente na concentração de rendas.

— Acontece que somente uma sociedade estimulada a desenvolver-se através de novas oportunidades de renda — diz Eduardo de Carvalho — pode beneficiar-se do crescimento economico. Se houve concentração de rendas logo no início da implantação do modelo, é porque ao longo da história brasileira criaram-se poucas oportunidades para o melhor aproveitamento do desenvolvimento. Poucos estavam suficientemente preparados para tomar o bonde, e depois o avião. Melhor se remunerou — e continua se remunerando — quem mais preparado estava ou está.

Por fim, pergunta-se: a concentração de renda foi ou não intencional? Eduardo de Carvalho e outros economistas, como C. G. Langoni e o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, asseguram que a concentração nasceu entre as próprias forças do mercado de oferta e procura, e não da política deliberada do Governo. Outros especialistas, como Celso Furtado, acreditam, ao contrário, que o fenomeno é resultado da política de retomada do desenvolvimento.

Uma comparação entre os censos de 1960 e de 1970

Mesmo controvertidas, desacreditadas e por vezes contestadas, as estatísticas disponíveis parecem confirmar a tese do economista João do Carmo Oliveira, da Faculdade de Economia e Administração da USP: **"O desenvolvimento brasileiro está sendo promovido às custas de um acentuado aumento nas desigualdades de renda, e seus benefícios são captados pelas camadas mais altas da população."**

Os analistas do fenomeno da concentração de rendas no Brasil utilizaram, basicamente, dados comparativos entre os censos de 1960 e 1970. E a comparação resultou num aumento bastante acentuado da disparidade de rendas individuais. Em geral, essas operações foram realizadas calculando-se o coeficiente de Gini sobre as amostras coletadas. Segundo este coeficiente, os valores extremos da concentração devem ser indicados por **zero** e **um**. No primeiro caso, a renda estaria perfeitamente distribuída, ou seja, todos os indivíduos estariam obtendo a mesma renda. No segundo, concentrada totalmente na mão de um único indivíduo. Por esse cálculo foi possível constatar um aumento de 0,48, em 1960, para 0,56 em 1970.

Apesar desse sistema ser considerado tecnicamente bem próximo da verdade, os números absolutos é que causam maior impacto. Assim a demonstração quantitativa da concentração de renda pôde utilizar o levantamento de 1970, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Naquele ano, estimou-se em 29,5 milhões de pessoas a população considerada economicamente ativa, e que engloba qualquer indivíduo com mais de dez anos de idade, a partir de quando se supõe que uma pessoa está apta a participar da força de trabalho. Daquele total, 3,5 milhões de pessoas (11,7 por cento) não tinham qualquer rendimento; 9,4 milhões (31,7 por cento) ganhavam menos do que Cr$ 100,00 por mês e apenas 305 763 recebiam mais do que Cr$ 2 mil mensais — isto é, 1 por cento da população ativa.

Utilizando outros cálculos, com dados fornecidos pela Cepal, o economista Celso Furtado constatou que o 1 por cento de renda mais alta e os 50 por cento de renda mais baixa têm acesso a parcelas idênticas da renda nacional. Assim, ele se baseou numa população provável de 90 milhões de pessoas, com uma renda líquida **per capita** aproximada de 350 dólares anuais (cerca de Cr$ 180,00 por mês).

Somando-se as rendas individuais de todos as faixas da população, o total acusava 31,5 bilhões de dólares, dos quais 5,8 bilhões de dólares deviam ser distribuídos entre 45 milhões de pessoas (faixa pobre) e outra quantia idêntica de dinheiro seria repartida entre apenas 900 mil pessoas (faixa mais rica).

A comparação quantitativa entre os censos de 60 e 70 mostra um quadro consideradо bastante próximo da realidade. No último censo, 10 por cento da população economicamente ativa correspondiam à faixa mais rica, absorvendo 48,35 por cento da renda global. Em 1960, esta mesma faixa absorvia apenas 38,87 por cento do total da renda. Assim, os ricos ficaram mais ricos. Enquanto isso, os 40 por cento considerados mais pobres, que absorviam 11,20 por cento da renda total em 60, passaram a absorver apenas 9,05 por cento — isto é, os pobres ficaram mais pobres.

Exageros, distorções

De qualquer forma, todos estes dados continuam questionáveis. A precisão numérica das estimativas sofre interferências variadas. No censo de 60, os dados foram enquadrados em oito classes, onde as duas extremidades eram abertas. Por não se dispor de rendas individuais numericamente definidas, partiu-se para o ajuste de curvas convencionais (Pareto). Já a coleta de informações do último censo foi mais detalhada, com levantamentos quantitativos individuais. E exatamente pela disparidade de métodos usados nos dois censos, a comparação entre eles estará sempre prejudicada.

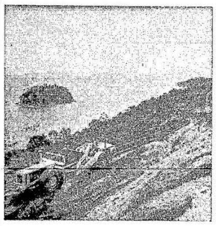
Outras objeções podem ser feitas em relação ao conceito de renda, metodologia e fidedignidade das informações. Alguns economistas apontam ainda quatro grandes brechas nestes levantamentos, por onde pode escapar a verdade das conclusões: 1) diferenças regionais do custo de vida; 2) serviços gratuitamente prestados pelo Governo; 3) autoconsumo dos indivíduos; e, 4) aluguéis imputáveis à moradia própria.

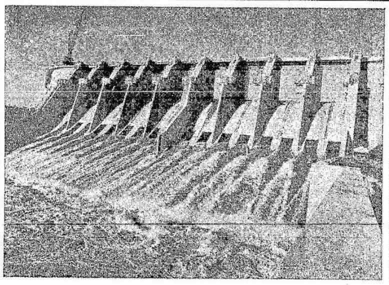
Defensores do modelo afirmam que a inclusão desses itens nos levantamentos oficiais levariam a um "exagero" de concentração de rendas. No entanto, muitos economistas consideram que a exclusão de cálculos tão importantes é que pode gerar um resultado exageradamente distorcido. Especialmente as disparidades regionais do custo de vida e o autoconsumo representam fatores de concentração cada vez mais essencial a uma análise criteriosa do fenomeno.

Os serviços governamentais gratuitamente prestados à comunidade parecem não ter sido utilizados, com maior intensidade, pelas classes de rendas baixas. O que seria outro fator de concentração, já que tais serviços beneficiam especialmente as classes mais ricas, capazes de usufruir de uma infra-estrutura (na qual se incluem rodovias, viadutos, vias elevadas, etc) montada quase exclusivamente em função do automóvel. E também a imputação dos aluguéis à moradia própria deveria acentuar ainda mais o índice de Gini.

Discutíveis ou não, essas estatísticas cumprem ao menos um papel fundamental: demonstram que a concentração ocorreu, e de forma significativa.

28 ANOS DE BONS SERVIÇOS
ONTEM HOJE E AMANHÃ
SUPERMERCADOS MARACANÃ
De Santa Teresa a Padre Miguel servindo sempre às Donas-de-Casa
Organização filiada à CADEP e à ASGRI — Associação dos Supermercados do Grande Rio.





Em tempo de conquista, é preciso somar técnica e audácia.

É preciso conhecer os melhores caminhos e saber onde estão as metas.

É preciso modificar a natureza, transformar o destino, mudar o curso dos rios, remover montanhas.

Para aqueles que têm os olhos fixos nos novos tempos, não existem obstáculos.

Ao longo dos seus 20 anos, a Mendes Júnior vem trabalhando lado a lado deste novo Brasil que se constrói com técnica e audácia.

E no esforço da conquista é preciso abrir muitas frentes de trabalho.

Hidrelétricas. Rodovias. Ferrovias. Portos. Pontes.

A hidrelétrica de Marimbondo é um exemplo do alto nível alcançado pela engenharia brasileira. Seus 1.440.000 kW fazem dela a maior usina do rio Grande e uma das mais importantes do Brasil.

Ao seu lado, usinas como Jaguara, Rio da Casca, Boa Esperança, Cachoeira Dourada, Volta Grande, Moxotó, são motivos de orgulho para todo brasileiro. E em todas elas a Mendes Júnior esteve presente.

A Mendes Júnior também marcou sua presença na construção do Porto de Tubarão. Na rodovia Belém-Brasília. Na Perimetral Norte. Na Rio-Santos. E na Transamazônica, onde formou a primeira frente de trabalho à beira da selva ainda intocada.

E agora, que o Brasil empreende as maiores conquistas, a Mendes Júnior também se orgulha de sua associação na construção da Ponte Rio-Niterói, marco da engenharia e da iniciativa brasileira.

É preciso somar técnica e audácia.

Principalmente quando se constrói a obra mais importante de um país.

Uma gigantesca obra chamada futuro.

Construtora Mendes Júnior S.A.
Contribuindo hoje para um futuro melhor.
Escritórios Centrais—Belo Horizonte: Av. João Pinheiro, 146 - 18.° andar—La Paz: Calle 23 de Marzo, 1709
Buenos Aires: Calle Hipolito Yrigoyen, 1419 - 10.° piso—Miami: 959 SW 69 Ave.

ANEXO DD

Distribuição da renda

A vida está mais cara: é o que indicam as pesquisas

O economista Paul Singer cita pesquisas recentemente realizadas para afirmar que, no Brasil, o aumento da renda **per capita** dos últimos anos não chega a representar melhoria de vida dos níveis mais baixos da população.

Pesquisas realizadas por órgãos como o Cebrape — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — e o Dieese — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Economicos — indicam que houve nos últimos anos uma queda da renda de estratos significativos da população brasileira. Como consequência, essas camadas teriam sofrido forte redução nos seus níveis de padrão de vida, com reflexos mais acentuados no consumo alimentar e em outros setores considerados básicos.

Um levantamento realizado pelo Cebrape em Salvador, por exemplo, acusa uma tendência para uma crescente polarização da renda, aumentando a concentração nas faixas que já dispunham de elevado poder aquisitivo e diminuindo sensivelmente nos níveis mais baixos.

O professor Paul Singer, um dos economistas responsáveis por essas pesquisas do Cebrape, salienta que o fato de ter havido um aumento médio da renda da população, tanto de Salvador, como do resto do Brasil, não é satisfatório, na medida em que a renda média é resultado da divisão pura e simples do crescimento alcançado pelo número total da população. O erro estaria em não se considerar as diferenças ocorridas no processo de distribuição dessa renda:

— Esse fenomeno — afirma Paul Singer — verificou-se em Salvador, onde os dados foram efetivamente colhidos e analisados pelo Cebrape. Mas pode-se dizer que fenômenos semelhantes vêm ocorrendo em todo o Brasil, onde o aumento da renda "per capita" dos útimos anos não chega a representar melhoria de vida dos níveis mais baixos da população. O índice "per capita", com todas as suas elevações, deixa de ser um dado significativo, quando há distorções no processo de distribuição da renda.

O economista Paul Singer ressalta que essa tendência para polarização da renda tem resultados em diversas formas de desperdício pelas camadas que passaram a ter uma disponibilidade maior de capital:

"Uma forma desse desperdício são os nossos gastos com turismo no exterior, que têm sido bem superiores ao total arrecadado pelo turismo interno, provocando um déficit de cerca de 150 milhões de dólares no setor."

Avaliação

Outro órgão que tem realizado pesquisas para análise das alterações do padrão de vida, em áreas específicas do Brasil, é o Dieese. Ele publicou recentemente os resultados de um trabalho feito em São Paulo, entre 1969 e 1970, onde se tomou como amostra 1062 famílias assalariadas, residentes exclusivamente na cidade de São Paulo, tabulando-se os dados obtidos com base em três estratos, divididos em inferior, médio e superior. O estrato inferior passou a corresponder às famílias com rendimentos até Cr$ 500,00 mensais; o médio às famílias com renda entre Cr$ 500,00 e Cr$ 1 000,00, e o superior entre Cr$ 1 000,00 e Cr$ 1 500,00.

O objetivo imediato do estudo foi a mensuração da estrutura do orçamento doméstico das famílias assalariadas, para estabelecer uma nova ponderação para o cálculo do índice do custo de vida. A intenção era basicamente a de buscar critérios mais atuais para a avaliação das elevações no custo geral da vida.

Os dados finais da pesquisa foram comparados com os de um levantamento similar realizado também pelo Dieese, em 1958. Os resultados de 1970 revelam uma ausência de alteração do padrão de vida durante os onze anos passados entre os dois trabalhos.

Segundo o professor José Albertino Rodrigues, responsável pela disciplina "Teoria Sociológica", na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós, em Piracicaba, e também um dos coordenadores dessa última pesquisa do Dieese, os dados de 1970 revelam um nível de vida comparável com o de 1958:

"A primeira observação de ordem conclusiva que se pode assinalar — explica o Prof. José Albertino Rodrigues — é a de que, tomando-se os resultados globais nas duas pesquisas, ocorreu uma melhoria do padrão de vida da classe trabalhadora, uma vez que os gastos com alimentação caíram de 45 para 39 por cento ao longo desse período. Comparando-se, porém, os resultados de 1958 com o estrato de renda inferior de 1969/70 (famílias com renda até Cr$ 500,00), não se comprovaria aquela melhoria, ao passo que na comparação dos dados de 1958 com o estrato de renda médio de 1969/70 (famílias cuja renda variava de Cr$ 501,00 a Cr$ 1.000,00), aquela melhoria reduz-se sensivelmente: os gastos com a alimentação nesses dois estratos elevam-se a 48,1 e 42,5 por cento, respectivamente. Em outros termos, uma posição intermediária entre estes dois valores parece indicar um nível comparável com 1958, o que indica uma ausência de alteração do padrão de vida, que não teria pois mudado ao longo desse período."

Paulo Singer: Há distorções no processo de distribuição de renda

Complementando a informação, a supervisora do setor de pesquisas do Dieese, a socióloga Annez Andraus Troyano, salienta que a estabilização do padrão de vida nesses anos se torna grave, quando se considera o aumento de pessoas empregadas em cada uma das 1.062 famílias pesquisadas. Passou de 1 para 2 o número médio de empregados em cada unidade familiar, o que representa uma duplicação da mão-de-obra assalariada por família.

Adaptação

Segundo Annez Andraus Troyano, o interesse mais amplo da pesquisa, feita junto a uma quantidade significativa de assalariados em São Paulo, era o de conhecer o sentido em que está-se desenrolando o processo economico e social de adaptação do trabalhador a uma sociedade industrial em fase de consolidação.

— Tratou-se, em outros termos, de proceder a um balanço comparativo da situação da classe trabalhadora no final da década de 50, período de decolagem do processo de desenvolvimento e final da década de 60, período de reformulação das condições de financiamento desse processo.

A partir desse objetivo foi possível se chegar a uma série de conclusões a respeito das mudanças de padrão de vida de alguns estratos da população de São Paulo, num espaço de tempo bastante representativo.

Constatou-se que os gastos com habitação diminuem, quaisquer que sejam os estratos de renda de 1969/70 que se tomem como elemento de comparação em 1958. Mas o Prof. José Albertino Rodrigues explica que essa comparação fica prejudicada por razões de ordem metodológica:

"A família investigada em 1958 era uma família tipo que, constituída por um casal e dois ou três filhos menores, morava por definição, em casa alugada. Enquanto isso, as famílias investigadas em 1969/70 possuíam, na sua grande maioria, casa própria, sendo que apenas 35,4 por cento residiam em casa alugada. De qualquer maneira, nota-se que, entre os estratos de renda familiar de 1969/70, os gastos com habitação tendem a aumentar com a renda, aí se incluindo tanto despesas com aluguel como de amortização e manutenção de casa própria."

O Prof. José Albertino Rodrigues conclui, no entanto, que a casa própria não serve como indicador de padrão de vida: na periferia de São Paulo, sua proporção chega a 75 por cento e os valores médios da capital aproximam-se dos encontrados em Fortaleza e Manaus. Ocorre que, em todos esses casos, a grande maioria das habitações foi construída em condições precárias, estando muito abaixo dos padrões mínimos exigidos para uma moradia de nível razoável.

Bens duráveis

Os gastos com equipamento doméstico apresentam um aumento significativo, tanto em termos globais entre as duas pesquisas como em comparação com os três estratos de renda do orçamento doméstico de 1969/70:

"Neste caso — explica a supervisora de pesquisa do Dieese —, não se pode perceber uma regularidade no comportamento desses três estratos, pois o de maior renda chega a ter menor participação relativa. Isto parece refletir uma grande preocupação, mesmo entre as famílias de menores rendas, de equipar-se com aparelhos eletrodomésticos com vistas a um maior conforto e incorporando traços característicos da chamada "sociedade de consumo".

Annez Andraus Troyano afirma ainda que essas mesmas transformações podem ser vistas com relação aos gastos com transporte, cujo aumento é igualmente significativo entre as duas pesquisas. Entre as famílias pesquisadas em 1969/70, encontrou-se uma proporção de 15,5 por cento de famílias possuidoras de carro próprio (todas elas, praticamente, de estrato superior ou para aquelas que o veículo constitui instrumento de trabalho), o que não ocorria em 1958, quando a indústria automobilística nacional estava iniciando suas atividades. As facilidades atualmente encontradas para a aquisição de automóveis permitem já que algumas famílias obtenham carro próprio.

O mesmo fenomeno ocorre em relação aos gastos com educação, que aumentaram sensivelmente ao longo do decênio, indicando a preocupação em buscar uma elevação de status de uma geração para outra através de gastos com a educação dos filhos.

Alteração

Os resultados da pesquisa levam em conta uma série de aspectos considerados mais significativos para a alteração do padrão de vida dessas famílias assalariadas. O Dieese admite que houve uma redução efetiva do poder aquisitivo do salário do trabalhador e atribui essa queda ao fato de que todo o processo de combate à inflação se concentrou numa política de contenção salarial.

Sintetizando os resultados alcançados pelo estudo, Annez Andraus Troyano fala sobre o que considera fundamental para se ter uma visão global da pesquisa:

"O poder aquisitivo do trabalhador sofreu quedas sensíveis no último decênio e a situação da renda familiar sofreu um reforço considerável com o trabalho da mulher e dos filhos para compensar a perda do poder aquisitivo dos salários individuais".

Sobre o consumo alimentar, ela afirma que considerando-se os quantitativos de alimentos consumidos depara-se com uma queda dos níveis "per capita".

Essa situação se confronta com alguns indícios de melhoria do nível de vida, representados por maiores gastos relativos com artigos que proporcionam melhor conforto doméstico e com serviços que abrem perspectivas para níveis mais elevados do bem-estar.

A pesquisa feita pelo Cebrape em Salvador apontou também uma tendência para o aumento de consumo desses bens duráveis, assim como vem ocorrendo em São Paulo e, de uma forma ou de outra, em praticamente todos os centros urbanos do país.

"Como houve uma queda efetiva da renda nos extratos mais baixos — afirma o prof. Paul Singer, — e, assim mesmo, o consumo desses bens duráveis parece ter aumentado em quase todos os setores da população, é de se supor que muitas famílias estão se privando de gêneros básicos, principalmente na alimentação, para poder comprar esses bens."

Alimentação

Dentro da pesquisa de padrão de vida da família assalariada em São Paulo, o Dieese fez um estudo detalhado de seu nível alimentar. Segundo o prof. José Albertino Rodrigues, os dados da análise foram obtidos através das anotações de caderneta feitas pelas donas de casa e seus familiares. As famílias registravam os alimentos adquiridos, considerando quantidade, preço, unidade de compra (maço, pacote, lata, etc.), tipo e marca dos produtos, bem como os demais itens do orçamento doméstico (habitação, transporte, vestuário).

Essas cadernetas foram preenchidas com supervisão constante dos entrevistadores e supervisores nos meses de setembro a dezembro de 1969 e de março a junho de 1970. No decorrer dos quatro trimestres foram abrangidas em média 416 famílias, dentre as 1.062 inicialmente caracterizadas.

A socióloga Annez Andraus Troyano explica que para se obter as quantidades dos alimentos efetivamente consumidos pelas famílias entrevistadas, foram acrescentadas aos alimentos adquiridos as quantidades existentes em suas casas no início dos meses investigados, e deduzidas as quantidades não utilizadas e que passaram para o mes seguinte.

Os dados relativos aos alimentos anotados e consumidos foram trabalhados no sentido de convertê-los em unidade homogênea de peso. Assim, para a obtenção do peso dos produtos alimentares industrializados, bem como, das hortaliças e frutas adquiridas sob a forma de "monte", "bacia", "maço" e "unidade", foram pesquisados armazens, supermercados e feiras livres mais frequentemente utilizados pela família.

A partir da uniformização de peso dos diversos produtos, calculou-se o conteúdo calórico e nutritivo dos alimentos consumidos na América Latina, considerando-se somente a parte comestível.

Resultados

A análise final de todos esses dados recolhidos levou a equipe de pesquisadores a uma série de conclusões sobre o padrão alimentar das famílias pesquisadas:

"Pode-se concluir — explica, a supervisora do Dieese — que a alimentação da população trabalhadora da cidade de São Paulo apresenta-se insuficiente e inadequada, pois não atende as necessidades de cálcio, vitamina A, tiamina, riboflavina e ácido ascórbico ou vitamina C. Apesar de atender quantitativamente as necessidades de proteína e ferro, são baixas as proporções desses nutrientes de origem animal."

Ainda segundo a pesquisadora, as péssimas adequações de cálcio e vitamina A dizem respeito ao restrito consumo de leite, queijo, ovos e hortaliças. O nível alimentar da população amostrada está diretamente relacionado com a renda familiar auferida.

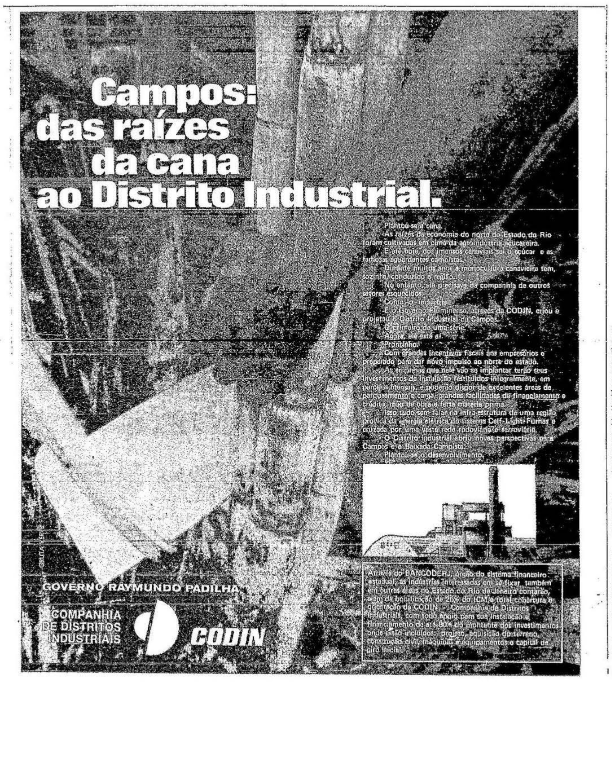
A população de renda inferior (até Cr$ 500,00) apresenta um precário nível alimentar refletido no consumo insuficiente de calorias, proteínas, cálcio, vitamina A, tiamina, riboflavina e ácido ascórbico. Somente niacina e ferro são consumidos em quantidades adequadas ao necessário. A má qualidade da alimentação desse estudo de renda é conseqüência das baixas proporções de proteína e ferro de origem animal. Os dados do Dieese indicam que ainda que a população de renda média (Cr$ 501,00 a Cr$ 1 000,00), embora apresente um melhor nível alimentar em relação à de renda inferior, não consegue atender adequadamente às necessidades de cálcio, vitamina A, tiamina e ácido ascórbico. Consome alimentos suficientes para as necessidades de calorias, ferro, niacina e proteína, mas as proporções de ferro, niacina e proteína de origem animal não satisfazem o ideal estabelecido.

A população de renda superior, apesar de não atender suficientemente às necessidades de cálcio, vitamina A, tiamina e riboflavina, apresenta um melhor nível alimentar, constatado através das suficientes adequações de calorias, proteínas, ferro, niacina e vitamina C. Salienta-se que a boa qualidade de proteína consumida pois, praticamente atinge a proporção ideal.

A análise desses dados levantados pelo Dieese explica ainda que o consumo diário "per capita" de feijão foi um dos principais responsáveis pelo fornecimento de ferro e proteína para a população de renda inferior, enquanto que para a população de renda superior o atendimento desses nutrientes se deveu ao consumo da carne.

Comparação da família — Tipo da classe trabalhadora na cidade de São Paulo/1958-1969

	1958	1969
Número de membros	4,5	4,9
Membros ocupados	1,9	2,0
Renda Mensal (preços correntes)	Cr$ 10,15	Cr$ 613,10
Renda Real (a preços de 1958)	Cr$ 10,15	Cr$ 9,20
Salário Mensal do Chefe (preços correntes)	Cr$ 8,54	Cr$ 361,63
Salário Real (a preços de 1958)	Cr$ 8,54	Cr$ 5,42



Serviço/Turismo

O Brasil, uma opção para os brasileiros

O Brasil ainda gasta mais de 60% dos recursos que capta dos turistas externos com o turismo dos brasileiros no exterior. A Europa e os Estados Unidos ainda fascinam os brasileiros e consomem muito mais os nossos recursos financeiros destinado ao turismo, do que os centros turísticos nacionais tradicionais, como Rio, Salvador, Ouro Preto e a Amazônia.

Esta situação, entretanto, não preocupa o presidente da Embratur, Paulo Protásio, que prevê para dentro de mais três anos, mudanças substanciais no setor. Observa que somente no ano passado o Brasil começou a colher os resultados da política turística que se implantou a partir de 65. Este ano, serão construídos 100 novos hóteis e começa-se a implantação de dois novos pólos turísticos: Rio—Santos e Rio—Salvador. Ao mesmo tempo, as cinco maiores empresas hoteleiras do mundo — Sheraton, Hilton, ITT, Holyday Inc. e Clube Mediterrané — passaram a desenvolver os seus novos programas de construção de hotéis no País.

— Turismo no Brasil deixou de ser uma diversão de amadores, como era há 10 anos, e passou a ser uma atividade economica. Os resultados vão explodir dentro de mais tres anos.

Para o professor Walter Poyares, um dos primeiros técnicos mobilizados pelo Governo através do Escritório de Economia e Pesquisa Aplicada para estudar o turismo no Brasil, a situação deste setor, no momento, não deve ser avaliada pelos resultados que se obtém. Sugere que se examine, inicialmente, como os empresários nacionais e estrangeiros observam o setor e o respeito com que os técnicos e organismos financeiros buscam participar dele.

Explica o professor Poyares que, em 1965, quando o Ministro Roberto Campos o convidou para formar um grupo técnico no EPEA, órgão do Ministério do Planejamento para definir uma política para o turismo, até os economistas tinham vergonha de estudar o assunto. Todos o consideravam uma atividade de pequena importancia economica, desde os empresários até os mais destacados funcionários governamentais, havendo uma consciencia geral de que era um setor destinado a amadores e sem nenhum valor economico.

Em 1964, havia, na realidade, apenas um Conselho Nacional de Turismo funcionando no Ministério da Indústria e do Comércio, que não tinha autoridade para legislar. Os conselheiros apenas atuavam como assessores do Ministro. Mas não havia política oficial sobre o setor e nem programas, embora o assunto sempre estivesse sendo alvo de debates na Camara. Em 1953, foi apresentado pelo Poder Executivo um projeto de nº 3 714, sugerindo a criação do Departamento Nacional de Turismo. Esse projeto tramitou no Congresso durante doze anos, sendo modificado e reexaminado pelas várias comissões da Camara e do Senado sucessivas vezes até ser definitivamente arquivado em 1965.

Esse descaso oficial para com o turismo no país, fez com que este setor se tornasse um dos poucos que não tem história. Os órgãos oficiais não dispõem de informações sobre o seu comportamento antes dos últimos nove anos, embora existam estudos sobre o turismo nos países europeus e na América do Norte relativos a mais de uma década atrás.

A situação hoje é totalmente diversa, no opinião do professor Walter Poyares, da que existia em 1965. Já existem consultorias especializadas no atendimento a grandes empresas para a implantação de projetos turísticos, as faculdades criaram cursos de turismo em nível superior para formar pessoal especializado em administração de hotéis e centros turísticos, ao mesmo tempo em que verifica-se a falta de mão-de-obra do nível médio para o setor.

— Note-se ainda um detalhe mais importante o Governo capta até empréstimos externos para financiar cursos de preparação de mão-de-obra para o setor. Em 1965, o Banco Nacional de Desenvolvimento Economico nem ao menos admitia a hipótese de conceder financiamentos a empresas com vistas a implantação de projetos turísticos. Isto era considerado uma atividade sem expressão economica. Hoje, este órgão já concede financiamento sem discriminar este setor, colocando-o também no grau de prioridade de outros setores industriais. Os resultados que hoje se obtêm são importantes, mas ainda não dão para avaliar totalmente o comportamento deste setor dentro de mais alguns anos.

ANEXO EE

II PND
PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

cos: sua adequada localização no espaço amazonico e a crescente tecnificação do setor.

O Programa de Lavouras Selecionadas, que serão principalmente lavouras permanentes, inclui entre outras: borracha, açúcar, cacau, dendê, frutas, pimenta, arroz.

II — **Complexo Minero—Metalúrgico da Amazonia Oriental**, compreendendo o esquema integrado Carajás—Itaqui (minério de ferro e siderurgia), o conjunto bauxita-alumina-alumínio (Trombetas—Belém) e inúmeros outros empreendimentos associados ao aproveitamento do potencial hidroelétrico da região Araguaia-Tocantins (São Félix e Tucuruí). Os investimentos, até agora, estão estimados em Cr$ 16 bilhões, na primeira fase.

III — **Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazonia**, objetivando, principalmente, transformar a exploração madeireira numa atividade planejada, institucionalizada e permanente.

Tal política compreende:

● Racionalização da exploração madeireira da região, deslocando-se a ênfase para a exploração de florestas de terra firme (viabilizada pela construção de novos eixos viários). Adotar-se-á o sistema de **Florestas de Rendimento**, condicionando-se os projetos às exigências de regeneração conduzida e reflorestamento (com espécies nobres), de modo a permitir a exploração permanente da floresta, renovada, continuamente, e evitar a atividade de devastação ora existente.

● Desenvolvimento da técnica de produção de celulose com mistura de madeiras, à base da floresta existente, assim como realização de um programa intensivo de pesquisas florestais.

Definição, por antecipação, das áreas destinadas a Parques e Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Parques de Caça.

IV — **Conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus e execução de seu Distrito Agropecuário.**

Crescer e distribuir renda ao mesmo tempo

Na opção realizada, o Governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento economico, por si, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja, a teoria de "esperar o bolo crescer".

Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas "enquanto o bolo cresce".

A verdade é que, de um lado, o crescimento pode não resolver o problema da adequada distribuição de renda, se deixado à simples evolução dos fatores de mercado. E, de outro lado, a solução através do crescimento, apenas, pode demorar muito mais do que a consciência social admite, em termos de necessidade de melhorar rapidamente o nível de bem-estar de amplas camadas da população.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que o crescimento acelerado exerce, no caso, papel vital, porque amplia as opções. Com expansão rápida, é possível dar mais renda e consumo a todos, e ao mesmo tempo investir mais.

Ou seja, dinamicamente, o crescimento rápido é instrumento importante para compatibilizar os dois objetivos em jogo.

A fim de situar a natureza do problema da distribuição de renda, no Brasil (e não para reduzir sua significação), há necessidade de considerar alguns aspectos:

● A estrutura da distribuição de renda é insatisfatória, e com ela a Revolução não se solidariza, mesmo porque tal distribuição resultou de uma evolução de longo prazo da economia, e não de fatores recentes. Sem embargo, cabe registrar que a estrutura de distribuição de renda no Brasil é semelhante (não pior) à de países latino-americanos e países subdesenvolvidos de outras áreas, em estágio de desenvolvimento e nível de renda comparáveis aos do Brasil.

● A simples aritmética da concentração de renda — ou seja, a mera análise dos indicadores usuais de concentração de renda, por ocasião dos censos — é insuficiente para orientar a formulação da política de distribuição de renda.

Primeiro, é preciso analisar o que está por trás desses indicadores, localizando, no amplo quadro da política de desenvolvimento, as suas causas, e se os fatores de concentração tendem a permanecer ou se são temporários.

No caso da comparação dos Censos de 60 e 70, foi possível mostrar que todas as classes melhoraram, embora as de mais baixa renda tenham tido acréscimos menores. Por outro lado, em boa medida, o aumento do índice de concentração está ligado ao fato de que o setor secundário (indústria) aumentou substancialmente a sua participação na economia. Nesse setor a renda é mais desigualmente distribuída, embora seu nível seja muito mais alto e tenha ele respondido pelo grande dinamismo economico dos últimos tempos. Enquanto isso, no setor primário, os índices de concentração permaneceram praticamente estáveis, embora o nível de renda continue baixo.

Além dessas mudanças estruturais, é necessário atentar para o tipo de desenvolvimento que se está fazendo, e, inclusive, para a estrutura produtiva que se está estimulando. É importante o efeito desta sobre a estrutura de consumo e a estrutura de renda da população, cabendo atentar, por exemplo, para o crescimento relativo entre bens de consumo e indústrias tradicionais, orientação do crédito entre setores etc.

Segundo, têm-se tomado, para a análise da estrutura de renda no Censo de 70, apenas os dados sobre renda monetária dos indivíduos.

O que se deve considerar são as informações relativas à renda **total** (monetária e não-monetárias) das **famílias**, mesmo sabendo que tais rendimentos estarão subestimados, devido ao comportamento natural dos declarantes.

Para ver-se a diferença dos conceitos: pelos dados do PNAD de 1972, a estimativa de indivíduos com renda global mensal até o salário mínimo, em zonas urbanas, é de 34 por cento da população economicamente ativa; já para os domicílios, o cálculo é de apenas 15 por cento até o nível de salário mínimo.

Terceiro, os dados de renda não conseguem captar inúmeras formas de salários indiretos, como o efeito redistributivo da educação gratuita, saúde, previdência, além de indicadores gerais como o substancial aumento na expectativa de vida.

Para a melhoria do bem-estar da população, em país nas condições do Brasil, é de grande importancia o que está acontecendo no desenvolvimento regional (porque no Nordeste é que está o grande foco de "pobreza absoluta") e na agricultura (porque é ali que está a massa de baixa produtividade e baixa renda).

Levados em conta esses aspectos, cumpre salientar que o que se deseja é uma estratégia dinamica, capaz de garantir crescimento e medidas redistributivas, simultaneamente: o problema da renda, no Brasil, é de distribuição e também de nível, para eliminar a pobreza.

Objetivamente, no próximo estágio, a política a executar deve assegurar:

● Aumento substancial de renda real para todas as classes. E' importante que as classes trabalhadora e média sejam amplamente atendidas no processo de expansão, inclusive pela ampla abertura de oportunidades, econômicas e sociais (que, inclusive, determinam também o nível de renda futuro). Assim se poderá estabelecer uma sociedade em que, econômica e socialmente, as bases se estejam sempre movendo para cima.

● Redução substancial da "pobreza absoluta", ou seja, do contingente de famílias com nível de renda abaixo do mínimo admissível quanto a alimentação, saúde, educação, habitação.

Para atender a esses objetivos, será executada, no próximo estágio, política social articulada, que não constitua simples consequência da política economica, mas objetivo próprio.

Política de que será principal instrumento, na ação executiva, o Conselho de Desenvolvimento Social, como órgão de assessoramento do Presidente da República, para o impulsionamento da política de desenvolvimento social, e para a coordenação dos Ministérios envolvidos.

Conjugar política de empregos com salários

São as seguintes as bases da estratégia social a ser executada:

I — **Conjugação da Política de Emprego com a Política de Salários**, para permitir a criação da base para o mercado de consumo de massa. Isso significa:

● Política de emprego capaz de expandir as oportunidades de emprego da mão-de-obra a taxas acima de 3,5 por cento ao ano, isto é, consideravelmente superiores ao crescimento da oferta de mão-de-obra disponível (estimada em 2,9 por cento ao ano).

A realização dessa meta permitirá reduzir substancialmente o subemprego, uma vez que o total de novos empregos excederá em cerca de 1,7 a 1,8 milhões o aumento da oferta de mão-de-obra.

Tal absorção de subemprego deverá realizar-se, em grande parte, no meio rural, com impactos importantes esperados, sobre a produtividade média por pessoa ocupada na agricultura e sobre a distribuição de renda. Nas cidades, o maior dinamismo do aumento da demanda de mão-de-obra nas atividades secundárias (acima de 5 por cento ao ano, no período) deverá produzir uma transformação no perfil ocupacional, com repercussões sociais importantes: redução do subemprego que ocorre nas atividades menos organizadas do terciário, e elevação do salário real das camadas inferiores de renda.

Os efeitos do crescimento da economia sobre o emprego, no entanto, serão ainda mais significativos se considerarmos que a política de emprego será complementada pela melhoria no funcionamento do mercado de trabalho, através de rede de agências de colocação para atender gratuitamente à população menos qualificada em busca de emprego (Sistema Nacional de Emprego). Essas agências, atuando em estreita ligação com os organismos de treinamento de mão-de-obra, funcionarão de modo a propiciar a garantia de emprego, desenvolvimento de formas eficientes de seguro contra o desemprego e a orientação das migrações internas.

● Política salarial que garanta, através dos reajustamentos salariais anuais, o aumento dos salários médios reais, com a incorporação da taxa de elevação da produtividade, este ano já elevada de 3,5 por cento para 4 por cento.

Pode-se ter idéia do efeito associado dessas duas políticas, pela consideração dos resultados mais recentes do PNAD, que mostram a muito mais ampla disponibilidade de bens duráveis, pelas famílias, no País, para 1972, em comparação com 1970. Assim, nesse curto espaço de dois anos, o número de residências possuindo bens duráveis se elevou da seguinte forma, incluindo a zona rural:

Fogão (vários tipos) .	De 92% para 98%
Fogão a gás ou elétrico	De 43% para 63%
Rádio	De 59% para 85%
Geladeira	De 26% para 33%
Televisão	De 24% para 34%
Automóvel	De 9% para 12%

Evidentemente, se considerada apenas a zona urbana, os indicadores são muito mais elevados (Geladeira: de 42% para 47%); Televisão de 40% para 50%; Automóvel: de 14% para 17%).

II — **Política de Valorização de Recursos Humanos**, compreendendo, no Orçamento Social, investimentos no valor de Cr$ 267 bilhões, no período 1975/1977, em Educação, Treinamento Profissional, Saúde e Assistência Médica, Saneamento, Nutrição.

Tal política permitirá a qualificação acelerada de mão-de-obra, elevando sua produtividade e sua capacidade de geração de renda, e facilitando sua mais rápida assimilação pela moderna economia de mercado.

Nas áreas de Saúde Pública e Assistência Médica da Previdência, cuidar-se-á da reforma de estruturas, para dar capacidade gerencial a esses setores, a exemplo do que já se vem fazendo na Educação, especialmente quanto às Universidades.

A competência do Estado para organizar a ação social, com vistas à proteção e recuperação da saúde da população, justifica uma estratégia que visa, primordialmente à clara definição institucional do setor, com base em mecanismos de coordenação que anulem imprecisões ou superposições de ambitos de atuação.

Dois grandes campos institucionais são definidos, prioritariamente:

● O do Ministério da Saúde, de caráter eminentemente normativo, com ação executiva preferencialmente voltada para as medidas e os atendimentos e interesse coletivo, inclusive vigilancia sanitária.

● O do Ministério da Previdência e Assistência Social com atuação voltada principalmente para o atendimento médico-assistencial individualizado.

III — **Política de Integração Social**, com recursos no montante de Cr$ 384 bilhões, compreendendo:

● A ação dos mecanismos destinados a suplementar a renda, a poupança e o patrimonio do trabalhador, como sejam o PIS-PASEP, e a política de habitação.

● A ampliação do conceito de previdência social para dentro de critérios atuariais e financeiros, abranger progressivamente novas categorias da população, especialmente as situadas nas faixas de maior pobreza.

● A progressiva universalização da legislação do trabalho.

A Política de Integração Social, no sentido mais restrito, orientar-se-á:

● **com vistas a assegurar a participação do trabalhador na expansão da renda nacional**, principalmente mediante a universalização e o aperfeiçoamento dos mecanismos de remuneração indireta representados pelo PIS e PASEP;

● **pela reorientação da política habitacional, na direção de programas para as populações de mais baixos níveis de renda, e pela melhoria dos serviços urbanos básicos para todas as camadas da população**, com vistas à elevação da qualidade da vida nas cidades.

IV — **Política de Defesa do Consumidor**, para assegurar preços mais baixos nos produtos de consumo básico, garantir qualidade dos medicamentos, qualidade e segurança nos veículos. A produção industrial e de outros setores deve ter preocupação nítida com o bem-estar do consumidor.

QUADRO VIII

INTEGRAÇÃO NACIONAL: RECURSOS PARA O NORDESTE, AMAZÔNIA E CENTRO-OESTE

[illegible]

[illegible]	[illegible]
INCENTIVOS FISCAIS	15
PIN e PROTERRA	18
PROGRAMAS REGIONAIS PRIORITÁRIOS	30
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO AOS ESTADOS e MUNICÍPIOS (FPE, FE, FPM e Fundos Vinculados)	30
APOIO FINANCEIRO OFICIAL (Novos Recursos e Serem Aplicados no Período)	54
TOTAL	[illegible]

Esta separata é um serviço público prestado pela Copersucar - Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

ANEXO FF

O GLOBO ☆ 22-1-75 – 4.ª-feira ☆ Página 16 — ECONOMIA

PANORAMA ECONÔMICO

Setor privado recebeu 85% dos créditos do BNDE em 74

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) divulgará amanhã um balanço de suas atividades durante o ano de 1974 afirmando, entre outras coisas, que 85% de suas aplicações foram dirigidas ao setor privado nacional. Enfatizando o caráter privatizador de sua atuação como instrumento de fortalecimento do empresário nacional, o banco, através de documento de prestação de contas ao público, procura também negar a natureza estatizadora de sua ação.

DEFESA DO EXPORTADOR

"As restrições impostas pela Lei do Comércio dos Estados Unidos afetam a expectativa dos países em desenvolvimento, especialmente a dos países latino-americanos", declarou ontem o presidente da Companhia de Promoção de Exportações de Manufaturados do Estado, Rogério Gragnani Leite.

Segundo ele, a nova legislação representa uma ameaça potencial a uma atuação mais eficiente no mercado norte-americano, submetendo os exportadores a possíveis conseqüências de mudanças nas regras do jogo impostas por grupos de pressão daquele país.

Gragnani Leite assinalou ainda que, além das medidas que o Governo brasileiro vem adotando, cabe aos exportadores nacionais dinamizarem suas atividades para acompanhar a atuação dos grupos de pressão dos EUA e se aparelharem para defesa de seus interesses.

PETRÓLEO AMERICANO

É possível que os Estados Unidos disponham de reservas de petróleo quatro vezes superiores às já conhecidas. O Departamento do Interior, de que faz parte a Administração Federal de Energia, deseja ter certeza a esse respeito e procura confirmar essa tese, através de seu programa de concessões para pesquisa na região costeira.

O Departamento de Geologia calcula que os Estados Unidos dispõem de reservas num total de 45 bilhões de barris de petróleo. Isso representa aproximadamente sete por cento do total mundial. Porém o país consome perto de 6 bilhões e 500 milhões de barris de petróleo por ano, correspondente a 30% da produção anual do mundo.

Para diminuir a dependência externa e reduzir o peso que representa o pagamento dessas importações de petróleo, o Presidente Gerald Ford e os líderes do Partido Democrata estabeleceram três estratégias, a serem aplicadas simultaneamente: a) redução do consumo de petróleo e de outras fontes de energia, através de programas de economia; b) desenvolvimento de novas fontes de energia que substituam o petróleo; c) aumento da produção nacional para substituir as importações.

PEDRAS PRECIOSAS

Entrou ontem em funcionamento a primeira Bolsa de Pedras Semi-preciosas do mundo. Está localizada em Israel, na cidade de Ramatgan. Como se sabe, a indústria israelense elabora principalmente pedras procedentes do Brasil, dos países africanos, do Extremo Oriente e da Austrália.

TOMANDO POSSE

A nova diretoria da Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT — será empossada hoje, em solenidade presidida pelo Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes.

A posse será no auditório do MIC, no Rio, às 15 horas. A diretoria da ABNT para o período 75/76 é a seguinte: presidente, Luiz Verano; 1.º vice-presidente, Paulo Villares; 2.º vice-presidente, Sérgio Antônio dos Reis Vale; 1.º secretário, Jerzy Lepedki; 1.º Tesoureiro, Júlio Telles da Silva Lobo Filho, e Relações Públicas, Joaquim Rodrigues Gonçalves.

TECNOLOGIA DO AÇÚCAR

A troca de experiência entre especialistas em açúcar, brasileiros e estrangeiros, permitirá ao Brasil melhorar sua produção de cana e aumentar a quantidade do produto a ser exportada pelo País. Esta é a opinião do técnico sul africano, Du Toit, presente ao XVI Congresso Mundial de Açúcar que se realizará em São Paulo em 1977.

Du Toit, vice-presidente da "International Society of Sugar Cane Technologits", e seu colega J. C. Willians, estão no Brasil à convite da Cooperativa dos Produtores de Cana do Estado de São Paulo — COGERSUCAR — para iniciarem os preparativos para aquele congresso. O convite foi feito devido ao sucesso alcançado no último encontro, realizado o ano passado na África do Sul e organizado por eles.

Em São Paulo desde segunda-feira, os dois especialistas sul-africanos, após conhecerem as instalações da Copersucar, seguiram hoje para o interior do Estado, onde visitarão o pólo açucareiro paulista-Ribeirão Preto, Araraquara e Piracicaba.

Du Toit e Willians aproveitarão a visita àquelas cidades para manter entendimentos com fabricantes de equipamentos para usinas de açúcar, ali instalados, e — conforme fontes ligadas à Sociedade dos Técnicos Açucareiros do Brasil — trava contatos comerciais para exportação destas máquinas para a África.

INCORPORAÇÃO

Em assembléia dos acionistas, o Banco Nacional S/A aprovou ontem a incorporação da "Abeval" — Administradora de Negócios em Geral Ltda. — acionista majoritária do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, holding do Grupo Bancomércio, que reúne 15 empresas.

A incorporação da Abeval é o início do processo de absorção do Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A, que deverá ser concluído até abril deste ano. Para avaliação do patrimônio da Abeval, foi indicada a firma de auditoria Roberto Dreyfuss e Companhia.

Segredo inexistente

As companhias petrolíferas "pretendem nos fazer acreditar que a comercialização de hidrocarbonetos é um segredo", declarou ontem em Caracas o diretor-geral de mercado da Companhia Nacional de Petróleo do Iraque, Ranzi Salman. O alto funcionário iraquiano se encontra na capital venezuelana, convidado por organismos docentes e instituições ligadas ao petróleo, no momento em que esse país se prepara para nacionalizar sua indústria de hidrocarbonetos.

Salman, especializado na Inglaterra, disse que "a comercialização do petróleo é apresentada como algo misterioso, sumamente complicado e cheio de dificuldades, mas tudo isso é uma falácia, que temos esclarecido ao manejar nosso próprio sistema de mercado, depois de nacionalizarmos a indústria petrolífera de nosso País".

Crédito difícil

Um porta-voz da Mitsubishi Metal Corp explicou ontem que está difícil obter o crédito necessário para o projeto de uma fundição de alumínio no Brasil, em colaboração com a sociedade suíça Alusuisse (Schweizerische Aluminium A.G.), devido à recessão econômica mundial.

FMI não liberou preço do ouro, afirma Simonsen

BRASILIA (O GLOBO) — O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, declarou, ontem, que houve má interpretação sobre a decisão do comitê provisório do Fundo Monetário Internacional quanto ao ouro. Explicou que o Comitê não liberou os preços do ouro no mercado internacional, mas sim, determinou estudos sobre a situação e, somente em junho, em Paris, quando o FMI se reunir novamente, é que será tomada qualquer decisão.

O Ministro manifestou-se contrário à intenção dos países industrializados que queriam uma liberação ou revalorização do ouro depositado como quotas no Fundo Monetário Internacional. Essa medida viria beneficiar somente aos Estados Unidos, Japão e outros sete países do Mercado Comum Europeu, que detêm ... 78% das quotas do FMI. Caso houvesse a revalorização, com a onça "troy" de ouro passando de 42,22 dólares (oficial) para o mercado livre (cotada em torno de 190 dólares) haveria um excesso de liquidez na economia mundial, prejudicando os países que têm poucas reservas de ouro.

Ao Brasil especialmente, a revalorização ou liberação do preço do ouro traria inconvenientes, pois dispomos apenas de 106 milhões de dólares em ouro, sendo que 110 milhões estão depositados como caução no Fundo Monetário Internacional. Para o Ministro da Fazenda, a liberação ou revalorização do ouro deverá acabar sendo autorizada pelo FMI. O Brasil apóia a tese de uma revalorização, desde que depois os excepcionais recursos conseguidos pelos grandes associados do FMI sejam liberados em empréstimos aos países em desenvolvimento. Entretanto, essa tese tem pouca possibilidade de ser aceita, já que os governos de países industrializados, com problemas de pagamentos devido principalmente à compra de petróleo, usariam esse excesso em seu próprio benefício.

Atualmente, a onça "troy" de ouro é taxada oficialmente pelo Fundo Monetário Internacional a 42,22 dólares. A última reavaliação aconteceu em 1971, quando ainda estava cotada a 38 dólares a onça, e essa reavaliação só aconteceu porque o Presidente Richard Nixon resolveu desvincular o dólar do ouro.

As quotas dos EUA, Japão e sete países do MCE somam, no momento, 34 bilhões de dólares depositados no FMI.

Dívida passa de US$ 17 bilhões

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen revelou, ontem, que a dívida externa bruta do Brasil no final de dezembro último era de 17 bilhões e 300 milhões de dólares. A dívida líquida, conforme as últimas estatísticas do Banco Central, era de 12 bilhões e 100 milhões de dólares.

Desmentindo insinuações de que no final de 1974 o endividamento externo brasileiro poderia ter chegado aos 20 bilhões de dólares, Simonsen declarou que em dezembro último a relação dívida líquida/exportação foi de 1,52 ou seja, o Brasil precisava exportar cerca de 52% a mais do que foi exportado em 1974 para equiparação com a dívida externa líquida. As exportações brasileiras, no ano passado, atingiram cerca de 7 bilhões e 907 milhões de dólares.

Empresário ignora lei das S/A

SÃO PAULO (O GLOBO) — O anteprojeto de reformulação da Lei das Sociedades Anônimas, quando fôr divulgado, trará uma série de surpresas para os empresários. Além de uma idéia vaga sobre proteção ao acionista minoritário, fortalecimento da remuneração em dividendos, substituição de conselhos fiscais por instrumentos mais dinâmicos e a atuação das empresas como especialistas de suas próprias ações em Bolsa, o empresário desconhece totalmente as modificações que serão introduzidas.

O desconhecimento das inovações não preocupa, todavia, o empresário paulista. Acredita-se, inclusive, que, como não houve uma participação maior das classes empresariais na elaboração do estudo, o texto inicial será apresentado aos setores interessados.

Mesmo quando fôr convertido em Lei, o Decreto sobre as Sociedades Anônimas deverá ser bastante dinâmico, de maneira a poder ser utilizado sempre que o mercado de capitais apresentar modificações em sua evolução. "O que não se pode supor é que as distorções e anacronismos acumulados durante os últimos 34 anos da legislação atual possam ser corrigidos de uma só vez por um texto definitivo e perfeito", comentam os empresários.

Como é bom ganhar dinheiro.

RDB — RECIBO DE DEPÓSITO BANCÁRIO INDEPENDÊNCIA

Título nominativo.
Prazo: de 180 a 720 dias.
Imposto de Renda exclusivamente na fonte, de 11% a 2% sobre o rendimento, conforme o prazo de aplicação.

Grupo Financeiro INDEPENDÊNCIA

RIO: Av. Rio Branco, 123, 20.º andar – Tels.: 242-6678 – 242-8329 – 242-6686 – 242-6542
224-4401 – Av. N.S. Copacabana, 462 – Tel.: 257-8143 – Rua do Carmo, 48 – Tel.: 231-8030
Trav. Ouvidor, 21-A – Tels.: 222-2198 e 252-5196
S. Paulo: Rua Líbero Badaró, 425, 8.º andar – Tels.: 34-1103 – 32-4399 – 37-5714 – 32-6072
Praça Ramos de Azevedo, 225 – Tel.: 34-2083

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

CHESF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
·ELETROBRÁS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO E LICITAÇÃO SIMULTÂNEAS PARA A CONSTRUÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO PAULO AFONSO - RECIFE II (N5) EM 500 KV.

A COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SÃO FRANCISCO, CHESF, pelo presente Edital, convoca firmas nacionais especializadas em construção de linhas de transmissão a concorrerem à montagem da LT Paulo Afonso - Recife II (N5) em 500 KV, subdividida em 4 trechos com extensão total aproximada de 369.6514 Km.

A aceitação das propostas apresentadas para a referida concorrência estará condicionada à habilitação das firmas proponentes em processo de Pré-Qualificação, simultaneamente realizado, mas com seu julgamento precedendo ao da Licitação propriamente dita.

Além das exigências constantes das instruções aos proponentes, somente serão habilitadas as firmas construtoras nacionais, de reconhecida capacidade técnica e financeira no ramo de construção e montagem de linhas de transmissão. As firmas poderão participar consorciadas ou individualmente, desde que atendam as seguintes condições:

I — Para participação em Consórcios:
Consórcio de, no máximo, 2 (duas) firmas que possuam capital social registrado de, no mínimo, Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), cada uma isoladamente.

II — Para participação individual:
Firmas que possuam capital social registrado de, no mínimo, Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

III — Experiência anterior:
Comprovem já ter construído linhas de transmissão em tensão superior a 230 KV, utilizando lançamento de cabos sob tensão mecânica.

O equipamento mínimo exigido, por trecho, é de 2 (dois) tratores Caterpillar D-7 ou similares, 2 (dois) compressores de ar com capacidade para 4 (quatro) marteletes, 3 (três) cavalos mecânicos com prancha mínima de 18m (1 c/prancha de 21m), 2 (dois) guindastes com capacidade de 15 ton, 2 (dois) guindastes com capacidade para ereção de postes até 34m e instalação de cruzetas nestes postes, equipamento para lançamento de 1 fase com 4 cabos geminados sob tensão mecânica, 300 (trezentas) roldanas para 4 condutores cada.

Os documentos de Pré-Qualificação e de Licitação, emitidos pela CHESF, estarão à disposição dos interessados no endereço abaixo indicado, para onde, também, deverão ser encaminhadas, por escrito, eventuais solicitações de esclarecimentos sobre a concorrência.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF
DIRETORIA DE SUPRIMENTO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DE AQUISIÇÕES
RUA: VISCONDE DE INHAÚMA, 134 - 11º ANDAR - RJ/GB
TEL.: 223-8329

A entrega dos documentos de Pré-Qualificação e das propostas, por parte das firmas interessadas, deverá ser feita no endereço acima indicado até às 15:00 horas do dia 24 de fevereiro de 1975.

Delfim admite que renda ainda é mal distribuída

"A renda no Brasil é realmente mal distribuída. O essencial é encontrar o caminho para melhorar essa distribuição, sem impedir o funcionamento de uma economia de mercado, com a esperança de que os mecanismos desta economia possam levar a um processo político cada vez mais aberto" — afirma o ex-Ministro da Fazenda, Delfim Netto, em entrevista à revista "Manchete". Delfim diz, preliminarmente, que se considera ainda muito perto dos acontecimentos para emitir um julgamento definitivo a respeito da atuação dos Governos anteriores no campo econômico.

"Se tivesse que recomeçar agora" — acrescenta — "acho que tomaríamos os mesmos caminhos. De qualquer maneira, se houvéssemos descoberto mecanismos mais eficazes do que aqueles de que nos servimos, é claro que os teríamos utilizado. Vou mais longe ainda: se existissem por aí, em algum livro ou em algum lugar secreto, fórmulas mágicas para controlar a inflação sem prejudicar o desenvolvimento, posso afirmar que as teríamos descoberto".

Desenvolvimento e distribuição

Delfim Netto analisa assim a atuação dos Governos anteriores:

"Globalmente, sem perigo de ilusão, posso dizer que nestes sete anos o Brasil cresceu. A sociedade brasileira absorveu perfeitamente os mecanismos propostos e apresentou um índice de desenvolvimento que mesmo os críticos mais severos não ousarão negar. Trabalhamos duro. O Brasil sofisticou bastante seu sistema industrial e terminou provando que é um país perfeitamente viável, uma comunidade onde o funcionamento da economia de mercado é bastante satisfatório."

"É claro" — prossegue —, "que uma parte importante da sociedade brasileira discordou dos mecanismos utilizados. Isto é muito positivo, porque, na realidade, como tudo no mundo, os métodos se prestam à discussão. No fundo, estes mecanismos são ideológicos, porque exprimem uma certa forma de ver o mundo, supõem uma opção. Como o pudim, que só se prova realmente na hora de comer e não na hora de dar a receita, os resultados concretos aí estão para demonstrar que a opção produziu bons efeitos".

Em resposta aos críticos da imprensa estrangeira que condenam a fórmula segundo a qual "ninguém consegue desenvolvimento rápido sem concentrar riquezas", diz Delfim:

"Só um observador totalmente desprovido de sensibilidade política ou alguém que subestime demais a inteligência dos homens no poder pode supor que as pessoas assumem o governo simplesmente para concentrar renda. Acredito, aliás, que a maioria dos indivíduos que exprimem aquela crítica não consegue entender direito o que estão formulando. Há uma certa dificuldade em entrar em determinados assuntos. A renda, no Brasil, é mal distribuída desde 1500. Aliás, devo recordar, por questão de honestidade, que o Presidente Médici foi o primeiro a reconhecer, oficialmente, em declaração pública, que havia, de fato, essa má distribuição. Não existe, infelizmente, nenhuma fórmula mágica para assegurar uma redistribuição rápida da riqueza. O que se pode é escolher certos métodos, pondo, por exemplo, o Estado como recipiente de todo o excedente. Mas, aí, começa a aceitação de uma forma altamente ineficiente, isto é, do capitalismo de Estado, cuja ineficácia é absolutamente brutal. Todo processo de acumulação rápida de crescimento comporta automaticamente, durante uma certa fase, uma acumulação de renda."

"Não creio que a distribuição da renda no Brasil de hoje seja muito pior que era na Europa Ocidental, quando essa Europa tinha o nível de renda do Brasil atual. Suspeito até que estejamos em situação melhor. Mas o que certa crítica exige é que, estando no estágio de crescimento da França em 1937, tenhamos o nível de distribuição da França em 1975. Esse tipo de crítica que se faz ao crescimento brasileiro é propriamente a-histórico. Aliás, os indicadores utilizados na medição da distribuição da renda são, na maioria das vezes, indicadores falsos. Dizer, por exemplo, que 40% da população detêm hoje 25% da renda, quando antes detinham 30%, não significa de maneira nenhuma um indicador de bem-estar. Porque, na realidade, todos melhoraram, uns certamente mais do que outros. Os críticos a-históricos denunciam o sucesso do crescimento brasileiro com a mesma violência com que criticam os Estados Unidos. Na realidade, a crítica sobre a distribuição é uma crítica importada. O bem-estar não está nas coisas e sim nos homens." A conclusão do ex-Ministro da Fazenda:

"A renda é realmente mal distribuída. O essencial é encontrar o caminho para melhorar esta distribuição, sem impedir o funcionamento de uma economia de mercado, com a esperança de que os mecanismos desta economia possam levar a um processo político cada vez mais aberto".

Inflação e liquidez

Para Delfim Netto, "a inflação não é um problema propriamente econômico. Ela é, basicamente, um problema político que acaba no mercado".

"A inflação" — acrescenta — "começa pela cabeça dos homens. É necessário entender que o homem, sempre insatisfeito, está procurando novas formas de organização social, querendo novas maneiras de viver. Quero ressaltar que não acredito em lei histórica. O homem é senhor da sua história, capaz de construir sua história".

"O cerne da inflação consiste num inconformismo com a estrutura atual da distribuição dos bens. É, basicamente, o resultado de uma contradição entre os anseios do homem e sua capacidade de produzir bens."

"É verdade" — frisa Delfim Netto — "que a inflação subiu depois que saí do Governo. Mas dizer que este aumento foi resultado de uma inflação reprimida, falar de bomba de retardamento, é propriamente uma tolice. Quando não uma maldade. Inflação reprimida existe a todo momento. Na realidade, a inflação vinha subindo um pouco nos últimos meses do Governo anterior. Além disso, chegamos ao final de 1973 com uma economia atingindo sua plena carga. Este fator e mais a tensão brutal dos preços externos, notadamente do combustível, determinaram uma retomada da inflação no nível que se viu. Atribuir a responsabilidade deste fato a excedentes de liquidez é outra tolice que não merece consideração".

Crédito direto preocupa as empresas financeiras

O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, estará presente sexta-feira, à posse da diretoria da Associação dos Dirigentes de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (ADECIF) e acredita-se que na oportunidade falará sobre os assuntos atualmente mais discutidos no mercado financeiro: alteração das taxas de juros, liberação das subscrições de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, política monetária para 1975 e participação do crédito direto ao consumidor na estratégia econômica.

No final do ano passado, os analistas do mercado estavam prevendo para fevereiro de 75 uma alteração das taxas de juros dos títulos de renda fixa, para que estas se tornassem compatíveis com uma inflação de 20% (as taxas máximas dos certificados de depósito bancário e letras de câmbio são no momento de 29% ao ano).

Juros inalterados

Os juros bancários devem permanecer inalterados, pois o Banco Central aumentou as tarifas e comissões dos serviços executados pelos bancos exatamente para proporcionar maior receita a estas instituições.

Quanto à liberação das subscrições de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, é certo que o Governo adotará a medida nas próximas semanas, mas com uma sistemática diferente da que estava em vigor até agosto do ano passado.

A hipótese mais viável é a de que o Governo libere as subscrições de ORTN fixando quotas máximas para as empresas, e colocando títulos no mercado conforme as necessidades de caixa do Tesouro.

Política Monetária

Em relação à política monetária, há uma expectativa de que as autoridades monetárias tenham que adotar uma orientação mais rígida, como a do primeiro semestre do ano passado, a fim de evitar que um provável excesso de liquidez do final de 1974 (ainda não computado estatisticamente) cause pressões inflacionárias no primeiro tremestre de 75.

O crédito direto ao consumidor está merecendo no momento atenção especial do mercado porque o nível dos aceites cambiais (financiamentos) caiu de 30 a 40% em relação ao movimento do período de dezembro de 73 a janeiro de 74. Por causa dessa redução, as financeiras não estão tendo, inclusive, dificuldades de colocação de letras de câmbio. A linha de refinanciamento de operações de crédito direto, criada em outubro pelo Governo, envolvendo cerca de Cr$ 2 bilhões, não chegou a ser usada em mais de Cr$ 600 milhões.

Os empresários financeiros esperam que o Ministro da Fazenda defina a participação do crédito direto ao consumidor nas metas previstas para 1975, a fim de avaliar se o montante atual de aceites é suficiente para a economia ou se serão necessárias providências especiais para reativar o setor.

D. F. VASCONCELLOS S/A

ÓPTICA E MECÂNICA DE ALTA PRECISÃO

C.G.C. 61.482.725/001
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Certificado GEMEC-RCA-200-74077

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os Senhores Acionistas desta empresa, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no próximo dia 30 de janeiro de 1975, às 14:00 horas, na sede social à Avenida Indianópolis, 1706, nesta Capital, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

— aprovação de três propostas da Diretoria:

1ª — bonificação de 25% sobre o capital atual, com ações grátis, no montante de .... Cr$ 4.500.000,00.

2ª — aumento em dinheiro, de 25% sobre o capital atual, no montante de Cr$ 4.500.000,00

— estes dois aumentos elevarão o capital de Cr$ 18.000.000,00 para Cr$ 27.000.000,00

3ª — antecipação de um dividendo geral de 12% sobre o capital atual, provido pelos resultados do exercício de 1974, para aplicação facultativa na subscrição do aumento de capital.

São Paulo, 13 de janeiro de 1975.

A Diretoria

Paulinelli inaugura fábrica

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — O Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, inaugurou ontem a fábrica de sopas "Knorr", da Refinação de Milho Brasil, em Poços de Caldas, no sul de Minas, afirmando que a criação de núcleos agroindustriais é essencial para o desenvolvimento do País.

— Estou muito satisfeito em inaugurar esta indústria, porque ela agrega à economia regional valores muito maiores do que aqueles dados só pela agricultura. Esta fábrica abre perspectivas excepcionais para os produtores da região, que têm a garantia de um mercado consumidor, sem variações — disse o Ministro.

Na fábrica de alimentos inaugurada pelo Ministro são industrializados atualmente 100 mil ovos por dia. Dentro de um ano, a fábrica consumirá um milhão de ovos/dia.

O Governador Rondon Pacheco iniciou ontem, na fábrica da Refinação de Milho Brasil, seu "rush" final de inaugurações. Ele entregou ao público a ligação rodoviária entre Pouso Alegre e a Rodovia BR-381 (Belo Horizonte—São Paulo), de 10 quilômetros e visitou as obras das fábricas da Argos Industrial, Confecções Unidas e da São Paulo Alpargatas, em Pouso Alegre.

ANEXO GG

PANORAMA ECONÔMICO

Auto-suficiência atômica

O Brasil decidiu adotar uma política de auto-suficiência em combustível e equipamento nuclear. Em publicação oficial, o Ministério das Minas e Energia anunciou a construção, em conjunto com técnicos alemães, de uma usina piloto para enriquecimento de urânio com capacidade de 25 toneladas por ano e com possibilidade de extensão para uma usina comercial de 250 toneladas por ano.

O Ministro Shigeaki Ueki decidiu que o País deverá produzir aqui as próprias centrais nucleares. A indústria nacional está passando por uma seleção preliminar no qual serão escolhidas as que estão aptas a participar de uma empresa para fabricação de componentes de reatores.

A auto-suficiência será procurada através de acordos com vários países para troca de know-how, como a França, Japão e Alemanha. Com a França está prestes a ser efetivado um projeto de construção conjunta de um reator térmico rápido.

A Nuclebrás prossegue os trabalhos para produção de pastilhas de urânio natural e de urânio enriquecido do tipo dos que serão utilizadas no reator de Angra dos Reis, para serem submetidas a testes de irradiação.

— Também continuarão os estudos intensivos sobre diferentes estratégias na utilização de combustível nuclear, passando a constituir-se em um dos projetos de maior relevância — segundo o relatório do MME recentemente publicado — o de uso do tório, tendo em vista as importantes reservas brasileiras deste minério.

Técnica nuclear será desenvolvida com a instalação no Instituto de Energia Nuclear, do ciclotron de energia variável, primeiro do país, destinado às pesquisas de física nuclear e à produção de radio isótopos de meia-vida curta, com larga aplicação na medicina.

A política

A política adotada para a indústria de equipamentos nucleares visa a evitar que se repitam os erros cometidos na política hidrelétrica onde, conforme se comenta na área do Ministério das Minas e Energia, "formou-se uma indústria de carcaças mas não de turbinas inteiras. Temos aqui a General Electric, Westinghouse e outras, e até hoje importamos turbinas, apesar de sermos um dos maiores consumidores do mundo de equipamento hidrelétrico".

O Governo não pretende que se reproduza esta situação na produção de material para usinas nucleares. Haverá escolha de um tipo de equipamento nuclear e haverá um esforço da tecnologia nacional, assistida por acordos de troca de informações com outros países, para fabricação nacional das usinas e do combustível nuclear.

Espera-se para breve o anúncio oficial do Governo da estratégia política nuclear brasileira, revelando em detalhes a maneira pela qual se pretende atingir a auto-suficiência.

OS TEXTOS DO CONGRESSO

A importancia do V Congresso Brasileiro de Siderurgia, realizado na semana passada no Hotel Intercontinental, não está necessariamente nos documentos aprovados nem nas conclusões transferidas para o papel. "Muito mais importante do que os textos, disse-nos o presidente de um grande grupo siderúrgico, é o que ficou na nossa cabeça." E explicando melhor: — "Não tenho dúvida de que os papéis vão acabar ficando na gaveta. Mas em compensação, ficamos com idéias definidas sobre o preço justo do nosso produto e com uma visão mais clara a respeito do nosso relacionamento com os homens da área governamental. Daqui por diante, essas idéias vão fermentar e chegará o dia em que haverá uma solução para os problemas que levantamos". As principais questões debatidas nos bastidores do Congresso foram a rentabilidade das empresas privadas, as taxas de juros e a correção monetária.

Retração do mercado

Exportadores nacionais de produtos agrícolas estão cada vez mais impressionados com a situação crítica dos principais mercados compradores, que se retraem cada vez mais, provocando quedas sucessivas nas cotações desses produtos nas mais importantes bolsas de mercadorias.

— Ainda não nos demos conta do que ocorre, realmente, nas principais nações industrializadas do Ocidente, dizia ontem um importante operador do Rio. Não só os tradicionais importadores reduzem suas compras ao mínimo necessário, como os consumidores finais se mostram cada vez mais retraídos, deixando de adquirir ou, no mínimo reduzindo aos limites toleráveis a compra de mercadorias até indispensáveis para suas necessidades vitais.

O mesmo operador, entre outros, citou o caso de uma grande empresa torradora de café na Europa, que normalmente trabalha com estoques razoáveis e que, na última semana, estava apenas com 30 mil sacas em seus armazéns. Essa firma, caso não pudesse embarcar café imediatamente teria de trabalhar com sua capacidade bastante reduzida ou mesmo paralisar suas atividades por determinado período.

— Dessa forma, recebemos freqüentemente pedidos de oferta que nos exigem que o embarque seja feito no prazo de uma semana, no máximo dez dias. É o que se chama compra de **mão para a boca**, ou apenas o suficiente para repor estoques quando se encontram no extremo limite da exaustão.

Mudanças na tecnologia

Nos próximos dias deverão surgir novidades na área do Instituto Nacional de Produção Industrial: está em fase final um estudo elaborado pelos técnicos do MIC reformulando boa parte da legislação brasileira sobre tecnologia. Entre as modificações previstas figura a regulamentação da compra de equipamentos usados.

BAIXAS NA FAZENDA

O chefe da Assessoria Economica do Ministro da Fazenda está preocupado com as sucessivas baixas que vem sofrendo nos últimos tempos na sua equipe. Em dois meses, ele perdeu um de seus principais assessores em Brasília, Marcos Amorim, que foi convidado pelo presidente do Banco do Brasil a assumir a consultoria técnica do BB; Sebastião Vital, que deixou a secretaria-executiva do CIP para assumir a presidência do Bancoderj, e Alberto Furuquem, que foi também para o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Mini-inflação

A abolição do troco de Cr$ 0,05 está aos poucos se institucionalizando em todos os lugares. Primeiro foram as empresas de ônibus, que nunca têm troco de Cr$ 0,05. Depois os bares, que cobram logo do freguês Cr$ 3,10 por uma garrafa de cerveja, quando a tabela do CIP diz Cr$ 3,05. Agora é a vez de alguns bancos. Seria conveniente que os bares voltassem à antiga prática de dar balas ou caixa de fósforos (esta já custa bem mais de Cr$ 0,05) quando não tiverem troco. E os ônibus distribuírem **tickets** que valeriam um desconto de Cr$ 0,05 na próxima viagem. Ou então o Banco Central aumente o número de moedas de Cr$ 0,05 em circulação para ajudar "a combater a mini-inflação".

Mercado financeiro

Decisões importantes poderão ser tomadas no início desta semana, em Brasília, na área do mercado financeiro. A principal delas será a diluição dos prazos de recolhimentos de impostos aos cofres públicos pela rede bancária.

Mirante

- Terça-feira, às 10 horas, a Central de Abastecimento do Rio de Janeiro (Ceasa) elegerá sua nova diretoria, na presença do Secretário de Agricultura, José Resende Peres.
- O Departamento de Geologia da Universidade de Brasília está pesquisando áreas de cerrado onde existem depósitos de rochas fosfáticas naturais, que podem ser empregadas como fertilizantes.
- A Petrobrás já perfurou dois poços e prevê mais sete no campo de Ubarana, em Macau, Rio Grande do Norte. O Estado receberá ainda este semestre uma nova plataforma flutuante.
- Com a determinação do Conselho Internacional do Estanho para a redução das exportações, a Bolívia terá um prejuízo de 6 milhões de dólares.
- Os presidentes da Sociedade de Engenharia e do Sindicato da Construção Civil do Rio Grande do Sul propuseram ao Governador Sylval Guazelli a criação de um órgão para formular a política de desenvolvimento no setor da construção civil.
- O Ministério da Fazenda informou ontem que a reunião regional de membros do Centro Interamericano de Administradores Tributários, preparatória da IX Assembléia-Geral desse organismo, será realizada na próxima sexta-feira, no Rio de Janeiro. Participarão o Diretor Geral de Rendas Internas da Bolívia, o de Impostos Internos do Paraguai, o Diretor Geral de Contribuições do Peru e o Diretor Geral de Renda do Uruguai.
- As autoridades italianas estão enfrentando um problema para o qual não encontram solução: as moedas do país desaparecem de circulação à medida que são cunhadas. As cifras oficiais revelam que "sumiram" 99 261 000 moedas de 50 liras, quantidade doz vezes superior à que circula no momento. A falta de troco está irritando os cidadãos.
- O diretor da área de crédito rural do Banco Central, José Ribamar de Melo, disse ontem aos diretores do BDMG e ao Secretário da Agricultura de Minas que os bancos de desenvolvimento estaduais no setor devem financiar grandes programas e projetos agroindustriais que representem acréscimo de tecnologia ao campo.

Serviços do porto do Rio melhoram, mas ainda há falhas

O diretor do Centro Nacional de Navegação Transatlântica, Ney Valdez, disse ontem que, "após apresentar evolução de 842 por cento no lucro, em 1974, comparado com 1973, o porto do Rio está praticamente proibido de aumentar quaisquer tarifas nos próximos anos".

Afirmou que o porto do Rio — Companhia Docas da Guanabara — vem melhorando a prestação de serviços, mas que há ainda uma série de falhas graves em sua operação. Disse que a rapidez na retirada de mercadorias deixa muito a desejar, em relação a outros portos do Brasil e do mundo e apontou o transito na Avenida Rodrigues Alves como um dos grandes entraves para qualquer melhoria efetiva.

Burocracia

Comentou que, no desembaraço de cargas, há ainda muita burocracia a ser cumprida pelos despachantes e transportadores, o que poderia ser reduzido através de medidas concretas da administração. "A obtenção de despacho liberatório é bastante demorada", acrescentou.

Sobre o prazo de isenção no pagamento de armazenagem na retirada de cargas, que é de seis dias, afirmou que deve ser contado apenas a partir da descarga de todo o lote pelo armador, e não apenas após a descarga das primeiras partidas.

Quanto ao horário de trabalho dos estivadores, que é de 7 às 16 horas, com intervalo para almoço entre 11 e 12 horas, comentou:

— Não é por culpa dos trabalhadores que os horários não são cumpridos. É que providências como a abertura dos porões e lingotagem (preparação para guincho) das cargas tomam tempo. Aliás, em porto nenhum do mundo esses serviços podem começar na hora exata.

Distorção

— O porto deve, basicamente, prestar serviços aos usuários e não visar ao lucro. Mas, se opera bem, o lucro é uma decorrência; não deve, entretanto, ser exagerado.

— Em 1974, a maior renda do porto foi com armazenagem, e não com capatazia (movimentação de cargas) e utilização do porto (atracação). Isso demonstra que o Centro de Navegação estava certo, ao protestar, no ano passado, contra o uso que os exportadores estavam fazendo do porto, usando-o como **depósito**. Este ano, isso será minimizado, graças à elevação das taxas de armazenagem (feita no meio do ano passado), que obriga os exportadores a retirarem as cargas do porto em pouco tempo.

Anteriormente, durante os primeiros 30 dias, a armazenagem custava 1 por cento do valor da carga e somente era elevada após esse período. Agora, a cada quinzena, o preço passa a 2 por cento, 4 por cento, 8 por cento e assim sucessivamente.

O caso do café

Ney Valdez disse que a exportação de café pelo porto do Rio estava representando um problema gravíssimo, mas que se obteve uma solução graças a esforços de quase dez entidades, por solicitação do Centro Nacional de Navegação Transatlântica.

— As carretas que saíam dos armazéns gerais da Avenida Brasil demoravam mais de quatro horas para chegarem aos navios ancorados no porto. Após uma série de entendimentos decidiu-se levar os caminhões para o ponto à noite, para início de embarque logo pela manhã. Isso só foi possível com a permissão para que os despachos de autorização fossem dados à noite.

Rapidez

Ney Valdez disse que o porto do Rio "já saiu da fase crítica em que se encontrava" e afirmou que o atual presidente da Companhia Docas da Guanabara, Saulo Pires Viana, "tem muita vontade de acertar".

Comentou que a obtenção de novas áreas, junto ao porto, para facilitar a armazenagem de mercadorias foi uma boa medida da CDG e ressaltou também a aquisição de novas empilhadeiras e guindastes modernos, que estão "dando melhores perspectivas aos usuários do porto do Rio".

O lucro

O porto do Rio (Companhia Docas da Guanabara), obteve, em 1774, lucro de Cr$ 109 milhões, segundo o relatório apresentado pela empresa. Isso representa uma elevação de 842 por cento em relação ao resultado líquido de 1973.

O movimento aumentou 21 por cento, atingindo a 32,6 milhões de toneladas, incluídos o terminal de petróleo da Petrobrás e o terminal de minérios da MBR, em Sepetiba. A elevação do valor das taxas cobradas — para evitar retenção dos produtos — foi uma das razões do grande aumento de lucro.

A carga geral movimentada em 1974 apresentou aumento de 58 por cento. A movimentação de containers (cofres de carga), no mesmo período, aumentou 18 por cento, passando a 7 659 unidades. Para 1975, fontes não-oficiais acreditam que 10 mil containers serão operados no Rio.

Denasa

Em cumprimento a disposições do Banco Central do Brasil — Resolução n.º 309 — informamos as taxas que passaram a vigorar a partir de 25 de outubro de 1974:

BANCO DENASA DE INVESTIMENTO S. A.

Taxa máxima em vigor para 360 dias, é de 36% para operações que envolvam coobrigações por aceites em letras de câmbio. Entretanto, essa taxa é meramente indicativa, pois, dependendo das características da operação, o Banco estudará, para cada caso, melhores condições.

DENASA — DESENVOLVIMENTO NACIONAL S. A.

Crédito, Financiamento e Investimentos

— Multiplicadores para operações de crédito ao consumidor: a partir de agosto/74.

Faixas	Prazo	Multiplicadores
I		59,04
II		61,51
III	24 meses	63,95
IV		65,05
V		68,70

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1975.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

O Presidente da Comissão de Licitação torna público e dá ciência aos interessados que realizará a abertura da Cotação de Preços n.º 2/75, às 14 horas do dia 30 de abril de 1975, referente à execução de serviços de pintura de esquadrias, paredes e pequenas adaptações em prédio da Representação da EMBRAPA, no km. 45 da Rodovia Rio—São Paulo.

As especificações e o Edital encontram-se à disposição dos interessados até o dia 28 de abril de 1975, nos seguintes locais:

a) Representação da EMBRAPA, no endereço acima, diariamente, das 8 às 10,30 e das 13 às 16 horas;

b) Escritório da EMBRAPA — Av. Churchil 38-B — 1º andar — Rio de Janeiro, diariamente, das 9 às 11 e das 14 às 17 horas.

O prazo de entrega da documentação e proposta prevista no Edital encerrará no dia e hora acima citados.

Maiores esclarecimentos serão prestados no Setor de Material e Patrimônio da Representação, no km 45 daquela Rodovia.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1975.

VANDICK MODESTO DE BRITO
Presidente da Comissão de Licitação

Governo ativa mecanismo para distribuir renda

BRASÍLIA (O GLOBO) — A conjugação das políticas salarial, tributária e habitacional e a valorização do trabalhador pelo próprio mercado, à medida em que ele se torna mais qualificado, são os mecanismos que o Governo vem acionando e pretende acionar nos próximos anos para diminuir o nível de concentração da renda do País.

Segundo técnicos governamentais, a melhoria da distribuição da renda não pode ser promovida simplesmente através de decretos — no caso do funcionalismo público e do salário mínimo — ou de reajustes generosos para os demais assalariados, nos dissídios coletivos.

O Governo dispõe de uma série de instrumentos que, utilizados conjugadamente, podem atenuar sensivelmente, a médio e longo prazos, as disparidades na distribuição da renda. Alguns desses mecanismos vêm sendo acionados desde o início do ano, com o objetivo de compensar os trabalhadores, pela deterioração de seus salários em 1974.

A redistribuição da renda, de acordo com a política já definida pelo Governo no II Plano Nacional de Desenvolvimento, deve ser gradual, para que a economia possa absorver seus efeitos sem que seja comprometida a meta de crescimento acelerado da produção nacional.

Com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores de menor nível de renda, será estimulado o consumo e o mercado interno se tornará uma boa opção para a colocação da produção nacional, hoje extremamente dependente, segundo os técnicos, das oscilações da demanda e dos preços no mercado internacional.

Uma incorreção na fórmula de reajustes salariais vinha provocando nos últimos anos uma redução — ou pelo menos estagnação dos salários em termos reais Os assalariados, na verdade, não estava usufruindo dos aumentos da produtividade — 4 por cento no ano passado — em decorrência dessa falha.

O erro foi corrigido no final do ano passado e já a partir de janeiro a nova fórmula de política salarial permitiu que os reajustes fossem 3 a 4 por cento superiores aos que seriam concedidos pela fórmula antiga. Assim, o aumento da produtividade será realmente incorporado, de agora em diante, aos salários dos trabalhadores brasileiros.

Foi possível, então, de acordo com os técnicos, recompor o poder de compra dos assalariados, corroído pela inflação do ano passado, e transferir-lhes os 4 por cento de aumento da produtividade. Com a queda gradativa da inflação — que vem ocorrendo desde o segundo semestre do ano passado — o aumento da produtividade será uma componente cada vez mais importante da fórmula de reajustes salariais.

Para compatibilizar essas mudanças com a política de contenção da inflação, o Governo decidiu, no início do mês passado, desvincular dos aumentos do salário mínimo a revisão dos valores que devem acompanhar a variação da moeda. Assim, a variação do salário mínimo não será mais utilizada como índice de correção monetária.

Além disso, ficou estabelecido que as taxas de reajuste salarial não seriam aplicadas mais aos empregados que já recebem remunerações elevadas (mais de 30 salários mínimos). Esses salários serão regulados agora pelo mecanismo de oferta e procura. O sistema anterior vinha impedindo, segundo o Governo, a melhoria da distribuição de renda.

Outra decisão adotada pelo Governo no ano passado — e considerada importante pelos técnicos — foi a de utilizar melhor o imposto de renda, a partir de 1975, como instrumento de distribuição de renda. Assim, após várias modificações em sua legislação, o imposto de renda passou a apresentar uma incidência muito maior sobre os rendimentos mais elevados, tornando-se muito mais progressivo.

Uma das modificações foi o pagamento de correção monetária sobre os valores recolhidos na fonte, beneficiando 64 por cento dos 3 150 mil contribuintes que pagam imposto. Os 30 por cento de correção monetária pagos a esses contribuintes representam para o Governo, um dispêndio de aproximadamente Cr$ 2 bilhões.

O Governo resolveu também devolver aos compradores de casa própria pelo sistema financeiro da habitação, 10 por cento do valor das prestações pagas no ano passado, o que será feito a partir de julho. Serão beneficiados 600 mil mutuários e a devolução totalizará Cr$ 800 milhões.

Foi reduzida, ainda, a carga tributária dos contribuintes com mais de 65 anos (750 mil pessoas), que poderão abater de sua renda bruta o equivalente a dois dependentes (Cr$ 9 mil). Finalmente, a carga fiscal dos contribuintes de menor nível de renda foi reduzida com a elevação do limite de isenção para Cr$ 13 900,00 e a nova tabela progressiva para o recolhimento do imposto na fonte.

O instrumento não institucional que deverá também, nos próximos anos, contribuir para melhorar o perfil da renda, segundo os técnicos, é o próprio mercado de trabalho. Para isso, contudo, é preciso qualificar o trabalhador, realizando investimentos nos setores de educação, treinamento de mão-de-obra, saúde, previdência e assistência social.

Desde o ano passado, o parque industrial brasileiro vem operando a plena capacidade, a pleno emprego, o que reduziu bastante o contingente de trabalhadores que recebem salário-mínimo. Para as autoridades, esse é um excelente sintoma, pois o mercado de trabalho, como mecanismo de distribuição de renda, é muito mais eficiente do que um simples decreto.

Segundo os mesmos técnicos, todo processo de desenvolvimento está condicionado ao nível de poupança e à expansão do mercado. No entanto, a obtenção de um nível satisfatório de poupança teoricamente se contrapõe à tendência ao redistributivismo.

Influência dos salários é pequena

A incidência dos aumentos salariais sobre os custos das empresas nunca supera os 20%, índice que alcança na construção civil, enquanto que na petroquímica a taxa é de 5%, segundo informaram ontem técnicos do Ministério do Planejamento.

Esta é uma das razões porque a política salarial não se conflita com o programa de contenção do ritmo inflacionário, disseram técnicos do Planejamento. Salientaram que as categorias que serão reajustadas agora, que foram beneficiadas com as taxas mais altas dos reajustes, não representam o grosso da mão-de-obra empregada no País.

Salário-mínimo

O aumento do salário-mínimo não afetará grande parte das atividades econômicas, particularmente nas áreas de São Paulo e Rio, onde a maioria dos trabalhadores recebe vencimentos acima do salário-mínimo, conforme acreditam os técnicos diretamente ligados ao Ministro Reis Veloso.

Salientaram que, com os reajustes salariais, houve um aumento real da renda dos trabalhadores, equivalente ao aumento concedido em função da elevação do índice de produtividade, que é de 4%. Este índice, dentro da nova fórmula de reajuste salarial, significa o aumento real da renda do trabalhador.

Recuperação

O reajuste das taxas salariais teve por objetivo recuperar o poder aquisitivo do trabalhador, que foi corroído no ano passado, quando a inflação superou as estimativas do Governo.

O II PND demonstra que o Governo está adotando medidas efetivas no sentido de ampliar a redistribuição da renda e de concentrar investimentos em áreas prioritárias para o processo de desenvolvimento, como bens de capital, metais não-ferrosos, insumos básicos, papel e celulose entre outros.

EDITAL

BEG BANCO DO ESTADO DA GUANABARA S.A.
PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESCRITURÁRIO

REALIZAÇÃO DAS PROVAS

A Empreendimentos e Prestação de Serviços Auxiliares – EPSA S.A. comunica aos candidatos aprovados na prova de MATEMÁTICA do Processo de Seleção Pública de Escriturário para o BEG a data, local e horário, para a realização das provas de PORTUGUÊS e CONTABILIDADE do referido Processo.

PROVAS	DATA	HORÁRIO
PORTUGUÊS e CONTABILIDADE	26/04/75 (sábado)	9:00 horas (Início)

• LOCAL:

– ESTÁDIO JORNALISTA MÁRIO FILHO (Maracanã), com acesso pela Rampa do Esqueleto, em frente ao Campus da U.E.G..

• OUTRAS INFORMAÇÕES:

• Os candidatos deverão comparecer ao local das provas, com a antecedência mínima de 60 minutos da hora estabelecida para seu início, munidos de seu Cartão de Inscrição, lápis tinta ou caneta esferográfica azul ou preta e PRANCHETA.

• Sob pretexto algum, será permitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora marcada para o início das provas que, nestas condições, será considerado ausente.

• Os resultados das provas de Português e Contabilidade serão afixados, em local visível, no dia 30/04/75 (quarta-feira), em todas as agências do BEG localizadas no antigo Estado do Rio de Janeiro e ainda nas seguintes agências: Bangu, Bonsucesso, Central, Copacabana (Posto VI), Flamengo, Jacarepaguá, Madureira, Méier, Santa Cruz e Tijuca.

• A data do exame PSICOLÓGICO será oportunamente divulgada pela Imprensa.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1975

EPSA — EMPREENDIMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES EPSA S.A.

ANEXO HH

O GLOBO ☆ 25-9-75 – Quinta-feira ☆ Página 24 — ECONOMIA

Velloso afirma que distribuição de renda melhorou

BRASÍLIA (O GLOBO) — Ao prestar depoimento na CPI sobre Política Salarial, da Câmara dos Deputados, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Reis Velloso, garantiu que a distribuição de renda no Brasil não está piorando e que entre 1960 e 1970 "todas as classes de renda ganharam em poder aquisitivo".

Velloso refutou críticas de que o desenvolvimento brasileiro vem beneficiando somente as classes mais privilegiadas. Mostrando pesquisas feitas por universidades norte-americanas, e que apresentaram resultados idênticos aos de trabalhos realizados por instituições brasileiras, o Ministro disse que entre 1960 e 1970 "a classe pobre (cerca de 35 por cento) teve um aumento de renda real de aproximadamente o dobro dos "não pobres" (65 por cento)".

Para mostrar que o desenvolvimento nacional não está beneficiando somente a classe privilegiada, Reis Velloso apresentou uma série de estatísticas, destacando que 60 por cento das famílias brasileiras já moram em residência própria.

Disse, ainda, que 86 por cento da nossa população já residem em casa ou apartamento, que não sejam barracos ou habitações improvisadas. Em 1972, 68 por cento da população urbana e rural tinham fogão a gás ou elétrico, 40 por cento possuíam máquina de costura, 58 por cento, tinham ferro elétrico. Sessenta e um por cento dos domicílios estavam servidos por água da rede geral, 30 por cento beneficiavam-se de rede de esgotos e 78 por cento, contavam com iluminação elétrica.

Benefícios sociais

Velloso fez questão de frisar que o Governo procura fazer o máximo de redistribuição da renda nacional, sem descuidar do desenvolvimento econômico. Para ele, "evita-se, o distributivismo desordenador e a ação demagógica ou paternalista, que freqüentemente solapam as bases do crescimento".

Quanto ao salário-mínimo, o Governo já está pondo em prática uma política objetivando restabelecer o seu poder de compra do início dos anos 60. A primeira vitória governamental nesse ponto foi — segundo Velloso — a desvinculação do salário-mínimo de outros índices de correção, o que permitiu um reajuste do salário-mínimo deste ano em 41,4 por cento, quando o aumento do custo de vida nos 12 meses anteriores tinha sido de 25,4 por cento.

Conforme assinalou, as medidas oficiais fizeram com que em vários Estados o valor real do salário mínimo — que teve uma queda de 37 por cento de 62 a 64, comparando-se com 1960 — já esteja "bastante recuperado".

Se se computar o décimo-terceiro salário (instituído em 1962), o valor do salário mínimo atual já é idêntico ao de 1960, segundo o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento. Sem o décimo-terceiro salário, a situação atual, comparando-se com 1960 (100 por cento) é a seguinte: Aracaju, 96; Vitória e Belo Horizonte, 92; Curitiba e Florianópolis, 101; Porto Alegre, 91; Goiânia, 98; São Luís, 102; e Teresina, 138.

Íntegra do pronunciamento

O Governo do Presidente Geisel, na opção configurada no II PND, está realizando uma política social articulada, dentro do conceito de uma sociedade solidária.

Tal política, que se coordena no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), constitui objetivo próprio, e não apenas conseqüência da política econômica, embora com esta deva ser consistente.

Evita-se, de um lado, o distributivismo desordenado, e a ação demagógica ou paternalista, que freqüentemente solapam as bases do crescimento. E, de outro lado, a atitude de esperar que o crescimento, deixado ao curso das forças de mercado, venha, eventualmente, a resolver o problema do bem-estar de amplas camadas da população.

Não se trata de distribuir o que não foi criado.

Trata-se de fazer a redistribuição enquanto se realiza o crescimento, e tanto quanto possível, através do próprio crescimento. É a conhecida definição: realizar política redistributiva "enquanto o bolo cresce".

Importa lembrar a prevalência do social e do político, sobre o econômico, em termos de hierarquização dos valores humanos da sociedade. Mas é preciso deixar claro que o crescimento, na prática, é o melhor amigo do social, se concebido sem distorções.

A dimensão do problema social brasileiro pode, grosseiramente, ser indicada pela verificação de que, entre 1960 e 1974, a população brasileira aumentou de cerca de 34 milhões de pessoas, e a população urbana passou de 32 milhões para 61 milhões. Existem no País, atualmente, cerca de 56 milhões de menores de 20 anos, o que significa que há 20 anos atrás 52% da atual população ainda não eram nascidos.

O encaminhamento do problema social está a exigir uma economia sólida, dinâmica, eficiente, competitiva, num modelo de regime econômico moderno de mercado, com "forte conteúdo social". Essa estrutura econômica poderosa é que viabilizará grandes investimentos sociais e urbanos, e permitirá a formação de uma ampla classe média e a expansão substancial da renda real dos trabalhadores, num clima de sociedade de oportunidades, econômica e socialmente aberta.

Ao invés de cuidar dos seus sintomas, é preferível, pela ação de uma economia dinâmica, voltada para a formação progressiva do mercado de consumo de massa e da razoável multipolarização regional, tentar a eliminação dos focos e fontes de pobreza, setoriais e regionais. Nas situações de pobreza absoluta, em que a atuação assistencial se faz necessária, mesmo aí é a economia forte e de grande dimensão que permite destinar grande volume de recursos aos investimentos sociais necessários.

Se, de um lado, desejamos evitar uma política social que seja simples conseqüência da política econômica, é preciso, de outro lado, atentar para os condicionantes econômicos da política social.

Condicionantes entre os quais podemos destacar:

— o crescimento econômico, enquanto fator determinante do aumento da renda **per capita** e da expansão das oportunidades de emprego;

— a política de salários, como determinante principal do nível de consumo dos assalariados e da participação do trabalho na renda nacional;

— a política de preços, dividindo os ganhos de produtividade, da economia e da empresa, entre o produtor e o consumidor;

— a política de desenvolvimento regional, para cuidar principalmente da eliminação dos bolsões de pobreza, no Nordeste e em outras regiões;

— a capacidade de aumentar a oferta de alimentos, pelo seu efeito sobre os preços reais dos produtos agrícolas de consumo de massa, e sobre os padrões de nutrição da população de baixa renda;

— a estrutura urbana, inclusive nas suas relações com a localização industrial e a disponibilidade de novas áreas para expansão residencial;

— a abertura de oportunidades econômicas, resultante da política de qualificação de recursos humanos;

— a participação do grande número nos mecanismos da economia de mercado (tipo PIS-PASEP), como forma de criar consciência e solidariedade com relação ao regime econômico do País.

Na apresentação do modelo social, através do qual o Governo atual está continuando e dando nova dimensão à atuação dos sucessivos Governos da Revolução, cabe analisar, em **primeiro lugar**, a conjugação da política de salários com a política de emprego, para permitir a formação da base para o mercado de consumo de massa.

No tocante à **política de salários**, importa salientar:

1) Os reajustamentos salariais do corrente exercício (43 e 44% no início do ano), de acordo com a nova fórmula salarial, consubstanciada na Lei n.º 4.167, de 29-11-74, têm permitido considerável elevação dos salários reais dos trabalhadores (exemplo: o reajustamento de setembro foi fixado em 36%, quando o aumento do custo de vida nos 12 meses anteriores foi de 28 a 29%).

Com essa orientação, que já permitiu corrigir as falhas de execução da fórmula de reajustamento, observadas principalmente no período de 64 a 67, será acentuada a tendência dos últimos anos, de elevação constante do salário real das diferentes categorias sujeitas a dissídio coletivo.

Assim, é que, entre 1968 e 1975, o salário real dessas categorias, pelo uso da fórmula, aumentou de cerca de 34%. A fórmula fixa apenas o mínimo compulsório, de modo que, como os aumentos efetivos dados pelas empresas podem ser superiores e existe mobilidade vertical, a elevação real do salário médio da indústria de transformação, no período, foi de 60%.

A propósito, é conveniente desfazer alguns equívocos, ainda recentemente reiterados em trabalho que, sem dúvida, realizou esforço louvável de analisar, do ponto de vista de alguns sindicatos, a política salarial nos últimos 10 anos:

a) Não tem sentido dizer que uma política salarial é incompatível com o regime de economia de mercado. Só para exemplificar, o programa de controle da inflação do governo americano, três ou quatro anos atrás, estabeleceu o controle não apenas dos preços como também dos salários.

É normal, hoje, que certos aspectos da política econômica sejam regulados por lei, nos países de economia de mercado, cada um a seu gosto. Por exemplo, em certos países a sindicalização é livre, e em outros não há sindicatos patronais. Nem por isso se poderia dizer que o sindicato único, por categoria patronal ou de empregado, seja incompatível com o regime de mercado.

b) Não é correto dizer que o objetivo da política salarial é o controle da inflação. A fórmula salarial objetiva a consistência entre os objetivos de crescimento, controle da inflação e distribuição da renda: crescimento, evitando a desordem dos reajustamentos; controle da inflação, evitando que os aumentos de salários se convertam em causa **autônoma** de inflação; e distribuição de renda, garantindo a participação do trabalho na renda nacional.

c) Não é válido dizer, pela experiência brasileira, que seria necessariamente benéfico ao trabalhador deixar que os acordos salariais se realizassem através de negociações dos sindicatos de trabalhadores com os dos empregadores.

Por exemplo, entre 1957 e 1961, o salário nominal das principais categorias (dados do DIEESE), inclusive metalúrgicos, aumentou em média de 200%, enquanto a elevação do custo de vida, no período, foi de 227% (média Rio—São Paulo). Outro aspecto: em 1963, o reajustamento salarial dos metalúrgicos foi de 80%, em termos nominais, enquanto o dos empregados na construção foi de 40%, e o dos padeiros de zero%, o que mostra as terríveis distorções que podem ocorrer no esquema sugerido.

A verdade é que dificilmente se poderia conceber uma política de salários, consistente com o interesse nacional, diferente daquela definida pelo Governo, de obter que o salário real aumente na mesma proporção dos aumentos de produtividade.

Em geral, os sindicatos, em outros países, principalmente em épocas de inflação acelerada, batalham arduamente para conseguir isso, que em lei já está definido no Brasil. O que cabe, então, é reivindicar que a política salarial — correta em sua formulação — seja aplicada sem distorções.

d) Não é correto dizer que o reajustamento realizado pelas médias (e não pelos picos) leva a uma queda do salário real.

O reajustamento pelos picos é que é enganoso. Primeiro, porque leva a oscilações muito maiores no valor do salário real que, ao longo do período, o trabalhador percebe.

No regime de correção pelo pico, a variação entre o valor máximo e o mínimo do salário mínimo real na Guanabara foi de 64%, 26%, 60% e 93%, nos anos de 1960, 1961, 1962 e 1963, respectivamente.

Com a correção pelas médias, a mesma variação foi de 16%, 12%, 24% e 11%, respectivamente, em 71, 72, 73 e 74.

Além disso, na correção pelos picos (com o reajustamento na base do aumento do custo de vida no período anterior), o salário que o trabalhador efetivamente percebe, ao longo de um ano (ou seja, a média do salário mensalmente recebido, em termos reais), tende a declinar, necessariamente, se a inflação for crescente (e a crescer, se for decrescente).

Daí por que o critério de reajustamento pelas médias é o mais indicado: as oscilações tendem a ser menores, entre picos e vales; e não há tendência inerente para cair, se corretamente aplicada a fórmula (a elevação real do salário se verifica, então, pelo acréscimo da taxa de aumento de produtividade, como tem ocorrido).

2) No tocante ao salário-mínimo, o Governo, com a instrumentação dada pelo Congresso Nacional através da Lei n.º 6.205, de 29-4-75, já está com maior grau de liberdade para adotar política especial, nesse ponto. O objetivo dessa política é, primeiro, restabelecer o poder de compra do salário-mínimo do início dos anos 60, e em seguida continuar elevando-lhe gradualmente o nível real, numa progressão que, depois de algum tempo, tenda para o aumento da produtividade.

Nessas condições, já este ano, como é sabido, a elevação foi de 41,4%, para um aumento do custo de vida, no período anterior de 12 meses, de 25,4%.

A propósito de salário-mínimo, e apenas para fins de colocar o assunto na perspectiva adequada, vale esclarecer alguns pontos:

a) Tomando por base 1960 (índice 100), nota-se que o salário-mínimo real médio anual (Guanabara e São Paulo), tendeu a declinar no período entre 1962 e 1970 (quando alcançou o índice 71, com uma queda de 29%, portanto, no seu nível mais baixo, e não de 55%, como já se disse).

Nessa fase de declínio (fazendo-se o cálculo a partir de 1961, ponto mais alto no período), 63% da queda de poder aquisitivo tiveram lugar nos anos de 1962, 1963 e 1964; e, logicamente, os demais 37% entre 65 e 70.

b) Entre 1971 e 1975, houve uma elevação do salário-mínimo real médio anual, o que permitiu alcançar, este ano, um índice de 77 (ou seja, pouco mais de 20% abaixo do nível de 1960).

c) Cumpre notar, sem embargo, que, quando o salário-mínimo começou a declinar, em 1962, foi instituído o 13.º salário. Com isso, em termos de renda total (inclusive o 13.º salário), o declínio de poder aquisitivo foi bem menor.

Se computarmos o 13.º salário, o índice de remuneração do trabalhador de salário-mínimo, este ano, seria de 84 (isto é, 16% a menos que em 60).

d) Se tomarmos outras regiões de salário-mínimo, fora do Rio e de São Paulo, como os reajustamentos têm sido maiores, vamos encontrar índices bem mais elevados (em 1975, inclusive 13.º salário, para 1960=100): Aracaju, 96; Vitória e Belo Horizonte, 92; Curitiba e Florianópolis, 101; Porto Alegre, 91; Goiânia, 98; São Luís, 102; Teresina, 138.

e) Apenas para registro, é sabido que declina rapidamente a parcela de trabalhadores na faixa de salário-mínimo. Em São Paulo, no setor industrial, aquele percentual caiu de 36% em 1963 para 19% em 1973.

Medida recente, já aprovada pelo Congresso, foi a criação do abono especial do PIS-PASEP, que para o trabalhador de salário-mínimo terá valor equivalente a um 14.º salário. Com isso, mesmo para as áreas de Rio e São Paulo, muito em breve a remuneração real na faixa do salário-mínimo já estará no mesmo nível de 1960, passando à fase de crescer com a economia nacional.

Isso sem considerar as diferentes formas de salário indireto e o fato de que, dada a expansão de oportunidades, a renda familiar tem aumentado bastante, com a elevação do número de pessoas na família que deixam a categoria dos "sem rendimentos", considerada no Censo.

Os limites à flexibilidade do Governo quanto à política de salário-mínimo são os efeitos quanto ao emprego e quanto à situação econômica geral, notadamente no tocante à inflação.

No tocante à **política de emprego**, há alguns pontos relevantes a destacar:

1) Os dados recentes da PNAD mostram que, entre 1960 e 1973, a população economicamente ativa (PEA) aumentou de 22,7 milhões para 36,2 milhões de pessoas, ou seja, uma expansão da ordem de 60%, totalizando mais de 13 milhões de empregos novos, no período.

Com isso, a previsão do II PND para 1979 (PEA de 38 milhões naquele ano) já está praticamente alcançada, desde agora.

Tal resultado, conseqüência principalmente das altas taxas de crescimento experimentadas no período de 68 a 74, mostra a grande capacidade de absorção de mão-de-obra da economia brasileira.

As implicações sociais são importantes. Como o aumento da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho, no mesmo período, foi de apenas 48%, vê-se como está sendo reduzido consideravelmente o subemprego, no País, à medida que grandes contingentes de mão-de-obra passam a ingressar, todo ano, no mercado de trabalho.

2) Mais importante, ainda: a grande expansão do emprego está sendo em setores de mais alta produtividade a sofisticação, principalmente o setor secundário e, neste, a indústria de transformação.

Naquele período, a agricultura expandiu o emprego em 26%, e a indústria (inclusive construção e serviços de utilidade pública), em 107%.

Na década de 50, o grande absorvedor de mão-de-obra foi o setor terciário (serviços), na periferia das zonas urbanas. De 1960 para cá, e em particular na fase recente, a fonte mais dinâmica de geração de empregos foi a indústria, a níveis salariais bem mais altos.

A segunda dimensão do modelo social diz respeito à própria **estratégia de redistribuição de renda.**

Já é tempo de colocar em novos termos a análise do problema da distribuição de renda, que, nos estudos sobre comparações entre os censos de 60 e 70, foi, freqüentemente, apresentado em enfoque inadequado.

Existe um enfoque convencional, estático, para economias maduras, com crescimento lento. Tal análise, feita principalmente através de indicadores tradicionais de concentração de renda (tipo Gini), diz muito pouco sobre economias em crescimento acelerado, como o Brasil.

Outros enfoques, de caráter dinâmico, foram recentemente desenvolvidos, no Brasil e no exterior, e são muito capazes de mostrar o que está por trás da simples aritmética dos indicadores tradicionais, em termos de estrutura econômica e social, de níveis de bem-estar da população e de criação de oportunidades econômicas.

A conclusão importante é que esse novo enfoque, apropriado para economias em expansão rápida, chega a resultados bem diferentes daqueles que tinham sido antes apresentados sobre a evolução da distribuição de renda, no Brasil, entre 1960 e 1970 (e, já agora, entre 1960 e 1972). Chegara-se, mesmo a construir verdadeiro castelo de areia, com base em informações sobre renda em dois meses, dois pontos isolados no tempo, para um intervalo de tempo de 10 anos.

As dificuldades de realizar quantificações nessa área são, aliás, específicas do caso brasileiro. Estudo recente sobre os Estados Unidos assinalava que "dados de renda monetária podem levar a resultados destorcidos, por causa da tendência da maioria de subestimar a própria renda". "Os problemas de renda declarada, renda em espécie e precisão estatística não são quantitativamente triviais", podendo acarretar, por exemplo, uma variação na estimativa da classe de renda mais baixa da ordem de até 50%.

Antes da análise, convém deixar claro que, na definição do II PND, a Revolução não se solidariza com a atual distribuição de renda, "mesmo porque tal distribuição resultou de uma evolução de longo prazo da economia, não de fatores recentes". Ainda mais, o Governo acha que se deve fazer mais do que se vinha fazendo para melhorar a distribuição de renda, inclusive porque hoje já estão superados muitos dos fatores limitativos com que se defrontaram anteriores Governos da Revolução.

Dito isso, podemos mostrar como o novo enfoque reformula avaliações anteriores, inclusive através de estudos recentes preparados para o Centro de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Yale e para o Instituto de Sistemas Sociais da Universidade de Wisconsin Madison.

Os pontos principais são os seguintes:

1) Na verdade, entre 1960 e 1970 (ou 1972, se considerarmos os dados da PNAD), **todas as classes de renda ganharam em poder aquisitivo.**

Embora seja temerário avançar mais que isso, talvez se possa dizer que as categorias de renda mais baixas (os primeiros 40%) e as de renda mais alta (os últimos 20%) possivelmente tiveram aumentos maiores do que os 40% intermediários.

Nota-se, por sinal, que houve grande mobilidade de pessoas de rendas baixas para categorias de renda mais altas. Num total de dez categorias de renda real, o percentual dos indivíduos pertencentes às 7 primeiras declinou de 88,8% em 1960 para 82,5% em 1970, havendo a diferença passado a participar das 3 classes de renda superiores.

2) Mostra um dos estudos que a categoria dos "pobres" (cerca de 35%) teve aumento de renda real, no decênio, de cerca do dobro dos "não pobres" (os restantes 65%) (63%, em comparação com 28 %).

3) Se qualquer análise quantitativa é precária, o importante é entender por que a renda das categorias mais baixas aumentou consideravelmente. Dois são os fatores principais: o aumento da proporção de empregados e a redução dos "sem rendimentos", ambos conseqüência da expansão das oportunidades de emprego.

Assim é que os "sem rendimento" (pessoas da família que não percebem renda monetária) tiveram sua participação na população economicamente ativa (PEA) substancialmente reduzida. Em 1960, para uma PEA de 23 milhões, os "sem rendimento" eram 3,3 milhões, correspondendo a 14,7%; em 1970, para uma PEA de 31 milhões, aquela categoria correspondeu a apenas 9,6%, num total de 2,9 milhões de pessoas. A queda foi tanto relativa como em número absoluto.

Aspecto elucidativo, a propósito, é que isso também explica o fato de não estar declinando ainda mais rapidamente o percentual de pessoas com renda até o nível do salário-mínimo (renda individual, e não familiar): um contingente enorme de indivíduos passa a integrar, anualmente, a população economicamente ativa, e o faz, claro, no nível salarial mais baixo, principalmente porque em grande medida é constituído de mulheres e menores de 18 anos.

Só para informação, a participação dos menores na PEA, embora declinante, é ainda de 20%. A taxa de atividade econômica das mulheres (15 anos e mais) aumentou de 18,4%, em 60, para 21,1% em 70.

4) Outro aspecto importante é que as elevações de renda em categorias mais altas, levando a que a aritmética dos indicadores de concentração falasse em aumento da concentração de renda, se deve principalmente a dois fatores (além dos possíveis aspectos relacionados com o modelo econômico): a profunda mudança de estrutura econômica, com substancial elevação da participação da indústria no PIB; e a grande expansão do sistema educacional, levando a uma abertura do hiato de nível de conhecimentos e, conseqüentemente, de capacidade de gerar renda, entre mão-de-obra não qualificada e mão-de-obra qualificada.

No primeiro aspecto, o produto industrial se expandiu de 220%, no período 1960/1974, para uma expansão de apenas 100% no produto agrícola. Hoje, a participação da Indústria é de 33% na renda nacional, enquanto a da Agricultura é de apenas 15%. Ora, o grau de diferenciação de renda na Indústria é bem maior que na Agricultura, e em termos de índices isso apareceria como maior concentração.

Vejamos a síntese do problema da distribuição de renda: no período, a economia brasileira ganhou uma dimensão completamente nova (o PIB aumentou de 170%), com estrutura em que passaram a predominar setores industrializados, mais sofisticados, de mais alto nível de renda e com grande capacidade de absorção de mão-de-obra (que a agricultura não tem mais).

Em conseqüência, a economia do País se tornou muito maior e mais forte, todas as classes de renda tiveram ganhos reais de poder aquisitivo (embora não na mesma proporção), a expansão do emprego foi excepcional (e não teria ocorrido com a estrutura econômica anterior), ampliaram-se consideravelmente as oportunidades proporcionadas pela melhor qualificação da mão-de-obra.

Muito em particular, toda a estrutura de renda apresentou boa mobilidade vertical, e o contingente dos subutilizados e marginalizados, sem emprego definido, diminuiu em termos relativos, e, até absolutos. Convém não subestimar o preço que, num balanço, se deve atribuir a esse fato: um indivíduo com emprego definido, mesmo a dois ou três salários-mínimos, pode dar certa estabilidade à família; aquele sem profissão definida, quase nunca.

Esse o quadro que resulta de uma análise dinâmica da evolução da distribuição de renda, no país, certamente muito diverso das temerárias conclusões baseadas em cotejos aritméticos de dois pontos isolados no tempo, de base mensal, em longo período.

Mais ainda: a análise mais completa depende da consideração de todo um elenco de indicadores sociais, que adiante serão apresentados.

A terceira dimensão do modelo social diz respeito à **execução do orçamento social**, destinado principalmente à valorização dos recursos humanos, através de Educação, Saúde, Treinamento de mão-de-obra, Previdência e Assistência etc.

A União e os Estados deverão realizar, em 1976, um orçamento social (sem incluir investimentos em desenvolvimento urbano) da ordem de quase Cr$ 100 bilhões, na forma seguinte:

	Cr$ bilhões de 1975
Educação	28
Trabalho e Treinamento Profissional	4
Saúde	17
Saneamento	6
Previdência Social	43
Total	98

Esse valor corresponde a 10,2% do PIB. Se incluirmos estimativa para os dispêndios de municípios e do setor privado, a participação no PIB será da ordem de 13 a 15%.

Em 1975, esse orçamento social está sendo de cerca de ... Cr$ 82 bilhões. Pode-se estimar, para o período 1975/1979, orçamento social da ordem de Cr$ 540 bilhões (só nos setores acima).

Para ter-se a perspectiva, a União aplicou em Educação e Saúde (inclusive INPS), no período 1961/1963, em média, Cr$ 2,1 bilhões e Cr$ 2,2 bilhões, respectivamente, a preços de 1975. Em 1976, deverá aplicar Cr$ 10,2 bilhões e ... Cr$ 14,4 bilhões.

A União e os Estados, nos mesmos setores gastaram ... Cr$ 5,3 bilhões e Cr$ 3,8 bilhões, respectivamente, na média anual do período 1961/1963. Em 1976, deverão gastar Cr$ 28 bilhões e Cr$ 17 bilhões, respectivamente.

Os dispêndios **per capita** da União e dos Estados, conjuntamente em Educação e Saúde, respectivamente, na média 61/63, foram de Cr$ 76,00 e Cr$ 52,00. Em 1976, serão de Cr$ 258,00 e Cr$ 156,00, tudo a preços de 1975.

Na proposta orçamentária para 1976, como assinalou a Mensagem Presidencial, a previsão é de aumentos de 88% e 120% para Educação e Saúde, respectivamente, em relação a 1975 (termos nominais).

Os resultados sociais do crescimento econômico e da execução do orçamento social podem ser sugeridos por um balanço de indicadores sociais, como segue:

BRASIL: INDICADORES SOCIAIS
Comparação Entre Períodos

INDICADORES	1960	1974
Expectativa de vida da população (anos)	55	62
Taxa de Mortalidade (por 1 000)	11,4	8,7
Taxa de Alfabetização (% sobre a população de 15 anos e mais)	61	79
Matrículas (1 000 alunos)		
Primário	7.458	16.559
Secundário	1.177	6.748
Superior	93	889
População Escolar (inclusive Ensino Supletivo e MOBRAL — 1 000 pessoas)	9.169	28.894
Segurados pela Previdência Social (1 000 pessoas)	5.629	15.000
População atendida pela Previdência Social (segurados e dependentes) (milhões)	13	43
Benefícios pagos pela Previdência Social (Cr$ bilhões de 1975)	3,9	23,2
	1960	**1972**
Disponibilidade de Serviços Básicos e Bens de Consumo Duráveis (porcentagem de domicílios atendidos, no País — zonas rural e urbana)		
Iluminação Elétrica	39	53
Abastecimento d'Água (Rede Geral)	21	39
Esgotos Sanitários (Rede Geral)	12	25
Rádio	35	80
Geladeira	11	33
Fogão a Gás, Querosene ou Elétrico	21	63
Ferro Elétrico	...	50
Liquidificador	...	29
Televisão	4	34
Automóvel	3	12

O que se pode dizer é que, embora tais índices ainda sejam relativamente baixos, (a) o progresso no período foi muito grande; e (b) não se trata de uma economia cujos frutos estejam concentrados nas mãos de poucos.

Os dados relativos à zona urbana são expressivos, como segue (situação em 1972):

BRASIL: INDICADORES SOCIAIS URBANOS, POR DOMICÍLIOS (1972)

Discriminação	% dos Domicílios
Abastecimento d'água (Rede Geral)	61
Esgotos Sanitários (Rede Geral)	30
Iluminação Elétrica	78
Rádio	85
Geladeira	47
Televisão	50
Automóvel	17
Fogão a Gás ou Elétrico	78
Máquina de Costura	56

Fonte: IBGE

É interessante mostrar que, mesmo nas classes de renda baixa, os indicadores são razoáveis. Nas famílias de renda entre 1 e 3 salários-mínimos, a disponibilidade de bens de consumo duráveis, em 1972, para todo o País (inclusive zona rural), era: fogão a gás ou elétrico, 68%; geladeira, 15%; máquina de costura, 40%; ferro elétrico, 33%; rádio, 58%; televisão, 17%; bicicleta, 14%; automóvel, 3%.

Na zona urbana, esses indicadores são naturalmente muito mais elevados (Geladeira: 27%; Máquina de costura: 46%; Televisão: 30%; Automóvel: 4%).

Outras dimensões do modelo social são, ainda, o **desenvolvimento urbano**, principalmente quanto às Regiões Metropolitanas, e a **política de integração social.**

Há duas semanas, o Presidente Geisel encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei sobre a instituição do **Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano** (FNDU) e do **Fundo de Desenvolvimento dos Transportes Urbanos** (FDTU), simultaneamente com a criação da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU).

Esses mecanismos são peça vital de um programa de investimentos em desenvolvimento urbano que alcançará cerca de Cr$ 250 bilhões, até 1979.

Grande parte desse investimento se destina a habitação, dentro da prioridade conferida ao setor. Sem subestimar a importância do programa habitacional, é importante lembrar que as tensões urbanas são múltiplas, e muitas delas graves, como a de transportes ou saneamento.

Bem ou mal, mais de 60% das famílias brasileiras já moram em residência própria e cerca de 86% (em 1973) residem em casa ou apartamento que não sejam barracos ou habitações improvisadas. Não é conveniente considerar o problema da habitação sem relacioná-lo com o de transporte e muitas outras tensões urbanas.

Na política de integração social, só o PIS-PASEP já estará na ordem de Cr$ 100 bilhões em 1980 (contra os Cr$ 20 bilhões atuais).

Esse instrumento ganhou agora nova significação, com a possibilidade de, ao lado dessa expansão do patrimônio do trabalhador, poder-se pagar aos participantes com renda até 5 salários-mínimos o abono especial de salário-mínimo aos que completaram 5 anos de participação no Programa (cerca de 7 milhões de beneficiados, em 1976/7, com distribuição da ordem dos Cr$ 3,5 bilhões). Para os que recebem o salário-mínimo, esse abono deverá representar aumento de renda anual da ordem dos 7% (14º salário).

Senhores Congressistas:

O atual Governo, complementando e aprofundando o modelo social da Revolução, está procurando usar a imaginação criadora na área social e urbana, com a colaboração indispensável das Casas do Congresso Nacional.

Em particular, já se fez possível, nos últimos anos, aperfeiçoar continuamente a política salarial, que hoje realmente se afigura um adequado instrumento para garantir o aumento do salário real das classes média e trabalhadora, de forma continuada, sem oscilações violentas e sem desníveis discriminatórios entre as diferentes categorias profissionais.

O diálogo é possível, e necessário, entre os órgãos de classe, o Congresso e o Governo, para que a execução da fórmula se faça sem distorções.

Ainda recentemente, aliás, o Congresso teve oportunidade de aprovar projeto do Executivo destinado a estabelecer um limite, em valor absoluto, aos reajustamentos salariais que, de forma compulsória, a empresa deve pagar, no caso dos que percebem salários superiores a 30 salários-mínimos mensais.

A ação da política salarial está sendo reforçada pela da política de preços, em favor do consumidor, e da de desenvolvimento regional, assim como pelos esforços de dotar o país de uma agricultura diversificada e de alta produtividade.

Isso se faz em consonância com uma estratégia dinâmica de distribuição de renda, capaz de ver as mudanças de estrutura de uma economia em expansão e transformação rápida, examinando as suas repercussões sobre a estrutura de renda atual e futura, assim como sobre a abertura de oportunidades para as classes de renda mais baixa.

Estratégia que se deve preocupar, inclusive, com a forma de reverter, no mais breve prazo possível, fatores temporários de concentração, como aqueles ligados ao desenvolvimento educacional. Para acentuar a tendência à mobilidade vertical em uma sociedade já naturalmente aberta, já se observam forças equilibradoras dentro do processo de educação e treinamento de recursos humanos, pelo acesso que as classes de renda mais baixa vêm tendo a esse sistema.

É só registrar que, em levantamentos recentes realizados em universidades federais de 8 Estados, 50% dos alunos eram filhos de pais analfabetos ou com apenas o curso primário. Atualmente, cerca de 40% dos estudantes universitários provêm de pais empregados em ocupações manuais e semi-especializadas, para 9% em 1965.

Tudo isso se coloca no quadro de uma política social articulada, que provê inúmeras formas de salário indireto, seja pelo orçamento social (em Educação, Saúde, Saneamento, Trabalho e Treinamento, Previdência e Assistência Social), seja pelos programas de investimentos urbanos, notadamente em Habitação, seja pelas diferentes formas de integração social, como o PIS-PASEP.

Falamos de sociedade solidária principalmente no sentido de que a proteção do Estado, pela legislação do trabalho e pela ação da previdência e assistência, deve ser universalizada, alcançando de forma ampla mesmo as zonas rurais, como já vem fazendo o FUNRURAL e como em breve fará o programa de treinamento de mão-de-obra para os trabalhadores do campo.

Sociedade solidária, mais ainda, na concepção de que o homem deve sentir-se bem, com acesso a oportunidades, e em que amparadas, econômica e socialmente, devem estar as categorias de renda mais baixa.

A implicação dessa posição é a procura do bem-estar para o maior número possível de brasileiros, de forma consistente com a preservação do crescimento acelerado. A ação deve ser orgânica, sistemática, sem eiva de favorecimentos ou paternalismo.

Evidentemente, é difícil conciliar essas coisas. Não basta boa vontade, é, como vimos pelos números apresentados de início, o desafio é seguramente de grandes proporções.

Mas o problema social e, mais diretamente, o problema da pobreza não é privilégio nosso. Estudos recentes estimam entre 25 a 50 milhões o número de famílias pobres nos Estados Unidos (naturalmente pobres em termos americanos), tendo-se notado que a percentagem de pobreza continua na faixa dos 20%.

Toda a análise feita e, em particular, o reconhecimento da complexidade e, mesmo, da universalidade do problema é apenas para colocá-lo em perspectiva.

Mas jamais para explicar uma ação morna. Ao contrário, a marca deste Governo tem sido, como assinalou o Presidente, de "motivar, criar e dinamizar na área social, da mesma forma que o chamado do modelo econômico havia feito no campo econômico".

O fato de estarmos em conjuntura internacional de insegurança e pouco dinamismo econômico, tornando mais difícil a tarefa, não deve fazer-nos hesitar.

Muito mais duros eram os desafios que tiveram de enfrentar os homens que fizeram este país, ou, mais recentemente, que transformaram o Brasil, nas últimas cinco décadas, de uma economia simples e pouco diversificada na economia dinâmica, complexa e capaz de resistir a embates que hoje temos.

Se isso foi possível, em relativamente pouco tempo, cabe, agora, aprofundar o esforço para construir um Brasil social, à nossa imagem e semelhança, usando determinação, racionalidade e inspiração para criar um modelo social que dê sentido e dimensão humana ao modelo econômico já estruturado.

ANEXO II

Simonsen assegura: o país está longe da recessão

SÃO PAULO (O GLOBO) — O ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, disse, ontem, na Federação do Comércio do Estado de São Paulo, que "o País está muito distante de uma recessão economica, sendo uma incoerência a confusão que grupos pessimistas estão fazendo entre política de desaquecimento e recessão". Acrescentou que o Governo não persegue altas taxas de crescimento, no momento, porque esta medida, de curto prazo, poderia prejudicar a distribuição da renda e preparar um suicídio inflacionário e cambial do País.

O ministro explicou aos 800 empresários reunidos na FCESP, por duas vezes — ao ler um discurso e durante um debate de uma hora — as diferenças entre desaquecimento e recessão e pediu mais otimismo e confiança. Disse que o Governo vem adotando soluções de compromisso que objetivam alcançar resultados satisfatórios, como a sustentação do crescimento, melhor distribuição da renda, redução da inflação e diminuição do deficit do balanço de pagamentos. Acrescentou que, qualquer tentativa do Governo para chegar a resultados ideais com estes problemas estaria abrindo caminho para a recessão.

Soluções de compromisso

O ministro da Fazenda explicou aos empresários, durante o debate, que os resultados alcançados pelo Governo, até agora, no comabate à inflação e no controle das importações, podem nãoser os ideais ou desejados, mas são os possíveis e mais coerentes com a situação economica e política do País. Frisou que, se o Governo quisesse, poderia fazer a inflação recuar de uma forma muito drástica, contendo por meio de medidas radicais a expansão da economia. Entretanto, essa opção eliminaria a meta de melhorar a distribuição de renda nacional e, ao mesmo tempo, causaria a recessão, desemprego e outros problemas sociais.

— Optamos pela solução de compromisso. Isto significa que temos um compromisso de manter o País crescendo, mas sem as altas taxas de 68 a 73. Precisamos melhorar a distribuição da renda, mas sem conceder aumentos excessivos que possam gerar uma expansão da espiral inflacionária além dos niveis de controle. Precisamos conter as importações, mas dentro de um nivel que não comprometa o crescimento econômico, gerando recessão e inflação. Não deve haver excessivo pessimismo por causa do presente. Estamos pensando em termos de futuro — observou.

O ministro confessou-se sem condições de responder à pergunta do empresário José Edgard Pereira, presidente da VM-Trading, sobre como "o País poderá vencer as dificuldades economicas deste ano político-eleitoral, que já são bastante sombrias, devido ao desempenho do primeiro bimestre?" Simonsen explicou que o quadro era o já descrito e que caberia aos políticos julgar os resultados e explicá-los ao povo.

Fracasso do II PND

Simonsen mostrou-se irritado com a pergunta de um empresário: "As acusações dirigidas ao Governo, no sentido do propalado fracasso do II PND, devem-se ao seu caráter propositadamente otimista ou ao irrealismo dos critérios de sua elaboração?" O ministro qualificou de injusta a expressão "fracasso", que está sendo usada com relação ao II PND, e salientou que ninguém procura destacar o fato de que o Plano foi elaborado com base numa situação economica diferente e que, no seu início, admitiu-se a possibilidade de uma revisão periódica.

— As metas de reorientação da economia previstas no II PND não foram alteradas. Mudaram-se, apenas, algumas projeções, porque não há condições efetivas de se crescer mais a 10 por cento ao ano. Nem mesmo sete por cento. Até mesmo alguns valores de investimentos terão de ser revistos, porque a inflação é muito superior à prevista. Essas mudanças, entretanto, não servem para desorientar o empresário. E' injusto se atacar o II PND como excessivamente otimista.

A proposta de um empresário para que evite o pagamento do 14º salário, através do PIS e do PASEP, e a concessão de grandes aumentos salariais aos trabalhadores, para não ativar ainda mais a inflação durante o ano, foi rechaçada pelo ministro como uma grande injustiça que se praticaria. Explicou que nunca se manifestou contrário ao pagamento do 14º salário ou 13º salário para os servidores e continua achando que não se pode pensar em conter a inflação apenas deprimindo o poder aquisitivo da classe trabalhadora.

— E' importante evitar aumentos exagerados ou festivais de grandes majorações salariais. Porém, nunca se deve pensar em deprimir os salários dos trabalhadores para segurar a inflação — observou.

Ajuda às empresas

Com relação à reivindicação feita por dois empresários, de se reduzirem os impostos para ajudar as empresas durante este período de dificuldades, e de se aumentar o crédito para as organizações de pequeno e médio portes, Mário Simonsen explicou que o Governo tem necessidade dos impostos e está sem condições, no momento, de abrir mão deles para financiar empresas que podem sobreviver sem esse tipo de ajuda. Quanto ao pedido de crédito, disse que este será um ano muito difícil para a execução da política monetária, devido à expansão da inflação. Entretanto, o Governo ficará atento à situação da pequena e da média empresas e, havendo condições, procurará auxiliá-las.

Custo de vida

O ministro Mário Henrique Simonsen, confirmou ontem que o custo de vida deverá alcançar, este mês, um índice de expansão em torno de três por cento, mas se deve esperar para os próximos meses um declínio significativo e a não repetição das altas taxas ocorridas em janeiro e fevereiro (5,2 por cento e 4,5 por cento, respectivamente).

O ministro ainda não tinha estimativas ou dados preliminares sobre o comportamento da inflação em março, mas garantiu que ela não será superior à de fevereiro. Assegurou que a tendência de declínio já está ocorrendo e pediu aos jornalistas que evitassem fazer previsões tomando os dois meses mais críticos como base para os dez restantes do ano.

— Houve uma expansão muito acelerada da inflação nos dois primeiros meses do ano. Mas, isto não significa, que serão todos os meses iguais. Além disso, a expansão aconteceu porque o Governo tinha interesse na circulação de mais dinheiro na economia, para ativá-la. Passado o período de expansão, voltasse para a fase de compresão no crédito e na circulação do dinheiro e a inflação retoma o seu ritmo de crescimento controlado.

Simonsen pediu também aos jornalistas que analisassem o comportamento da economia brasileira com base numa ótica diferente de anos atrás e não se deixassem impressionar pelo choro ou por previsões negativas de setores que não vão bem.

— O perfil industrial do Brasil está mudando. O carro-chefe da indústria brasileira era o setor automobilístico. Hoje, é a indústria de máquinas e equipamentos, principal preocupação do País e ponto de grande vulnerabilidade na economia brasileira. Se a indústria automobilística não está mais crescendo a 20 por cento, os setores de máquinas e equipamentos podem ultrapassar longe esse índice e manter o País em desenvolvimento. Mesmo que nenhuma das indústrias de transformação esteja investindo muito, no momento, só as encomendas que a indústria de bens de capital e equipamentos tem, atualmente, para substituir as importações, já são suficientes para expandir a economia. Além disso, as indústrias pesadas públicas e privadas estão realizando investimentos significativos. O setor privado também investe na implantação de fábricas de matérias-primas. E preciso se perder a mania de medir o desempenho da economia com base apenas no número de televisores ou carros produzidos e vendidos. O modelo economico ainda é o mesmo. Mas as características são outras.

Mário Henrique Simonsen disse também que o Governo não pretende, este ano, introduzir nenhuma mudança na fórmula de reajustamento salarial. Explicou que o País atravessa uma fase de expansão da inflação, sendo um grande risco qualquer tentativa de aumentar repentinamente a capacidade de compra do trabalhador.

— Sei que já existem algumas teses no Congresso, visando à criação de antecipações salariais e outras idéias. Acho que a fórmula atende, no momento, aos objetivos do Governo para melhorar a distribuição da renda e a política economica no combate à inflação. Quando o País retomar o período de altas taxas de crescimento, podemos voltar a pensar em mudanças.

Governo mantém em 20% teto da correção em empréstimos

SÃO PAULO (O GLOBO) — O ministro do Planejamento, Reis Velloso, anunciou ontem, durante a reunião com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que, durante 1976, o governo manterá o teto de 20 por cento para a correção monetária cobrada nos financiamentos oficiais concedidos aos projetos prioritários para o desenvolvimento economico, principalmente os de bens de capital e insumos básicos.

A decisão, que prorroga a vigência do benefício já existente em 1975, muda, entretanto, de caráter, "com alguns aperfeiçoamentos", como explicou Velloso. O empresário, antes, pagava toda a correção e, no ano seguinte, abatia o que excedesse os 20 por cento do imposto de renda devido. Agora, ele simplesmente não pagará nada além do teto fixado.

A instituição financeira oficial que receber a correção reduzida, para não se descapitalizar, será ressarcida depois pelo Tesouro Nacional.

Apoio do PIS

O ministro Velloso, e depois o presidente do BNDE, Marcos Vianna, anunciaram também a decisão de subscrever, com recursos do PIS e do PASEP, lançamentos de ações de empresas, clientes do BNDE, com objetivo de dar-lhes meios de captar recursos de capital, reduzindo, assim, seus encargos financeiros.

Uma empresa já conhecida do banco que tenha, por exemplo, 70 por cento do seu capital por encargos exigíveis — empréstimos e financiamentos — e apenas 30 por cento de recursos próprios, terá apoio para abrir 20 por cento do seu capital, o que equilibraria a relação dívida/capital. O PIS garantirá a subscrição do que restar da oferta, depois é claro que a emissão tenha sido registrada e tenha sido feita um esforço de colocação dos papéis junto ao investidor privado.

O PIS comprará no máximo 30 por cento em ações preferenciais, sem direito a voto.

Por que reduzir o peso da correção

Esta é a exposição de motivos dos ministros Simonsen e Reis Velloso, justificando a manutenção do teto máximo de 20 por cento de correção monetária a ser cobrada nos financiamentos concedidos a projetos prioritários por agências oficiais.

"O Decreto-lei nº 1 410, de 31 de julho de 1975, permitiu que a parcela da correção monetária incidente nos contratos de financiamento celebrados em 1975 com instituições financeiras governamentais, que eventualmente ultrapassasse o limite de 20 por cento, fosse transformada em crédito fiscal, na forma ali estipulada.

2. Dito diploma legal pretendeu assegurar, aos empresários de setores vitais para a manutenção do processo de desenvolvimento economico do País, a tranquilidade de que os encargos relativos aos contratos de financiamento celebrados com entidades do Governo federal não ultrapassariam o limite considerado razoável para que tais empreendimentos prosperassem.

3. São notórios os efeitos produzidos, pois inúmeros projetos "em ser" transformaram-se em empreendimentos, com financiamentos contratados com aquelas entidades de crédito.

4. Todavia, a fase atual da economia brasileira, condicionada, em grande parte, pela conjuntura da economia mundial, torna necessário estender o estímulo fiscal consignado naquele Decreto-lei aos contratos celebrados neste exercício, para que se possa aumentar ataxa de investimento em setores prioritários, com grande efeito sobre o balanço de pagamentos e destinados, outrossim, a recuperar o ritmo de crescimento do produto nacional obtido anteriormente a 1975.

5. O anexo projeto de Decreto-lei incorpora conceitos adotados na regulamentação do texto anterior e faz pequenos ajustes decorrentes da experiência apurada nos meses de sua vigência.

6. Assim é que se adotou a enunciação constante do Decreto nº 77 065, de 20 de janeiro de 1976, regulamentador do Decreto-lei nº 1.428, de 2 de dezembro de 1975.

7. Por outro lado, propõe-se a revogação do Decreto-lei nº 1 410 referido, a fim de que as relações jurídicas passem a ser regidas por um único texto, ressalvadas, implicitamente, as normas constitucionais e civis relativas ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito. Isso, não obstante haver terminado o prazo de eficácia do Decreto-lei revogado.

8. A necessidade de permitir novas e importantes decisões nos setores básicos e outras áreas prioritárias justifica a escolha da forma de Decreto-lei para materialização da medida".

Como limitar a correção

Este é o decreto do presidente Ernesto Geisel que diz como os empresários vão se beneficiar da correção limitada em 20%, explicando as modificações ocorridas em relação ao mesmo benefício concedido desde 1975.

"O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º. A partir do exercício de 1977, as empresas privadas nacionais que tenham celebrado, durante o ano de 1975, ou venham a celebrar, até o final de 1976, contratos de financiamento de longo prazo com instituições financeiras sob controle do Governo Federal, ou seus agentes, mediante repasse de fundos, com a finalidade de execução de projetos prioritários para a economia do País, poderão ter, como benefício, a parcela referente ao valor da correção monetária que exceder o índice anual de 20% (vinte por cento), nos termos deste Decreto-lei.

Art. 2º. Para os efeitos do artigo 1º, a empresa financiada utilizará, como crédito para pagamento das parcelas devidas no ano correspondente, o valor equivalente ao excesso de correção monetária apurado nos anos anteriores.

§ 1º. Às instituições financeiras, ou aos seus agentes, fica assegurado o direito de receber, do Tesouro Nacional, as importâncias utilizadas como crédito pelas empresas beneficiárias, sendo válida a compensação com débitos dessas instituições, ou de seus agentes, relativos ao Imposto de Renda.

§ 2º. O benefício previsto neste artigo não se aplicará às empresas mutuárias que estiverem inadimplentes com as instituições financeiras mutuantes.

Art. 3.º. Caso o Imposto de Renda devido pelas instituições financeiras referidas no parágrafo 1.º do art. 2.º ou por seus agentes, não seja suficiente para absorver a totalidade do benefício fiscal, o Banco Central do Brasil fica autorizado a entregar, até o dia 31 de janeiro do exercício subseqüente ao exercício gerador do tributo, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, com prazo de 5 (cinco) anos, no montante necessário a complementar o valor do benefício fiscal.

§ 1.º A Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Ministério da Fazenda promoverão, em cada ano, a inclusão de recursos, na proposta de Orçamento da União, necessários à cobertura das emissões das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional previstas neste artigo.

§ 2.º O ministro da Fazenda poderá baixar normas complementares a este artigo, inclusive relacionadas com prazos e utilização das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional emitidas.

Art. 4.º. Consideram-se prioritários os projetos relativos aos setores de atividade econômica abaixo discriminados, além daqueles que visem ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, comerciais e industriais:

a) produção de máquinas e equipamentos e seus componentes;

b) indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas, rodoviários e para exploração de recursos florestais;

c) produção de componente para a indústria elétrica, eletrônica e mecânica;

d) produção de material ferroviário;

e) produção de veículos automotores destinados a transporte coletivo;

f) construção naval e aeronáutica;

g) siderurgia e metalurgia primária de não-ferrosos;

h) produção de cimento e materiais refratários;

i) produção de celulose e papel;

j) produção de fertilizantes e defensivos agrícolas e de suas matérias-primas;

l) produção de insumos químicos e farmacêuticos básicos;

m) indústria petroquímica;

n) indústria de mineração;

o) industrialização de produtos alimentícios;

p) indústrias ou atividades ligadas à segurança nacional, definidas pelo Conselho de Segurança Nacional.

§ 1.º O enquadramento de outros setores dependerá de ato do Poder Executivo.

§ 2.º Para os fins previstos neste Decreto-lei entende-se como:

a) **contratos de longo prazo** — aqueles com prazo mínimo de liquidação de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da assinatura;

b) **pequenas e médias empresas** — aquelas cujo ativo fixo, acrescido do investimento total a ser realizado em decorrência do contrato mencionado no artigo 1.º não ultrapasse, na data do contrato, o valor de 500.000 (quinhentos mil) ORTN's e que não integrem grupo econômico cujo patrimônio líquido seja superior a .... 1.000.000 (um milhão) de ORTN's;

c) **grupo econômico** — o conjunto de empresas vinculadas ao mesmo controle direto ou indireto do capital votante.

Art. 5.º. As operações realizadas pela Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME enquadram-se no disposto neste Decreto-lei, não estando sujeitas às normas constantes do artigo 4.º.

Art. 6.º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-lei n.º .... 1.410, de 31 de julho de 1975, e demais disposições em contrário."

Texto do discurso do ministro da Fazenda

"Ao exprimir a minha satisfação por mais uma vez estar aqui presente na Federação do Comércio do Estado de São Paulo, tão bem liderada pelo prezado amigo José Papa Junior, julgo oportuno tecer algumas considerações sobre a atual conjuntura nacional e sobre as perspectivas econômicas para 1976.

O Brasil hoje tem pela frente grandes problemas econômicos a enfrentar:

1) Sustentação de altas taxas de crescimento do produto e de emprego;
2) Melhoria da distribuição da renda;
3) Redução da inflação; e
4) Diminuição do déficit em conta-corrente no balanço de pagamentos.

Uma visão unilateral de qualquer desses quatro problemas certamente nos levará a preconizar soluções nocivas aos outros três. Se pensarmos apenas em combate à inflação, chegaremos a maus resultados em crescimento, distribuição de renda e balanço de pagamentos. Se nos concentrarmos apenas no crescimento a curto prazo, poderemos prejudicar a distribuição de renda e prepararemos um futuro suicídio inflacionário e cambial. Não há, pois, como escapar às soluções de compromisso, em que não se pode pretender o ideal para os quatro objetivos, mas em que todos eles são contemplados, dentro das possibilidades.

Os resultados conseguidos em 1975, embora muito menos brilhantes do que os da fase áurea de crescimento, de 1968 a 1973, foram bastante favoráveis quando analisados sob o prisma realista da atual conjuntura mundial — certamente a mais difícil desde a década de 1930. O crescimento do produto real, entre 4 e 4,5 por cento, contrastou com o declínio de 2,1 por cento nos países da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE). A taxa inflacionária foi 5 pontos percentuais inferior à de 1974, não obstante as inúmeras acidentalidades climáticas que afetaram os índices de preços. As exportações cresceram de 12,5 por cento em quantidade e de 8,9 por cento em valor, apesar da retração dos mercados mundiais. As importações caíram de 10 por cento em quantidade e de 3 por cento em valor. O déficit do balanço comercial reduziu-se de 4,6 bilhões de dólares em 1974 para 3,5 bilhões de dólares em 1975. Devido aos crescentes encargos de serviços, a redução do déficit em conta-corrente situou-se em apenas 200 milhões de dólares. Ainda assim, fomos uma exceção no quadro dos países em desenvolvimento, cujo déficit conjunto em conta-corrente aumentou de 27 bilhões em 1974 para 36 bilhões de dólares em 1975.

Notícias esparsas e mal analisadas sobre o desempenho da economia brasileira nos primeiros meses de 1976 estão gerando várias confusões de interpretação que cumpre desfazer. Os dados de exportação e importação de janeiro, apresentados sem a devida apreciação de sazonalidade, geraram a impressão de que iríamos enfrentar problemas insolúveis no balanço comercial. Os índices de preços de janeiro e fevereiro levaram a algumas extrapolações absurdas quanto às perspectivas inflacionárias para 1976. Finalmente, nas últimas semanas, a interpretação ciclotímica de certas medidas na área monetária gerou uma confusão entre política de desaquecimento com política de recessão. Julgo importante esclarecer cada um desses pontos.

Não há pior técnica de projeção econômica do que tomar um mês anormal e multiplicar os resultados por doze, para obter a estimativa anual. As exportações de janeiro, de 505 milhões de dólares foram bem inferiores às de janeiro de 1975 (720 milhões de dólares). O resultado, todavia, não surpreendeu aos analistas mais avisados: a queda de 217 milhões de dólares deveu-se exclusivamente ao açúcar — como já era esperado. Já em fevereiro, as exportações subiram para 627 milhões de dólares — 9 por cento a mais do que fevereiro de 1975 a 24 por cento a mais do que janeiro deste ano. Para março, as indicações preliminares são as de um crescimento ainda mais acelerado das exportações e a partir de abril, com a entrada de novas safras, esperam-se resultados bem mais auspiciosos. Em suma, a queda já esperada no açúcar deverá ser bem mais do que compensada pelo aumento das exportações de soja, minérios, café, milho, arroz, apenas para citar uns poucos produtos.

Enquanto as exportações tendem a aumentar, as importações tendem a decrescer — por força das várias medidas adotadas no final do ano passado, particularmente do depósito prévio da Resolução 354. As importações efetivas de janeiro — 993 milhões de dólares — ainda não poderiam refletir o impacto dessas novas medidas, pois as estatísticas de importação se coletam no desembarque das mercadorias. Mas já em fevereiro as importações caíram para 867 milhões de dólares, 28 por cento a menos que em fevereiro do ano passado. Indicadores mais importantes do comportamento futuro se podem obter pelo valor das guias de importação emitidas pela Cacex. Estas, de dezembro a fevereiro último, foram em média mensal 14 por cento inferiores às de janeiro a novembro de 1975. E, em março, estão 20 por cento abaixo de fevereiro. O próprio volume mensal de depósitos prévios vem caindo de 3,9 bilhões de cruzeiros em janeiro para 2,8 bilhões de cruzeiros em fevereiro. Tudo indica, assim, que estamos no bom caminho em matéria de balanço de pagamentos — condição essencial para que os programas de crescimento, distribuição de renda e combate à inflação possam ser equacionados com realismo.

As taxas de inflação foram excepcionalmente altas em janeiro e fevereiro, devido à conjugação de dois fatores: os reajustes de ... 43 por cento no ano passado. Essa expansão monetária além das previsões deveu-se à conjugação de uma série de fatores — as expansões de crédito, forçadas pelas calamidades climáticas, o aumento das reservas cambiais no fim do ano e os problemas de open-market. É claro que se repetíssemos essa expansão monetária em 1976 talvez conseguíssemos, seguindo as tendências de janeiro e fevereiro, expandir nosso produto real de 10 por cento este ano. Mas essa euforia seria, mais cedo ou mais tarde, punida com graves problemas de balanço de pagamentos e inflação que, estes sim, teriam que ser corrigidos, não com desaquecimento, mas com recessão.

Optamos, pois, pela política de desaquecimento, tal como delineada no orçamento monetário, e que já está apresentando seus reflexos em menores índices inflacionários em março. Deve-se notar que desaquecimento significa não crescer mais de 10 por cento ao ano, mas está longe de ter qualquer parentesco com recessão. A política de desaquecimento é precisamente a terapêutica preventiva para que não se chegue, mais tarde, à recessão como solução inevitável.

O orçamento monetário para 1976 nada contém que se possa assimilar a um tratamento de choque da inflação. Prevê-se 41,5 por cento de expansão de crédito ao setor privado e 25 por cento de aumento dos meios de pagamento. Nesse momento de ajuste, como o que está ocorrendo no mês de março, costumam avolumar-se as queixas de falta de crédito. Mas o ajuste se costuma processar com extrema rapidez e logo substituir-se pela normalização da liquidez. Tendo em vista a necessidade de combater a inflação e de ajustar o balanço de pagamentos, seria irresponsável qualquer promessa de prodigalidade monetária para 1976. Mas, entre a prodigalidade e a crise há o meio termo do bom senso, no qual se situa o orçamento aprovado pelo Conselho Monetário Nacional. Em particular, o Governo se manterá permanentemente atento à situação da pequena e média empresa.

Ninguém corrige os excessos inflacionários, nem ajusta o balanço de pagamentos sem a adoção de medidas rígidas. Acredito que, pelo menos para os importadores, as recentes proibições ao amparo do Decreto-lei 1427 e o depósito prévio da Resolução 354 se enquadram entre essas medidas desagradáveis de transição. Há quem pergunte por que, ao invés de importarmos menos, não tratamos de exportar mais. A maior ênfase, de fato, é no aumento de nossas vendas ao exterior, e o Governo está consciente de que mais vale um dólar adicional de exportação do que um dólar a menos de importação. Contudo, a magnitude do nosso déficit comercial exige que o ataquemos nas duas frentes.

Há também quem indague por que não preferimos os controles quantitativos aos depósitos prévios. Os controles quantitativos (estilo Cexim) podem funcionar a contento quando se trata de importações de bens de consumo, sobretudo de bens de consumo supérfluos, cuja escassez no mercado não venha a criar maiores custos sociais. Mas, no caso das matérias-primas e bens de capital, tendem a criar intoleráveis pontos de estrangulamento na produção e nos investimentos. Já o depósito prévio age como uma política de crédito seletivo, gravando tanto mais um setor quanto maior o seu conteúdo de importações, reduzindo globalmente as compras no exterior, pela diminuição de sua demanda, e não pela criação de fontes de estrangulamento. Por outro lado, o recolhimento restituível desempenha importante papel no contexto global da política monetária. É graças a este que poderemos limitar, em 1976, a expansão dos meios de pagamento a 25 por cento, mas expandir de 41,5 por cento os empréstimos ao setor privado.

Os problemas de distribuição de renda estão sendo equacionados a contento, com o funcionamento da nova fórmula de política salarial estabelecida pela Lei 6.147, e com a ampliação dos programas educacionais, com o funcionamento do Fundo de Assistência Social (FAS), com os benefícios fiscais aos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, e com a extensão dos benefícios da Previdência Social. Trata-se de uma política realista, que procura estender os frutos do crescimento a todas as classes sociais, mas que, em nenhum momento, se pode confundir com aquele tipo de distributivismo prematuro que apenas compromete as gerações futuras. Nesse particular, são descabidas quaisquer especulações quanto a qualquer prodigalidade no novo reajuste do salário-mínimo.

As observações acima mostram que o Governo tem equacionada uma solução de compromisso satisfatória para os problemas de crescimento, distribuição de renda, inflação e balanço de pagamentos para 1976. Essa solução não comporta especulações pessimistas quanto à eventualidade de recessão, ou crescimento zero, crise cambial ou explosão inflacionária. Deveremos continuar crescendo a taxas significativas, com visível redução do déficit comercial e com a inflação sob controle.

É importante que todos os empresários compreendam que, para si e para a Nação, as melhores soluções imediatas podem ser as piores a médio prazo. As restrições de hoje são o prenúncio de uma nova fase duradoura de crescimento nos próximos anos, quando os inúmeros investimentos que hoje se realizam na indústria de base entrarem em plena etapa de maturação. A História sempre registrou período de plantio e de colheita, e é fora de dúvida que hoje vivemos uma etapa de plantação. Mas teremos, ...

Como o PIS vai comprar ações

Esta é a resolução da diretoria do BNDE que explica como os fundos do PIS e do PASEP se dispõem a subscrever os resíduos de lançamentos de ações das empresas clientes do banco.

RESOLUÇÃO Nº 485/76

"A Diretoria, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, incisos I e VII, do Estatuto do BNDE, e

CONSIDERANDO:

— os princípios que inspiraram a criação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP);

a importância social da democratização do capital das empresas e a necessidade de revitalizar-se o mercado acionário, com a criação de mecanismos que estimulem novos lançamentos de ações pela eliminação de fatores inibidores que ainda hoje persistem;

a necessidade de criar condições para melhorar a estrutura patrimonial das empresas nacionais, permitindo a redução dos dispêndios com encargos financeiros,

RESOLVE:

... operações de oferta pública de ações promovida por Bancos de Investimentos e/ou Sociedades Corretoras, respeitada a legislação específica, as normas do Banco Central do Brasil e o disposto nesta Resolução.

§ 1º — As ações de que trata este artigo serão de empresas mutuárias do BNDE, cuja capitalização convém seja fortalecida, e que tenham as pré-condições para fazê-lo através de oferta pública de ações.

§ 2º — O BNDE, na qualidade de responsável pelas aplicações do Fundo PIS/PASEP, por solicitação expressa da empresa, examinará a viabilidade de garantir a subscrição de eventuais resíduos não absorvidos após a oferta pública, ou, caso não haja condições imediatas para esta colocação pública, a subscrição de ações até o limite em que a relação entre capitais próprios e de terceiros seja igual à unidade, ou até o limite de 30% do capital social da empresa, prevalecendo, entre os dois limites, o menor.

§ 3º — As ações de que trata este artigo terão obrigatoriamente as seguintes características:

a) sem direito a voto;
b) dividendo mínimo de 6% ao ano;
c) igual participação dos resultados distribuídos às ações ordinárias, após o pagamento a estas do dividendo de 6% a.a.

Art. 2º — Na execução das operações de que trata a presente Resolução, o Banco observará as seguintes normas:

a) receber para exame somente solicitações formuladas por empresas que sejam mutuárias do BNDE ou de seus Agentes;
b) ser precedida de solicitação formal e justificada por parte, da impresa interessada;
c) no exame de cada operação dar-se-á atenção ao comportamento da empresa para com o mercado de capitais, especialmente a sua política de distribuição de resultados;
d) a empresa emissora deve possuir perspectivas econômico-financeiras que justifiquem a colocação pública de ações.

Art. 3º — Além das condições acima, a empresa, para ter acesso a estas operações, deve satisfazer pelo menos um dos seguintes requisitos:

a) ser registrada no Banco Central do Brasil como Sociedade Anônima de Capital Aberto;
b) ser registrada em qualquer bolsa de valores do País;
c) comprometer-se a promover os atos que permitam a abertura de seu capital em época a ser fixada pelo BNDE.

Art. 4º — Pelo período de 24 me- ...

... pital social, ou a quem eles indicarem, desde que pessoa física ou jurídica brasileira, opção de compra das ações que eventualmente tenham sido subscritas pelo Fundo PIS/PASEP, em decorrência do disposto nesta Resolução.

Parágrafo Único — Decorrido o prazo acima ou havendo desistência formal dos acionistas majoritários, o Fundo PIS/PASEP diligenciará para colocar as ações no mercado de capitais, na forma e na época que julgar mais oportuna.

Art. 5º — Na colocação privada o produto da venda das ações não poderá ser inferior à quantia paga por elas, corrigidas pelos índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, acrescida de juros à taxa do contrato que lhe serviu de base, pelo período que vai da data da subscrição à da venda, deduzidos os rendimentos recebidos corrigidos pelos mesmos índices.

Art. 6º — Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Diretor da Área de Serviços Gerenciais, que também baixará os demais atos necessários à execução destas operações.

Art. 7º — Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

ANEXO JJ

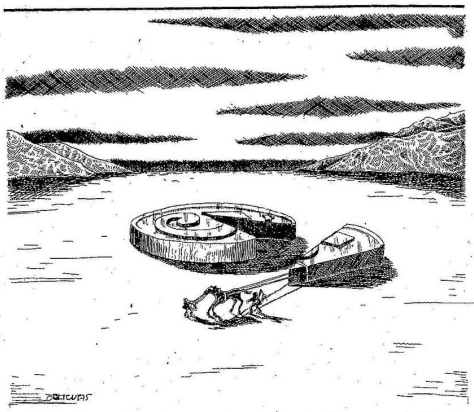
Langoni: é vital vencer a inflação

"O atual processo inflacionário no Brasil tem sido muito identificado com os aumentos dos preços do petróleo que se verificaram a partir de 1973. Isto é fácil de compreender na medida em que os indivíduos "viram" aumentar o preço da gasolina, mas raramente conseguem "observar" o excesso de oferta monetária. Em teoria econômica, a distinção essencial é entre aumentos permanentes e transitórios. Por maior que tenham sido os aumentos no preço do petróleo, estes não poderiam por si só sustentar o crescimento dos preços de uma variedade enorme de bens e serviços ao longo de dois anos." A afirmação é do professor Carlos Langoni, diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, em entrevista para o PANORAMA ECONÔMICO.

— Não há dúvidas de que a política absolutamente correta de transferir para o consumidor final todo o impacto de aumento do preço internacional do petróleo teve a curtíssimo prazo uma repercussão nos custos de diversos produtos (por exemplo, transportes, fertilizantes, produtos químicos em geral) — acrescenta Langoni. O efeito indireto foi porém mais duradouro e generalizado, através da excitação das expectativas inflacionárias, que aumenta a defasagem entre a aplicação dos freios monetários e os seus reflexos sobre os preços. Não há como deixar de reconhecer a contribuição dos aumentos nos preços do petróleo na recente intensificação da inflação, ainda que não se possa atribuir a eles a responsabilidade exclusiva pelo que está ocorrendo."

Carlos Langoni acha que o comportamento da economia brasileira nos próximos anos dependerá basicamente do êxito do Governo no combate à inflação. "A reversão das expectativas inflacionárias assume grande importância, pois é exatamente devido à incerteza quanto à evolução futura dos preços (assim como em relação à situação do balanço de pagamentos) que os empresários receiam realizar novos investimentos e dirigem seus recursos para aplicações financeiras de curto prazo. Ao mesmo tempo, as empresas estatais, e mistas, que dentro dessa conjuntura são as únicas capazes de absorver um maior grau de risco, acabam se constituindo em um fator objetivo (ainda que involuntário) da expansão da ação do Estado na economia."

Langoni defende uma estratégia gradualista para reverter a tendência inflacionária observada nos primeiros meses do ano. "O tratamento de choque é totalmente incompatível com a realidade da estrutura de financiamentos das nossas empresas,em especial às pequenas e médias, onde predomina o empresariado nacional." Esta política gradualista, segundo o professor da FGV, deve "englobar a execução do orçamento monetário, utilizando agora com maior grau de liberdade — devido à liberação das taxas de juros — o instrumento de open market para corrigir excessos não previstos de expansão de moeda, especialmente aqueles relacionados com a entrada líquida de recursos externos no País".



O comportamento da economia brasileira nos próximos anos dependerá basicamente do sucesso do Governo no combate à inflação, diz o professor Carlos Langoni: é exatamente porque se tem incertezas a respeito da evolução futura dos preços, e da situação do balanço de pagamentos, que os empresários receiam fazer novos investimentos e lançam-se em aplicações financeiras de curto prazo. Para fazer reverter a tendência inflacionária constatada nos primeiros meses deste ano, Langoni propõe uma estratégia gradualista:"o tratamento de choque é totalmente incompatível com a realidade da estrutura de financiamentos de nossas empresas, em especial as pequenas e médias, onde predomina o empresariado nacional". E adverte para "os efeitos nocivos do distributivismo": a experiência recente de vários países da América Latina, afirme, "demonstra claramente as dificuldades de executar uma política social num clima de aceleração de inflação". A superação dos problemas do nosso balanço de pagamentos "exigirá a manutenção de uma política monetária restritiva, lado a lado com uma estratégia gradualista de desvalorizações reais de câmbio".

"Já ao longo de 1973 havia sinais evidentes de dificuldades para se continuar conciliando uma tendência declinante na taxa de inflação com a manutenção de um ritmo acelerado de crescimento da economia. O problema brasileiro, a exemplo de alguns países industrializados, era também o de controlar a expansão do crédito doméstico. Esta tarefa se tornou mais complexa na medida em que o mercado de capitais brasileiro passou a ter vínculos ,formais e com o mercado financeiro internacional, e a entrada de recursos externos no País começou a ter grande influência na oferta monetária. Dessa forma, a expansão monetária deixou de depender um pouco da ação direta das autoridades para variar em função de decisões individuais acerca do interesse ou não em contrair empréstimos no exterior, e das condições gerais desses recursos. No biênio 72-73, a acumulação líquida de reservas se deu a uma taxa tão elevada que forçou o Governo a aumentar sucessivamente os prazos mínimos de empréstimos externos, que chegaram a atingir 10 anos."

"As pressões dos recursos externos sobre a oferta monetária dificultaram também a execução da política antiinflacionária, cuja importância aumentou a partir de 1974. As oscilações no fluxo desses recursos geraram, em algumas ocasiões, variações não previstas no nível de liquidez real da economia."

Langoni considera assim que a natureza da inflação brasileira hoje é diretamente relacionada com o crédito. "Não temos mais a possibilidade de reduzir o deficit do setor público e trocá-lo por uma expansão do crédito ao setor privado — e com isso ganhar em termos de inflação — simplesmente porque esses deficits deixaram de existir em 1971. Na medida em que a inflação brasileira deixou de ser de natureza "fiscal" e passou a ser de "crédito", a economia ficou também mais suscetível à política monetária."

SALÁRIOS

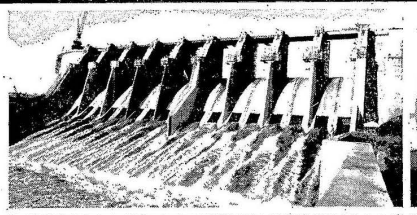
"No contexto atual assume especial importância a fixação dos novos níveis de salários-mínimos, pois se de um lado o reajustamento salarial deve permitir a recomposição do poder aquisitivo dos trabalhadores, atendendo a critérios de justiça social, por outro não devem se transformar em fonte autônoma de alimentação da inflação. Estes aumentos constituem fonte de inflação na medida em que elevam os custos reais das empresas (o que pode, inclusive, gerar desemprego) e produzem efeitos de exacerbação das expectativas inflacionárias".

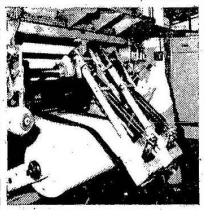
Carlos Langoni teve uma participação expressiva na discussão sobre os problemas de distribuição de renda no Brasil e chegou a elaborar uma tese (publicada em livro) para explicar o tipo e característica da concentração da renda no Brasil na década de 70.

"Todos aqueles que conhecem a realidade brasileira sabem perfeitamente que o problema da distribuição de renda está associado a fatores de longo prazo,

Continua na página 99

Grupo Mendes Júnior





Construtora Mendes Júnior - Participando de todas as grandes obras de construção no Brasil, a Mendes Júnior tem um capital de 503,325 milhões de cruzeiros. Acumula um acervo de experiência e tecnologia próprias que lhe outorgam capacidade técnica para a realização de rodovias,ferrovias, hidrelétricas, metrôs, pontes, portos, aeroportos e obras de saneamento. A contribuição da Mendes Júnior está expressa em obras como a Transamazônica, Belém-Brasília, Ferrovia do Aço, Metrô do Rio, Ponte Rio-Niterói, Plataformas de Prospecção de Petróleo e Hidrelétricas que somam 8.944.700kW.

Mendes Júnior Internacional - Primeira empresa brasileira a firmar grandes contratos de exportação de serviços. Seja na construção da "Rodovia da Esperança" na Mauritânia, ou na construção de ferrovias na Argélia, a Mendes Júnior se associa ao esforço de desenvolvimento dos povos amigos.

Siderúrgica Mendes Júnior - O maior investimento no setor privado brasileiro: 1,4 bilhão de dólares na etapa inicial. Entrará em operação em 1980, em Juiz de Fora, MG, produzindo 1,2 milhão t/ano. A etapa final é de 4,8 milhões t/ano e este empreendimento resulta do decidido apoio do Governo Brasileiro à iniciativa privada.

Caulim do Pará - Com este projeto, o Brasil passará a ser o terceiro país do mundo a instalar uma usina de processamento de caulim. E, de importadores, passaremos a exportadores de caulim beneficiado para papel, correspondendo a mais de 30 milhões de dólares em divisas.

Florestas Mendes Júnior - Exigência econômica e imperativo do mundo moderno. Preservação do meio natural através do reflorestamento e criação de gado bovino de alta linhagem para produção de carne. Touro Laban (foto): "Campeão dos Campeões Júnior"

Grupo Mendes Júnior

Av. João Pinheiro, 146 - B. Horizonte - MG

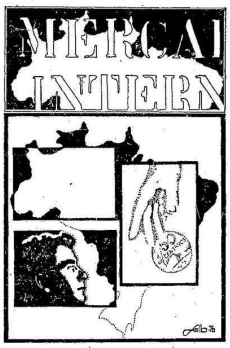
Transformando recursos minerais, realizando grandes obras de engenharia, elevando o prestígio da tecnologia nacional, o Grupo Mendes Júnior ajuda o Brasil a gerar riquezas para o homem brasileiro.

Trabalho brasileiro.

ANEXO KK

A reabilitação do mercado interno

Várias medidas para o fortalecimento do mercado interno, adotadas no início do atual Governo já começam a dar seus primeiro resultados. O II PND, depois de ressaltar a importância das exportações como fator de crescimento do país, admite que "no próximo estágio, a expansão de novos e mais amplos segmentos do mercado interno, com a gradual formação do mercado de consumo de massa, adquira maior significação". Desta forma, decidiu o Governo conceder aumentos reais de salários, beneficiar vasta parcela da população através do PIS, introduzir modificações na política habitacional e aperfeiçoar os mecanismos da previdência social.



A política de fortalecimento do mercado interno vem dando os seus primeiros passos e lutando contra os obstáculos iniciais.

Analistas econômicos chegam a afirmar que as sementes plantadas no começo do Governo Geisel já deram alguns frutos. A reativação da economia no segundo semestre do ano passado, apesar das dificuldades para as exportações, seria um efeito das medidas de recuperação do poder aquisitivo do trabalhador, adotadas nos meses anteriores.

Impostas pelas pressões do déficit do balanço de pagamentos, aceitas como suportes adequados para o crescimento seguro da economia nacional ou adotadas por serem fatores de justiça social, é inegável que diversas medidas no sentido do fortalecimento do mercado interno estão sendo implementadas no Brasil.

Essas medidas repercutem no aumento do poder de compra e provocam melhorias iniciais na distribuição da renda nacional, após um largo período de concentração nos segmentos de renda mais alta da população.

Diversas mudanças estão, portanto, ocorrendo na política econômica, embora algumas autoridades, como o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, afirmem, que o modelo econômico do País é o mesmo dos últimos governos e que a volta para o mercado interno é apenas uma perspectiva a longo prazo.

Pode-se dizer, inclusive, que as mudanças verificadas nos últimos anos não são frutos do acaso ou de fatores meramente conjunturais. Folheando-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento, encontram-se as seguintes afirmações:

"Representam as exportações, ainda, parcela não muito elevada do Produto Interno Bruto: 7% nos últimos três anos (1971/1973). Sem embargo, pelo seu intenso crescimento e, pelos efeitos diretos e indiretos, foi essa atividade de grande significação como determinante da taxa de crescimento.

"Embora tal significação deva crescer do ponto-de-vista do equilíbrio do balanço de pagamentos, é possível que, do ângulo do crescimento do PIB, no próximo estágio, a expansão de novos e mais amplos segmentos do mercado interno, com a gradual formação do mercado de consumo de massa, adquira maior significação. Aqui se coloca a importância da população como fator de demanda, além da sua função mais conhecida, como fator de produção — aspectos interligados evidentemente."

Em outro capítulo do Plano, lê-se:

"Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas "enquanto o bolo cresce".

"A verdade é que, de um lado, o crescimento pode não resolver o problema da adequada distribuição de renda, se deixado à simples evolução dos fatores de mercado. E, de outro lado, a solução através do crescimento, apenas, pode demorar muito mais do que a consciência social admite, em termos de necessidade de melhorar rapidamente o nível de bem estar de amplas camadas da população."

Saindo do papel, ao lado das medidas econômicas adotadas foi criado o Conselho de Desenvolvimento Social, que se tornou o instrumento do processo que o presidente Geisel chamou de "distensão social".

PRIMEIRAS MEDIDAS

Em termos práticos, as principais medidas adotadas nos últimos anos no sentido do fortalecimento do mercado interno foram os aumentos reais de salários, pagamentos do Programa de Integração Social, modificações na política habitacional e aperfeiçoamento nos mecanismos de previdência social, entre outras.

Não resta dúvida que o principal ponto de fortalecimento do mercado interno é a garantia de aumentos reais de salários para os trabalhadores. Nesse sentido, foi decretado um maior reajuste do salário-mínimo em 1975, aumentos mais substanciais nos dissídios coletivos na Justiça do Trabalho e o Plano de Reclassificação do funcionalismo público.

Essa nova tônica na política salarial foi decidida, pelo menos em parte, devido às críticas que se avolumaram após a divulgação dos resultados do Censo de 1970, que apontou crescente concentração de renda no País. Em primeiro lugar, o governo determinou um abono de 10% sobre todos os salários em dezembro de 1974. Em segundo, decidiu que a fórmula de reajustamento deveria levar em conta o salário real médio dos últimos 12 meses, e não dos últimos 24, como anteriormente.

Durante 1975, os aumentos salariais foram maiores do que o crescimento do custo de vida e ainda suficientes para levar em conta o aumento da produtividade dos trabalhadores. Mesmo assim, recompuseram apenas uma pequena parte do poder aquisitivo dos trabalhadores, que vinha sendo reduzido nos anos anteriores. Esse fato é reconhecido pelo próprio presidente Geisel que, em sua mensagem por ocasião da Sessão-Aberta dos trabalhos do Congresso nesse ano, afirmou que o trabalhador brasileiro deve readquirir e, se possível, sobrepujar "o poder aquisitivo real de que dispunha no início da década passada".

No início de 1976, porém, fortes pressões inflacionárias agiram no sentido oposto ao da valorização dos salários. Em fevereiro, o índice do custo de vida no Rio de Janeiro, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, havia subido 37,1%, considerando-se os últimos 12 meses. Devido a essa expansão dos preços o valor real dos salários voltou a diminuir e, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, o salário-mínimo do janeiro mostrou-se inferior aos níveis reais verificados no início de 1974 e 1975.

Entre as demais medidas no sentido do fortalecimento do mercado interno, destaca-se o começo dos pagamentos aos cotistas do Programa de Integração Social, resultando em que um grande número de assalariados recebessem o equivalente a meio salário-mínimo em média, durante 1975.

No que se refere à política habitacional, os pontos mais importantes foram a reorientação na direção de programas para populações de mais baixos níveis de renda e a ampliação do incentivo fiscal para os compradores da casa própria, com a devolução de uma parcela das prestações pagas.

Em contrapartida, houve crescimento violento nos preços da habitação nos grandes centros urbanos. O maior fator de alta no custo de vida no Rio de Janeiro tem sido o item "habitação", que contribuiu com 56,2% no período de 12 meses encerrado em fevereiro.

Outro fator de expansão do mercado interno foi o aperfeiçoamento da previdência social. A criação do Ministério da Previdência Social e a melhoria dos serviços do Instituto Nacional da Previdência Social estenderam os benefícios a novas categorias da população, especialmente as situadas nas faixas de maior pobreza. Ao mesmo tempo, a início da distribuição gratuita de remédios pelo INPS permitiu que o dinheiro referente aos gastos com medicamentos pudesse ser dirigido para outras necessidades dos trabalhadores de baixa renda.

Uma iniciativa que ainda não deu resultados práticos, por ser muito recente, mas que também expressa a preocupação governamental com a ampliação do mercado interno, é a criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição para o período 1976/1979, que aplicará Cr$ 12.490 milhões, sendo Cr$ 2.340 milhões em 1976.

O Pronan objetiva, entre outras coisas, racionalizar a assistência e a educação na área da alimentação e da nutrição; estimular a produção, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos básicos necessários aos programas oficiais de suplementação alimentar; e combater carências nutricionais, sobretudo através de medidas preventivas.

No setor rural, diversas iniciativas contribuíram para incorporar maiores segmentos da população do interior do país ao mercado interno. Registrou-se a ampliação da previdência social, enquanto a intensificação da aplicação da legislação trabalhista determinou o pagamento de salários monetários a maior número de agricultores. A expansão do crédito rural e o aperfeiçoamento da política de preços mínimos representaram importantes canais de recursos para as áreas rurais. Nesse sentido, também merece destaque a aplicação de programas grandemente financiados pelo Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados, como o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, o Programa de Áreas Integradas do Nordeste e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, entre outros.

Um dado conjuntural que contribuiu para o aumento da renda no interior foi, paradoxalmente, a série de tragédias climáticas ocorridas em 1975, especialmente as geadas que atingiram os cafezais paulistas e paranaenses. Os produtores já tinham colhido a safra do ano, acima de 20 milhões de sacas, para as quais havia grande dificuldade de comercialização. Com as geadas, os agricultores receberam pela sua produção o dobro do que poderiam esperar antes.

Finalmente, pode-se enumerar entre os fatores de expansão do mercado interno a ampliação do nível de emprego nos últimos meses. O fenômeno está refletido nas placas do "precisa-se" afixadas por toda a parte em São Paulo, no início deste ano, assim como nos indicadores da Fundação Getúlio Vargas, que apontaram em janeiro desse ano o volume de oferta de empregos mais alto de todos os tempos, situando-se acima do pico atingido em janeiro de 1974, quando a economia se mostrava superexcitada em função do boom de 1972 e 1973. Segundo os índices da FGV, a oferta global de empregos na região da Grande São Paulo cresceu 41% em janeiro, em relação a dezembro, e 30% em relação a janeiro do ano passado.

Analistas econômicos consideram que o aumento do nível de emprego resulta de atitudes governamentais no sentido da reciclagem da economia, como o crescimento no ritmo das obras públicas, especialmente dos metrôs do Rio e de São Paulo; a ativação do Plano Habitacional em cidades de porte médio; a industrialização em Minas e no Rio, entre outros fatores, além do fato de o período coincidir com a colheita das safras agrícolas.

PRESSÕES INFLACIONÁRIAS

Atribuído o fenômeno, pelo menos em parte, a esse conjunto de medidas e fatores de expansão do mercado interno, verificou-se, no final de 1975, estendendo-se pelo início deste ano, um sensível aumento da atividade econômica, que alguns analistas chegam a qualificar de um novo boom.

Essa reação da economia, num período em que os problemas do setor externo anunciavam ameaças até mesmo de recessão, causou surpresa geral. No setor comercial, o volume de vendas aumentou violentamente, nos últimos meses de 1975 e nos primeiros de 1976, especialmente no setor de eletrodomésticos. O fenômeno foi registrado tanto no Rio e em São Paulo como nos demais centros urbanos do País.

Um dos indicadores do movimento comercial, o número de consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito, que mede a procura de financiamento pelos consumidores, acusou em fevereiro uma alta de 29%, em relação ao mesmo mês de 1975, na praça de São Paulo. No Rio, a expansão foi de 23,6%. Em janeiro, o crescimento desse índice foi de 8,6% em São Paulo e 1,4% no Rio. Também no período janeiro/fevereiro as negativas de crédito no cadastro da Associação Comercial de São Paulo caíram 42% e as reabilitações cresceram 6,7%. Os dados do Termômetro de Vendas dos Clubes de Diretores Lojistas do Rio e de São Paulo também revelaram resultados positivos no início de 1976, com os índices das duas praças crescendo cerca de 10% em janeiro, em termos reais, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Reunidos em mesa-redonda pelo GLOBO, no começo de fevereiro, líderes do comércio lojista de todo o país declararam-se surpresos com os resultados favoráveis das vendas. Mas atribuíram o fenômeno principalmente a medidas governamentais no sentido do fortalecimento do mercado interno, como o presidente da Confederação Nacional dos Clubes de Diretores Lojistas, Ricardo Miranda.

Miranda afirmou que a melhoria das vendas deve-se, em primeiro lugar, à política do Governo federal de reajustar os salários em bases mais reais, melhorando o poder aquisitivo de amplos setores da população e a distribuição de renda em benefício das camadas de salários mais baixos.

Ao lado dessas observações otimistas há pontos de vista mais cautelosos. Pedro Malan, economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social, embora admita que o aumento verificado no consumo de bens duráveis nesse período se deve em parte à política governamental lembra que também deve ser considerado o comportamento cíclico do consumo desses produtos.

— O consumo de bens duráveis é perfeitamente ajustável — diz Malan. — Em épocas de crise, é a primeira coisa que o consumidor ajusta, tanto a reposição como a compra pela primeira vez. Isso não ocorre com o consumo de bens essenciais, que não pode ser adiado. Então, o movimento comercial desse período pode ser atribuído em grande parte a esse comportamento cíclico do consumo de bens duráveis.

Outra observação cautelosa em relação ao aumento do ritmo da atividade econômica é que não se pode, sem grave risco de erro, considerar índices isolados, principalmente nos primeiros meses do ano, em que atuam vários fatores anormais, capazes de distorcer as análises.

Já, entretanto, o aumento da atividade econômica pode ser questionado quanto à sua origem e mesmo à sua essência, um outro

Continua na página 77

Se você disse 113, acertou. Você pode contar com o Banco Lar, integrante da rede mundial do Chase Manhattan, para qualquer serviço bancário no Brasil e no mundo inteiro.

Mais importantes que a localização de um banco são os serviços que ele presta aos seus clientes. E os mesmos serviços que você encontra nas agências do Chase Manhattan em 112 países, você recebe em qualquer agência do Banco Lar Brasileiro. Desde a simples conta-depósito ou procedimentos bancários de rotina, até sofisticadas operações financeiras ou o perfeito assessoramento a negociações internacionais. Isto só é possível pelo constante intercâmbio de experiências e know-how profissional existente entre as agências da rede mundial do Chase. Uma delas é a que está perto da sua casa ou escritório. Use-a para auxiliá-lo na resolução de qualquer problema financeiro ou econômico, aqui ou onde quer que você tenha negócios.

Banco Lar

CHASE

Uma união que faz muita força por você

Banco Lar Brasileiro S.A. Associado ao The Chase Manhattan Bank, N.A. Com a participação do Deutsch-Südamerikanische Bank A.G.

ANEXO LL

Simonsen: CMN pode alterar crédito agrícola

BRASILIA (O GLOBO) — O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, admitiu ontem a possibilidade de ser alterada a política de taxas de juros do crédito rural na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, marcada para quarta-feira. Ele não quis adiantar, porém, se os juros serão modificados para mais ou para menos (atualmente eles variam entre zero e quinze por cento ao ano).

Embora o Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, tivesse afirmado alguns minutos antes que "não se deve pensar em aumentar os juros do crédito rural, e sim em reduzi-los ainda mais", Simonsen garantiu que a decisão a esse respeito somente será tomada pelo Conselho Monetário Nacional. Os dois ministros foram ouvidos, cada um de uma vez, depois da reunião do Conselho Interministerial de Preços, no Ministério da Fazenda.

Primeiro foi Paulinelli, que defendeu a redução dos juros com a justificativa de que "a agricultura não pode parar e precisa crescer bastante em 1977 para compensar a modesta expansão verificada este ano, em função dos acidentes climáticos que diminuíram a safra de café em 21 milhões para apenas seis milhões de sacas". Isto, conforme explicou, foi uma verdadeira tragédia, pois o café tem peso 14 na composição da taxa de crescimento do setor agrícola.

O Ministro da Fazenda chegou em seguida e preferiu não confirmar nem negar um possível aumento dos juros, admitindo porém que haverá mudanças. "Aguardem a reunião do Conselho Monetário e vocês verão", disse. Essa reunião — a última do ano — será realizada na manhã de quarta-feira, e no mesmo dia é provável que se reúna também o Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Para o Ministro Alysson Paulinelli, os cortes nos investimentos públicos em 1977 não deverão ter reflexos negativos sobre o setor agrícola. Ainda que o País deva viver um período de grande austeridade, a agricultura precisa continuar em expansão, pois o aumento das exportações de produtos agrícolas é da maior importância para a redução do deficit do balanço comercial.

Uma outra informação dada ontem pelo Ministro da Agricultura é a de que os frigoríficos vão continuar tendo no próximo ano total apoio creditício para exportar carne. Os frigoríficos estão se queixando da falta de financiamentos e acabam de reivindicar um crédito especial de Cr$ 1 bilhão para sustentar suas exportações.

AVISO AO PÚBLICO

A IDEAL S. A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS "SOB INTERVENÇÃO"

O INTERVENTOR EM A IDEAL S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS — SOB INTERVENÇÃO — nomeado pelo Banco Central do Brasil torna público que está autorizado a acolher para exame, a partir do dia 20 (vinte) do corrente mês, com vistas à posterior e eventual aquisição na forma do Decreto-lei n.º 1.342, de 28.08.74, letras de câmbio vencidas de responsabilidade daquela instituição financeira exclusivamente pertencentes a pessoas físicas que comprovem tê-las adquirido com recursos compatíveis com a sua declaração de renda e desde que os títulos tenham sido regularmente comprados no sistema distribuidor.

Para tanto, deverão os interessados apresentar-se, a partir da data indicada, no escritório da empresa, no Largo São Bento n.º 64, 1.º andar, São Paulo (SP) munidos de comprovantes do atendimento daquelas condições e de documento de identificação, para assinatura do instrumento de cessão e termo de responsabilidade do qual constarão:

I — a própria cessão de crédito ao Banco Central do Brasil;

II — a afirmação, sob as penas da Lei, de inexistência de qualquer dos seguintes impedimentos:

a) não ser acionista, com mais de 10% (dez por cento) do respectivo capital social da devedora;

b) não ser acionista, sócio ou quotista, com mais de 10% (dez por cento) do respectivo capital social de qualquer empresa que, com a devedora, tenha integridade de atividade ou vínculo de interesse, consoante definido no parágrafo único do artigo 51, da Lei n.º 6.024, de 13.03.74;

c) Não ter exercido cargos de administração na devedora, ou qualquer das empresas referidas nas alíneas "a" e "b" anteriores, nem ter sido membro dos respectivos Conselhos Fiscais, Consultivos ou semelhantes;

d) não ser parente, consanguíneo ou afim (até o segundo grau), das pessoas referidas no parágrafo único do art. 51 da Lei n.º 6.024, de 13.03.74.

O credor, no ato da devolução do instrumento de cessão devidamente preenchido, será informado sobre a data em que poderá comparecer para recebimento, se julgado favoravelmente o seu crédito.

São Paulo (SP), 13 de dezembro de 1976.

HAMILTON BIANCARDINE SILVA
Interventor

ANTARCTICA

AVISO AOS ACIONISTAS

COMPANHIA ANTARCTICA PAULISTA

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS E CONEXOS

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

C.G.C. n.º 60.522.000/001-83

1. 137º DIVIDENDO CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1976

A partir de 27 de dezembro de 1976, estará à disposição dos acionistas o 137º dividendo, correspondente ao período de 01-01-1976 a 30-06-1976, sobre as 364.779.874 ações ordinárias e 35.220.126 ações preferenciais que compunham, em 30 de junho de 1976, o capital social de Cr$ 400.000.000,00.

2. IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

Quanto à incidência do Imposto de Renda na Fonte, serão observadas, por ocasião do pagamento do dividendo, as disposições vigentes para sociedades de capital aberto.

3. INSTRUÇÕES GERAIS

3.1 Para o exercício de direitos relativos ao 137º dividendo, é indispensável que os acionistas detentores de ações ao portador apresentem prova de identidade e Cartão de Identificação do Contribuinte (Ministério da Fazenda); os títulos das séries 6 (seis) e 12 (doze) quanto às ações ordinárias e das séries 8 (oito) e 13 (treze) quanto às ações preferenciais e entreguem os cupons nº 31, devidamente colados no formulário próprio, que a Companhia fornecerá.

3.2 Os titulares de ações nominativas e os detentores de ações ao portador, que desejarem identificar-se, deverão comparecer pessoalmente, ou por procurador munido do competente mandato, que conterá o nº do C.P.F. do acionista.

4. ATENDIMENTO

Os serviços referidos no item 1 realizar-se-ão através de computador eletrônico, sendo os interessados atendidos nos locais abaixo, onde receberão um "Protocolo de Processamento" para percepção ulterior dos dividendos a que tenham direito.

SÃO PAULO — SEDE SOCIAL
Av. Presidente Wilson, 274, nos dias úteis, das 8 às 12 horas, exceto aos sábados;

RIO DE JANEIRO — INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DO RIO DE JANEIRO S/A
Rua Riachuelo, 92, nos dias úteis, das 13 às 17 horas, exceto aos sábados.

5. IMPORTANTE

5.1 Para o exercício de direitos relativos ao 137º dividendo, é indispensável — nos termos do deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária de 04-10-1973 e consoante avisos já divulgados na imprensa — que os acionistas tenham procedido à substituição dos títulos antigos pelos atuais, das séries 6 ou 12, quanto às ações ordinárias ao portador e da série 7, quanto às ações nominativas, ora em circulação.

5.2 Para as providências assinaladas no item 5.1, os acionistas deverão comparecer nos horários e locais indicados no item 4, munidos dos títulos representativos das ações, que serão substituídos, podendo fazer-se representar por procurador, nos termos do que consta no item 3.2.

5.3 Lembramos, mais uma vez, aos acionistas ainda possuidores de títulos representativos de ações ordinárias do antigo valor nominal de Cr$ 4,00, que deverão apresentá-los à Companhia, na sede social, para substituição pelos novos títulos, nos termos do deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária de 08-11-1965.

São Paulo, 06 de dezembro de 1976

DIRETORIA

ERNA BELIAN WERNSDORF RAPPA
Presidente

EMILIO BACCHI
Vice-Presidente

Simonsen nega contenção dos salários para 1977

BRASILIA (O GLOBO) — O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, garantiu ontem que o Governo não pensa em limitar, de forma alguma, os reajustes salariais em 1977. Os percentuais dos reajustes, segundo afirmou, poderão ser estabelecidos livremente nos dissídios coletivos, e não está em cogitação qualquer alteração na fórmula da política salarial.

Simonsen endossa assim, as declarações feitas anteontem, no Rio, pelo Secretário do Planejamento, Reis Velloso. Conforme explicaram técnicos do Ministério da Fazenda, os reajustes tendem realmente a diminuir, mas não em função de uma política de arrocho salarial, e sim do declínio das taxas de inflação.

A fórmula de reajustes salariais, em vigor desde o princípio do ano passado — e que sofreu algumas modificações este ano — tem como componentes principais o resíduo inflacionário dos doze meses anteriores, a previsão da inflação dos doze meses seguintes e o Índice de Produtividade, estabelecido pela Secretaria do Planejamento.

Sendo assim, os reajustes dos próximos meses dependerão do comportamento das taxas de inflação. Se houver um declínio para menos de 2 por cento ao mês, como pretende o Governo, é natural que os reajustes cheguem, no final do ano, a 30 ou até mesmo 25 por cento. Só que isso não significará uma redução do poder aquisitivo dos assalariados, ou uma diminuição dos salários em termos reais.

Nota do Planejamento

BRASILIA (O GLOBO) — A Secretaria de Planejamento da Presidência da República divulgou ontem uma nota oficial de seis linhas, com o objetivo de prestar duas informações: o Ministro Reis Velloso não falou sobre percentuais de reajustes salariais para o próximo ano; a política salarial não vai mudar em 1977.

Além da nota oficial, ninguém no Planejamento quis entrar em detalhes sobre o assunto, em virtude do próprio comunicado divulgado oficialmente.

Esta é a íntegra da nota do Seplan:

"o Ministro Reis Velloso não fez qualquer previsão sobre possíveis taxas de reajustamentos salariais para 1977.

O Governo não cogita de alterar a orientação da política salarial, o que significa que os reajustamentos de salários continuarão sendo função, principalmente, da evolução da inflação".

Governo quer evitar desemprego

O Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, afirmou ontem que o Governo não está preocupado em criar soluções para o desemprego, mas justamente empenhado em evitar o desemprego. Esclareceu que, no Brasil, já existe o auxílio-desemprego, que é de meio salário-mínimo, mas que o seu Ministério estuda o salário-desemprego.

Arnaldo Prieto falou aos jornalistas depois de presidir a sessão de posse do empresário Mozart Amaral como presidente da Federação do Comércio Varejista do Rio de Janeiro, salientando, ainda, ser muito grande o nível de absorção de emprego no Brasil e o que poderá ocorrer, em 1977, é uma diminuição no nível de contratação de pessoal.

Eleição

A eleição para a Federação do Comércio Varejista do Estado do Rio de Janeiro foi realizada dia 7 deste mês, quando saiu vitoriosa a chapa encabeçada por Mozart Amaral com 19 votos contra 10 dados à chapa oponente liderada por Daniel Barbosa. A nova Federação representa a fusão das entidades dos ex-Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, anteriormente à fusão de 15 de março de 1975.

Com Mozart Amaral foram eleitos diretores efetivos os seguintes empresários: João Vieira Fernandes, Heráclito Schiavo, Walter Lage Martins, Jacob Voloch, José Lourenço de Azevedo, Álvaro Augusto Pinheiro, Zenóbio Fonseca Filho, Auro Cardoso, Mário Roballo, Luiz Carlos Becker, Álvaro Moreira, Bráulio Rezende e Dejahir Machado.

Valor da UPC subirá em janeiro para Cr$ 183,86

Para se comprar um imóvel com recursos do Sistema Financeiro da Habitação, no valor de Cr$ 643,51 mil (correspondentes a 3.500 UPCs, teto máximo de financiamento autorizado pelo BNH), deve ser comprovada uma renda mensal de Cr$ 28.143,49, a partir de 1º de janeiro próximo, quando entrará em vigor a nova unidade padrão de capital, que passará de Cr$ 168,33 para Cr$ 183,86.

Um financiamento de Cr$ 459.650,00 para a compra de um imóvel, no valor mínimo de Cr$ 510.722,07 (o BNH só financia 90 por cento do total) só pode ser obtido se o comprador apresentar comprovante de renda mensal de Cr$ 20.132,50. Nesse caso, a primeira prestação será de Cr$ 7.046,38 para um prazo de amortização de 15 anos e pagamento de uma taxa de juros anual de 10 por cento.

As condições

Se o valor mínimo do imóvel for de Cr$ 224.717,73 para um financiamento correspondente a Cr$ 202.246,00, o comprador deve ter uma renda mensa de Cr$ 8.378,68. A prestação inicial será de Cr$ 2.629,06, o prazo para o pagamento da dívida de 25 anos e a taxa de juros de 9,9 por cento ao ano.

As condições para cada comprador são as seguintes, conforme o valor do financiamento que pedir, através do Sistema Financeiro da Habitação:

TABELA DE FINANCIAMENTO AO COMPRADOR FINAL
VÁLIDA DE 1-1-77 a 31-3-77
- Valor da UPC: Cr$ 183,86

Valor mínimo do imóvel (em Cr$)	Valor do financiamento máximo (em Cr$)	Prazo (em anos)	Taxa de juros % ao ano	Prestação inicial (em CCr$)	Renda familiar mínima (em Cr$)
61.286,61	55.158,00	25	2,6	368,99	1.759,64
102.144,34	91.930,00	25	6	899,88	3.524,92
143.002,07	128.702,00	25	7,3	1.392,22	4.998,99
183.860,00	165.474,00	25	8,6	1.963,61	6.689,56
224.717,73	202.246,00	25	9,9	2.629,06	8.378,68
265.575,47	239.018,00	24	10	3.156,42	9.727,44
306.433,21	275.790,00	22	10	3.726,21	11.189,81
347.290,94	312.562,00	20	10	4.345,31	12.768,07
388.148,86	349.334,00	18	10	5.022,82	14.500,84
429.006,66	386.106,00	16	10	5.783,36	16.524,00
469.864,43	422.878,00	15	10	6.485,61	18.530,31
510.722,07	459.650,00	15	10	7.046,38	20.132,50
551.580,00	496.422,00	15	10	7.607,14	21.734,71
592.437,77	533.194,00	15	10	8.167,91	23.336,40
633.295,54	569.966,00	15	10	8.728,68	24.939,10
674.153,21	606.738,00	15	10	9.289,45	26.541,30
716.010,94	643.610,00	15	10	9.850,22	28.143,49

BNH vai centralizar o FGTS

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — O Banco Nacional da Habitação pretende implantar em todo o País, num prazo de três a cinco anos, alteração na sistemática operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que possibilitará o saque imediato. Esta informação foi dada pelo diretor do BNH, Luís Sande, que se encontra em Porto Alegre participando da 16ª Reunião de Gerentes Regionais daquele Banco.

Esta mudança será possível com a transferência de toda a contabilização para o próprio BNH, diminuindo o ônus da rede bancária e agilizando o processo de pagamento do FGTS. Pelo sistema atual, o banco privado recebe a relação de funcionários da empresa e abre uma conta para cada um. Como o número de contas subiu para 10 milhões em 76, os bancos já não têm condições de fornecer os extratos e, por ocasião do pagamento, necessitam de um prazo para atua-

Segundo Luís Sande, o BNH fará a contabilização transformando o saldo em cruzeiros para quotas, que sofrerão correção monetária trimestral. Anualmente o trabalhador receberá um certificado onde constará o seu saldo, o valor atualizado da quota e o número de quotas. Assim, ele poderá exercer um controle e, até mesmo uma fiscalização sobre sua conta no FGTS. Quando deixar o emprego, bastará uma guia de autorização de movimentação, fornecida pela empresa para que o banco efetue o pagamento.

Este sistema já está funcionando, a título experimental, em uma agência do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro. Com base neste teste será elaborado um projeto para aprovação pela diretoria do BNH no primeiro semestre de 77. Depois haverá uma "experiência piloto", possivelmente em Niterói, para a implantação deste novo processo que funcionará paralelamente ao sis-

Embrater: recursos para a agricultura não serão cortados

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — Dizendo que a agricultura é a "galinha dos ovos de ouro", o presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Renato Simplício Lopes, voltou a garantir que o Governo não pretende restringir o crédito no setor primário. — A agricultura é responsável pela subsistência da comunidade e, hoje, no Brasil, é a maior fonte de divisas que temos para o equilíbrio do balanço comercial — explicou o presidente da Embrater.

Com a observação de que os pequenos problemas que existem hoje "devem" ser de fluxo de dinheiro, Renato Simplício Lopes garantiu, em Porto Alegre, que os créditos para custeio da produção e os investimentos em áreas vitais (armazenamento, transporte, equipamentos e máquinas etc.) não deverão ser diminuídos de forma alguma. Haverá algumas modificações para corrigir distorções, mas não se pode prejudicar o crédito rural, que é o maior instrumento para introdução de tecnologia no campo. Para o presidente da Embrater, as áreas atingidas pelas restrições deverão ser as de benfeitorias.

Fertilizantes

Dizendo que o momento é de "apertar os cintos", Lopes chegou a admitir que o Governo poderá retirar os subsídios para a aquisição de fertilizantes. Ele chegou a desconsiderar a importância dos custos de fertilizantes sobre os custos totais de produção, embora não soubesse precisar exatamente o peso da participação desse insumo. — Penso que a elevação do preço final, em conseqüência da perda do subsídio, não será tão grande. Também há que se considerar que isto poderá vir a estimular a implantação de fábricas de estimulantes — disse Lopes.

O presidente da Embrater esteve em Porto Alegre apenas sete horas, tendo participado da reunião da Junta Administrativa da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) em que foi reeleito para o ano de 1977 o atual Secretário Executivo da entidade, Renato Petersen.

Tratores têm crédito normal, informa o BB

BRASÍLIA (O GLOBO) — Fontes do Banco do Brasil garantiram, ontem, que o processo de concessão de créditos para compra de tratores está funcionando normalmente. A informação contradiz as declarações do vice-presidente do Sindicato da Indústria Automobilística, Ilo Soares Nogueira, que afirmou existirem 20 mil tratores estocados por falta de financiamento.

Segundo as fontes do Banco do Brasil, no último encontro que o presidente do banco, Angelo Calmon de Sá, teve com os empresários da Abimaq, em setembro deste ano, em São Paulo, foi estabelecido um acordo entre as partes, segundo o qual sempre que houvesse dificuldades na concessão de crédito, seria feita uma comunicação direta ao Banco do Brasil. Em seguida, o banco se encarregaria de fazer um levantamento dos fatos e atenderia na medida do possível.

Em decorrência desse acordo, asseguram, o processo tem transcorrido normalmente.

Petróleo é o desafio mais dramático, afirma Leão Velloso

O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Pedro Leão Velloso, disse ontem, ao discursar no almoço de confraternização das classes empresariais, que entre os desafios que o Brasil terá de responder, "nenhum é mais dramático do que o vertiginoso encarecimento do petróleo, na civilização do automóvel e do avião a jato em que vivemos".

"A crise mundial do petróleo está longe de ser solucionada", observou, "e decerto só o será quando novas fontes de energia puderem substituir os combustíveis tradicionais. Enquanto isso, os países mais ricos da Terra buscam meios de adequar as suas economias à atual conjuntura. E o Brasil, que é um país em desenvolvimento, tudo está fazendo para que a sua trajetória de enriquecimento material prossiga harmoniosamente ajustada aos desafios surgidos".

Participação de todos

Pedro Leão Velloso depois de manifestar sua confiança nesse ajustamento, afirmou que nele "já estão empenhados de um lado o Poder Público e do outro o sistema empresarial. Ambos os setores estão aparelhados para o estabelecimento de novos e dinâmicos mecanismos de entendimentos capazes de fortalecer cada vez mais a aspiração nacional de progresso e tornar realidade nosso destino de grandeza. E nessa tarefa, que exige a participação da toda a nação, todos devem unir-se: executivos públicos e privados, políticos, intelectuais, a Igreja, os trabalhadores, os profissionais liberais, os estudantes".

Entendimento

O Governador Faria Lima, que presidiu a solenidade, agradeceu a colaboração que os empresários vêm dando ao seu Governo, contribuindo assim para o crescimento econômico e social do novo Estado.

Faria Lima depois de lembrar que o Estado do Rio de Janeiro cresceu, em 1975, acima da média nacional, disse que "essa ascenção deve-se ao entendimento franco, leal e sincero" que tem sido mantido com os empresários desde o primeiro momento em que assumi o encargo de governar o novo Estado.

Destacou, em seguida, o incentivo que o Governo vem dando aos homens do comércio e da indústria, citando que atualmente existem cerca de 100 projetos em estudos para a implantação de novas empresas no território do Estado do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que as aplicações do BD-Rio "estimadas para o corrente ano em cerca de Cr$ 1 bilhão e 200 milhões, já se aproxima da casa dos Cr$ 2 bilhões".

Comércio critica as modificações no IR

SÃO PAULO (O GLOBO) — Apesar das modificações introduzidas no Imposto de Renda, a incidência do tributo continua pesando preponderantemente sobre os ganhos de salário com pequena influência sobre os ganhos do capital. A denúncia foi feita ontem pela Federação do Comércio do Estado. Segundo seus técnicos, a ampliação das faixas de isenção pode significar uma disposição para a distribuição de renda, mas com uma tendência a nivelar por baixo e não por cima.

Segundo esses observadores, as modificações não indicam um aumento do rendimento real das faixas de ganhos menores, uma vez que a taxação na fonte continuará a ser efetuada nos mesmos padrões. As alterações introduzidas na tabela progressiva correspondem apenas a uma atualização

ANEXO MM

Economistas debatem sobre ônus do combate à inflação

BRASÍLIA (O GLOBO) — Embora revelassem uma profunda discordância quanto aos remédios que devem ser aplicados contra a inflação, os cinco economistas que participaram ontem da sessão de encerramento do Simpósio sobre a Inflação Brasileira, promovido pela Comissão de Economia do Senado, concordaram num ponto: o gradualismo é a melhor estratégia que se pode adotar para resolver o problema sem grandes traumas para a sociedade.

Enquanto o professor Carlos Geraldo Langoni, da Fundação Getúlio Vargas, apontava a excessiva expansão do crédito como principal causa de inflação e propunha a reorientação da poupança nacional para a capitalização das empresas, como sugerira no dia anterior o ex-Ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, o professor João Manoel Cardoso de Melo, da Universidade Estadual de Campinas, defendia a necessidade de um pacto social mais justo para as classes trabalhadoras.

Novo contrato

— Creio que o problema que deve ser trazido ao debate — afirmou Cardoso de Melo — não é a inflação em si mas quem vai arcar com o ônus do combate à inflação. Há várias formas de combatê-la, cada uma penalizando mais uma determinada faixa da população. Portanto, é um problema político, que está a exigir um novo contrato social. Não estou propondo os termos desse pacto, mas apenas dizendo que ele é necessário.

O economista foi entusiasticamente apoiado pelo Deputado Ruy Brito (MDB-SP), para o qual esse novo pacto social, como pretende o ex-Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, deve ser de aceitação e não de subordinação. Segundo o parlamentar, a política do Governo tem sido deliberadamente inflacionária. Houve, na verdade, uma opção política de usar a inflação para promover o desenvolvimento do País, com todo o ônus dessa decisão recaindo sobre os trabalhadores, impossibilitados de reagirem em virtude da desmobilização dos sindicatos feita pelo Governo.

O economista João Paulo de Almeida Magalhães discorda. Para ele, a inflação não é a grande responsável pela concentração de renda no País e é até interessante provocá-la — desde que mantendo-a em 25 por cento ao ano, ou pelo menos entre 20 e 30 por cento — para gerar o que chama de "poupança forçada", ou seja, a perda do poder aquisitivo dos assalariados em função da estimativa da inflação futura, na composição do índice oficial de reajuste dos salários. O trabalhador sofre uma perda que só vai recuperar no reajuste seguinte e com isso verifica-se, durante o intervalo de doze meses, uma transferência de poupança para as empresas ou para o Governo.

Mão-de-obra abundante

Quanto ao problema dos sindicatos, Almeida Magalhães acha que mesmo livres eles seriam fracos no Brasil, devido ao excesso de oferta de mão-de-obra. Nos países desenvolvidos os sindicatos são fortes porque a mão-de-obra é escassa, no Brasil, as empresas sempre poderão recorrer à grande massa de trabalhadores desempregados ou subempregados, os chamados "operários amarelos".

O presidente do Instituto de Pós-Graduação da Fundação Getulio Vargas, Geraldo Langoni, rebateu a tese de Almeida Magalhães, afirmando que o artifício de provocar inflação é um mecanismo ineficaz e socialmente injusto de gerar poupança. "Acho que a visão da inflação como instrumento de desenvolvimento é inadequada. Os ganhos dessa poupança forçada nunca compensarão as perdas de poupança voluntária que ocorreriam em razão da insegurança dos investidores diante da incerteza quanto à taxa de inflação do futuro", afirmou Langoni.

Almeida Magalhães concordou que seria mais justo, do ponto de vista social, um desenvolvimento sem inflação, mas insistiu na sua tese. "O que o professor Langoni diz é verdadeiro para os países desenvolvidos mas não para o Brasil. Aqui, a inflação é neutra em termos de poupança voluntária, pois existem os mecanismos de convivência, como a correção monetária, a política salarial e as minidesvalorizações cambiais", explicou.

Conciliação difícil

Já o professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, não vê como conciliar a inflação com um crescimento equilibrado. "Não creio que uma inflação de 50 por cento ao ano possa produzir desenvolvimento", afirmou, acrescentando que a expansão dos meios de pagamento viabiliza a transferência de renda para as classes mais altas, permitindo que o sistema econômico funcione equilibradamente, mas penalizando os trabalhadores ("os únicos que não têm como repassar os aumentos de custos").

Munhoz não concorda com a opção feita pelo Governo, de tentar resolver o problema do balanço de pagamentos através do depósito compulsório nas importações. Acha que teria sido muito mais correto um controle físico das importações, elegendo-se os setores prioritários que poderiam importar, sem nenhum custo adicional. Como a demanda de grande parte das mercadorias importadas pelo Brasil é inelástica, o que houve na verdade foi um simples aumento de custos. As empresas foram penalizadas a repassarem esse novo ônus para os preços de seus produtos, num processo de transferência que só poderia ser interrompido quando chegasse aos assalariados (isto é, os trabalhadores de renda fixa, que terminaram arcando com tudo).

O Senador Orestes Quércia (MDB-SP) perguntou aos professores Almeida Magalhães e Geraldo Langoni, qual seria o índice tolerável de inflação para o Brasil. Magalhães respondeu que considera inevitável uma certa inflação num país em desenvolvimento como o Brasil, mas estabilizada em torno de 25 por cento. Langoni concordou que é inevitável alguma inflação, mas num nível mais baixo — "um mínimo de 10 e um máximo de 15 por cento ao ano".

Capacidade ociosa

Para o economista Inácio Mourão Rangel, o problema maior é que a economia brasileira, como em 1964, está hoje "carregada de capacidade ociosa". A seu ver, o que se precisa fazer, como se fez na década passada, é encontrar uma forma de utilizar essa capacidade ociosa. João Manoel Cardoso de Melo pensa que o aparelho industrial brasileiro não se diversificou no período 1968/74 como em 1956/62, o que resultou numa evolução do setor de bens de consumo duráveis bastante superior à da indústria de base.

Ao final da mesa-redonda o presidente da Comissão de Economia, Senador Marcos Freire (MDB-PE), franqueou a palavra aos estudantes presentes. Um deles perguntou aos professores Geraldo Langoni e Cardoso de Melo se não haveria como conciliar as escolas monetarista e estruturalista, a primeira voltada essencialmente para a solução dos problemas imediatos, conjunturais, e a outra para as reformas de médio e longo prazos.

— Acho essa colocação perfeita. Não vejo, realmente, a incompatibilidade que dizem existir entre o monetarismo e o estruturalismo. Estou certo, hoje, de que o elemento básico que temos que atacar para combater a inflação é a revisão dos planos de investimento, inclusive do Governo. Os planos ambiciosos de 1974 se chocaram com a política monetária restritiva e precisamos evitar que isso se repita — respondeu Langoni, adepto do monetarismo.

João Manoel Cardoso de Melo, que o estudante da universidade de Brasília disse estar "no outro extremo", afirmou que a divergência entre as escolas monetarista e estruturalista não está na ciência, mas no concreto. E insistiu na sua tese de que, muito mais importante do que discutir sobre a inflação, é saber quem vai arcar com o ônus da política antiinflacionária e de que modo o Brasil haverá de crescer no futuro.

Munhoz: culpa não é do aumento salarial

BRASÍLIA (O GLOBO) — O economista Dércio Munhoz, da Universidade de Brasília, condenou ontem, em conferência no "Seminário sobre a Inflação Brasileira", a posição assumida por certos setores administrativos de que os aumentos salariais são o principal fator inflacionário.

A recomposição salarial é inflacionária como tantos outros fatores, como a remarcação de preços e os aumentos de tributação. No entanto, defender a contenção salarial como política antiinflacionária pode até ser um fator de equilíbrio das taxas, mas excessivamente perverso — declarou Munhoz.

Segundo Dércio, "se houvessem aumentos salariais abusivos, aí sim, seria um fator nocivo. Mas, como se sabe, isto não vem ocorrendo — pelo menos com relação ao salário-mínimo. Ao contrário, os salários — nos setores de renda baixa — vêm constituindo uma resposta defasada na recuperação do poder de compra.

Esta é a razão pela qual condenou a parcimônia com que são fixados os reajustes salariais, porque dentro do "sistema onde ninguém quer perder renda", cada indivíduo e cada empresa procuram repassar o ônus que lhe foi transferido. Entretanto, os assalariados, ou seja, aqueles cuja única fonte de renda é o salário, constituem a grande maioria dos brasileiros que não dispõe de meios para se defender da inflação.

— Em função do aumento do custo do petróleo e das matérias-primas, as empresas elevam os preços de seus produtos, como mecanismo compensatório. O Estado por sua vez se vale de um sistema tributário que, em termos inflacionários, também exerce pressões. Dentro desse quadro, todos procuram se recompor, enquanto o trabalhador apenas assiste à corrosão dos salários, reajustados uma vez por ano. Paradoxalmente, vivemos num sistema econômico que trata de forma cruel exatamente aqueles que não se apropriaram da renda, ou seja, os assalariados — disse Munhoz.

Contrato social

O economista João Manoel Cardoso de Melo, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), disse ontem no "Seminário sobre a inflação brasileira" que a "superação das dificuldades presentes exige que a sociedade brasileira resolva o impasse político que a paralisa", sendo ineficazes "as receitas de qualquer ordem prescritas por tecnocratas".

— Somente depois que se elaborar um novo contrato social é que a solução técnica será encontrada com espantosa tranqüilidade — afirmou o conferencista para quem o insucesso no combate à inflação se deve à prática de medidas isoladas, concentradas principalmente no controle monetário.

Segundo João Melo, as medidas restritivas adotadas pelo Governo foram reiteradamente ludibriadas pela capacidade das empresas em acelerar a "velocidade de circulação da moeda", contando para isso com a existência do **open market**.

— Nestas circunstâncias — declarou — qualquer aperto de liquidez era imediatamente resolvido por uma corrida ao mercado de dinheiro de curtíssimo prazo, o que provocava elevação súbita das taxas de desconto de títulos e acelerava a especulação. A ameaça de inflação de demanda se converter abruptamente numa inflação de custos levava o Governo a recuar, irrigando novamente o mercado. Tudo isto apenas confirma uma verdade elementar: o uso isolado de instrumentos monetários prende a política numa armadilha.

O economista criticou também a política do Governo para com o balanço de pagamentos, segundo ele, tímida e voltada somente para o equilíbrio da balança comercial.

— O verdadeiro problema do balanço de pagamentos não está na balança comercial, mas no volume e estrutura do endividamento externo. O serviço da dívida exigiria um crescimento das exportações da ordem de 25 por cento ao ano, objetivo que nem mesmo os mais otimistas seriam capazes de excogitar.

Na opinião do conferencista, daqui para a frente o controle efetivo do desequilíbrio externo requererá o reescalonamento da dívida, o que implicaria considerar os interesses dos bancos privados internacionais e empresas coligadas.

Langoni defende fundo de pensão

BRASÍLIA (O GLOBO) — O economista Carlos Langoni, da Fundação Getúlio Vargas, falando ontem no "Seminário sobre a Inflação Brasileira" — promovido pela Comissão de Economia do Senado, defendeu o desenvolvimento de novas formas de poupança voluntária, especialmente os Fundos de Pensão, e o seu direcionamento para o mercado primário de ações, como uma das alternativas para que seja rompido o círculo vicioso inflacionário e se encontre um equilíbrio entre as políticas fiscal e monetária.

Depois de enumerar comparativamente as fontes geradoras de inflação até 1964 e no período pós-64, Langoni disse que, se a inflação atual é de crédito, torna-se imprescindível a eliminação gradual de subsídios nos empréstimos, substituindo-os por maiores subsídios à capitalização ou por redução da carga tributária.

Foi dentro desses "mecanismos de capitalização", resultantes da geração de fontes de capital de risco para as empresas, que o presidente do Instituto de Pós-graduação da FGV colocou os Fundos de Pensão como um dos sistemas de poupança voluntária que, além de cumprir com os seus objetivos de natureza social, poderiam também ser canalizados para o mercado de subscrição primária de ações.

Esta alternativa, juntamente com outras já existentes e aliada também à reorientação das poupanças compulsórias — entre outras PIS, PASEP e FGTS — para o mercado primário de capitais é, segundo Langoni, um dos pontos importantes no estancamento da inflação decorrente da expansão de crédito que tem caracterizado os últimos anos.

Carlos Langoni fez crer aos participantes do seminário que não fosse a incipiência do mercado de capitais no Brasil e a insegurança gerada pelas próprias taxas inflacionárias para quem investe em papéis de risco, a demanda por crédito não teria sido tão pressionada, a ponto de se configurar a expansão dos meios de pagamento como uma força a direcionar o vetor inflacionário, a ponto de obrigar o Governo a adotar sucessivas medidas de contenção creditícia.

Por outro lado, o professor Langoni manifestou o seu otimismo em relação a teses dessa natureza — entre outras a que vem sendo defendida pelo ex-Ministro Octavio Gouvêa de Bulhões — pois, admitir o seu insucesso, seria decretar a inviabilidade do sistema econômico brasileiro, uma vez que isso seria desacreditar na capacidade das empresas brasileiras em gerar dividendos. Ressaltou, em complemento, a necessidade de se educar o povo brasileiro, e as empresas a buscar recursos no mercado de capitais, cujo desenvolvimento seria facilitado, inicialmente, pelo Governo, através de mecanismos como os que estava propondo.

A recuperação da confiança nas fontes de capital de risco — ou a criação de uma mentalidade nesse sentido — se somaria, segundo Langoni fez entender, a outros mecanismos do tipo: reabilitação do lucro; controle de preços (localizados e transitórios); incentivos concentrados na subscrição primária de ações e debêntures de longo prazo.

Para o combate à inflação, várias outras sugestões ainda foram feitas pelo conferencista: harmonização entre política monetária e fiscal; criação de uma nova expectativa social favorável aos esforços do Governo para conter a inflação, ou seja, minimização da componente psicológica como elemento de realimentação inflacionária.

Gradualismo consistente

Concluindo, Langoni defendeu a alternativa que já vem sendo posta em prática pelo Governo, que é a de combater a inflação dentro do que ele chamou de "gradualismo consistente".

— O Brasil — disse Langoni — conforme tem historiado um economista conhecido, tem 300 anos de inflação. Portanto, não é de uma hora para outra que se vai conseguir puxar para baixo as taxas inflacionárias. Prefiro, então, uma redução lenta, mas contínua, do que uma queda mais rápida que, fatalmente, provocará perigosos recuos posteriores.

Segundo o economista da FGV, o objetivo dessa forma de combate é a estabilidade na fase de inflação a fim de que o sistema de correção monetária não gere efeitos colaterais de realimentação e possa minimizar os efeitos de uma inflação variável e imprevisível sobre o uso eficiente de recursos e a distribuição de rendas.

CRUZ BRANCA MILITAR

ASSISTÊNCIA MÉDICA INTEGRAL
o mais completo e perfeito plano de assistência médica.

PROTEÇÃO DEFINITIVA PARA SUA FAMÍLIA
sem carência.
- internações
- cirurgias
- consultas com hora marcada
- exames laboratoriais
- seguro de acidentes pessoais.

Administrado pela CAMIL -
Caixa de Assistência de Militares,
constituída por oficiais da reserva do Exército..

Av. Presidente Vargas, 502 - 11.º
Chame o nosso representante.
Tels. 243-4225 e 243-7728.

CIA. BOZANO, SIMONSEN – COMÉRCIO E INDÚSTRIA

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO

C.G.C. Nº 42.113.662/0001

AVISO AOS ACIONISTAS – ENTREGA DE CAUTELAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas da CIA. BOZANO, SIMONSEN — COMÉRCIO E INDÚSTRIA, a partir do dia 12 de julho de 1977, as cautelas referentes à bonificação de 10,00% (dez por cento), verificada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 1977, à razão de 1 (uma) ação para 10 (dez) ações possuídas.

ATENDIMENTO

Os Senhores Acionistas ou seus Procuradores deverão comparecer munidos de suas cautelas, documentos oficiais de identidade e CGC ou CPF, no Rio de Janeiro na Av. Rio Branco nº 138 loja, ou em São Paulo à Rua Boa Vista nº 88, no BANCO BOZANO, SIMONSEN S.A., no seguinte horário:

PESSOAS FÍSICAS — De 2ª a 6ª-feira — 10,00 às 16,00 horas.

PESSOAS JURÍDICAS — Às 2ª, 4ª e 6ª-feira no horário de 10,00 às 16,00 hs.

Para melhor processamento dos serviços, pedimos aos Senhores Acionistas apresentarem suas cautelas separadas por espécie — ordinárias e preferenciais — em ordem numérica crescente.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1977

ALBERTO BARRETO DE MELO
Diretor Jurídico

JOSÉ CARLOS DE ARAUJO SARMENTO BARATA
Diretor

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

AVISO N.º 182/77

SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

Edital de Concorrência Internacional n.º 03-4/77 – C. E. C.

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES DO ESTADO DO PARANÁ, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar às 9:00 horas do dia 22 de agosto de 1977, no Auditório do D.E.R. localizado no 1º andar do Edifício Sede do DER/PR sito à Avenida Iguaçu nº 420, nesta Capital, CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL para execução de serviços de TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, REVESTIMENTO PRIMÁRIO e OBRAS DE ARTE ESPECIAIS nas rodovias alimentadoras, abaixo relacionadas, com financiamento parcial de Agência Financiadora Internacional, para o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. Poderão participar desta Concorrência as empresas sediadas no Brasil e nos países elegíveis do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

LOTE	RODOVIA	SUB-TRECHO e/ou OBSTÁCULO	EXTENSÃO
01	PR.090	ALVORADA DO SUL — PR/170	20,12 km
02 •	PR.T.466	PITANGA — MANOEL RIBAS	30,46 km
03	PR.T.466	MANOEL RIBAS — SUB-ESTAÇÃO DE FURNAS	11,57 km
04	PR.281	DOIS VIZINHOS — SALTO DO LONTRA	19,06 km
05	PR.281	SALTO DO LONTRA — SANTA IZABEL DO OESTE	19,80 km
06	PR.281	DOIS VIZINHOS — SÃO JORGE	21,39 km
07 •	PR.281	SÃO JORGE — SÃO JOÃO	27,22 km
08	PR.422	TOMAZINA — WENCESLAU BRAZ	22,37 km
09 •	PR.082	ENTRONCAMENTO PR/457 — PLACA LUAR	31,49 km
10	PR/239	CAMPINA DA LAGOA — UBIRATÃ (BR.369)	17,87 km
11 •	PR.552	SÃO JORGE — OURIZONA — MANDAGUAÇU	24,64 km
12	PR.467	JAPURÁ — SÃO TOMÉ — PR/082	13,56 km
13 •	PR.160	CORNÉLIO PROCÓPIO — MAIRIPORÃ	34,80 km
14 •	PR.513	BR/376 — ITAIACOCA — BAIRRO DOS INGLESES	42,53 km
15 •	PR.446	FOZ DO AREIA — BITURUNA	35,74 km
16 •	PR.340	JARDIM OLINDA — ITAGUAGÉ — STA. INÊS — STO. INÁCIO	39,84 km
17 •	PR.458	FLÓRIDA — SANTA FÉ — GUARACI	41,57 km
18 •	PR.436	RIBEIRÃO DO PINHAL — ABATIÁ — STA. AMÉLIA — BANDEIRANTES (LOTE 1)	24,38 km
19	PR.436	RIBEIRÃO DO PINHAL — ABATIÁ — STA. AMÉLIA — BANDEIRANTES (LOTE 2)	21,65 km
20 •	PR.487	AUTÔNIA — PÉROLA	29,07 km
21 •	PR.182	PÉROLA — XAMBRÊ	25,11 km
22	PR.489	XAMBRÊ — UMUARAMA	21,14 km
23	PR.458	FLÓRIDA — SANTA FÉ — GUARACI — PONTE S/RIO BANDEIRANTES	100,00 m
24	PR.239	CAMPINA DA LAGOA — UBIRATÃ — PONTE S/RIO HERVERA	40,00 m
		PONTE S/RIO TRICOLOR	75,00 m
25	PR.446	BITURUNA — FOZ DO AREIA — PONTE S/RIO JACUTINGA	40,00 m
		PONTE S/RIO VEADO	40,00 m
26	PR.340	JARDIM OLINDA — ITAGUAGÉ — STA. INÊS — STO. INÁCIO — PONTE S/RIO STO. INÁCIO	50,00 m

Esclarece, outrossim, que o Edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados pela Comissão Especial de Concorrência (ala norte do 6º andar do Edifício Sede do D.E.R./PR), a partir do dia 4 de julho de 1977, mediante apresentação de Guia de Recolhimento, à Tesouraria do D.E.R./PR, da importância de Cr$ 300,00 (trezentos cruzeiros) para o Edital e seus anexos e, para os volumes dos Projetos de Engenharia, conforme tabela a ser afixada no Quadro de Editais da C.E.C.

VISTO — Curitiba, 24 de junho de 1977

OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES
Secretário dos Transportes

TANCREDO BENGHI
Diretor Técnico

AUTORIZO

JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado do Paraná

cobra
computadores e sistemas brasileiros s.a.

C.G.C. Nº 42.318.949/0001-84

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas de COBRA COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S/A, na sede social situada no Largo dos Leões, 15/1º andar, em conformidade com o Artigo 133 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 1977, quais sejam: 1) Relatório da Administração; 2) Cópia das demonstrações financeiras; 3) Parecer dos Auditores Independentes; e 4) Parecer do Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1977. As) JOSÉ CLÁUDIO BELTRÃO FREDERICO — Presidente.

Contrato assegura a qualidade na estocagem de maçã brasileira.

Um contrato "Turn Key", foi recentemente firmado entre a Rádio Frigor S.A., fabricante de equipamentos para refrigeração e ar condicionado e a Reflorestamento Fraiburgo Ltda., de Santa Catarina, produtora das afamadas maçãs "Renar", possibilitando-lhe uma previsão de colheita em torno de 12.000 t para este ano. Através desse acordo, será construído um conjunto de câmaras com atmosfera e temperatura controladas, destinado à estocagem de maçãs e nectarinas num total de 20.000 m³.
Utilizando pela primeira vez no Brasil o sistema de atmosfera controlada, as câmaras da Rádio Frigor vão conservar toda a qualidade dos produtos "Renar", assegurando as propriedades naturais das maçãs durante 8 meses e 6 semanas para as nectarinas.
Na foto acima, o sr. Willy Frey, diretor da "Renar", assinando o contrato com os representantes da Rádio Frigor - Divisão de Projetos e Instalações.

ANEXO NN

Em São Paulo falências diminuem

SÃO PAULO (O GLOBO) — As falências requeridas (274) na capital diminuíram 11,9 por cento em outubro passado, em relação ao mês anterior, e as decretadas (61) tiveram uma queda de 27,4 por cento, segundo o boletim do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo.

Os dados acumulados nos dez primeiros meses deste ano, no entanto, apontam um total de 2.904 falências requeridas e de 561 para as decretadas, superior portanto às 2.238 (requeridas) e 524 (decretadas) em igual período do ano passado.

As concordatas também registraram uma diminuição em outubro. Nesse mês foram requeridas apenas quatro, o menor número deste ano, e foram requeridas 11, contra 15 requeridas e 16 diferidas em igual mês do ano passado. Todavia, a acumulada dos dez primeiros meses mostra que as concordatas aumentaram em 1977, pois somaram 166 para requeridas e 159 para as diferidas, superando em respectivamente 32,8 por cento e 38,3 por cento os números alcançados no mesmo período do ano passado.

Empréstimos

O boletim da Associação Comercial indica ainda que os empréstimos concedidos pelos principais bancos comerciais do Estado refletiram, em outubro passado, uma expansão de 4,8 por cento, contra apenas dois por cento em igual mês do ano passado. Em setembro essas operações haviam se expandido em 3,7 por cento (1977) e em 3,2 por cento no ano passado. Entre janeiro e outubro passados, os empréstimos bancários apresentaram crescimento nominal de 42,5 por cento, mais acentuado que no ano passado, quando alcançaram variação de 30,7 por cento.

Mas os títulos protestados também cresceram. Em outubro passado, atingiram a cifra de Cr$ 443,2 milhões, acusando expansão nominal de um por cento sobre o mês anterior e de 37 por cento em relação ao mesmo mês do ano passado. A acumulada dos dez primeiros meses de 1977 totalizou Cr$ 4.277,1 milhões, o que significa um aumento de 60 por cento em relação ao ano passado.

As vendas a crédito ao consumidor, porém, registraram queda de 3,1 por cento em outubro passado em relação ao mesmo mês de 1976, indica o movimento de consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito. O que continua crescendo é o número de "novos negativos", que desde junho vem seguindo trajetória ascendente, tendo em outubro alcançado uma variação de 17,3 por cento em relação ao ano passado, o que resulta também em crescimento de 8,6 por cento durante os dez primeiros meses de 1977.

SAMITRI
S.A. MINERAÇÃO DA TRINDADE
GEMEC/RCA 200-76/018
CGC 17.179.891/0001

AVISO AOS ACIONISTAS

Lembramos aos Senhores Acionistas que o prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição de capital, aprovado pela AGE de 9-11-77, terminará impreterivelmente no dia 9 de dezembro corrente e, conforme "AVISO AOS ACIONISTAS" já publicado, as sobras que se verificarem poderão ser subscritas no período de 14 a 21 do corrente, pelos acionistas que manifestaram esta intenção quando exerceram o seu direito de preferência naquele aumento, podendo tal direito ser exercido nas agências do Banco Lar Brasileiro S.A.

Belo Horizonte, 5 de dezembro de 1977
O Conselho de Administração
Henrique Guatimosim — Presidente
Paulo Gonzaga — Vice-Presidente
Hans Schlacher — Secretário

BANCO FRANCÊS E ITALIANO PARA A AMÉRICA DO SUL S.A.
SUDAMERIS
(Sociedade Anônima de Capital Aberto)
C. G. C. n.º 60.942.638/0001-73
GEMEC-RCA 76/069

AUMENTO DE CAPITAL

Comunicamos aos Senhores Acionistas que a Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 novembro de 1977, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 03/12/1977, autorizou o aumento do capital social do Banco de Cr$ 188.000.000,00 para Cr$ 310.200.000,00, mediante incorporação de reservas no valor de Cr$ .... 75.200.000,00, com a conseqüente bonificação aos acionistas de (2) duas ações novas para cada grupo de (5) cinco ações antigas (40%) e subscrição em dinheiro de 47.000.000 de ações ordinárias nominativas pelo seu valor nominal de Cr$ 1,00 cada uma, totalizando Cr$ 47.000.000,00.

Aos Senhores Acionistas foi assegurado o prazo de (30) trinta dias, a contar de 05/12/1977 para o exercício do direito de preferência na subscrição, atendidas as seguintes condições:

a) no ato da subscrição deverão ser pagos 50% (cinqüenta por cento) da quantia devida;
b) os restantes 50% (cinqüenta por cento) serão pagos dentro do prazo de até (1) um ano, por chamada da Diretoria;
c) ao subscritor é facultado antecipar os pagamentos integralizando de uma só vez a sua subscrição;
d) no ato da subscrição deverão ser apresentados os documentos de identidade e de identificação do contribuinte (CPF ou CGC) e procuração respectiva se o acionista se fizer representar.

Sendo o Banco sociedade anônima de capital aberto, os Senhores Acionistas subscritores, pessoas físicas, terão direito às vantagens atribuídas pela legislação vigente.

Os Senhores Acionistas serão atendidos em qualquer das Agências do Banco ou na Seção de Acionistas, à Rua Bela Vista, 739, Subdistrito de Santo Amaro, São Paulo (SP).

São Paulo, 05 de dezembro de 1977.
GIOVANNI LENTI
Diretor-Superintendente

COMPANHIA SIDERÚRGICA MANNESMANN
CGC N.º 17.170.150/0001/46

CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas convidados a se reunirem no dia 15 de dezembro do corrente ano, às 11:00 horas, na sede social no Barreiro, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em assembléia-geral extraordinária, a fim de deliberar sobre a proposta da diretoria, objetivando:

I) Mudança da denominação social de Companhia Siderúrgica Mannesmann para Mannesmann S/A.

II) Ampliação do objeto social.

III) Adaptação do estatuto social aos preceitos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como artigos estatutários, que, em conseqüência, devem ser alterados, inclusive modificação de outros dispositivos, visando a seu aperfeiçoamento e a sua melhor adequação às normas da lei.

IV) Eleição dos membros do Conselho de Administração e a fixação da remuneração dos órgãos da administração.

V) Eleição de membros do Conselho Consultivo e fixação da remuneração do referido conselho.

De acordo com o estatuto social os senhores acionistas titulares de ações ao portador deverão depositar os respectivos certificados na sede social, no Barreiro, ou nos escritórios da Companhia no Rio de Janeiro, à Rua Araújo Porto Alegre, 36 — 13.º andar, São Paulo, à Avenida Paulista, 726 — sobreloja, Salvador, à Rua Pinto Martins, 11 — 3.º andar, até 3 (três) dias antes da realização da assembléia, ou exibir comprovante de seu depósito em estabelecimento bancário.

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 1977

A DIRETORIA
DR. H. G. SCHMITT — Presidente
DR. PAULL JOSEF GUNTHER — Diretor

APRENDA INGLÊS Curso Oxford

CHAME SEUS AMIGOS E SIGAM TODOS PARA O TRABALHO NUM CARRO SÓ

EDITAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE TÉCNICAS FINANCEIRAS

COCITEF
"RESULTADO DO III CONCURSO DE MONOGRAFIAS"

Faço público, para conhecimento dos interessados, que o Concurso de Monografias, patrocinado pela Comissão de Coordenação e Implementação de Técnicas Financeiras — COCITEF, com edital de inscrição publicado no Diário Oficial do dia 28/12/76, apresentou o seguinte resultado:

ADHEMAR E JOÃO .... 1º lugar
— Aperfeiçoamento das Técnicas de Avaliação de Desempenho na Administração Pública.
WICKSELL, JOSÉ MARIA .... 2º lugar
— A Dívida Pública e suas Implicações no Mercado Financeiro.
DUPLA .... 3º lugar
— Núcleos de Responsabilidade Orçamentária.
SILKOHI LAVINA .... Menção Honrosa
— A Prática Gerencial na Programação Financeira do Governo.
FERNANDO CAMPOS DE MORAVIA .... Menção Honrosa
— A Dívida Pública e suas Implicações Orçamentárias.

A identificação dos autores e a entrega dos prêmios serão efetuadas no dia 13 de dezembro, no Ministério da Fazenda, 4º andar, Secretaria-Geral, às 17:00 horas, em Brasília.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1977
URSULA HANSEN
Secretária-Executiva

IND. e COM. de ROUPAS
FRANCO BRASILEIRA S.A.
C. G. C. N.º 33.177.288/0001-23

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 07 de julho de 1977.

Aos sete dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e sete, às 18 (dezoito) horas, em sua sede social, à Rua Conselheiro Mayrink, 270/280, nesta cidade, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas de Indústria e Comércio de Roupas Franco Brasileira S.A., representando a totalidade do capital social, conforme se verifica no livro "Presença de Acionistas", atendendo ao convite verbal da Diretoria. De acordo com os Estatutos Sociais, aberta a sessão pelo senhor Presidente da Sociedade foi pelo mesmo proposto aos senhores acionistas a escolha de um membro para presidi-la. Posta em votação, foi aclamado por unanimidade, para presidir os trabalhos da Assembléia, o acionista senhor Henri Bueno, que convidou a mim, Roberto Corrêa de Mello, para Secretário. Constituída assim a mesa, o senhor Presidente, deu por iniciado os trabalhos, pedindo ao senhor Secretário que fizesse a leitura da ordem do dia, bem como, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal, para que os senhores acionistas viessem a deliberar, a saber: a) Proposta da Diretoria com parecer favorável do Conselho Fiscal, para aumento do Capital Social de Cr$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para Cr$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de cruzeiros), mediante a incorporação de Reservas; b) Alteração do Artº 5º dos Estatutos Sociais; c) Outros assuntos de interesse social. "Proposta da Diretoria". Senhores Acionistas: A Diretoria da Sociedade tendo em vista o aumento sempre crescente dos negócios da Sociedade e o favor fiscal que concede isenção do Imposto de renda as pessoas jurídicas nos aumentos de Capital, mediante aproveitamento de reservas já tributadas e da Correção Monetária do Ativo Imobilizado, vem propor aos senhores acionistas a elevação do seu Capital Social de Cr$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) totalmente integralizado, para Cr$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de cruzeiros), representando um aumento de Cr$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) que será efetuado mediante a incorporação de Reservas, a saber: Cr$ 10.469.352,54 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinqüenta e dois cruzeiros e cinqüenta e quatro centavos) da Conta Reserva para Aumento de Capital; Cr$ 3.530.647,46 (três milhões, quinhentos e trinta mil, seiscentos e quarenta e sete cruzeiros e quarenta e seis centavos) da Conta Fundo de Correção Monetária, que corresponderá a emissão de 14.000.000 (quatorze milhões) de ações ordinárias do valor nominal de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, nominativas ou ao portador, à vontade dos acionistas, que serão distribuídas aos senhores acionistas isentas de quaisquer ônus, na mesma proporção das ações possuídas, ficando facultado negociarem entre si, as possíveis sobras. Sendo a proposta aprovada, o Artº 5º dos Estatutos Sociais passará a vigorar com a seguinte redação: Artº 5º — O Capital Social é de Cr$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de cruzeiros) dividido em 29.000.000 (vinte e nove milhões) ações ordinárias, nominativas ou ao portador, do valor nominal de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, à vontade do acionista. Rio de Janeiro, 01 de julho de 1977. ass.) Henri Bueno, Ivan Nagle, Bolivar Gomes Dias, Roberto Corrêa de Mello, Antônio Orlando dos Santos Machado e Jobir Francisco Azeredo. "Parecer do Conselho Fiscal". Senhores Acionistas: Nós abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal de Indústria e Comércio de Roupas Franco Brasileira S. A., examinamos a Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social de Cr$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), para Cr$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de cruzeiros) conforme a modalidade proposta e chegamos a conclusão que a mesma merece a aprovação dos senhores acionistas, por ser de interesse da Sociedade. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1977. Ass.) Hélio Bueno Vieira, Antônio de Souza Ferreira Portugal, Miguel Antônio Cardoso Pinto. Terminada a leitura dos documentos, foi a Proposta da Diretoria submetida à Assembléia e aprovada na forma e nos termos em que foi apresentada, pela totalidade dos acionistas presentes, com as abstenções legais. Com a palavra o senhor Presidente declara que conforme aprovação dos senhores acionistas, o Artº 5º dos Estatutos Sociais passa a vigorar com a nova redação acima transcrita e aprovada. Em seguida o senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que depois de lida e aprovada na íntegra pela totalidade dos senhores acionistas, vai por todos assinada e eu Roberto Corrêa de Mello, na qualidade de Secretário a subscrevo e, juntamente com os demais acionistas a assino. Rio de Janeiro, 07 de julho de 1977. Roberto Corrêa de Mello — Secretário. — Henri Bueno — Bolivar Gomes Dias, Roberto Corrêa de Mello — Antônio Orlando dos Santos Machado — Jobir Francisco Azeredo — Adelino Aromatis — Samuel Melamed — Aníbal Rodrigues Gomes — Lúcio Vicenzo Pignataro — pp. Indª e Comº de Roupas Nagle S/A. Ivan Nagle. Cópia fiel do original lavrado no livro próprio.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — JUCERJA

CERTIDÃO

Processo nº 71.429 77

CERTIFICO que INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS FRANCO BRASILEIRA S/A. arquivou nesta Junta sob o nº 37.116 por despacho de 22 de novembro de 1977, da 1ª Turma, ata da assembléia geral extraordinária de 7.7.77, que aumentou o capital para Cr$ 29.000.000,00 e alterou os Estatutos, do que dou fé. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em 24 de novembro de 1977. Eu, Wilma de A. Pereira escrevi, conferi e assino (Wilma de A. Pereira). Eu, ÁLVARO PEIXOTO, Secretário Geral da JUCERJA, a subscrevo e assino (ÁLVARO PEIXOTO).

Taxa de [illegible]

V Encontro Nacional de Economia

Setores de alto rendimento pagam salários mais baixos

O economista Paulo Eduardo de Andrade Baltar afirmou ontem, ao falar sobre o tema "Economia do Trabalho e Distribuição da Renda", no V Encontro Nacional de Economia, no Hotel Nacional, que os níveis salariais dos setores que apresentam os mais elevados índices de produtividade são os mais baixos do País, invertendo-se assim a tendência normal das economias capitalistas. Segundo ele, não são as empresas menores que tendem a apresentar baixos índices de produtividade, mas as que concentram a maior quantidade de salários baixos.

Ao debater a tese de Andrade Baltar, o economista do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômico (DIEESE), Walter Barelli, destacou que, segundo os dados pesquisados pelo organismo no setor metalúrgico de São Paulo, a concentração de trabalhadores de baixos salários nas empresas estrangeiras cresceu de 15 por cento em 1961 para 50 por cento em 1976. Ao mesmo tempo em que se elevou de 20 por cento em 1961 para 50 por cento em 1976 nas nacionais.

Distribuição salarial

De acordo com a pesquisa do DIEESE, a distribuição salarial no setor metalúrgico de São Paulo é a seguinte:

Faixas de Salários	Nacional 1961	1966	1971	1976	Estrangeiro 1961	1966	1971	1976
Até 2 salários Mínimos	29%	56%	57%	50%	15%	49%	42%	46%
De 2 a 5 Sal.	64%	39%	35%	38%	74%	42%	46%	35%
De mais de 5	7%	5%	8%	12%	11%	9%	12%	19%

Walter Barelli disse que, como mostra o quadro, "no início do período (1961) a distribuição salarial das empresas de capital estrangeiro era bastante diferente da verificada nas empresas nacionais. Ao longo do período, as duas distribuições tendem a se aproximar, ao menos no que se refere aos salários mais baixos. Em outras palavras, as empresas de capital estrangeiro tendem a repetir as baixas remunerações das empresas de capital nacional, nas quais o peso das empresas de menor produtividade é maior".

Indagado pelo plenário se na sua opinião a luta pela participação dos trabalhadores nos maiores lucros gerados pelo aumento da produtividade constituía a principal reivindicação do movimento sindical, Walter Barelli assinalou: "Em determinado momento, pode se colocar o problema da produtividade. Por exemplo, quando a discussão for travada com a empresa, ou um grupo de empresas. Na medida em que o elenco das reivindicações se generaliza a todo o País, o que está em causa não é só o salário de um ou outro setor de maior produtividade (como o automobilístico), mas os salários de todos os setores."

Ao referir-se ao tema salarial, Andrade Baltar afirmou que "é necessário uma ampla organização sindical para obter a quebra dos profundos desequilíbrios salariais existentes". Frisou também que o problema dos baixos salários no setor industrial se tornou, com o tempo, uma questão essencial. "Quase todas as empresas — explicou — sobrevivem e dão continuidade ao desenvolvimento industrial graças aos baixos salários que favorecem uma elevada taxa de acumulação."

A questão da liberdade sindical

"Ultimamente, todos os congressos têm levantado a questão da maior liberdade sindical, demonstrando um consenso nas classes produtoras em relação ao assunto. Acredito que, se o Congresso dos Trabalhadores for, de fato, realizado, também abordará o tema, como foi manifestado, pela primeira vez, e de forma mais concreta, pelo 1º Congresso dos Metalúrgicos, em 1974".

A afirmação foi feita pelo economista Walter Barelli, do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (DIEESE), ao comentar, ontem, no V Encontro Nacional de Economia, que "sindicato forte é aquele que luta e evita atitudes paternalistas, com os trabalhadores".

Segundo Barelli, a questão da reposição salarial aos metalúrgicos de São Paulo, que foram prejudicados pelas distorções nos cálculos dos índices de inflação, em 1973, está, atualmente, na área da Justiça, e não mais na alçada dos economistas:

— Esta é a primeira vez que os sindicatos apelam para a Justiça, visando à solução de problemas salariais. Resta, agora, ver se as leis serão suficientes para atender às reivindicações dos trabalhadores.

Ao afirmar que não existe muita experiência em legislação de defesa desse tipo de direito, mas, apenas, possibilidades, ressaltou que a questão serve para testar a estrutura sindical, "pois cada um tem um corpo jurídico e uma orientação".

Em seguida, o economista do DIEESE disse que a principal forma de impedir o aumento real do salário é a própria inflação, e afirmou que os estudos rotineiros sobre a revisão do salário-mínimo, realizados pelo Departamento, acompanham o custo de vida e são calcados na previdência social.

Segundo ele, o novo levantamento salarial do DIEESE, baseado no período .. 1961/1971, e abrangendo as categorias dos metalúrgicos, jornalistas, enfermeiros e têxteis, concluem que, além do próprio arrocho salarial, essas classes estão submetidas aos mecanismos utilizados nas empresas de achatamento do poder aquisitivo de seus funcionários. Para ele, esses mecanismos são, principalmente, a alta rotatividade dos empregados e o sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, "que serve para baixar o teto salarial".

Acrescentou que, naquele período, 80 por cento dos metalúrgicos de São Paulo tiveram queda real do salário, e que, em 1961, 20 por cento dos trabalhadores ganhavam Cr$ 364,00, enquanto que, em 1971, 55 por cento deles recebiam quantia inferior àquela.

Para concluir, o economista afirmou que a deterioração acumulada do salário real dos trabalhadores, até outubro, situa-se entre 33 e 34 por cento. Quanto aos índices registrados até dezembro, ele afirmou que isso dependerá do nível da inflação e evitou fazer qualquer estimativa, porque "economista que prevê inflação cai do cavalo".

Para esta avaliação, Barelli baseou-se nos cálculos do custo de vida feitos pelo DIEESE.

Inflação motiva divergências

Algumas divergências surgiram, ontem, no V Encontro Nacional de Economia, entre os economistas Adroaldo da Silva, Antônio Maria Silveira e Antônio Carlos Lemgruber, durante o debate sobre Inflação Brasileira: Uma Visão Heterodoxa.

Segundo Adroaldo, do Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo, o problema da inflação brasileira é, basicamente, redistributivo e as equações econômicas surgidas atualmente são limitadas à medida que não incorporam variáveis políticas e sociais. Além disso, o economista criticou, ainda, a "política paternalista do Governo Geisel que, através de reajustes salariais realimentou, a partir de 1974, o processo inflacionário".

O ponto de vista do economista do IPE foi contestado veementemente pelo seu colega Lemgruber, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio, que defende a adoção da teoria monetária para equacionar o problema inflacionário.

Por sua vez, Silveira, também da FVG, fez restrições à falta de firmeza e definição da política monetária, afirmando que ela não se pode manter em bases casuísticas. No seu entender, o principal problema é o poder representado pelo setor financeiro, que impede o Governo de adotar políticas monetárias mais sólidas.

Em 76, debates mais polêmicos

Comparando o IV e o V Encontro Nacional de Economia, os economistas Dionísio Carneiro e Francisco Lopes, que participaram da abertura do painel sobre "Conjuntura Econômica Brasileira", admitiram que o Encontro do ano passado foi mais dinâmico e polêmico.

Segundo Dionísio Carneiro, o que criou o pano de fundo dos debates do IV Encontro foi o fato de que "naquele ano o comportamento da economia não se deu em função do que era esperado pelas autoridades e pelos técnicos da área econômica: o descontrole assumiu uma dimensão maior chegando a criar um clima de perplexidade".

Atualmente, além dos indicadores de desaquecimento, que foram induzidos pelos próprios responsáveis pela política econômica, não há maiores anormalidades.

Para os economistas, outra razão que tem um relativo peso é o tom "demasiadamente reiterado dos debates".

Por outro lado, o debate sobre a conjuntura econômica não foi ainda esgotado, devendo ser retomado no curso dos debates que serão realizados entre hoje e amanhã, mas principalmente no que contará com a participação da economista Maria da Conceição Tavares sobre o tripé da economia.

Uma questão que aflorou durante o intervalo dos debates de ontem foi o real significado dos índices relativos ao crescimento da indústria de transformação. Além da discussão sobre os números — 2,5 por cento para uns e 3,5 por cento para outros — o tema que está em foco são os critérios de elaboração desses índices. Na opinião de Dionísio Carneiro, os dados do IBGE não consideram adequadamente as transformações que se processaram no setor industrial nos últimos anos, o que deveria alterar o peso de um subsetor sobre outros. Neste sentido, pode estar ocorrendo uma subestimação de alguns setores que cresceram mais no último período.

Sobre a mesma questão, a opinião de Francisco Lopes é discordante. Ele considera que o importante não é a análise do índice isolado, mas sim o estudo da sua tendência. O fato concreto a ser discutido é que de um crescimento em torno de 10 por cento o índice caiu para 2,5 ou 3,5 por cento.

Para o economista, as vendas de fim de ano serão um indicador importante, pois elas revelarão o desempenho da economia no primeiro semestre do próximo ano. Se forem boas despertarão um maior interesse nos investidores, caso contrário deverão se retrair ainda mais os investimentos.

No entanto, quando se trata de definir o que expresse mais claramente uma conjuntura de recessão — o que, segundo eles, seria a principal preocupação do Governo — as opiniões voltam a ser divergentes. Segundo Francisco Lopes, o melhor indicador para se avaliar uma conjuntura de recessão é o nível de emprego, enquanto que Dionísio Carneiro aponta a disposição de investir dos empresários como o sinal mais sensível.

ANEXO OO

Economistas sugerem novo modelo de desenvolvimento

SÃO PAULO (O GLOBO) — "A conjuntura atual exige um reexame do modelo de desenvolvimento brasileiro afim de que o País não se acomode na satisfação e no conforto dos bens materiais mas obtenha os fundamentos permanentes para implementação de uma estrutura política liberal. Esse reexame não pode ser superficial. Exigirá um estudo consciente, profundo e extenso da realidade brasileira, sem perder de vista sua posição no contexto internacional".

A observação, de Osvaldo Américo Campiglia, presidente da Associação das Empresas de Crédito Financiamento e Investimento — Acrefi — coincide, em linhas gerais, com a posição de mais dois economistas consultados esta semana pelo GLOBO sobre a necessidade de uma reorientação de nosso modelo econômico.

André Franco Montoro Filho, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, considera "fundamental que se inicie, logo, uma reorientação dos investimentos, objetivando uma emancipação lenta, porém firme, da dependência e da submissão dos consumidores aos padrões importados de países desenvolvidos e que pouca coisa têm a ver com nossa realidade".

Rui Leme, ex-presidente do Banco Central e diretor da Faculdade de Economia e Administração da USP lembra que a industrialização, a partir de modelos válidos para países desenvolvidos, foi, durante muito tempo, vista como uma tábua de salvação para os países em desenvolvimento por garantir retorno imediato.

"Mas, os resultados — diz Rui Leme — mostram que a concepção estava errada, o que leva muitos economistas a reexaminarem o problema. Não resta dúvida que precisamos agora estudar a melhor maneira de modificar nossa estrutura de produção e de consumo, o que certamente exigirá um prazo longo, talvez um mínimo de 10 anos, a partir do momento em que for feito um esforço de conscientização junto aos consumidores".

Erros e acertos

Para o professor Campiglia, a constatação de que é preciso reorientar o crescimento da economia brasileira não significa que o modelo seguido até agora estava errado. Não significa, também, que se possa parar até encontrar um novo caminho. "Todo modelo econômico deve ser dinâmico — assinala o presidente da Acrefi — para poder acompanhar o processo evolutivo da sociedade à qual é aplicado".

Campiglia lembra, ainda, que a história econômica revela a presença de ciclos mais ou menos longos, intercalados de expansão e recesso. E acrescenta: "Ninguém, em sã consciência, poderá negar a virtude do modelo que, em menos de uma década, colocou o produto per capita acima do 1 200 dólares".

Do ponto de vista social, Campiglia acredita que a mudança deverá se processar e já está se processando por uma melhor distribuição da capacidade de consumo e não propriamente por uma diversificação dos bens e serviços. Mas, admite, também, que a mudança da estrutura de produção e do consumo é importante para que haja uma melhor adequação dos produtos oferecidos pelas indústrias à realidade físico-econômica brasileira.

Como a estrutura de produção é determinada pela estrutura do consumo e esta é orientada pelo apelo publicitário, Campiglia não acredita que as multinacionais iriam exercer pressões para impedir uma tentativa de reorientação do hábito do consumidor. O início da mudança dos hábitos de consumo, para produtos com menor índice de componentes importados, segundo ele, poderia ser deflagrado pelo Governo através de mecanismos fiscais.

Mudança lenta

André Franco Montoro Filho assinala que as graves injustiças sociais e a grande dependência ao comércio exterior, tecnologia e ao capital estrangeiros exigem medidas urgentes para corrigir as distorções. Segundo ele, as distorções decorrem de erros anteriores ou de movimentos espontâneos, cuja correção "e as mudanças substanciais como entendemos necessárias não se fazem do dia para a noite".

Para esse economista, as alternativas viáveis precisam levar em consideração o quadro atual da economia brasileira, o parque industrial existente, a psicologia de consumo da população, a atual distribuição de renda e de capital, além de problemas conjunturais de inflação, balanço de pagamentos e dívida externa.

Montoro Filho reconhece que, em termos de distribuição de renda e, de modo geral, em termos de reorientação do desenvolvimento para o campo social, muita coisa já foi feita em relação ao Governo anterior. Ele cita, principalmente, o aumento de recursos para programas de saúde, planejamento, saneamento básico e educação, além de novos critérios para reajustes salariais mantidos, pelo menos, até novembro do ano passado. A partir deste ano, ele julga que, em termos de política salarial, houve um retrocesso em relação à tendência positiva que vinha sendo observada até o final do ano passado.

A reorientação, segundo Mon-

bens com grande dependência de matérias-primas importadas ou de componentes. Mas, um esforço destinado a melhorar a distribuição de renda e uma modificação do consumo para bens menos dependentes de importações poderão significar, a longo prazo, importante economia de divisas para o País.

Não se trata, segundo Montoro Filho, de abandonar o modelo aberto para comércio exterior, mas, de saber a quem estão interessando as exportações e as importações. A importação está ligada ao tipo de bens que a nação produz e que se destina a uma elite muito reduzida da população, enquanto os custos da importação, traduzidos em endividamento, recaem sobre toda a população.

"É sob esse ponto de vista — assinala Montoro Filho — que as críticas feitas pelo ex-Ministro Severo Gomes e pelo Senador Roberto Saturnino no "discurso aos democratas" devem ser entendidas."

Pressão da dívida

Rui Leme admite que é possível mudar a orientação do desenvolvimento econômico, mas de maneira muito lenta. Ao contrário de Montoro Filho, o ex-presidente do Banco Central não vê, ainda, sinais de que já esteja havendo essa mudança. O que o Brasil está fazendo, atualmente, na sua opinião, são simples correções dos erros mais graves, mas, mesmo assim, sem muita liberdade de ação.

Entre os obstáculos que impedem a adoção de novas alternativas de crescimento, Rui Leme aponta a dívida externa, que tem levado o País a aceitar investimentos em setores já atendidos pela indústria nacional. "Normalmente, o País deveria adotar uma política seletiva de investimentos. Mas afirma Rui Leme — temos uma dívida que precisa ser coberta com saldo da balança comercial (que não temos), com investimentos ou com empréstimos. Como investimentos, ao contrário dos empréstimos, não implicam em novas amortizações, o Governo é estimulado a aceitar investimentos em setores que podem ser atendidos pela indústria nacional."

Esses obstáculos, segundo Rui Leme, não permitirão uma mudança muito rápida. "A reorientação da estrutura de produção e de consumo — diz ele — seria interessante para o País. Mas, para isso, será necessário, além de uma conscientização dos consumidores, uma pressão por parte do Governo e isto não está ocorrendo. Mesmo onde o Governo está empenhado, como no Programa do Álcool, cuja importância é reconhecida pela população, não estamos verificando progresso".

Fórmula suicida

Rui Leme só vê — mas não aconselha — uma fórmula para mudar, rapidamente, o hábito de consumo de produtos sofisticados e importados por bens nacionais: uma moratória geral que eliminaria toda possibilidade de financiamento ou empréstimo para importações. "Com uma moratória — explica — seríamos obrigados a pagar à vista nossas importações e, certamente, as compras no exterior seriam limitadas ao estritamente necessário".

O ex-presidente do Banco Central considera, porém, que uma decisão nesse sentido teria conseqüências imprevisíveis, provocaria problemas graves de desemprego, pelo menos, durante dois anos. Mas, a partir daí, ele salienta que a indústria nacional experimentaria um grande impulso e que muitas distorções de produção e de consumo seriam corrigidas. "Cito essa solução, apenas, como alternativa de efeito imediato, mas que não aconselho e, certamente, nem seria cogitada pelo Governo", observa.

Política alternativa

O economista André Franco Montoro Filho preparou uma série de sugestões ao "projeto alternativa" que o MDB discutirá em sua próxima convenção. Suas proposições são por ele mesmo definidas como "linhas de política econômica alternativas às atuais, visando uma correção gradual, porém efetiva, das disparidades econômicas existentes e redução da dependência ao exterior".

Montoro Filho defende uma reorientação para a agricultura, baseada, principalmente, em pequenas e médias propriedades. No setor industrial, sugere a adoção de medidas que promovam a descentralização e a produção de bens de consumo popular. Recomenda o desenvolvimento e absorção de tecnologias mais adequadas às condições e aos recursos existentes no Brasil. Montoro Filho propõe uma revisão da política salarial e um exame mais profundo das verdadeiras causas da inflação.

Sugestões

Estas são suas principais recomendações para os diversos problemas da economia brasileira:

1 — Política Agrícola

"Uma das maiores distorções da política econômica no Brasil, nos últimos decênios, se situou na excessiva proteção à indústria, ao lado de um relativo abandono da agricultura. É inegável que era necessária a política de industrialização e nem de longe se quer aqui disputar as grandes conquistas e o progresso que advieram da criação e ampliação da indústria nacional. O que se está apontando é a excessiva concentração de estímulos

cais, crédito favorecido, proteção tarifária e outras vantagens, visando dar apoio às iniciativas industriais, enquanto pouco sobrou para as atividades agrícolas, que, além disso, foram penalizadas por tributos, confiscos, etc.

"Urge proceder à reorientação deste esquema de estímulos para o melhor aproveitamento do imenso potencial da agricultura brasileira.

"É necessário, entretanto, distinguir entre dois tipos possíveis de progresso agrícola. O primeiro seria o estímulo a grandes empreendimentos agrícolas ou pecuários, através de empresas agrícolas altamente capitalizadas e de gigantescas obras públicas de apoio. O segundo caminho seria o de fornecer incentivos para rentabilizar a atividade agropecuária realizada em pequenas e médias propriedades. O primeiro caminho, que infelizmente parece merecer preferência do Governo, é talvez de mais fácil implementação, além de fornecer dividendos políticos e de opinião pública muito mais visíveis. A inauguração de uma grande usina hidrelétrica é motivo de reportagens em jornais e revistas, enquanto a construção de dezenas de usinas menores para uso local e rural passa desapercebida do grande público.

"Em termos de benefícios sociais, entretanto, o retorno de investimentos e gastos públicos na promoção de empresas agrícolas de porte pequeno e médio, é, provavelmente, bem superior. O volume de emprego criado é maior e as necessidades de importação de máquinas e equipamentos menores. Com isso, se reduz o fluxo migratório para as grandes áreas metropolitanas, com impactos favoráveis, também, para os salários urbanos, e colaborando para uma melhor distribuição de renda."

2 — Política Industrial

"Na linha da política econômica adotada pelo Governo tem-se observado nítida tendência para a concentração da atividade industrial em um pequeno número de grandes empresas, em grande parte multinacionais ou estatais, localizadas em poucas áreas metropolitanas. Um único dado mostra este fato. O valor das vendas de, aproximadamente, quatro mil das maiores empresas brasileiras selecionadas pela revista Visão — "quem é quem na economia brasileira" — é cerca de seis vezes superior o valor das vendas das demais 800 mil empresas nacionais. A maioria absoluta destas empresas localiza-se no eixo Rio—São Paulo.

"Um argumento muito usado para justificar esta concentração e centralização é o da existência de economias de escala e economias de aglomeração. Afirma-se que grandes empresas são mais eficientes e mais facilmente controláveis pelas autoridades. A primeira asserção é parcialmente verdadeira para alguns poucos ramos industriais e para alguns processos produtivos específicos. De fato, existem indústrias que exigem um tamanho mínimo ou um volume mínimo de produção para serem eficientes. Mas, esta não é a regra geral nem justifica, na maioria dos casos, o gigantismo das empresas atuais. Pelo contrário, a literatura econômica, trabalhos empíricos e a experiência do dia-a-dia têm mostrado que, além de um certo tamanho, ao invés de se observarem economias de escala e de aglomeração, aparecem deseconomias de escala e aglomeração.

"Ou seja, o tamanho excessivo gera aumento de custos e perda de eficiência. O grande volume de empréstimos, a juros subsidiados, por parte dos organismos oficiais de crédito, a grandes empresas com severas dificuldades financeiras e justificados pelo interesse social em evitar seu fechamento, é um claro testemunho de que tamanho não significa imunização contra má gerência, dificuldades financeiras e perda de eficiência. Os custos de aglomeração são dramaticamente ilustrados pela área da Grande São Paulo, onde a gigantesca concentração populacional gerou e gera tremendos custos e problemas sociais e econômicos quase insolúveis, levando um ex-Prefeito (Figueiredo Ferraz) a clamar que "São Paulo precisa parar". Exemplo internacional destacado é a recente crise financeira que quase conduziu à falência da cidade de Nova York.

"De outra parte, os ramos industriais que exigem uma escala maior de produção são, geralmente, produtores de bens direta ou indiretamente consumidos por pessoas de renda mais alta, pois são produtos caros, com uma tecnologia de produção sofisticada, como é o caso dos bens de consumo duráveis — automóveis, eletrodomésticos, etc. A produção de bens de consumo popular, em geral, apresenta características diversas. As necessidades de capital, de máquinas, matérias-primas e tecnologia estrangeira são menores e o volume de emprego criado por unidade de investimento é maior. Esta "feliz" coincidência da produção de bens de consumo popular gerar mais emprego, deve ser a base de uma nova política industrial.

"Por estas razões, é necessária a adoção de medidas tendentes a uma vigorosa desconcentração da produção, estímulo à pequena e média indústria e incentivos para empresas produtoras de bens de consumo popular e agropecuárias, com o objetivo de gerar maior volume de emprego e, portanto, me-

mento de que um número pequeno de grandes empresas torna o controle mais fácil, pode-se perguntar quem, nesta situação, controla quem? É o Governo que controla as empresas ou as empresas que controlam o Governo?"

3 — Política Tecnológica

"Por inexistência de uma tecnologia adaptada às características nacionais, o Brasil se viu na contingência de importar técnicas e processos produtivos de países mais desenvolvidos. Ora, nestes, os problemas e necessidades são de outra ordem. Simplificadamente, a dotação de capital (máquinas e equipamentos) relativa à mão-de-obra e à terra é muito grande. O capital é abundante em relação a estes outros fatores. De outra parte, as necessidades básicas da população destes países já estão, em grande parte, satisfeitas. Dessa forma, a tecnologia "moderna" e o progresso técnico se orientam para encontrar processos produtivos que economizem mão-de-obra e terra e se voltam para a produção de bens de consumo sofisticados e de luxo, do tipo aparelhos de som quadrafônicos, televisão a cores, geladeiras onde se serve água gelada sem abrir a porta, sistemas de discagem telefônica direta via satélites, etc.

"Obviamente, não é disso que o Brasil necessita. Nossas prioridades são diferentes. Necessitamos de outros bens e outras técnicas, adaptadas à realidade e aos anseios nacionais. Para a efetiva implementação da política agrícola e industrial acima delineadas, é indispensável a criação de uma tecnologia nacional, tanto para a agricultura quanto para a indústria, a fim de proporcionar o suporte técnico ajustado às condições existentes no Brasil de hoje.

"Torna-se, então, necessário o estímulo a universidades e institutos de pesquisa, e propiciar condições para o desenvolvimento de pesquisas científicas que visem a criação e/ou adaptação de técnicas, processos e métodos condizentes com os recursos existentes e voltados para os problemas nacionais".

4 — Política Social — Salários, Habitação e outros

"As sugestões apresentadas até agora são direcionadas no lado da oferta, ou seja, visando alterações na estrutura produtiva. Para seu pleno êxito, devem ser complementadas por medidas no lado da demanda, para propiciar o poder de compra necessário à nova estrutura de produção. Nesse sentido, a política salarial deve ser revista, procurando-se recompor o valor real dos salários corroídos pela política adotada.

"O imposto de renda deve ser alterado, aumentada sua progressividade, especialmente através da tributação de rendas ou ganhos de capital, que hoje são praticamente isentos. Como se procurará descentralizar, geograficamente, a produção, o município terá novas e graves responsabilidades. É portanto, necessária alteração na estrutura tributária, aumentando a participação dos municípios na receita do setor público. Igualmente, se deverá estimular a política habitacional através de programas para construção de casas populares. Como o nível de renda de grande parte da população é baixo e o custo de construção elevado, é preciso que este programa envolva subsídios governamentais. Os recursos adicionais do imposto de renda mais progressivo poderiam ser utilizados para tal, cumprindo assim sua função social de redistribuição de renda.

"Esta série de medidas visam colaborar para o sucesso da política de reorientação da estrutura produtiva e, pode-se argumentar, constituem seu complemento natural".

5 — Inflação e Problemas Conjunturais

"O elenco de medidas apresentadas acima implica em substancial realocação de mão-de-obra e capital de alguns setores e regiões para outros, o que demanda tempo e envolve custos. Não é do dia para a noite que se transforma uma fábrica de televisão a cores em fábrica de sapatos. No processo de mudança, alguns setores terão que reduzir seu nível de atividade, enquanto que outros sofrerão excesso de procura. Esta situação pode gerar desempregos setoriais e pressões inflacionárias, enquanto durar o ajustamento. Assim sendo, as autoridades precisarão tomar medidas para combater estes problemas. Entre estas, pode-se apontar a política de controle de preços, programas de orientação e retreinamento de mão-de-obra, política de crédito e tarifas, como fundamentais para a redução dos custos sociais, de curto prazo, decorrentes do processo de mudança.

"Não acreditamos, entretanto, que estes custos sejam demasiados, mesmo porque se estará, ao mesmo tempo, estimulando a produção. É preciso frisar que, quanto maior for a velocidade de mudança, maiores serão os desequilíbrios setoriais e regionais de curto prazo e, portanto, os custos sociais,

Alteração no serviço de fiança é discutida

A Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (Abadi) está debatendo um documento da Associação Gaúcha de Empresas do Mercado Imobiliário (Agaden), que apresenta uma série de críticas e de propostas de modificações do atual regulamento do serviço de fiança da Caixa Econômica Federal.

O documento da Agaden foi entregue ao presidente em exercício da Abadi, Paulo Vitor da Costa, e está sendo analisado por um grupo de empresários do setor. A entidade de classe, que congrega 46 firmas de administração de imóveis no Estado do Rio de Janeiro, considerou, recentemente, a fiança da Caixa desinteressante para os proprietários de imóveis.

Críticas

Carlos Leonardo, diretor da Auxiliadora Predial, uma das principais empresas administradoras do Rio de Janeiro, afirmou, ontem, que concorda basicamente, com as críticas feitas à fiança da CEF. Para ele, o "problema principal é a limitação da fiança a **três** meses e a falta de garantias para os possíveis danos causados pelo locatário".

Na opinião da Abadi, a fiança para aluguéis pode transformar a Caixa Econômica na maior administradora do Brasil, criando uma tendência estatizante no mercado.

O documento da Agaden não foi ainda divulgado, mas empresários do setor consideram que ele trará novos elementos à discussão, sobretudo na parte relativa às propostas.

O empresário Carlos Leonardo disse que o movimento de locatários interessados na fiança da Caixa foi, até o momento, praticamente nulo na sua empresa. Ele explicou que a Predial só trabalha, praticamente, com imóveis de elevados aluguéis, e que a faixa de renda dos pretendentes é compatível com os preços cobrados.

Para o diretor da empresa administradora esse tipo de clientela é o que explica o escasso movimento de pretendentes ao serviço de fiança da Caixa. A maioria dos locatários da empresa são funcionários intermediários de firmas nacionais e estrangeiras, e suas fichas dispensam, em muitos casos, a exigência do fiador.

O gerente da agência Almirante Barroso da CEF, José Carlos, disse que o movimento de pretendentes à fiança continua intenso. Segundo ele, a agência conta atualmente com oito funcionários para atender o movimento de informações e pedidos.

José Carlos afirmou que está atendendo, pessoalmente, cerca de 50 pessoas por dia e calculou o movimento diário em 150 pretendentes. Explicou ainda que a CEF esá exigindo do proprietário do imóvel um comprovante de propriedade, que pode ser tanto a promessa de compra e venda registrada, como a escritura.

Para ele, os principais problemas registrados até o momento são: 1) a dificuldade dos setores de renda mais baixa em encontrar imóveis compatíveis com suas rendas, um problema muito comum para os pensionistas; 2) muitos pretendentes possuem renda familiar real boa, mas muitas vezes não conseguem comprová-la, porque ela inclui biscates.

José Carlos afirmou também que muitos pensionistas estão enfrentando problemas de baixa renda e que a Caixa não aceita como renda a pensão obtida por via judicial, tal como a pensão alimentícia que recebem as mulheres desquitadas.

O gerente de operações da CEF, José Freitas Ligiero, disse que a agência Copacabana vai assinar mais um contrato nos próximos dias e que o terceiro contrato de Madureira está praticamente pronto. "Nos outros Estados — acrescentou — não há ainda novidades."

PROMON ENGENHARIA S. A.

comunica a mudança de seus escritórios
no Rio de Janeiro para:
Praia do Flamengo n.º 154
Telefone: PBX **205-0112**

Para você que já conhece IOB

Para você que já conhece IOB e sabe que é a melhor e mais experiente organização de assessoria empresarial do Brasil, que há 10 anos se dirige aos chefes de pessoal, contadores, advogados, economistas e empresários, orientando, esclarecendo e solucionando todos os problemas referentes a assuntos fiscais.

Para você que já conhece IOB e sabe que, diariamente, os textos completos da nossa legislação são publicados no Diário Legislativo IOB - o dia-a-dia das leis.

Para você que já conhece IOB e sabe que de 10 em 10 dias é editado o boletim jurídico mais bem cuidado do Brasil.

Para você que já conhece IOB e sabe que o Plantão Informativo IOB possui uma equipe com mais de 50 especialistas ao seu serviço, e que a Consultoria Eletrônica está ao seu dispor 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Para você que já conhece IOB e sabe que os Cursos IOB de Legislação Empresarial são práticos, objetivos e indispensáveis ao currículo de homem de empresa.

Para você que já conhece IOB e sabe que a Mesa-redonda IOB - onde você discute seus problemas com quem sabe resolvê-los - é uma idéia pioneira na orientação das empresas.

Para você que já conhece IOB e sabe que as Edições e Livrarias IOB são necessárias ao seu trabalho de homem de empresa.

Para você que já conhece IOB e ainda não fez sua assinatura, por pensar que é uma publicação cara, é que lançamos esta campanha especial: comemorando o seu 10º aniversário, IOB oferece a você uma oportunidade única em 10 anos - fazer sua assinatura por preço especial, muito abaixo da tabela oficial. É fazendo a sua assinatura do complexo de serviços IOB, que você já conhece, que você recebe 8 luxuosas pastas plásticas, para arquivamento dos Boletins e do Diário Legislativo, Índices mensais, trimestrais, semestrais e anual de toda a matéria publicada. E, ainda, você escolhe a data que mais lhe convier para pagar.

Para você que já conhece IOB e sabe que agora é a melhor hora para fazer a sua assinatura para 1978, basta preencher e remeter o cupom abaixo.

EMPRESA: ....
AT. DO SR.: ....
END.: .... CEP: ......
FONE: .... CID.: .... EST.: ......

20000 - Rua Goiânia, 38 (Andaraí) - Caixa Postal 25.001 ZC 11 - Tels. (021) 200-9492 - 288-7280 (PBX) - Rio de Janeiro - RJ

30000 - Rua Oscar Trompowski, 616 (Gutierrez) - Caixa Postal 1.616 - Tel.: (031) 332-7811 - Belo Horizonte - MG

IOB informações objetivas

ANEXO PP

Virgílio Távora: modelo não é responsável pela concentração

O Senador Virgílio Távora considera uma injustiça atribuir ao modelo econômico a responsabilidade pela concentração de renda no Brasil, tanto em termos sócio-econômicos como geográficos. Para ele, a centralização dos investimentos no Centro-Sul, foi favorecida por uma razoável infra-estrutura econômica lá existente. O agravamento da concentração em nível social, a seu ver, deve-se à alteração da distribuição horizontal da população, produzida pelo rápido processo de urbanização.

Já o Secretário-Geral da Arena, Nelson Marchezan, admite que o modelo econômico exibe desequilíbrios na distribuição da renda, tanto a nível geográfico como social, mas essas distorções podem ser corrigidas sem alterações fundamentais no modelo.

Na opinião do Senador do MDB, Roberto Saturnino, a principal causa da concentração está no próprio modelo econômico e só a mudança desse modelo viabilizará a solução do problema. Entre os fatores que favorecem a concentração, o Senador da oposição destaca o tratamento que se dispensa aos ganhos de capital e a ausência de uma reforma agrária que, na sua opinião, ainda não saiu do plano das intenções.

BRASÍLIA (O GLOBO) — Para o Senador Virgílio Távora (CE), vice-líder da Arena, responsável pela defesa da política econômica do Governo no Congresso, o processo de concentração de renda existe no Brasil, "mas atribuir ao atual modelo econômico brasileiro a responsabilidade por esse problema não parece uma resposta justa".

A concentração, tanto em termos sócio-econômicos como geo-econômicos, segundo Távora, "resulta de forças autônomas, mobilizadas nos centros concentradores: o Centro-Sul do País e principalmente São Paulo".

"O agravamento da concentração de renda em termos geo-econômicos ocorreu porque o processo de industrialização brasileiro mostrou efetivamente uma tendência a centralização dos investimentos no pólo Centro-Sul, onde existia, graças a monocultura do café, uma razoável infra-estrutura econômica.

Essa infra-estrutura se caracterizava, frisou, por "uma maior poupança local e existência de mão-de-obra qualificada, fruto da imigração". Entretanto, prosseguiu, "é inegável o esforço descentralizacionista do Governo brasileiro a partir de 1970".

Causas do agravamento da concentração a nível social, disse o senador, "estão antes de tudo na distribuição alterada da população, provocada por uma rápida expansão urbana". Essa situação, acrescentou, ainda sofreu as consequências "do processo de industrialização na década de 50, com a substituição da importação de bens de consumo duráveis".

A política econômica do Governo Geisel, entretanto, tem como uma de suas diretrizes, de acordo com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, exatamente a descentralização. Da noite para o dia não se poderia corrigir desequilíbrios que vinham de longe, através de um processo histórico, mas não há como negar que os primeiros sinais de uma reversão já são visíveis.

A Indústria do Nordeste, por exemplo, afirmou o senador, citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes aos anos de 1974/75, "já apresenta crescimento mais acentuado que o do Centro-Sul". O mesmo, salientou, "ocorre em outros locais, fora daquele pólos, como é o caso de Minas Gerais, com índices de crescimento em torno de 20 por cento".

DISTORÇÕES

— O deputado Nelson Marchezan, secretário-geral da Arena, disse que "o modelo econômico brasileiro realmente apresenta algumas distorções, alguns desequilíbrios, em relação a distribuição de renda, tanto a nível social como a nível geográfico, mas o objetivo do governo, representado pela dinâmica política, econômica e social, é exatamente o de eliminar esses problemas".

Para Marchezan, autor de um projeto de lei, no ano passado, e proposta de uma emenda constitucional, este ano, visando à solução de problemas ligados ao processo de concentração de renda, "a prática aperfeiçoar alguns mecanismos de distorção de renda, evitando-se problemas sociais".

— Entretanto, devemos procurar mecanismos que viabilizem soluções para a concentração de renda sem com isso comprometer os grandes objetivos da política econômica adotada pelo Governo, que pretende transformar o Brasil em uma nação desenvolvida, industrializada, capaz de competir de igual para igual com as grandes nações do mundo.

Assim, frisou, "não basta simplesmente erguer salarios — embora isso no momento seja necessário — porque uma medida isolada não resolveria a situação". Se essa solução fosse a mais adequada, disse, "o Allende não teria caído, no Chile, e o partido trabalhista inglês não estaria aprovando programas de controle salarial, como está fazendo".

Nelson Marchezan, em seu projeto que estabelece normas para a descentralização industrial, com o apoio de isenções e redução de tributárias, benefícios e incentivos fiscais, e facilidades creditícias, afirma que o processo de centralização administrativa e industrial, verificado no Brasil "está retardando o desenvolvimento nacional, porque promove desigualdades regionais e amplia as distorções sociais provocadas pela crescente urbanização".

Solução é mudar modelo, diz Senador

Na opinião do vice-líder oposicionista Roberto Saturnino (MDB), economista, "a solução para o problema da concentração de renda, que vem se agravando consistentemente no Brasil, está, em última análise, na mudança do modelo econômico adotado pelo Governo, porque as principais causas do fenômeno estão dentro desse modelo".

O senador frisou que as causas determinantes do problema "continuam atuando, o que vai ficar demonstrado no censo de 1980, quando ficará revelado um aprofundamento do processo de concentração de renda, tanto em termos sociais como geográficos".

— Assim é que a política salarial, apesar de um ensaio de revisão em 1975 e 1976, voltou a retirar poder aquisitivo da classe trabalhadora. Nessa mesma área, o poder de reivindicação dos sindicatos continua anulado pelo excessivo controle governamental, e, enfim, pela ausência de liberdade.

Por outro lado, prosseguiu, "os índices de desemprego e sub-emprego crescem constantemente, devido à falta de uma política de investimento voltada para os setores empregadores de mão-de-obra. E o sistema tributário nacional continua altamente regressivo, com uma forte preponderância dos impostos indiretos".

Para Saturnino, "o tratamento dado aos ganhos de capital é extremamente benevolente, o que precisa ser urgentemente modificado". Além disso, frisou, "a reforma agrária nunca saiu da intenção, e essa medida seria indispensável caso se pretendesse realmente resolver o problema da concentração".

— Por todas essas razões, pela atuação do conjunto desses fatores, é óbvio que a renda continua se concentrando. Esses fatores atuam também a favor da concentração espacial ou geográfica da renda, na medida em que a minoria que se apropria da maior parte dos frutos do crescimento econômico está localizada precisamente nos Estados de renda mais alta.

Essa correlação, entre os desníveis sociais e espaciais de renda, segundo o vice-líder, "existe e bem forte, bem estabelecida, tanto que, para muitos economistas, a melhor maneira de se atacar eficientemente o problema das disparidades regionais de renda — o caso do Nordeste, por exemplo — é implementar uma política eficaz de distribuição de renda a nível social, atacando diretamente o problema da pobreza".

O oposicionista disse ainda que é necessário ressaltar, dentro das causas da manutenção do processo de concentração de renda, "o próprio quadro político geral do País: o autoritarismo, a asfixia nos canais de circulação das demandas políticas e das reivindicações de modo geral, situação que gera um clima propício à exploração".

— O processo de concentração de renda existente no Brasil, atualmente, pode levar a um agravamento das tensões sociais, dos conflitos potenciais dentro da sociedade, tornando mais problemático o funcionamento de um regime democrático, e, por outro lado, a um agravamento do problema da dependência externa, que se traduz no endividamento crescente e perigosíssimo que envolve a economia nacional.

Isso ocorrerá, de acordo com o vice-líder, "porque a concentração de poder aquisitivo em uma percentagem pequena de grupos de altas rendas produz uma exacerbação do fenômeno do consumo ostentatório, supérfluo, que é altamente prejudicial em termos de importações". Se a renda nacional fosse distribuída mais equitativamente, argumentou, "a demanda de automóveis, produtos sintéticos e artigos de luxo seria reduzida, aumentando a de produtos primários, produzidos internamente".

Assim, disse, "poderíamos ter hoje o mesmo produto global, com uma pressão muito menor sobre o balanço de pagamentos".

— Essas são as duas conseqüências principais, das quais derivam inúmeras outras. Para evitá-las, teria que ser adotada uma política de desconcentração que atacasse, um a um, todos os fatores que provocam o fenômeno, o que obviamente importaria em uma mudança do modelo econômico.

Às principais medidas, dentro de uma política de desconcentração, deveriam ser, segundo Saturnino, a adoção de uma política salarial mais justa, acompanhada pela liberalização da ação sindical; a adoção de uma política de emprego que orientasse os investimentos para áreas que simultaneamente são empregadoras de mão-de-obra e produtoras de bens de consumo básicos, como agricultura, indústria de confecção, e outras; efetivação da reforma agrária, observadas as particularidades de cada região, o que significa dar prioridade ao Nordeste e ao Centro-Oeste, onde os problemas de terra são mais graves; e realização de uma reforma tributária, elevando o peso dos tributos diretos e reduzindo o peso dos impostos indiretos (ICM, IPI).

Fica assim patenteado, para o senador do MDB, a necessidade de uma alteração do próprio modelo econômico, inclusive porque, em seu ponto de vista, "qualquer medida adotada isoladamente, como o governo vem fazendo, não tem a profundidade necessária para alterar significativamente o quadro".

Atas balanços editais assembléias avisos mudanças de telefones,

CBEE
NOVA MESA TELEFÔNICA PABX

A COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA comunica que, a partir de 19 deste mês, estará em operação a nova mesa telefônica, instalada em seu Escritório Central, à Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 517, em Niterói:

719-7171 – PABX

Paralelamente, continuarão em funcionamento as antigas mesas 719-1010 e 719-5252.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA
uma empresa maior para servir melhor

Itaú Banco Itaú S.A.

Amanhã, mais uma agência

Brasília/Setor Comercial Sul
SCS-Quadra 04 - Bloco A - Loja 68

Ofertas Philco em ritmo de chorinho.

TV PHILCO B-819. (17") 43 cm. Portátil dotado de Tecla AFT, para ajuste automático de sintonia fina. O TV a cores mais vendido no Brasil, na medida certa do seu orçamento e do seu espaço.

TV PHILCO B-364. (12") 31 cm. O portátil na sua melhor forma. Funciona em 110/220 volts, ou ligado à bateria de 12 volts. Máscara fumê. Giratório.

RÁDIO RELÓGIO DIGITAL B-302. PHILCO. Com AM/FM. A maneira moderna de dormir e despertar com música.

PHILCO
De Fama Mundial e de Qualidade
PontoFrio
Bonzão
é coisa nossa

TV PHILCO B-825. (25") 51 cm à cores. O maior show da televisão brasileira. O mais completo automatismo até hoje conseguido em televisores. Com seletor digital eletrônico de canais. Som frontal de clareza absoluta. Totalmente transistorizado.

TELEJOGO PHILCO. Divertimento ideal para toda a família, você mesmo liga no seu televisor, em preto e branco ou em cores.

TV PHILCO B-141. (14") 61 cm. Tela retangular, visão total. Controles deslizantes.

ANEXO QQ

● As medidas adotadas e a serem implantadas com o objetivo da fazer cumprir a Resolução nº 14 do CDE que regula a política de desconcentração industrial serão explicadas hoje, em Belo Horizonte, pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e Comércio, em conferência na Associação Comercial de Minas.

O Ministro vai à capital mineira receber o título de "Personalidade Destaque do Setor Público", de 1978, concedido pela ACM, além da conferência, manterá contatos com empresários e com o Governador Ozanan Coelho.

PANORAMA ECONÔMICO

A primeira reunião do setor químico da ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comércio), no Brasil, começa em Salvador. O Ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, e o Governador baiano, Roberto Santos, participarão da solenidade de abertura da reunião setorial.

O Brasil tem grande interesse nessa reunião, porque com a entrada em operação do Pólo Petroquímico do Nordeste, em Camaçari, há possibilidade de exportar uma quantidade maior de produtos petroquímicos. O depósito compulsório de igual valor a mercadoria importada pelo prazo de 360 dias (Resolução nº 354) é, entretanto, um obstáculo permanente para o Brasil conseguir vantagens comparativas junto aos países latino-americanos.

Paralelamente à reunião da ALALC, que se prolongará até o final da semana, o Instituo Petroquímico Latino-americano (IPLA) realizará também em Salvador, no Othon Hotel, a primeira reunião de seu Diretório. O presidente do IPLA — criado recentemente — é o argentino José Villa, e o primeiro vice-presidente é o brasileiro Ronaldo Miragaya, diretor da Petroquisa. O quadro de associados do IPLA é formado, basicamente, por empresas petroquímicas latino-americanas, e nessa primeira reunião será apresentado um balanço da oferta e da demanda de produtos petroquímicos básicos e intermediários na América Latina.

A visita ao Pólo de Camaçari é programa certo para os participantes das duas reuniões.

●●●

O presidente da Sondotécnica, Jaime Rotstein, um dos conferencistas do painel sobre a utilização do álcool como combustível a ser realizado hoje no Clube de Engenharia, tem idéias que fogem totalmente ao conservadorismo da atual política energética brasileira, conforme ele próprio reconhece.

Defensor de um programa mais dinâmico para o aproveitamento do álcool, ele acha que deve ser criado uma entidade com projeção maior do que o Centro Tecnológico da Aeronáutica para promover a pesquisa. Considera, também, que os grandes investimentos a serem aplicados na nova programação poderiam ser obtidos com a redução da exploração petrolífera, cujos investimentos nos próximos quatros anos estão estimados em Cr$ 5,4 bilhões. Rotstein acretia que outros recursos deveriam ser retirados de projetos de irrigação. Alguns desses projetos, argumenta, têm baixo rendimento social e só florescem a custos inacreditáveis.

Jaime Rotstein, que há dois meses fez exposição na Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou o retardamento do programa do álcool, diz que uma nova etapa de dinamização tem necessariamente que arregimentar todos os cidadãos brasileiros.

● Mantida a atual tendência de expansão industrial na região metropolitana de Belo Horizonte, com índice superior a 10 por cento ao ano, sua população até 1990 será de cinco milhões de habitantes. Com isso, a participação no total do Estado, hoje da ordem de 18 por cento, passará para 31 por cento até aquele ano. A Cemig, dentro de 12 anos, estará atendendo um milhão de consumidores na região metropolitana.

A previsão foi feita pela Superintendência de Distribuição Metropolitana da empresa, que acusou índices expressivos de crescimento, no último triênio, em alguns municípios como Betim, Vespasiano e Santa Luzia, com 25 por cento, enquanto Contagem e Sabará apresentaram 18 e 11 por cento, respectivamente.

Para desempenhar suas atividades de forma a atender o desenvolvimento da área, oferecendo uma prestação de serviços adequada, a Superintendência Metropolitana da Cemig conta com uma organização composta de sete órgãos, de assesoria e departamentos, inclusive com um setor específico para o atendimento de consumidores. A base de operação da Superintendência, com um contingente de 1.378 funcionários, uma frota de 236 veículos ocupa uma área de 100 mil metros quadrados e a Cemig mantém plantão nas 24 horas do dia, em três turnos, com equipes de rondas em vigilância permanente para executar serviços de rotina e emergência do sistema.

Concentração de renda em debate

1 O presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, Pedro Malan, afirmou na ESG que "existe uma tendência, em certos arraiais acadêmicos provincianos, em procurar caracterizar uma interpretação teórica como a correta e todas as outras como incompatíveis com "a boa teoria econômica" ou, pior, movidas por inconfessáveis propósitos políticos".

Comentando a teoria de Carlos Langoni, "cuja interpretação peculiar infelizmente foi transformada na interpretação oficiosa para a questão da renda", disse Malan:

— Não me parece legítimo associar qualificação de mão-de-obra a anos de escolaridade formal. Também não parece razoável supor que se possa reduzir toda a discussão sobre a distribuição de renda no Brasil — que inclui todos os rendimentos de propriedade — a uma discussão sobre deslocamentos relativos de curvas de oferta e demanda no mercado de trabalho. Não se tem nenhuma garantia, nenhuma evidência, nenhuma informação precisa acerca desses deslocamentos. Na verdade, temos apenas informações sobre salários pagos e é com base nessas variações salariais que se está inferindo, postulando.

Malan discordou ainda da teoria de Langoni na questão do papel da idade e do sexo relativamente aos baixos rendimentos. Segundo o Presidente do Ierj, a desigualdade de renda deve ser atribuída antes "a certas formas hierárquicas de se organizar socialmente a produção dentro de firmas".

Ele disse ainda que o fato de Langoni considerar "natural" o aumento da concentração em um processo de crescimento econômico acelerado, e para isso utilizar exemplos de países capitalistas avançados (que teriam passado pela mesma coisa), é, "no mínimo, forçar a questão numa direção apologética", pois não se pode transferir "uma experiência secular (dos países desenvolvidos) para a experiência de uma década no Brasil".

Para Malan, a desigualdade na distribuição da renda deve, na verdade, ser imputada ao modelo econômico que a gera.

2 *Respondendo indiretamente a Malan, o economista Carlos Langoni afirmou na ESG (apenas dois dias depois da conferência do Presidente do IERJ):*

"Já se torna cada vez mais difícil aceitar posições simplistas e extremadas, tais como a de que o aumento observado na desigualdade relativa da renda entre 1960 e 1970 tenha sido conseqüência de um objetivo deliberado das políticas postas em prática após 1964, ou mesmo um ingrediente indispensável do modelo de crescimento então adotado. Não é possível, tampouco, sustentar a previsão apocalíptica de que a tendência à concentração de renda seja inerente ao sistema de mercado e impossível de ser revertida, levando fatalmente a conflitos sociais e à estagnação econômica".

Langoni, apesar de não duvidar que o crescimento econômico tem permitido incorporar um fluxo crescente de indivíduos ao mercado de trabalho, acha que a entrada da mão-de-obra no mercado, com salários baixos, deve ser atribuída "à sua baixa qualificação" (leia-se estudo formal)" e pouca idade." Para ele, "em função da grande mobilidade social do País," o tempo de permanência desses novos trabalhadores nas faixas mais baixas de salários (Leia-se mínimo) é pequeno. Ele considera que "o acesso à educação irá, em grande parte, definir os canais de mobilidade vertical, permitindo o deslocamento mais rápido dos indivíduos ao longo do espectro de renda".

Recuperação do Pacto Andino

Começa amanhã em Bogotá a reunião dos presidentes da Bolívia, Equador, Venezuela e Colômbia, além de uma delegação do Peru, com o objetivo de conseguir uma recuperação definitiva do Pacto Andino. O encontro de estadistas foi marcado para essa data porque assim já contará com a presença do novo presidente colombiano, Julio Cesar Turbay Ayala.

Os presidentes Carlos Andres Perez, da Venezuela, Alfredo Poveda, do Equador, e Juan Pereda, da Bolívia, devem chegar hoje à Bogotá, sendo recebidos pelo Presidente que está deixando suas funções, Alfonso López Michelsen. Em seguida, assistirão à posse de Turbay Ayala, com quem se reunirão amanhã no palácio presidencial de San Carlos.

MIRANTE

● Começa na próxima quarta-feira, em Goiânia, o painel de debates sócio-econômicos sobre o Centro Oeste, promovido pela Confederação Nacional do Comércio. Segundo o coordenador, Flávio Maranhão, está acertada a participação dos governadores de Brasília, Goiás e Mato Grosso, além do presidente da Binacional Itaipu, Costa Cavalcanti, Carlos Langoni (economista) e o Ministro Shigeaki Ueki. Anteriormente, a CNC promoveu painés sobre Amazônia e Nordeste.

● O presidente da Petrobrás, Araken de Oliveira, admitiu que o novo programa naval contará com maciças encomendas de navios da empresa estatal. A Petrobrás possui 2,4 milhões de toneladas em navios o que é apenas 20 por cento de sua capacidade de transporte, e, por isso, gasta, anualmente, cerca de US$ 300 milhões em divisas para o pagamento do afretamento de navios estrangeiros.

Produção de vinho melhora com incentivo do BNDE

Embora o brasileiro seja um dos menores bebedores de vinho do mundo, consumindo em média apenas dois litros per-capita por ano, contra 88 dos argentinos e 170 dos franceses, melhoram as perspectivas de crescimento da produção de vinhos depois do apoio do BNDE às indústrias vinícolas e depois das pesquisas e experimentações — abertas aos produtores — feitas pela Embrapa em reforço a uma expansão natural do setor.

Até 1974, 85 por cento das videiras de todo o País eram do tipo híbrido, denominado uva americana, mais resistente ao clima tropical, e que não exige podas ou sulfatagens freqüentes, mas que só dá origem a vinhos comuns. Atualmente, o percentual já caiu para 72 por cento, o que indica rapidez na substituição de uvas de baixa qualidade por outras de porte mais nobre.

A Embrapa fez um mapeamento das regiões do Sul do País, indicando aos produtores os locais mais adequados, e montou no município de Bento Gonçalves, o maior produtor de uvas no País (115 mil toneladas anuais), um núcleo de experimentação que presta esclarecimentos técnicos, substituindo aos poucos o empirismo secular no trato das videiras.

Para isto, a empresa conta com o apoio do BNDE e seu trabalho seria de todo válido se atingisse também os pequenos fabricantes, cujos produtos continuam ignorados.

Esse esquema de apoio pode ser considerado ainda como tímido, se levado em conta o fato de que uma transformação radical na viticultura brasileira — quase totalmente gaúcha — ou seja, a substituição de uvas americanas por européias levará no mínimo 10 anos.

Mesmo assim, a expansão dos vinhos brasileiros dentro do próprio país demonstrou que a propalada má qualidade dos produtos nacionais não é de todo real, havendo mais uma atitude preconceituosa incentivada por marcas importadas.

No ano passado, o Brasil já produziu 195 milhões de litros de vinhos, sem contar com os licorosos, sucos de uva, borra e vinagre. Esse total corresponde a um crescimento de 2 por cento em relação a 1976. O Rio Grande do Sul participa com 85 por cento da produção. Os vinhedos ocupam uma área total de 70 mil hectares, sendo mais de 50 por cento no Estado.

Apesar de a cultura do vinho só começar a ser rentável a partir do quarto ou quinto ano, sendo portanto, uma atividade de onerosa, um incentivo especial foi a redução do IPI de 20 para 10 por cento, em 1976. Além da fixação dos preços mínimos para o produto pela Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul e da inclusão da uva entre as culturas financiadas pelo Banco do Brasil.

A situação atual das cooperativas vinícolas também é confortável, já que elas vêm conseguindo creditar o pagamento das safras entregues pelos seus associados antes do prazo normal. O fato é ainda mais significativo, levando em conta que as cooperativas são responsáveis por 38 por cento da produção gaúcha.

O consumo do vinho no Brasil, em 1976, — segundo dados da revista "Planejamento & Desenvolvimento" — entre o nacional e importado, foi de aproximadamente 215 milhões e 605 mil litros. Nesse ano, segundo dados da Cacex, foram importados — principalmente da Argentina e do Chile, 1 milhão e 951 mil litros, totalizando US$ 3 milhões e 884 mil. No ano passado, somente nos meses de janeiro a março a Cacex autorizou a importação de 291.618 litros, tendo sido importado cerca de um milhão de litros durante todo o exercício. São Paulo absorve toda a sua produção vinícola e a do Estado de Santa Catarina, mais 47,9 por cento de vinhos do Rio Grande do Sul, alcançando um consumo per capita de 5,5 litros/ano, superior até mesmo ao consumo deste último.

Os grandes concorrentes do vinho nacional não seriam, no entanto, os vinhos estrangeiros, e sim, outras bebidas fabricadas no País, principalmente a cerveja e a cachaça. Há, no entanto, segundo a revista "Planejamento & Desenvolvimento", uma grande contradição que se refere às estatísticas referentes aos dois produtos. Admite-se um consumo anual de 1 bilhão e 500 milhões de litros de cerveja por ano e de 1 bilhão e 200 milhões de litros de pinga. É necessário, no entanto, acrescentar ainda o consumo de uísque, também controvertido, em função da quantidade razoável que entra no País, sem registro.

Diariamente, em O GLOBO, noticiário sobre EDUCAÇÃO

FISK · INGLÊS
ADULTOS - CRIANÇAS
Inscrições abertas p/ bolsas de estudos.
COPACABANA
R. Edmundo Lins, 12

MARLIM S/A. —
MÁQUINAS E IMPORTAÇÕES
MARLIM COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
TR-MARLIM Internacional de Comércio Ltda.
COMUNICAM A MUDANÇA DE TODOS OS SEUS TELEFONES PARA O NÚMERO SERIADO:
221-6700
EDMUND BEIM, ROBERTO O. SANT'ANNA, SÉRGIO A. M. MESQUITA
DIRETORES

ALUGA-SE
PARA BANCOS E FINANCEIRAS
Cinco lojas (com área total de 330 m2) com subloja (área total de 300 m2) no centro bancário da cidade, em edifício de altíssimo luxo, com frente para 3 ruas. Tratar com Dr. Ronald pelo tel.: 275-3196, horário comercial.

Ao optar por um fundo 157, investigue sua carteira de ações.

O Fundo Crescinco 157 do Unibanco reúne ações de 89 das mais sólidas e rentáveis empresas.

INFORMAÇÕES DA RESOLUÇÃO 470, DE 25.04.78, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

1. Rentabilidade

Exercício	No exercício %	Acumulada	
		Inversão feita há	%
1968	61,0	10 anos	847,3
1969	96,2	9 anos	564,3
1970	18,1	8 anos	227,2
1971	76,6	7 anos	177,7
1972	(41,0)	6 anos	57,2
1973	4,5	5 anos	166,4
1974	(3,9)	4 anos	155,4
1975	30,0	3 anos	165,1
1976	38,9	2 anos	104,1
1977	46,9	1 ano	46,9
1978 (1º sem.)	26,9	—	—

Obs. As variações negativas são apresentadas entre parênteses

UNIBANCO

ANEXO RR

2.º CLICHÊ

Delfim diz que greve é saudável e pede melhor distribuição da renda

"A distribuição de renda é má e temos que fazer maior esforço para melhorá-la. O que aconteceu no Brasil é que entre 1960 e 1970 todos melhoraram, principalmente os que estavam mais preparados. Isso os distanciou enormemente dos trabalhadores manuais. Mas isso é uma dificuldade passageira, que já está sendo corrigida. Mas não há forma de melhorar a distribuição de renda a não ser a de crescermos rapidamente, porque é a única fórmula politicamente de tornar aceitável as modificações que têm que ser feitas. Isto é, se a economia está crescendo depresaa, você pode alterar o perfil de distribuição de renda sem que ninguém se sinta prejudicado. Fora disso, é confronto".

Estas opiniões foram manifestadas, ontem, pelo ex-Ministro da Fazenda, Delfim Netto, em palestra proferida a convite do presidente da Embratel, Haroldo Correa de Mattos, no ciclo de conferências "Problemas de nosso tempo e a realidade brasileira", promovido para os funcionários de nível superio da Embratel.

— Não creio — acrescentou — que o salário seja a maior fonte de inflação. Não há nenhuma indicação a respeito disso. Quando nós estamos num processo agudo, como o atual, os grupos que ganham menos têm que se movimentar. Quando acontece o que aconteceu em São Paulo, não devemos achar que a greve é uma manifestação de doença. Ela é uma manifestação de vitalidade, de saúde. A primeira participação do operariado depois de 14 anos. Essas manifestações têm que ser saudadas como restabelecimento da saúde do operariado nacional. Não creio que o salário hoje seja causa de inflação. Pelo contrário: há sérias dúvidas de que o salário seja mais vítima do que causa da inflação, principalmente entre as classes de menor renda."

CRESCIMENTO

Alguns trechos da palestra do ex-Ministro:

— No Brasil se investe hoje, em números grosseiros, 17 ou 18% do produto nacional na expansão de nosso crescimento. No período 69/73 investimos coisa parecida a 25% do produto. Isso dá a diferença das taxas de investimento. Ela é explicada — repito que aqui em números grosseiros — por variações, praticamente, no nível de investimento.

— "Nenhum país pode crescer, a não ser que ele obedeça a esta regra fundamental, não importa o regime em que ele se encontre: ele tem que reconduzir uma parcela importante do produto para o estoque de capital como investimento e ele tem que aumentar a eficiência do capital de que dispõe".

— A centralização econômica é um impedimento muito importante para a abertura política. Mas o sistema de economia descentralizada não garante uma boa distribuição de renda.

O desenvolvimento tem limitações de natureza técnica e física, que não há política que possa superar.

— Em primeiro lugar — acrescentou — há uma ligação razoavelmente estreita entre o nível do produto e o nível de importações. Se examinarmos o Brasil veremos que existe uma relação razoavelmente estreita entre o nível de produto de cada ano e o nível de importação, e não é possível alterar muito essa relação: se pode fazer programas tentando mudar a posição da curva, mas ela não muda com muita rapidez. Há portanto uma restrição de caráter técnico entre produto e importação. Se nós aceleramos o crescimento, necessáriamente, crescem as importações. Não há portanto possibilidade de acelerar o crescimento sem que isso ocorra. Você pode fazer isso por um ou dois anos, mas num prazo um pouco mais longo a relação se restabelece.

O processo de desenvolvimento só se realiza através de uma diversificação da estrutura da demanda. Isto é a medida em que ele vai se realizando, a demanda de bens de serviço vai se diversificando. É exatamente essa diversificação que gera os estímulos para diversificar a estrutura primitiva. Inicialmente, você tem uma expansão que gera uma importação, que cria uma possibilidade de uma produção interna. Os agentes internos superam essa importação produzindo internamente, gera-se mais renda, cresce o produto de novo, a importação cresce outra vez e cresce nova oportunidade de produção interna, e assim por diante.

— Ao longo do processo, o processo é portanto de desequilíbrio. O processo não é de equilíbrio. Num processo de desenvolvimento, o equilíbrio significa a morte. O equilíbrio significa a estagnação.

Em seguida, Delfim Neto respondeu às perguntas das pessoas presentes. A respeito do controle populacional para melhorar a distribuição de renda, disse: "É claro que uma redução da taxa de natalidade ajudaria a resolver os nossos problemas, mas é claro também que esse desejo não é realizável.

Bancários não chegam a acordo com a Fenaban para um aumento de 60%

Não se chegou a nenhum acordo na reunião realizada na tarde de ontem, entre o Presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Theóphilo de Azeredo Santos, e representantes de diversos sindicatos de bancários do Estado do Rio e Espírito Santo, que querem um aumento salarial de 60 por cento, além do abono já concedido de 20 por cento.

Os bancários apresentaram um anteprojeto de acordo salarial para 1978/1979 com trinta itens, vários deles referentes à aumento salarial, e desejam discuti-lo ponto por ponto. O Presidente da Fenaban, que deveria fazer uma contraproposta, não o fez, alegando só ter tomado conhecimento das reivindicações pouco antes da reunião, mas observou que os banqueiros "preferem conceder um aumento salarial acima do índice decretado pelo Governo, que discutir tantas cláusulas".

Participaram da reunião o presidente da Federação dos Bancários do Estado do Rio e Espírito Santo, Laércio de Figueiredo, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), Wilson Gomes de Moura, o Presidente da comissão de salários, Ivan Martins Pinho (candidato da oposição à presidência do sindicato do Rio), e o Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Rene Rennó.

O presidente da Fenaban (ao centro da mesa) propôs um acordo global

REIVINDICAÇÕES

Além do aumento de 60 por cento, a contar de 1º de setembro próximo, (o índice foi fixado pelo DIEESE), os bancários querem abono "no valor correspondente ao índice de elevação do custo, de vida que se verificar no período de setembro de 1978 a fevereiro de 1979. O abono seria concedido à 1º de março do próximo ano, e seria, segundo técnicos, a institucionalização da prática de acordos semestrais. Os bancários pedem ainda que o abono de 20 por cento, já concedido este ano não seja compensado no próximo dissídio, além de exigirem o cumprimento de decisão do TST, de 1976, que obriga os bancos a pagarem um auxílio alimentação de 5% sobre o salário mínimo, por dia de trabalho que ultrapasse as seis horas normais estabelecidas *por lei*. Eles querem receber o abono com juros e correção monetária, e para isso estão acionando 76 bancos do Rio de Janeiro. Pedem ainda que a anuênio seja elevado para Cr$ 300,00 mensais, multiplicados por anos de serviço.

Durante a reunião, Theóphilo Azeredo Santos aceitou discutir algumas das cláusulas consideradas pelos bancários como "prioritárias" por terem conteúdo social (estabilidade para gestantes, creches, pagamento de salários justa causa etc), mas observou que os 5 por cento de auxílio-alimentação dependem de interpretação. A sua é de que o índice é mensal, enquanto os bancários consideram que o acórdão do TST se refere a diárias. Isso daria, para o salário mínimo de 1978, Cr$ 78,00 por dia. A interpretação do presidente da Fenaban significa um auxílio de Cr$ 2,80 por dia. Theóphilo propôs que o acordo seja global, com concessões de parte a parte e inclua a discussão do auxílio-alimentação, "em valor intermediário entre a interpretação dos banqueiros e dos bancários". Estes protestaram, observando que isso seria rediscutir uma conquista de dois anos atrás.

As reivindicações dos bancários, aprovadas em assembléia geral na noite de terça-feira, serão levadas pelo Presidente da Fenaban aos banqueiros, que deverão discutí-las na próxima sexta-feira. Hoje reunião semelhante será realizada em São Paulo, onde as reivindicações dos trabalhadores na rede bancária são semelhantes às do Rio.

Os bancários marcaram um ato público para terça-feira, dia 15, na Assembléia Legislativa, em sinal de protesto quanto ao não pagamento de auxílio alimentação de 5 por cento sobre o salário mínimo, por dia de trabalho que ultrapasse as seis horas no dia distribuirão um folheto em todas as agências bancárias do Rio, explicando à população a natureza de suas reivindicações.

BC rejeita reivindicação de funcionários

BRASILIA (O GLOBO) — O Banco Central está enviando ofícios aos funcionários do seu quadro de auxiliares de serviços administrativos (ASA), comunicando que foram rejeitadas as reivindicações da categoria referentes a um aumento de 40 por cento e acesso de carreira.

A falta de amparo legal foi o principal motivo da rejeição apresentado no ofício, assinado pelo diretor de administração do Banco, José Antonio Berardinelli. O documento assinala que "compete ao Conselho Monetário Nacional estabelecer os vencimentos e as vantagens dos funcionários do BC, observadas as diretrizes do Governo Federal, segundo as quais deve o Banco organizar sua tabela de vencimentos observados os salários comumente pagos no mercado de trabalho como um todo, e não em função de situações atípicas".

O ofício foi encaminhado somente aos 120 funcionários que fizeram requerimentos individuais solicitando o aumento e possibilidade de acesso em carreira. Eles alegam, entre outras coisas, que seus vencimentos são bastante inferiores aos dos servidores que exercem as mesmas funções na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Além disso, consideram ter direito a cargos com melhores vencimentos dentro do Banco, mediante concurso interno.

O salário pago pelo Banco é de Cr$ 3.900,00. O diretor de administração, porém, lembra que os servidores têm ainda uma gratificação semestral que eleva esses vencimentos para Cr$ 4.900,00.

Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

Esta entidade recebeu ontem, nos horários indicados, o(s) Demonstrativo(s) Financeiro(s) da(s) seguinte(s) empresa(s) que se encontra(m) a disposição dos interessado(s) na Divisão de Comunicação Social, Praça XV de Novembro, 20 - 1º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20.010.

EMPRESAS	HORÁRIO
BAUMER	13:57
BRASMOTOR	13:58
CIA. IND. ITAUNENSE	14:32
ANDERSON CLAYTON	15:07

O último lote de ações do BASA será vendido até 18 de agosto. Se não acabar antes.

Esta é sua última oportunidade de comprar as únicas ações de banco que estão garantindo 42% de abatimento no seu imposto de renda.

Além dos dividendos, que, no último semestre de 1977, foram de 26,82% do lucro líquido ajustado. E no primeiro semestre de 1978, de 33,77%.

Apresse-se. Tem muita gente lendo este anúncio.

Procure hoje mesmo o seu corretor ou uma agência do BASA.

Banco da Amazônia S.A.

BASA

O banco da Amazônia

DEMEC - REM - 300-77/026

O registro no Banco Central do Brasil significa que se encontram em poder do Banco e que devem encontrar-se também em poder da instituição patrocinadora, bem como da instituição vendedora os documentos e informações necessários à avaliação, pelo investidor, do risco do investimento.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO – GEMEC/RCA – 200 - 76/130 – C.G.C. Nº 24.315.012

BALANÇO ECONÔMICO FINANCEIRO PROVISÓRIO EM 30 DE JUNHO DE 1978

ATIVO	MILHARES CR$	
CIRCULANTE		
Caixa e depósitos bancários à vista		126.276
Contas a receber de clientes	1.000.574	
Menos: duplicatas descontadas	(450.499)	
provisão para contas de cobrança duvidosa	(24.942)	525.133
Títulos mobiliários		9.032
Outras contas a receber		173.347
Depósitos compulsórios, principalmente vinc. a importação		44.326
Estoques:		
Produtos acabados	54.969	
Produtos em elaboração	117.094	
Matérias primas	98.249	
Combustíveis, materiais de consumo, peças sobressalentes e materiais diversos	430.103	
Importações em andamento	13.632	
Menos: provisão para I.C.M.	(4.280)	709.767
Pagamentos antecipados		1.064
		1.588.945
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Títulos mobiliários		10.185
Contas a receber		36.139
Depósitos para fututa conversão em obrigações de Eletrobrás		85.773
Empréstimos e depósitos compulsórios, principalmente óleo combustível		34.299
Bens fora de uso ao valor líquido residual		39.663
Investimentos e depósitos para futura conversão em ações, principalmente decorrente de incentivos fiscais		49.889
Outros		9.479
		265.427
PERMANENTE		
Reserva florestal (Cr$ 156.000 mil de correção monetária provisionada)	1.295.213	
Menos: exaustão acumulada (Cr$ 60.000 mil de correção monetária provisionada)	(497.192)	798.021
Imobilizado (Cr$ 630.000 mil de correção monetária provisionada)	5.429.792	
Menos: depreciação acumulada (Cr$ 265.000 mil de correção monetária provisionada)	(2.447.430)	2.982.362
Investimento, incluindo Cr$135.000 mil de correção monetária provisionada		1.149.179
Diferido, incluindo Cr$ 5.000 mil de correção monetária provisionada		41.764
		4.971.326
		6.825.698

PASSIVO	MILHARES CR$	
CIRCULANTE		
Financiamentos		439.602
Fornecedores		215.260
Provisão para o imposto de renda		48.039
Imposto sôbre operações e industrializações		124.371
Adiantamentos sobre contratos de câmbio		37.440
Salários e contribuições sociais		42.476
Provisões diversas		69.357
Dividendos a pagar		105.113
Outras contas e despesas a pagar		46.364
		1.128.022
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos		493.167
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	1.500.000	
Reservas de capital	2.518.537	
Reservas de lucros	458.409	
Lucros acumulados	115.563	
Correção monetária provisionada do patrimônio líquido	612.000	5.204.509
		6.825.698

DEMONSTRAÇÃO PROVISÓRIA DO RESULTADO EM 30/JUNHO/1976

	MILHARES DE CR$
Receita bruta das vendas	2.530.686
Deduções das vendas:	
Imposto sobre produtos industrializados	110.095
Receita líquida das vendas	2.420.591
Custo dos produtos vendidos	1.497.485
Depreciação, incluindo Cr$ 15.000 mil de exaustão de florestas	150.000
Lucro bruto	773.106
Despesas com vendas:	
Imposto sobre circulação de mercadorias, deduzido de Cr$ 29.067 mil de estímulos fiscais à exportação	181.923
Provisão para contas de cobrança duvidosa	2.240
Despesas com exportações, principalmente de fretes	13.852
Outras despesas	6.054
	204.069
Despesas gerais e administrativas:	
Despesas de administração, principalmente salários e encargos sociais	202.851
Remuneração da diretoria e conselhos	2.482
	205.333
Despesas financeiras de Cr$ 212.417 mil, menos receitas financeiras de Cr$ 31.382 mil	181.035
Lucro operacional	182.669
Outras receitas (despesas):	
Royalties, arrendamentos e aluguéis recebidos	24.597
Lucro na venda de materiais diversos	7.116
Lucro na venda de imobilizado, principalmente terras	7.291
Outras despesas eventuais	(32.310)
	6.694
Provisão para correção monetária do balanço	30.000
Resultado do semestre, antes do imposto de renda	159.363
Provisão para o imposto de renda	43.800
Lucro líquido do semestre	115.563

Obs.: Não compreende valores de ajustes que são considerados por ocasião do Balanço definitivo, ao final do exercício e não foi procedido ao cálculo de equivalência patrimonial dos investimentos permanentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Ruy de Castro Magalhaes – Presidente
Jean Reuter – Vice-Presidente

DIRETORIA:
Hans Schlacher – Presidente
Raul Machado Horta – Diretor do Contencioso

ANEXO SS

Geisel rebate críticas à concentração de renda

SÃO PAULO (O GLOBO) — O presidente Geisel disse ontem na abertura do II Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica, que o desenvolvimento industrial não criou concentração de renda. "As acusações sobre concentração de renda" — disse o presidente — "decorrem de uma interpretação nem sempre muito correta de dados do recenseamento de 1970". Geisel acrescentou que, entre 1966 e 1977, a população brasileira cresceu 35,8 por cento enquanto a renda per capita aumentou 96,4 por cento.

Logo após a abertura do Congresso, nas dependências de Secretaria da Agricultura, onde compareceram cerca de 600 empresários, o presidente Geisel participou de um coquetel, acompanhado pelos ministros Reis Velloso, do Planejamento, Ângelo Calmo de Sá, da Indústria e do Comércio, e Euclides Quandt de Oliveira, das Comunicações. Segundo os empresários presentes, Geisel reiterou seu ponto de vista de que o desenvolvimento industrial não provocou concentração de renda. Reis Velloso manifestou-se apreensivo com o aumento das despesas do INPS.

Geisel, ladeado por Paulo Egydio (esq.) e Costa Santos, abre o II Congresso da Indústria Elétrica e Eletrônica

O DISCURSO

Esta é a íntegra do discurso pronunciado pelo Presidente Geisel, logo após a saudação que lhe foi feita pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica:

"Agradeço, em particular as palavras generosas do prezado amigo Costa Santos. Recordou ele que, há três anos, mais precisamente a 27 de novembro de 1975, tive a oportunidade, aqui em São Paulo, de presidir o 1º Congresso da Indústria Brasileira Eletro-Eletrônica. Hoje, nós realizamos a abertura do II Congresso e, na oportunidade, me permito usar da palavra para expressar alguns conceitos. Em 1975, na abertura do Congresso, eu me referia ao desenvolvimento que essa indústria tinha tido. E, na oportunidade definia também, de maneira clara, os principais princípios da política governamental nesse setor. Mostrava que a orientação do Governo é que essa indústria deveria ser essencialmente uma indústria privada, entregue à iniciativa privada, de capitais nacionais e de capitais estrangeiros, mas que devia fazer um esforço no sentido de se assegurar a permanência das empresas genuinamente brasileiras e, tanto quanto possível, fortalecê-las, impedindo a sua transferência para os capitais estrangeiros. Analisava também a necessidade de fortalecer o setor, fazer com que essas indústrias adquirissem maior estabilidade, seja crescendo em produtividade, seja atingindo um estágio de maior produção em escala, seja ainda desenvolvendo-se tecnologicamente. Na oportunidade, também assinalei a necessidade de que nós tínhamos de reduzir importações. E, cada vez mais produzir aqui no País os elementos necessários para a produção de equipamentos e de bens, tanto de capital quanto bens duráveis de consumo. De um lado, isto significava o desenvolvimento da indústria, mas de outro, também era uma forma de contribuir positivamente para o nosso balanço de pagamentos, que, já naquela época, como agora, apresentava problemas decorrentes da conjuntura internacional que o Brasil terá que vencer, e certamente vencerá, em função do potencial que o País tem: potencial humano, potencial empresarial, potencial territorial, matérias-primas e assim por diante.

Mostrei também o interesse que o Governo tinha nesse fortalecimento do setor, determinando que, as empresas estatais não fizessem aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos no exterior, sempre que houvesse similar nacional correspondente. Assegurei, portanto, dessa forma, o mercado da área governamental à parte da produção que se realizasse no País. Depois disso, nós praticamente nos mantivemos dentro desses princípios.

E de novo, que me pareça, nós nos preocupamos com um determinado setor, uma determinada área desse setor, que é uma área de extraordinário desenvolvimento e de grande importância para o futuro, que é a relativa aos computadores eletrônicos. E o Governo firmou uma política muito séria nesse sentido, para assegurar o desenvolvimento de produção de computadores no País, incitando a sua política pela produção de minicomputadores.

Mas desde o primeiro congresso, em 1975, a indústria elétrica e eletrônica continuou progredindo. Continuou a se desenvolver, apesar das dificuldades internas que o País sofreu, decorrentes da situação internacional. É evidente que o Brasil, como qualquer país, dado o elevado grau de interdependência que cada vez mais cresce no cenário mundial, tinha que sofrer os reflexos daquilo que acontecia nos demais países do mundo. Mas, assim mesmo a nossa economia não estagnou, nós continuamos a nos desenvolver, é bem verdade que a ritmo menor procuramos assegurar o emprego dentro do País e procuramos assegurar à área industrial um desenvolvimento adequado.

Mas o setor elétrico-eletrônico é um daqueles que, no País, se apresenta com maior dinamismo. Basta que se considere o seguinte: que a participação relativa do setor na transformação industrial da indústria manufatureira, considerada como um todo, evoluiu crescendo. Essa participação, que era de 4 por cento em 1959, foi um pouco maior do que 5 por cento, já em 1970. E, em 77, atingiu a quase 6 por cento. Entre 1970 e 1977 o seu crescimento li da ordem de 13 a 14 por cento ao ano, cerca de 30 a 40 por cento maior do que o de toda a indústria de transformação. O crescimento desta indústria decorre, de um lado, da sua importância intrínseca, de outro lado da aplicação que ela permite na vida cotidiana, assegurando bem-estar do povo, e, em decorrência, mesmo da melhor renda que o povo tem através da aquisição dos seus produtos, sejam elétricos, sejam eletrônicos.

Mas também o desenvolvimento decorreu, em grande parte da alta prioridade que o Governo atribuiu ao desenvolvimento da produção e do consumo de energia elétrica, de todas as formas energéticas, aquela que nós mais desenvolvemos, e a da energia elétrica, tirando partido do grande potencial hidráulico de que o País dispõe. Em 10 anos o consumo industrial de energia elétrica cresceu mais do que 3 vezes, passou de 13 mil a 49 mil Watts/hora e o número de consumidores se elevou nesse período, de 4 milhões e 600 mil para 13 milhões.

Assim, além do suprimento de equipamentos de grande porte para a geração de energia, e agora também para a geração de energia nuclear — linhas de transmissão, sistemas de distribuição — a indústria colheu um outro proveito, que foi o da disponibilidade de energia e em maior quantidade, energia segura, de uso sobretudo domiciliar, e que facultou aos habitantes do País o uso, em larga escala, de produtos domésticos, de natureza elétrica-eletrônica.

Vou citar alguns números significativos, que comprovam este crescimento: no setor da energia elétrica, a nacionalização da produção de equipamentos, inclusive equipamentos pesados, como os que foram recentemente encomendados para Itaipu, *foi superior a 80 por cento*. Na área das telecomunicações o índice de nacionalização já é um pouco superior a 85 por cento e aí a indústria brasileira, genuinamente brasileira, que em 1974 era apenas 2 por cento em matéria de telecomunicações, agora em 78 é de 14 por cento do setor. Por outro lado — e aí talvez caiba uma observação contrária ao que se divulga comumente em nosso País — há dados que, utilizados nesse setor, mostram que a distribuição de renda no nosso País não é tão precária como se alardeia por aí.

O desenvolvimento industrial não criou essa concentração de renda de que hoje em dia nos acusam, e que decorre de uma interpretação nem sempre muito correta de dados do recenseamento de 1970.

Para comprovar isto eu vou citar o seguinte: entre 1966 e 1977 a população brasileira cresceu em 35,8 por cento, a renda per capita cresceu de 96,4 por cento. A venda de aparelhos eletrônicos domésticos, entretanto, cresceu 323,9 por cento, e de aparelhos eletrodomésticos, 338,8 por cento.

Em 1966 venderam-se apenas 2 milhões e 900 mil aparelhos elétricos e eletrônicos, e em 1977 a venda foi de 12 milhões e 600 mil. Esses aparelhos, evidentemente, *foram vendidos à população*. Significa que a população dispôs de recursos e de rendas para a aquisição desses aparelhos e passou, desde então, a usufruir um melhor bem-estar. Outro dado coligido pelo IBGE mostra o seguinte: se se considerar a disponibilidade domiciliar de bens de consumo elétricos-eletrônicos, bens de consumo duráveis, seja na área rural, seja na área urbana, somando-se essas duas áreas, mostra, por exemplo, o seguinte: aparelhos de rádio em 1972 a percentagem era de 62 por cento, quer dizer, 2 por cento das habitações dispunham de rádio; em 1976 essa percentagem elevou-se a 76 por cento, e já em 1978 ela atingia 81 por cento.

Quanto às geladeiras os números correspondentes seriam 31 por cento em 1972, 42 por cento em 1976 e 49 por cento em 1978; em aparelhos de televisão os números correspondentes seriam 32 por cento, 47 por cento e 55 por cento das habitações do País, que na zona urbana e na zona rural dispõem hoje em dia de televisão. Então os problemas de renda familiar existem, sem dúvida. Grande parte da nossa população é pobre, parte é muito pobre, mas eu não creio que seja tanto quanto se alardeia por aí.

Há ainda um outro aspecto que se refere à execução da política do Governo relativa à importação e exportação. Fez-se um grande esforço no sentido de produção de equipamento *no próprio País* para reduzir as importações, e um esforço para exportar produtos desta indústria. Eu vou citar alguns dados que mostram o êxito relativo que já se alcançou nesse setor. Se nós tomarmos a relação entre importações e exportações, nós verificamos que em 1975 essa relação era de 5,53. Quer dizer, importamos em valor, mais de 5 vezes o que exportávamos. Já em 1976 esse número baixou para 4,81. Em 1977 foi de 2,96 e, em 1978, até setembro, esse número já baixou outra vez para 2,79. Então vale dizer que a relação entre 75 e 78, de 5,53 reduziu-se para 2,79 ou seja, para a metade. Isso traduz evidentemente um êxito da indústria. Quer dizer, a indústria está relativamente importando menos e exportando mais, correspondendo assim às diretrizes estabelecidas pelo Governo, fato este que eu assinalo com muita satisfação.

Por fim devo dizer que a indústria ainda tem um extraordinário campo para se desenvolver, seja no próprio setor de geração e produção de energia elétrica, seja na produção de aparelhos elétricos e eletrônicos de uso doméstico, de que a nossa população pode cada vez mais se beneficiar, assegurando-lhe um melhor bem-estar, seja no desenvolvimento geral da indústria, que cada vez mais usa meios eletrônicos e, seja finalmente no campo da exportação, onde nós temos condições de abrir novos mercados em diferentes países, sobretudo nos países africanos.

Vejo, pois, para a indústria um futuro bastante promissor. Estou certo de que os senhores empresários se capacitarão da possibilidade que o País tem de desenvolver cada vez mais esta área. Para isso creio que não nos falta nem engenho nem capacidade. Temos que realmente fazer um esforço na abertura desses novos mercados. Como temos que fazer um esforço muito grande no sentido de um maior desenvolvimento tecnológico para que a nossa dependência do exterior diminua e possamos criar aos poucos uma indústria que seja realmente nossa. Espero que este congresso corresponda aos seus objetivos, que tenha pleno êxito encontrando novos caminhos, novas vias, novos processos para o desenvolvimento dessa indústria."

Setor mineral pode duplicar capacidade de gerar divisas

BRASILIA (O GLOBO) — O saldo do balanço mineral brasileiro poderá evoluir de US$ 1 bilhão para US$ 2 bilhões entre 1977 e 1987, indicando a possibilidade de que seja duplicada a capacidade geradora de divisas do setor mineral, segundo previsão que consta do balanço mineral brasileiro, publicação preparada pela Companhia de Recursos Minerais e Supervisão do Departamento Nacional da Produção Mineral lançada ontem pelo Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki.

O objetivo da publicação é avaliar, economicamente, as situações atual e futura de quinze tipos de minerais e analisar o comércio externo nacional dessas substâncias, identificando os seus principais compradores e fornecedores. Entre os minerais ferrosos foram selecionados o cromo, ferro, manganês, nióbio, níquel e tungstênio; nos minerais não-ferrosos foram indicados o alumínio, chumbo, cobre, estanho e zinco, e, nos não-metálicos, o amianto, magnesita, fosfato e potássio.

Segundo a publicação, "pode-se dizer que o setor mineral brasileiro, em suas atividades de evolução essencialmente primária, apresentou evolução da capacidade mineradora favorável à formação de excedentes".

Calmon de Sá manda averiguar denúncia contra a Philips

BRASILIA (O GLOBO) — O Ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, encaminhou ao Secretário de Tecnologia Industrial, Jose Bautista Vidal, pedido de averiguação sobre a denúncia apresentada pela imprensa de que uma filial da Philips, no Nordeste, exporta circuitos eletrônicos para a Holanda, ao preço de US$ 1 a unidade, produtos que voltam a ser importados pelo País, meses após, ao preço de US$ 12 cada um. Calmon de Sá admitiu que já tinha conhecimento de que "havia problemas com a Philips", mas ressalvou que o assunto será tratado pelo próprio Secretário de Tecnologia Industrial, quando retornar da viagem que realiza à Índia, no próximo dia três.

Os problemas a que se referiu o Ministro estão ligados à atuação da Sudene na Região Nordeste, já que o órgão decidiu proteger a implantação de algumas empresas nacionais no setor de circuitos eletrônicos, estimulando a Philips a incrementar suas exportações destes componentes. Os projetos previstos pela Sudene, entretanto, não entraram em operação nas datas fixadas e houve necessidade de importar os produtos, antes vendidos ao exterior pelo Brasil. Na averiguação que solicitou ao Secretário de Tecnologia Industrial, o Ministro da Indústria e do Comércio especificou que deseja saber se o produto importado pelo País e o mesmo exportado pela Philips.

Nos próximos dias você vai conhecer um novo estilo de vida

MINISTÉRIO DO INTERIOR
BNH
BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

AVISO

EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 18/78

O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH) torna público, para conhecimento dos interessados que, às 15:00 horas do dia 14 de dezembro de 1978, perante a Comissão de Julgamento da Tomada de Preços em epígrafe, receberá propostas para fornecimento de impressos padronizados.

O Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos na SUPERVISÃO DO PATRIMÔNIO/DIVISÃO DE MATERIAL, na Avenida República do Chile, 230 — 10º andar — sala 18.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1978.

ALUYSIO ERNANI DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
BNH
BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

AVISO

EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 20/78

O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH) torna público, para conhecimento dos interessados que, às 15:00 horas do dia 15 de dezembro de 1978, perante a Comissão de Julgamento da Tomada de Preços em epígrafe, receberá propostas para impressão de Publicação do BNH.

O Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos na SUPERVISÃO DO PATRIMÔNIO/DIVISÃO DE MATERIAL, na Avenida República do Chile, 230 — 10º andar — sala 18.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1978.

ALUYSIO ERNANI DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

TECNOSOLO

ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SOLOS E MATERIAIS S.A.

CGC Nº 33.111.246-0001/90
DEMEC/RCA — 200/76/336
SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO

ATA DA ASSEMBLÉIA ESPECIAL DE ACIONISTAS PREFERENCIAIS REALIZADA AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E OITO

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e oito, às 14 horas, na sede social da TECNOSOLO — ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SOLO E MATERIAIS S.A., na Rua Pedro Alves, nº 15, no Rio de Janeiro, reuniram-se os acionistas detentores de ações preferenciais representando por si e por procurador, 4.667.233 (quatro milhões, seiscentas e sessenta e sete mil, duzentas e trinta e três) ações preferenciais, conforme se verifica do "Livro de Presença", convocada por edital publicado no "Diário Oficial" de 16, 17 e 18/10, e no jornal "O Globo" das mesmas datas. Por aclamação dos presentes, assumiu a presidência da Assembléia o Engº ANTONIO JOSÉ DA COSTA NUNES — Presidente do Conselho de Administração da Empresa — que convidou, para Secretário, o acionista HÉLIO SIQUEIRA SILVEIRA. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente consignou a presença do Senhor Conselheiro Fiscal, Sr. AYRTON DE MORAES, a seguir, expôs os fins da reunião que são os constantes do edital de convocação: a) ratificação das deliberações da AGE de 18/01/78 no que tange ao aumento do capital social em ações preferenciais; b) prévia autorização para futuros aumentos do número de ações preferenciais até 2/3 do capital social e modificação da redação do parágrafo 4º — artigo 6º do Estatuto Social. Adiantou o Sr. Presidente, no tocante ao item "a", que a AGE de 18/10/78 autorizou o aumento do capital social de Cr$ 20.800.000,00 para Cr$ 25.000.000,00 mediante a emissão de 4.200.000 ações preferenciais ao preço de Cr$ 1,00 cada, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Com referência ao item "b", a finalidade é a prévia autorização para futuros aumentos do número de ações preferenciais até 2/3 do capital social conforme faculta o Art. 15, parágrafo 2º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e está previsto no Art. 6º, parágrafo 4º do Estatuto Social da TECNOSOLO e, em seguida, modificar a redação do mesmo Art. 6º, parágrafo 4º, do Estatuto Social, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, a ser, oportunamente, apresentada à Assembléia Geral Extraordinária, que passaria a ter a seguinte redação: Art. 6º — Parágrafo 4º: "Em nenhuma hipótese, o número de ações preferenciais poderá ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações. Respeitado este limite, todo e qualquer aumento de capital, através de exclusiva emissão de ações preferenciais terá eficácia independentemente da Assembléia Geral Especial de acionistas preferenciais e da proporção entre classes de ações, não ensejando, assim, o direito de recesso." O Presidente esclareceu que o parágrafo 4º, por erro material, datilográfico, figura no Estatuto como parágrafo 3º, verificando-se uma repetição do número deste, que agora toma a numeração correta de 4º, passando, os subseqüentes, em conseqüência, à renumeração correta, isto é, o 4º, 5º, 6º e 7º, figurados no Estatuto, passam a ser, respectivamente, 5º, 6º, 7º e 8º, correção esta que se fazia para a perfeita integração da proposta em referência. Submetidas as propostas à discussão, deliberou a Assembléia Especial aprovar por unanimidade: a) ratificar a AGE de 18/01/78 no tocante ao aumento do capital social de Cr$ 20.800.000,00 para Cr$ 25.000.000,00 através de emissão de 4.200.000 ações preferenciais ao preço de Cr$ 1,00 cada; b) prévia autorização para futuros aumentos do número de ações preferenciais até 2/3 do capital social e modificação da redação do Art. 6º, parágrafo 4º, do Estatuto Social, nos termos propostos; c) renumerar os parágrafos do artigo 6º, elidindo o erro material verificado e retro explicado, como conseqüente à modificação estatutária em referência. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, vai por todos assinada. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1978, (ass) ANTONIO JOSÉ DA COSTA NUNES — Presidente; HÉLIO SIQUEIRA SILVEIRA — Secretário; CLÁUDIO RENATO DE MORAES MOREIRA; ROBSON PACHECO DE SOUZA; VICTORINO CARVALHO DOS SANTOS; ERNESTO TEIXEIRA MATHIEZEN; TADEU DE ARAUJO PENNA; MARIA LUIZA BRANCO SOARES; FLORIANO GUILHERME FERREIRA; CARLOS RIBEIRO MOSSO; AUREO ACCACIO FLORES; WAGNER DE SOUZA ANTONIO; CARLOS ALVES RIBEIRO; WALDEMAR RIBEIRO; MARNIO EVERTON ARAUJO CAMACHO pp ERNESTO TEIXEIRA MATHIEZEN; TECNOCLUBE representado por OSWALDO LIMA, AUGUSTO DE ALMEIDA LYRA pp ANESIA CARNEIRO PAES; ABEL CAMPBELL DE BARROS pp FLORIANO GUILHERME FERREIRA; THEODOROS MICHEL DELLIS pp FLORIANO GUILHERME FERREIRA; FUNDO DE INVESTIMENTO LAR BRASILEIRO pp MAURO SERGIO DE OLIVEIRA; FUNDO DE INCENTIVOS FISCAIS LAR BRASILEIRO DL. 157 pp MAURO SERGIO DE OLIVEIRA; THE BRAZIL FUND S.A. — SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS DL. 1.401 pp MAURO SERGIO DE OLIVEIRA.

CERTIDÃO

Processo nº 95.984/78

Certificado que TECNOSOLO — ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SOLOS E MATERIAIS S.A. arquivou nesta Junta sob o nº 51.816 por despacho de 21 de novembro de 1978, da 6ª Turma, ata da Assembléia de Acionistas Preferenciais de 25/10/78, que ratificou as deliberações da AGE de 18/01/78, no que tange ao aumento do capital para Cr$ 25.000.000,00 mediante a emissão de 4.200.000 ações preferenciais e autorizou ainda aumentos do nº de ações preferenciais até 2/3 do capital [illegible]

Setor da Villares pára atividade em solidariedade

SÃO BERNARDO DO CAMPO (O GLOBO) — Cerca de 32 operários do setor de frezas da Equipamentos Villares de São Bernardo do Campo permaneceram ontem com suas atividades paralisadas durante duas horas e meia, dando continuidade ao movimento iniciado no final do expediente de segunda-feira, quando um dos companheiros foi agredido pelo chefe do setor.

O operário Mateus Albino Costa foi agredido pelo chefe, conhecido por Antônio, sob a alegação de que ele estava segurando a produção. Imediatamente os operários paralisaram suas atividades afirmando que só retornariam ao trabalho depois de conversarem com a diretoria do Sindicato dos Metalurgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Abinee: indústria elétrica cresceu 40% em três anos

SÃO PAULO (O GLOBO) — O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Manoel da Costa Santos, disse ontem que nos últimos três anos a produção do setor cresceu globalmente 40 por cento, atingindo um valor de Cr$ 100 bilhões, o que corresponde a três por cento do Produto Interno Bruto. Ao saudar o presidente Geisel na abertura do II Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica, Costa Santos salientou que as exportações do setor aumentaram nos últimos três anos, devendo alcançar este ano meio bilhão de dólares. As importações continuam estabilizadas ao nível de US$ 1,4 bilhão, valor alcançado em 1975.

As importações, segundo Costa Santos, são constituídas este ano sobretudo por equipamentos adquiridos por outros setores, através de programas relacionados com o Befiex e de empresas instaladas na Zona Franca de Manaus. Atualmente o setor emprega cerca de 210 mil pessoas.

Durante a abertura do Congresso, um forte esquema de segurança constituído por dezenas de agentes, tomou conta de todo o prédio onde está instalada a Secretaria da Agricultura, no Parque do Estado. A imprensa ficou inteiramente confinada, sem qualquer possibilidade de acesso ao Presidente e aos ministros Reis Velloso, Calmon de Sá e Quandt de Oliveira

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

O Ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, recebeu do governador Paulo Egydio Martins um documento solicitando a revogação da Resolução 50, que fechou a exportação de café pelo Porto de Santos, com exceção do tipo 4. Calmon de Sá considerou o documento incompleto e pediu mais subsídios, sem, todavia, prometer atender ao pedido. O Governador se comprometeu a encaminhar ainda esta semana um documento mais completo.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conclamo aos advogados a comparecerem e exercitarem o inalienável direito de voto, nas eleições convocadas para a próxima 5ª feira, dia 30, sufragando o nome dos colegas que comporão o futuro Conselho da Seccional, para o biênio 79/81.

Conforme já divulgado, Mesas Receptoras estarão instaladas nas Subseções e na Cidade do Rio de Janeiro (na Casa do Advogado, no antigo e no novo Palácio da Justiça e na Justiça do Trabalho) e funcionarão no horário improrrogável das 10 às 18 horas.

São condições para votar: a) que o advogado esteja no gozo de seus direitos; b) quite com as anuidades, inclusive a de 1978; c) e apresente a carteira de identidade de Advogado (O CARTÃO PLÁSTICO NÃO SERVE PARA VOTAR).

Nos termos da Lei 4.215 o voto é pessoal, secreto e obrigatório.

A Tesouraria da Ordem estará funcionando no horário da eleição (Novo Palácio da Justiça — 3º Andar — Corredor D) para receber anuidades, garantindo a todos os advogados participação no pleito.

O AUTOMÓVEL QUE

ANEXO TT

O GLOBO
Domingo, 12/3/78

ECONOMIA • 35

ERICSSON DO BRASIL
COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
GEMEC/RCA - 200 - 76/122 - C.G.C. 33.067.745

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, à rua da Coroa, 500, nesta Capital, os documentos a que se refere o art 133 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1977

São Paulo 07 de março de 1978

Algot Valdemar Henriksson
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Estudo mostra que renda continua concentrada

Brasília (O Globo)) — O objetivo do II Plano Nacional de Desenvolvimento referente à distribuição da renda não foi conseguido, uma vez que os níveis de salario mínimo não têm proporcionalmente acompanhado os valores da renda per capita.

Esta é a conclusão a que chega um estudo elaborado recentemente por setores técnicos do Governo sobre o desempenho da renda, do salario e do emprego nos últimos anos e que ainda não foi divulgado.

O levantamento oficial indica que os aumentos salariais fixados têm se situado abaixo dos acréscimos na renda média nacional.

O estudo afirma categoricamente que as disparidades registradas entre renda e salarios contrariam os objetivos definidos no II PND de proporcionar uma melhoria na distribuição da renda, à medida em que a economia se expande.

Conclui que se dois quintos da população economicamente ativa (cerca de 17 milhões de trabalhadores) continuam recebendo rendimentos de até um salariomínimo e como esse valor não vem acompanhando a evolução da produtividade, o resultado é que, de um lado, está aumentando a desigualdade de rendas e, de outro, que se amplia o contingente de pessoas em condições próximas à pobreza, ja que elas auferem rendimentos abaixo dos necessarios à subsistência.

O estudo também leva em conta que o perfil da estabilidade de emprego no Brasil ainda é muito fragil, devido à alta rotatividade de mão-de-obra. Este problema, aliado à desigualdade de rendas, indica — segundo o levantamento — que as condições sociais de grande parte da população brasileira estão gradativamente se deteriorando na medida que se verifica, paradoxalmente, um crescimento econômico.

Demonstra o trabalho técnico que a relação maior salario-mnimo/renda per capita anual vem declinando de 5,15 % em 1974, 5,10 % em 1975, 4,88 % em 1976 e 4,90 % em 1977. Nesses quatros anos, os maiores salarios-mnimos do país foram, respectivamente, Cr$ 355,2 ., Cr$ 480,8 ., Cr$ 689,6 e Cr$ 993,6. Enquanto isso, a renda per capita cresceu de Cr$ 6.902,3 em 1974, Cr$ 9.420,7 em 1975, Cr$ 14.142,9 em 1976 e Cr$ 20.295,1 em 1977.

Idêntica relação com os menores salarios mínimos indicam também uma perda em relação ao crescimento da renda. Os salarios mais baixos nos últimos quatro anos foram os seguintes: Cr$ 248,8 em 1974, Cr$ 340,0 em 1975, Cr$ 488,8 em 1976 e Cr$ 706,4 em 1977. A respectiva comparação com a renda per capita anual do período indica os seguintes percentuais: 3,60 ., 3,61., 3,46., e 3,48, registrando-se, portanto, também uma escala descrescente.

São Paulo tem queda de emprego

O novo sistema de indicadores de emprego por regiões metropolitanas revela que nos grandes e medios estabelecimentos não agricolas mostram uma pequena variação positiva na absorção de mão-de-obra no conjunto das areas metropolitanas.

As situações, no entanto, são diferenciadas de uma região para outra. Brasília e Belém foram as metrópoles que apresentaram maiores aumentos do índice de emprego. Em seguida estão, em nível menor, Rio de Janeiro e, bem abaixo, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Porto Alegre.

Curitiba e São Paulo foram as regiões metropolitanas onde houve desemprego. Embora tenha ocorrido um pequeno aumento no emprego no conjunto do setor metropolitano, esta variação positiva não chega, contudo, a compensar o ingresso da força de trabalho jovem no mercado, exceto em Brasília, Belém e Rio de Janeiro.

O crescimento da população economicamente ativa nas regiões metropolitanas cresceu em torno de 40 por cento, o que torna possível admitir que esteja aumentando o contingente de mão-de-obra em condições de subemprego e de desemprego nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador e Fortaleza.

O aumento de emprego verificado no conjunto das regiões metropolitanas foi atribuido, no levantamento oficial, ao desempenho dos setores da construção civil e serviços, favorecidos pelos investimentos públicos, principalmente em obras públicas e infra estrutura urbana, e pela expansão e concentração dos estabelecimentos bancarios e financeiros. Isto significa que, apesar da desaceleração da economia, os investimentos públicos superaram a iniciativa privada em termos de promoção de empregos.

A analise dos tecnicos governamentais faz uma observação também sobre as condições de trabalho de algumas areas, especialmente na construção civil, e aponta os pedreiros e os serventes como as categorias cuja situação de trabalho e remuneração são as mais desfavoraveis.

Informa o estudo que a atual conjuntura de desaquecimento da economia tem afetado sensivelmente o emprego industrial, embora a nivel semelhante a evolução do produto do setor secundario, que cresceu apenas dois por cento no periodo considerado (janeiro a setembro de 1977).

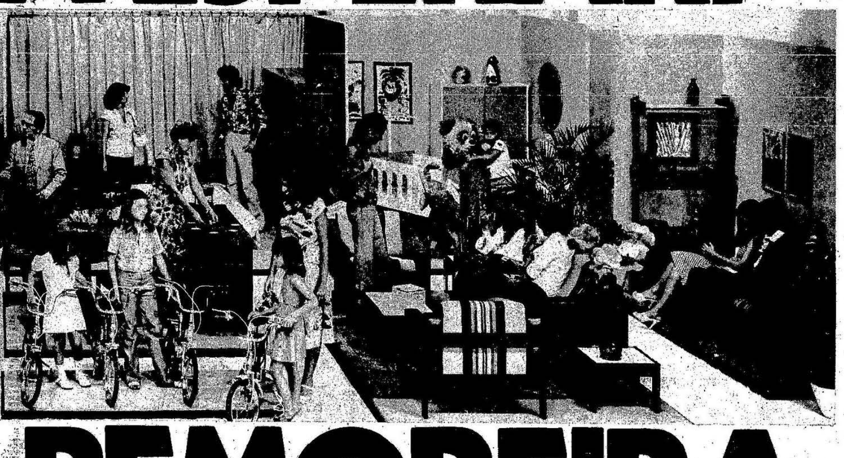
Tal situação permite que os técnicos afirmem que a dispensa de pessoal ocupado mais o continuo ingresso de nova força-de-trabalho no mercado a procura de postos de trabalho indica ainda que parte significativa da mão-de-obra agricola deve encontrar-se sobrevivendo ás custas de ocupações temporarias, intermitentes ou esporadicas.

Em São Paulo os indicadores de emprego, principalmente na indústria e na construção civil, situam-se entre os menos favoraveis, apesar da importância da economia paulista em termos de volume de investimentos públicos e privados.

As admissões liquidas de trabalhadores não-agricolas apresentam um declinio acentuado em relação a 1976. O total de 1977 apresenta um decrescimo de 52 % em relação ao total do periodo anterior. As maiores reduções se encontram nos setores da construção civil e da industria. Enquanto na construção houve uma redução de 74%, o declinio na industria foi de 38 %, vindo posteriormente comercio e serviços com 20 %. Desta forma, verifica-se que está havendo uma retração na absorção de mão-de-obra em São Paulo.

Tambem para o Nordeste as pesquisas revelaram uma deterioração no emprego: as admissões liquidas de trabalhadores urbanos em 1977 cairam em cerca de 60 % em relação a 1976, no periodo de janeiro a setembro. O setor industrial registrou o maior decrescimo, em torno de 70 %. Em seguida, encontra-se a construção civil e o comercio com 60 % e serviços com 50 %, aproximadamente.

A ESPERAR.



BEMOREIRA

AS MELHORES OFERTAS. OS MELHORES PREÇOS.

DORMITÓRIOS

Dormitório Jepime, em pau ferro De 4.090, por **3.290,**

Dormitório Bérgamo, em jacarandá De 4.990, por **4.190,**

Dormitório Cimo, em caviúna De 8.990, por **6.990,**

Dormitório Bonsucesso, em fórmica De 7.990, Por **6.390,**

SALAS

Sala Fórmica Tarzan, mesa redonda. Modelo Blumenau De 2.520, por **1.890,**

Sala Fórmica Formóveis. Modelo Petrópolis De 3.550, por **2.790,**

Sala Beiral, em floral amarelo. Modelo Bertioga De 2.640, por **2.090,**

Sala Fórmica Carraro. Modelo Ipanema De 4.410, por **3.490,**

ESTOFADOS

Conjunto estofado Barcelona. Cores cereja e café De 3.090, por **2.390,**

Conjunto estofado Monte Carlo. Cores preto e cobre De 3.090, por **2.490,**

Conjunto estofado Salerno De 4.990, por **2.990**

Conjunto estofado Magnus, em flamingo e carvalho De 2.740, por **1.990,**

COPAS

Copa Carraro. Modelo Isabela De 1.150, por **850,**

Copa Tarzan Madrid, mesa console, 4 banquetas De 1.210, por, por 990,

Copa Beiral Hawai, mesa elástica, 4 cadeiras De 1.260, por **890,**

MÓVEIS. AVULSOS

Sofá bi-cama Barbiroto colonial De 2.930, por **2.290,**

Sofá tri-cama Famotal ortopédico De 2.720, por **2.190,**

Poltrona módulo Barbiroto. Modelo roma De 840, por **670,**

Poltrona módulo completo. Modelo caribe De 830, por **650,**

Estante Capi, de canto, em imbuia De 390, por **310,**

Estante Capi, com buffet, em imbuia De 1660, por **1.290,**

Estante Cimo, com escrivaninha e buffet, em imbuia De 3.450, por **2.690,**

Estante Valério mini, em caviúna De 1.290, por **990,**

Berço Colonial Pretty, em imbuia De 890, por **690,**

Berço Marquesa Bercam, em imbuia De 670, por **520,**

Berço Laqueado Forlac, cores azul, coral e amarelo De 990, por **790,**

Berço Laqueado Unipon, em branco com azul De 950, por **690,**

Cama de solteiro Bercam. Modelo marquesa De 590, por **470,**

Cama de solteiro Colombini, em caviúna De 510, por **390,**

Cama beliche Mandarim, com grade De 720, por **550,**

Cama juvenil Forlac, laqueada. Cores azul, coral e amarela De 870, por **690,**

Cadeira de praia Bel Prazer De 329, por **250,**

Colchão Solteiro Espuma - 78 x 1,88 De 340, por **270,**

Colchão Casal Espuma - 1,28 x 1,88 De 650, por **520,**

Colchão Solteiro Molas 78 x 1,88 De 810, **640,**

Colchão Casal Molas 1,28 x 1,88 De 1.150, por **890**

Armário Duplex Lazerma Minerva De 6.190, por **4.990,**

Armário Duplex Jepime Cerejeira De 4.690, por **3.690,**

Guarda Roupa Infantil Forlac Azul, Amarelo, Coral De 2.260, por **1.790,**

Mesa de Centro GZ Mod. Caxias Mármore De 740, por **590,**

Mesa de Centro GZ Mod. Brasília Mármore De 860, por **690,**

Armário Kit Duplo Itatiaia Aço Amarelo, azul, vermelho De 2.790, por **2.190,**

Armário Kit Artelar, 7 portas fórmica Amarelo, azul, vermelho De 2.490, por **1.950,**

Sofá bi-cama Bercam De 2.050, por **1.640,**

Bemoreira

ALM. BARROSO • COPACABANA • LUIZ DE CAMÕES • NITERÓI • TIRADENTES • URUGUAIANA • CAXIAS • MEIER • PILARES • MADUREIRA • SENADOR DANTAS • N. IGUAÇU • TIJUCA • CATETE • MAL

ANEXO UU

Velloso: II PND foi cumprido no essencial

BRASÍLIA (O GLOBO) — O II Plano Nacional de Desenvolvimento obteve resultados satisfatórios em tudo aquilo que pode ser considerado essencial: avançou-se na consolidação do modelo neocapitalista no Brasil, a estratégia de ajustamento à crise do petróleo funcionou e houve considerável progresso social no País, embora a distribuição de renda continue insatisfatória e seja ainda muito grande a faixa de pobreza absoluta.

Essa é a essência do balanço preliminar do II PND apresentado ontem pelo ministro do Planejamento, Reis Velloso, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, da qual participaram o presidente Ernesto Geisel e outros doze ministros (só estiveram ausentes os militares, o da Justiça e o das Relações Exteriores).

Velloso explicou que, para avaliar-se o PND, é necessário distinguir o que é essencial, nele, daquilo que não é essencial. Um plano vale, na verdade, pelo acerto da orientação geral que adotou e pelos resultados que alcançou. O planejador deve ser principalmente um estrategista, e não um formulador de projeções, com pretensão a futurologia. Deve-se verificar se a estratégia era boa e se foi executada.

Ele considera não essencial, no II PND, a parte relativa a quantificações, justamente a mais criticada, considerada irrealista e exageradamente ambiciosa. Para o ministro, trata-se de um equívoco, pois a metodologia adotada relegou a um plano secundário, de propósito, os aspectos relativos a quantificações. Pretendeu-se deliberadamente, evitar que o Governo ficasse preso a quaisquer projeções quantitativas. Diante da incerteza mundial, a coisa mais importante a preservar, na sua opinião, era a flexibilidade, para poder ser fiel ao essencial do plano, ou seja, o regime neocapitalista e a estratégia de ajustamento à crise do petróleo.

— Se os planos anteriores eram mandatórios em relação ao setor público e indicativos para o setor privado, esse novo plano tinha de ser indicativo tanto para o Governo como para a iniciativa privada. Por isso, aboliram-se as metas do I PND e passou-se a usar um quadro de indicadores econômicos e sociais, com caráter apenas informativo, e a ser revisto todo ano.

Admitiu o Ministro, porém, que houve certa tendência a superestimar previsões, embora o Governo estivesse consciente, antes de tudo, da necessidade de não criar uma "camisa-de-força" para si mesmo. Para e evitar esse tipo de crítica, ele acha que talvez a solução seja reduzir os indicadores a certos agregados (PIB, renda per capita) e a um pequeno número de setores, usando, além disso, faixas de variação ou duas a três hipóteses (inferior, média e superior).

Além de defender a metodologia do II PND, Velloso procurou mostrar que houve um avanço na consolidação do modelo neocapitalista no País. A empresa privada nacional passou a ter papel de muito maior destaque, inclusive entrando em setores intensivos de capital e tecnologia, tanto que é hoje predominante nas áreas de bens de capital e está ocupando espaços vazios na área de insumos básicos.

Realizou-se grande progresso, também, no setor energético, notadamente em petróleo e energia elétrica. As exportações mais do que dobraram de 1973 a 1978 (passaram de 6,2 para 12,5 bilhões de dólares), o que representa um resultado excepcional num período de escalada protecionista nos países desenvolvidos e de baixa expansão do comércio internacional.

Os programas de bens de capital e insumos básicos corresponderam à expectativa. No primeiro, já se encerrou o ciclo de grandes investimentos e aumentaram substancialmente os índices de nacionalização de todos os grandes programas, como os de siderurgia, energia elétrica, construção naval, rodovias e outros insumos básicos. Os acordos da Cacex estão este ano com índice de nacionalização entre 73 e 80 por cento.

O Programa do Álcool certamente realizará seus objetivos e, em outros aspectos de estratégia, talvez em nenhuma outra época se tenha feito mais pelo desenvolvimento das regiões pobres, segundo o Ministro. Citou como exemplos o Polonordeste, Polamazônia, Polocentro, Projeto Sertanejo e outros programas voltados, no caso do Nordeste, à eliminação da pobreza na região semi-árida.

Na sua opinião, passos importantes foram dados também no sentido da desconcentração industrial, através da Resolução 14 do CDE e da decisão de criar complexos industriais no sul, em Minas, no Rio, no Nordeste e no Norte. Na área da inflação, só não se conseguiu uma redução para 35 por cento este ano por causa das secas no Centro-Sul.

Ainda que o País continue afetado por desequilíbrio e a distribuição de renda seja ainda insatisfatória, o ministro acha que estamos longe de um quadro de estagnação social. A própria decisão de desacelerar lentamente a economia, tomada em 1974, teve um alto significado social, pois recessão e melhoria da distribuição de renda dificilmente são compatíveis.

Disse ainda Velloso que o País está caminhando no sentido de realizar a ampliação da classe média e a ascensão da classe trabalhadora, e é possível fazer coisas importantes na redução da pobreza absoluta. Mesmo em termos de dados "inevitavelmente precários" sobre a distribuição de renda no Brasil (que subestimam grandemente a renda das classes inferiores), houve um ponto de inflexão a partir de 1972. Comparando-se os PNDS de 1972 e 1976 verifica-se uma considerável melhoria nos indicadores de concentração de renda, nesse período.

— Essas conclusões gerais — prosseguiu o Ministro do Planejamento — não significam que tudo tenha ido bem, evidentemente. Nem tudo pode ir bem, na execução de um Plano Nacional de Desenvolvimento, num País grande e cheio de problemas como o Brasil, numa época de crise mundial como a nossa. Objetividade e realismo não fazem mal a ninguém. Queremos apenas dizer que, numa visão global, os resultados foram satisfatórios, e está o Governo procurando corrigir as falhas observadas, enfrentar os conhecidos desequilíbrios do desenvolvimento regional, e aberto a críticas e sugestões.

Justamente por isso é que estão sendo feitos esforços, agora, em relação a assuntos como desenvolvimento urbano, aumento da produção de alimentos destinados ao consumo interno, redução de preços de alimentos para populações de baixa renda, correção das distorções nos mecanismos de abastecimento de produtos agrícolas, eliminação gradativa da pobreza absoluta.

O PND em números

1 — O PIB brasileiro deverá alcançar cerca de US$ 184 bilhões, este ano, quase 40 por cento acima do valor de 1973 (a dólares de 1978); no mesmo período, os países desenvolvidos cresceram 13 por cento;

2 — A renda per capita chegará a US$ 1.580, com um aumento de 21 por cento, em termos reais;

3 — O consumo pessoal apresenta expansão de 35 por cento, o emprego industrial de 16 por cento, e a produção industrial de 42 por cento.

4 — O crescimento da agropecuária, de 26 por cento, foi bem superior à expansão demográfica, embora, prejudicado pela seca deste ano;

5 — As exportações cresceram 102 por cento (de US$ 6,2 bilhões para US$ 12,5 bilhões), enquanto as dos países desenvolvidos aumentaram 24 por cento;

6 — O emprego aumentou 15 por cento, numa época em que os países desenvolvidos estão com 16 milhões de desempregados;

7 — Os investimentos em petróleo, de 1975 a 1978, alcançaram Cr$ 130 bilhões, e deverão chegar a Cr$ 170 bilhões, em 1979 (a estimativa do PND era de Cr$ 153 bilhões);

8 — Os investimentos em energia elétrica somaram Cr$ 251 bilhões e devem chegar a Cr$ 335 bilhões no próximo ano, contra uma previsão de Cr$ 379 bilhões);

9 — O programa de insumos básicos (inclusive álcool) realizou investimentos de Cr$ 236 bilhões, que chegarão a Cr$ 330 bilhões, em 1979 (adicionando os investimentos em bens de capital, o montante eleva-se a Cr$ 365 bilhões);

10 — No setor de transporte, foram investidos Cr$ 191 bilhões e, até o final do próximo ano, esse montante se elevará a Cr$ 245 bilhões (a estimativa do PND era de Cr$ 252 bilhões);

11 — Em desenvolvimento ferroviário, o investimento, nesse período, deve chegar a Cr$ 78 bilhões, para uma estimativa do PND de Cr$ 70 bilhões;

12 — Em comunicações, Cr$ 117 bilhões, até 1978, e Cr$ 144 bilhões, até 1979, contra uma estimativa de Cr$ 141 bilhões;

13 — Na área social, os dispêndios em educação, saúde, nutrição, habitação, saneamento, previdência social e trabalho alcançarão Cr$ 2 trilhões, até 1979, contra uma previsão de Cr$ 1,58 trilhão;

14 — O orçamento social, compreendendo todas as áreas sociais e mais os recursos do PIS/Pasep, deverá aumentar de Cr$ 270 bilhões, em 1973 (participação de 11 por cento no PIB) para, aproximadamente, Cr$ 500 bilhões, em 1978 (elevação real de 85,2 por cento e aumento da participação no PIB para 14,6 por cento);

15 — Na área de desenvolvimento regional, a previsão do PND era de Cr$ 180 bilhões e deverão ser aplicados Cr$ 235 bilhões, além dos Cr$ 42 bilhões, relativos a novos programas especiais (Polonordeste, Poloamazônia, Polocentro, etc);

Sob a presidência de Geisel, o CDE reúne-se para ouvir do Ministro Velloso a avaliação do II PND

Petrobrás: aumento do petróleo estimula risco

O superintendente da Supex (Superintendência de Contratos de Exploração da Petrobrás), Lauro Vieira, afirmou ontem que o interesse das companhias estrangeiras pela busca de petróleo no Brasil aumentará ainda mais em conseqüência da alta inesperada do preço do óleo cru em 1979.

— Hoje são poucas as áreas existentes no mundo para a exploração de petróleo. O Brasil está entre as mais atraentes, disse Lauro Vieira, destacando, em seguida que a China poderá também atrair as empresas petrolíferas, caso abra seu território à pesquisa estrangeira.

Indagado sobre a possibilidade de a Braspetro também vir a se interessar pela exploração de petróleo na China, Lauro Vieira — ex-funcionário dessa subsidiaria da Petrobrás — considerou a hipótese viável. Por que não? questionou ele para depois lembrar que a Braspetro encontrou petróleo no exterior onde outras companhias já haviam pesquisado anteriormente.

INTERESSE AMPLIADO

Em entrevista ao GLOBO, o superintendente da Supex revelou que "aproximadamente a metade das 32 companhias pré-qualificadas pela Petrobrás para apresentarem propostas de exploração sob a forma de contratos de risco na terceira licitação, já pagaram a taxa de participação de US$ 250 mil e estão recebendo os dados técnicos dos blocos ofertados dessa vez pela Petrobrás".

Lauro Vieira considerou este fato importante, porque o pagamento da taxa de participação é uma decisão bastante séria e mostra que as companhias estão realmente interessadas, conforme observou.

O superintendente da Supex lembrou que o prazo para as empresas interessadas apresentarem propostas de exploração, escolhendo entre 21 blocos na plataforma continental e outros 21 blocos em terra, termina no dia 16 de abril próximo. Explicou que o prazo fixado, embora possa parecer grande, é indispensável para que as equipes de geofísicos e geólogos das companhias petrolíferas possam analisar detalhadamente os dados fornecidos pela Petrobrás sobre os blocos e escolher entre eles aqueles que mais lhe interessarem.

CONTRATO MANTIDO

Lauro Vieira afastou a possibilidade de a Petrobrás tornar os contratos de risco mais atraentes para as empresas estrangeiras, porque a elevação dos preços do óleo cru no próximo ano será acima da expectativa governamental e provocará um gasto adicional de US$ 500 a US$ 600 milhões com a importação do produto.

O superintendente da Supex destacou o fato de que quase todas as grandes empresas petrolíferas estrangeiras já assinaram contratos de risco com a Petrobrás. Entre as chamadas "sete irmãs" somente a Texaco, a Mobil Oil e a Gulf ainda não mostraram maior interesse. Lauro Vieira disse que a primeira reivindicou um tipo de contrato de risco inaceitável para a Petrobrás. As outras duas ainda não manifestaram desejo de realizar pesquisas no País devido a fatores tais como problemas internos e comprometimentos em outras áreas no mundo.

Lauro Vieira fez questão de destacar o fato de que as cláusulas contratuais fixadas pela Petrobrás, com base na experiência adquirida e em modelos existentes em outros países onde inclusive a Braspectro atua, são plenamente aceitas pelas companhias petrolíferas estrangeiras.

O superintendente da Suplex admitiu que algumas alterações foram feitas nos contratos, sem, contudo, torná-los desvantajosos para o Brasil. Citou, por exemplo, o fato de que na primeira licitação era da Petrobrás a decisão final sobre se seria ou não comercialmente viável desenvolver um poço eventualmente descoberto sob a forma de contratos de risco. Como houve reclamação sobre essa cláusula por parte de empresa estrangeira, a Petrobrás resolveu atribuir à contratante aquela responsabilidade, desde que essa assumisse todos os riscos na fase de desenvolvimento mesmo que a Petrobrás aprovasse o projeto.

RESULTADOS

Lauro Vieira disse que o fato de já terem sido assinados 17 contratos entre a Petrobrás e companhias estrangeiras — quatro na primeira licitação e 13 na segunda — "é uma prova de que o modelo do contrato está plenamente aceito".

Frisou ainda que "15% da área sedimentar prospectável da plataforma continental até a lâmina d'água de 200 metros (800 mil km2) foi estudada e avaliada por várias companhias estrangeiras, sendo que a metade foi considerada de prospectividade secundária e a outra metade continua sendo objeto de estudo mais detalhado".

"Tudo isso — concluiu — está sendo feito sem qualquer ônus técnico e financeiro para a Petrobrás, que, com isso, tem podido atacar outras áreas e acelerar o processo de prospecção no País".

Só Geisel pode abrir postos no Natal

BRASÍLIA (O GLOBO) — Só uma determinação do Presidente Geisel, a exemplo do que ocorreu no ano passado, fará com que o Conselho Nacional do Petróleo autorize o funcionamento dos postos de gasolina no natal e ano novo, dois feriados nacionais que, pela Lei, devem ficar fechados.

A afirmação foi feita ontem pelo presidente do CNP, general Oziel Almeida Costa, para quem, até agora, não existe nenhum movimento dos proprietários ou das distribuidoras de derivados pedindo a abertura dos postos nos dias 25 e 1º de janeiro. O general explicou que em 1977, o Presidente Geisel autorizou a abertura dos postos nos dois domingos atendendo solicitação dos revendedores, que apelaram para "o espírito natalino", quando deveria haver uma confraternização nacional".

Este ano, os postos, se não houver uma decisão em contrário da Presidência da República, deverão permanecer fechados durante 59 horas, ou seja, das 19 horas do sábado até às 6 horas da manhã de segunda-feira. O general Oziel Almeida afirmou que, ao contrário das vezes anteriores em que os feriados caíram numa segunda-feira e os revendedores opinaram pela abertura dos postos, este ano todos são favoráveis ao fechamento.

A abertura dos postos em ocasiões como essas, segundo o general, não rende o necessário para cobrir as despesas com horas extras pagas aos trabalhadores, além de impedi-los de participar das festividades dos dois dias.

CNP: Racionalização depende do Governo

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do Conselho Nacional do Petróleo, General Oziel Almeida Costa, informou ontem que a adoção de novas medidas de racionalização do uso de derivados do petróleo só depende de autorização do Governo.

O General, que é favorável a medidas mais drásticas do que as que vêm sendo executadas desde 1977, disse que o CNP está aguardando apenas autorização dos ministros da área econômica do Governo, para tomar a iniciativa. Técnicos do Conselho, acham, entretanto, que o atual presidente não vai iniciar mais nenhum programa de racionalização do uso de derivados, devido à exiguidade do período que ainda resta para sua administração.

As novas medidas, afirmaram, deverão ser desencadeadas pela equipe do novo governo, a partir de 15 de março, época em que já estará vigorando o novo reajuste do barril de petróleo determinado pela Opep.

No entender dos mesmos funcionários, o que pode e deve ser feito nesse final de governo, é uma total revitalização das medidas em prática, particularmente a relacionada com o limite de velocidade (80 km) nas rodovias, e com a regulagem dos motores diesel. O maior rigor no cumprimento dessas determinações é justificado pelo crescente aumento do consumo dos óleos diesel e combustível, pois, quanto à gasolina, o crescimento — que deverá ser de 1,5 por cento este ano — está dentro das previsões oficiais.

FURNAS
CENTRAIS ELÉTRICAS S A
SUBSIDIÁRIA DA ELETROBRÁS

OBRAS DE AMPLIAÇÃO NAS SUBESTAÇÕES DE GRAJAÚ, ADRIANÓPOLIS, IMBARIÊ E JACAREPAGUÁ.

CPC - 271

1. FURNAS – CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. comunica às empresas interessadas e às devidamente inscritas em seu cadastro que receberá, até às 16:30 horas do dia 19 de janeiro de 1979, na Diretoria de Contratos e Suprimentos, documentação de pré-seleção para a Execução de Obras de Ampliação nas Subestações de Grajaú, Adrianópolis, Imbariê e Jacarepaguá, sob o Regime de Administração.
2. Os serviços objeto desta pré-seleção, constarão, basicamente de:
2.1. Instalação de bancos de autotransformadores.
2.2. Instalação de compensadores síncronos.
2.3. Instalação de bancos de capacitores.
2.4. Construção de vãos de linhas.
2.5. Montagem de SE abrigada de 500 kV e 138 kV, blindada em isolamento a SF_6.
2.6. Todas as obras civis necessárias às instalações e montagens acima.
3. As instruções de pré-seleção estarão à disposição dos interessados, a partir desta data, no seguinte endereço:
FURNAS – CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
DIRETORIA DE CONTRATOS E SUPRIMENTOS
ASSESSORIA DE CONCORRÊNCIAS
RUA REAL GRANDEZA Nº 219
BLOCO C – 9º ANDAR
BOTAFOGO – RIO DE JANEIRO – RJ
4. Antecipa-se que serão condições necessárias para prévia seleção entre outras, as seguintes:
4.1. Comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo, na presente data de Cr$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros)
4.2. Experiência comprovada em execução de obras civis e montagens eletromecânicas significativas, de portes compatíveis com as obras a executar, pessoal técnico qualificado em todos os níveis, equipamentos especializados para os tipos de serviços em questão e outros fatores relevantes a critério de FURNAS.
5. Esta concorrência será de âmbito exclusivamente nacional, sendo vedada a participação de empresas estrangeiras, individualmente ou em consórcio.
6. Serão aceitas participações de consórcios de, no máximo, duas empresas.
7. Serão convidadas a apresentar propostas apenas as empresas que forem selecionadas, na forma do presente anúncio e das condições a serem distribuídas.
8. As firmas selecionadas deverão apresentar propostas

REAJUSTE DE TARIFAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA

De conformidade com a Resolução nº 32-E de 01/07/77, do CIP — Conselho Interministerial de Preços — O CONET — Conselho Nacional de Estudo de Tarifas — reuniu-se em Recife-PE, no dia 04/12/78 sob a presidência da NTC — Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga — que congrega todos os sindicatos e associações do sistema brasileiro de transportes rodoviários de cargas, e deliberou:
1) Aprovar os estudos realizados pelo DECOPE — Departamento Custos Operacionais e Estudos Técnicos — onde se verificou um aumento dos custos operacionais da ordem de 10,27% (dez vírgula vinte e sete por cento) correspondente ao período de: 31/03/78 a 30/09/78, que, acrescido do resíduo acumulado de 10,01% (dez vírgula zero um por cento) de períodos anteriores perfaz um total de 21,31% (vinte e um vírgula trinta e um por cento);
2) Reajustar as tarifas vigentes em 21,31 (vinte e um vírgula trinta e um por cento), que entrará em vigor a partir do dia 01 de janeiro de 1979.
No porcentual indicado não foram consideradas possíveis implicações de ordem local ou especializações por serem dependentes de estudos específicos em função da sua natureza.
Rio de Janeiro, 20 de Dezembro de 1978.
NTC — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS DO ESTADO DA BAHIA
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE BLUMENAU
SINDICATO DAS EMPRESAS DE VEÍCULOS DE CARGA DE CAXIAS DO SUL
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA DE FORTALEZA
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA DE JOINVILLE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA NO ESTADO DO PARANÁ
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (BASE TERRITORIAL: RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO, MATO GROSSO DO NORTE, MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS E DISTRITO FEDERAL)
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL DE CARGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA DE ALAGOAS
ASSOCIAÇÃO CAMPINENSE DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CAMPINA GRANDE
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA DO CARIRI
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA NO ESTADO DO CEARÁ
ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS E MUDANÇAS DO DISTRITO FEDERAL
ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE JUIZ DE FORA
ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TANSFORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DO ESTADO DE GOIÁS
ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA DE JOÃO PESSOA
ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DO MARANHÃO
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA DO ESTADO DO PARÁ
ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ESTADO DE SERGIPE

IR: Fazenda fixa datas para entrega de declarações

BRASÍLIA (O GLOBO) — Portaria do Ministério da Fazenda, divulgada no Diário Oficial da União de ontem, fixou prazos que vão de 5 de março a 31 de julho de 1979 para entrega, pelas empresas, da declaração do imposto de renda da pessoa jurídica no exercício de 1979, ano-base de 1978.

Segundo a Portaria, as sociedades anônimas que são tributadas pelo IR sobre o lucro real, de acordo com a terminação do CGC, entregarão suas declarações entre os dias 05 e 29 de julho próximo. As empresas individuais e sociedades de nome coletivo têm prazos que variam de 3 a 30 de abril, enquanto para as demais os prazos vão de 2 a 30 de maio.

As empresas que são isentas do IR ou não têm imposto a pagar deverão entregar suas declarações entre os dias 3 a 31 de julho. Aquelas que pagam o imposto sobre o lucro arbitrado tiveram os prazos

Bancários reagem contra aumento da carga horária

BRASÍLIA (O GLOBO) — A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito — Contec e os sindicatos da categoria, reunidos ontem em Brasília, decidiram tomar uma série de medidas contra o parecer 215, da Consultoria Geral da República, aprovado pelo Presidente Geisel, que considerou legal a prorrogação de duas horas de trabalho para os bancários, firmadas em contrato.

"Adotaremos medidas políticas e jurídicas contra o 215 — explicou o presidente da Contec, Wilson Gomes de Moura. Na parte política, mobilizaremos a categoria através de uma nota oficial a ser publicada nos jornais. Juridicamente, solicitaremos às Delegacias Regionais do Trabalho que exerçam uma fiscalização rigorosa para impedir que isso seja levado adiante. Mesmo com o con-

Segundo Prieto, apesar de o Ministério ter vetado por quatro vezes a prorrogação da jornada de trabalho dos bancários, essa decisão da Consultoria passa a ter valor de decreto e se sobrepõe ao parecer do Ministério do Trabalho.

MEDIDAS

Wilson Gomes de Moura informou, também, que o dia 11 de janeiro do próximo ano, foi escolhido como "Dia Nacional de Defesa da Jornada de 6 Horas", porque, desde 1932, esse é um direito da categoria, inscrito na Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, em 1943".

Além disso, os bancários procurarão técnicos e médicos que comprovem o desgaste que a profissão provoca e solicitarão os motivos que determinaram essa prorrogação.

ANEXO VV

Sem recessão e sem desemprego, o Brasil venceu um difícil período

O Governo Geisel começou com a crise do petróleo e está terminando com uma nova "crise da água" — a prolongada estiagem que assola o sul do país e ameaça causar prejuízos à economia nacional tão graves quanto os do ano passado. Entre uma coisa e outra tivemos geadas, enchentes, peste suína — enfim, todo tipo de contratempos.

Que esses cinco anos foram os mais difíceis da história econômica recente do Brasil, ninguém discute. E se foi possível atravessar essa fase de turbulência sem maiores traumas, sem recessão ou desemprego em massa, o mérito é, sem qualquer dúvida, do gradualismo da política econômica posta em prática por este Governo.

A alta abrupta dos preços do petróleo em fins de 1973 modificou profundamente as características da economia mundial, que até então vinha experimentando um ritmo de progresso sem precedentes. O Brasil havia aproveitado muito bem essa conjuntura mundial favorável, tanto que viveu de 1970 a 1973 o período de crescimento mais acelerado de toda a sua história.

Já em 1974, entretanto, os países desenvolvidos enfrentavam taxas de inflação e desequilíbrios na conta-corrente do balanço de pagamentos igualmente sem precedentes. O remédio prontamente adotado — logo em 1975 — foi um forte aperto monetário e fiscal que levou os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD) a um crescimento negativo de 2,1 por cento, naquele ano.

Isso bastou para que os países desenvolvidos ajustassem seus balanços de pagamentos e diminuíssem sensivelmente suas taxas de inflação, ainda que ao preço do desemprego de 17 milhões de pessoas. Esse ajuste foi compensado, em parte, pela diminuição do saldo em conta-corrente dos países da OPEP, que baixou de 70 bilhões de dólares em 1974 para 50 bilhões no ano seguinte.

Em contrapartida, deteriorou-se ainda mais a situação econômica dos países em desenvolvimento importadores de petróleo, cujo deficit em conta-corrente saltou de cerca de 9 bilhões de dólares em 1973 para 27 bilhões em 1974 e 36 bilhões em 1975. Seus problemas, portanto, de forma alguma poderiam ser comparados aos dos países desenvolvidos, que, após a recessão de 1975, iniciaram um processo de recuperação de suas economias.

Em alguns casos, como no dos Estados Unidos e do Japão, a recuperação era mais visível; em outros, como no dos países da Europa Ocidental, bem mais lenta (e tanto em uns quanto nos outros casos a taxas sensivelmente inferiores às registradas no início da década). Por sua vez, os países da OPEP, através de menores exportações e de um grande aumento das importações, passaram a diminuir seus saldos em conta-corrente, condição indispensável para o reequilíbrio da economia mundial.

Então, a sobrecarga maior ficou mesmo para os países em desenvolvimento importadores de capital. Por vários motivos: forte crescimento demográfico, pouca elasticidade de sua pauta de importações, baixa renda per capita e inexistência de mecanismos de amparo social aos desempregados (como o seguro-desemprego, que nos Estados Unidos permitiu aos americanos do Estado de Michigan agradáveis férias na Flórida, no momento em que as indústrias de automóveis de Detroit paralisaram ou reduziram suas atividades).

Os países desenvolvidos tiveram realmente condições de adotar medidas de ajuste fortes, recessivas, com as quais conseguiram transformar um deficit em conta-corrente de 9,6 bilhões de dólares, em 1974, num superavit de 10,4 bilhões já no ano seguinte, ao mesmo tempo em que passavam de uma taxa de crescimento negativa de 2,1 por cento para uma positiva de 6 por cento. Para não falar na inflação, que reduziram a 7 por cento (média dos países da OCDE).

Já os países em desenvolvimento, principalmente em razão das tensões sociais que o desemprego gera, não tiveram condições de recorrer a políticas recessivas para ajustar seus balanços de pagamentos. Consequentemente, sua dívida externa líquida cresceu em ritmo sem precedentes, atingindo a 130 bilhões de dólares em apenas três anos e criando especiais dificuldades para aqueles que dispunham de pouco acesso ao mercado financeiro internacional ou que sofreram fortes quedas nos seus níveis de exportação.

O Brasil ainda podia se considerar numa situação privilegiada, pois continuava grande o dinamismo de suas exportações e eram amplas as possibilidades de substituição de importações. Mas, como os demais países em desenvolvimento, não podia colocar em risco a estabilidade interna, com a opção pela recessão. Quanto mais gradual menos doloroso seria, para a sociedade brasileira, o processo de ajuste do balanço de pagamentos.

Em outras palavras: todos os países importadores, sem exceção, tiveram de pagar um alto preço pelo brusco aumento do petróleo. Os países industrializados eram suficientemente ricos para pagar à vista, e assim o fizeram, mas o mesmo não ocorria com as nações em desenvolvimento, como o Brasil. Para estes, a única alternativa era pagar esse preço a prestação. No caso brasileiro, o pagamento vem sendo feito em suaves parcelas, sem o que seria necessário exigir de toda a população do país uma dose muito maior de sacrifício.

Essa opção de desacelerar gradualmente a economia representou também uma importante contribuição ao próprio projeto de abertura política do Governo, muito mais fácil de realizar num país que esteja crescendo, ainda que moderadamente. A demo-

mundo inteiro atravessava uma séria crise econômica, criou condições muito melhores para que a "abertura" se processasse sem grandes atropelos.

SALDO POSITIVO

Assim, apesar de todos os fatores adversos, o Governo Geisel chega ao final apresentando um saldo bastante positivo também no campo econômico. Houve um avanço significativo na consolidação do modelo neocapitalista brasileiro, a estratégia de ajustamento à crise do petróleo funcionou e foram dados largos passos em termos de progresso social, ainda que a distribuição de renda não possa ser considerada satisfatória e seja muito ampla, ainda, a faixa da população que vive em estado de pobreza absoluta.

A empresa privada nacional, um dos pilares do nosso modelo neocapitalista, passou a ter papel de muito maior destaque. Ingressou firme em setores intensivos de capital e tecnologia, tanto que passou a predominar na área de bens de capital e está, pouco a pouco, ocupando importantes espaços vazios na área de insumos babásicos.

O setor energético teve grandes progressos, especialmente no que se refere a petróleo e energia elétrica, onde se realizaram pesados investimentos. Os programas de bens de capital e insumos básicos corresponderam plenamente à expectativa. No setor de bens de capital praticamente já se encerrou o ciclo de grandes investimentos. Além disso, aumentaram bastante os índices de nacionalização de todos os grandes programas governamentais, como os de siderurgia, energia elétrica, construção naval e rodovias. Os acordos da CACEX estão este ano com índice de nacionalização entre 75 a 80 por cento.

Se o Brasil continuasse importando matérias-primas como nos anos de 1974 e 1975 (médias de 5,1 bilhões anuais), um crescimento moderado levaria a um dispêndio de 8,5 bilhões em 1982. Com a substituição de importações realizadas o país não deverá gastar, naquele ano, mais que 4 bilhões de dólares. Assim, a economia de divisas obtida apenas nessa área deverá corresponder, aproximadamente, ao valor das importações líquidas de petróleo, se não houver grandes aumentos de preços.

DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Talvez em nenhuma outra época se tenha feito tanto, também, pelo desenvolvimento das regiões pobres, através do Polonordeste, Polamazônia, Polocentro, Projeto Sertanejo e inúmeros outros novos programas voltados, no caso do Nordeste, para a eliminação da pobreza na sua região semi-árida.

A distribuição da renda nacional ainda não é satisfatória, continuando grande o contigente de pessoas que vivem em probreza absoluta. Mas o país está longe de um quadro de estagnação social. Além de a opção adotada em 1974 ter tido um alto significado social, pois recessão e melhoria da distribuição de renda são dificilmente compatíveis, novas frentes estão sendo abertas para enfrentar as graves desigualdades que o país apresenta. O Brasil caminha hoje no sentido de realizar a ampliação da classe média, a ascensão da classe trabalhadora e a redução, até sua total eliminação, da probreza absoluta.

Ainda que os dados sobre a distribuição de renda no Brasil sejam bastante precários, pode-se observar que houve um ponto de inflexão a partir de 1972. Basta comparar os dados de 1972 e 1976, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para constatar que houve uma considerável melhoria nos indicadores de concentração de renda, nesse período.

O Governo tem realizado grandes investimentos na área social. De 1975 até o final deste ano os gastos com educação, saúde, nutrição, habitação, saneamento, previdência social e trabalho alcançarão quase Cr$ 2 trilhões. O orçamento social, que abrange também os recursos do PIS-PASEP, aumentou de Cr$ 270 bilhões em 1973 (participação de 11 por cento no Produto Interno Bruto) para Cr$ 500 bilhões ano passado, elevando para 14,6 por cento sua participação no PIB.

Os indicadores sociais revelam um progresso fora do comum para um período de apenas cinco anos. E esse resultado foi obtido a despeito de fatores demográficos adversos: com uma taxa de crescimento de 15 por cento, nesse período, a população brasileira aumentou em aproximadamente 15 milhões de pessoas, mais do que toda a população da Austrália, que é de 13 a 14 milhões de habitantes. Além disso, mais de 50 por cento da população do país têm idade inferior a 18 anos (são, portanto, uns 60 milhões de menores).

Outro resultado excepcional foi ob-

Polonordeste e Projeto Sertanejo são exemplos de programas que visam a reduzir a pobreza na região semi-árida do Nordeste, criando mais empregos

que dobraram de 1973 a 1978, passando de 6,2 para 12,5 bilhões de dólares. Importante, também, é que as exportações se diversificaram bastante: os industrializados já estão com uma participação entre 40 e 50 por cento, em anos normais, e o maior mercado brasileiro isoladamente (os Estados Unidos) tem apenas 18 por cento do total das vendas realizadas pelo Brasil. O crescimento das exportações é ainda mais expressivo quando comparado ao dos países desenvolvidos (apenas 24 por cento, no mesmo período).

Enquanto esses mesmos países aumentaram seu PIB em 13 por cento, de 1973 a 1978, o do Brasil cresceu 40 por cento, aproximando-se dos 185 bilhões de dólares (o oitavo maior do mundo). A renda per capita já está chegando a 1.600 dólares, o que representa um aumento de mais de 20 por cento em relação aos 1.308 dólares de 1973.

Numa época em que os países desenvolvidos estão com 16 milhões de desempregados, o Brasil aumentou em 15 por cento as oportunidades de emprego. Nesses cinco anos, a produção industrial brasileira cresceu 45 por cento, a agropecuária 26 por cento (bem superior, portanto, à expansão demográfica, apesar dos prejuízos causados pela seca) e o consumo pessoal 35 por cento.

Esses resultados jamais poderiam ter sido alcançados se o Governo Geisel não tivesse optado por uma política gradualista de combate à inflação e de ajuste do balanço de pagamento. O tratamento de choque, repudiado pelo Presidente Ernesto Geisel do primeiro ao último minuto de sua administração, seria como que tentar salvar uma frágil embarcação da tormenta através de guinadas bruscas, que fatalmente a fariam naufragar.

Várias frentes no árduo combate à inflação

A o longo desse período, a inflação foi duramente combatida em todas as frentes, através das políticas monetária, fiscal e salarial, do controle dos preços dos serviços públicos, dos acordos com os supermercados, dos estímulos à produção agropecuária, lamentavelmente frustrados, em parte, pelos acidentes climáticos dos últimos anos.

Se, com todas essas medidas, não se conseguiu fazer a inflação recuar tanto quanto se desejava, muito pior teria sido sem elas. Passados cinco anos da súbita quadruplicação dos preços do petróleo, os próprios países industrializados ainda não estão totalmente refeitos de seu violento impacto inflacionário.

A grande diferença entre a situação desses países e a do Brasil é que eles não dispõem de nenhum mecanismo de convivência com a inflação, como a correção monetária. Uma inflação de 40 por cento com correção monetária é, sem dúvida, um fenômeno bem menos patológico do que a mesma inflação de 40 por cento sem correção.

Em contrapartida, a própria correção monetária representa um sério obstáculo a qualquer política de combate rápido à inflação, embora não possa, evidentemente, ser considerada a única responsável pela alta crônica de preços. Na verdade, a correção tem aspectos fortemente negativos, e o principal deles é a rigidez que introduz na componente de realimentação inflacionária.

Há uma grande diferença entre essa realimentação resultar de hábitos e expectativas ou vir a ser imposta por dispositivos legais. No primeiro caso, uma crise de estabilização não muito forte leva os agentes econômicos a baixarem suas projeções inflacionárias para o futuro; no segundo, porém, o coeficiente de realimentação adquire uma forte rigidez institucional.

A indexação diminui consideravelmente a elasticidade de resposta da inflação às medidas de contenção da demanda. Políticas de desaquecimento, como as empreendidas em 1974 e 1977, conseguem resultados apenas modestos, em termos de

Isso torna as economias indexadas, como a brasileira, muito propensas ao aumento e fortemente resistentes à baixa da taxa de crescimento dos preços. Talvez por isso os países desenvolvidos tenham se oposto radicalmente à adoção da correção monetária, mesmo na época em que se viam às voltas com uma inflação de dois dígitos (1974/75).

Mas não foi a correção monetária, seguramente, a principal responsável pela persistência da inflação nesses cinco anos. É preciso ir buscar as causas na própria crise do petróleo, nas deficiências do sistema de comercialização de produtos agrícolas (principalmente hortigranjeiros) e, em grande escala, nas catástrofes climáticas que marcaram quase todo o período.

O Governo Geisel assistiu a uma sucessão de enchentes, geadas e secas que comprometeram seriamente a produção agropecuária. Só a seca do ano passado causou um prejuízo de 2 bilhões de dólares ao balanço de pagamentos, além de encarecer os preços internos dos alimentos. Este ano ela se repete com a mesma intensidade — e, o que é ainda mais grave, coincidindo com as grandes enchentes de toda a região Sudeste e de uma boa parte do Centro-Oeste.

Em 1974, primeiro ano do Governo Geisel, foi possível controlar, através da conjugação de uma série de medidas monetárias, o superaquecimento verificado no primeiro quadrimestre, decorrente de uma excessiva expansão dos meios de pagamento no ano anterior (47 por cento, contra 15,7 por cento de inflação). Chegou-se então ao final do ano com uma taxa inflacionária de 34,5 por cento, que em 1975 se conseguiu reduzir substancialmente, para 29,4 por cento.

No ano seguinte, apesar do "pacote" de medidas aprovado em dezembro de 1975 com o objetivo de desacelerar a economia (inclusive o aumento do prazo do depósito compulsório nas importações para um ano), o Produto Interno Bruto apresentou uma taxa de crescimento surpreendente e houve um recrudescimento da inflação, que atingiu o nível preocupante de 46,3 por cento.

A inflação passou então a merecer

cupado com a tendência fortemente ascendente dos índices de preços, o Governo decidiu modificar a fórmula de cálculo da correção monetária, para impedir que ela continuasse atuando como fator de crescente realimentação inflacionária. A partir de julho, 80 por cento do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional passaram a ser fixados com base no Índice de Preços por Atacado e 20 por cento com base na inflação futura, estimada, para esse efeito, em apenas 15 por cento.

Na segunda quinzena de julho o Conselho Monetário Nacional baixava um novo conjunto de medidas: reduziu para 24 meses o prazo máximo para o financiamento de automóveis e para 18 meses o prazo para os demais bens de consumo durável, exigindo ainda uma entrada de 30 por cento; aumentou de 33 para 35 por cento os depósitos compulsórios dos bancos comerciais; e proibiu os bancos comerciais ou de investimento de financiarem a compra de terrenos e a construção de edifícios ou unidades habitacionais.

Não foi bastante, e o ano de 1976 ficou sendo mesmo o de mais alta taxa de inflação em todo o Governo Geisel. Em março de 1977 o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, advertia que a inflação estava a merecer uma concentração de esforços, pois era onde os resultados mais custavam a aparecer.

NOVO ESFORÇO

Menos de dois meses depois o Conselho de Desenvolvimento Econômico homologava um novo "pacote" contra a inflação: os aluguéis, as rendas e os contratos em geral passariam a ser reajustados uniformemente, com base na variação das ORTN; os aumentos dos preços considerados "críticos", como o da gasolina, seriam limitados ao mínimo necessário; os produtos agrícolas de primeira necessidade seriam importados sempre que necessário, para evitar aumentos exagerados de seus preços no mercado interno; a Secretaria da Receita Federal desenvolveria um esquema de fiscalização e cadastro nas centrais de abastecimento e nos hortomercados, para evitar abusos; a Sunab controlaria as margens de lucro dos principais produtos e a Cobal atuaria no sentido de garantir o abastecimento normal de hortigranjeiros às populações dos grandes centros urbanos.

Mas ainda não bastava. E no dia 18 de maio o Presidente Ernesto Geisel assinava decreto centralizando no Ministério da Fazenda o comando da política de preços do Governo. O Ministro Mário Henrique Simonsen assumia, assim, toda a responsabilidade pela política de combate à inflação e anunciava para breve a divulgação de uma lista de dez produtos de grande peso nos índices inflacionários — como a gasolina — cujos preços seriam congelados, como o foram, até o final do ano.

Graças a isso a inflação teve uma grande queda em 1977, situando-se em 38,8 por cento. Para se precaver contra possíveis retomadas no início de 1978, o Governo determinou que todos os empréstimos externos que ingressassem no país entre 17 de novembro de 1977 e 20 de janeiro de 1978 ficariam temporariamente retidos no Banco Central e somente começariam a ser convertidos em cruzeiros a partir de março. Essa medida seria sucessivamente prorrogada ao longo do ano passado, devido ao grande crescimento das reservas externas do país e do forte impacto que poderia ter sobre a expansão monetária.

Com essa política teria sido possível, sem maiores dificuldades, reduzir novamente a inflação no ano passado, para algo em torno de 35 por cento, se não fosse a calamidade das

lança comercial. Basta ver que, para uma elevação de preços da ordem de 40 por cento nos produtos industriais, no Índice de Preços por Atacado, o aumento nos produtos agrícolas foi da ordem de 53 por cento. A taxa de inflação do ano foi de 40,8 por cento.

O maior problema enfrentado pelo Governo, para fazer retroceder a inflação, é que o Brasil, como todo país em desenvolvimento, precisa conciliar esse objetivo com outros três que são igualmente fundamentais: a sustentação de taxas satisfatórias de crescimento do produto real e do emprego, o ajuste do balanço de pagamentos e a melhoria da distribuição de renda.

A política ideal para cada um desses objetivos costuma ser conflitante com a dos outros três e a solução, então, é a dosagem. Também no caso da inflação o Governo afastou sempre a hipótese de qualquer tratamento de choque, embora soubesse que não poderia deixar o crédito se expandir sem controle, sob pena de se assistir a uma explosão inflacionária e à deterioração da posição do país no exterior.

Se o Governo, pelo contrário, acelerasse demasiadamente a economia, mais cedo ou mais tarde a euforia do crescimento seria interrompida pela necessidade da adoção de medidas muito mais drásticas de contenção. Se deixasse o barco correr, talvez fosse obrigado hoje a repetir a dureza do período 1965/66. Na época, para baixar a taxa de inflação de 90 para 27 por cento em apenas três anos, o Governo Castello Branco teve de limitar a expansão anual dos meios de pagamento a 17 por cento.

Há ainda pelo menos outros quatro fatores que fazem da inflação brasileira um problema crônico. O primeiro é a propensão à expansão monetária, que fez com que o país, nos últimos quinze anos, só experimentasse efetivamente um ano de forte contenção da liquidez real: 1966, quando os meios de pagamento cresceram apenas 13,8 por cento, contra 38,8 por cento de inflação. Nos últimos anos a acumulação de reservas, partindo virtualmente do zero até chegar a 12 bilhões de dólares no fim do ano passado, constituiu um importante foco de expansão inflacionária.

A segunda causa é a propensão do Governo a aumentar seus gastos, o que é natural quando se trata de um país em desenvolvimento como o Brasil, onde muita coisa está ainda por ser feita. Por que o Governo tende a aumentar seus dispêndios? Evidentemente, não é só por mera deliberação das autoridades, mas por força do próprio crescimento do país. Por exemplo: quando se constrói novas estradas, elas precisam ser policiadas. Com isso, aumentam as necessidades de efetivos e equipamentos policiais e, consequentemente, os custos fixos e operacionais da Polícia.

Os metrôs do Rio de Janeiro e de São Paulo são outros exemplos de investimentos inadiáveis. A expansão das grandes cidades gera sempre novas necessidades de investimentos em equipamentos urbanos e sociais. E não há como evitar, também, a expansão da máquina administrativa, para atender aos problemas cada vez mais complexos da coletividade.

O terceiro fator é o temor à recessão, em função do crescimento explosivo da população brasileira e da necessidade de se criar anualmente no país mais de um milhão de empregos novos. Por último, a sociedade brasileira, embora não goste de inflação, parece adorar tudo que a agrava: expansão de crédito, grandes despesas públicas, aumentos salariais e daí por diante.

Este, aliás, é um fenômeno que ocorre em quase todo o mundo: gostar das causas da inflação, mas não de seus efeitos. Entretanto, só se comba-